

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - DOUTORADO**

ELIEZER FELIX DE SOUZA

**FLÁVIO SUPPLY DE LACERDA: RELAÇÕES DE PODER NO CAMPO
ACADÊMICO/POLÍTICO PARANAENSE E O PROCESSO DE FEDERALIZAÇÃO E
MODERNIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ (1930-1971)**

**PONTA GROSSA
2016**

ELIEZER FELIX DE SOUZA

**FLÁVIO SUPPLY DE LACERDA: RELAÇÕES DE PODER NO CAMPO
ACADÊMICO/POLÍTICO PARANAENSE E O PROCESSO DE FEDERALIZAÇÃO E
MODERNIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ (1930-1971)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Névio de Campos.

Linha de Pesquisa: História e Política educacionais.

**PONTA GROSSA
2016**

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

Souza, Eliezer Felix de
S729 Flávio Suplicy de Lacerda: relações de poder no campo acadêmico/político paranaense e o processo de federalização e modernização da universidade do Paraná (1930-1971)/ Eliezer Felix de Souza. Ponta Grossa, 2016.
303f.

Tese (Doutorado em Educação - Área de Concentração: Educação), Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientador: Prof. Dr. Nívio de Campos.

1.Flávio Suplicy de Lacerda.
2.Trajetoória intelectual. 3.Campo acadêmico. 4.Campo político. 5.Relações de poder. I.Campos, Nívio de. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutorado em Educação. III. T.

CDD: 378

TERMO DE APROVAÇÃO

ELIEZER FELIX DE SOUZA

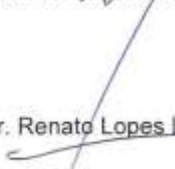
**FLÁVIO SUPPLY DE LACERDA: RELAÇÕES DE PODER NO CAMPO
ACADÊMICO/POLÍTICO PARANAENSE E O PROCESSO DE FEDERALIZAÇÃO
E MODERNIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ (1930-1971)**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador (a)


Prof. Dr. Névio de Campos - UEPG


Profª Dra. Evelyn de Almeida Orlando - PUC-PR


Prof. Dr. Renato Lopes Leite - UFPR


Profª Dra. Vera Lúcia Martiniak - UEPG


Prof. Dr. Erivan Cassiano Karvat - UEPG

Ponta Grossa, 02 de março de 2016.

AGRADECIMENTOS

Esta tese foi escrita graças a colaboração de professores, colegas de curso, bibliotecários e responsáveis por centros culturais do Paraná, assim como em uma relação de conjunto, pesquisadores que emprestaram conceitos e teorias para a fundamentação do objeto estudado. Em seguida, mesmo correndo riscos de suprimir pessoas, não posso esquecer as que foram fundamentais em todo esse processo, iniciado ainda no mestrado.

A primeira delas, agradeço ao meu orientador, professor Doutor Nívio de Campos, sem ele nada teria acontecido. No Mestrado, ele usou do princípio da fé, acreditou sem conhecer e me escolheu aleatoriamente. Naquele ano de 2008, eu havia ficado na suplência no Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPG; no doutorado, da mesma forma. Enfrentei processos de seleção em outras universidades. Quando nem eu mesmo conseguia acreditar na possibilidade do doutorado, o professor Nívio aceitou o desafio de orientar-me mais uma vez. Durante o curso, o referido professor deu-me toda a liberdade para pesquisar, com estratégias de orientação que demonstravam maturidade, não só nas indicações para leitura, mas particularmente na orientação e, acima de tudo, na amizade e no respeito.

O segundo agradecimento fica para o professor Doutor Ulf Gregor Baranow, docente aposentado e pesquisador da Universidade Federal do Paraná. O contato com o professor Baranow deu-se no momento em que pesquisava na Biblioteca Central da UFPR ao encontrar certas dificuldades na busca e na liberação de documentos oficiais da Universidade. Em meio a tais circunstâncias, o servidor da referida Biblioteca, Mario, sugeriu que eu entrasse em contato com ele. Talvez por timidez, apesar de ter conseguido o número do celular do professor, “pedi socorro” por *e-mail*. Para a minha surpresa, a resposta dele foi “te ligo”. Como não o conhecia ainda (vim a conhecê-lo posteriormente no lançamento do livro *Reflexões 100 anos*), fiquei aguardando ceticamente a sua ligação. Novamente, para minha surpresa, o professor ligou (uma conversa longa por telefone). Ele indicou caminhos de pesquisas, deu abertura para a pesquisa na Faculdade de Engenharia Civil e pediu celeridade na digitalização das atas da Universidade, as quais me foram enviadas por *e-mail*. Mais do que informação, o professor Baranow fez o papel de complementador de orientação.

Iniciei os agradecimentos já na fase de Mestrado e Doutorado. Não posso esquecer, entretanto, o apoio de dois professores do Programa que foram essenciais nesse processo de formação: o professor Doutor Luís Fernando Cerri e o professor Doutor Ademir José Rosso. Em relação ao segundo, perguntei-lhe como fazia para ingressar no programa. Depois dessa pergunta e de alguns meses sem tomar iniciativa, o professor Rosso procurou-me. Na

oportunidade, ele sugeriu que eu participasse do grupo do professor Cerri, que foi decisivo para a construção do primeiro projeto de Mestrado. Nesse aspecto, o professor Ademir foi o “impulsionador” desta conquista, porque, depois do questionamento que fiz sobre o ingresso, ele sugeriu que eu entrasse em um grupo de pesquisa da Pós-Graduação. Talvez por falta de atitude, não fui tão próximo desses docentes, ao longo dos anos. Entretanto, são professores que me ensinaram muitas coisas, inspiradores de sonhos profissionais; assim sendo, aprendi a admirá-los e a respeitá-los.

Aos demais, foram tantas colaborações, tanto de professores como colegas, que fica difícil estabelecer uma lista. Dizendo isso, gostaria de agradecer as colaborações da Senhora Josefina Palazzo Ayres e de Canísio Miguel Morch (Biblioteca Pública do Paraná – Divisão Paranaense); da Senhora Salete Maria Bettin Klinguelfus (Setor de Tecnologia da UFPR – Centro Politécnico); dos Servidores Helder Santana e Mario (Biblioteca Central – UFPR); da Senhora Lucia e em memória do professor Sebastião Ferrarini (CEB – Círculo de Estudos Bandeirantes); as trocas de ideias (por *e-mail*) com Arthur Virmond de Lacerda Neto, além da utilização de sua obra como fonte da pesquisa; a leitura e as sugestões que as professoras Doutoras Evelyn de Almeida Orlando (PUC-PR), Vera Lucia Martiniak (UEPG), os professores Doutores Renato Lopes Leite (UFPR) e Erivan Cassiano Karvat (UEPG) fizeram na qualificação e, ainda, a disponibilidade pela avaliação como banca de defesa. Certamente sem a contribuição desses professores, os resultados desta tese não seriam os aqui apresentados. Agradecer em memória, de uma forma toda especial a Olivia Machado Ferreira (tia), que apesar de analfabeta, não apenas investiu e incentivou-me nos estudos como deu a base material inicial para iniciativas em torno da educação. Por fim, gostaria de agradecer mais uma vez ao professor Dr. Névio de Campos - sem sua orientação, sem as leituras e suas sugestões, esta tese não teria se concretizado.

Como arquiteto e Engenheiro Civil, achei que era meu dever retornar ao Paraná para lecionar, aqui na minha terra, perto da minha Lapa, e voltei e daqui jamais saí, a não ser para desempenhar a dura missão de Ministro da Educação e Cultura. (SUPLICY, 1969, p. 22).

Os acontecimentos biográficos definem-se antes como alocações e como deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado. É evidente que o sentido dos movimentos que levam de uma posição a outra (de um editor a outro, de uma revista a outra, de um bispo a outro, etc.) define-se na relação objetiva entre o sentido dessas posições no momento considerado, no interior de um espaço orientado. (BOURDIEU, 2011c, p. 81-82).

SOUZA, Eliezer Felix de. **Flávio Suplicy de Lacerda**: Relações de poder no campo acadêmico/político paranaense e o processo de federalização e modernização da Universidade do Paraná (1930-1971). 2016. 303 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

RESUMO

Esta tese tem por objetivo analisar a trajetória de Flávio Suplicy de Lacerda. Procura-se entender as relações de poder nos campos acadêmico e político paranaense que condicionaram sua ascensão e sua permanência na reitoria por aproximadamente duas décadas. A justificativa desta análise está associada ao lugar que ele ocupou no cenário acadêmico, político e intelectual da história paranaense e brasileira, seja como professor, secretário, ministro e, sobretudo, reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) entre os anos de 1949 e 1971. As diversas posições ocupadas por ele permitem problematizar as iniciativas de Flávio Suplicy no campo acadêmico e no campo político, na tentativa de compreender as estratégias que contribuíram para seu ingresso no campo do poder e possibilitaram participar ativamente do processo de federalização e expansão da Universidade do Paraná, bem como a alçar-se ao cargo de Ministro da Educação no governo de Castello Branco. A hipótese é que essa personagem, ao estabelecer relações entre o campo profissional da engenharia, campo acadêmico e campo político paranaense, conquistou notoriedade que lhe deram condições de assumir posições de direção. O referencial teórico, constituído pelas discussões da História Intelectual e proposições teórico-metodológicas de Pierre Bourdieu, e as fontes (atas, anuários, relatórios, jornais *Gazeta do Povo*, *O Dia* e *Diário da Tarde*) permitem compreender o espaço social no qual Suplicy de Lacerda estava inscrito e explicar o processo que resultou na transformação de capitais investidos em estratégias para ingressar no campo acadêmico e ampliar sua potencialidade de ação nesse próprio espaço e no campo político. Em termos específicos, esta tese organiza-se em quatro capítulos, nos quais se discutem as dimensões acerca dos investimentos familiares, da inserção no meio acadêmico e profissional liberal, bem como a integração no espaço social com personalidades como Plínio Tourinho, Brasil Pinheiro Machado e Ney Braga, que tiveram participação direta no percurso que elevou Suplicy de Lacerda ao campo do poder universitário (reitor) e a esfera política (Secretário de Estado/Ministro da Educação). A mobilização teórica e empírica, empreendida ao longo da pesquisa, possibilita afirmar que Flávio Suplicy se atrelou a lideranças políticas do Estado do Paraná e do Brasil e aos docentes da Universidade Federal do Paraná, conquistando reconhecimento do grupo para manter-se na direção da reitoria por vários anos. Por consequência, do campo acadêmico ganhou visibilidade entre os militares, sendo nomeado o primeiro Ministro da Educação da Ditadura Civil Militar. Em síntese, na condição de administrador (Reitor/Ministro), ele adotou um modelo de modernização autoritária, cuja expressão são as intensas obras de expansão da Universidade Federal do Paraná e a permanente vigilância disciplinar presente no âmbito acadêmico. Ele atribuía um papel importante à universidade, pois caberia a ela a tarefa de elevar o Paraná e o Brasil ao “novo”, ao “moderno”, o que consistia em forte investimento na expansão dos serviços universitários, mas sob a direção de uma política autoritária de controle dos movimentos sociais, particularmente dos estudantes, cuja expressão suprema foi a lei 4.464/1964 (Lei Suplicy) que pôs a União Nacional dos Estudantes na ilegalidade, sem, contudo, deixar de sofrer forte resistência estudantil.

Palavras-chave: Flávio Suplicy de Lacerda. Trajetória Intelectual. Campo Acadêmico. Campo Político. Relações de poder.

SOUZA, Eliezer Felix de. **Flávio Suplicy de Lacerda**: Power relations in the academic/political field of Paraná state and the process of federalization and modernization of Paraná University (1930-1971). 2016. 303 p. Thesis (Doctorate in Education) – State University of Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze Flávio Suplicy de Lacerda's trajectory. We sought to understand the power relations in the academic and political fields in the state of Paraná that conditioned his rise and his permanence as chancellor for about two decades. The justification of this analysis is linked to the place he occupied in the academic, political and intellectual scenario in Paraná and Brazil's history, as a professor, secretary, minister, and, above all, chancellor of the Federal University of Paraná (UFPR) between the years 1949 and 1971. The various positions held by him permit to problematize Flávio Suplicy's initiatives in the academic and political field, in an attempt to understand the strategies that contributed to his entry into the field of power and enabled him to actively participate in the federalization process and expansion of the University of Paraná as well as reach the post of Minister of Education during Castello Branco's government. The hypothesis is that, when he established relationships between the professional field of engineering, academic and political field in Paraná, he gained prominence that gave him conditions to assume management positions. The theoretical framework, constituted by the discussions of Intellectual History and Pierre Bourdieu's theoretical and methodological propositions, and sources (minutes, annuals, reports, newspapers - *Gazeta do Povo*, *O Dia* e *Diário da Tarde*), allow us to understand the social space in which Suplicy de Lacerda was inscribed and explain the process that resulted in the transformation of the capital invested in strategies to enter the academic field and expand his potential of action in that space and in the political field. Specifically, this thesis is organized into four chapters, in which we discuss the dimensions about family investment, integration into the academic and liberal professional environment, as well as integration in the social space with personalities such as Plínio Tourinho, Brasil Pinheiro Machado and Ney Braga, who had direct participation in the path that rose Suplicy de Lacerda to the power field of university (chancellor) and political sphere (State Secretary / Minister of Education). The theoretical and empirical mobilization, undertaken during this research, enables us to state that Flávio Suplicy joined political leaderships of the State of Paraná and Brazil and professors of the Federal University of Paraná, gaining recognition of the group to keep himself as a chancellor for several years. Consequently, the academic field gained visibility among the military, being appointed as the first Minister of Education during the Civic-military Dictatorship. In summary, as administrator (Chancellor/Minister), he adopted an authoritarian modernization model that resulted in an intense expansion construction of the Federal University of Paraná and permanent disciplinary surveillance presented in the academic field. He attributed an important role to the university as it was up to it the task to rise Paraná and Brazil to the 'new', the 'modern', which consisted of strong investment in the expansion of the university services, but under the direction of a controlled authoritarian politics of social movements, particularly of the students, whose ultimate expression was the Law 4.464/1964 (Suplicy Law) that put the National Union of Students in illegality, without, however, stop suffering strong student resistance.

Keywords: Flávio Suplicy de Lacerda. Intellectual trajectory. Academic field. Political field. Power relations.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Divisão de grupos na Faculdade de Engenharia.....	50
Quadro 2 - Representação docente da Faculdade de Engenharia – 1930 a 1940	52
Quadro 3 - Composição da diretoria no período de 1940 a 1950.....	54
Quadro 4 - Representação docente da Faculdade de Engenharia – 1940 a 1950	58
Quadro 5 - Vozes da imprensa paranaense.....	113
Quadro 6 - Composição do Conselho da gestão de Victor Ferreira do Amaral	121
Quadro 7 - Composição do Conselho da gestão de Victor Ferreira do Amaral	122
Quadro 8 - Composição do Conselho da gestão continuada de Suplicy de Lacerda.....	130
Quadro 9 - Composição do Conselho da gestão continuada de Suplicy de Lacerda.....	130
Quadro 10 - Disposição do inquérito.....	134
Quadro 11 - Lista dos diligentes (na ordem de publicação)	135
Quadro 12 - Composição do Conselho na segunda gestão de Suplicy de Lacerda	168
Quadro 13 - Composição do Conselho na segunda gestão de Suplicy de Lacerda	168
Quadro 14 - Novos nomes no Conselho Universitário – membros natos	170
Quadro 15 - Novos nomes no Conselho Universitário – membros eleitos	170
Quadro 16 - Relação geral dos Conselheiros da terceira gestão de Flávio Suplicy	172
Quadro 17 - Relação geral dos Conselheiros da terceira gestão de Flávio Suplicy	172
Quadro 18 - Composição do Conselho Universitário em 1961.....	176
Quadro 19 - Composição do Conselho Universitário em 1961.....	176
Quadro 20 - Conselheiros da gestão do Reitor José Nicolau dos Santos	178
Quadro 21 - Conselheiros da gestão do Reitor José Nicolau dos Santos	179

LISTA DE ABREVIATURAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Círculo de Estudos Bandeirantes.
CFE	Conselho Federal de Educação
CONFEA	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CTA	Conselho Técnico Administrativo da Faculdade de Engenharia
DCE	Diretório Central dos Estudantes
IEP	Instituto de Engenharia do Paraná
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEC-USAID	United States Agency for International Development
PRP	Partido Republicano Paranaense - do domínio oligárquico
PSD	Partido Social Democrático
PSN	Partido Social Nacionalista
PTN	Partido Trabalhista Nacional
UDN	União Democrática Nacional
UEB	União dos Estudantes Baianos
UEE	União dos Estudantes Estaduais
UEP	União dos Estudantes Pernambucanos
UESS	União Estadual dos Estudantes de Sergipe
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UP	Universidade do Paraná
UPE	União Paranaense dos Estudantes
URP	União Republicana do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - “UM CABOCLINHO DA LAPA”: ORIGEM FAMILIAR E FORMAÇÃO DE FLÁVIO SUPPLY DE LACERDA.....	26
1.1 ORIGENS FAMILIARES	27
1.2 FORMAÇÃO DE FLÁVIO SUPPLY DE LACERDA	34
1.3 RETORNO A CAPITAL PARANAENSE COMO ENGENHEIRO CIVIL	41
CAPÍTULO 2 - DO CAMPO ACADÊMICO AO CAMPO POLÍTICO: “UM ENGENHEIRO REITOR”	45
2.1 FACULDADE DE ENGENHARIA DO PARANÁ: FRONTEIRAS ENTRE O CAMPO ACADÊMICO E O CAMPO POLÍTICO (1930-1950)	46
2.2 RESTAURAÇÃO DA UNIVERSIDADE: CONFIGURAÇÕES ACADÊMICAS	67
2.3 “UM ENGENHEIRO REITOR”: EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ	74
CAPÍTULO 3 - RELAÇÕES DE PODER NO CAMPO ACADÊMICO PARANAENSE (1946-1950)	95
3.1 “EMPOLGA O PARANÁ A RESTAURAÇÃO DA UNIVERSIDADE”: CAMPANHAS NAS PÁGINAS DA IMPRENSA PARANAENSE	100
3.2 “UNIVERSIDADE DO PARANÁ RESTAURADA”: TRÊS PRIMEIROS REITORES	114
3.3 REITOR FLÁVIO SUPPLY DE LACERDA: CAMPANHAS PELA FEDERALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE E SUA LEGITIMAÇÃO NO CAMPO NO PODER	129
CAPÍTULO 4 - REITOR FLÁVIO SUPPLY DE LACERDA: DOMÍNIO NO CAMPO ACADÊMICO E A MODERNIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO PARANÁ	165
4.1 GESTÕES SUCESSIVAS DE FLÁVIO SUPPLY: “RATIFICAÇÃO DA APROVAÇÃO DO EGRÉGIO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA SUA ATIVIDADE À FRENTE DA ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA”	166
4.2 UM REITOR MINISTRO: “HOJE TERMINARIA O MEU MANDATO. AQUI ESTOU PARA OUVIR DO CONSELHO E DESTA ASSEMBLEIA DE AMIGOS, QUE CONTINUO REITOR”	189
4.3 REITOR FLÁVIO SUPPLY DE LACERDA: DISCURSOS EDUCATIVOS E INICIATIVAS EM TORNO DA MODERNIZAÇÃO DO ENSINO NA UNIVERSIDADE DO PARANÁ	229
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	262
FONTES.....	269
REFERÊNCIAS	290
FONTES CONSULTADAS	296
ANEXO A - Flávio Supply de Lacerda	300
ANEXO B - Repercussão do aniversário do Paraná com ênfase na federalização da Universidade do Paraná.....	302

INTRODUÇÃO

Flávio Suplicy de Lacerda¹, nascido em 1903, na cidade da Lapa, e falecido em Curitiba em 1983, ganhou significativo reconhecimento social. A sua incursão em diferentes instâncias do poder político e acadêmico indicam as razões de tal reconhecimento entre os paranaenses. No momento de sua morte, houve uma forte reafirmação da memória desse personagem. Em matéria intitulada *PR de luto, morre Suplicy de Lacerda*, o jornal *Gazeta do Povo* reafirmou essa memória pública. Conforme o periódico, Lacerda faleceu “[...] vítima de problemas cardíacos [...] aos 80 anos [...] deixando uma folha de serviços prestados ao Paraná.” (GAZETA DO POVO, 02 jul. 1983). Em nota com o mesmo título, o jornal *Diário da Tarde* repercutiu a morte dele, trazendo a fala de muitas autoridades e colegas docentes que elogiaram a atuação e o espírito empreendedor do ex-reitor. Além disso, apresentou uma sinopse sobre a trajetória de Suplicy:

Engenheiro Civil e ex-reitor e ex-ministro da Educação, Flávio Suplicy nasceu a 4 de outubro de 1903, na Lapa. [...]. Iniciou suas atividades como Engenheiro na Prefeitura Municipal de Curitiba, indo depois servir na Revolução de 1930, como Oficial de Equipagem de Pontes no 5º Batalhão de Engenharia. Posteriormente exerceu varias atribuições. [...] Eleito Presidente do Conselho Federal do Instituto de Engenharia do Paraná, chegou a Conselheiro do Estado. Durante a interventoria de Brasil Pinheiro Machado, foi Secretario de Viação e Obras Públicas. Em julho de 1950, assumiu o cargo de reitor da Universidade do Paraná, a qual por seu empenho foi federalizada. Em 1964, a convite do presidente da República passou a exercer o cargo de Ministro da Educação e Cultura. (DIÁRIO DA TARDE, 2 jul. 1983).

Ao mesmo tempo que destacou as posições ocupadas por Suplicy de Lacerda no campo profissional e político, a imprensa mencionou suas atuações polêmicas, como podemos observar no jornal *Estado do Paraná*:

Morreu ontem, em Curitiba, aos 80 anos, uma das figuras mais polêmicas da atualidade paranaense e brasileira: o ex-ministro da Educação e ex-reitor Flávio Suplicy de Lacerda. Idealizador do decreto de lei 477, que previa penas severas a estudantes com atuação política (em vigor até 1979), Suplicy foi também o homem mais importante para a Universidade Federal do Paraná, depois de seus fundadores. Praticamente 90% do que existe na Federal resultou de seu trabalho. (ESTADO DO PARANÁ, 2 jul. 1983).

O lado polêmico apontado refere-se à atuação ostensiva de Flávio Suplicy ao combater os movimentos sociais que se faziam presentes no mundo social e no âmbito universitário. Fora isso, na “imagem” representada pela imprensa paranaense, prevaleceu uma visão positiva a respeito da trajetória dessa personagem, seja em matéria escrita pelo jornal, seja por narrativas assinadas por amigos ou parentes. Com relação a esse aspecto, é notável a

¹ Foto de Flávio Suplicy no Anexo A (página 301).

adjetivação de Jucundino Furtado², publicada na *Gazeta do Povo*:

Dizem que há homens que fazem história do seu país. E Flávio Suplicy de Lacerda, pela ação singular que desenvolveu a educação, tem o seu nome inscrito na história do ensino universitário nacional, sendo até hoje discutido, mas com a memória a ser cultuada doravante por todos nós educadores [...]. Suplicy de Lacerda foi um homem que sempre vislumbrou o futuro. **Adiantou-se a sua geração e preparou inúmeras gerações de estudantes, não só para serem engenheiros, mas, acima de tudo, homens de nível superior [...].** Ele foi o reitor que inicialmente consolidou a Universidade do Paraná, primeira Universidade fundada no Brasil, em 1912, restaurada em 1946, para depois de uma verdadeira batalha, conseguir a sua federalização em 1950. A sua determinação foi única e extremamente firme. Muitas vezes lhe falei da conveniência da liberdade e das tradições da nossa Universidade (aguentada pelo governo do Paraná e a primeira do Brasil). (FURTADO, 1983, ed. jul. 1983, grifos nossos).

Esse mesmo tom discursivo pode ser observado em David Carneiro³, no artigo *A universidade e o papel de Flávio Lacerda*, no qual associa a história do ensino superior paranaense a Victor do Amaral, Nilo Cairo e Flávio Suplicy. Na interpretação de Carneiro:

Todas as Universidades do mundo, mesmo aquelas que papas, reis e imperadores impuseram, têm três fases nítidas em sua evolução: a **primeira** é a do sonho antes que os meios convirjam e haja a prerrogativa dos esforços individuais para um destino comum. A **segunda** é dos passos prévios já no caminho das tentativas (a princípio inseguras) dos líderes indispensáveis, sujeitos a grandes desilusões. A **terceira** é a das realizações e do crescimento para a excelência fixada. [...]. Enquanto as duas primeiras fases foram no Paraná de Nilo Cairo e Victor do Amaral, a terceira é somente de Flávio Lacerda, ainda quando o Dr. Victor (tendo vivido bastante) e havendo chegado em idade provecta a terceira fase [...]. (CARNEIRO, 15 jul. 1983, grifos do autor).

As representações construídas a respeito de Flávio Suplicy ganharam notoriedade no momento da morte dele. Sua história esteve atrelada à UP⁴ e às esferas do governo paranaense e do governo federal, particularmente durante a Ditadura Civil Militar. A trajetória dessa personagem que foi bastante elogiada é o recorte desta pesquisa. Nesse sentido, esta tese inscreve-se no campo da História Intelectual com o objetivo de analisar a trajetória de Flávio Suplicy, privilegiando em termos específicos uma discussão para compreender as suas heranças sociais e culturais, a sua formação escolar e acadêmica, assim como o seu ingresso como docente na Faculdade de Engenharia, a ascensão à reitoria da Universidade do Paraná e sua incursão no campo político, particularmente no cargo de Ministro da Educação do

² Ex-aluno do curso de Engenharia, que ingressou como professor na escola de Química da Universidade do Paraná. Foi secretário da reitoria na administração de Flávio Suplicy.

³ David Carneiro era cunhado de Flávio Suplicy. Ex-aluno da Faculdade de Engenharia, sua atividade didática universitária concentrou-se na Faculdade de Ciências Econômicas, cuja Congregação integrou por duas décadas como professor titular da cadeira Evolução da Conjuntura Econômica, alterada posteriormente para Análise Macroeconômica. Dela se afastou por aposentadoria, em 1969. (PUPPI, 1986, p. 137).

⁴ Universidade do Paraná.

primeiro governo militar⁵.

A escolha dessa temática foi resultante da experiência advinda do Mestrado⁶ e, principalmente, das discussões e das leituras proporcionadas pelo grupo de pesquisa⁷. Foi durante o percurso das discussões do grupo, particularmente a leitura de um texto⁸ produzido pelo coordenador, que proporcionou o contato com o objeto de pesquisa em tela. Desse primeiro contato, mobilizamos interlocução com Lacerda Neto (1988), Campos (2008, 2012), Puppi (1986), Baranow e Siqueira (2007). A partir desses autores, é possível perceber que, depois de fundada, em 1912, como Universidade do Paraná, após 1915, ficou definida em faculdades isoladas. Apesar das várias tentativas de unificação, somente em 1946 aconteceu a refundação da Universidade. O primeiro reitor da Universidade restaurada foi Victor Ferreira do Amaral, figura principal da criação da Universidade em 1912. Amaral deixou a reitoria em 1948. Com isso, em 6 de julho do mesmo ano, tomava posse no cargo de reitor o professor João Ribeiro de Macedo Filho. No entanto, a gestão de Ribeiro foi curta, interrompida pelo seu falecimento em 1949. Com a morte de Macedo Filho, Flávio Suplicy assumiu a reitoria da Universidade. Na sua gestão, transformou-se no arauto da campanha pró-federalização, contando com o apoio do Governador Moysés Lupion. No desenrolar dessa campanha, é possível perceber pela imprensa paranaense e pelos relatórios da Universidade uma intensiva ida à capital federal e a constantes homenagens a políticos e autoridades do alto escalão do governo. Como consequência dessa mobilização, a Universidade foi federalizada no dia 19 de dezembro de 1950, permanecendo Flávio Suplicy, depois da federalização, por 20 anos como reitor, com exceção do período de 1964 a 1966, quando foi nomeado Ministro da Educação

⁵ Flávio Suplicy assumiu o Ministério da Educação e Cultura do Governo Castello Branco em 15 de abril de 1964 e ocupou o cargo até 10 de janeiro de 1966.

⁶ Em 2008, ingressei no programa de Mestrado em Educação da UEPG onde apresentei um projeto na linha de Ensino e Aprendizagem com a temática voltada para *as influências dos meios de comunicação no ensino de História*. Durante o curso, fui transferido para a linha de pesquisa História e Políticas educacionais, onde redirecionei minha pesquisa para a temática *Intelectuais, educação e modernidade no Paraná*. A partir da conclusão do Mestrado, continuei desenvolvendo pesquisas na História Intelectual e, particularmente, na história intelectual da educação. Nessa direção, merece ser mencionado o projeto de pesquisa *Intelectuais, Imprensa e discursos educativos no Paraná (1900-1975)* cujo problema geral do projeto foi estudar as trajetórias, os discursos e as ideias educativas dos intelectuais na imprensa paranaense. Dessa iniciativa resultaram duas frentes de pesquisa: 1) pesquisar a participação dos intelectuais paranaenses no movimento da *Escola Nova* nas páginas dos jornais *Gazeta do Povo* e *Diário da Tarde*, ambos de Curitiba; 2) analisar os discursos e ideias educativas do jornalista Raul Rodrigues Gomes, signatário do movimento escolanovista, cuja atuação teve uma importância significativa para a história do Paraná, atuando como jornalista e professor da Faculdade de Direito da UFPR. Ainda dessa pesquisa, percebeu-se uma ampla campanha na imprensa paranaense em torno da unificação e da federalização da Universidade do Paraná que, somado aos estudos de Nívio de Campos, levou a refletir sobre a questão de forma ampliada, originando este projeto de tese.

⁷ Grupo de Pesquisa *História, intelectuais e educação no Brasil e no Paraná de oitocentos e de novecentos* GEPHIED, coordenado pelo professor Dr. Nívio de Campos.

⁸ CAMPOS, Nívio de. Flávio Suplicy de Lacerda: Genealogia de um integrante da elite paranaense. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 113-132, set. 2013.

do governo militar. Como reitor, ele teve uma gestão caracterizada por boas relações com as autoridades políticas da capital e no âmbito nacional, o que, entre outros aspectos, foi decisivo para a transformação da Universidade, sobretudo na construção de prédios e na estruturação dos laboratórios de diversos cursos.

Dessas indicações lançamos o problema central que guia esta tese, a saber: analisar as iniciativas de Flávio Suplicy no campo acadêmico e no campo político, na tentativa de compreender as estratégias que contribuíram para seu ingresso no campo do poder e que possibilitaram participar ativamente do processo de federalização e de expansão da Universidade do Paraná, bem como a alçar-se ao cargo de Ministro da Educação no governo de Castello Branco.

Em um de seus discursos, Flávio Suplicy defendeu que “[...] aqui não se faça política partidária.” (LACERDA, 1967, p. 28). Para ele, “[...] o papel da universidade será estudar todos os problemas nacionais, de caráter social.” (LACERDA, 1967, p. 28). Diante dessa posição, a ação empreendedora de Suplicy seguiu em duas direções: em primeiro lugar, a aproximação com políticos no âmbito Federal e estadual, cujas estratégias em torno da federalização da Universidade lhes garantiriam reconhecimento, notoriedade e apoio para manter domínio no campo político da Universidade do Paraná; em segundo lugar, conquistada a federalização, a ação de Flávio Suplicy foi no sentido de empreender um processo contínuo de expansão e de modernização imobiliária da universidade. Ao estabelecer relação com o campo político, seja ele democrático ou não, Flávio Suplicy empreendeu o que Milton Lahuerta (2003) chama de “modelo administrativo característico do século XX”, ou seja, um processo de modernização autoritária, que vem de cima, coordenada por membros da elite para a elite e que visa uma modernidade a todos os custos, independentemente de ideologias partidárias.

Nesse sentido, ao longo desta tese, defendemos que Flávio Suplicy se atrelou aos grupos políticos, acadêmicos, círculos intelectuais e do campo da engenharia do Estado Paraná, o que lhe possibilitou assumir posições nas instâncias de poder, de administração e particularmente de direção. As argumentações em torno dessa questão são problematizadas a partir dos lugares de formação dele, do capital social (familiar e adquirido) e da proximidade com intelectuais dentro dos vários espaços sociais, levando em consideração momentos da história do Paraná e particularmente da Universidade nos processos de restauração e federalização. De modo geral, esta tese pretende dialogar e avançar nas questões já exploradas, procurando analisar a atuação de Flávio Suplicy ao longo de sua trajetória no campo político e acadêmico. Para tanto, a análise de sua atuação ocorre de maneira articulada

e indissociável ao próprio entendimento dos contextos intelectuais, políticos e culturais. Dessa forma, seja como professor e reitor da Universidade do Paraná, Ministro ou Secretário de Estado, Suplicy produziu ações que resultaram de desafios e de articulações no campo político e que contribuem para entender o papel do intelectual na sociedade, na definição e no direcionamento das discussões políticas no ensino superior paranaense e brasileiro. Com base nesses aspectos, esta tese é conduzida pelas proposições da História Intelectual e pelos apontamentos teórico/metodológico de Pierre Bourdieu.

No que se refere à História Intelectual, as discussões estão voltadas ao próprio debate historiográfico no campo da história. Jean-François Sirinelli (2003, p. 231) informa que só a partir de 1957 “[...] o comportamento político dos intelectuais merecia por si só um estudo”. Na avaliação desse historiador, naquele momento “[...] começava a repercutir o engajamento e as polêmicas de seus intelectuais e a reverberar os debates sobre seu papel.” (SIRINELLI, 2003, p. 231). Com isso, depois de muitos anos no esquecimento, “[...] a história dos intelectuais tornou-se [...] em poucos anos, um campo histórico autônomo [...] situado num cruzamento das histórias política, social e cultural.” (SIRINELLI, 2003, p. 232). Nesse aspecto, “[...] para quem estuda a ação dos intelectuais, surge obrigatoriamente o problema de seu papel e de seu ‘poder’.” (SIRINELLI, 2003, p. 234, grifo do autor). Esse problema consistiu inicialmente em questionar se “[...] teriam esses intelectuais, em uma determinada data, influído no acontecimento [...].” (SIRINELLI, 2003, p. 235).

Foi a partir da década de 1970 “[...] que a história dos intelectuais começou a superar sua indignidade e que pesquisas em andamento ou já publicadas adquiriram legitimidade científica.” (SIRINELLI, 2003, p. 237). Essa legitimação foi consequente, em partes do renascimento da história política, o que torna o estudo dos intelectuais bastante complexos. Na avaliação de Sirinelli, “[...] a história política dos intelectuais passa obrigatoriamente pela pesquisa, longa e ingrata.” (SIRINELLI, 2003, p. 245). Nessa noção, o papel do intelectual evidencia-se “[...] nos textos impressos, primeiro suporte dos fatos de opinião”. Além disso, “[...] sua história social exige a análise sistemática de elementos dispersos, com finalidades prosopográficas.” (SIRINELLI, 2003, p. 245). A partir dessa síntese, Sirinelli define que o estudo das “[...] trajetórias pedem naturalmente esclarecimentos e balizamentos, mas também e, sobretudo interpretação.” (SIRINELLI, 2003, p. 247).

Ao abordar a questão historiográfica da biografia, Jacques Revel (2010, p. 240) afirma que os historiadores continuam a produzir biografias, mas “[...] fazem no interior de um outro quadro de referência, que lhes impede de propor, por exemplo, que uma vida é imediatamente exemplar em todos os tempos através dos fatos e dos ensinamentos que ela

propõe”. Desse entendimento, o próprio Bourdieu, ao analisar a moda biográfica, chama atenção para a noção de ilusão biográfica. Analisando nessa direção, Revel classifica os estudos de Bourdieu como uma biografia reconstruída uma vez que o sociólogo francês “[...] propõe uma versão sociogenética e dinâmica [...] na medida em que o *habitus* é uma matriz social que gera comportamentos, preferências e estratégias individuais.” (REVEL, 2010, p. 244). O que seria essa biografia reconstruída na perspectiva de Revel? O autor entende que suas biografias não são nunca a narrativa de uma trajetória individual estudada por si mesma. Elas constituem antes em interrogar-se sobre o que tornou possível e pensável tal trajetória em um dado contexto que é necessário reconstruir. Por isso para Revel:

Podemos questionar o princípio de coerência inscrevendo trajetórias biográficas em um conjunto relacional em que a posição do sujeito é tomada no conjunto e definida pelos laços de relação constituídos em configurações específicas. A análise de redes [...] a densidade e a estruturação do espaço social em que se inserem. (REVEL, 2010, p. 247).

Vavy Pacheco Borges (2006, p. 204), ao estudar a questão da biografia, comenta que “[...] ao começar a me preocupar com os trabalhos sobre biografia, eu não tinha ideia de que este termo tivesse surgido tão tarde”. A autora remonta as origens do termo, afirmando que pode se entender como biografia diversos tipos de textos “[...] desde um verbete em um dicionário de figuras políticas, literárias, até relatos em filmes, etc.” (BORGES, 2006, p. 204). Para ela, na década de 1980, falou-se de um retorno da biografia, o que, em seu entendimento, “[...] não é um retorno dado o próprio retrospecto que ela representa – narrações de vidas factuais e lineares existem a tempo.” (BORGES, 2006, p. 207-208). No entanto, esse “retorno” do grande interesse pela biografia teria como fator motivante o próprio retorno da história política empreendida pelos franceses, cujos dois eixos podem explicar esse interesse pelas biografias. No primeiro eixo, “[...] destaca-se um reforço enorme do individualismo, constatado por grande massa de autores das diversas áreas: cada vez mais o indivíduo tem seu espaço na sociedade e cada vez mais o homem se detém sobre ele mesmo.” (BORGES, 2006, p. 209). No que se refere ao segundo eixo, Borges aponta as “[...] mudanças nas disciplinas acadêmicas [...] derivada da crise dos grandes paradigmas (marxismo e estruturalismo, em particular, na França).” (BORGES, 2006, p. 210). Segundo Pacheco Borges, “[...] apesar de os historiadores de hoje usarem o termo biografia sem maiores preocupações, alguns autores especialmente os ligados à Antropologia, rejeitam o termo, preferindo falar em ‘trajetórias’.” (BORGES, 2006, p. 204, grifo da autora). Considerando esse aspecto, Pacheco Borges informa que:

Embora as biografias, no Brasil como em todo o mundo ocidental, tenham bastante sucesso e encham as vitrines de lojas e resenhas dos jornais [...] a maioria das biografias realizadas não parece satisfazer os historiadores, por oscilar entre uma idealização simplista do personagem e as falas polêmicas em torno de pessoas famosas, visando uma grande vendagem. (BORGES, 2006, p. 212).

Com essas considerações, Pacheco Borges questiona: Como se pesquisa a vida de um indivíduo? Ela responde dizendo que “[...] por intermédio das ‘vozes’ que nos chegam do passado, dos fragmentos de sua existência que ficaram registrados, ou seja, por meio das chamadas fontes documentais.” (BORGES, 2006, p. 212, grifo da autora). Para ela, “[...] há os mais diferentes tipos de biografia, desde um rápido (ou não) percurso da vida do biografado (às vezes, um político, um intelectual, um líder religioso, identificados em dicionários e enciclopédias no estilo mais tradicional, em geral em sequência cronológica [...]).” (BORGES, 2006, p. 212-213). Dialogando com vários historiadores, de Phillippe Lejeune a Giovanni Lèvi, Pacheco Borges define que “[...] o tipo mais completo de uma biografia seria aquele em que o biógrafo realiza um ‘mergulho na alma’ de seu biografado, conseguindo penetrar no que veríamos a intimidade da pessoa já desaparecida.” (BORGES, 2006, p. 214, grifo da autora). A partir de Giovanni Lèvi, Borges Pacheco identifica quatro tipos de abordagens biográficas:

Prosopografia e a *biografia modal*: sobre um caso modal, ou seja, aquele caso que ilustra formas típicas de comportamento de certo tempo e espaço; *biografia e contexto*: aquela que procura tornar a pessoa “normal” reconstituindo o meio em torno do indivíduo; *biografia e os casos extremos*: é o personagem não representativo, singular para sua época, o exemplo mais claro e conhecido personagem *Menocchio* de *O queijo e os vermes*, do historiador italiano Carlos Guinzburg, um dos marcos iniciais da chamada “micro storia” (micro-história italiana); *biografia e hermenêutica*: ligada à Antropologia, não há preocupação em escrever uma biografia tipo tradicional: esse tipo de trabalho entre antropólogos é alternância contínua de perguntas e respostas no seio de uma comunidade em torno da questão de uma vida particular – o que se torna significativo é o próprio ato interpretativo, o ato biográfico assumindo assim infinitos significados. (BORGES, 2006, p. 213-214, grifos da autora).

A principal orientação de Pacheco Borges são o questionamento e a contraposição da própria documentação. Em sua observação, o autor não deve se esconder, mas construir a narração acompanhada de seu percurso de pesquisa. Por outro lado, o pesquisador deve selecionar o que for possível sobre uma vida. Segundo Borges, um fato importante para o pesquisador é estar atento “[...] para os condicionamentos sociais do biografado, o grupo ou os grupos em que atuava, enfim, todas as redes de relações pessoais que constituíam seu dia a dia.” (BORGES, 2006, p. 222). Em relação ao biografado e ao seu contexto, o pesquisador “[...] deve procurar conhecer a sociedade, o tempo em que viveu [...] mediante obras de história e de literatura [buscando] familiarizar com os temas que fazem parte da vida sobre a

qual se debruça.” (BORGES, 2006, p. 223). Para a autora, Pierre Bourdieu fez duras críticas ao que ele chama ilusão biográfica, “[...] identificada na linearidade com que é descrito, de forma geral, o percurso de uma vida.” (BORGES, 2006, p. 224). Ou seja, “[...] o pesquisador deve tomar cuidado para não mostrar que a vida se encaminhava para o final que teve, que tudo o que aconteceu foi para levar a pessoa àquele papel na história, àquele final de vida.” (BORGES, 2006, p. 224).

François Dosse, na obra *o Desafio Biográfico* (2009), faz um balanço geral das abordagens biográficas, enfatizando, entre outras questões, a competição no mercado editorial francês em torno da biografia. Na avaliação desse autor, a disputa pelo espaço no mercado foi definindo várias tipologias de biografias. Diante desse quadro, Dosse trabalha com três modalidades: “[...] a idade heroica, a idade modal e, por fim, a idade hermenêutica.” (DOSSE, 2009, p. 13). Conforme esse historiador, apesar do *boom* no campo da biografia, “[...] o distanciamento dos historiadores heruditos com respeito ao gênero biográfico era explícito.” (DOSSE, 2009, p. 103). Os debates em torno desse afastamento, conforme Dosse, começou a demarcar uma efervescência em que autores, a exemplo de Marc Ferro, acabaram fazendo iniciativas em como o historiador deveria proceder em termos teóricos e metodológicos nos estudos biográficos. Desse modo, a disciplina História passou a ganhar espaço na escrita de biografias.

Levando em conta o debate em torno das pesquisas biográficas, nosso estudo volta-se para a perspectiva abordada pela História Intelectual. Na avaliação de Helenice Rodrigues da Silva (2003), a noção de *intelectual* tem um caráter polissêmico e com constantes modificações, sempre levando em consideração os fatores históricos e sociais e que diferentes épocas fornecem modelos distintos de representação. No entendimento da autora, “[...] domínio novo e mal definido, a história intelectual transformou-se, nas últimas décadas, em estimulante objeto de investigação.” (SILVA, 2003, p. 15). Em seu entendimento,

[...] a história intelectual parece visar, essencialmente, a dois eixos de análise: por um lado, o funcionamento de uma sociedade intelectual (o conceito de “campo” de Bourdieu, ou seja, suas práticas, suas estratégias, seus *habitus*; por outro lado as características de um momento histórico e conjuntural [...] que impõe visões de mundo, esquemas de percepção e apreciação, enfim, modalidades específicas de pensar e de agir por parte dos intelectuais. (SILVA, 2002, p. 12, grifos da autora).

Partindo desse entendimento, Helenice Rodrigues (2002, p. 12) afirma que a História Intelectual propõe “[...] análise visando a articulações internas (discurso) e externas (campos, contextos, conjunturas) de uma obra”. Nesse posicionamento, evidencia-se que “[...] a história intelectual deve privilegiar a leitura de um texto em relação ao seu contexto.” (RODRIGUES,

2002, p. 12). Para ela, “[...] a história intelectual parece ter por papel fundamental o posicionamento das ideias, situando-as em seu contexto (intelectual e histórico) de produção.” (RODRIGUES, 2002, p. 12). Por isso, Rodrigues entende que “[...] é imperativo situar os debates, os interesses em jogo, nos seus contextos nacionais e os lugares de sua enunciação.” (RODRIGUES, 2002, p. 13), bem como aos esforços interpretativos do posicionamento das ideias. A partir dessas definições, Helenice Rodrigues conclui que “[...] a história intelectual oscila, por um lado, entre uma sociologia, uma história e até mesmo uma biografia dos intelectuais, e por outro, entre uma análise das obras e das ideias, como por exemplo, uma possível versão da história da filosofia.” (SILVA, 2003, p. 15). De modo geral, a História Intelectual possibilita diferentes enfoques, como, por exemplo, o contexto de produção de ideias, o dos agentes socioprofissionais e das correntes de pensamento. Em síntese, a História Intelectual tende a apresentar-se sob a forma de uma história dos intelectuais ou de uma história das ideias, devendo ser analisados, além da trajetória do indivíduo, as relações sociais estabelecidas com seus pares, as visões de mundo e os esquemas de pensamento de um determinado meio intelectual.

Do debate estabelecido pela História Intelectual e levando em consideração as transformações no que se refere às pesquisas biográficas, buscamos compreender uma biografia inserindo os personagens analisados em uma abordagem diferente das biografias comuns, mas a partir do conceito de trajetória, o que contribui para “[...] descrever a série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes.” (BOURDIEU, 2011c, p. 81). No entendimento do autor:

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um ‘sujeito’ cuja única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto explicar um trajeto no metro sem levar em conta a estrutura da rede. (BOURDIEU, 2011c, p. 81, grifo do autor).

Para Bourdieu (2011c, p. 81-82, grifos do autor), “[...] os acontecimentos biográficos definem-se antes como *alocações* e como *deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado”. Para o sociólogo, “[...] não podemos compreender uma trajetória (ou seja, o envelhecimento social que, ainda que inevitavelmente o acompanhe, é independente do envelhecimento biológico), a menos que tenhamos construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou.” (BOURDIEU, 2011c, p. 82). Logo, o estudo de determinada trajetória está diretamente ligado

ao espaço que o sujeito ocupa no campo. Em relação a esse conceito, no artigo *Algumas propriedades dos campos*, Pierre Bourdieu aponta:

Os campos se apresentam à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas). (BOURDIEU, 2003, p. 119-120).

Para o autor, “[...] cada vez que se estuda um novo campo, seja o campo da filologia no século XIX, da moda atual ou da religião da Idade Média, descobrem-se propriedades específicas, próprias a um campo particular [...]” (BOURDIEU, 2003, p. 119-120). Sobre essas especificidades, Bourdieu chama atenção para as variáveis nacionais, tais como a luta entre os pretendentes e os dominantes que assumem formas diferentes. Por isso, para Bourdieu “[...] em cada campo se encontrará uma luta, [...] entre o novo que está entrando e que tenta forçar o direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência.” (BOURDIEU, 2003, p. 119-120). Pelas definições de Bourdieu, um campo se estrutura em uma relação de força entre agentes, instituições, etc. Conforme Cristina Carta Cardoso Medeiros (2007, p. 52), “[...] substituto da noção de sociedade, o conceito de campo foi formulado para lembrar que o verdadeiro objeto e centro das operações de pesquisa em Ciências Sociais, não é o indivíduo, mas a rede de relações das quais esse indivíduo participa”. No entendimento da autora, “[...] um campo pode ser definido como uma rede, ou como uma configuração de relações objetivas entre posições, [...] que impõem a seus ocupantes (agentes ou instituições) por sua situação atual e potencial na estrutura da distribuição de diferentes espécies de poder e capital.” (MEDEIROS, 2007, p. 53). Ou seja, um campo funciona como um campo magnético capaz de impor aos objetos e aos agentes que nele penetram uma gravidade específica, funcionando como “campos de força”. É nessa relação de forças que se configura o campo do poder. Cristina Medeiros afirma que, para Bourdieu, o campo do poder

[...] é um campo de forças definido em sua estrutura pelo estado da relação de força entre as formas de poder ou espécies de capital diferentes. É um espaço de jogo onde os agentes e as instituições que têm em comum a posse de uma quantidade de capital específico (econômico ou cultural) suficiente para ocupar posições dominantes no seio de seus respectivos campos, se enfrentam em estratégias destinadas a conservar ou a transformar esta relação de força. É também um espaço de lutas pelo poder entre detentores de poderes diferentes. Essa luta se dá pela imposição do “princípio de dominação dominante”, responsável pela divisão do trabalho de dominação e pelo modo de reprodução legítima dos fundamentos da dominação, lembrando que para o autor, todo poder tem que justificar sua existência e ocultar o arbitrário que está em seu fundamento para ser reconhecido como legítimo. (MEDEIROS, 2007, p. 81).

Nessa abordagem, Bourdieu explica que o campo do poder se organiza segundo uma estrutura de distribuição, onde o princípio de hierarquização dominante, o capital econômico, é de certa maneira cruzado pela distribuição de um segundo princípio de hierarquização, o capital cultural. Para exemplificar a estrutura do campo do poder, Bourdieu cita o campo universitário, o campo artístico e o campo econômico. Haveria nesses campos uma dinâmica de transmissão das diferentes espécies de capital que afetam o campo e, conseqüentemente, o campo do poder. Medeiros confirma que:

O autor então reforça e completa a noção das estratégias educativas afirmando que, assim como outras formas de estratégias, são utilizadas da mesma maneira e em mesmo grau pelos grupos sociais, dependendo não do volume, mas, sobretudo, da estrutura de seu patrimônio, por meio da “estrutura das chances diferenciais de proveito” ou ainda dos “sistemas”. (MEDEIROS, 2007, p. 82, grifos da autora).

A partir da análise das relações de força entre os agentes, ou instituições no interior do campo é possível deduzir as maneiras pelas quais os campos se estruturam e por qual capital específico lutam. É esse capital específico que, acumulado ao longo de lutas anteriores, orienta as estratégias dos agentes envolvidos. Em relação ao conceito de capital, Bonnewitz (2003, p. 53-54) aponta três conceitos: o *capital econômico*, propriamente dito, constituído pelo conjunto de fatores de produção e bens econômicos; o *capital cultural*, composto pelo conjunto de qualificações intelectuais e conhecimentos transmitidos e/ou adquiridos, podendo existir em estado incorporado, como disposição duradoura do corpo; em estado objetivo, como bem cultural e/ou em estado institucionalizado, sancionado por instituições; e o *capital simbólico*, definido como o conjunto de rituais ligados à honra, ao prestígio e ao reconhecimento. Por sua vez, o capital acumulado, trunfo para disputa de posições dentro de um campo, pode ser determinado por certo *habitus* herdados da própria relação familiar. Medeiros (2007, p. 40) aponta que “[...] o conceito de *habitus* é central na abordagem sociológica de Pierre Bourdieu e assim como os demais conceitos que desenvolveu, foi formulado na prática e pela prática empírica”. Pierre Bourdieu define o conceito de *habitus* como:

[...] sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expreso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro. (BOURDIEU, 2009, p. 87).

Nesse sentido, *habitus* é uma orientação da ação individual e que, como produto das

relações sociais, tende a assegurar a reprodução das mesmas relações objetivas que o produzem. É “[...] depositado em cada agente pela educação primeira, condição não somente da concertação das práticas, mas também das práticas e pelos próprios agentes supõem o domínio de um código comum.” (BOURDIEU, 2009, p. 71). Ou seja, o *habitus* adquirido nas relações familiares está no princípio da estruturação das experiências escolares e educativa familiar, mas que, conforme Bourdieu, podem ser adaptadas em diferentes circunstâncias e tomadas de posições. Desse modo, o conceito de *habitus* surge da necessidade empírica de apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e os condicionamentos sociais.

As trajetórias seriam assim o resultado construído de um sistema dos traços pertinentes de uma biografia individual ou de um grupo de biografias. Nesse sentido, o principal exercício e desafio desta pesquisa é fazer com que a análise da trajetória de uma figura intelectual forneça subsídios para entender-se algumas questões evidentes de uma determinada época. Para tanto, compreendemos que Flávio Suplicy participou da constituição de um campo específico, no caso o da educação, considerado este um microcosmo, espaço de luta entre diferentes agentes, que ocupam posições diversas, relacionando-se a partir de determinadas regras de jogo e estratégias. Em suma, perseguir uma trajetória significa acompanhar o desenrolar histórico de grupos sociais concretos em um espaço social estabelecido por esses mesmos grupos em suas batalhas pela definição dos limites e da legitimidade dentro do campo em que se inserem.

Favorecidos por esse debate teórico e pelas novas perspectivas da historiografia contemporânea que promovem uma significativa revisão e ampliação das fontes documentais, seguimos as orientações de Jacques Le Goff, para qual o documento “[...] não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.” (LE GOFF, 1994, p. 545). Além de destacar o uso do documento como escolha efetuada pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, Le Goff fala da necessidade de “o questionar do documento.” (LE GOFF, 1994, p. 545). Ainda, em suas conceituações, é interessante fazer a história andar por novos caminhos, o que significa abraçar a pluralidade, buscar múltiplas contribuições. Nesse sentido, o documento entendido como prova passa a ser o monumento. Este significa evocar o passado, rememorar, recordar. Se olharmos por esse ângulo, os documentos não expressam apenas o que aconteceu, mas eles retratam as relações de poder das sociedades passadas a partir do ponto de vista cultural que vivemos agora e projetamos para o futuro. Assim, utilizamos como fonte desta pesquisa os jornais *Gazeta do Povo*, *O Dia*

e *Diário da Tarde*; relatórios, atas e obras arquivados na Biblioteca Central da UFPR; atas de reuniões e documentos disponíveis no arquivo do Círculo de Estudos Bandeirantes, da Biblioteca Pública do Paraná e da Faculdade de Engenharia.

Em relação à metodologia da pesquisa, seguimos orientações a partir dos conceitos de Bourdieu e da metodologia prosopográfica. Com relação à primeira, não podemos pensar em uma metodologia bourdieusiana sem observarmos suas “conversões e reconversões” no campo intelectual francês, ao relacionar, sobretudo, à trajetória do próprio Bourdieu, que, de certa forma, indica um certo modo de fazer, um itinerário, que estabelece um mapa para estudar determinada trajetória. Na obra *Homo Academicus* é possível perceber esse itinerário para pesquisar-se o campo universitário ou, como definido pelo sociólogo francês, “para realizar essa espécie de prosopografia”:

- a) principais determinantes sociais das oportunidades de acesso às posições ocupadas, isto é, os determinantes da formação do *habitus* e do sucesso escolar, o capital econômico e sobretudo o capital cultural e social herdados: a origem social (profissão do pai [...]) origem geográfica, a religião da origem da família;
- b) determinantes escolares que são a retradução escolar dos precedentes (capital escolar): o estabelecimento frequentado [...] o sucesso escolar [...];
- c) capital de poder universitário: pertencimento ao Instituto, ao comitê consultivo das universidades [...] ocupação de posições como decano, diretor de instituto etc. [...] bancas de concurso, agregação [...];
- d) capital de poder científico: direção de um organismo de pesquisa [...]. Conselho Superior de pesquisa científica;
- e) capital de prestígio científico: pertencimento ao Instituto, distinções científicas, traduções em línguas estrangeiras [...];
- f) capital de notoriedade intelectual a Academia [...] aparição na televisão [...] colaboração em cotidianos, hebdomadários ou revistas intelectuais;
- g) capital de poder político ou econômico [...];
- h) disposições “políticas” em sentido amplo: participação em colóquios [...] assinatura de petições diversas [...]. (BOURDIEU, 2011a, p. 69-70).

A prosopografia é um método que tem como finalidade definir uma população a partir de um ou alguns critérios e estabelecer assim uma descrição bibliográfica cujas nuances possibilitam traçar um perfil de sua dinâmica social, privada, pública, cultural, ideológica ou política. Lawrence Stone (2011), no artigo *Prosopografia*, estabelece considerações em relação à metodologia. No entendimento de Stone, o método prosopográfico pode ser usado para identificar pelo menos dois problemas da história: o “das origens da ação política” e a questão “da mobilidade social.” (STONE, 2011, p. 115-116). A partir desses dois fatores, “[...] o propósito da prosopografia é dar sentido a ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social e descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade.” (STONE, 2011, p. 116). Olhando para essas reconfigurações da metodologia, ela permite pensar um sujeito histórico a partir das origens regionais, formação, contexto familiar e relações sociais. Nesses termos, utilizar-nos-emos dessa metodologia para

tentar estabelecer as vinculações entre Flávio Suplicy e políticos paranaenses, particularmente com os fundadores da Universidade do Paraná, o que possibilita, em hipótese, entender a sua chegada à função de reitor da Universidade do Paraná.

Partindo dessas orientações teóricas e metodológicas, esta tese organiza-se em quatro capítulos, privilegiando dimensões acerca da formação, da projeção e da atuação de Flávio Suplicy nos campos acadêmico e político. No primeiro capítulo, realizamos uma análise das origens familiares dele, destacando sua formação desde os primeiros estudos iniciados na capital paranaense, suas passagens pela Escola Militar de Barbacena e Escola Politécnica de São Paulo, até seu retorno a Curitiba como Engenheiro. O objetivo desse capítulo é analisar os investimentos familiares, capital social e cultural, que, entre outros aspectos, serviram de trunfos para Suplicy ingressar no campo profissional.

No segundo capítulo, fazemos uma incursão mais detida acerca da atuação profissional de Suplicy de Lacerda, destacando a função de professor na Faculdade de Engenharia do Paraná e sua relação com a área da Engenharia Civil no Estado. Procuramos perceber as estratégias e as relações sociais que garantiram a ele espaço não somente no campo político, mas, sobretudo, no campo acadêmico. O objetivo desse capítulo é mostrar que, apesar de não ter exercido função de liderança na Faculdade de Engenharia, sua atuação como profissional liberal, filiação partidária e, sobretudo, sua proximidade com Plínio Tourinho e Brasil Pinheiro Machado, deram-lhe condições de ingressar no campo do poder acadêmico e político do Estado do Paraná. Na condição de reitor, Flávio Suplicy estabeleceu na Universidade do Paraná um modelo administrativo empreendedor, atrelado ao campo da engenharia, consubstanciado em uma significativa modernização da universidade.

No terceiro capítulo, procuramos estudar a constituição do poder nas instâncias da instituição universitária paranaense no processo de restauração visando entender as relações sociais que possibilitaram a Flávio Suplicy chegar à reitoria da Universidade do Paraná. Enfatizamos o início da gestão dele como reitor da Universidade, abordando, particularmente, a campanha em torno da federalização dessa instituição como estratégia para permanecer no cargo de reitor por 20 anos. O objetivo desse capítulo é mostrar as relações de poder que definiram os primeiros reitores da Universidade do Paraná e particularmente as estratégias e as ações de Flávio Suplicy em torno da federalização da Universidade que lhe garantiram prestígio e reconhecimento, não só para manter domínio no campo do poder universitário como para ir além desse espaço.

No quarto capítulo, abordamos o domínio político de Flávio Suplicy no campo do poder universitário. Observamos que, depois de assumir a reitoria, ele lançou de imediato a

campanha pela federalização da Universidade, cuja ação concretizada em 19 de dezembro de 1950 lhe garantiu prestígio e notoriedade no campo acadêmico, possibilitando-lhe várias gestões como reitor e sua nomeação no Ministério da Educação. Como Ministro, ele formulou a Lei Suplicy que estabeleceu controle rigoroso sobre a organização dos estudantes e de onde vieram muitas contestações. Analisamos, ainda, os discursos educativos dele e os debates em torno da modernização do ensino na Universidade. O objetivo do capítulo é analisar o domínio de Flávio Suplicy na reitoria, tentando mostrar que, da relação social com o campo político e intelectual do Paraná, ele conquistou prestígio que ultrapassou as fronteiras do campo acadêmico. Contraditoriamente, sua ascensão no campo político nacional, dado o confronto com os estudantes, lhe representou uma derrota nessa esfera, somente não ofuscada pelo conservadorismo do Conselho Universitário que lhe possibilitou várias gestões.

CAPÍTULO 1

“UM CABOCLINHO DA LAPA”: ORIGEM FAMILIAR E FORMAÇÃO DE FLÁVIO SUPLYCY DE LACERDA

“Em princípios de 1916, um caboclinho da Lapa, aos olhares vigilantes do grande Educador Espiridião Rosas, matriculava-se no Colégio Militar de Barbacena.” (LACERDA, 1969, p. 19).

O destaque do título deste capítulo refere-se à passagem do discurso proferido em 1969, quando o reitor Flávio Suplicy, já na fase final de seu ciclo administrativo, foi homenageado pelos vereadores de Curitiba. Em agradecimento às homenagens recebidas na sessão solene da Câmara dos vereadores, na qual recebeu o título de Cidadão Honorário, ele rememorou que “[...] em princípios de 1916, um caboclinho da Lapa, aos olhares vigilantes do grande Educador Espiridião Rosas, matriculava-se no Colégio Militar de Barbacena.” (LACERDA, 1969, p. 19). Esse Colégio dava a ele a oportunidade de seguir carreira militar. Flávio Suplicy só não seguiu esse projeto porque no ano de 1922 aconteceu um episódio: “[...] colegas do Colégio Militar foram expulsos, como revoltosos. Como protesto, eu e mais quatro colegas não quisemos seguir a carreira militar, eu seria, hoje, General reformado. Fomos para a Escola Politécnica de São Paulo.” (LACERDA, 1969, p. 22). Talvez, não só o fato de ter estudado em Colégio Militar, mas a expressão “seria hoje, General”, explique, em parte, não apenas a sua disposição pelo que entende por ordem (os alunos não devem participar de política), mas, sobretudo, a proximidade dele com os militares como veremos a seguir. Depois disso, “[...] como Arquiteto e Engenheiro Civil, achei que era meu dever retornar ao Paraná para lecionar, aqui na minha terra, perto da minha Lapa, e voltei e daqui jamais saí, a não ser para desempenhar a dura missão de Ministro da Educação e Cultura” (LACERDA, 1969, p. 22), que, no final, seria uma dura confrontação, haja vista o embate com os estudantes. Além do mais, ele destacou:

Aqui fiquei. E um dia gritei. Haviam desfederalizado a Universidade do Paraná, com argumento pueril que não havia modelo no Brasil, como se a nossa não servisse para isso. E fomos todos para Petrópolis, onde se achava o Presidente Marechal Dutra, e no Palácio levantei o meu protesto. Imediatamente aquele grande cidadão compreendeu e determinou mensagem, federalizando a Universidade do Paraná. E a Universidade foi federalizada. (LACERDA, 1969, p. 23).

Nesse discurso, Flávio Suplicy rememorou parte da sua trajetória, desde o momento inicial de sua formação até ingressar nos campos acadêmicos e políticos do Paraná e do

Brasil. Nesse aspecto, o objetivo deste capítulo é discutir alguns aspectos da trajetória dele, particularmente sua genealogia familiar e capitais herdados e adquiridos. Nossa pretensão é problematizar o espírito de família, a inserção dele nos espaços de educação formal e a partir disso, com capital cultural adquirido, analisar as estratégias de Suplicy de Lacerda, para sua incursão nos principais espaços dos campos acadêmicos e políticos do Estado do Paraná e do Brasil.

1.1 Origens familiares

Em *Homo Academicus* (2011a), Pierre Bourdieu estabelece alguns pontos para estudarmos as origens sociais. Entre eles, o autor chama atenção para estarmos atentos à origem social (profissão do pai), e, entre outros aspectos, à origem geográfica, bem como a religião familiar. Nêvio de Campos (2012, p. 72), ao estudar aspectos da trajetória de Flávio Suplicy, utiliza-se das categorias espírito de família e capital cultural herdado e adquirido para destacar que “[...] a sua genealogia familiar e o acesso aos espaços de educação formal constituem argumentos para explicar as razões de incursão desse intelectual nos principais espaços culturais e políticos do Paraná e do Brasil”.

Arthur Virmond de Lacerda Neto⁹ (1988, p. 1) afirma que “[...] as origens por via paterna remontam ao ano de 1256, precisamente a 24 de janeiro, natalício do infante de Castela, Dom Fernando [...] que nascendo com madeira de pelos torácicos, recebeu cognome ‘de La cerda’.” A partir desse enunciado, que remonta ao século XIII, Lacerda Neto reconstitui as origens familiares de Flávio Suplicy, desde a Europa. Não nos detemos nessa questão, porque trabalhos realizados por Nêvio de Campos, bem como a biografia acima indicada, já dão conta desse estudo. Entendemos que, apesar de originários da Europa, a constituição familiar de Flávio Suplicy se deu basicamente no Brasil. Aqui, tanto pelo lado paterno quanto materno, ela sofreu uma relativa “quebra na transmissão cultural”. Essa quebra pode ser sentida na saída dos antepassados de Suplicy de Lacerda da Europa. Que fins os levaram a sair de seus países? Dificuldades financeiras foram decisivas nesse aspecto? A partir desse questionamento, a hipótese que seguimos é que o que prevaleceu foi um *habitus* interiorizado, ou experiência adquirida, que permitiu que seus descendentes mais próximos

⁹ Em relação ao parentesco de Arthur Virmond de Lacerda Neto com Flávio Suplicy: “O meu parentesco com ele é assim: o meu trisavô Arthur Virmond Supplicy (1866-1945) tinha uma irmã, Alice, mulher de Manoel José Corrêa de Lacerda. Alice Supplicy de Lacerda e Manoel José Corrêa de Lacerda foram os pais de Flávio.” (Resposta do autor por *e-mail* - sábado, 6 de junho de 2015).

que chegaram ao Brasil a partir de 1830 se configurassem no campo econômico e social. Ou, mais ainda, essa quebra cultural não sofreu um corte abrupto, e alguns indícios ou traços culturais podem ter permanecido como heranças aos descendentes dele quando chegaram ao país.

A esse respeito, Patrice Bonnewitz (2003, p. 88) alerta que “[...] se as condições objetivas se modificam, o movimento inercial do *habitus* o impede de modificar-se da mesma maneira”. O que acontece, no entendimento desse autor, é “[...] uma defasagem do *habitus* antigo em relação as condições novas.” (BONNEWITZ, 2003, p. 88). Ou seja, o agente social fica em uma situação confusa, adotando práticas do lugar anterior, porém vivenciando uma nova situação. Nessa direção, Bonnewitz vai mais longe ao apontar o “conflito de gerações”. Essa realidade demarca que “[...] o descompasso entre o *habitus* dos pais e o dos filhos, estruturado por instâncias de socialização múltiplas como a escola, a mídia ou ainda os grupos de pares, pode fazer nascer um sentimento de incompreensão.” (BONNEWITZ, 2003, p. 89). Essa situação torna-se mais complexa, conforme avalia o autor, na medida em que se analisa a população de imigrantes:

A segunda geração, dos filhos de pais imigrantes nascidos na França, vive um conflito cultural ligado à oposição entre dois *habitus*. De um lado, o dos pais, muitas vezes fundados sobre a manutenção da tradição, principalmente religiosa; do outro, o dos filhos, na maioria, vivem um processo de integração que se traduz por práticas e representações que os diferenciam poucos dos jovens franceses: união livre, divisão de tarefas entre os sexos na família, declínio da fecundidade, prática religiosa fraca. (BONNEWITZ, 2003, p. 89).

Dessa noção, Bonnewitz (2003, p. 89) afirma que “[...] o *habitus* se reestrutura segundo a trajetória social percorrida pelo agente, isto é, pela experiência vivida e interiorizada da ascensão, da estagnação ou do declínio social”. Para o autor, “[...] um *habitus* se estrutura de maneira diferente se é constituído em uma dinâmica diferente, isto é, em uma evolução para cima ou para baixo, na mudança das condições de existência ou na estabilidade destas.” (BONNEWITZ, 2003, p. 89). Portanto, “[...] é preciso estudar não só a posição dos agentes, mas também a trajetória que os levou a ocupar essa posição.” (BONNEWITZ, 2003, p. 90). Citando Bourdieu, o autor reitera que “[...] o *habitus* não é o destino que as vezes acreditou-se ser. Como produto da história é um sistema de disposição aberto, que está incessantemente diante de experiências novas e, logo, incessantemente afetado por elas. É duradouro, mas não imutável.” (BONNEWITZ, 2003, p. 90).

As considerações de Bonnewitz levam-nos a inferir que Flávio Suplicy passou por processos de transformações em seu *habitus* em dois momentos principais: o primeiro seria o familiar, consistindo na transferência da Europa para o Brasil; o segundo momento, quando

Suplicy de Lacerda saiu de casa para estudos em lugares diferentes, com a presença de irmãs ou em regime de internato. Preocupar-nos-emos, nesse sentido, em estabelecer uma análise de Suplicy, norteadas, sobretudo, pelos aspectos genealógicos mais próximos, buscando percorrer a trajetória de sua formação. O sentido do conceito trajetória em Pierre Bourdieu envolve, em certa parte, o conhecimento da trajetória do próprio sociólogo francês. Por exemplo, na entrevista concedida a Terry Eagleton (1996, p. 272), no texto *A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista*, ao falar de sua posição no campo intelectual francês, Bourdieu afirma: “[...] meu problema principal é tentar compreender o que aconteceu comigo”. Continuando, Bourdieu diz que “[...] minha trajetória pode ser descrita como milagrosa, acho eu – uma ascensão a um lugar de que não faço parte.” (BOURDIEU; EAGLETON, 1996, p. 272). Dessa fala de Pierre Bourdieu, a lição que tiramos em relação ao conceito de trajetória é que precisamos recuperar no objeto analisado todos os pressupostos que envolvem, desde as origens familiares à formação e às posições assumidas por um sujeito, uma vez que, a exemplo do que aconteceu com o próprio Bourdieu, a vida mostra-se cheia de contradições, e uma trajetória “pré-determinada” para o sucesso ou fracasso pode sofrer rupturas substanciais ao longo do processo. Desse modo, reconstituir uma biografia significa relacionar o agente social nos espaços e nas redes sociais que vai além do ambiente familiar, uma vez que, na perspectiva de Bourdieu, a “[...] existência de uma rede de relações não é um dado natural, nem mesmo um ‘dado social’, constituído de uma vez por todas e para sempre por um ato social de instituição [...]” (BOURDIEU, 1998, p. 68). Para este autor, a rede de relações é “[...] o produto do trabalho de instauração e de manutenção que é necessário para produzir e reproduzir relações duráveis e úteis, aptos a proporcionar lucros materiais ou simbólicos”.

A origem dos ascendentes mais próximos de Flávio Suplicy remonta ao século XIX. Foi no ano de 1832, que seu avô, Manoel José Corrêa de Lacerda, chegou ao Brasil, mais especificamente ao Rio de Janeiro. Conforme Lacerda Neto (1988), caixeiro viajante, Manoel Lacerda seguiu vendendo artigos para as províncias do sul do Brasil. Em Paranaguá, conheceu Leocádia Cassiana Pereira. Nessa região, constituíram família com “[...] onze filhos, dos quais o quinto, homônimo de seu pai e antecessores, seria finalmente o genitor de Flávio Lacerda.” (LACERDA, NETO, 1988, p. 4). Depois do casamento, Manoel Correia Lacerda e Leocádia Cassiana Pereira foram morar em Vila Nova do Príncipe, que, mais tarde, passaria a ser chamada de Lapa. Conforme Névio de Campos (2012, p. 73), “[...] é originário de uma cidade marcada pelo ambiente cultural e político do Paraná tradicional (Campos Gerais)”. Na avaliação de Campos, originada de um pequeno povoado fundado às margens da Antiga Estrada da Mata, “[...] a primeira denominação era Pouso do Capão Alto (1731)” (CAMPOS,

2012, p. 73), sendo elevada em 1806 à Vila do Príncipe e só em 1872 passando a se chamar Lapa. Fazendo parte do caminho histórico que ligava Rio Grande do Sul a São Paulo, segundo o autor, “dessa região saíram diversas autoridades políticas que ocupavam espaços na administração pública.” (CAMPOS, 2012, p. 73).

Das origens maternas, especificamente o sobrenome Suplicy origina-se do centro da França, em torno do início do século XVII. A chegada ao Brasil da descendência Suplicy deu-se em 1834 quando “[...] Louis Jean Joseph Suplicy e Jean François Etienne Suplicy” emigraram juntos para o Brasil. (LACERDA NETO, 1988, p. 5). Aqui, em princípio, residiram no Rio de Janeiro, onde Jean François Suplicy casou-se com Maria Luiza Edeltrudes Virmond, filha de Guilherme Virmond que “[...] transfere-se para a Lapa em cujo meio salientou-se como engenheiro construtor de residências, da cadeia velha e pontes.” (LACERDA NETO, 1988, p. 5). Desse casal, proviria Alice Maria Suplicy de Lacerda, mãe de Flávio Suplicy.

Manoel Correia de Lacerda e Alice Maria Virmond Suplicy “[...] desposaram a 14 de novembro de 1885” e “viveram sempre na cidade adotiva de seus pais, torrão seu e de seus filhos.” (LACERDA NETO, 1988, p. 8). Manoel Lacerda “[...] mantinha sociedade na loja de armarinhos com seu irmão Joaquim, passando a pertencer-lhe exclusivamente até o fim da vida por desistência do sócio face ao saque infligido após o cerco e ainda porque este propendeu para a política [...]” (LACERDA NETO, 1988, p. 9). A afeição de Manoel de Lacerda com o comércio tem relação com a experiência de seu pai que trabalhava no ofício de comerciante de secos e molhados, como caixeiro viajante, fornecendo artigos para a região das províncias do sul do Brasil. Comerciante na Lapa, Manoel de Lacerda (Avô de Flávio Suplicy) era proprietário de escravos. Tal observação é informada por Lacerda Neto (1988, p. 8) ao indicar que Manoel de Lacerda possuía “[...] treze escravos”.

Flávio Suplicy cresceu nesse ambiente ainda com marcas deixadas por seus avós. Conforme Lacerda Neto (1988, p. 8), Flávio Suplicy nasceu no dia 4 de outubro de 1903, antepenúltimo de quatorze filhos do casal e “[...] passou a infância divertindo como qualquer criança saudável, em partidas de búlico, peladas, disparos com setas, etc. usufruindo de liberdade e praticando travessuras normais à idade.” (LACERDA NETO, 1988, p. 8). Ainda, conforme o autor, seu pai “[...] sistematicamente se abstinha de impingir punições físicas.” (LACERDA NETO, 1988, p. 10). Em sua casa “[...] convivia com irmãos, avós e parentes, [...] [e] ‘a negra Carlota’, carinhosamente pelas crianças tratada por ‘tia’, ex-escrava de Federico Virmond, alforriada por ‘Duca’ pai de Suplicy da abolição da escravatura.” (LACERDA NETO, 1988, p. 10).

No que se refere à família Lacerda, Ricardo de Oliveira (2001, p. 282) informa que “[...] os mais conhecidos Lacerda foram o Coronel e Senador Joaquim Rezende Correa de Lacerda [tio de Flávio Suplicy], um dos defensores da Lapa em 1894 [...]”. Em relação à família Suplicy, relatamos anteriormente que Louis Jean Joseph Supplicy e Jean François Jacques Etienne Servin Victor Supplicy migraram para o Brasil em 1834, passando a residir no Rio de Janeiro e a trabalhar como ourives. Em terras brasileiras, Jean François casou-se com Maria Luiza Edeltrudes Virmond (avós maternos de Flávio Suplicy). Quanto ao sobrenome Virmond, da linhagem de Maria Luiza, veio para o Brasil com Frederico Virmond¹⁰ (bisavô materno de Flávio Suplicy). Nascido em Colônia (Alemanha), chegou ao Rio de Janeiro em 1818 trabalhando com importação. Conforme Lacerda Neto (1988, p. 5), “[...] tornou-se maçom assíduo embora tivesse sido co-fundador da primeira paróquia protestante no país, terminando a vida em salutar ateísmo”. Em 1833, mudou-se para a cidade da Lapa, exercendo atividades de engenharia, medicina e pintor miniaturista. A linhagem da mãe de Flávio Suplicy estabeleceu-se na cidade da Lapa na década de 1830. De acordo com Francisco Negrão, os descendentes de Frederico G. Virmond “[...] se casaram entre as famílias principais da Lapa.” (NEGRÃO apud OLIVEIRA, R. C., 2001, p. 291).

Conforme Nêvio de Campos (2012), a linhagem de Flávio Suplicy (Suplicy, Magalhães, Rezende, Virmond) evidencia que sua trajetória é marcada pela ascendência detentora de capital econômico, social e cultural, portanto detentora de títulos e de reconhecimento entre os grupos dominantes e governantes do Paraná. Segundo Lacerda Neto (1988, p. 8), “[...] tanto ele [Frederico Virmond] como seu genro [Jean] Suplicy puderam às famílias que encabeçavam propiciar decidido conforto, tendo aquele se dedicado inicialmente ao comércio e este à joalheria [...] para na Lapa tornarem-se fazendeiros [...]”. Os parentes próximos de Flávio Suplicy casaram-se, também, com pessoas influentes da Lapa. A irmã dele casou-se com David Antônio da Silva Carneiro, herdeiro de uma das indústrias mais importantes do mate do Paraná. Além disso, o casamento do próprio Flávio Suplicy com Dalila de Castro Lacerda expressa um trunfo no processo de reprodução social. Dalila de Castro era filha do Major Vicente Ferreira de Castro que, desde jovem, ingressou na política, abraçando o programa republicano, tendo sido o primeiro republicano histórico de Palmeira.

¹⁰ Os pais de Flávio Suplicy de Lacerda se chamavam Manoel Correia de Lacerda e Alice Maria Suplicy de Lacerda. Os seus avós paternos eram Manoel Correia de Lacerda e Leocádia Pereira de Rezende. Os avós maternos Maria Luiza E. Virmond e Jean François J. E. S. Victor Suplicy. Seus bisavós maternos se chamavam Rita Joaquina Guimarães (mãe de Leocádia) e Joaquim P. de Rezende (pai de Leocádia). Os bisavós paternos Vitória J. de Santa Cruz (mãe do avô Manoel) e Joaquim J. C. de Lacerda (pai do avô Manoel). Maria I. Q. de Andrade (mãe de M. Luiza) e Frederico G. Virmond (pai de M. Luiza). E os bisavós Úrsula Bonin (mãe de Jean François) e Germain L. de M. Supplicy (pai de Jean F.).

Segundo Lacerda Neto (1988, p. 22), foi na capital paranaense que, ao “[...] acompanhar a irmã Maria Luiza que visitava o casal Conceição de Castro-Hildebrando de Araújo, na residência destes [...], [estava] presente a senhorita Dalila de Castro, irmã daquela, por quem recém-formado lapeano encanta-se logo ao primeiro contato”. Casam-se¹¹ a “[...] 26 de setembro na mansão onde haviam trocado as primeiras palavras” e partiram em lua de mel para Buenos Aires, única viagem internacional de Flávio Suplicy.

Em uma análise macro, os antecedentes de Flávio Suplicy deixaram traços culturais, econômicos e sociais significativos. Entretanto, visualizando o fator escola e focalizando para a família dele, parece que o investimento escolar não foi uma preocupação constante. Esse aspecto pode ser observado na própria condição do pai e do tio dele, que tiveram como herança o comércio e as terras. Essa observação pode ser extensiva a seus irmãos, pois do total de 14 não encontramos indícios de investimentos educacionais estendidos aos demais. Esse aspecto demonstra que, por mais que permaneçam traços econômicos e culturais dos antecedentes da família dele, aconteceu um esforço grande de seus pais para mandá-lo a Barbacena, e mesmo a Curitiba e São Paulo. Quando foi enviado para estudar, ele morou na casa de irmãs. Isso indica um esforço grande no que se refere aos investimentos culturais. Por outro lado, a proximidade com famílias tradicionais da Lapa indica fortes traços de capital social, uma vez que ele se beneficiou dos casamentos de suas irmãs e cunhadas e de seu próprio casamento.

Com base nessas características, é possível problematizar três posições associadas ao capital social de Suplicy de Lacerda: a primeira delas refere-se a seu emprego na indústria de erva mate de seu cunhado Hildebrando Cesar de Souza Araújo, casado com Leopoldina Vicente de Castro, irmã da esposa de Flávio Suplicy, em cuja indústria assumiu a coordenação dos meios e dos aparelhos da produção do mate; a segunda e a terceira delas, a influência de David Carneiro, que, além das indicações que fez as suas atuações na Fazenda Monte Alegre, apresentou-o ao professor Augusto Teixeira quando da sua contratação na Faculdade de Engenharia. Essas considerações levam-nos às indicações de Bourdieu (2008, p. 133), segundo o qual, “[...] nas corporações [...] a família tem um papel considerável, não apenas na transmissão, mas também na gestão do patrimônio econômico, especialmente através das ligações de negócios que são também, com frequência, ligações familiares”. Esse capital social, atrelado à grande família, foi ainda, em hipótese, um dos fatores decisivos para

¹¹ Flávio Suplicy e Dalila tiveram dois filhos: Flávio Suplicy de Lacerda Júnior, cardiologista; Maria Augusta de Lacerda Pessoa, viúva de Plínio de Mattos Pessoa.

integração de Flávio Suplicy com a elite intelectual e política do Estado do Paraná. Conforme Lacerda Neto, o pai de Flávio Suplicy lutou ao lado dos Pica-paus (republicanos); já Vicente de Castro (sogro de Flávio) lutou ao lado dos Maragatos (federalistas). Em 1930, Vicente de Castro lutou ao lado do movimento organizado por Getúlio Vargas. O Exército paranaense aderiu ao movimento de Vargas com a deposição do Presidente do Paraná Afonso Camargo e com a tomada do poder pelo General Mario Alves Monteiro Tourinho. De acordo com Lacerda Neto (1988, p. 24), “[...] ao Movimento de 1930 [Flávio Suplicy] aderiu [...], aquiescendo a conselho do sogro Major Vicente de Castro e integrando-a no posto de Primeiro-Tenente da companhia de equipagem de pontes (capitaneado pelo cunhado David Carneiro), incumbida do reparo dos equipamentos (meio-pontões) provenientes de Palmas para se estabelecer passagem sobre o rio Ribeira do Iguape”.

No que se refere ao movimento de 1930, Ricardo Costa Oliveira (1997, p. 47) afirma que, no Estado do Paraná, essa revolução “[...] começou com uma articulação político-militar feita pelo Major Plínio Alves Monteiro Tourinho”. Engenheiro, professor da Universidade do Paraná, Tourinho era descendente da família Alves, tradicional do Estado. O movimento liderado por Tourinho foi vitorioso, uma vez que, articulado desde julho de 1929, contou com o apoio dos Estados do Rio Grande, Minas Gerais e Paraíba. Segundo Oliveira (1997, p. 48), com a vitória, Curitiba viveu uma festa cívica. Segundo o autor, “[...] velhos políticos dissidentes do Partido Republicano paranaense, então apoiadores da aliança liberal, como o Coronel Joaquim Pereira de Macedo e o Coronel Ottoni Maciel” promoveram grande agitação e prepararam a formação de batalhões revolucionários. No fim da revolução, Plínio Tourinho nomeou Mario Tourinho, seu irmão, para assumir a interventoria do Estado. Entre as novas autoridades nomeadas pela Revolução de 1930, Oliveira destaca a nomeação de João Ribeiro de Macedo Filho para Secretário Geral. Por isso, no entendimento de Oliveira, foi uma revolução oligárquica com o “comprometimento com as frações dominantes.” (OLIVEIRA, 1997, p. 49). Mario Tourinho ficou pouco tempo no governo, pois enfrentou oposição de setores paranaenses e militares. Foi substituído por João David Pernetta, um tradicional político da República Velha. Pernetta ficou por pouco tempo no poder, uma vez que Getúlio Vargas indicou para interventor Manoel Ribas, em 30 de janeiro de 1932.

A partir de Bourdieu (2008, p. 131), é possível interpretar que as uniões das famílias de Flávio Suplicy expressam a “[...] lógica específica das estratégias que os grupos, e particularmente as famílias, empregam para se produzir e se reproduzir [...]”. Na avaliação do sociólogo, “[...] a família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço

social e das relações sociais”. Olhando para questão da imigração e observando a constituição familiar de Lacerda, percebemos que vem de uma família lapeana com condições econômicas razoáveis, que lhe possibilitou com grande esforço, acesso a investimentos de capital cultural. Esse capital, atrelado a uma grande rede de relações (capital social), possibilitou a ele uma transposição em relação às características originais familiares. Ou seja, se, a exemplo de seu avô, o pai de Flávio Suplicy foi um herdeiro do comércio, a ele foram dados outros investimentos culturais, os quais o permitiram ocupar espaços, tanto nos meios culturais do Paraná, como no campo político paranaense e nacional. Essa assertiva permite-nos inferir que o *habitus* é uma estrutura sempre em via de reestruturação. Em Bourdieu, as aquisições mais antigas condicionam as mais recentes, integrando o agente social, em cada aquisição nova, o novo *habitus* para adaptar-se a situações novas. Isso significa dizer que o *habitus* primário, por mais que tenha um significado especial ao longo da vida do agente social, não é totalmente congelado. Ou seja, os agentes fazem escolhas que podem ser caracterizadas pelas novas aquisições ou convivências em espaços sociais diferenciados.

1.2 Formação de Flávio Suplicy de Lacerda

Como observamos no item anterior, os pais de Flávio Suplicy foram herdeiros de um capital econômico que possibilitou atuar no ramo do comércio e da propriedade de terras, e, sobretudo, uma herança social significativa atrelada às famílias da Lapa. Membro de uma grande família (14 irmãos), não encontramos indícios de que, além dele, outros foram enviados para estudar fora. Por um lado, esse aspecto indica que a atividade comercial representava a seus pais aspectos econômicos relativos e, por outro, que foi preciso grande esforço enviá-lo para estudar. Nesses termos, a preocupação educativa recebida de seus familiares foi decisiva na sua formação, uma vez que o enviaram para estudar em outros locais (Curitiba, Barbacena, São Paulo), cujas ofertas educativas não existiam na Lapa.

De modo geral, os ascendentes mais distantes de Flávio Suplicy foram detentores de capital cultural significativo. Conforme Lacerda Neto (1988, p. 6), entre seus parentes, muitos eram proprietários de títulos acadêmicos¹². Portanto, como observamos no item primeiro,

¹² O autor cita Frederico Virmond [bisavô de Flávio] que era “filho e neto de médicos, seu pai formara-se na Universidade de Heidelberg por volta de 1776, seu avô Johan Heinrich estudava medicina na de Estrasburgo em 1748, e ele próprio fora aluno fundador da de Berlim em 1809”. Por outro lado, a origem do avô materno (Jean François Supplicy) de Flávio Suplicy estava associada à área do Direito. No que se refere a Frederico Virmond, Lacerda Neto observa: “sua biblioteca reunia cerca de sete centenas de volumes em alemão, francês e português, sobre filosofia, ciência e literatura. [...] constava dois pianos de mesa ingleses e uma coleção de coleópteros somando oito mil exemplares [...]” (ibidem, p. 5). Um aspecto importante é destacar que na trajetória de Frederico Virmond o capital cultural era uma estratégia herdada de sua linhagem familiar. A outra linhagem

como descendentes de imigrantes, sofreram em chãos brasileiros certa defasagem cultural. Mesmo assim, conforme Lacerda Neto, o ambiente familiar em que viveu Suplicy de Lacerda estava caracterizado com dispositivos de capital cultural. Essa constatação vem exemplificada por Lacerda Neto (1988, p. 8) ao afirmar que “[...] em casa de sua genitora o ambiente seria bastante salutar, particularmente em termos culturais, a partir do bisavô prussiano Virmond, que aos quatro pares de filhos transmitiu em casa mesmo seus conhecimentos idiomáticos, científicos e de cultura geral”. Não foi possível analisar em termos empíricos o teor desse capital cultural herdado, não obstante a informação proporcionada por Lacerda Neto possibilita lançar a hipótese de que Flávio Suplicy teve uma infância marcada pela convivência com bens culturais.

Além dessa hipótese, a inserção dele na educação formal representou, por parte de seus familiares, uma preocupação educativa significativa. Conforme Arthur Virmond de Lacerda (1988, p. 10), ele “[...] realizou sua inicialização [...] aos nove ou dez anos de idade, inscrito no estabelecimento local, Colégio São José, gerido pelas freiras da correspondente Congregação”. Nesse Colégio, “[...] fora-o, sobretudo, para disciplinar-se submetido as restrições e normas, alfabetizando-se inobstante a precariedade pedagógica das irmãs, deficiência que procurava suprir através de incessante desvelo.” (LACERDA, 1988, p. 10).

Esse estabelecimento de ensino era coordenado pelas Irmãs de São José de Moutiers. A vinda de religiosas dessa Congregação para o Paraná teve início na década de 1890. No ano de 1896 elas iniciaram seus trabalhos no Colégio São José da cidade da Lapa. Segundo Pizani (2005, p. 121), a vinda dessa congregação religiosa “[...] para o Brasil não se constitui um fato isolado, apenas atendendo à solicitação de um bispo, mas sim fez parte de um contexto de planejamento da Igreja Católica.” (PIZANI, 2005, p. 27). Na avaliação de Nêvio de Campos, isso explica que a primeira experiência escolar de Flávio Suplicy está marcada pela cultura católica. Segundo esse autor, “[...] o projeto formativo [católico] preconizava a formação integral [...], isto é, a formação religiosa, moral, cívica/patriótica e intelectual.” (CAMPOS, 2010, p. 175). A matrícula no Colégio das Irmãs de São José evidencia, portanto, uma relação entre a família de Flávio Suplicy e a religião católica. Essa evidência pode ser confirmada pelas palavras de Lacerda Neto: “[...] nas novenas de Sant’Ana, celebrada nas residências dos fiéis, expandia-se em peraltices [...].” (LACERDA NETO, 1988, p. 9).

Após ingresso escolar na cidade da Lapa, “[...] seus pais enviam-no a Curitiba a

(Suplicy) da ascendência materna também era portadora de capital cultural. Lacerda Neto comenta que Manoel de Lacerda tinha máquina de costura e piano “[...] aparelhos raros à época, sobretudo no interior [...].” (LACERDA NETO, 1988, p. 8).

prosseguir sua instrução sob as vistas da [sua] irmã Maria Luiza, em cuja residência se aloja, passando a frequentar o afamado Colégio Julio Teodorico, do qual foi discente no biênio ou triênio de 1912, 1913 a 1915.” (LACERDA NETO, 1988, p. 10). À casa de Maria Luiza, ele permaneceu por pouco tempo, dado que, em consequência da morte de seu marido, ela retornou à Lapa. Desse modo, Flávio Suplicy foi morar com outra irmã, Leocádia, até sua viagem de estudo para Barbacena. No que se refere ao Colégio, este pertencia a Júlio Theodorico Guimarães¹³, o qual exercia a função de diretor. Existiam diversas escolas particulares em Curitiba, muitas de confissões católicas, mas seus pais preferiram essa devido ao seu reconhecimento e ao seu prestígio. O Relatório do Governo do Paraná de 1916 aponta que, naquele ano, 228 alunos estavam matriculados, um número relativamente alto para aquele período. Após esse período na capital paranaense, Lacerda Neto (1988, p. 11) comenta que “[...] os derradeiros meses de 1915 corresponderam ao período final por Flávio Lacerda vivido em Curitiba durante sua infância e meninice, para transcorrer a adolescência e início da juventude fora dela, mesmo de seu estado natal, pelo interregno de doze anos”.

A Barbacena, Flávio Suplicy foi enviado para estudar em colégio Militar. Segundo Lacerda Neto (1988), o envio de Suplicy para esse Colégio foi motivado, a princípio, por dois fatores: primeiro, a notoriedade do Colégio de Barbacena, que, apesar de ser fundado em 1912, já tinha se repercutido na capital do Paraná; em segundo, “[...] no duplo propósito de instrução e como corretivo enérgico de sua conduta ainda indisciplinada.” (LACERDA NETO, 1988, p. 11). Assim sendo, no ano de 1916, conduzido pelo pai, Flávio Suplicy foi estudar em Barbacena. A viagem foi de trem até Paranaguá de onde seguiram de navio para o Rio de Janeiro e novamente de trem, via estrada Central do Brasil, até o destino final. Por não contar mais com a idade exigida para ingresso no referido Colégio, ele contou com a estratégia de seu pai que cometeu uma suposta fraude para garantir o ingresso do filho nas fileiras do ensino militar¹⁴. Conforme Lacerda Neto (1988, p. 12), “[...] contava então com treze anos, em dois excedendo o limite etário permitido para inscrição, obstáculo que seu pai

¹³ Júlio Theodorico Guimarães (contador) pertencia ao círculo intelectual do grupo envolvido com projetos formativos na capital paranaense. Além de ser proprietário da referida escola que levava seu próprio nome, tinha projetos educativos com Flavio Luz, diretor do Gymnasio Curytibano. Juntamente a Flavio Luz, ele participou do processo de organização dos cursos da Universidade do Paraná em 1912. Depois de criada, ele assumiu a função de professor no Curso de Comércio.

¹⁴ Essa suposta fraude indica um elemento de relativização do poder econômico da família de Suplicy de Lacerda. Sem dúvida, tinha origem social e política importante. No entanto, parece indicar que eles não passaram ilesos ao processo de relativização do poder das famílias dos Campos Gerais. Ao mesmo tempo, evidencia o esforço das velhas oligarquias para enviar seus filhos para estudar nas principais instituições e nas grandes cidades do Brasil. É possível dizer que a trajetória de Suplicy tem relação mais forte com a força social oriunda de seus cunhados (Hildebrando e Carneiro), os quais lhe garantiram ingresso nos negócios de família e acesso à Faculdade de Engenharia. Parte de seus estudos contou com a formação em colégio militar, mas grande parte com financiamento de sua família.

removeu alterando o ano de nascimento no registro correspondente, pequena fraude que parecia justificável face ao propósito a que se destinava”. Fabiana Maria Leal (2009, p. 1), ao referenciar os Colégios militares, afirma que o primeiro do Brasil foi criado em 1888 na cidade do Rio de Janeiro. Segundo a autora, a proposta pedagógica do Colégio centrava-se na instrução e na educação militar, induzindo os alunos a seguirem carreiras nas Forças Armadas. Reconhecido pela sociedade, o Colégio serviu de modelo para a implantação de outros, como o de Porto Alegre e Barbacena em 1912 e Fortaleza em 1919. Em Barbacena, conforme Lacerda Neto, Flávio Suplicy adquiriu:

Todo o conjunto básico de sua formação (em acréscimo ao conteúdo trazido de casa), a Barbacena devendo algumas das convicções e diretrizes incorporadas em definitivo, a exemplo de seu conservadorismo e o agudo senso de estudo e de dever a ser cumprido por quem aspira ao aperfeiçoamento pessoal. (LACERDA NETO, 1988, p. 12).

No Colégio Militar de Barbacena, ele “[...] recebeu influências do positivismo através do Major Augusto de Araújo Dória e Major Leyraud, ambos aderentes à doutrina de Augusto Comte.” (LACERDA NETO, 1988, p. 12). Conforme Lacerda Neto, “[...] no ambiente de seus iguais importante sugestionamento comtista adveio de David Carneiro, seu colega segundo anista (entretanto formar-se-iam juntos), curitibano, futuro cunhado em 1924.” (LACERDA NETO, 1988, p. 12). No entanto, “[...] tais convicções desapareceram ulteriormente, atingindo manifesta hostilidade quando reitor, ao equiparar positivismo a comunismo destruidor, além de confessamente o condenar e aderir a tetrógrado teologismo católico.” (LACERDA NETO, 1988, p. 12). Essa afirmativa pode ser justificada, uma vez que em meados da década de 1930, Flávio Suplicy passou a integrar o Círculo de Estudos Bandeirantes, órgão da intelectualidade católica paranaense.

No entendimento de Bourdieu, o sistema de ensino como um todo dota os alunos em uma percepção diferente do mundo que guiam as aquisições futuras, mas que, a partir das mediações culturais podem ser resignificadas. Veremos adiante que a relação com os militares foi muito forte, particularmente relacionada à instauração da ordem. Para Lacerda Neto (1998, p. 13), habituado com a liberdade “familiar” era natural que “[...] enfrentaria certa dificuldade e demora em conformar-se aos padrões de disciplina restritiva imposta pelo regime marcial da escola”. Essa dupla situação (anterior e a do Colégio) resultaria em “[...] punições de frequência praticamente mensal, sob a forma de encarceramento simbólico por um dia ou a proibição por um mês de saída a passeio [...].” (LACERDA NETO, 1988, p. 13). Apesar disso, sua característica de “[...] comunicativo e jocoso, salientava-se entre os demais de sua turma, respondendo ou intervindo com pilhérias divertidas nos momentos de descontração.”

(LACERDA NETO, 1988, p. 13). Com isso, ele alcançou certo carisma: “[...] estimado por todos, no quarto ano dirigiu um pequeno jornal interno, manuscrito, estampando caricaturas. Na banda tocava corneta, posição que o envaidecia.” (LACERDA NETO, 1988, p. 13). No que se refere aos estudos, ele “[...] recebeu capacitação em onze disciplinas, preponderando a ciência matemática” (LACERDA NETO, 1988, p. 14), na qual se destacava e que se tornou imprescindível para sua futura formação de Engenheiro.

Segundo Bourdieu,

[...] a instituição escolar institui *fronteiras sociais* [ela pode apresentar separação] marcada, primeiro, pelas próprias condições de vida, pela oposição entre a vida reclusa do interno e a vida livre do estudante, depois, pelo conduto e, sobretudo, pela organização do trabalho de preparação para os concursos: de um lado um enquadramento mais estrito, através das formas de aprendizado mais escolares e, sobretudo, uma atmosfera de urgência e de competição que impõe a docilidade e tem uma evidente analogia com o mundo dos negócios; de outro a ‘vida estudantil’ que, próxima a tradição da vida boêmia, implica muito menos disciplina e regulamentação, mesmo no tempo consagrado ao trabalho; ela é marcada, por último, no e pelo concurso e pela ruptura ritual, verdadeira fronteira mágica, que ele institui ao separar o último diplomado do primeiro aprovado por uma diferença de natureza, marco pelo direito de usar um nome, um *título*. (BOURDIEU, 2011c, p. 37-38, grifos do autor).

No Colégio Militar, Flávio Suplicy reprovou um ano. No entanto, em dezembro de 1922, já formado, retornou a Curitiba. Junto a ele, retornaram alguns colegas, dentre os quais, João Gualberto Gomes de Sá e David Carneiro. Inicialmente, conforme Lacerda Neto (1988, p. 14), ele sonhava com a carreira militar, “[...] desistindo, contudo (com outros quatro alunos) em protesto contra a expulsão de colegas como revoltosos no mesmo ano.” Na avaliação desse autor, “[...] ao curso em Barbacena sucederiam estudos, no sentido já da profissionalização por matrícula na Escola Politécnica de São Paulo em desfavor da Faculdade de Engenharia do Paraná.” (LACERDA NETO, 1988, p. 16). Essa decisão dar-se-ia pelo reconhecido nível de ensino já na época da Escola Politécnica. Fundada em 1894, a escola já se encontrava consolidada. Nesses termos, “[...] objetivando inscrever-se, dirigiu requerimento ao diretor da Escola, firmado na Lapa em 30 de janeiro de 1923, anexando os documentos de exigência regimental.” (LACERDA NETO, 1988, p. 17). Feito esse procedimento foi aceito na Escola Politécnica de São Paulo. Sua ida à capital paulista foi facilitada porque moravam duas de suas irmãs (Carlinda de Lacerda Araújo e Leocádia). Embora residisse na casa das duas, passou a maior parte de curso na casa do “[...] cunhado Joaquim Augusto dos Santos Araújo que mantinha sociedade com Manoel Loureiro Barros” (LACERDA NETO, 1988, p. 17) em uma firma que vendia por atacado tecidos nacionais e estrangeiros. De tudo restavam as recomendações do pai: “[...] peço a Deus a tua saúde, pelo

Brandão Alves mando entregar-te cem mil réis. Economiza para não pedir nada ao Araújo. Avise o resultado do exame se for bem.” (LACERDA NETO, 1988, p. 18). Ou, ainda, “[...] mandarei logo ajudatório para os livros.” (LACERDA NETO, 1988, p. 18). Essa nota do pai de Suplicy de Lacerda indica que a situação financeira da família não denotava uma condição de grandes fortunas. Ao contrário, é possível identificar um grande esforço para garantir os estudos de Suplicy na Escola Politécnica. Por outro lado, não se pode concluir que a família não detinha propriedades que o alçariam à condição privilegiada. Os estudos de Suplicy contaram, frequentemente, com o apoio de suas irmãs que tinham se casado com homens detentores de companhias comerciais, aspecto importante para compreender a trajetória escolar desta personagem paranaense. Em Barbacena, contou com a condição de interno no Colégio Militar.

A Escola Politécnica oferecia habilitação em Engenheiro nas modalidades civil, arquiteto, químico e eletricista, com duração de cinco anos. Conforme Lacerda Neto, a escola era bem equipada e equiparada com padrões internacionais (Instituto Politécnico de Zurich) e estimulava ainda a seus alunos competições meritocráticas. Rigoroso nas avaliações, os exames consistiam em “[...] arguições orais [...], provas escritas, exames parciais e o exame de final de ano, referente à totalidade do programa e processados oralmente.” (LACERDA NETO, 1988, p. 19).

De acordo com Luiz A. Cunha (1986, p. 104), “[...] o ensino de engenharia surgiu, no Brasil, como em outros países, da diferenciação do ensino militar”. A Escola Central (Rio de Janeiro) foi criada em 1858, na qual eram ofertados os cursos de Engenharia Civil e Engenharia Geográfica. Na avaliação de Miceli, a década de 1920 “[...] se caracterizou pela presença do engenheiro no domínio dos estudos sociais”. Segundo ele, “[...] a era dos 20 assinalou a presença dos engenheiros não chamados ainda a resolver problemas estritamente tecnológicos, como agora, mas atraídos pelo desejo de estudar e explicar os problemas sociais em todo o seu conjunto.” (MICELI, 2001b, p. 117). Flávio Suplicy diplomou-se em Engenharia Civil, em 11 de dezembro de 1928, onde discursou, pois foi “[...] escolhido para tanto pelos colegas em vista de sua cultura já expressiva.” (LACERDA NETO, 1988, p. 21). Segundo Bourdieu (2008, p. 31),

[...] é através do diploma que são designadas certas condições de existência, aquelas que constituem a condição de aquisição do diploma e, também, da disposição estética, ou seja, o mais rigorosamente exigido de todos os direitos de entrada que, sempre tacitamente, é imposto pelo universo da cultura legítima.

A formação de Flávio Suplicy foi constituída a partir de disposições empreendidas

pela família. Isso foi evidenciado em nossa análise pela preocupação na escolha de Colégios e por ter ficado nas casas das irmãs, com exceção de Barbacena, onde ficou em regime de internato, tanto em Curitiba, quanto em São Paulo. Fora isso, havia a preocupação do pai em lhe enviar dinheiro para os estudos. Sua família, nesse sentido, exerceu um papel fundamental em termos de investimento e busca de lugares educativos. Conforme Bonnewitz (2003, p. 78-79), “[...] o grupo familiar desempenha um papel preponderante” uma vez que “[...] receber uma educação [...] é adquirir disposições para reproduzir espontaneamente, em e por seus pensamentos, suas palavras, suas ações, as relações sociais existentes no momento de aprendizagem”. Para Bourdieu (2011c, p. 34), a família assume um papel fundamental na ação educativa de seus membros, tomando iniciativa no desenvolvimento social, cultural e econômico. Flávio Suplicy recebeu uma atenção especial de seus pais no que se refere ao investimento escolar. Conforme Setton (2005, p. 84):

É preciso estar atento também para as formas familiares de investimento pedagógico. Elas se referem ao empenho da família em um projeto de ascensão social via sistema de ensino. São práticas relativas à procura por uma escola particular ou por uma melhor escola pública da região, ou mesmo no oferecimento de condições propícias aos estudos na compra de livros e material didático. É possível observá-las também na valorização do trabalho da escola ou na participação familiar nas propostas acadêmicas e até na concessão de tempo para a dedicação aos estudos, como mecanismos presentes nas configurações familiares que se diferenciam por criar estratégias pedagógicas informais.

Mesmo havendo esse investimento, Cláudio Marques Martins Nogueira e Maria Alice Nogueira (2002) consideram que em Bourdieu é preciso estar consciente que *habitus* familiar não impera de forma mecânica. Sua perpetuação dar-se-ia porque “[...] os próprios indivíduos tenderiam a atualizá-la ao agir de acordo com o conjunto de disposições típico da posição estrutural na qual eles foram socializados.” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p. 20). Assim, “[...] ter-se-ia uma relação dinâmica, não previamente determinada, entre as condições estruturais originais nas quais foi constituído o sistema de disposições do indivíduo e que tendem a se perpetuar através deste e as condições – normalmente, em parte modificadas.” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p. 20). Essa preocupação dos autores advém do entendimento de que:

O ator da Sociologia da Educação de Bourdieu não é nem o indivíduo isolado, consciente, reflexivo, nem o sujeito determinado, mecanicamente submetido às condições objetivas em que ele age. [...] Cada indivíduo passa a ser caracterizado por uma bagagem socialmente herdada. Essa bagagem inclui, por um lado, certos componentes objetivos, externos ao indivíduo, e que podem ser postos a serviço do sucesso escolar. Fazem parte dessa primeira categoria o capital econômico, tomado em termos dos bens e serviços a que ele dá acesso, o capital social, definido como o conjunto de relacionamentos sociais influentes mantidos pela família, além do capital cultural institucionalizado, formado basicamente por títulos escolares. A

bagagem transmitida pela família inclui, por outro lado, certos componentes que passam a fazer parte da própria subjetividade do indivíduo, sobretudo, o capital cultural na sua forma incorporada. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p. 20).

Com isso é possível afirmar que Flávio Suplicy recebeu por parte de seus familiares uma preocupação educativa significativa que o possibilitou a acumulação de capitais preponderantes nas várias posições que ocupou no campo acadêmico e político paranaense. Esse aspecto pode ser evidenciado nas escolhas escolares, bem como o apoio da grande família (irmãos) e do Colégio Militar para os lugares de estudos fora da Lapa.

1.3 Retorno a capital paranaense como Engenheiro Civil

No início do século XX, ainda adolescente, Flávio Suplicy deixou a Lapa e o Estado do Paraná. Da Lapa a Curitiba, da capital paranaense a Barbacena, da cidade mineira a São Paulo. Segundo Lacerda Neto, em 1928, mesmo ano em que se formou, ele retornou a Curitiba como Engenheiro Civil. A trajetória formativa de Flávio Suplicy representa a materialização do estado cultural institucionalizado. Segundo Bourdieu,

[...] com o diploma, essa certidão de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido no que diz respeito à cultura, a alquimia social produz uma forma de capital cultural que tem uma autonomia relativa em relação ao seu portador e, até mesmo em relação ao capital cultural que ele possui, efetivamente, em um dado momento histórico. (BOURDIEU, 1998, p. 78).

O acesso a esse estado de capital cultural permitiu a Flávio Suplicy, entre outras posições, ingressar no campo profissional paranaense. Seu primeiro emprego consistiu na fiscalização do calçamento das ruas centrais da cidade de Curitiba. Permaneceu por pouco tempo nessa função, indo, logo em seguida, trabalhar “[...] no engenho de erva-mate do cunhado Hildebrando.” (LACERDA NETO, 1988, p. 22). O casamento com Dalila de Castro garantiu a Flávio Suplicy a conquista de mais capital social. Em 1929, seu cunhado Hildebrando Cesar de Souza Araújo, casado com Leopoldina Vicente de Castro (irmã de Dalila de Castro), convidou-o para assumir a coordenação dos meios e dos aparelhos da produção do mate. Permaneceu pouco tempo nessa função, em virtude de o cunhado ter vendido sua indústria a Leão Junior. Mesmo assim, esse capital social continuou prevalecendo. Marília Suplicy de Lacerda, irmã de Flávio Suplicy, casou-se com David Antônio da Silva Carneiro, herdeiro de uma das indústrias mais importantes do mate do Paraná.

Depois dessa breve incursão profissional na cidade de Curitiba, no Paraná, ele rumou

em busca de emprego no eixo Rio/São Paulo, porém sem êxitos dado aos reflexos da crise internacional de 1929 que deixou o país em uma situação difícil. Retornado a Curitiba, foi “[...] nomeado a 20 de abril de 1930 para interinamente reger a cadeira de Resistência dos Materiais na Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná” (LACERDA NETO, 1988, p. 23), dispensado em agosto de 1932 com o retorno de seu titular, mas sendo contratado para outras disciplinas. Conforme Lacerda Neto, ele “[...] deveu as indicações ao Cunhado David Carneiro que o apresentou ao Diretor da Faculdade, professor Affonso Augusto Teixeira de Freitas”. David Carneiro ainda o indicaria para Fiscal da Companhia Agrícola e Florestal Monte Alegre. A essa indicação recebeu a aprovação do Secretário de Justiça e Obras Públicas Dr. João David Pernetta¹⁵, na qual permaneceu até 1932. Cumulativamente ocupou o cargo de fiscal da Companhia Força Luz até junho de 1935. Em 1933, prestou concurso à cadeira de Resistência dos Materiais e Grafoestática, no qual obteve aprovação. No processo de seleção, sua atuação resultou na indicação de seu estudo sobre Flambagem¹⁶ para uso no ensino dos cursos da Escola Nacional de Belas Artes (considerado único trabalho sobre o tema), assim como tal investigação foi reconhecida como tese de livre docência¹⁷.

No campo da Engenharia, Flávio Suplicy presidiu o Instituto de Engenharia do Paraná (IEP) na gestão de 1933 a 1934, onde comandou um grupo de profissionais que criaria, em junho de 1934, o CREA/PR. Continuou exercendo outras atividades no campo da Engenharia. Conforme Arthur Virmond de Lacerda Neto, ele “[...] exerceu cargo de cúpula na Rede de Viação Paraná/Santa Catarina, convidado pelo superintendente Alexandre Gutierrez a ocupar o cargo de Inspetor Geral do Tráfego”, onde “[...] supervisionava o movimento de tráfego delimitado pelas cinco chefias sediadas em Curitiba, Ponta Grossa, Mafra, Ourinhos e Herval, responsáveis por todos os assuntos e exigências pertinentes ao transporte ferroviário.” (LACERDA NETO, 1988, p. 28). Entre outras funções, em setembro de 1972, passou a integrar a Academia Paranaense de Letras, sendo recebido por Valfrido Piloto.

Lacerda Neto (1988, p. 33) informa que, de caráter exclusivamente político/administrativo, foi convidado em 1946 pelo Interventor Brasil Pinheiro Machado a assumir o cargo de Secretário de Viação e obras Públicas do Estado do Paraná. A indicação deu-se “[...] consequente de sua reconhecida capacidade e porque partilham de igual tendência

¹⁵ João David Pernetta foi um tradicional político da República Velha que substituiu provisoriamente Mário Tourinho, na interventoria do Estado. Pernetta ficou por pouco tempo no poder, uma vez que Getúlio Vargas indicou para interventor Manoel Ribas em 30 de janeiro de 1932.

¹⁶ Conforme Lacerda Neto, Flávio publicou o livro Estudo do fenômeno de flambagem, editado “[...] em 1931 por João Haupt e Cia, prefaciado pelo colega Adriano Gustavo Goulin e homenageando os ex-professores da Politécnica Oscar Machado de Almeida e Mario Wathely.” (LACERDA NETO, 1988, p. 26-27).

¹⁷ Aos 30 anos assumiu uma cátedra na Faculdade de Engenharia do Paraná, assim como recebeu os títulos de doutor e de livre docente.

política ambos do Partido Social Democrata”. Iniciou sua gestão em 26 de fevereiro de 1946, ficando por pouco tempo. Foi o último cargo público que Flávio Suplicy de Lacerda ocuparia antes de assumir a administração da Universidade. Seu retorno integral à Faculdade de Engenharia do Paraná deu-se no período que se seguiu. Entre as funções burocráticas da Faculdade, além de representante do Conselho Técnico Administrativo, assumiu em julho de 1948, interinamente, a diretoria da Faculdade de Engenharia, substituindo o professor Plínio Tourinho por algumas semanas. Depois dessa breve passagem como Diretor interino, em 6 de julho do mesmo ano, aconteceu a eleição para reitor da Universidade. Levando em consideração que no momento da restauração foi firmado um acordo de rodízio entre as Faculdades, a vice-reitoria seria da Faculdade de Engenharia. Na condição de Diretor da respectiva Faculdade, a função de vice-reitor seria de Plínio Tourinho. Dada a desistência de Tourinho, o nome de Flávio Suplicy foi indicado para vice-reitoria. Na reitoria da Universidade do Paraná, ele permaneceu por 20 anos.¹⁸

O ingresso de Flávio Suplicy ao quadro docente da Faculdade de Engenharia garantiu o reconhecimento de seu capital herdado, seja cultural e/ou social. Considerando a teoria bourdieusiana, é possível afirmar que Flávio Suplicy converteu seus capitais em capital simbólico. Com o diploma de engenheiro, ele passou a gozar de prestígio junto à comunidade acadêmica da Universidade do Paraná e, sobretudo, junto aos representantes do campo político do Estado. Esse reconhecimento foi reforçado pelas relações sociais iniciais, ou seja, advindo dos laços de família. Ao estudar a configuração intelectual do início do século XX, Sérgio Miceli (2001b, p. 79) afirma que, “[...] se na Primeira República o recrutamento dos intelectuais se realizava em função da rede de relações sociais que eles estavam em condições de mobilizar e as diversas tarefas de que se incumbiam [...]”, apesar de continuar dependente do capital de relações sociais, “[...] passa cada vez mais a sofrer a mediação de trunfos escolares e culturais”. Levando em consideração a assertiva de Miceli, é possível interpretar que, a partir de 1930, quando ingressou no corpo docente da Faculdade de Engenharia, Flávio Suplicy angariou capitais sociais e políticos que o possibilitaram chegar a cargos de direção na universidade restaurada. Entre as observações de Miceli é importante destacar o papel exercido pelas faculdades tradicionais (direito, medicina e engenharia). Esse papel pode ser observado já no processo de fundação da Universidade do Paraná, onde um grupo de especialistas (médicos, engenheiros e bacharéis em direito) assumiu as atividades diretivas.

¹⁸ Flávio Suplicy ingressou como vice-reitor em 1948 e, logo em seguida, assumiu a reitoria (1949). Sua permanência como reitor, com exceção do período (1964 a 1966), quando assumiu ao cargo de Ministro de Educação e Cultura, se deu até 1971, quando se aposentou efetivamente da Universidade Federal do Paraná.

Depois de 1930, esse grupo tradicional associou-se ao Círculo de Estudos Bandeirantes, fundando em 1938 a Faculdade de Filosofia. Flávio Suplicy participou desse grupo, sendo inclusive nomeado docente da nova Faculdade, donde, provavelmente, advém parte de sua aproximação a Brasil Pinheiro Machado, também docente da referida Faculdade. Conforme José Eduardo León Szwako, a primeira Diretoria da Faculdade de Filosofia, presidida pelo professor Brasil Pinheiro Machado, foi instituída em 1939 pelo “Conselho Geral”, órgão responsável pela coordenação e administrativa da Faculdade, composto pelo Reitor do Instituto Santa Maria, como Presidente e por dois professores da Faculdade de Filosofia, indicados pela União Brasileira de Educação e Ensino. (SZWAKO, 2005, p. 29).

Nesse aspecto, a trajetória escolar de Flávio Suplicy evidencia a institucionalização de seu capital. O diploma em engenharia foi um dos trunfos para ocupar espaços no campo acadêmico e político. Nesses termos, a busca das origens familiares de Flávio Suplicy procura distanciar-se de um caminho determinado, mas visou buscar um Suplicy Engenheiro, profissional liberal e político. Foi esse o sentido que buscamos ao reconstituir sua inserção a partir da Lapa, lugar que nasceu. Desse espaço geográfico, ele construiu um capital global que rompeu as próprias barreiras familiares. Ele construiu nova rede de relações ou estratégias que foram lhe possibilitando a ocupação de novos espaços. Conforme Bonnewitz (2003, p. 65-66), a mobilidade social designa a circulação dos indivíduos entre categorias ou classes sociais. Distingue-se a mobilidade intrageracional ou mobilidade profissional, o que é a passagem de uma categoria para a outra durante a mesma geração, da mobilidade intergeracional, que é a circulação de um indivíduo do grupo social a qual pertence sua família para outro grupo. Nesse caso, compara-se a situação de duas gerações: a dos pais e a dos filhos. Esse tipo de estudo compreende cruzar “[...] a posição social de um indivíduo num momento dado com a de seu pai.” (BONNEWITZ, 2003, p. 66). Seus familiares permaneceram na Lapa e Flávio Suplicy foi para outros espaços sociais, afastando-se um pouco das origens. No próximo capítulo, analisamos as relações sociais de Flávio Suplicy na Faculdade de Engenharia do Paraná, ou, como nos dizeres iniciais de Suplicy no início deste capítulo: “[...] era meu dever retornar ao Paraná para lecionar, aqui na minha terra, perto da minha Lapa”, não negando suas origens iniciais.

CAPÍTULO 2

DO CAMPO ACADÊMICO AO CAMPO POLÍTICO: “UM ENGENHEIRO REITOR”

Como arquiteto e engenheiro civil, achei que era meu dever retornar ao Paraná para lecionar, aqui na minha terra, perto da minha Lapa, e voltei e daqui jamais sai. (LACERDA, 1969, p. 22).

Observamos no primeiro capítulo que Flávio Suplicy retornou ao Paraná em 1928. Em 1930, ingressou na Faculdade de Engenharia do Paraná como professor contratado, sendo, em 1933, efetivado por meio de concurso. No entendimento de Bourdieu, “[...] o campo universitário reproduz na sua estrutura o campo do poder cuja ação própria de seleção e inculcação contribui para reproduzir a estrutura.” (BOURDIEU, 2011a, p. 70). Na obra *Homo Acadêmicos*, Pierre Bourdieu (2011a) desvela as relações de poder no campo universitário, apontando a relação hierárquica dentro desse espaço social, bem como a crise que desencadeou entre outros o movimento estudantil de maio de 1968. É interessante perceber que, ao longo da obra, Bourdieu “disseca” o campo universitário como um todo, revelando que, no conjunto dos professores, há uma oposição entre o polo dominado e o polo dominante, ou seja, no seu entendimento, os professores das diferentes faculdades distribuem-se nas posições entre o polo do poder econômico e político e o polo de prestígio cultural.

O autor percebe, em sua investigação, que o rendimento do capital social, herdado ou adquirido, cresce à medida que se afasta do polo da pesquisa. Ou seja, um professor, ao ocupar funções administrativas (reitor/pró-reitor), tem muito mais apelo à notoriedade do que um pesquisador que se destaca em determinada pesquisa científica, visualizando, particularmente, o campo universitário como um todo. Existe, portanto, a consideração de uma competência científica e de uma competência social, que também é uma competência técnica. Esse é o sentido de tentar entender, neste capítulo, as relações desenvolvidas na Faculdade de Engenharia que possibilitaram a Flávio Suplicy chegar ao cargo de reitor. Conforme Pierre Bourdieu (2011a, p. 115-116), “[...] o capital universitário se obtém e se mantém por meio da ocupação de posições que permitam dominar outras posições e seus ocupantes, como todas as instituições encarregadas de controlar o acesso ao corpo, bancas de concurso”. Em termos próximos a Bourdieu, o campo¹⁹ pode ser definido como uma rede ou

¹⁹ “Mas o que deve ser ressaltado como uma questão pendente nos textos e que parece ser a hesitação de grande parte dos pesquisadores que utilizaram este conceito, é com relação às delimitações do campo. Seria possível denominar qualquer espaço social como um campo? Como classificar este espaço social em campo ou sub-campo? E como estes campos se articulam entre si? Estas questões surgiram em virtude do número de variações do conceito encontradas nas teses e dissertações examinadas. Foram citados: campo educacional, campo escolar,

mesmo uma configuração de relações objetivas entre as posições ocupadas no interior do campo, que agindo como um campo magnético impõe a seus ocupantes a luta por diferentes tipos de capital que lhe permita ocupar posições no campo do poder.

O objetivo principal deste capítulo é estudar as relações sociais desenvolvidas no interior do campo acadêmico que, de certa forma, foram tendo repercussões no campo político, bem como estudar a ação empreendedora de um engenheiro na reitoria da universidade. Fazemos, como anunciada na introdução desta tese, uma tentativa prosopográfica, procurando estabelecer as relações sociais ou coletivas que direcionaram Flávio Suplicy ao campo político.

2.1 Faculdade de Engenharia do Paraná: fronteiras entre o campo acadêmico e o campo político (1930-1950)

No entendimento de Pierre Bourdieu, o campo acadêmico ou campo universitário, é um campo de lutas onde se estabelecem batalhas no sentido simbólico. Para ele, “[...] a universidade é o lugar de uma luta para saber quem, no interior desse universo socialmente mandatário para dizer a verdade sobre o mundo social (e sobre o mundo físico), está realmente (ou particularmente) fundamentado para dizer a verdade.” (BOURDIEU, 2004, p. 116). Nesses termos, o objetivo deste tópico será estudar a composição do campo acadêmico na Faculdade de Engenharia, delimitando dois períodos: o primeiro, a década de 1930, quando Arnaldo Beckert teve domínio como Diretor da Faculdade, pois desde 1932²⁰ assumiu a administração; o segundo, a década de 1940, quando os professores Durval de Araújo Ribeiro, Plínio Alves Monteiro Tourinho²¹ e João Moreira Garcez se revezaram na administração.

Flávio Suplicy ingressou como professor contratado da Faculdade de Engenharia do Paraná em 1930²². Naquele período, Plínio Tourinho foi aclamado a Diretor da gestão de

campo da educação, campo da educação superior, campo acadêmico, campo científico, campo científico-universitário, campo social, campo profissional, campo de forças, campo intelectual, campo da produção cultural, entre outros. Esta dificuldade de delimitação está relacionada diretamente com as propriedades invariantes e as propriedades variáveis do campo, além da articulação dos diferentes campos entre si. Mesmo Bourdieu (1992) afirma que responder a esta questão é bastante difícil já que ela só pode ser compreendida na análise empírica, resolvida caso a caso. O pesquisador é que deve explicitar os limites do campo que investiga já que ele está olhando para este conjunto de relações objetivas entre posições.” (MEDEIROS, 2007, p. 240).

²⁰ Arnaldo Beckert dirigiu a Faculdade de Engenharia, como veremos adiante, por quatro gestões sucessivas (1932-1940).

²¹ Plínio Tourinho estudou na Escola Militar de Rio Pardo, Rio Grande do Sul, onde teve como colega de turma Lysimaco Ferreira da Costa, companheiros professores da Faculdade de Engenharia do Paraná.

²² A descrição que Ildefonso Clemente Puppi faz de Flávio Suplicy como professor era: Possuía todos os predicados para ser um grande professor universitário e como tal se consagrou, embora na Escola se ativesse apenas à sua especialidade didática. Pela sua cultura e competência, método e prosódia, além da habilidade gráfica de quem sabe fazer bom uso do giz e do quadro negro, tornava agradáveis e facilitadas suas lúcidas lições

1930 a 1932. Declinando da indicação, assumiu em seu lugar Afonso Teixeira de Freitas, cuja gestão foi secretariada por Arnaldo Isidoro Beckert, professor da Faculdade de Engenharia, que assumiria quatro gestões sucessivas, por reconduções. Durante toda a década de 1930, Arnaldo Beckert teve domínio como Diretor da Faculdade. A continuidade da gestão Beckert está registrada na ata²³ de 19 de dezembro de 1934 que relatou a eleição da nova Diretoria para o próximo biênio²⁴. Feita a apuração, verificou-se estar reeleito diretor por 13 votos, Arnaldo Beckert. Participaram da votação 14 docentes da Faculdade, a saber: Arnaldo Beckert, Valdemiro Teixeira de Freitas, João Moreira Garcez, Adriano Gustavo Goulin, Francisco Alberto de Castro, Durval de Araújo Ribeiro, Afonso Teixeira de Freitas, Flávio Suplicy de Lacerda, Bento Munhoz da Rocha, Algacyr Munhoz Maeder, Olavo Del Claro, Mozarte Pinto, Rafael Assumpção e Eduardo Fernandes Chaves. Para Pierre Bourdieu (2011a, p. 40-41),

[...] o campo universitário é o lugar de uma luta de classificações que, trabalhado para conservar ou transformar a relação de força entre os diferentes critérios e entre os diferentes poderes que elas designam, contribui para fazer a classificação tal como pode ser aprendida objetivamente num dado momento do tempo; mas a representação que os agentes têm da classificação e a força da orientação das estratégias que eles podem colocar em prática para mantê-la ou subvertê-la dependem de sua posição nas classificações objetivas.

Nesse sentido, não se observa, em um primeiro momento, disputa acirrada pela ocupação da Diretoria da Faculdade de Engenharia. Esse fator inverte-se quando forças constitutivas da Congregação se polarizam em torno de dois candidatos: Arnaldo Beckert²⁵ e Arthur Moreira Franco²⁶. O primeiro pertencia à geração nova, do final da década de 1920, e

de Resistência dos Materiais, considerada uma das mais espinhosas disciplinas dos currículos de engenharia e o pavor de quase todos os estudantes que a tem à frente. Rigoroso no julgamento dos trabalhos escolares a ponto de anular duas ou mais provas escritas que revelassem o menor indício de fraude, somente não prejudicava a parte inocente e sacrificada se a outra, culpada, confessasse pessoalmente o dolo. Tinha o mérito especial e raro do seu bem elaborado e impresso livro-texto, de autoria própria, adotado ou recomendado também em outras escolas de engenharia do país. Cessou definitivamente suas atividades didáticas em 1949 para o desempenho de investidas mais relevantes, como reitor da Universidade reeleito por quatro vezes consecutivas e reconduzido após ter ocupado o Ministério da Educação no governo do marechal Castello Branco. Constituindo-se o reitor das grandes implantações imobiliárias, a par de outras importantes obras teve a iniciativa e deu andamento à edificação do Centro Politécnico, com a finalidade de ali concentrar todas as instalações universitárias de ensino e pesquisa no campo da engenharia. (PUPPI, 1986, p. 111).

²³ Para as citações do conteúdo das atas de reunião da Faculdade de Engenharia, utilizamos o sistema de citação reunião-data. Por exemplo: “[...] o Diretor da Faculdade de Engenharia ou docente dessa Faculdade falou sobre as eleições para 1934”. (FE, ata 19 dez. 1934). Da mesma forma as atas da reitoria que serão citadas da seguinte forma (CU, ata 19 dez. 1950), onde CU se refere ao Conselho Universitário.

²⁴ Conforme Ildefonso Clemente Puppi (1986, p. 78), “[...] nos primeiros anos eram eleitos simultaneamente o Diretor, o vice-diretor, o secretário e o subsecretário. Em 1924, foi suprimido o cargo de vice-diretor e, em 1926, o de subsecretário. A partir desse último ano, a eleição restringiu-se apenas ao Diretor, com a atribuição de escolher o secretário. Sem que isso fosse um dispositivo regimental, a opção para este cargo recaía por via de regra em um dos colegas catedráticos”.

²⁵ Arnaldo Isidoro Beckert ingressou na Faculdade em 1928 e aposentou-se em 1962.

²⁶ Arthur Moreira Franco ingressou na Faculdade, em 1912, lecionando na primeira turma, na disciplina

o segundo estava entre os fundadores da Faculdade (1912).

No campo da Engenharia, Flávio Suplicy presidiu o Instituto de Engenharia do Paraná na gestão de 1933 a 1934. Segundo o histórico do Instituto, foi “[...] eleito em 25 de março (e empossado dois dias depois), mais deixou sua marca na História da entidade ao comandar um grupo de profissionais da casa, que criaria em junho de 1934, o CREA/PR”. Atuando no Instituto de Engenharia do Paraná, Flávio Suplicy “[...] dava forma ao CREA/PR em 11 de junho de 1934.” Nesse momento, conforme Puppi (1986, p. 37), aconteceu um fato importante para a Faculdade de Engenharia. Resultante das discussões relacionadas ao CREA, foi assinado “[...] decreto do Governo Federal, da regulamentação das profissões de engenheiro e de arquiteto, a 11 de dezembro de 1933²⁷”. Por meio desse decreto, “[...] o exercício das atividades tecnológicas no país tornou-se legalmente privativo dos profissionais diplomados registrados em conselho de Engenharia e Arquitetura” (PUPPI, 1986, p. 37). Em consequência da regulamentação, houve uma atração muito grande de alunos em relação à matrícula no curso de engenharia, pois havia necessidade de diploma para exercer a profissão. Quando Presidente do Instituto, Flávio Suplicy defendeu a necessidade do diploma, que teve como consequência a regulamentação por meio de Lei. Depois disso, quando já não mais presidente, o grupo de Arthur Moreira Franco defendia flexibilidade na observação da nova Lei, ou seja, mesmo sem diploma, esse grupo apoiava que, em certos momentos, o indivíduo poderia exercer a profissão

A Ata da Congregação de 15 de dezembro de 1936 refletiu a eleição do Diretor para o próximo biênio e demonstrou esse cenário. Sobre a eleição, o presidente informou que, conforme regulamento da Faculdade, deveria ser procedida por escrutínio secreto²⁸. Sendo Isidoro Beckert o presidente e candidato, repassou-se a presidência ao professor Gustavo Goulin²⁹. Verificada a contagem dos votos, Arnaldo Beckert possuía nove votos e nove votos para Arthur Moreira Franco. Diante da votação, o Diretor (substituto) Gustavo Goulin escolheu Arnaldo Beckert, baseando-se no artigo 135 do regimento interno da Faculdade que determinava que, em caso de empate, caberia ao diretor decidir com seu voto de qualidade. Como consequência desse voto, aconteceu certa dissidência em torno da questão. O desenrolar dessa dissidência pode ser percebida nas reuniões seguintes do Conselho da

Grafostática e Resistência dos Materiais.

²⁷ Na Conferência Nacional de Educação realizada em Curitiba, em 1927, Adriano Gustavo Goulin defendeu a tese sobre a regulamentação da profissão de Engenheiro no Brasil.

²⁸ Lembrando que, conforme consta em ata anterior, por ocasião da eleição, o professor Beckert passou o cargo de Diretor ao professor Gustavo Goulin, com a justificativa de ser aquele professor o membro mais idoso do corpo docente.

²⁹ Ingressou na Faculdade em 1914 e faleceu em 1938.

Congregação. Da reunião realizada em 28 de dezembro de 1936, Flávio Suplicy não participou,

[...] o Senhor Diretor mandou que o Secretário lesse a ata do Conselho Técnico Administrativo da Faculdade, realizada no dia 23 do corrente, da qual consta que os Conselheiros Flávio Suplicy de Lacerda, **Arthur Martins Franco**³⁰, Algacyr Munhoz Maeder e Eduardo Fernando Chaves, ao iniciarem os trabalhos apresentaram um termo de protesto, retirando-se em seguida do recinto, em virtude do que, não havendo mais número legal para deliberar, foi encerrada a sessão. (FE, ata 28 dez. 1936).

Participaram da reunião os professores Arnaldo Isidoro Beckert (Presidente), Arthur Martins Franco, Adriano Gustavo Goulin, Algacyr Munhoz Maeder, Fernando Chaves e Flávio Suplicy, que, usando da palavra, apresentou o protesto com o seguinte teor:

A maioria do Conselho Técnico Administrativo, tendo recorrido para poderes competentes, da decisão do professor Adriano Goulin, que desempatou com voto de qualidade, a eleição de Diretor, realizada no dia 15, não obstante os protestos da metade dos membros da referida Congregação; não reconhece autoridade legal ao professor beneficiado com o voto da qualidade acima referido para presidir os trabalhos, pelo que resolve lavrar o presente termo de protesto no livro do Conselho, para os efeitos legais, resolvendo ainda que não se fará nenhuma reunião deste órgão técnico e administrativo, sob a presidência deste professor, enquanto as autoridades competentes não se manifestarem a respeito do desempate feito por voto de qualidade, e declararam que essa decisão visa evitar possíveis prejuízos em prol da ordem, para a Faculdade, prejuízo de cuja responsabilidade o Conselho se exime desde já. (FE, ata 28 dez. 1936).

Em relação a discordância, Ildefonso Clemente Puppi informa que, em consequência da Revolução de 30, professores ausentes por ocuparem cargos políticos, foram obrigados a retornarem a Faculdade. Eram eles: “João Moreira Garcez e Arthur Martins Franco.” (PUPPI, 1986, 81). Esses referidos professores estavam entre os fundadores da Universidade. Polarizaram-se então dois grupos (Quadro 1): o dos dissidentes, liderado pelos professores reintegrados, por motivos especiais ou particulares de um ou outro de seus integrantes, defendiam a permanência de não engenheiro ou de profissional não legalizado no CREA a ocuparem função administrativa da Faculdade; o outro, o dos professores mais antigos, Plínio Tourinho, Lisymaco Costa, Adriano Goulin, Valdemiro Teixeira de Freitas e Durval Ribeiro de Araújo, defendiam a observância da nova legislação. As discordâncias verificadas consistiam em torno da defesa ou não do diploma para exercer a função de Engenheiro. Nesses termos, o voto de qualidade foi apenas o estopim do desentendimento.

³⁰ Concorrente derrotado.

Quadro 1 - Divisão de grupos na Faculdade de Engenharia

Grupo dissidente	Grupo dominante
Arthur Martins Franco – candidato derrotado	Arnaldo Isidoro Beckert - reeleito
Flávio Suplicy de Lacerda ³¹	Adriano Gustavo Goulin ³²
Algacyr Munhoz Maeder ³³	Plínio Alves Monteiro Tourinho ³⁴
Eduardo Fernando Chaves ³⁵	Lisymaco Ferreira da Costa ³⁶
João Moreira Garcez ³⁷	Valdemiro Teixeira de Freitas ³⁸
	Durval Ribeiro de Araújo ³⁹

Fonte: O autor a partir das atas.

Para Bourdieu (2011a, p. 87), “[...] o grupo na verdade só existe duradouramente como tal, isto é, como algo transcendente ao conjunto de seus membros, quando cada um de seus membros está assim disposto que ele exista por e para o grupo ou, mais precisamente, em conformidade com os princípios que estão no fundamento de sua existência”. Em seu entendimento, o grupo deve reproduzir para produzir-se. A ata de 28 de dezembro de 1936 informa que os responsáveis pelos protestos alegaram assim proceder por não poder se conformar com o voto de qualidade proferido, na eleição para Diretor, realizada no dia 15 de dezembro, pelo professor Gustavo Goulin, que deu voto de desempate em favor do candidato Arnaldo Beckert. O motivo principal dessa reunião seria tratar desse assunto. Em relação aos dissidentes, Lisymaco Ferreira da Costa apresentou um contraprotesto do seguinte teor:

Lamentamos profundamente esse protesto, absolutamente inócuo por exprimir antes um movimento de professores que se não querem conformar com a impossibilidade de eleger seu candidato à diretoria da Faculdade, do que propriamente um movimento em prol do desenvolvimento do ensino de engenharia ou em benefício geral da Faculdade; o Presidente eleito pelo voto de qualidade do Dr. Goulin merece a estima e a consideração de todos seus colegas, por suas qualidades de administrador, sob cuja direção a Faculdade tem progredido consideravelmente, por sua educação e pelo trato humano com que sempre conduziu sua relação para com os professores, alunos e funcionários, nesta casa. (FE, ata 28 dez. 1936).

Lisymaco Ferreira da Costa representa a voz do grupo dominante. Para ele, “[...] o protesto em apreço só significa uma coisa: o grupo que em má hora se arvorou em dissidente, mascara sob a forma desse protesto a fraqueza própria da sua minoria”. Em sua avaliação,

³¹ Ingressou em 1933 como professor efetivo.

³² Ingressou em 1912.

³³ Ingressou em 1931.

³⁴ Ingressou em 1912.

³⁵ Ingressou em 1931.

³⁶ Ingressou em 1915 e faleceu em 1941.

³⁷ Ingressou em 1912.

³⁸ Ingressou em 1918 e faleceu em 1962.

³⁹ Ingressou em 1933 e faleceu em 1959.

“[...] a grande maioria dos professores que trabalham nesta casa com espírito de ordem e de disciplina [...] está ao lado do professor Beckert, eleito dentro das mais perfeitas normas legais [...]” (FE, ata 28 dez. 1936). O Diretor Isidoro Beckert relatou que havia convocado o Conselho Técnico Administrativo para discussão do orçamento, mas que ele se retirou em forma de protesto como consta na respectiva ata. Lysimaco Ferreira da Costa utilizou-se da palavra mais uma vez para dizer que “[...] o protesto lançado o foi em virtude de um direito que não se pode contestar [...]”. Mesmo legitimando o direito de protesto, ele criticou que “[...] a recusa ao exercício de funções obrigatórias [...] é caso de infração injustificável [...]”. Para Lysimaco, ainda mais quando se olha para o motivo do protesto, era um voto de desempate “que nessa sessão nunca se podia dar”.

A reunião da Congregação realizada em 7 de janeiro de 1937 demonstra que Flávio Suplicy e o grupo dissidente (Arthur Martins Franco, Algacyr Munhoz Maeder e Eduardo Fernandes Chaves) não compareceram. Mesmo diante da ausência dos referidos professores, o Diretor da Faculdade explicou que o motivo principal da reunião seria deliberar sobre o preenchimento das vagas resultante da renúncia de Algacyr Munhoz Maeder e Eduardo Fernandes Chaves do Conselho Técnico Administrativo. O professor Lysimaco Ferreira da Costa mais uma vez reafirmou “[...] que a substituição dos membros em apreço do Conselho Técnico Administrativo se impõe, com as formalidades de quatro convocações consecutivas” ainda mais “[...] em face da formal declaração dos membros do mesmo Conselho que fizeram greve para não trabalhar, de não reconhecer autoridade no Diretor eleito e que não compareceram às sessões, enquanto não fosse resolvido o dissídio.” (FE, ata 7 jan. 1937). No entendimento de Lysimaco, “[...] esses membros, pois, espontaneamente se declaram renunciantes, por tempo indeterminado, sendo que nesse caso a Faculdade não pode suspender sua vida normal”. Feita essa fala, foram eleitos os substitutos para o Conselho Técnico Administrativo: professores Hiperides Zanello e Lysimaco Ferreira da Costa.

A eleição de fechamento do ciclo consecutivo de 10 anos de Arnaldo Isidoro Beckert foi realizada no ano de 1938. Na ata da Congregação da Faculdade de 15 de dezembro desse ano, foi procedida a eleição do Diretor. Em relação à eleição, ele pediu a palavra a Arthur Martins Franco e indagou da mesa se o regimento interno estabelecia uma determinada forma de eleição, ao que lhe foi informado que o referido documento estabelecia expressamente o regime de eleição por escrutínio secreto. O professor Franco continuando, lamentou assim ser, porquanto era sua intenção propor fosse aclamado Arnaldo Isidoro Beckert. Com essa proposta, em tom de ironia ou não, percebe-se o fim da dissidência eclodida na votação da eleição passada. Depois do dissídio, Ildefonso Clemente Puppi (1986, p. 84) comenta que

“[...] o modus vivendi prosseguiu por algum tempo em clima mais ou menos tenso [...]. Com a volta de Plínio Tourinho, após concluído o seu mandato na Câmara dos Deputados, em 1938, as divergências foram aos poucos se dissipando”.

Procedida a eleição, verificou-se o seguinte resultado: Arnaldo Isidoro Becker com dez votos, professor Afonso Teixeira de Freitas oito votos e Plínio Tourinho um voto. Resultou, portanto, estar reeleito Izidoro Beckert, o qual, a seguir, agradeceu a prova de confiança de que vinha ser alvo, prometendo continuar a empregar o melhor de seus esforços em prol da Faculdade. Mesmo assim, a divisão dos votos demonstra certa polarização entre os grupos. Entretanto, diante do resultado, Isidoro Beckert consolidou-se na direção da Faculdade de Engenharia na década de 1930. Naquele período, foram procedidas votações para o Conselho Técnico de Administração da Faculdade e participação em outros órgãos do campo da Engenharia. O Quadro 2 a seguir mostra a disposição das diversas ocupações de representação durante a gestão de Arnaldo Beckert.

Quadro 2 - Representação docente da Faculdade de Engenharia – 1930 a 1940

Conselho Técnico	19/12/1934	Adriano Gustavo Goulin
		Eduardo Fernando Chaves
Conselho Técnico	19/12/1934 ⁴⁰	Eduardo Fernando Chaves
		Algacyr Munhoz Maeder
		Flávio Suplicy de Lacerda
CREA	19/05/1934	Adriano Gustavo Goulin
		Eduardo Fernando Chaves
		Arnaldo Izidoro Beckert
CREA	09/04/1935	Algacyr Munhoz Maeder
Conselho Técnico	04/01/1936	João Moreira Garcez
		Valdemiro Augusto Teixeira de Freitas
Conselho Técnico	30/01/1936	Algacyr Munhoz Maeder
CREA	19/05/1936	Arthur Martins Franco
Conselho Técnico	28/12/1936	Durval de Araújo Ribeiro
		Olavo Del Claro
Conselho Técnico	07/01/1937	Hiperides Zanello
		Lysimaco Ferreira da Costa
Conselho Técnico	17/04/1937	Adolar de Hegreville Hintz
CREA	17/04/1937	Olavo Del Claro
Conselho Técnico	30/06/1937	Heitor Soares Gomes
Conselho Técnico	24/12/1937	Adriano Gustavo Goulin
		Adolar de Hegreville Hintz

⁴⁰ Grifo nosso, destacando as indicações de Suplicy.

Continuação

Conselho Técnico	16/03/1938	Ildefonso Clemente Puppi
Conselho Técnico	02/10/1939	Algacyr Munhoz Maeder
		Durval de Araújo Ribeiro
Conselho Técnico	10/01/1939	Hiperides Zanello
		Flávio Suplicy de Lacerda
Conselho Técnico	01/06/1939	Plínio Monteiro Tourinho
CREA	01/06/1939	Valdomiro Teixeira de Freitas
Conselho Técnico	15/01/1940	Hiperides Zanello
		Olavo Del Claro

Fonte: O autor a partir das atas.

Conforme se observa nessa relação, Flávio Suplicy foi eleito por dois períodos para Conselho Técnico Administrativo (1934 e 1939). Ele participou do CREA e do Instituto de Engenharia do Paraná, sendo Presidente e cofundador das duas entidades⁴¹. Entretanto, os documentos, por nós consultados, não evidenciam as participações extra-acadêmicas ou políticas de Flávio Suplicy. Não obstante, as configurações internas na Faculdade vão desvelando as relações de poder no seu interior. Flávio Suplicy não compareceu em muitas das reuniões que determinaram essas indicações por meio de eleições da Congregação. Lamentavelmente, as atas das reuniões da Congregação não detalham as indicações dos seus docentes para ocupação de cargos políticos ou mesmo outras ocupações externas. Entretanto, as indicações para cargos de representação no interior da Faculdade foram definindo o grau de influência dos professores em relação ao seu quadro docente. Apesar de ter sido eleito representante do Conselho da Congregação, em 1934, Flávio Suplicy começou a ganhar notoriedade no seu interior a partir de 1939, quando passou a ser submetido a várias indicações para representação docente.

Entre os professores afastados da Faculdade, desde o início da década de 1930 para funções parlamentares, há um destaque registrado na ata da Faculdade de 31 de dezembro de 1936 que anuncia “[...] haver o professor Plínio Tourinho reassumido o exercício da sua cátedra”. A ata comunicou ainda que o professor Adriano Gustavo Goulin, um dos mais ilustres Engenheiros patricios, foi nomeado Presidente do Conselho Regional de Engenharia, razão pela qual foi proposto à casa um voto de congratulamento, pedindo ainda que a Congregação da Faculdade se manifestasse, perante o Conselho Federal de Engenharia, a satisfação de sua nomeação. Em 1939, conforme o Quadro 2 anterior, Plínio Tourinho foi

⁴¹ Além das chapas montadas para a composição dessas entidades - CREA e Instituto de Engenharia do Paraná - a Faculdade de Engenharia tinha direito a indicar representantes junto à respectiva Faculdade. A escolha desses representantes era feita por votação.

indicado para o Conselho Técnico, fazendo composição com Flávio Suplicy.

Na reunião da Congregação da Faculdade de 30 de janeiro de 1936, apesar da ausência de Flávio Suplicy, João Moreira Garcez pediu “[...] a palavra para solicitar à Congregação uma moção de apreço e de aplausos ao emérito professor Flávio Suplicy de Lacerda pela publicação de seu excelente trabalho ‘Grafostática e Resistência dos Materiais’, fato esse que muito vinha a exaltar a Congregação da Faculdade.” (FE, ata14 mar. 1936). Moreira Garcez propôs ainda que fossem adquiridos, pela Faculdade, alguns exemplares da obra para serem distribuídos entre os professores, simbolizando, desse modo, os agradecimentos da Congregação ao autor. Além dessa obra, Flávio Suplicy havia publicado, em 1931, o *Estudo do Fenômeno da Flambagem*, prefaciado por Gustavo Goulin, também docente da Faculdade de Engenharia. No prefácio, Goulin (1931, p. 5) destacou: “[...] o autor desta obra resolveu abordar um assunto que teve de efetuar como membro da comissão técnica encarregada da vistoria do viaduto do Chá, em São Paulo, a três anos, sob a chefia do professor Dr. Mario Whately”. Segundo Goulin (1931, p. 5), “[...] seria de desejar que, mais a miúdo, outros colegas assim fizessem para estudos vários, hoje na utilidade da solução de diversos problemas brasileiros”. Termina elogiando Flávio Suplicy ao opinar que “[...] nossos professores deveriam imprimir suas lições.” (GOULIN, 1931, p. 5).

A década de 1930, na Faculdade de Engenharia, foi um período de domínio do diretor Isidoro Beckert. Nesses dez primeiros anos, Flávio Suplicy demonstrou-se um tanto quanto ausente das questões políticas/administrativas da Faculdade. Na década de 1940, a diretoria da Faculdade de Engenharia ficou constituída conforme mostra o Quadro 3.

Quadro 3 - Composição da diretoria no período de 1940 a 1950

Durval de Araújo Ribeiro	1940 a 1946 – três gestões sucessivas
Plínio Alves Monteiro Tourinho	1946 a 1950 – duas gestões sucessivas
João Moreira Garcez	Setembro a outubro de 1950

Fonte: O autor a partir das atas.

A ata da Faculdade de Engenharia de 15 de dezembro de 1940 registrou a eleição para novo diretor. Conforme contagem, Durval Ribeiro teve dez votos; Arnaldo Isidoro Beckert, dois votos; e Plínio Tourinho, dois votos. Flávio Suplicy não participou da votação. Dado o resultado, o Diretor Isidoro Beckert proclamou eleito como novo Diretor da Faculdade para o biênio seguinte Durval de Araújo Ribeiro, dizendo “[...] não haver necessidade de enaltecer o mérito do eleito”. Ele complementou que se tratava de um dos professores mais antigos, não obstante haver feito concurso em época relativamente recente; e

que vinha de longa data exercendo interinamente várias cadeiras, tendo sido, em 1925, professor de Eletrotécnica da turma de Beckert. Lysimaco Ferreira da Costa propôs agradecimentos ao trabalho desenvolvido por Isidoro Beckert frente à diretoria da Faculdade, homenagem reiterada por outros professores. O início da gestão de Durval Ribeiro consta na ata da Congregação de 26 de dezembro de 1940. Além de não estar presente na votação, Flávio Suplicy fez-se ausente também na posse do novo Diretor. Se olharmos para a dissidência de 1936, que havia polarizado dois grupos, Durval Ribeiro estava do lado do grupo que apoiou a reeleição de Arnaldo Isidoro Beckert. Nota-se, portanto, a permanência do mesmo grupo.

Como a gestão da Faculdade tem um período de 2 anos, a ata da Congregação de 15 de dezembro de 1942, onde consta o nome de Flávio Suplicy, relatou eleição para nova gestão. Antes do pleito, conforme consta em ata, o Diretor Durval Ribeiro fez pronunciamento sobre sua gestão, manifestando intenção de continuar no cargo. A votação confirmou por unanimidade a sua reeleição para o período de 1942 a 1944. Após o término desse mandato, a ata da Congregação de 15 de dezembro de 1944, com a presença de Flávio Suplicy, informou a realização de eleição de novo Diretor para o período de 1944 a 1946. O Diretor Durval Ribeiro fez um relatório sobre a situação da Escola, antes de iniciar a votação, declarando ter definido os destinos da Faculdade por duas gestões e que não mais desejava se prolongar nessa função. A seguir, convidou os professores Flávio Suplicy e Ildefonso Clemente Puppi para o auxiliarem na apuração dos votos. Verificada a votação, Durval Ribeiro teve 16 votos, Plínio Alves Tourinho um voto e Arnaldo Beckert um voto. Em vista do resultado anunciado, o professor Durval declarou que se via na obrigação de continuar à frente da Faculdade e agradeceu a todos pelo reconhecimento dos esforços despendidos pela administração. Disse não atribuir somente tão honrosa distinção, mas também a amizade pessoal e a consideração de cada um dos colegas como fatores dos resultados alcançados.

O professor Durval Ribeiro foi escolhido para completar um ciclo de seis anos. A ata da Congregação de 6 de julho de 1946 registrou, porém, Plínio Alves Monteiro Tourinho como Diretor substituto. Na ata consta que Durval Ribeiro encontrava-se na sessão. Entretanto, do expediente do dia, aparece um requerimento do Diretor da Faculdade, Durval Ribeiro, dirigido à Congregação, solicitando-lhe três meses de licenciamento por motivos de ordem particular. Manifestou-se Plínio Tourinho para lamentar “[...] que a Faculdade tenha que se privar durante um trimestre da assistência orientadora, decidida, devotada e idealista de Durval Ribeiro, estabelecendo esse afastamento uma solução de continuidade em uma gestão fecunda de grandes e felizes empreendimentos [...]” (FE, ata 6 jul. 1946).

Nessa altura, as Faculdades do Paraná já haviam passado pelo processo de restauração. Após essa decisão do afastamento de Durval de Araújo Ribeiro, o Diretor Plínio Tourinho declarou que, na presente gestão da reitoria da Universidade do Paraná, a Secretaria Geral cabe à Faculdade de Engenharia, indicando-lhe o nome de Ildefonso Clemente Puppi, então secretário da Faculdade de Engenharia. Observamos, em passagens anteriores, mas vamos reiterar nas páginas seguintes, o acordo entre as Faculdades de que a reitoria seria da Faculdade de Medicina (professor Victor Ferreira do Amaral), a vice-reitoria da Faculdade de Direito (professor João Ribeiro de Macedo Filho), cabendo à Faculdade de Engenharia a Secretaria Geral da Reitoria, cujo nome indicado foi a do professor Puppi.

Nessas condições, coube a Plínio Tourinho o término da gestão de Durval Ribeiro. Não podemos afirmar com precisão em que termos ele assumiu, já que não localizamos nenhuma menção nas atas. Naquele momento, não havia o cargo de vice-diretor. Porém, é bem provável que assumiu não apenas pela experiência, tanto no campo político quanto acadêmico, mas principalmente pelo prestígio e pelo reconhecimento que gozava junto aos professores da faculdade. Em ata da Congregação da Faculdade de 27 de setembro de 1946, em que Flávio Suplicy se faz presente, encontramos o pedido de renúncia do professor Durval Ribeiro, solicitação essa que foi negada pela Congregação. Na ata da Congregação, realizada em 3 de dezembro de 1946, encontramos os motivos do afastamento do professor Durval Ribeiro: “[...] lamentos pelo falecimento da esposa do professor Durval Ribeiro.” (FE, ata 3 dez. 1946).

Plínio Tourinho continuou na direção da Faculdade até 15 de dezembro de 1946, quando foi realizada nova eleição. No referido pleito, em tom de homenagem, Moreira Garcez propôs que a presidência da mesa fosse entregue ao Diretor Licenciado, Durval de Araújo Ribeiro. O professor Durval pediu que Moreira Garcez reconsiderasse a proposta por motivos particulares. Insistiu Moreira Garcez, agora com o apoio de Plínio Tourinho e Flávio Suplicy. O professor Suplicy, inclusive fez declaração de voto, dizendo constituir seu pronunciamento uma homenagem ao professor Durval, pelos relevantes serviços prestados à Faculdade, cujo renome e progresso enormemente se acentuaram durante as gestões sucessivas, plenas de abnegação e senso prático. Feita a eleição, contabilizou-se 16 votos para Plínio Tourinho e 1 voto para Durval Ribeiro, sendo Plínio Tourinho eleito para o período compreendido entre 19 de dezembro de 1946 a 19 de dezembro de 1948. Consumado o ato eleitoral, Flávio Suplicy declarou que “[...] seu voto não visou apenas render uma homenagem ao abnegado fundador e continuador da Faculdade. Buscou também realçar as virtudes do professor Plínio, exemplo e estímulo para nós todos”. Continuando sua fala, elogiou Plínio Tourinho:

A diretoria da Faculdade deparava com um espírito superior ao Paraná, espírito que jamais se arredou da luta e que não obstante seu grande acervo de dignificantes serviços prestados à sociedade e a nação, subtrai-se as seduções de um tentador conformismo, na hora atual de marcante comodismo. (FE, ata 15 dez. 1946).

João Moreira Garcez, nos mesmos tons, saudou o professor Plínio: “[...] um grande dia para a Faculdade, motivo de grande alegria a eleição unânime verificada”. Diante dos elogios, Plínio Tourinho “[...] agradeceu a distinção de que foi alvo, frisou o peso da investidura que lhe é confiada na hora atual, em que se avolumam as responsabilidades do diretor de Faculdade em face do crescente e já elevado número de matrículas nas diversas séries da Faculdade.” (FE, ata 15 dez. 1946). O período de 1946 a 1950, na Faculdade de Engenharia, foi de Plínio Tourinho. Essa afirmativa pode ser confirmada na ata da Congregação realizada em 15 de dezembro de 1948. Nessa ata, está registrada a eleição do diretor da Faculdade para o período de dezembro de 1948 a dezembro de 1950. Antes do pleito, observam-se palavras elogiosas a Plínio Tourinho. Os professores Moreira Garcez, Algacyr Maeder e Flávio Suplicy propuseram que ele fosse eleito por aclamação. Na defesa desse ato, Flávio Suplicy argumentou: “[...] excepcionalmente, pode a congregação, por deliberação unânime, contrariar, em caso como a fluente, disposição do Regimento interno”. Ou seja, dispensar que seja feita a votação. Dessa forma, Suplicy de Lacerda afirmou: “[...] para realçar o mérito do professor Plínio Tourinho e para melhor expressar-lhe adoração e as homenagens da Congregação, seja extra regimentalmente o professor Tourinho aclamado Diretor da Faculdade para o biênio a iniciar-se no próximo 19 de dezembro.” (FE, ata 15 dez. 1948). Após essa fala, foi aclamada salva de palmas de todos os presentes. O diretor Plínio Tourinho agradeceu o prestígio perante a Faculdade de Engenharia do Paraná.

Durante as gestões dos professores Durval Ribeiro e Plínio Monteiro Tourinho, a Faculdade de Engenharia realizou votação para escolha de representantes do Conselho Técnico Administrativo da Faculdade, bem como para os Institutos de Engenheiros do Paraná. Na ata da Congregação de 5 de abril de 1945, que não contou com a presença de Suplicy, houve eleição para renovação do Conselho Técnico Administrativo. Estava encerrando-se o mandato de Plínio Tourinho e Valdemiro de Freitas. Feita a votação, verificou-se reeleito Plínio Tourinho e eleito Flávio Suplicy, ambos com mandato até 1947. Na ata da Faculdade de 13 de fevereiro de 1948, está registrada a realização de nova eleição para o Conselho, em virtude do fim do mandato dos professores Flávio Suplicy de Lacerda e Algacyr Munhoz Maeder. Consta que os dois foram reconduzidos ao cargo por unanimidade, até 31 de dezembro de 1950. Por fim, em ata da Congregação realizada em 19 de setembro de 1949, aparece o comunicado da eleição para o Conselho, devido ao fim de mandato do professor

Flávio Suplicy, cuja votação indicou a eleição de Durval de Araújo Ribeiro. A mesma ata comunicou que o afastamento de Suplicy se deu “[...] em face da investidura deste nas funções de reitor da Universidade”.

O quadro 4 a seguir mostra os cargos administrativos e políticos ocupados por professores da Faculdade de Engenharia na década de 1940.

Quadro 4 - Representação docente da Faculdade de Engenharia – 1940 a 1950

Diretor da Faculdade de Engenharia	Conselho Técnico Administrativo	Cargos políticos	Conselho Universitário	Reitor
Durval Ribeiro de Araújo 1940-1942.	Ildefonso Clemente Puppi, Algacyr Munhoz Maeder, Arnaldo Beckert e Valdemiro de Freitas.			
Durval de Araújo Ribeiro – 1942-1944.	Plínio Alves Monteiro Tourinho e Valdemiro Teixeira de Freitas			
1943	Arnaldo Isidoro Beckert, Hiperides Zanello, Algacyr Maeder e Ildefonso Clemente Puppi.			
Durval de Araújo Ribeiro – 1944-1946				
1945 ⁴²	Plínio Tourinho e Flávio Suplicy.			
Plínio Monteiro Tourinho – 1946.	Algacyr Munhoz Maeder, Olavo Del Claro e a eleição de João Moreira Garcez.	Algacyr Munhoz Maeder (Prefeito), Flávio Suplicy de Lacerda (Secretário de Estado).	Plínio Tourinho, Ildefonso Clemente Puppi – secretário da Reitoria.	Victor Ferreira do Amaral.
Plínio Monteiro Tourinho – 1948-1949.	Flávio Suplicy de Lacerda e Algacyr Munhoz Maeder.		Plínio Tourinho, Flávio Suplicy de Lacerda – vice-reitor.	João Ribeiro de Macedo Filho.
	Durval de Araújo Ribeiro.			Flávio Suplicy de Lacerda.

Fonte: O autor baseado nas atas.

A segunda representação eletiva da Faculdade refere-se aos professores indicados para o Instituto de Engenharia do Paraná ou Conselhos de Engenharia do Estado. Observando a década de 1940, percebemos na ata da Congregação da Faculdade de 27 de maio de 1941, na qual estava presente Flávio Suplicy, a eleição de representante para o Conselho Regional de Engenharia. Foram reeleitos Ildefonso Clemente Puppi e Olavo Del Claro. Na ata da Congregação de 25 de maio de 1943, em que Flávio Suplicy não compareceu, foi realizada

⁴² Grifo nosso destacando as indicações de Flávio Suplicy e Plínio Tourinho para representação junto a Faculdade de engenharia.

eleição de representantes da Faculdade para o CREA, quando foi eleito Arnaldo Beckert. Ainda nessa sessão, o Diretor informou que Flávio Suplicy recebeu da Escola Politécnica da Bahia convite para participar de comissão julgadora de concurso. Durval de Araújo Ribeiro relatou, ainda, que, devido as suas múltiplas ocupações, Flávio Suplicy se achava impossibilitado de aceitar ao convite. Na ata da Congregação de 30 de maio de 1944, com a ausência de Flávio Suplicy, foi realizada eleição para escolha de dois representantes para o CREA, quando foram eleitos João Moreira Garcez e Samuel Chamecki. Da mesma forma, a ata da Congregação de 5 de junho de 1945, com a ausência do professor Suplicy, foi comunicado o encerramento dos mandatos dos professores Valdemiro Teixeira de Freitas e Francisco Xavier junto ao CREA, sendo estes substituídos por Ildefonso Clemente Puppi e Carlos Osnir.

Na década de 1940, apesar de continuar não participando frequentemente das reuniões da Congregação, Flávio Suplicy começou a ter uma atuação mais ativa na Faculdade. Essa posição pode ser confirmada, a partir do momento em que percebemos que ele fez sugestões em relação aos problemas financeiros da Universidade; depois da sua restauração, ele propôs a reformulação geral do estatuto da Faculdade. Construiu, naquele período, um capital social significativo, ao elogiar sistematicamente o professor Plínio Tourinho, bem como, no segundo mandato de Tourinho, propôs que fossem adotadas normas “antirregimentais”, ao defender a aclamação dele a Diretor, ou seja, sem eleição por escrutínio; e substituiu Plínio Tourinho quando este se afastou por motivos particulares.

Fora do campo acadêmico, além da função de profissional liberal (engenheiro civil), em 1946, Flávio Suplicy foi convidado por Brasil Pinheiro Machado para ocupar o cargo de Secretário de Obras Públicas do Estado do Paraná. A essa indicação, mesmo sob a direção da Faculdade de Plínio Tourinho, ele não recebeu votos de louvores dos membros da Congregação. Até aquele ano, conforme Ildefonso Puppi, Flávio Suplicy não havia ocupado posições de maior destaque, como Diretor da Faculdade (liderança), ou político, propriamente dito. A esse respeito, Puppi (1986, p. 81) comenta que “[...] não obstante muito honroso, o cargo não era ambicionado, quer por uma questão de ética, quer pelo sacrifício e ânimo forte exigidos para enfrentar os sérios problemas e dificuldades permanentes, quer pela parca retribuição pecuniária, que era o que menos importava”. Podemos relativizar essa afirmativa de Puppi, uma vez que a dissidência acontecida, em 1936, demonstra o contrário. Ou seja, em certos momentos, existiram disputas sérias pelo poder no interior da Faculdade. Essas características levam-nos a notar em Flávio Suplicy certo desapego ao poder. Essa afirmativa, entretanto, torna-se frágil à medida que percebemos na Faculdade de Engenharia um grupo

tradicional de professores com gestões sucessivas; ao mesmo tempo, Flávio Suplicy ocupava, desde 1930, paralelamente à função de docente da Faculdade de Engenharia, cargos de Engenheiro na prefeitura Municipal de Curitiba, bem como na administração em empresas particulares. Além disso, Flávio Suplicy subsistiu Plínio Tourinho na diretoria da Faculdade, ainda que por poucos dias e esteve ligado a grupos políticos envolvidos com o Governo do Estado.

Esta observação pode ser percebida a partir dos estudos de Maristela Wessler Dagostim (2011, p. 15). Conforme essa autora, a “[...] mudança no recrutamento do pessoal político no intervalo 1930-1945 produziu seus efeitos sobre o universo da elite”. Utilizando-se da metodologia da prosopografia ou biografia coletiva, Dagostim (2011) analisa a caracterização sociológica da elite política paranaense. Em seu entendimento, depois da demissão de Mario Tourinho da interventoria por Vargas (1930), entrou em cena o Interventor Manoel Ribas. Conforme Dagostim, visando reprimir conflitos ideológicos, Manoel Ribas “[...] procurou arregimentar lealdades partidárias em lugares estratégicos, em especial junto a ativos jornalistas, como Antônio Jorge Machado de Lima e Benjamin Lins de Albuquerque.” (DAGOSTIM, 2011, p. 56). Segundo a pesquisadora, a aproximação à imprensa paranaense por Ribas foi efetivada com a indicação desses nomes ao Conselho Consultivo do Estado. Fundado em 1932, a autora informa que esse Conselho teve uma duração de 42 meses, quando ocorreu “uma espécie de reedição” que continuou em vigor até 16 de maio de 1935. A partir desse período, quando foi promulgada a Constituição Estadual, o Conselho não foi reeditado. Desse modo, na interpretação de Dagostim (2011, p. 79), houve certa frustração “[...] pelos membros do PRP (Partido Republicano Paranaense - partido do domínio oligárquico) e mesmo do PSD (Partido Social Democrático) que cobravam do atual governo uma promessa de campanha: governar com o partido, isto é governar com o PSD”. Desse acordo, na avaliação da autora, resultou uma vitória desse partido no pleito de 1934, quando passou a ocupar 20 das 30 cadeiras na casa legislativa estadual. Manoel Ribas, depois da vitória, acabou não cumprindo a promessa. Em protesto a falta de compromisso, muitos parlamentares do PSD desligaram-se do partido. Há mesmo sinal de racha no PSD⁴³ que mais

⁴³ “Mesmo com essa reformulação do Conselho Consultivo parece ocasionar um racha partidário no Estado. No mês de agosto de 1937 [...] o governador tornou pública sua definição quanto ao PSD num almoço oferecido a todos os prefeitos, por ocasião de uma Convenção de Estatística. Usando a máquina política administrativa, como fez quando organizou o PSD, o Governador descartou, sem mais delongas, o partido que ele mesmo havia organizado. Um novo partido, ainda em fase de organização e novamente arregimentado por Manoel Ribas, foi naquela propícia ocasião apresentado: O Partido Nacionalista Democrático [uma das questões] que contribuiu para a cisão entre criatura e criador foram as definições na concorrência ao pleito presidencial que se aproximava. Quatro principais partidos disputavam agora o espaço político estadual: o fragmentado PSN, liderado por Plínio Tourinho, o comandante das forças revolucionárias de 1930, reunindo ainda remanescentes

tarde parece não se confirmar. Dagostim (2011) informa que, em consequência disso, o Interventor resolveu realizar votação secreta para a escolha de sete representantes para o Conselho de Estado. Da votação, que respeitou os critérios da proporcionalidade partidária, o maior número de cadeiras ficou com 57% das indicações. Segundo Dagostim (2011, p. 88), foram eleitos pelo partido “Capitão Idílio Sardenberg, o Engenheiro Civil Flávio Suplicy de Lacerda, [...] Joaquim Miró, Rivadavia de Macedo e Ottoni Maciel.” Além desses nomes, a autora informa que, pelo Partido Social Nacionalista (PSN), estavam os irmãos Tourinho, “[...] partido pelo qual o comandante revolucionário Plínio Tourinho se elegeu deputado Federal em outubro de 1934.” (DAGOSTIM, 2011, p. 88). A União Republicana do Paraná (URP) elegeu Marins de Camargo e Aramis Athayde para a suplência. Conforme Dagostim:

Os conselheiros deveriam se reunir em sessões ordinárias conforme deliberação de seu regimento interno e extraordinárias pela convocação de seu presidente, do Governador ou de três membros. As sessões poderiam ser secretas, a pedido de qualquer membro, e as resoluções do conselho, em forma de acórdãos, deveriam ser enviadas as autoridades que tivessem que cumpri-las ou tomar conhecimento, cujo prazo para pronunciamento dos referidos destinatários era de 10 dias a 21. Os conselheiros gozavam das mesmas imunidades que gozavam os Deputados, e tinham a autoridade para apresentar representação junto à Assembleia contra o Governador e os Secretários de Estado, instaurando, a partir das provas de acusação, processo de responsabilidade; da mesma maneira competia ao Conselho a representação junto à Corte Suprema contra os membros da Corte de Apelação, para a instauração de processos nos crimes comuns e de responsabilidade. (DAGOSTIM, 2011, p. 90-91).

Como os demais conselhos, Dagostim (2011, p. 95) avalia: “[...] percebe-se que houve neste conselho uma distribuição geracional mais equilibrada, e neste caso uma heterogeneidade marcada por um recrutamento em todas as gerações”. Segundo Dagostim, “[...] o perfil escolar [indica] que estes cargos públicos eram especializados: um deles era engenheiro da prefeitura e os outros dois eram servidores públicos em cargos da magistratura, eram advogados-burocratas.” (DAGOSTIM, 2011, p. 97-98). Segundo a pesquisadora, “[...] o Conselho de Estado é a mais letrada das elites e 50% deles eram professores da Universidade do Paraná, três desses professores eram do PSD e um da URP.” (DAGOSTIM, 2011, p. 97-98). Desses indivíduos que não possuíam nenhum mandato eletivo até 1935, dois eram do PSD e dois do PSN. Eram eles “[...] o comerciante e exportador Rivadávia Fonseca de Macedo (PSD) e o engenheiro da Prefeitura de Curitiba, Flávio Suplicy de Lacerda.” (DAGOSTIM, 2011, p. 99). Por fim, segundo Dagostim,

do tenentismo revolucionário de 1930 na oposição ao situacionismo; a UDB - seção paranaense, sob a direção do ex-pessedista Idílio Sardenberg, reunindo os adeptos da candidatura de Armando Salles de Oliveira (a UDB reunia tanto a antiga quanto a recente oposição ao varguismo, ou seja: reunia egressos da URP e dissidentes do PSD); o PSD, agora não mais o partido do Interventor; e o novo partido de Manoel Ribas, o PND, legenda em fase de organização que reunia pessedistas fieis, ou dependentes do capital político do governador.” (DAGOSTIM, 2011, p. 245-246).

Mesmo que não tenham alcançado sucesso em cargos eletivos propriamente políticos no pós-1930, podemos ver que para alguns desses indivíduos o capital político angariado nos anos 1930 abriu-lhes a porta para outros cargos não menos importantes. Flávio Suplicy de Lacerda (PSD), entre outros cargos públicos de menor importância, foi reitor da Universidade do Paraná em 1950, ano de sua federalização. Foi nomeado Ministro da Educação e Cultura do governo Humberto de Castello Branco e responsável pela lei 4.464/1964 que dispunha sobre os órgãos de representação estudantil. Tal lei, que ficou conhecida como lei Suplicy, definia a regulamentação das entidades estudantis, ao mesmo tempo em que proibia o exercício de atividades políticas em seu interior. (DAGOSTIM, 2011, p. 102-103).

Dagostim destaca a condição de Flávio Suplicy como engenheiro da prefeitura de Curitiba. Essa observação demonstra as funções paralelas que ele ocupava, além de docente. Na avaliação de Ricardo Costa Oliveira (1997, p. 51-53), a Assembleia Constituinte Estadual, de 1935, era composta por deputados de três diferentes partidos, que representavam três tendências políticas dominantes no Paraná, naquele momento. Segundo o autor, o PSD representava a primeira tendência formada por vinte deputados. Tendência favorável a Vargas foi a mesma agremiação que elegeu o Interventor Manoel Ribas Governador constitucional. A segunda tendência era formada por deputados do Partido Social Nacionalista (PSN), que reunia muitos revolucionários de 1930, dentre os quais Plínio Tourinho, comandante das forças revolucionárias. A terceira tendência era formada pelos representantes da União Republicana Paranaense (URP) que polarizava setores políticos do antigo regime e do velho Partido Republicano Paranaense. Entre os nomes da bancada peessedebista, além de Manoel Ribas, Oliveira relaciona Brasil Pinheiro Machado, Caio Gracho Machado de Lima que era também jornalista e diretor de *O Dia* (OLIVEIRA, 1997). Já na bancada da URP ocupavam cadeiras Caetano Munhoz da Rocha, Laertes de Macedo Munhoz. Completava a Assembleia Constituinte a bancada do PSN, formada também por cinco deputados. No entendimento de Oliveira, esses dados permitem notar que a composição da Constituinte de 1935 reflete, aparentemente e em termos numéricos, uma predominância da tendência política favorável a Vargas e a Manoel Ribas, apesar de os três partidos representarem setores da classe dominante paranaense.

Em 1946, com a nomeação para a Secretária de Obras, por Brasil Pinheiro Machado, Flávio Suplicy intensifica seu espaço no campo político. Esse fato pode ter proporcionado a ele certa evidência ou notoriedade, que o levaram a indicação para vice-reitor da Universidade em 1948. Um fator extremamente importante, uma vez que, com a morte de João Ribeiro de Macedo Filho, em 1949, foi elevado a reitor da Universidade. Essas características, notadas na trajetória de Lacerda (professor/político), evidenciam o que Carlos Eduardo Vieira e Nívio de Campos (2012, p. 24) retratam como uma “inversão”. Conforme os autores, no processo de fundação da Universidade “[...] identificamos inúmeros docentes que ocuparam antes do

ingresso na UP posições importantes como militares e civis.” (VIEIRA; CAMPOS, 2012, p. 24). Eles citam, como exemplos, Victor Ferreira do Amaral, Afonso Alves Camargo, Candido de Abreu, Moreira Garcez e Carlos Cavalcante. Ou seja, uma estreita relação entre política e universidade. Os mesmos autores notam que, após a fundação da Universidade, a situação se inverteu, passando muitos professores da Universidade “[...] a se tornar autoridades políticas.” (VIEIRA; CAMPOS, 2012, p. 25). Como exemplo, são citados os nomes de Brasil Pinheiro Machado (Interventor do Estado), Algacyr Munhoz Maeder (Prefeito de Curitiba), Bento Munhoz da Rocha (deputado e Governador do Paraná) e Flávio Suplicy de Lacerda (de reitor a Ministro de Educação). No entendimento dos autores, essa relação entre o campo acadêmico e o campo político “[...] reforça a compreensão dos intelectuais [...] como agentes políticos decididamente engajados nos negócios da ágora moderna.” (VIEIRA; CAMPOS, 2012, p. 25). Continuado, os autores afirmam que “[...] desse espaço, enunciaram o discurso em defesa da educação, entendida na retórica como condição essencial para levar o Estado e o país à modernidade e à modernização.” (VIEIRA; CAMPOS, 2012, p. 25).

Flávio Suplicy transitou entre esses dois campos. No que se refere à Secretaria de Obras Públicas, Arthur Lacerda Neto (1988, p. 33) informa que iniciou sua gestão em 26 de fevereiro de 1946. Conforme a historiadora Julieta Cordova, Brasil Pinheiro Machado começou cedo na política, sendo inicialmente “[...] nomeado Prefeito de Ponta Grossa pelo Interventor Manoel Ribas, em 1931. Tinha então 24 anos. Em 1934, foi eleito deputado Estadual, aos 27 anos, pelo Partido Social Democrático (PSD).” (CORDOVA, 2009, p. 157). Em 1939, deixou Ponta Grossa, encerrando sua atuação no Ginásio Regente Feijó, com destino a Curitiba. Na capital paranaense, além de professor na Universidade do Paraná, foi nomeado em 1946, Interventor Federal. Essa participação política explica em parte a aproximação com Flávio Suplicy, uma vez que eram filiados ao mesmo partido e eram docentes da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná. Conforme Kunhavalik (2004a),

[...] com o processo de redemocratização, a interventoria do Paraná foi ocupada pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Clotário Portugal, que se afastou após a realização das eleições presidenciais de dezembro de 1945. O Presidente eleito, Marechal Eurico Gaspar Dutra, do PSD, nomeou Brasil Pinheiro Machado, do PSD, para o cargo.

Na condição de Interventor/professor da Universidade do Paraná, Brasil Machado trabalhou em conjunto com políticos paranaenses e professores das Faculdades em torno da sua restauração. Seu governo teve no secretariado, vários docentes da Universidade, cuja lista foi apresentada na edição de 27 fevereiro de 1946 da *Gazeta do Povo*: “Pretextado Taborda

Junior, para a pasta da Fazenda; Homero Batista de Barros para a pasta da Educação; Alcides Pereira Junior para Procurador da Justiça; Coronel José Scheleder para a pasta militar; e Flávio Suplicy de Lacerda para a pasta de Obras Públicas”. Em relação a Flávio Suplicy, o discurso do jornal foi o seguinte:

O Dr. Flavio Suplicy de Lacerda, nomeado Secretário da Viação e Obras Públicas do Estado, é um nome brilhante nos setores técnicos do Paraná. Engenheiro provector e didata, em sua ilustre profissão, tem já ocupado altos e relevantes cargos, em nossa vida pública, e cujo desempenho tem emprestado labor eficiente e uma linha impecável de elegância moral. Sua gestão para os negócios tão importantes da pasta da Viação e Obras Públicas haverá de corresponder às eminentes tradições da sua capacidade e ao sentimento, reconhecido, em sua índole de devoção ao progresso e a civilização de sua terra natal. (GAZETA DO POVO, 27 fev. 1946).

Na mesma edição, o jornal destacou o discurso de posse de Flávio Suplicy:

Sr. Interventor – Ao assumir as funções de Secretário da Viação pelas quais sou elevado pela amizade de V. Excia, eu bem avalio e com bastante nitidez a extensão das minhas responsabilidades e possibilidades, muito embora esteja acostumado, no desempenho de minhas atividades ferroviárias efetivas, aos tratos dos problemas que me serão afetos. [...] Sr. Interventor [...] estamos apenas no início das obras que o Paraná precisa de realizar [...]. De todos os problemas fundamentais do Paraná, avulta o da criação de condutores racionais das nossas riquezas, pois este problema chega mesmo a atingir ao da própria unidade política social e econômica do Estado. O nosso sistema de transportes tem o seu sentido histórico, pois é bem o resultado da nossa dependência secular, mais não tem senão muito pouco sentido econômico, porque emperra os nossos movimentos é o nosso progresso. (GAZETA DO POVO, 27 fev. 1946).

Nessa fala, Flávio Suplicy referiu-se a Brasil Pinheiro como amigo e, ao mesmo tempo, enfatizou que estava acostumado a tal lida. No que se refere a professores-governos ou governo-professores, Raul Gomes, em texto publicado em *O Dia*, com o título *O Magistério, seus problemas e este Governo de professores*, de 4 de maio de 1946, afirmou que “[...] noutras épocas, o Paraná contou em sua administração, titulares, professores insígnies”. Ele citou a lista composta com o nome dos professores Lisymaco Ferreira da Costa, Ernesto de Oliveira, Moreira Garcez, Francisco Franco, Manuel de Oliveira Franco, Afonso Camargo, Marins Camargo, Hugo Simas. Advertiu, entretanto, “[...] nunca, porém, possuímos um Governo com tantos catedráticos como o atual”. Complementou que todos eles eram professores universitários e publicou a relação: “Brasil Pinheiro Machado, Flávio Suplicy, João Candido Ferreira Filho, Homero Batista de Barros, Algacyr Maeder, Alô Guimarães”. Na opinião de Raul Gomes, “[...] é a Universidade quase toda instalada no Palácio de São Francisco e adjacências”. O foco principal do texto é sobre a situação dos professores do ciclo fundamental, que na avaliação de Gomes, “[...] encontram-se em estado de miserabilidade”. Asseverou que “[...] este Governo de mestres da Universidade” deveria reconhecer e agir

sobre esses problemas.

Flávio Suplicy ficou pouco tempo na Secretária de Obras Públicas. Por fim, a imprensa paranaense noticiou o desligamento de Brasil Pinheiro Machado do cargo de Interventor do Estado. (GAZETA DO POVO, 26 set. 1946). Na avaliação de Arthur Virmond de Lacerda, Flávio Suplicy realizou menos do que queria ter realizado se assim o tivesse consentido o tempo. Prosseguiram inobstante as obras já encetadas, sobressaindo-se a ligação rodoviária entre a capital e União da Vitória, entre Matinhos e Alexandra (LACERDA NETO, 1988, p. 35-36).

Nos documentos da Faculdade de Engenharia do Paraná, não encontramos nenhuma referência a sua nomeação a cargos políticos e profissional liberal do Estado do Paraná. Esse aspecto difere-se e muito do destaque dado a Brasil Pinheiro Machado, não só pela imprensa paranaense bem como nas atas. Entretanto, não só do partido político que se filiou, Flávio Suplicy participou de um grupo, aquele liderado por Brasil Pinheiro Machado de um lado e Plínio Tourinho de outro, que lhe garantiram prestígio político e, sobretudo, acadêmico, os quais lhe conduziram à reitoria da Universidade do Paraná. Olhando por esse ângulo e analisando em termos bourdieusianos, é possível indagar se Flávio Suplicy de Lacerda representaria um reitor “improvável”, um “trânsfuga” no poder? Verificando a trajetória dele, atrelada aos campos políticos, acadêmico e profissional liberal, é possível afirmar que não. Percebemos que sua participação discreta no campo do poder acadêmico dos anos de 1930, na realidade, pode ser compreendida à medida que observarmos a atuação dele em espaços externos à Faculdade de Engenharia. Esses espaços externos deram-lhe um reconhecimento significativo, não só entre seus pares, mas no campo político e acadêmico como um todo. Foi desse espaço que Flávio Suplicy foi galgando posições. Com Bourdieu poderíamos dizer que:

Tentar compreender uma carreira ou uma vida como uma série única e em si suficiente de acontecimentos sucessivos sem outro elo que não a associação a um ‘sujeito’ cuja constância não pode ser mais que a de um nome próprio socialmente reconhecido é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto de metrô sem levar em conta a estrutura da rede, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. (BOURDIEU, 1999, p. 292, grifo do autor).

A partir do campo acadêmico, relacionado ao campo da engenharia, Flávio Suplicy manteve aproximação com políticos atrelados a um grupo (PSD paranaense). Nesse sentido, foi estabelecendo fronteiras e confluências entre o campo acadêmico e o campo político. Segundo Ana Paula Hey (2008, p. 217-218), “[...] o campo acadêmico, entendido como lócus de práticas sociais distintas, relacionadas basicamente [à] produção e [à] circulação dos bens acadêmicos, e [ao] campo político, ou seja, [à] arena das decisões sobre o mundo social”. A

partir dessas definições, a autora questiona: “[...] o que significa investigar o campo acadêmico?”. De modo geral ela entende “[...] que o campo acadêmico é um lócus de relações que tem como protagonistas agentes que têm por delegação produzir conhecimento acadêmico, isto é, um tipo de prática social legitimada e reconhecida como tal.” (HEY, 2008, p. 220). Nessa relação, “[...] as diferentes naturezas de capital e as disposições acadêmicas geradas e atuantes no campo estão materializadas nas tomadas de posições.” (HEY, 2008, p. 220). No que se refere à noção de campo acadêmico, Hey explica:

Trabalho com a noção de campo acadêmico e não de campo científico, pois acredito que, no Brasil, tem se mais presente a concepção de academia (de Platão), com cada área do conhecimento sendo uma espécie de sociedade de caráter científico e com membros próprios, mais que um *ethos* comum global. (HEY, 2008, p. 220).

Em seu entendimento, o campo acadêmico refere-se ao uso de um aparato institucional onde “[...] está em jogo tanto o uso particular de uma categoria de sinais – os discursos acadêmicos – e, deste modo, sobre a visão e o sentido do mundo social, quanto ao capital simbólico, ligado ao próprio nome do pesquisador.” (HEY, 2008, p. 222). Ou seja, a fronteira entre o campo acadêmico e campo político reside, por um lado, no prestígio galgado dentro do campo acadêmico e, por outro, na visibilidade do “intelectual autêntico [...] que deve possuir uma competência em que ele se autoriza a intervir [...] na política.” (HEY, 2008, p. 225).

Dotados de diferentes capitais, atuando do interior de um espaço (acadêmico) ou do espaço político propriamente, há uma interface entre as instituições governamentais e o pensamento intelectual. Na Universidade do Paraná, a fronteira entre esses dois campos, desde o início, foi bem estreita, com a prevalência, em um primeiro momento, do campo político em relação ao campo acadêmico, relativizando-se posteriormente, sobretudo na década de 1940, quando grande parte dos políticos paranaenses eram professores da Universidade. Flávio Suplicy, apesar de não despontar como liderança da sua Faculdade, atrelou suas iniciativas em torno de Plínio Tourinho, político paranaense, que estava entre os fundadores da Universidade, e com grande prestígio. Em paralelo à atuação acadêmica, Flávio Suplicy empreendeu ações no campo da Engenharia que, entre outros aspectos, o elevou às funções de membro consultivo do Governo de Manoel Ribas. Filiado ao PSD e com proximidade profissional junto a Brasil Pinheiro Machado, foi conduzido à Secretaria de Obras Públicas do Estado do Paraná. Essas funções e as relações estabelecidas com o grupo de Brasil Pinheiro e Plínio Tourinho lhe garantiram uma vinculação muito estreita com as forças políticas do Estado, possibilitando conquistar o poder no campo acadêmico e a

indicação ao Ministério da Educação na ditadura militar.

2.2 Restauração da Universidade: configurações acadêmicas

Umas das temáticas importantes, debatidas pela Congregação da Faculdade de Engenharia do Paraná na década de 1930, refere-se à restauração da Universidade. Já no ano de 1938, a ata de 20 de abril, reunião na qual o professor Flávio Suplicy não compareceu, tratou como assunto principal da organização da Universidade do Paraná. Na ocasião, o Diretor Isidoro Beckert, ao apresentar o assunto, reafirmou:

O espírito de colaboração sempre existiu entre nossas Faculdades, não obstante a desagregação imposta, pelas forças das circunstâncias, à antiga Universidade. Relatou que há pouco mais de um mês, recebera um convite para tomar parte em uma reunião das diretorias das Faculdades, a fim de se estudar as providências necessárias à reconstituição da Universidade. (FE, ata 20 abr. 1938).

O Diretor continuou informando que nessa reunião o secretário da Faculdade de Medicina comunicou haver sondado no Rio de Janeiro o Departamento Nacional de Educação a respeito dessa iniciativa, tendo também ouvido o Ministro da Educação, do que resultou a oportunidade de verificar que o ambiente era favorável ao reerguimento da Universidade do Paraná. Ele salientou que, em vista disso, foi elaborado um projeto de estatuto universitário, que foi apresentado, para a devida apreciação, ao Conselho Técnico Administrativo. Foi tirada uma comissão da referida Faculdade para discussão da questão, composta pelos professores Arnaldo Beckert, Arthur Franco e Olavo Del Claro. Novamente a questão foi debatida na reunião de 10 de maio de 1938, na qual o professor Suplicy não esteve. Na oportunidade, o Diretor da Faculdade, Isidoro Beckert, solicitou que o secretário fizesse leitura de ofício recebido da Faculdade de Medicina. Nesse ofício constava a informação do

Diretor da Faculdade de Medicina do Paraná, comunicando-lhe que a Congregação daquela Faculdade lhe delegou plenos poderes para assinar juntamente com os diretores dos demais institutos interessados, o projeto de estatutos da Universidade do Paraná e encaminhá-lo para os devidos fins, ao Ministério da Educação. (FE, ata 10 mai. 1938).

Foi relatado ainda que, nesse ofício, o diretor da Faculdade de Medicina pediu, ao seu colega da Faculdade de Engenharia, para depois de obtida autorização junto à congregação, assinar aquele estatuto, a fim de que fosse logo ultimada a organização definitiva da Universidade. Na sequência foi procedida a leitura do parecer relatado pela comissão (parecer este que não foi registrado em ata). Ao usar da palavra, o professor Plínio Tourinho disse não concordar, por princípio, com a reorganização da Universidade, e que

oportunamente justificaria esse seu ponto de vista. Conforme Puppi (1986, p. 42):

A justificativa não se tornou necessária porque o parecer da comissão designada pela Faculdade de Direito, constituída por Benjamin Lins de Albuquerque, Enéas Marques dos Santos, Manoel de Oliveira Franco e João Ribeiro de Macedo Filho, com voto separado e divergente deste último, pronunciou-se pela importunidade da incorporação da agregação das unidades em uma universidade.

Durante a década de 1940, entre os fatos importantes, destaca-se a existência da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, fundada em 1938. Em 1939, Flávio Suplicy foi nomeado professor da cadeira de Análise Matemática e Análise Superior dessa Faculdade. As reuniões da Congregação da Faculdade de Engenharia não mencionam, em nenhum momento, tanto o surgimento da nova Faculdade e muito menos a nomeação de Lacerda como professor. No tópico anterior, analisamos a configuração político/social que se desenvolveu na Faculdade de Engenharia do Paraná. Pela análise, ficou confirmado que Flávio Suplicy não exerceu um papel ativo durante esta década junto à Faculdade. Essa afirmativa pode ser entendida por dois possíveis motivos principais: 1) a existência de uma composição administrativa consolidada na Faculdade de Engenharia; 2) a atuação um tanto quanto desinteressada de Flávio Suplicy em relação às questões da Faculdade, o que pode ser confirmada pelas constantes ausências dessa personagem nas reuniões da Congregação, inclusive em reuniões com debates decisivos para os rumos da Faculdade, como, por exemplo, os travados em torno da restauração. Na realidade, como percebemos, Flávio Suplicy estava envolvido com atividades extra-acadêmicas, o que de certa forma foi demarcando a sua inserção no campo político.

Ainda no que se refere à temática da restauração, na ata da Congregação da Faculdade de Engenharia de 2 de dezembro de 1943, na qual Flávio Suplicy se fez presente, consta que foi lido o Telegrama do Ministro da Educação e Saúde (Gustavo Capanema) agradecendo a recepção que teve por parte das três Faculdades em razão da visita que fez. A visita do Ministro deveu-se a avaliações no sentido da integração nas Faculdades. Conforme o Diretor Durval Ribeiro, foi realizada uma reunião dos diretores e dos professores das referidas Faculdades, com a presença do Ministro, o qual deu inteiro apoio moral à objetivação da ideia. Segundo Ribeiro, ao percorrer as dependências das três Escolas, o titular da pasta de Educação recebeu a melhor impressão, tendo se manifestado formalmente a respeito das instalações da Faculdade de Engenharia.

Na ata da Congregação de 23 de dezembro de 1941, na qual Flávio Suplicy não esteve presente, o Diretor Durval de Araújo Ribeiro, ao rememorar os fatos sobre a existência da Universidade do Paraná, afirmou: “[...] denominação esta que ainda se conserva e cujo

aniversário de fundação é 19 de dezembro”. Ele salientou que “[...] esta obra adnominal que hoje contemplamos é fruto do esforço de uma plêiade de professores abnegados que tiveram a ideia luminosa da criação da Universidade do Paraná – muitos dos quais já falecidos – a quem devemos tributar a nossa gratidão e o nosso reconhecimento”. Segundo Durval Ribeiro, “[...] desarticulada em 1915, os sonhos de unificação continuaram latente nos ideais de professores como Victor Ferreira do Amaral e João Ribeiro de Macedo Filho”. Ele informou que “[...] Macedo Filho, já no início da década de 1920, lançava manifestos relacionados à unificação”. Naquele momento (7 de setembro de 1920) foi criada a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), “[...] considerada a primeira universidade brasileira.” (PAULA, 2002, p. 61). Conforme essa autora, em 1937, a URJ seria transformada em Universidade do Brasil, configurando-se em “modelo padrão.” (PAULA, 2002, p. 61). Isso confirma que João Ribeiro de Macedo estava conectado com as discussões em torno do ensino superior. Em 1938, como observamos anteriormente, João Ribeiro de Macedo fez uma tentativa frustrada, no sentido de reunificação, sendo voto vencido na sua Faculdade, a de Direito, e na Faculdade de Engenharia ocorreu voto contrário de Plínio Tourinho. Na década de 1940, porém, o quadro político brasileiro sofreu uma nova reconfiguração. Encerrou o ciclo da ditadura Vargas e um presidente foi eleito em 1946: Marechal Eurico Gaspar Dutra. Para o Ministério da Educação, o nome indicado foi o professor Ernesto de Souza Campos, catedrático da Universidade de São Paulo. Motivada por essa circunstância, reavivou-se o sonho pela restauração. Conforme Fávero (2000, p. 40), o Ministério da Educação e Saúde Pública foi criado por Vargas em 1931. O primeiro a ocupar o cargo de Ministro foi Francisco Campos e depois Gustavo Capanema. Conforme Puppi (1986, p. 43):

Deposto Getúlio Vargas e cessado o regime ditatorial, assumiu a chefia do Governo da República em 1946 o presidente eleito, Marechal Eurico Gaspar Dutra. Escolheu para o Ministério da Educação outra personalidade de grande envergadura, Ernesto de Souza Campos, eminente lente catedrático da Universidade de São Paulo, diplomado em engenharia civil e em medicina, autoridade em assuntos universitários. Com esses vultos imbuídos de elevados sentimentos de sã patriotismo ocupando os altos postos decisivos, as circunstâncias depararam-se propícias para a consumação do ideal acalentado da restauração.

Para Cunha (2007, p. 16-17), “[...] a queda do Estado Novo arrancou consigo – embora não tão rapidamente quanto em outras esferas – a política autoritária construída paulatinamente desde 1931”. Conforme este autor, “[...] a organização do ensino superior na república populista pouco tinha de universitária no sentido estrito: havia mais estudantes nas escolas isoladas do que nas universidades”. Segundo Cunha, em 1945, o ensino superior brasileiro era constituído por cinco universidades, a saber, a Universidade do Brasil,

Universidade de São Paulo, Universidade de Porto Alegre, Universidade de Minas Gerais e Universidade católica do Rio de Janeiro.

A partir de 1946, a temática da restauração tornou-se latente entre os paranaenses. A campanha intensificou-se quando convocaram as congregações para informar sobre os entendimentos relacionados à unificação. Em ata da Faculdade de 14 de março de 1946, quando Flávio Suplicy não compareceu, teve como pauta principal o comunicado feito pelo Diretor da Faculdade Durval Ribeiro. Segundo Ribeiro, foi por duas vezes procurado por João Ribeiro de Macedo Filho, Diretor da Faculdade de Direito do Paraná. A primeira para tratar da reconstituição da Universidade do Paraná, ocasião em que Macedo apresentou um projeto de Estatutos dessa entidade; a segunda para formular convite para uma reunião com os Diretores das Faculdades de Medicina, de Direito e de Filosofia, Ciências e Letras, mais o Diretor Geral de Ensino do Paraná. O Diretor informou que essa reunião foi “[...] realizada a 14 de março, hoje, portanto, com início às 09h00min”. Informou ainda que ele (Durval Ribeiro) compareceu e “[...] do que nela se ventilou, decidiu e concluiu, fez minucioso relato à Congregação, frisando haver sido o assunto predominante a leitura e discussão do projeto do novo Estatuto.” (FE, ata 14 mar. 1946). Como resultado das discussões havidas, ficou deliberado que do projeto dos estatutos se tirassem cópias mimeografadas, a fim de serem fornecidas a cada professor, para, após atentos estudos, no prazo de 48 horas sobre ele, se manifestar, cabendo à cada Faculdade um prazo de seis dias para o pronunciamento conjunto de seu corpo docente. Far-se-ia esse pronunciamento conjunto por meio de uma comissão de três membros, eleitos pela respectiva Congregação. As comissões, assim constituídas e revestidas de poderes amplos, em reuniões especiais, assentariam as bases definitivas dos novos estatutos. Comunicou, a seguir, o Diretor Ribeiro, a distribuição de uma cópia mimeografada do projeto dos estatutos e propôs a organização de uma comissão de cinco membros para receber as sugestões. A Comissão da Faculdade de Engenharia ficou composta pelos seguintes professores: Plínio Alves Monteiro Tourinho, Arnaldo Beckert, Hiperides Zanello, Carlos Amoretty Osório e Valdemiro Teixeira Freitas. Essa ata traz, ainda, a renúncia de Ildefonso Puppi do Conselho Administrativo, em virtude de ser nomeado secretário da Faculdade de Engenharia.

As discussões relacionadas à restauração continuaram nas reuniões seguintes, conforme registrada na ata de 30 de março de 1946, com a presença do professor Suplicy de Lacerda. Nessa reunião, a comissão incumbida dos estudos da reorganização da Universidade do Paraná, integrada pelos professores da Faculdade de Engenharia e das de Medicina, Direito e Filosofia, deliberou que a Faculdade de Engenharia do Paraná se uniria às Faculdades acima

mencionadas para a construção da Universidade do Paraná. Resolveram, entretanto, que essa união só se tornaria efetiva depois de realizada a divisão do imóvel que possuíam em comum com as Faculdades de Direito e de Medicina, para efeito da necessária disseminação dos respectivos patrimônios. Em ata da Congregação de 14 de abril de 1946, com a presença de Flávio Suplicy, foi realizada eleição de um delegado da Congregação, para juntamente ao Diretor, integrarem o Conselho Universitário, previsto no projeto de Estatuto da Universidade do Paraná, em reorganização. O Diretor Durval Ribeiro de Araújo declarou:

Na forma dos entendimentos realizados por esta Faculdade com a de Medicina, de Direito e de Filosofia, tendo sido deliberado a reorganização da Faculdade do Paraná, será procedido hoje a primeira sessão do Conselho Universitário, especialmente convocado para proceder a eleição do reitor e do vice-reitor, na forma dos mencionados estatutos. (FE, ata 14 abr. 1946).

A Faculdade elegeu para delegado Arnaldo Isidoro Beckert. A seguir, o Diretor comunicou que os professores a serem eleitos pelo Conselho Universitário “[...] deverão ser empossados hoje, às vinte horas, em sessão solene a Assembleia Universitária, para a qual estavam convidados todos os professores desta Faculdade.” (FE, ata 14 abr. 1946). Por fim, a ata da Faculdade de 7 de junho de 1946, em que esteve ausente Flávio Suplicy, informou que a sessão foi convocada para, oficialmente, a Congregação tomar conhecimento do decreto do Governo Federal que restaurou a Universidade do Paraná. A propósito da restauração foram lidos telegramas de felicitação dirigidos à Faculdade de Engenharia, como entidade componente da universidade, pelo Diretor de Ensino Superior Dr. Jurandir Lodi, pelo Diretor da Faculdade de Direito do Paraná, João Ribeiro de Macedo Filho, e pelo professor catedrático licenciado, Francisco Ferreira Pereira. Na ocasião, o diretor da Faculdade, Durval de Araújo Ribeiro:

Conclamou palavras de júbilo e congratulações com os membros presentes da Congregação, realça o devotamento idealístico dos fundadores da antiga Universidade do Paraná, dos quais tinha a grata satisfação de apontar os nomes dos professores Plínio Alves Tourinho e João Moreira Garcez presentes na reunião. (FE, ata 7 jun. 1946).

Continuou Durval Ribeiro: “[...] recebam esses abnegados lutadores da causa universitária nossa gratidão e nossas homenagens”. Citou ainda “[...] a figura do venerado professor catedrático, fundador também da Universidade, Afonso Augusto Teixeira de Freitas, [...] lembrado com manifestações lovatórias.” (FE, ata 7 jun. 1946). O Diretor da Faculdade de Engenharia destacou, também:

A contribuição valiosa e decisiva à causa do Senhor Interventor do Estado, Doutor Brasil Pinheiro Machado, que no exercício de suas funções, proporcionou a nova

Universidade elementos materiais, sem que a Universidade não se reconstituiria, nem subsistiria. Propõe, assim, um voto de louvor e reconhecimento ao Senhor Interventor pela assistência moral e material aos trabalhos da restauração e, ora, por diante, da conservação da Universidade. A boa disposição evidenciada pelo Ministro da Educação e Saúde, professor Ernesto de Souza Campos, e a interferência extremamente eficaz do professor Pedro Calmon, vice-reitor da Universidade do Brasil, em prol do feliz êxito dessa amadurecida aspiração do ensino superior paranaense, são gratamente venerados. A essas duas distintas personalidades e, mais, ao Senhor Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra que prontamente veio ao encontro de nossas aspirações, estendam-se as nossas congratulações e agradecimentos. (FE, ata 7 jun. 1946).

O Diretor da Faculdade, além disso, enviou telegrama externando o sentimento da Congregação ao Interventor. Plínio Alves Tourinho agradeceu às homenagens e destacou a atuação dos deputados federais Bento Munhoz da Rocha Neto, Ernesto Gaertner e Aramis Atahyde, propondo votos de reconhecimento e homenagens da Faculdade de Engenharia a esses parlamentares paranaenses. O professor Moreira Garcez pediu:

Que as homenagens sejam externadas ao finado Presidente do Estado Carlos Cavalcante de Albuquerque, que proporcionou à primeira Universidade toda a assistência possível e, mais, a todos, quantos fundadores e continuadores, direta ou indiretamente colaboraram na grande obra. (FE, ata 7 jun. 1946).

Restaurada a Universidade, conforme ata da Congregação da Faculdade de 27 de setembro de 1946, Flávio Suplicy expôs “[...] a necessidade de se atualizar o regimento interno da Faculdade e adotá-lo a nova condição de corporação universitária que nossa escola apresenta.” (FE, ata 27 set. 1946). A argumentação de Lacerda foi aceita pela Congregação, com aprovação da formação de uma comissão de professores catedráticos para a elaboração do plano de reforma regimental. A referida comissão foi composta pelos seguintes professores: João Moreira Garcez, Flávio Suplicy, Arnaldo Isidoro Beckert, Algacyr Munhoz Maeder. Na ata da Congregação de 3 de dezembro de 1946, observa-se que foi incluído o professor Ildefonso Clemente Puppi na Comissão de reforma do regimento da Faculdade, considerando que ocupava a função de Secretário Geral da Universidade.

A partir da restauração, além da Congregação da Faculdade, passou-se a contar com o Conselho Universitário. Em um primeiro momento, além de Durval de Araújo Ribeiro, Isidoro Beckert foi indicado pela Congregação para compor o referido Conselho. Ao assumir a Diretoria da Faculdade, o professor Plínio Tourinho passou também a fazer parte do Conselho. Na nova gestão de Tourinho, iniciada em 1948, a ata de 18 de junho informou a escolha de **Plínio Tourinho para candidato da Faculdade de Engenharia a vice-Reitor da Universidade**. Segundo o registro, “[...] coube ao professor Moreira Garcez a indicação de Plínio tourinho, além da convincente justificação do proponente, sólidas argumentações dos professores Durval Ribeiro do Amaral e Flávio Suplicy de Lacerda.” (FE, ata 18 jun. 1948). A

resolução, tomada por aclamação, foi recusada por Plínio Tourinho. Não obstante, a Congregação manteve seu nome. Conforme Lacerda Neto essa indicação deu-se porque:

A disposição estatutária determinava rodízio entre representantes das três Faculdades principais (Direito, Engenharia e Medicina) a ocupar a Reitoria. Findado o mandato do professor Victor Ferreira do Amaral e Silva, de Medicina, caberia ao cargo nas duas gestões sucessivas a um advogado e a um engenheiro, devendo este ser consagrado preliminarmente na vice-reitoria. Para tanto foi cogitado o professor Plínio Tourinho que, entretanto, declinou da indicação, desejoso de conservar-se respondendo pela Faculdade, em favor de Suplicy de Lacerda, cujo nome recebe integral apoio após entendimento com as demais Faculdades. É investido a 06 de julho de 1948 no salão nobre da Universidade juntamente com o novo reitor e Conselheiros. Exerceria a função de vice-reitor por um curto período, substituindo João Ribeiro de Macedo, que faleceu em meio a gestão. Após assumir a reitoria um dos primeiros atos de Suplicy de Lacerda foi deslocar-se até a capital Federal onde conseguiu agenda com o Presidente da República General Eurico Gaspar Dutra, audiência essa que contou com a aliança da comunidade acadêmica e política do Paraná. No ano de 1949 lançou em sessão solene da Assembleia Universitária, a 19 de dezembro de 1949 a campanha pela federalização da Universidade. (LACERDA NETO, 1988, p. 37).

Não encontramos discussões em torno da escolha do nome de Flávio Suplicy ao cargo de vice-reitor. Encontramos na ata da Congregação de 13 de fevereiro de 1948 uma possível justificativa para a não aceitação de Plínio Tourinho. Essa ata, ao registrar a visita do Presidente da República Eurico Gaspar Dutra⁴⁴, informou que, por motivo de doença do Diretor da Faculdade (professor Plínio Tourinho), foi escolhido um membro da Congregação para representá-lo. O nome indicado foi de Algacyr Munhoz Maeder. Estranhamente não encontramos elogios ou qualquer outra referência meritória a Flávio Suplicy ao ser escolhido vice-reitor da Universidade. Por um lado, é estranho por se tratar de um docente da respectiva Faculdade. Por outro, mesmo os nomes dos primeiros reitores, já com história “consagradas” em torno da própria história da Universidade, foram referenciados raríssimas vezes. Não obstante, apesar de não encontrarmos referências elogiosas a Flávio Suplicy, sua gestão ganhou espaço nas reuniões da Faculdade de Engenharia em torno da campanha pela federalização. Como exemplo, a ata 17 de janeiro de 1950 informou:

Assunto determinante da convocação da presente sessão: tomar a Congregação Conhecimento, discutir e pronunciar-se sobre as bases do plano de federalização da Universidade do Paraná, elaborado pela reitoria e que será encaminhado ao Congresso nacional, para ser transformado em projeto de lei. É o plano apresentado em todos os seus detalhes; submetido a discussão e debatido item por item, sendo em geral, o mesmo considerado aceitável pela Congregação. (FE, ata 17 jan. 1950).

Sobre a campanha da federalização consta na ata de 28 de março de 1950 informes sobre a chegada do Ministro da Educação, trazidos a reunião presencialmente pelo reitor

⁴⁴ Dutra candidatou-se pelo Partido Social Democrático (PSD) e venceu as eleições de 2 de dezembro de 1945.

Flávio Suplicy. Segundo a ata em tela:

Participando dos debates, o professor Lacerda, magnífico reitor da Universidade, historiou as demandas desenvolvidas no Rio de Janeiro pela comissão especial que para lá se dirigiu, especialmente para tratar do plano e providências da federalização da Universidade; diz ainda que qualquer alteração no projeto governamental poderá, em parte, pelo menos, comprometer ou contemporizar sua aprovação pelo Congresso [...]. (FE, ata 28 mar. 1950).

Flávio Suplicy, muitas vezes, ficou fora do debate sobre a restauração da Universidade. A comissão organizativa da restauração foi composta pelos professores Durval de Araújo Ribeiro (Diretor), Plínio Alves Monteiro Tourinho, Arnaldo Beckert, Hiperides Zanello, Carlos Amoretty Osório e Valdemiro Teixeira Freitas. Desses nomes, mais os de Algacyr Munhoz Maeder, João Moreira Garcez e Arthur Moreira Franco, gozavam de maior reconhecimento junto à Faculdade. Não obstante, após o ato de restauração, Flávio Suplicy participou dos debates relacionados à reformulação estatutária da Faculdade. Somado a isso, foi eleito representante da gestão e substituiu Plínio Tourinho durante seu afastamento da direção. Se olharmos por esse ângulo, Flávio Suplicy não representava o candidato mais provável a reitor. Porém, como observamos até aqui, ele ocupou várias posições no campo acadêmico, profissional liberal e político do Paraná, e dada a desistência de Plínio Tourinho, foi eleito vice-reitor em 1948 e reitor em 1949. A partir da federalização, uma luta articulada em conjunto com políticos paranaense, levou Flávio Suplicy a tornar-se um reitor empreendedor, cujo aspecto será discutido no próximo tópico.

2.3 “Um Engenheiro reitor”: expansão e modernização da Universidade do Paraná

Como observamos até aqui, Flávio Suplicy ocupou várias posições no campo acadêmico, profissional liberal e político do Paraná, até chegar ao cargo de reitor em 1949. Sua inserção no campo do poder acadêmico perpassou pela acumulação de capital cultural e, sobretudo, pelo capital social adquirido pela proximidade com várias autoridades e políticos. A aproximação com a elite política paranaense garantiu a ele a possibilidade de atuar no processo de modernização e de expansão da Universidade do Paraná. Foi a partir da década de 1930 que Flávio Suplicy articulou as principais forças que o conduziram ao campo do poder. Para Bourdieu, além da família, “[...] a transmissão da herança depende dos veredictos das instituições de ensino que funcionam como um princípio da realidade brutal e potente.” (BOURDIEU, 2004, p. 231). Nesse sentido, ao se tornar engenheiro, Flávio Suplicy capitalizou o domínio de uma especialidade que lhe garantiu reconhecimento. Para Miceli

(2001b, p. 117), a década de 1920 “[...] se caracterizou pela presença do engenheiro no domínio dos estudos sociais”. Este autor observa que foi intensa “[...] a presença do engenheiro nas áreas de estudos sociais” [e sobretudo] “no exercício de cargos administrativos em instituições escolares ou entidades e associações corporativas.” (MICELI, 2001b, p. 117-118). Na interpretação de Miceli (2001b, p. 118), os engenheiros tinham uma “[...] formação humanista e letrada que subsistia nas escolas politécnicas desde os tempos do Império [...]”. Se, por um lado, Miceli destaca a formação do engenheiro, por outro, ele enfatiza a ausência de um campo intelectual das ciências humanas capaz de sistematizar uma visão sobre o mundo social. Por isso, o autor entende que a ocupação das esferas do Estado constitui-se um dos elementos da própria condição do intelectual brasileiro.

Flávio Suplicy estava inserido entre esses intelectuais. Na prática, sua gestão ficou um tanto longe da universidade como polo de interação social. Na realidade, suas ações foram norteadas por uma visão elitista, conservadora e, acima de tudo, empreendedora. Suas gestões destacaram-se no sentido da expansão da infraestrutura (construir prédios), implantar cursos (graduação) e com menor intensidade na expansão da pesquisa e pós-graduação. Essas características o classificariam no que Marta Carvalho (1998, p. 35) chamou de “ideias de tecnificação pedagógica”. Essa classificação parte do pressuposto de que os signatários da ABE, em sua maioria, não poderiam ser qualificados como “profissionais da educação.” (CARVALHO, 1998, p. 35). Essa afirmação de Carvalho é confirmada quando a autora identifica que nesse grupo “[...] predominam médicos, advogados e, sobretudo engenheiros” (CARVALHO, 1998, p. 35). Essa ordem explicitada por Carvalho configura a mesma formação do grupo que criou a Universidade do Paraná. Nesse tipo de análise, “[...] os engenheiros seriam os ideólogos que defenderam medidas de organização do trabalho.” (CARVALHO, 1998, p. 152). Em suas construções ideológicas seriam eles “[...] os desejosos dos bens morais e material” e particularmente os “[...] cuidadosos dos empreendimentos entregues à sua direção.” (CARVALHO, 1998, p. 152). Eles deveriam ser “[...] os bons irmãos dos jovens [...] e por isso, velar não só pela higiene do corpo [...] como pelas funções morais.” (CARVALHO, 1998, p. 152). Essas características analisadas por Carvalho em 1920 podem ser percebidas na atuação de Flávio Suplicy na qualidade de engenheiro e administrador da Universidade do Paraná.

Flávio Suplicy, um engenheiro reitor na administração da Universidade Federal do Paraná, defensor de um projeto de modernidade⁴⁵. O entusiasmo pela modernidade, na visão

⁴⁵ O conceito de modernidade é polissêmico, apresentando-se, portanto, uma complexidade em sua definição. Carlos Eduardo Vieira em suas análises “desdobra” o termo em três sentidos: modernismo, modernização e

de Berman, pode ser perigosa, uma vez que “[...] ou é vista com um entusiasmo cego e acrítico ou é condenada segundo uma atitude de distanciamento e indiferença.” (BERMAN, 1986, p. 24). Esse entusiasmo pode ser percebido nos discursos de Flávio Suplicy, nos quais grandes monumentos construídos tomam dimensão eufórica. Ao analisar a ditadura militar, sobretudo na década de 1970, Motta (2014a, p. 267) trabalha com a noção de reitores empreendedores. Na perspectiva apontada por Motta, Zeferino Vaz, interventor na UnB, no momento do golpe, destacou-se como reitor construtor da Unicamp. Segundo esse autor, “[...] Vaz conseguiu construir em pouco tempo uma competente universidade que, assim como a UnB, foi criada já no espírito da reforma.” (MOTTA, 2014a, p. 269). A ação desse reitor orientou-se no sentido de confeccionar estruturas direcionadas à produção científica e tecnológica, a saber, “[...] em poucos anos, prédios foram construídos, modernos equipamentos instalados.” (MOTTA, 2014a, p. 268). Para essa ação empreendedora, “[...] a força de Vaz vinha de sua atuação no golpe de 64 e da afinidade ideológica com o regime militar, que ele manifestava de maneira intermitente.” (MOTTA, 2014a, p. 268). Essas características, apontadas por Motta, assemelham, por um lado, a ação empreendedora de Flávio Suplicy, na Universidade do Paraná, iniciadas na década de 1950 e começo da década de 1960; por outro lado, se nesse primeiro momento, a exemplo de Vaz, Suplicy contou com o apoio de políticos paranaenses e nacional, o que possibilitou grandes investimentos econômicos, no período da ditadura militar (como veremos a seguir), Flávio Suplicy reclamou constantemente das dificuldades financeiras que impediam a ampliação da Universidade, mesmo a exemplo de Vaz, apoiando e participando do regime.

Essa dimensão presente em Flávio Suplicy pode ser vista por dois ângulos. O primeiro, o domínio da profissão de “engenheiro”. O segundo, o entusiasmo pelo espírito moderno, o que ele chama de “nova vida”. A dimensão do “novo” e do “moderno” pode ser observada na fala dele expressa no ato de comemoração da federalização da Universidade:

O Paraná entrou para a sua velha Universidade e está ela hoje no início de uma nova vida, pronta para ser o centro de onde se irradia e de onde preside a cultura do seu povo. Não nos vamos transformar como muito hão de pensar, em mais uma enorme e onerosa repartição pública. [...] **Numa Universidade moderna, e é isso que desejamos ser, não há atmosfera para desalentos ou acomodações confortantes,** porque ela vive essencialmente na dinâmica da sociedade que ela orienta, e que

modernidade. Conforme o autor, esses termos foram mobilizados, em ampla medida, no cenário intelectual dos séculos XIX e XX. Para ele, enquanto o modernismo conotou movimentos estéticos, a modernização representou medidas de racionalização da vida social e da esfera econômica. O termo modernidade tem uma polissemia mais ampla, pois conotou um período histórico associado ao tólos do progresso e ao poder da razão. O *ethos* moderno construiu seus sentidos mais profundos apontando para o dever ser, para a construção de uma nova forma de civilidade. (VIEIRA; MARACH, 2007, p. 32).

força a viver com intensidade. (GAZETA DO POVO, 22 dez. 1950, grifos nossos).

Nessa fala, o tom de modernidade explicitado por Suplicy não esboça em nenhum momento a semântica de modernidade educacional⁴⁶. Esse mesmo caráter pode ser percebido na aula inaugural proferida pelo professor Elyseu Paglioli⁴⁷. Na ocasião, ao referenciar a UFPR, ele comentou que “[...] vive a vossa Universidade, nos tempos atuais, um surto maravilhoso de expansão e progresso, mercê da orientação inteligente e sabia de Flávio Suplicy de Lacerda.” (PAGLIOLI, 1959, p. 30). Ele caracteriza Suplicy de Lacerda como “[...] infatigável reitor que bem pode servir de exemplo pelas suas atitudes e qualidades de professor, de administração e de homem público.” (PAGLIOLI, 1959, p. 30). Ele continuou dizendo que “[...] sua atuação [a de Flávio Suplicy de Lacerda] à frente dos destinos desta Instituição é um exemplo de administração clarividente e empreendedora, igualmente preocupada com o avanço material e com o desenvolvimento educacional de sua Universidade.” (PAGLIOLI, 1959, p. 30). Paglioli (1959, p. 30), avaliou que “[...] sabeis todos que o começo da gestão de Flávio Lacerda veio encontrar essa Universidade com instalações e recursos muito aquém dos a que lhe davam direito suas realizações no campo cultural e suas tradições de idoneidade e dedicação à causa do ensino”. Para Paglioli (1959, p. 31), “[...] ao mesmo tempo em que atendeu as necessidades mais prementes e imediatas, ampliando os prédios já existentes e dotando seus laboratórios e salas de aula do equipamento indispensável, o vosso reitor secundado pelo Conselho, planejou com mão de mestre os lineamentos da nova Universidade, que já vai passando aceleradamente [...] para as esplendidas construções que tão bem conheceis”. Ainda, segundo ele, “[...] ao empreender obras de tal vulto, fê-lo o reitor na certeza [...] de que não se tratava de edifícios de finalidade monumental, e sim de moradia [para] professores e para uma promissora juventude estudiosa.” (PAGLIOLI, 1959, p. 31).

Paglioli destacou o caráter empreendedor de Suplicy, preocupado com o avanço material, caracterizando a gestão dele como uma “nova era”, cujo objetivo principal seria “modernizar” a Universidade. No período em que esteve como reitor, Flávio Suplicy notabilizou-se pela expansão da infraestrutura que a Universidade conquistou, seja pela incorporação das Faculdades, seja pelas homenagens a políticos que lhe possibilitou manter domínio da administração por longo tempo. Prova disso é que, após seu retorno do Ministério da Educação, conseguiu uma nova gestão para reitor. Em sua posse, a qual aconteceu na

⁴⁶ Ou seja, modernização através da lei, renovação metodológica, didática.

⁴⁷ Professor da Universidade do Rio Grande do Sul. Palestra proferida em 04 de março de 1959.

reunião do Conselho de 31 de maio de 1967, ele discursou afirmando que “[...] ao receber os encargos de reitor [declaro] que procederei como procedi antes, sem nenhuma preocupação que não esteja orientada para o nosso engrandecimento, para a integração universitária na problemática nacional.” (LACERDA, 1967, p. 28). Essa confiança de Suplicy de Lacerda advém da expectativa que “com o Governo do Estado as nossas relações deverão ser muito estreitas”. Além do Governo, “[...] na prefeitura da capital do Estado temos, mais uma vez, um professor da Universidade, terá, na reitoria, o apoio que desejar.” (LACERDA, 1967, p. 28). Nessa fala, Flávio Suplicy contesta a posição partidária, mas, ao mesmo tempo, defende a aproximação com os políticos para empreender o que no dizer dele seria uma nova era.

Nessa “nova” luta pela expansão estrutural e acadêmica, a característica comum da gestão Suplicy é uma constante aproximação com o campo político paranaense e brasileiro. Já na primeira reunião do Conselho, realizada após a assembleia de federalização, essa relação ficou visível. O reitor Flávio Suplicy comunicou ao Conselho que havia recebido da Faculdade de Direito, por indicação de sua Congregação, proposta no sentido de a Universidade conceder o título de beneméritos ao Senador⁴⁸ Arthur Ferreira dos Santos e ao Governador do Estado Bento Munhoz da Rocha “[...] pelos inestimáveis serviços prestados à instituição, anteriormente e na fase atual da sua federalização, a que dedicaram os melhores de seus esforços despendidos [...]”. O Conselheiro Ulysses Campos propôs “[...] que ao lado dos dois parlamentares indicados incluísse na relação o nome do deputado Federal Lauro Sodré Lopes, que [...] desenvolveu profícuo trabalho em prol da federalização”. As homenagens propostas foram feitas em Assembleia realizada em 19 de dezembro de 1951. No final da Assembleia, “[...] o magnífico reitor aproveitou a oportunidade para dar posse a Bento Munhoz da Rocha Neto, no cargo de professor catedrático da cadeira de História da América da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, para a qual foi nomeado pelo Senhor Presidente da República.” (LACERDA, 1951, p. 7). No dizer de Flávio Suplicy, “[...] o professor empossado, no desempenho do mandato de Governador do Estado, tem emprestado todo o apoio do Governo Estadual à Universidade Federal do Paraná.” (LACERDA, 1951, p. 7). Na continuidade da assembleia, “[...] o Magnífico reitor, sob vibrantes aplausos, fez entrega ao professor Arthur Ferreira dos Santos do título de benemérito da Universidade.” (LACERDA, 1951, p. 8). Na ocasião, Brasil Pinheiro Machado discursou em homenagem a Arthur Santos, referenciando-o como “[...] advogado militante [...] político militante [...] homem público de vista panorâmica [...] professor, nesta mesma casa.” (MACHADO, 1951,

⁴⁸ Nesse curto espaço de tempo, ele foi do Senado para a Câmara Federal.

p. 23-24). Em seu pronunciamento, depois de fazer um histórico das Universidades da Europa ao Brasil, Arthur Santos agradeceu as deferências.

As proposições dessas homenagens não sofreram nenhuma contestação por parte do Conselho, uma vez que a composição da gestão Suplicy foi caracterizada por configurações políticas advindas da década de 1930. Para exemplificar, Plínio Monteiro Tourinho e Brasil Pinheiro Machado, políticos influentes do Estado do Paraná nessa década, gozavam de significativa influência no Conselho Universitário. Tourinho, inicialmente partidário e liderança da Revolução de 1930, sendo seu irmão Mario Tourinho nomeado Interventor, afastaram-se do Governo logo em seguida. Em consequência disso, Getúlio Vargas nomeou Manoel Ribas para Interventor. Partidário do PSD, Brasil Pinheiro Machado e Flávio Suplicy ocuparam cargos consultivos do Estado, no governo Ribas, sendo o primeiro, além disso, deputado. Com o fim da Interventoria de Manoel Ribas, Brasil Pinheiro, então docente da Universidade do Paraná, foi nomeado Interventor. Entre seus secretários, além de Flávio Suplicy (Secretário de Obras), nomeou Homero de Barros como Secretário da Educação. Homero de Barros, além de sucessivas vezes ocupar o cargo de Diretor da Faculdade de Filosofia, foi vice-reitor da gestão de Flávio Suplicy em 1952.

No que se refere à configuração política, Evandir Codato (2002, p. 9) entende que “[...] a década de cinquenta revela-se em seus bastidores como astuta promotora de conflitos, disputas de interesses, desentendimentos”. Para ele, “[...] entre os vários registros da história, um deles é o jogo de poder.” (CODATO, 2002, p. 9). Segundo Codato, “[...] sinais e características personalistas [identificam] limites da institucionalização da participação política, o que, identifica ou até esclarece o que se tem entendido por cultura política do período.” (CODATO, 2002, p. 9). Conforme esse autor, depois de Brasil Pinheiro Machado, sucedeu o governo pessedista de Moisés Lupion (1947-51; 1955-60). O que se observa, conforme Codato, é que “[...] os dois partidos no Paraná – PSD e UDN – essencialmente conservadores, em 1946 se coligam para disputar as primeiras eleições livres ao governo do Estado.” (CODATO, 2002, p. 12). Ainda, segundo o autor, “[...] em 1948 torna-se conhecimento comum o rompimento político, o que marca o início da disputa pelo poder, portanto, atrelada à campanha da oposição desencadeada nacionalmente.” (CODATO, 2002, p. 12). Na avaliação de Codato, Moisés Lupion, empresário do setor madeireiro, foi homem da confiança de Manoel Ribas para a indicação ao cargo de governador, na primeira campanha de voto livre, em 1946. Segundo Codato,

[...] seu estilo de governar tem as características dos líderes personalistas da época. Não lhe cabe, porém, a imagem de populista, termo dado por um segmento da

imprensa curitibana da época, identificando-o como fenômeno popular, e por extensão, ao seu estilo de governar, o nome de lupionismo. (CODATO, 2002, p. 13).

Em 1961, Lupion deixa efetivamente o Governo. Depois disso, o que se seguiu ao seu governo foi a articulação de golpe e o nascimento do regime de exceção, quando “[...] ascende ao governo do Estado, o ex-prefeito de Curitiba e homem da carreira militar, Ney Amintas de Barros Braga, que exercera antes da prefeitura, o cargo de Chefe da Polícia, hoje equivalente a Secretário de Segurança.” (CODATO, 2002, p. 13). Dialogando com Weffort, Codato questiona: Qual a forma de poder entre os anos 1937 e 1945? Ele responde que o populismo é a expressão do poder naquele momento. A partir de 1945, acontece o que ele chama de “[...] autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massas da democracia após guerra (45-64).” (CODATO, 2002, p. 13). O autor observa que, apesar de os líderes políticos regionais depois de 1945 permanecerem no poder, a sua sustentação vem do diretório nacional. Ele cita como exemplo no Paraná a figura marcante de Bento Munhoz da Rocha Neto que foi eleito governador em 1950. Também originário do mesmo grupo, Bento Munhoz representa os interesses urbanos em oposição a Lupion, empresário do interior.

No final da década de 1950, entra em cena uma figura com raízes militares, Ney Amintas de Barros Braga, que estabelece a base mais radical da resistência à democracia. Essa rede de poder, no âmbito federal e regional, quando consolidada, tornou-se de muita utilidade para o grupo militar que se articulou com a burguesia nacional e estrangeira, nas atividades que culminaram com o golpe de 1964. (CODATO, 2002, p. 20). Depois de Ney Braga, que governou de 1961 a 1965, Paulo Pimentel assumiu o Governo do Estado do Paraná, ficando até 1971. Flávio Suplicy esteve ligado a esses grupos políticos, como ele mesmo disse, independentemente da posição partidária. No que se refere a Moisés Lupion, foi o Coordenador da comitiva em torno da federalização; Bento Munhoz da Rocha, além de político, foi docente da Faculdade de Filosofia. Quanto a Ney Braga, pressupõe-se que foi um dos que indicaram seu nome ao Governo militar para assumir o cargo de Ministro da Educação. No que se refere a Paulo Pimentel, apesar de não explicitar uma relação nos documentos da Universidade, Flávio Suplicy apoiou o mesmo regime, que, intermediado por Ney Braga, apoiou a candidatura de Pimentel⁴⁹ a governo do Estado.

Ao estabelecer relação com o campo político, Flávio Suplicy empreendeu um

⁴⁹ Com Ney Braga sendo eleito Governador do Estado em 1961, Paulo Cruz Pimentel foi indicado para Secretário de Estado da Agricultura. Dessa Secretaria, seu nome foi indicado para candidato ao Governo pelo PTN (Partido Trabalhista Nacional). Em 1965 as eleições aconteceram de forma direta, onde Paulo Pimentel foi vitorioso numa disputa com Bento Munhoz da Rocha Neto. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/perfil/os-acasos-e-esquinas-do-doutor-paulo-e6mitadblf3r25pazfu2hivy3>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

modelo administrativo característico do século XX, conforme Milton Lahuerta (2003), a saber, o processo de modernização autoritária. O que consiste esse modelo autoritário? Lahuerta perfaz o histórico político brasileiro para defender essa ideia e podemos tirar algumas considerações: membros da elite que observam uma sociedade atrasada e cujos investimentos visam o papel de integração social. Essa ideia integrativa estava presente no discurso de Universidade orgânica pronunciado por Flávio Suplicy; defesa de uma modernidade a todo custo, para empreender essa nova era, independentemente de ideologias partidárias, ainda que fossem autoritárias e estabelecendo no Estado o papel de realizar essa tarefa. A Universidade do Paraná vivenciou esses aspectos, já desde sua fundação, administrada por uma elite para a elite, e conectada com subvenções dos poderes estaduais e municipais. Entretanto, esse aspecto ampliou-se no período da ditadura militar, onde, nos dizeres do próprio Lahuerta, houve um regime “político discricionário”. Esse modelo de modernização autoritário, empreendido pelo Estado e para a elite, esteve presente desde a reestruturação da Universidade, a partir de 1946. Com o processo de federalização, ampliou-se de forma considerável, expandindo-se notavelmente durante a Ditadura Civil Militar, em um conjunto integrado entre ampliação da infraestrutura e expansão da graduação.

Nos períodos iniciais da gestão Suplicy, o relatório de 1951 destacou que foi para a Universidade do Paraná “[...] um ano de adaptação ao regime federal [...] em que a administração universitária [...] teve que estender suas atividades à capital Federal, junto aos ministérios e a outras repartições [...] não raro, a presença do reitor e dos diretores.” (LACERDA, 1951, p. 18-19). Apesar dos esforços, em torno da adaptação, “[...] prosseguiram em ritmo acelerado as obras de conclusão da ala da Escola de Engenharia e da Policlínica Dr. Garcez do Nascimento.” (LACERDA, 1951, p. 19). Foi ainda “[...] estabelecido o plano de terminação do edifício central da Universidade” e “[...] iniciados os estudos para as obras de instalação das Faculdades de Filosofia e Ciências Econômicas e da reitoria.” (LACERDA, 1951, p. 19). Diante desses anúncios, o reitor Flávio Suplicy considerou que “[...] após um ano de novo regime, a Universidade do Paraná estava com os seus problemas fundamentais de estruturação praticamente resolvidos”. Segundo o reitor, “[...] vamos entrar numa fase nova, e isto foi, precisamente, o compromisso que todos assumimos perante a nação ao reclamarmos melhores meios ao Governo Federal.” (LACERDA, 1951, p. 19). Com base nessa perspectiva, Suplicy demonstrou-se confiante que “[...] no próximo ano iniciaremos as obras de terminação do edifício da Universidade, que serão concluídos até 1953”. Na Assembleia Universitária de 19 de dezembro de 1952, o reitor Flávio Suplicy em seu relatório anual rememorou alguns pontos importantes do ano de 1952 e

apresentou alguns projetos:

- . 07 de abril de 1952 – assinado pelo presidente o novo estatuto da Universidade; “entrando em vigor este Estatuto, que adaptou à Universidade do Paraná ao regime federal”;
- . “foi nomeado reitor, para o triênio 1952-1955, o professor Flávio Suplicy de Lacerda, que já se encontrava à frente da Reitoria desde 1949. Por motivo dessa sua nomeação, o magnífico Reitor foi alvo de significativa homenagem a 23 de maio de 1952, em um banquete de que participaram altas autoridades e a quase totalidade dos professores da Universidade”;
- . “iniciadas as obras de ampliação e conclusão do edifício central da Universidade”;
- . “Aprovação do regimento interno da Universidade – sessão 1º de setembro de 1952.” (LACERDA, 1952, p. 8).

Na reunião do Conselho de 5 de janeiro de 1955, Flávio Suplicy comunicou que, estando praticamente concluídas as obras no edifício central da Universidade, convidou o Ministro da Educação para proceder a inauguração e, ao mesmo tempo, proferir a aula inaugural. Na sessão do Conselho Universitário, realizada em 11 de Fevereiro de 1955, o Conselheiro Nilton Bühner propôs que fosse cumprido um “[...] ato de louvor ao Magnífico Reitor Flávio Lacerda pelo êxito alcançado com a inauguração das novas obras do edifício central da Universidade e com a visita do Senhor Ministro da Educação, sendo aprovadas as proposições por todos os conselheiros presentes”. O reitor, “[...] agradecendo declarou que o voto proposto deve atingir a todos os membros do Conselho Universitário e que, em verdade, deve uma congratulação geral da Universidade do Paraná por mais esse triunfo.” (CU, ata 11 fev. 1955).

No Anuário de 1955, consta o discurso pronunciado pelo magnífico reitor Flávio Suplicy, por ocasião da inauguração do edifício central da Universidade do Paraná, em 12 de março de 1955. Ele iniciou sua fala afirmando que “[...] vivemos, no momento, a Universidade e o Paraná, horas de emotividade, nesta festa de inauguração do palácio da nossa cultura.” (LACERDA, 1955, p. 25). Ele considerou “[...] uma conquista nossa para o benefício de todos os brasileiros” e destacou o papel conjunto que possibilitou a concretização do projeto:

Nós, professores, alunos e auxiliares, e os que temos a desmedida ventura de estarmos nos postos da administração, comungamos, de feliz aliança com o povo e com o governo, da mesma emoção de júbilo, porque podemos entregar ao Paraná esta expressão da nossa fé e decisão, resgatando a dívida que todos nós assumimos, faz 43 anos, quando demos ao Brasil a sua primeira Universidade, de transformamos em esplendida realidade o sonho maravilhoso dos que, inconformados, creram no futuro e, portanto, em nós, que hoje lhes reverenciamos à memória. [Sobre a reforma comenta que] o prédio central da Universidade do Paraná, que em várias etapas se construiu, é o monumento arquitetônico da nossa história, pelo que representa, nas suas linhas de serena austeridade e de confiante equilíbrio, das lutas que aqui se travaram, dos nossos amargos sofrimentos, e mais ainda e principalmente, da

decisão sempre igual de virtuosos formando uma tradição de espírito público e de robusta convicção na amplitude e no brilhantismo de nosso destino, como povo e como nação. (LACERDA, 1955, p. 25-26).

Em sua fala, Flávio Suplicy destacou que “[...] a terminação [...] deste edifício central, instalando-se em definitivo, a Faculdade de Direito, as cadeiras fundamentais de medicina e aparelhando-se todo o curso de odontologia que ficou sendo [...] um dos mais bem aparelhados que existem.” (LACERDA, 1955, p. 29). Para ele, “[...] as conquistas da Universidade são resultante do apoio do Conselho Universitário” a partir do qual “[...] temos nos orientado por programa demoradamente elaborado e constantemente atualizado no qual se institui uma escala de prioridades.” (LACERDA, 1955, p. 30). Entre as prioridades, ele comentou a respeito das obras em andamento, informando ao Conselho que “[...] o conjunto destinado à reitoria e às Faculdades de Ciências Econômicas e de Filosofia” devem ser “inaugurados no próximo mês de março.” (LACERDA, 1955, p. 30). Quanto o Hospital de Clínicas comentou que “[...] os trabalhos de planejamento de construção prosseguiram com normalidade, obedecendo a um ritmo técnico recomendável, estando atacada a obra em toda sua enorme extensão.” (LACERDA, 1955, p. 31). Ele destacou ainda sobre a possibilidade de ampliar a Escola de Engenharia, bem como montar a imprensa universitária. Flávio Suplicy concluiu seu relatório dizendo:

Eis aí, senhores professores, em relato muito alto, o que se conseguiu fazer neste ano que está para findar, e o que se pretende de realizações e de sacrifícios para dias muito próximos. Fiz de propósito um simples esboço que pudesse ressaltar fatos importantes, e vos pudesse facultar um julgamento que desejamos e apreciamos. Deixamos de lado a análise do que está sendo visto todos os dias, por todos, e a construção do crescente prestígio da Universidade do Paraná, que sentimos a cada passo e a cada lugar, fruto que, de justiça, só podemos colher, com méritos, se voltarmos a vossa atenção para aqueles que se empenharam na fundação de uma Faculdade de Odontologia, Farmácia e Comércio, acabaram fundando a Universidade do Paraná [...]. (LACERDA, 1955, p. 33).

No relatório da Assembleia de 19 de dezembro de 1957, Flávio Suplicy expressou “[...] amplo elogio aos senhores membros do Conselho Universitário, pelo trabalho em benefício da Universidade, com o qual conquistaram ainda maiores parcelas de benemerência que todos reconhecemos e proclamamos.” (LACERDA, 1957, p. 47). Além do apoio ao Conselho, ele enfatizou que esses empreendimentos só foram possíveis “[...] com o inestimável auxílio que nos foi dado sempre, com a maior boa vontade e entusiasmo, pelo Senhor Governador Moyses Lupion [...]; os nossos agradecimentos e os da Universidade, em cuja Assembleia o seu lugar é benemérito.” (LACERDA, 1957, p. 48). Não descuidou de referenciar a atuação do Presidente da República nos empreendimentos universitários e principalmente “[...] o decisivo e alto espírito público e a clara inteligência do Sr. Ministro da

Educação, professor Clóvis Salgado, a quem renovamos os nossos agradecimentos.” (LACERDA, 1957, p. 48). Com o decisivo apoio político e acadêmico, Flávio Suplicy expôs que

[...] em 17 de outubro de 1958 foram inaugurados os edifícios da Faculdade de Filosofia, da reitoria e do auditório com a presença de sua Excia. o professor Clóvis Salgado da Gama DD. Ministro de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, que representou o Excelentíssimo Senhor Presidente da República nos festejos de inauguração. (ANUÁRIO da Universidade, 1958, p. 18).

Por ocasião da inauguração dos edifícios da reitoria, da Faculdade de Filosofia e do auditório da Universidade do Paraná, o Ministro da Educação Salgado da Gama, em seu discurso proferido em 17 de outubro de 1958, disse “[...] congratular com o povo deste grande Estado pela brilhante vitória que isto representa.” (GAMA, 1958, p. 23). Segundo o Ministro, “[...] o desenvolvimento do Ensino Superior no Brasil, apesar das dificuldades, tem sido espantoso.” (GAMA, 1958, p. 23). Ele comentou que, em tempos anteriores, os jovens brasileiros teriam que ultrapassar fronteiras e mares para estudar na Europa. Nesses termos, ele falou da inauguração da Faculdade de Filosofia do Paraná, afirmando que “[...] numa terra como este extraordinário Paraná, milagre da força de vontade de uma gente trabalhadora, como de monte em que podemos divisar melhor os horizontes do futuro de nossa terra, esta Faculdade de Filosofia é, ao mesmo tempo, uma trincheira avançada na luta pelo progresso e um farol que lança luzes sobre as perspectivas do amanhã” (GAMA, 1958, p. 23) desejando “[...] que as nossas gerações aqui se preparem para fazer do Brasil maior do que o de hoje.” (GAMA, 1958, p. 24).

O reitor Flávio Suplicy rememorou que “[...] durante a inauguração da Faculdade de Ciências Econômicas, em 1956, já podia adiantar que, no primeiro semestre deste ano, Vossa Excelência poderia nos honrar vindo presidir às festividades da inauguração da reitoria, do auditório da Universidade e da Faculdade de Filosofia” e que “[...] em 1960 daríamos a Vossa Excelência a satisfação de instalar o monumental Hospital de Clínicas.” (LACERDA, 1958, p. 25). Flávio Suplicy reforçou, além disso, as obras em andamento, particularmente a construção do centro Politécnico, enfatizando que “[...] hoje, em meio a jornada inicial do nosso aparelhamento, aqui esta Vossa Excelência para a inauguração dos edifícios da reitoria, do auditório e do mais moderno e o maior prédio destinado ao ensino de Filosofia, Ciências e Letras que possuímos.” (LACERDA, 1958, p. 26). Flávio Suplicy concluiu sua fala dizendo:

Esta é uma dessas obras, que agradecemos a Vossa Excelência e que, verdadeiramente, felizes pela oportunidade da nossa colaboração, solicitamos, seja declarada, por Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, inaugurada, com as garantias de que a Universidade do Paraná, com sua capacidade de viver, intensamente a própria vida da nação, sente na sua grandeza verdadeira o momento

culminante que vive o Brasil, pela confiança que o Governo inspira. (LACERDA, 1958, p. 27).

Na reunião do Conselho de 14 de novembro de 1959, a reitoria fez uma previsão de gastos com a inauguração dos prédios do Hospital de Clínicas, “[...] em que comparecerá o Senhor Presidente da República”. Na continuação de seu relatório, Flávio Suplicy disse que a situação do Centro Politécnico, obra “[...] cuja gigantesca construção se iniciou no começo do ano, esta com todos os 12 edifícios de ensino com a estrutura levantada, principiando-se o acabamento.” (LACERDA, 1959, p. 56). A imprensa universitária “[...] foi instalada e equipada [...] cuja inauguração está marcada para o próximo dia 24.” (LACERDA, 1959, p. 56). Flávio Suplicy concluiu seu relatório agradecendo ao Conselho e Diretores das Faculdades e dizendo que “[...] não houve obra ou ação pessoal, sem significação numa instituição como a nossa, animada do mais sadio espírito universitário, o que tem sido a garantia mais segura do nosso sucesso.” (LACERDA, 1959, p. 57). Além disso, Flávio Suplicy destacou:

O amparo à Reitoria, este não ficou limitado no decidido e honroso apoio que ela mereceu do Conselho, onde ninguém se destaca mais do que a dedicação que é, por igual, a sua mais elogiosa qualidade, mas se ampliou pela assistência emprestada pelo Senhor governador do Estado, benemérito da Universidade, pelo Senhor Ministro Clovis Salgado cuja obra pela educação e pelo ensino ainda não pode ser bem avaliada, tal a sua extensão e profundidade, pelos deputados e senadores paranaenses [...]. (LACERDA, 1959, p. 57).

É desse apoio que Flávio Suplicy se inspira em seus propósitos empreendedores, destacando o apoio de políticos e do Conselho. Por exemplo, na Sessão do Conselho de 8 de março de 1960, Brasil Pinheiro Machado solicitou a transcrição em ata do trecho de aula pronunciada pelo Presidente da República, na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte:

No próximo dia 26 será inaugurado o Hospital de Clínicas da Universidade do Paraná, com 940 leitos, oxigênio canalizado e televisão em circuito fechado. Não preciso esclarecer a importância da iniciativa, que corresponde a uma antiga aspiração do Paraná e uma providência à altura do extraordinário desenvolvimento de seu ensino universitário. O magnífico reitor, a propósito, tece considerações sobre a inauguração do Hospital de Clínicas, marcada para o dia 26 de março, informando ao Conselho a respeito das solenidades programadas. (CU, ata 8 mar. 1960).

Na Sessão do Conselho de 1 de abril de 1960, o reitor Flávio Suplicy reportou-se à inauguração do Hospital de Clínicas, no dia 26 de março, que se constituiu em acontecimento nacional. Manifestou ao Conselho, mais uma vez, o agradecimento da reitoria pelo apoio dado as iniciativas do reitor. Segundo Suplicy, “[...] cabe ao Conselho a vitória que a Universidade alcançou”. O Conselheiro Carlos Stellfeld propôs que a Universidade “[...] faça entrega de medalha comemorativa da inauguração do Hospital de Clínicas à família do reitor João

Ribeiro de Macedo Filho, Eurípedes Garcez do Nascimento e ao ex-ministro da Educação, que estiveram presentes no ato de lançamento da pedra fundamental do Hospital de Clínicas.” (CU, ata 1 abr. 1960). Em sua fala, Flávio Suplicy disse que “[...] a construção deste monumental hospital-escola é o resultado da compreensão mais nítida dos nossos grandes problemas, compreensão que, para principiar, foi capaz de fomentar, entre a Universidade e o Governo do Estado, mais uma vez, completa integração de esforços e de recursos.” (LACERDA, 1960, p. 30). Ele historiou a questão informando que “[...] ao tempo do primeiro governo Moyses Lupion, o Estado do Paraná e a nossa Faculdade de Medicina acordaram em que se construísse em terreno desta, com as despesas pela Fazenda Estadual, um hospital que nos serviria de escola de clínicas.” Ele lembrou que, depois de iniciadas as obras, “[...] foram prosseguidas até a época do Governador Munhoz da Rocha, professor ilustre desta casa quando se passou tudo para o patrimônio da Universidade, desligando-se o Estado da obrigação de qualquer responsabilidade nova.” (LACERDA, 1960, p. 30). Flávio Suplicy informou que retiradas as responsabilidades do Governo Estadual, verbas federais foram investidas no Hospital que está terminado. Segundo Suplicy:

Foi, Senhor Ministro, caro o preço que fomos forçados a pagar pelo arrojo da obra, e, principalmente, pela decisão de fazermos obra nacional, universitária. Pagamos a mesma qualidade de preço que o Senhor Presidente da República está pagando porque decidiu democratizar a Presidência da República, porque resolveu plantar no coração do Brasil a sua capital, porque entendeu de acelerar o ritmo de nosso progresso, dotando o país de meios autênticos de vida soberana, porque, afinal, há um primarismo que não perdoa o sucesso. Para nós, valeu a pena. Para o Senhor Presidente e para V. Excia., que tem ambos a maior parte nessa obra, a história dirá, mas já está começando a dizer porque as demonstrações de especial carinho com que o povo sempre recebe o seu Presidente e o seu eminente Ministro. (LACERDA, 1960, p. 31).

Em sua fala, reportou-se ao apoio do Presidente Juscelino Kubitschek e dos Governadores Moyses Lupion e Munhoz da Rocha, bem como do Ministro Clovis Salgado da Gama. Depois da inauguração do Hospital de Clínicas, Flávio Suplicy informou as obras em andamento:

O Centro Politécnico, que muitos descuidados curitibanos têm achado, com espanto, nos campos do Capanema, está com a estrutura pronta de quinze edifícios, estando quatro deles em acabamento, para receberem em princípio do próximo ano, a uma Escola de Engenharia, que dará lugar nas suas atuais instalações, à Faculdade de Odontologia. (LACERDA, 1960, p. 48).

O retorno de Flávio Suplicy a reitoria, depois da passagem pelo Ministério da Educação, teve redução no que se refere aos investimentos governamentais. No relatório, apresentado na Assembleia de 19 de dezembro de 1967, Flávio Suplicy lamentou as questões

orçamentárias do ano de 1967: “[...] infelizmente a receita prevista não se concretizou com a União deixando de repassar a Universidade vários recursos previstos em verbas orçamentárias para o ano.” (LACERDA, 1967, p. 45-46). Apesar disso, ele afirmou que “[...] no setor de obras, em que pese o congelamento total pela União [...] acelerou o ritmo de seus andamentos [...] conclusão da ampliação do prédio da Faculdade [Farmácia], onde se instalaram três novos laboratórios, biblioteca, secretária e diretoria”. Flávio Suplicy destacou que as obras do Centro Politécnico, encontradas paralisadas e em lastimáveis condições de abandono, foram reiniciadas. Em sua avaliação:

A situação que se encontra atualmente nossa Universidade é verdadeiramente penosa, e desta posição somente sairemos se professores e estudantes colaborarem ativamente, mesmo fazendo quaisquer sacrifícios, não podendo ninguém imaginar que o reitor possa fazer milagres. Dou, porém a garantia que o reitor fará qualquer sacrifício e já está fazendo. (LACERDA, 1967, p. 48).

Em reunião do Conselho Universitário, realizada em 9 de fevereiro de 1968, Flávio Suplicy voltou a tratar sobre a difícil situação financeira da Universidade. Do mesmo modo, a ata da Sessão do Conselho de 14 de março de 1968 tratou da questão do corte de verbas e de medidas para contenção de gastos. Na ata da Sessão do Conselho de 18 de abril do mesmo ano, há informação sobre falta de verbas para pesquisa. Na reunião de 26 de abril de 1968, a situação financeira em que se encontra a Universidade voltou a ser citada, principalmente em relação ao Hospital de Clínicas, em virtude de cortes orçamentários e do atraso no pagamento das verbas. Segundo Flávio Suplicy, “[...] já faz seis meses e vinte e seis dias que não se recebia nenhuma contribuição para o custeio da Universidade”. Ele acrescentou “[...] que é preciso considerar que, no ano passado, houve corte no orçamento, e que pela primeira vez se cortou verbas do hospital de clínicas [...]”.

No relatório de 1969, Flávio Suplicy destacou que, no setor de obras, apesar do congelamento das verbas, foram concluídas obras no Centro Politécnico e, entre as principais em andamento, ele citou as da Faculdade de Medicina. Apesar das iniciativas em prol da expansão da Universidade, Suplicy voltou a falar da crise enfrentada pelo Ensino Superior:

A Universidade Federal do Paraná, com as demais Universidades Federais, atravessa momentos difíceis. As verbas distribuem-se, com medidas e estritamente para as despesas de custeio, e ainda sujeitas a cortes, contenções e deferimentos, devido à estratégia de equilíbrio orçamentário a que se obriga a União. Vem daí o desestímulo a tantas iniciativas e os justificados protestos. A obra da reforma Universitária encontrará apesar da boa vontade de todos, muitos obstáculos apesar enquanto não se tiver a certeza de contar com um orçamento sem alterações posteriores, e de se ter uma distribuição das verbas na época prevista. (LACERDA, 1969, p. 35).

Além da expansão infra-estrutural, observa-se que, na gestão Suplicy, muitas Faculdades de Curitiba solicitaram a sua incorporação à Universidade depois da federalização. Em 3 de dezembro de 1953, em reunião extraordinária do Conselho da Universidade, “[...] juntamente com a Congregação da Escola Superior de Química do Paraná, sob a presidência do Magnífico reitor Professor Flávio Suplicy e com a presença do Senhor Governador do Estado, professor Bento Munhoz da Rocha Neto”, foi “[...] incorporada àquela escola à Universidade”. Flávio Suplicy leu o termo de incorporação e, por fim, “[...] o Senhor Governador do Estado fez uso da palavra, também se congratulando com a incorporação da Escola de Química à Universidade do Paraná.” (LACERDA, 1953, p. 35). No relatório apresentado na Assembleia de 19 de dezembro de 1967, Flávio Suplicy afirmou que “[...] o ano de 1967 marcou dois auspiciosos acontecimentos em favor da expansão do ensino.” (LACERDA, 1967, p. 39). O primeiro deles “[...] foi a instalação de mais um curso na Faculdade de Ciências Econômicas, o curso de administração” e o segundo “a doação feita pelo Ministério da Educação, do posto agropecuário do Rio Negro.” (LACERDA, 1967, p. 39).

A gestão empreendedora de Flávio Suplicy rendeu-lhe reconhecimento, prestígio e notoriedade no campo acadêmico, consubstanciando-se em várias homenagens. Uma delas resultou da inauguração da Faculdade de Filosofia, prestada pelo corpo docente daquela Faculdade e representada na pessoa de Homero de Barros. Iniciou sua fala se referindo à Homero de Barros⁵⁰:

Quando Vossa Excelência, Senhor Diretor, meu prezado e velho amigo, professor Homero de Barros, comunicou a decisão da vossa nobre Congregação, de homenagear-me com a implantação deste busto, eu procurei, por todos os meios e com todas as razões de que era capaz, demover V. Excia. e os nossos colegas do intento que me parecia e ainda parece, sem proporção com os meus méritos e em desacordo com o meu modo de pensar. (LACERDA, 1958, p. 28).

Homero de Barros era professor da Faculdade de Filosofia e militante do Círculo de Estudos Bandeirantes. Em relação à homenagem, Flávio Suplicy disse: “[...] forçado a obediência, guardo comigo dúvidas e receios, ao par de um reconhecimento singular pela demonstração de amizade, de V. Excia., dos meus eminentes colegas da Faculdade de Filosofia e dos meus caros estudantes.” (LACERDA, 1958, p. 28). Entretanto, “[...] deixando

⁵⁰ A cosmovisão católica fora, por meio dos agentes de difusão pedagógica, assegurada, e por poucas vezes combatida, dentro da Faculdade. Um exemplo significativo desta influência é “Homero de Barros que dirigiu a FFCL por dezesseis anos consecutivos de 1951 a 1968”; como afirma Furtado, “um dos grandes preservadores e incentivadores dos ideais cristãos na Faculdade (...) [que via] as altas finalidades do Ensino Superior no sentido de congregar e definir no meio universitário a concepção católica devida” (p. 33). Como veremos esta variável eclesástica se fez notar, inclusive, no Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, órgão universitário que substituiu, em decorrência da ‘Reforma de 1968’, a Faculdade de Filosofia. (SZWAKO, 2005, p. 33).

de lado qualquer consideração, embora não fosse de desprezar, quanto ao costume do desrespeito aos momentos públicos, que tem sido suporte de agravos e de agravos coletivos, agasalho, entretanto, o receio das restrições inevitáveis, com injustiças e também críticas justas, a homenagens como esta.” (LACERDA, 1958, p. 28). Por outro lado:

Assusta a simples ideia de um busto meu, em bronze, sendo eu testemunha, pois fico com uma impressão desagradável de permanência, no tempo, com uma sensação de eternidade para a qual não estou preparado. Ao reverso servirá esse bronze para que eu tenha lembrança de que é bom ir adiantando a purificação do meu espírito e enriquecendo a minha humildade. E por isso mesmo, com tais sentimentos, cada vez aumenta em mim a convicção de não merecer tão honrosa manifestação, tanto mais que, como tenho em várias oportunidades referido, não há ação universitária que seja bastante, para um professor. (LACERDA, 1958, p. 28-29).

Flávio Suplicy tinha razão em sua preocupação em relação ao busto. Nos desdobramentos dos efeitos da Lei Suplicy, esse busto foi arrancado e quebrado, em 1968, nos protestos relacionados à cobrança de mensalidade. Por ocasião da inauguração do Hospital de Clínicas, o Conselheiro Laertes Munhoz consignou que se constasse em ata um voto de louvor ao Magnífico reitor Flávio Suplicy “[...] pela construção e inauguração do Hospital de Clínicas, fausto da sua eficiente gestão na reitoria.” (CU, ata 1 abr. 1960). Relacionado à incorporação da Escola de Química a Universidade, consta o discurso proferido por Nilton Emilio Bühner por ocasião da homenagem prestada ao reitor Flávio Suplicy pelo corpo docente daquela Escola, em 17 de outubro de 1957. Bühner (1957, p. 19), iniciou sua fala apontando que “[...] o vosso julgamento pela opinião do Paraná intelectual, já de há muito foi feito”. Segundo Bühner (1957, p. 19), “[...] em maio de 1952, os professores da Universidade do Paraná prestaram a V. Magnificência uma justa homenagem, reconhecendo os méritos de vosso trabalho em prol da federalização daquele estabelecimento de ensino”. Bühner (1957, p. 19) continuou afirmando que foi “[...] grato entrar em contato com tão ilustre personalidade” que “[...] o conhecíamos como autor consagrado, dentro e fora das fronteiras de nosso país, dessa obra Magnífica intitulada ‘Resistência dos Materiais’”. Ele reportou, entre outras considerações, que foi nessa época que assumiu a direção da Escola Superior de Química do Estado do Paraná, tendo por diversas vezes se encontrado com o reitor Flávio Suplicy. “[...] vislumbramos, felizes, que poderíamos contar com vosso apoio decidido, incondicional e entusiasta. As démarches prosseguiram, e os resultados ai estão para exame.” (BÜHRER, 1957, p. 19). Diante desse apoio, “[...] em dezembro de 1952 éramos incorporado à Universidade do Paraná, graças ao apoio do Magnífico reitor e ao alto espírito de compreensão dos ilustres membros do Conselho Universitário.” (BÜHRER, 1957, p. 20). Ele concluiu sua fala dizendo:

Não fossem o interesse e a atuação brilhante do Magnífico reitor perante as autoridades superiores, através do Governo do Estado, do Ministro da Educação e Cultura e do Excelentíssimo Senhor Presidente da República – o projeto de federalização da Escola, em faces das atuais dificuldades financeiras da União, estaria ainda engatinhando morosamente pelos corredores burocráticos da capital da República. (BÜHRER, 1957, p. 20).

Em seus agradecimentos, Flávio Suplicy asseverou “[...] que homenagens como esta, recebo com satisfação porque retemperam o meu ânimo e aclaram o meu entendimento, revertendo-se então em benefício comum [...] jamais pelo auto reconhecimento do que eu pudesse ter feito de excepcional.” (LACERDA, 1957, p. 23). Ele ampliou suas palavras, afirmando que “[...] não alimento modéstia, nem legítima e nem falsa, por singular que isso possa parecer nestes tempos de tantos enganos” (LACERDA, 1957, p. 23), isto porque “[...] tenho o patrimônio de uma experiência que me torna cada vez mais realista e cada vez mais humano.” (LACERDA, 1957, p. 23). Flávio Suplicy terminou sua fala afirmando: “[...] estou imensamente feliz [...] em que esta festa se transforme numa homenagem minha a vós, à vossa ardente confiança que me encoraja [...] porque é longa a caminhada e áspero o caminho, que ainda temos à nossa frente.” (LACERDA, 1957, p. 24).

Em discurso proferido em 1960, Flávio Suplicy disse que “[...] com esta Assembleia Universitária, permitiu-nos dar mais uma demonstração bem positiva de que continuamos todos cumprindo, com a mais viva e clara consciência o nosso dever.” (LACERDA, 1960, p. 47). Segundo ele:

E esta opinião é robustecida pela de todos que nos tem visitado, que em nenhuma parte se está fazendo mais pelo ensino universitário brasileiro do que aqui no Paraná, como se não tivesse bastado a honra de havermos instalado, entre nós a própria Universidade, como produto de uma obra impessoal, realizada por um conjunto de idealistas. (LACERDA, 1960, p. 47).

Para o reitor, “[...] o segredo da nossa força, o espírito dominante das nossas ações e dos nossos atos, o espírito universitário, [que vem] aos professores, aos alunos, aos auxiliares administrativos, ao Conselho Universitário, aos senhores diretores, a condição que lhe emprestaram [...] elementos do conjunto [que tornou] possível a construção do que se edificou.” (LACERDA, 1960, p. 47-48). Bento Munhoz da Rocha Neto, por ocasião da transmissão do cargo do reitor Flávio Suplicy, disse que não se trata de uma despedida, mas “uma expressão de reconhecimento.” (ROCHA NETO, 1971, p. 34). Além disso, imagina “[...] o estado de espírito de Flávio Suplicy de Lacerda nesta homenagem da Universidade, depois de uma existência no exercício de sua reitoria, só interrompida pelo tempo em que foi ministro da Educação, quando, de algum modo, com a visão global dos problemas nacionais, continuou Reitor.” (ROCHA NETO, 1971, p. 34). No entendimento de Bento Munhoz da

Rocha Neto, Flávio Suplicy “[...] adquiriu, aqui, a categoria e a estatura dos fundadores cuja missão ninguém apaga, cujo ideal e previsão, o tempo só faz crescer. Os fundadores são beneméritos porque deram de si, acreditaram e venceram as resistências iniciais. O Começo é difícil e decisivo” (ROCHA NETO, 1971, p. 34). Para Bento Munhoz, “[...] às vezes continuar e manter é tão difícil quanto fundar. Exige a constância das grandes dedicações de pequenos heroísmos persistentes, que em seu conjunto, dão grandeza.” (ROCHA NETO, 1971, p. 34). Caracterizando a si mesmo como um inovador, define ele e Suplicy: “[...] amamos o novo, mas o novo que melhora, o novo que é progresso, o novo que acrescenta uma pedra às pedras que o passado reuniu para as construções que beneficiam a coletividade.” (ROCHA NETO, 1971, p. 34). Em seu entendimento, somente “[...] com espírito criador seriam edificados a reitoria, com as Faculdades de Filosofia e Economia e os monumentos do Hospital de Clínicas e Centro Politécnico. Só com amor ao novo se poderia realizar o novo que acompanha nosso progresso e prepara nosso futuro.” (ROCHA NETO, 1971, p. 35). Em relação a sua colaboração à Universidade do Paraná, quando esteve à frente do Governo do Estado, Bento Munhoz destacou as contribuições no terreno para construção da reitoria enfatizando que foi “[...] menos como contribuição minha no governo do Estado, do que como conquista de Flávio Lacerda, identificado com a Universidade.” (ROCHA NETO, 1971, p. 35). Ele complementou, afirmando: “[...] se Flávio Lacerda a unia uma amigável convivência de tantos anos, ora polêmica não fosse reitor e reitor vigilante, reitor que vivia os problemas de sua Universidade, e sabia pleitear por ela em bom entendimento com o professor que então era Governo, talvez não tivesse havido essa contribuição do Estado.” (ROCHA NETO, 1971, p. 31). Por isso, ele declarou:

Sempre admirei em Flávio Lacerda, sua imaginação. Ele é dos homens que ao ver o chão batido de um terreno, põe-se a pensar como ficaria a paisagem com a implantação dos edifícios já projetados em sua mente, bem como a vida humana que, lá dentro, iria borbulhar. Ele soube criar. E só os que criam permanecem. Só os que criam continuam. Flávio Lacerda continua. Aqui está um trecho de sua vida, sem tranquilidade, porque as opções atuais não são tranquilas, quando ele sofreu com os desenganos e se engrandeceu com as vitórias da Universidade, dando-se inteiramente de corpo e de espírito, ao que realizou. Flávio Lacerda compreendeu como reitor e, sobretudo como Ministro, a altitude da Universidade na vida Nacional. (ROCHA NETO, 1971, p. 35-36).

Bento Munhoz classifica nessa fala, Suplicy como “inovador” que “ama o novo”, “o novo que melhora”. E nesse sentido destaca o espírito empreendedor de Suplicy. Em discurso proferido na Assembleia Universitária de 19 de dezembro de 1971, Flávio Suplicy lembrou:

Quando em junho de 1949, iniciei minha jornada na administração desta Universidade, pensei: ‘Uma caminhada, por maior que seja, é iniciada com um simples passo’ e percebi que ‘todas as coisas difíceis têm a sua origem naquilo que é

fácil'. Olhei, então, o passado e a tradição da nossa Universidade e compreendi que "jamais haveriam as grandes coisas se não as pequenas". Mas me apercebi também, naquele longínquo 1949, que sem fé jamais poderíamos ter ou encontrar qualquer apoio. Por isso me alicercei no sonho e realização dos reitores primeiros – Victor Ferreira do Amaral e Silva e João Ribeiro de Macedo Filho aos quais rendi justa homenagem perpetuada em bronze neste gabinete e iniciei a grande trajetória e a grande caminhada, alçando os olhos ao futuro, certo que, um dia, poderia legar aos pósteros, algo que dissesse o quanto amei a minha terra e a minha gente. Eleito pela 6ª vez em 1967, volvo-me ao passado e vejo uma federalização obtida no 04 de dezembro de 1950, depois de tanta luta, mas, também de tanto apoio, inclusive do então governador Moyses Lupion; vejo a reforma do prédio central, com a construção de mais duas alas, abrigando, nesse conjunto a Faculdade de Medicina, de Direito, Engenharia, Odontologia e Farmácia; vejo a construção da Policlínica Dr. Garcez do Nascimento e do Núcleo profilático professor Pereira Filho; vejo a construção do conjunto de prédios para a reitoria, auditório, Faculdade de Ciências Econômicas e Faculdade de Filosofia; Vejo a construção do Cento Politécnico, para o ensino tecnológico, reunindo os cursos da Faculdade de Engenharia – engenheiro civil, mecânico, com as usinas piloto, Institutos de pesquisas, laboratórios, centros de estudos, computador eletrônico, centro de microscopia eletrônico, edifício da Administração, Biblioteca, pavilhão de provas, etc. Vejo a casa do estudante universitária, e o anexo da reitoria; vejo a incorporação da Escola de Agronomia e Veterinária e a construção de novos prédios para sua ampliação, entre eles, o centro de treinamento e o Hospital veterinário; vejo a incorporação da Escola de Química e da Escola Nacional de Florestas; vejo hospital-escola, colaboração efetiva do então Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, marco divisor da medicina no Paraná: antes e depois do Hospital de clínicas e já volto os olhos para o futuro, vendo um novo prédio para a Faculdade de Medicina; vejo também, no campo da difusão cultural e da extensão universitária, a Orquestra Sinfônica e o Coral, os cursos de verão e as nossas Universidades volantes; e neste instante quando finda a minha vida de administrador da Universidade Federal do Paraná, sentindo tudo isto, vendo todo este passado, quero crer que correspondi aos anseios daqueles que me elegeram em 50, 52, 55, 58, 61 e 67. Poderei aqui, agora, ao invés de tudo isso asseverar, clamar tão somente: 'Deixemos que o diga o tempo, pois mudamente surdo, ele é o único, que sem dizer nada, diz tudo'. Mas acho que falharia comigo mesmo se não erguesse a minha voz para dizer como o apóstolo Paulo: 'Combati o bom combate, completei a carreira e guardei a fé'. (LACERDA, 1971, p. 29- 30).

Nesse discurso, Flávio Suplicy faz uma síntese de sua trajetória. Ele relembrou as principais ações empreendidas na Universidade Federal do Paraná, durante as seis gestões em que esteve como reitor. Durante esse período, dado os pontos polêmicos, particularmente na Ditadura Civil Militar, Flávio Suplicy esboçou os principais aspectos que representava a Universidade do Paraná. Flávio Suplicy não participou das lutas que resultaram na restauração da Universidade, em 1946. Entretanto, quando assumiu a reitoria da Universidade, em 1949, herdou de seu antecessor, João Ribeiro de Macedo Filho, características semelhantes, sobretudo as articulações de suas ações atreladas aos políticos paranaenses e nacionais. Dessa forma, antes de sua ascensão ao Ministério da Educação e Cultura, Flávio Suplicy conseguiu um capital social e político que lhe deu condições de ampliar o espaço físico da Universidade. Fora isso, resguardados os conflitos com os estudantes universitários, Suplicy de Lacerda elevou a Universidade Federal do Paraná às condições necessárias para os projetos de extensão e pesquisas. Certamente, apesar de ser seu

iniciador, só não expandiu essas investidas pelas dificuldades financeiras que o ensino superior enfrentou, principalmente nos últimos anos de sua gestão, em plena ditadura militar.

Fiel ao Regime Militar, mesmo nos momentos de crises mais agudas na Universidade, não esboçou sequer nenhuma crítica ao modelo econômico e político adotado pelos militares, uma vez que em seu entendimento foram iniciativas para combater as políticas esquerdistas que solapavam o país. Fora isto, apesar de uma passagem “[...] sem muita visibilidade” pela Faculdade de Engenharia, foi daquela Faculdade que Flávio Suplicy conquistou seu maior capital social: a influência de Plínio Tourinho. Correndo por fora da Faculdade, no campo da Engenharia, atrelou suas articulações em torno do PSD, fazendo parte do Conselho Consultivo do Governo de Manoel Ribas. Dessa articulação, ganhou reconhecimento de Brasil Pinheiro Machado, partidário da mesma legenda e que o integrou efetivamente no campo político, como secretário de Obras Públicas do Paraná. Da Secretaria de Obras Públicas, Flávio Suplicy assumiu o domínio do campo do poder na Universidade do Paraná. Aliado às forças políticas do Estado, independentemente da filiação partidária, Flávio Suplicy empreendeu uma modernização autoritária, vindo do alto e para a elite.

Ao olhar por esse ângulo, o modelo empreendido por Flávio Suplicy e o seu *habitus* de formação, foi impulsionado por ações conservadoras, posicionando-se em uma relação estreita entre campo acadêmico e campo político como um fator determinante para expansão da Universidade Federal do Paraná e domínio no campo do poder universitário. Com isso, restou o que disse Algacyr Munhoz Maeder ao assumir o cargo de reitor em 1971, “[...] as responsabilidades se avultam, quando devo suceder o ilustre professor Flávio Suplicy de Lacerda, cuja obra aí está, viva na admiração de todos.” (MAEDER, 1971, p. 32). Maeder (1971, p. 32) continuou afirmando que “[...] a Universidade do Paraná muito deve a Flávio Suplicy de Lacerda, principalmente depois de restaurada em 1946, quando comandou a campanha da federalização”. No seu entendimento, “[...] realmente, a sua previsão de futuro foi impressionante, ao reconhecer que só com recursos federais avultados poderiam ser construídos os edifícios necessários à sua expansão, poderiam ser adquiridos equipamentos adequados ao seu funcionamento em termos realistas e melhoradas as condições do elemento humano que nela deveria atuar em escala progressista.” (MAEDER, 1971, p. 32). E dizendo isso, Maeder conclui seu discurso: “[...] depois da implantação física da Universidade, cabe ao seu sucessor a complementação da reforma universitária em andamento, por força de lei e das contingências atuais de mercado de trabalho nas zonas de sua influência.” (MAEDER, 1971, p. 32). Ou seja, Flávio Suplicy, na qualidade de engenheiro, deixou seu legado da especialidade da engenharia, consubstanciando um modelo administrativo empreendedor e

deixando para seu sucessor a tarefa de expandir a modernização no caráter do ensino e condizentes com as propostas educacionais da reforma em foco.

CAPÍTULO 3

RELAÇÕES DE PODER NO CAMPO ACADÊMICO PARANAENSE (1946-1950)

O povo paranaense que acompanhou a marcha da campanha, com viva ansiedade e carinho, sabia o nome de todas as pessoas que mais se haviam batido pelo êxito do movimento restaurador. (GAZETA DO POVO, 9 mar. 1946).

Flávio Suplicy de Lacerda, no período de restauração da Universidade do Paraná (ano de 1946), ocupou o cargo de Secretário de Obras Públicas no Governo de Brasil Pinheiro Machado. A Universidade do Paraná foi fundada em 1912, por um grupo de intelectuais, dentre os quais se destacaram como lideranças Victor Ferreira do Amaral e Nilo Cairo da Silva. No momento da instalação, a Universidade funcionou com os cursos de Medicina, Direito e Engenharia e outros. Logo, a origem da Faculdade de Engenharia, a qual Flávio Suplicy ingressou em 1933 remonta aos primórdios da Universidade. Conjuntamente, os três cursos iniciais configuram-se nas três tradicionais Faculdades da Universidade do Paraná. Mais tarde, em 1938, viria a ser fundada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Depois de criada como Universidade, por força da Lei Maximiliano de 1915, foi imposta a separação das Faculdades, ou seja, a descaracterização como Universidade. Mesmo diante dessa fragmentação imposta pela lei, as três Faculdades continuaram lutando por mais de três décadas, com investimentos feitos pela iniciativa privada, somados a subsídios dos governos (Federal, Estadual e Municipal). Durante esse período, as Faculdades prosseguiram no mesmo prédio, sendo solidárias diante das dificuldades, sem perder as esperanças de retornarem à condição de unidade universitária.

A restauração aconteceu somente em 1946. Buscamos, a partir dos antecedentes da restauração, analisar como se deu a constituição do poder na Universidade do Paraná, ou seja, as escolhas de Victor Ferreira do Amaral, João Ribeiro de Macedo Filho e Flávio Suplicy para reitores. Para Bourdieu (2011c, p. 26), “[...] o mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes sociais têm a fazer, a construir, individual e, sobretudo *coletivamente*, na cooperação e no conflito”. Essa construção, por sua vez, se dá “[...] na estrutura da distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas pra conservá-lo ou transformá-lo.” (BOURDIEU, 2011c, p. 26). Para o sociólogo, “[...] a noção de *espaço* contém, em si, o princípio de uma apreensão *relacional* do mundo social: ela afirma, de fato, que toda a ‘realidade’ que designa reside na *exterioridade mútua* dos elementos que a compõem.” (BOURDIEU, 2011c, p. 48). Para ele:

Os seres aparentes, diretamente visíveis, quer se trate de indivíduos, quer de grupos, existem e subsistem na e pela *diferença*, isto é, enquanto ocupam posições *relativas* com um espaço de relações que, ainda que invisível é sempre difícil de expressar empiricamente, é a realidade mais real [...] e o comportamento mais real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos. (BOURDIEU, 2011c, p. 49).

Por isso, Bourdieu (2011c, p. 50) descreve o espaço social global “[...] como um *campo*, isto, ao mesmo tempo como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que neles se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os indivíduos se encontram”. Victor Ferreira do Amaral, conforme Baranow e Siqueira (2007, p. 29), “[...] pertencia à elite campeira paranaense que assumiria a política estadual, após a proclamação da República”. Segundo os autores, Victor do Amaral “[...] quando passou a exercer o cargo de deputado Constituinte, em 1891, teve a missão de constatar a omissão com que o povo paranaense tratara a questão de limites da região do contestado”. Em 1912, foi um dos principais articuladores da fundação da Universidade e mesmo depois da fragmentação esteve empenhado na batalha pela equiparação. Baranow e Siqueira afirmam que quando reconhecida, no ato da comemoração, os estudantes foram “[...] para a residência do doutor Victor Ferreira do Amaral, onde se encontrava o Senador Doutor Carlos Cavalcante e outros professores da Faculdade.” (BARANOW; SIQUEIRA, 2007, p. 74). Na ocasião, discursou o acadêmico de medicina Aramis de Atahyde. Em seguida, “[...] foram até a casa de Afonso Camargo, vice-presidente do Estado, onde discursou o acadêmico de medicina Erasto Gaertner.” (BARANOW; SIQUEIRA, 2007, p. 75). Aramis de Atahyde e Erasto Gaertner, no período da restauração, eram deputados e fizeram frente da comitiva em torno da restauração.

Em relação a Victor Ferreira do Amaral, Nêvio de Campos (2013, p. 143b) informa que ele “[...] tinha origem familiar de fazendeiros e produtores de erva-mate do Paraná”. Portanto, fazia parte da oligarquia agrária paranaense sendo herdeiro de uma “condição abastada” (CAMPOS, 2013b, p. 143) que “[...] acumulou forte capital político, já que esse grupo [oligarquia] tinha forte presença política na Província do Paraná.” (CAMPOS, 2013b, p. 143). Em 1878, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro onde se tornou médico em 1884. Já, em 1890, conforme Campos, “[...] assumiu a Intendência de Curitiba, cargo equivalente a prefeito municipal, nomeado pelo Presidente do Estado do Paraná.” (CAMPOS, 2013b, p. 144). Além disso, conforme Campos, “[...] em 1892, foi eleito Deputado Estadual. Entre 1893 e 1894, exerceu a função de Superintendente do Ensino Público do Paraná. Entre 1900-1904, foi Vice-Presidente do Estado e Diretor Geral de Instrução Pública do Paraná.” (CAMPOS, 2013b, p. 144). No entendimento de Campos, “[...] a forte vinculação de Victor do Amaral com a classe política do Paraná conduziu-o a

diferentes funções das esferas públicas” (CAMPOS, 2013b, p. 148) tendo uma trajetória fortemente vinculada ao campo acadêmico, participando ativamente da fundação da Universidade do Paraná em 1912 e exercendo a função de docente e direção, destacando-se como primeiro reitor da referida universidade.

João Ribeiro de Macedo Filho teve, também, um papel destacado no processo de equiparação⁵¹. Conforme Baranow e Siqueira (2007, p. 73), quando reconhecida a Faculdade de Direito, da qual era seu diretor, ele comemorou: “[...] tratamos, porém, de fazer todas as exigências. Com um trabalho de paciência e pertinácia”. Na luta pela equiparação, afirmou que confiava nos homens públicos, recorrendo “[...] ao Palácio da Liberdade e o ilustre Presidente do Estado, Dr. Caetano Munhoz da Rocha, compreendeu a nossa delicada situação.” (BARANOW; SIQUEIRA, 2007, p. 73). Além da autoridade Estadual, “[...] apelamos para a municipalidade, legislativo e executivo.” (BARANOW; SIQUEIRA, 2007, p. 73). João Ribeiro de Macedo Filho fechou sua fala dizendo que, com o apoio de paranaenses, entre os quais Afonso Alves Camargo e Arthur Obino e João Perneta, “[...] conseguimos ver coroada da mais esplendente vitória.” (BARANOW; SIQUEIRA, 2007, p. 73).

Entretanto, mesmo entusiasmados pela equiparação, o ideal de restauração nunca foi abandonado por Victor do Amaral e João Ribeiro de Macedo Filho. Para atingir esse objetivo, Macedo Filho, em 1922, “[...] escreveu um memorial apresentado ao colega de Faculdade, o então deputado Federal Afonso Alves Camargo, discutindo a necessidade do ensino universitário no país.” (BARANOW; SIQUEIRA, 2007, p. 78). Esse memorial que defendia a reunião das três Faculdades do Paraná, conjuntamente a um projeto, foi apresentado à comissão de Justiça da Câmara Federal. Macedo Filho, ainda em outras situações, como no Congresso de Ensino, realizado no Rio de Janeiro em 1922 e quando da implantação da Faculdade de Filosofia, foi enfático em defender tal causa.

Victor Ferreira do Amaral também “[...] jamais deixou de sonhar com a restauração da Universidade do Paraná.” (BARANOW; SIQUEIRA, 2007, p. 73). Lamentou que com a reforma do Ensino Superior, empreendida pelo Ministro Gustavo Capanema, “[...] fomos surpreendidos com a exclusão do Paraná da relação das sedes das Cidades Universitárias.” (BARANOW; SIQUEIRA, 2007, p. 73). Fora do constrangimento do esquecimento, sua esperança estava depositada na reparação pela intermediação feita “[...] na Assembleia Legislativa, pelos Nobres deputados Erasto Gaertner, Laertes Munhoz e Djalma Al Chuerey.” (BARANOW; SIQUEIRA, 2007, p. 73).

⁵¹ Em 1927, participou do I Congresso Nacional de Educação, realizado em Curitiba, e defendeu a tese Pelo Regime Universitário.

Paralelo a essa batalha, segundo os autores, “[...] a situação mostrava fraqueza política, pois desde 1930 os representantes paranaenses que representavam a causa universitária haviam perdido forças” (BARANOW; SIQUEIRA, 2007, p. 79), uma vez que o Interventor Manoel Ribas, atrelado ao governo central de Getúlio Vargas, deixou de dar apoio à campanha. A Universidade, que contou com o apoio dos políticos paranaenses na sua fundação e equiparação, sentiu um grupo de políticos despreocupados a partir de 1930. Essa despreocupação ocorria dentro das próprias Faculdades. Os autores citam, como exemplo, o ano de 1938, cujo episódio “[...] João Ribeiro de Macedo Filho foi voto vencido na Congregação da Faculdade de Direito, quando defendia a reunificação.” (BARANOW; SIQUEIRA, 2007, p. 80).

Segundo Ruy Wachowicz (1985, p. 102), “[...] com a queda do regime do Estado novo, modificaram-se substancialmente as relações entre o Paraná e o Governo Federal”. Ainda, conforme esse historiador, “[...] as escolas superiores haviam crescido e formado novas gerações”. Dessa nova geração, “[...] o desembargador Clotário Portugal [e seu sucessor] professor Brasil Pinheiro Machado foram recrutados para Interventor” entre 1945 e 1946. Os acadêmicos “[...] Erasto Gaertner, Aramis Athayde e Bento Munhoz da Rocha Neto saíram dos quadros da Faculdade” atuando decisivamente no processo de restauração.

No processo de restauração, formalizado em 1 de abril de 1946, os professores Victor Ferreira do Amaral e Silva, João Ribeiro de Macedo Filho, Brasil Pinheiro Machado e Clotário de Macedo Portugal constavam na relação do primeiro Conselho Universitário, ficando de fora o nome de Flávio Suplicy que seria o terceiro reitor. Na tentativa de entender essas configurações, dialogamos com os apontamentos de Pierre Bourdieu no que se refere, particularmente, ao poder das Faculdades. Conforme o sociólogo francês, “[...] podemos reconhecer, nas diferentes formas da oposição entre as faculdades (ou disciplinas) temporalmente dominantes e as faculdades (ou as disciplinas, mais voltadas à pesquisa científica [...]).” (BOURDIEU, 2011a, p. 95). Naquele momento, as faculdades da Universidade ainda estavam mais voltadas ao ensino. No entanto, ao discutir a história do Ensino Superior da França, Bourdieu destaca que “[...] as três ‘faculdades superiores’ (temporalmente), isto é, a faculdade de teologia, a faculdade de direito e de medicina, que, sendo capazes, de proporcionar ao governo ‘a mais forte e mais durável influência sobre o povo.’” (BOURDIEU, 2011a, p. 95). Em termos comparativos, é possível dizer que as “faculdades superiores”, no momento da restauração, seriam as Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia, uma vez que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, fundada em 1938, estaria ainda em processo de formação. Pelo que observamos, as Faculdades de

Medicina e Direito tomaram frente no processo de restauração. Em termos bourdieusianos:

As faculdades temporalmente dominadas, faculdade de ciências e, em menor grau, faculdade de letras, se opõem as faculdades dominantes, nesse sentido, praticamente confundidas, faculdade de direito e faculdade de medicina, por todo um conjunto de diferenças econômicas, culturais e sociais, no qual se reconhece o essencial do que faz a oposição, no interior do campo do poder, entre a fração dominada e a fração dominante. (BOURDIEU, 2011a, p. 71).

A questão de superioridade, apontada por Pierre Bourdieu, entre as Faculdades de Medicina e de Direito, dá-se, pois “[...] a competência do médico ou do jurista é uma competência técnica juridicamente garantida, que dá autoridade e autorização para se servir de saberes mais ou menos científicos.” (BOURDIEU, 2011a, p. 95). Ele exemplifica com o caso particular da medicina, “[...] uma ciência prática cuja verdade e sucesso interessam a nação inteira” (BOURDIEU, 2011a, p. 95), sendo a clínica uma utilidade social, de contato em que “[...] a arte de curar entra na ordem civil.” (BOURDIEU, 2011a). Por essa razão, Bourdieu entende que

[...] a homogeneidade do *habitus* tende a crescer quando se vai dos físicos ou matemáticos aos clínicos ou juristas, é sem dúvida porque a necessidade de estabelecer na unidade social do grupo a unidade intelectual [...] se impôs mais fortemente quando a coerência propriamente científica é mais sincera e a *responsabilidade social* do corpo é maior. (BOURDIEU, 2011a, p. 98).

Ao olharmos para a história da Universidade do Paraná, percebemos que, na relação de força entre as instituições, a Faculdade de Medicina exerceu um papel de coordenação e integração entre as faculdades. Essa afirmativa pode ser justificada ao observamos a atuação de Victor Ferreira do Amaral, que em uma visão de conjunto foi o primeiro reitor da Universidade, com mandato simbólico extensivo no pós-restauração. João Ribeiro de Macedo Filho, professor da Faculdade de Direito, e segundo reitor, foi um dos batalhadores de maior visibilidade em torno da questão da restauração. Flávio Suplicy teve destaque, como profissional liberal (engenheiro), Conselheiro Estadual do Governo Manoel Ribas, e ocupou cargos na prefeitura da capital paranaense, bem como o de secretário de Estado, em 1946, momento da restauração no Governo do Interventor Brasil Pinheiro Machado.

Olhando para essa configuração, o ingresso de Victor do Amaral e João Ribeiro de Macedo à reitoria parece uma coisa natural. Se analisarmos em termos bourdieusianos, dados os investimentos familiares, a busca constante em acumular capitais parece também natural à investidura de Flávio Suplicy à reitoria da Universidade do Paraná. Entretanto, quando analisamos as especificidades políticas/acadêmicas e o debate em torno dos problemas universitários, a impressão que temos é que a indicação de Flávio Suplicy a reitor aconteceu

como um fato improvável, e ele foi um trãnsfuga, pelo menos, em torno das pessoas com trajetória mais prováveis a ocuparem esse cargo.

Neste capítulo, nos preocupamos, primeiramente, em entender as configurações políticas que levaram a restauração, e depois disso, os principais aspectos pós-restauração, particularmente a campanha pela federalização, que de certa forma, definiram a constituição do campo do poder na instituição. Utilizamos como principal fonte investigativa a imprensa paranaense, uma vez que não dispomos de relatórios ou textos documentais que registraram as articulações em torno, particularmente da campanha pela restauração.

3.1 “Empolga o Paraná a restauração da Universidade”: campanhas nas páginas da imprensa paranaense

O objetivo central deste tópico é investigar a dimensão da “campanha” promovida pela imprensa paranaense em torno da temática restauração, que, de certa forma, evidencia a configuração político-acadêmica na Universidade do Paraná. A dimensão dessa campanha teve uma ampla cobertura nos discursos dos jornais *Gazeta do Povo*⁵², *Diário da tarde*⁵³ e *O Dia*⁵⁴, ambos da capital paranaense. Escolhemos esses periódicos, além de considerar seu histórico de fundação, porque representaram no período estudado os três principais jornais do Estado do Paraná. Em relação ao conteúdo do jornal (matérias, artigos, etc.), em sua maioria não foi assinada. Levantamos a hipótese de que esse aspecto pode representar uma estratégia do jornal de fazer com que seu conteúdo ultrapassasse a opinião de quem escreveu, por isso caracterizamos ao longo do texto “discurso do jornal”, prevalência de uma linha editorial atrelada aos proprietários. Conforme Bourdieu (1997, p. 25, grifo do autor), na obra *Sobre a televisão*, “[...] os jornalistas têm ‘óculos’ especiais a partir dos quais veem certas coisas e não

⁵² O jornal *Gazeta do Povo* foi fundado em 3 de fevereiro de 1919 por Benjamin Lins e Oscar Joseph Plácido. No ano de 1962, passou para as mãos de Francisco Cunha Pereira Filho e Edmundo Lemanski. Durante o período analisado, o jornal permaneceu durante todo o tempo muito próximo das forças políticas estaduais e nacionais, bem como do corpo docente da Universidade do Paraná.

⁵³ O jornal *Diário da Tarde* foi fundado em 18 de março de 1899 por Estácio Correia. Inicialmente, apresentava-se como jornal de oposição. Durante a restauração da Universidade, esteve amplamente atrelado às forças políticas do Estado e aos docentes da Universidade do Paraná. Na campanha pela federalização, particularmente no período mais próximo da concretização do ato, o jornal manteve-se afastado. Isso porque Roberto Barrozo, editor e proprietário do periódico, candidato a deputado Estadual, resolveu apoiar Bento Munhoz da Rocha para Governador do Paraná. Como o então Governador Moyses Lupion estava muito próximo do corpo docente da Universidade do Paraná, o periódico passou a ignorar o final da campanha.

⁵⁴ O jornal *O Dia* foi fundado em 1923 em Curitiba por Caio Graccho Machado de Oliveira Lima. Durante o período analisado, foi coordenado e editorado por Raul Vaz. Este foi Secretário do Interventor Brasil Pinheiro Machado, que, segundo ele, o demitiu por suspeitar que o tivesse apoiando Moyses Lupion para Governo do Estado. Tirando essa questão, o jornal foi ativo na cobertura das campanhas restauração/federalização.

outras; e veem de certa maneira as coisas que veem”. Essa assertiva de Bourdieu dá-se porque “[...] eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado.” (BOURDIEU, 1997, p. 25). E essa seleção, por sua vez, na avaliação de Bourdieu, “[...] é a busca do sensacional, do espetacular” (BOURDIEU, 1997, p. 25). Interessando-se pelo excepcional a partir do ponto de vista deles:

Impõe a “perseguição do furo” eles estão “para fazer ver alguma coisa, está-se disposto a quase tudo e como se copia mutuamente visando a deixar os outros para trás, a fazer antes dos outros, acabam-se por fazerem tudo a mesma coisa, e a busca da exclusividade, que em outros campos, produz a originalidade, a singularidade, resulta aqui na uniformização e na banalização”. (BOURDIEU, 1997, p. 27, grifos do autor).

Nesse sentido, Bourdieu define o campo do jornalismo como sendo “[...] um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas repulsões que sofre de outros microcosmos.” (BOURDIEU, 1997, p. 55). Por isso, “[...] dizer que ele é autônomo, que tem sua própria lei, significa dizer que o que nele se passa não poder ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos.” (BOURDIEU, 1997, p. 55). Para ele, “[...] o campo jornalístico age, enquanto campo, sobre os outros campos. Em outras palavras, um campo, ele próprio cada vez mais dominado pela lógica comercial, impõe cada vez mais limitações aos outros universos.” (BOURDIEU, 1997, p. 81).

Dos jornais analisados, além da informação, foi possível observar a discussão sobre a temática, trazendo professores da Universidade e intelectuais paranaenses para se posicionarem sobre o assunto. A imprensa começou a ter um papel de destaque na vida social, principalmente no período que marcou a passagem do século XIX para o século XX, pois foi um momento caracterizado pelas transições de pequenas a grandes empresas jornalísticas nos principais centros urbanos brasileiros. Sua atuação passou a traduzir as novas ideias e os hábitos gerados pelas transformações vivenciadas pela população, tornando-se espaço privilegiado para a discussão dos problemas e rumos da sociedade. Nesse sentido, “[...] o jornal impresso diário é parte de uma estrutura midiática de enorme impacto e cada vez mais, diversificada ação política e cultural.” (VIEIRA, 2007, p. 14). Isto é, de acordo com Carlos Eduardo Vieira (VIEIRA, 2007, p. 13), “[...] a imprensa permite uma ampla visada da experiência cidadina: dos personagens ilustres aos anônimos, do plano público ao privado, do político ao econômico, do cotidiano ao evento, da segurança pública às esferas cultural e educacional.” Os jornais seriam os “provocadores” da opinião pública.

No texto, “[...] os primeiros passos da palavra imprensa”, Marco Morel faz algumas interrogações a respeito do significado da opinião pública. “Mas afinal, o que significa esta

expressão?” (MOREL, 2008, p. 33). Ele destaca que “[...] há quem a tome de forma literal como personagem ou agente histórico dotado de vontade, tendência e iniciativa próprias” (MOREL, 2008, p. 33). Para ele, “[...] a expressão opinião pública é polissêmica – também polêmica.” (MOREL, 2008, p. 33). A chamada opinião pública não é recente no jornalismo e suas principais características datam das duas primeiras décadas do século XVIII na Europa. Carlos Eduardo Vieira argumenta que o conceito de opinião pública está associado à questão da modernidade. Partindo desse princípio, conforme Vieira (2007, p. 19), “[...] a modernidade foi concebida pelos seus principais arautos como a ação edificante da razão que – por meio da ciência, da tecnologia, da instrução e das políticas sociais - universalizaria um novo modo de pensar e agir”. Nesse aspecto, os jornais representariam um importante aliado, não só no papel de incentivador de manifestações pedagógicas, como ainda exerceriam a importante função de polemização. Por isso, a imagem da imprensa, tanto ontem como hoje, está associada ao seu poder de influenciar a sociedade, de formar a chamada opinião pública. Segundo Peter Burke e Asa Briggs (2006, p. 78), “[...] genericamente, os jornais contribuíram para o aparecimento da opinião pública, termo que tem seu primeiro registro em francês por volta de 1750, em inglês em 1781; e em alemão, em 1793”.

Jürgen Habermas também aborda a questão da opinião pública a partir da automização da esfera pública. Segundo o autor, o jornal dos tempos modernos, principalmente a partir do século XVIII, seguiu engajado nas lutas em prol da afirmação dos valores burgueses. Com relação à opinião pública, Habermas entende que o sujeito é o público como portador de opinião pública. Nesse aspecto, os jornais tiveram papel fundamental, pois “[...] passaram de meras instituições publicadoras de notícias para, além disso, serem porta-vozes e condutoras da opinião pública, meios de luta da política partidária.” (HABERMAS, 1984, p. 214).

Em síntese, é possível definir opinião pública como a tentativa de universalização de um novo modo de pensar e agir. A assertiva de Gramsci (2006, p. 209, grifos do autor), “[...] todo estrato social tem seu ‘senso comum’ e seu ‘bom senso’, que são, no fundo, a concepção da vida e do homem mais difundida” sintetiza a acepção de opinião pública. Para Gramsci (2006, p. 209), “[...] toda corrente filosófica deixa uma sedimentação de ‘senso comum’: é este o documento de sua efetividade histórica”. O senso comum não é algo rígido e imóvel, mas se transforma continuamente, enriquecendo-se com noções científicas e com opiniões filosóficas que penetrarem no costume. A temática restauração das Faculdades do Paraná, embora seguindo as orientações de Bourdieu, homogeneizadas em torno do conteúdo, visou ou objetivou unificar a opinião pública em torno da questão.

Baranow e Siqueira (2007, p. 95) avaliam que “[...] o ensino superior, embora não contasse com reforma específica nesse momento, atuou, no período entre 1946 e 1964, com uma política de integração em que foram federalizados vários estabelecimentos e criadas universidades pela agregação de Faculdades preexistentes”. No entendimento dos autores, essa “nova política” voltada ao Ensino Superior, e estabelecida pelo Ministério da Educação, estimulou vários intelectuais paranaenses (que há muito já estavam envolvidos com a causa da Universidade), a intensificarem o movimento pela restauração da Universidade do Paraná. Conforme Baranow e Siqueira, “[...] essa política incentivou as faculdades paranaenses a revitalizarem *sua campanha* em prol da unificação, visando à criação da Universidade do Paraná.” (BARANOW; SIQUEIRA, 2007, p. 96). Essa campanha ganhou destaque na imprensa paranaense, desde o início até o fim. A imprensa paranaense começou destacando a nomeação de Brasil Pinheiro Machado para interventor do Estado. Em matéria que circulou na *Gazeta do Povo* em 16 fevereiro de 1946, o periódico anunciou *O novo interventor no Paraná*. No início do texto, ele comentou que o “[...] excelentíssimo presidente da República tendo vários ilustres nomes no nosso Estado [...] escolhe, para o alto e honroso mandato, o Dr. Brasil Pinheiro Machado”. Foi no Governo de Brasil Pinheiro que o debate em torno da restauração das faculdades do Paraná tomou uma dimensão significativa na imprensa paranaense. Professor da Faculdade de Filosofia, ele priorizou em seu governo a escolha do secretariado predominantemente composta por professores da Universidade. Entre os nomes escolhidos estavam o de Homero Batista de Barros para a pasta da Educação e Flavio Suplicy de Lacerda a de Obras Públicas. (GAZETA DO POVO, 27 fev. 1946).

O Jornal *Diário da Tarde* começou a levantar a questão da restauração da Universidade, trazendo para falar sobre o assunto Flávio Suplicy. No texto, uma breve apresentação sobre Suplicy de Lacerda: “[...] o eminente professor Flávio Suplicy de Lacerda, uma das mais cultas nas nossas inteligências” que já havia publicado⁵⁵ no jornal uma série de artigos intitulados “Problemas do Governo”, vem agora “[...] emprestar ao que analisa a situação das nossas escolas superiores.” (DIÁRIO DA TARDE, 19 mar. 1946). Em sua fala, Suplicy trouxe um retrospecto do Ensino Superior na Europa, Estados Unidos, Brasil e chegou ao Estado do Paraná. Aqui, ele abordou a questão da fundação da Universidade e elogiou as astúcias de seus fundadores. Em sua argumentação, ele defendeu que o governo

⁵⁵ A participação de Flávio Suplicy na temática restauração remonta ao ano de 1945, quando nas páginas do jornal *Diário da Tarde* foi chamado para falar dos problemas de Governo. Numa investida de 4 números no jornal, ele abordou questões diversas nos problemas de Governo, especificamente no tópico III, Suplicy de Lacerda tratou sobre *A Gloriosa Universidade do Paraná* (DIÁRIO DA TARDE, 3 abr. 1945). Analisamos esse discurso no capítulo quatro, na parte em que abordamos os discursos educativos de Suplicy de Lacerda.

assumisse as responsabilidades do Ensino Superior, alegando que a iniciativa particular já não poderia mais continuar.

Em 9 de janeiro do mesmo ano, a *Gazeta do Povo* repercutiu o jantar de confraternização da classe médica do Estado do Paraná. Na ocasião, Homero Braga, docente da Universidade, tomou posse como presidente da Associação Médica do Estado. Em seu discurso, ele colocou como assunto principal “[...] o caso da Universidade, que envolve o do melhor aparelhamento material da Faculdade de medicina”. Segundo Braga, “[...] a nós médicos, tanto ou mais nos estudantes que a cursam, deve interessar a melhoria dessa instituição [...]”. Em seu entendimento, “[...] o Paraná é que o que é por causa da Universidade”. Por isso, ele defendeu:

Não será nunca demasiado o muito que se der as suas Faculdades para que, sem sacrifício dos alunos, sejam ampliados os seus serviços, reaparelhados os laboratórios, melhor equipadas as clínicas, mais bem remunerados os professores e auxiliares do ensino. Não pensar assim é não ter amor a essa terra. E o governo que sob o pretexto da transitoriedade de suas funções, não aproveitar da oportunidade que se lhe oferece de criar a Universidade e dar a ela o de que precisa, estará negando a sua própria formação jurídica, que devida habitá-lo a colocar, acima de qualquer consideração de tempo ou lugar, a imposterável obrigação a reparar uma injustiça que há tantos anos vem sendo cometida. (GAZETA DO POVO, 09 jan. 1946).

Em sua fala, o professor Homero Braga defendeu investimentos do Governo para as melhorias do Ensino Superior, ou seja, que as faculdades fossem transformadas em universidade. A questão da restauração repercutiu em matéria intitulada *Restauração da Universidade do Paraná*, publicada na *Gazeta do Povo* em 12 de março de 1946. Nessa matéria, o periódico anunciou que os deputados Aramis Athayde, Erasto Gaertner e Bento Munhoz da Rocha Neto empenhavam esforços pela satisfação de um velho anseio do Paraná. O jornal destacou que os três constituintes estiveram em longa conferência com o Ministro da Educação. Segundo o jornal, “[...] no alevantado propósito de corresponder ao mandato que lhes outorgaram os seus coestaduanos, estão diligenciando, no sentido de obter a restauração da Universidade do Paraná.” (GAZETA DO POVO, 09 jan. 1946). O jornal informou que, no decorrer dessa conferência, os referidos deputados fizeram uma exposição sobre o histórico da Universidade:

Salientaram que tendo obtido condição de Universidade, em 1912, mais tarde a Instituição foi substituída por faculdades autônomas, que agora desejam readquirir aquela qualidade, apoiadas numa organização que a comporta perfeitamente, quando é certo que, nas oito escolas superiores do Paraná, militam mais de cinco mil alunos. Esclarecendo que pelo seu avanço no terreno cultural, pelo seu clima e outros aspectos, Curitiba apresenta todos os requisitos de cidade universitária, os representantes paranaenses se alongaram em considerações sobre a pretensão que

alimentam, encerrando a visita ao titular da Educação, otimamente impressionados com a acolhida que lhes foi proporcionada. No decorrer da palestra que manteve com os deputados paranaenses, o professor Souza Campos prometeu visitar, ainda que no mês corrente, Curitiba, onde será hospede oficial do governo e da Universidade. (GAZETA DO POVO, 12 mar. 1946).

A cidade universitária já era uma reivindicação estabelecida na Universidade do Brasil em 1937. Na época, O Ministro Gustavo Capanema do Governo Vargas, um dos formuladores do projeto da nova universidade, enfatizou que “[...] deveria possuir uma cidade universitária que congregasse em um único campus todas as instituições universitárias da então Universidade do Rio de Janeiro.” (PAULA, 2002, p. 65). A visita dos deputados paranaenses repercutiu no jornal *O Dia*, ao destacar que os representantes universitários da bancada paranaense na constituinte, “[...] estiveram em demorada conferência com o Ministro da Educação, a fim de tratar da restauração da Universidade do Paraná.” (O DIA, 12 mar. 1946). No artigo *A restauração da Universidade*, a *Gazeta do Povo* reproduziu a repercussão da conversa da comitiva de políticos paranaense com o Ministro da Educação. No discurso do jornal, a atuação dos parlamentares “[...] merece os mais francos louvores”. Referindo-se à recomposição das Faculdades autônomas do Paraná em Universidade, o jornal alude que “[...] essa decisão dos ilustres parlamentares conterrâneos vem ao encontro das mais legítimas aspirações da classe universitária [...]” (GAZETA DO POVO, 13 mar. 1946). No discurso do jornal:

Numa atitude que merece os mais francos louvores, os deputados federais paranaenses, Drs. Erasto Gaertner, Aramis Athayde e Bento Munhoz da Rocha, professores universitários, e o líder da nossa maioria, Sr. Gunny Junior, pleitearam, junto ao Senhor Ministro da Educação, no Rio de Janeiro, a recomposição das Faculdades autônomas do Paraná em Universidade, conforme as condições e em que esse estabelecimento superior foi criado em 1912. Essa decisão dos ilustres parlamentares conterrâneos vem ao encontro das mais legítimas aspirações da classe universitária. (GAZETA DO POVO, 13 mar. 1946).

Em *Um assunto de aspecto empolgante*, em edição que circulou em 15 de março de 1946, a *Gazeta do Povo* entrevistou o professor João Ribeiro de Macedo Filho. O periódico paranaense o classificou “[...] como um velho batalhador em favor dessa restauração” e o questionou a respeito do assunto. Em sua fala, o professor Ribeiro de Macedo iniciou dizendo “[...] que estou empolgado pelo movimento que se opera nesse sentido”. Rememorou que “[...] quando foi nos negado reconhecimento pelo Governo Federal [...] alegando-se, para a recusa, que não havia no país, nenhuma Universidade, que servisse de padrão para a equiparação, era eu secretário da Faculdade de Direito”. Mesmo diante da negação, Macedo Filho disse que “[...] não desanimamos e tratamos, conforme exigência do Ministro da Justiça,

de separar as três Faculdades, Direito, Engenharia e Medicina. Lembro-me do enorme trabalho que isso demandou”. Para essa divisão, ele comentou que fomos “[...] encarregados o Dr. Tibúrcio Carvalho de Oliveira e eu, dessa separação, pusemo-nos a obra e conseguimos atribuir uma a uma Faculdade bens que deveriam constituir o seu patrimônio próprio”. Apesar dessa disposição, ele enfatizou que “[...] isso contrariava de frente as nossas aspirações, e se levamos a efeito tal separação, o fazíamos sob protestos íntimos, com o compromisso de trabalhar, um dia, que pensávamos próximo, para reunir novamente as escolas em Universidade”. Diante dessa perspectiva, Macedo Filho disse que “[...] eu nunca deixei a ideia da Universidade. Agitei a questão sempre que uma oportunidade me oferecia”. Ele citou como exemplo o “[...] Congresso de ensino superior, reunido no Rio, em 1922, [onde] defendi a tese com calor, provando a conveniência da localização das Universidades em centros de pequena população e apontando a cidade de Curitiba, como um centro universitário de primeira grandeza.” Portanto, diante da campanha iniciada, ele concluiu afirmando que “[...] já felicitei os nossos parlamentares pelo trabalho desenvolvido e conto que muito conseguirão, com o entusiasmo que os empolga, tornando-se desse modo, um fato real e positivo, a Universidade do Paraná, para glória do nosso Estado”.

João Ribeiro de Macedo, além dos mais entusiasmado pela causa, foi um ativo lutador pela restauração, já logo após o desmembramento da Universidade em 1915. O jornal fechou a entrevista informando que na reunião dos diretores, realizada no dia anterior, com presença de representante do Governo do Estado, foi, em princípio, aprovada a ideia de restauração da Universidade. Ainda, segundo o informe, representantes da Universidade assumiram o compromisso de elaborar o projeto para ser submetido aos membros do corpo docente das Faculdades Superiores e convocar as congregações com a finalidade de nomear comissões para a redação final do projeto.

Motivado pelas discussões pró-restauração, o jornal *O Dia* trouxe um texto assinado por Dirceu Lacerda destacando a *Ideia de Universidade de Rocha Pombo*. (O DIA, 17 mar. 1946). Dirceu Lacerda iniciou o texto afirmando que “[...] Curitiba era, em 1892, uma vila disfarçada em cidade [...] foi naquela época de Revolução entre pica-paus e maragatos, que José Francisco da Rocha Pombo, pensou fundar uma Universidade, na Capital do Paraná”. Prosseguiu relatando que, naquele momento, Rocha Pombo “[...] conseguiu um terreno na Praça Ouvidor Pardinho e lançou a pedra fundamental. Ele questionou-se: Uma Universidade em Curitiba? Onde ia buscar os professores?”. Conforme Dirceu Lacerda:

[...] a ideia de Rocha Pombo adormeceu na pedra fundamental [...]. Estamos em 1912. Curitiba tem uma Catedral, cafés pela rua XV a algumas linhas de bondes. A fundação da Universidade volta a cena. Victor do Amaral, em alta combinação com Flavio Luz e Daltro Filho, cuidava do projeto da escola, quando o Dr. Reinaldo Machado, consultado, ponderou que a escola não podia funcionar sem um curso de obstetria. [...]. No gabinete do Diretor Miranda Rosa, Victor do Amaral e vários amigos discutem o futuro da Universidade. Tudo de acordo, Victor do Amaral vai ao Rio. [...] Victor do Amaral volta do Rio e fica silencioso. É que um dos seus colaboradores, muito atarefado, não cuidara de elaborar o projeto de Universidade. Nesta altura dos acontecimentos aparece Nilo Cairo com outra Universidade em folha e pronta para funcionar. [...]. Na noite histórica de 19 de dezembro de 1912, no Congresso Legislativo, em sessão solene, presidida pelo Dr. Carlos Cavalcanti, presidente do Estado, era instalada a Universidade do Paraná. [...] Campanha do contra... [...] A Universidade está funcionando. As dificuldades financeiras são grandes. Uma campanha de descrédito se levanta pela imprensa contra a Universidade. [...] o Paraná não comporta uma Universidade! Bradava, colérico, o pessoal do contra. [...] e a luta continua. O prefeito Candido de Abreu cede um terreno para a edificação do prédio próprio da Universidade e esta adquire, por 29 contos, um terreno à Rua Carlos de Carvalho, esquina da Visconde de Nacar. Nilo Cairo escolhe o terreno da Rua XV. [...]. Enfim, por força da lei Maximiliano a Universidade deixa de existir, retornando às suas condições de Faculdades isoladas. (O DIA, 17 mar. 1946).

Dirceu Lacerda, nesse texto, historia os primórdios da Universidade do Paraná até chegar em sua fundação e retorno às faculdades isoladas. As Faculdades isoladas no Brasil remontam a 1808, quando foram criados os Cursos Médicos de Cirurgia na Bahia, dois centros médicos cirúrgicos na Bahia e no Rio de Janeiro; e, no ano de 1810, a Academia Real Militar, que em 1874 passaria a se chamar Escola Politécnica. (FÁVERO, 2000, p. 20). Desse contexto, a primeira ideia de Universidade no Paraná viria de 1892, com Rocha Pombo. Em edição que circulou em 17 de março de 1946, a *Gazeta do Povo* repercutiu que *Empolga o Paraná a restauração da Universidade*. Nessa edição, o jornal trouxe para falar sobre o assunto o Dr. Ernani Guarita Cartaxo, Catedrático e Secretário da Faculdade de Direito do Paraná. Na apresentação da matéria, o jornal informou que “[...] desde o instante em que o assunto entrou em debate, prendeu vivamente a atenção de nossas elites, ansiosas por ver concretizado esse velho sonho dos nossos círculos culturais”. Nesse sentido, o jornal questionou qual ponto de vista do professor Cartaxo sobre a momentosa situação? A resposta do professor foi de estar “[...] de apoio amplo e entusiástico em favor do empolgante movimento”. Em seu entendimento, apesar de estarmos “[...] vivendo um momento de exasperação da campanha pela criação de uma instituição universitária [...], a ideia é remota, e sempre viveu latente na consciência de quantos nos preocupamos com os problemas do ensino superior e da cultura”. Além de defender a restauração da Universidade, Ernani Guarita Cartaxo argumentou que as condições políticas, tanto no Paraná quanto nacionalmente, eram favoráveis à concretização. No âmbito federal, Cartaxo apontou que “[...] não faz muito, esteve em visita às nossas Faculdades o então Ministro da Educação, Gustavo

Capanema, que veio pessoalmente testemunhar o interesse do governo central pela Criação da Universidade do Paraná”. Em termos de Paraná, Cartaxo destacou a participação dos professores universitários que exerciam cargos políticos explicitando que as circunstâncias reavivam a solução do problema universitário, uma vez que “[...] no Governo do Estado [...] está o professor Brasil Pinheiro Machado, diretor da Escola de Filosofia e conhecedor autorizado das nossas condições culturais [que] já encarregou o seu Secretário de Educação, o ilustre professor Homero de Barros, para acompanhar as ‘démarches’”. (GAZETA DO POVO, 17 mar. 1946).

A *Gazeta do Povo*, em matéria que circulou em 24 de março de 1946, ouviu a opinião da Professora Rosy Pinheiro Lima sobre a restauração da Universidade. Segundo o jornal, “[...] ilustre advogada conterrânea e docente livre da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro [...]. Incontestável líder dos círculos femininos de cultura [recentemente visitou e cursou] Universidades da Inglaterra e dos Estados Unidos [...]”. A entrevista do jornal seguiu a seguinte direção: Qual a sua opinião sobre a criação da Universidade do Paraná? Em resposta ela disse que “[...] a reunião das Faculdades independentes em um todo universitário é uma necessidade do ponto de vista educativo e social”. Em seu entendimento, a função da universidade consistia “[...] em primeiro plano, o progresso cada vez maior do conhecimento, mantendo um corpo especializado de pesquisadores e professores” e, em segundo, “[...] transmitir esse conhecimento especializado e progressista aos estudantes”. Para ela, “[...] isto só pode ser conseguido [...] quando reunidos os cursos diversos [...]”. Caso não fosse possível a criação imediata da Universidade (federalização), seria, talvez, (a restauração) um passo preliminar acertado. Essa docente estabeleceu a relação entre restauração e federalização. A primeira organizaria as Faculdades em torno de uma administração; a segunda aumentaria os recursos essenciais para a expansão da Universidade.

Em torno da restauração, o jornal *O Dia* repercutiu a reunião realizada no salão nobre da Universidade do Paraná. Segundo o jornal, “[...] reuniu-se a comissão de professores delegados dos nossos institutos de ensino superior, encarregados de estudar o plano definitivo da constituição da Universidade e aprovação do anteprojeto dos seus estatutos.” (O DIA, 24 mar. 1946). No texto, aparece a listagem completa dos professores que compareceram à reunião: “[...] pela Faculdade de Medicina, professores Victor do Amaral, Assis Gonçalves, Matos Barreto e Paula Soares; pela Faculdade de Engenharia, professores Durval Ribeiro e Amoreti Ozório; pela Faculdade de Direito, professores Macedo Filho, Ernani Cartaxo e Pinheiro Lima; pela Faculdade de Filosofia, professores Lacerda Pinto e Loureiro Fernandes. Pelo que apurou o jornal, os debates foram prolongados, sendo “[...] assentada a constituição

de uma comissão composta dos diretores das Faculdades [...] para o fim de se entender com o Interventor Federal, e estudar em conjunto as condições do auxílio financeiro, que o Estado deverá conceder a futura Universidade”. A partir desse momento, a imprensa paranaense passou a estabelecer uma relação estreita entre forças políticas e corpo docente das faculdades, destacando-se a figura do interventor do Estado. Um dos assuntos que mereceu destaque foi a visita do Ministro da Educação que deveria chegar no dia 21 de março de 1946, “[...] atendendo a um convite do Governo paranaense, formulado pelo Interventor Brasil Pinheiro Machado.” (GAZETA DO POVO, 16 mar. 1946). A visita do Ministro à capital paranaense foi retratada no jornal *O Dia* que enfatizou, assim como o jornal *Gazeta do Povo*, que a visita do Ministro “[...] atende a convite do Governo paranaense.” (O DIA, 16 mar. 1946). O jornal continuou dizendo que “[...] a propósito da próxima visita do Ministro prof. Dr. Ernesto Souza Campos, o Dr. Victor do Amaral, diretor da Faculdade de Medicina, recebeu apreensivo telegrama dos deputados paranaenses. [...] Prepara-se condigna recepção ao ilustre visitante”.

Em matéria publicada em 27 de março de 1946, a *Gazeta* informou que “[...] à proporção que se aproxima a data da chegada do ministro Souza Campos a Curitiba, mais intensa se torna a expectativa do Paraná em redor da solução do problema da Universidade que a todos interessa.” (GAZETA DO POVO, 27 mar. 1946). O jornal lembrou que os parlamentares paranaenses estiveram com o Ministro da Educação, quando ele assumiu o compromisso de visitar Curitiba. Segundo o jornal, “[...] depois da promessa deste, de visitar o nosso Estado, para sentir de perto os seus anseios no tocante a concretização desse velho desejo, o problema tomou proporções agigantadas e tudo faz crer que, em breve terá solução favorável”. Na matéria publicada em 30 de março de 1946, o jornal *Gazeta do Povo* repercutiu a chegada do Ministro da Educação na capital paranaense, quando foi recebido pelo Interventor Brasil Pinheiro Machado e altas autoridades. Segundo o periódico:

A fim de proporcionar à ilustre comitiva visitante, chefiada pelo titular da Educação, estavam no grande Hotel Moderno, às 13 horas, o Dr. **Brasil Pinheiro Machado**, Interventor Federal do Estado, Major Seixas, chefe do Estado Maior da região, representando o comandante da 5ª R. M., DR. Oscar Borges, Secretário do interior, Justiça e Segurança Pública, Pretexto Taborda Junior, Secretário da Fazenda, **Dr. Flavio Suplicy de Lacerda**, Secretário de Viação e Obras Públicas, Cel. Fedro Sherer Sobrinho, comandante da força policial do Estado, Dr. Carvalho Chaves, presidente do Conselho administrativo do Estado, Hudson de Barros e Silva, diretor geral interino da saúde pública, Dr. J. Muggiati Sobrinho, diretor geral interino do departamento Estadual de informações, Senador Roberto Glasser, deputado **Aramis Athayde**, **Erasto Gaertner** e **Bento Munhoz da Rocha Neto**, Cel. José Scheleder, chefe da casa militar da interventoria, Major João Meister Sobrinho, comandante da Cia. De bombeiros, **Dr. Lacerda Pinto**, **Dr. João Ribeiro de Macedo Filho**, diretor das nossas escolas superiores e entidades estudantis e pessoas gradas.

Acompanhavam-no, ainda, os Drs. Carlos Gomes de Oliveira, Secretário de Justiça e Educação, Dr. B. Laurindo Ribas, diretor da saúde e deputado Aderbal Ramos da Silva, de Santa Catarina e mais os componentes de sua comitiva, Dr. Rafael de Paula Souza, diretor do serviço nacional da malária, Dr. João de Souza Campos, oficial de gabinete e Dr. Olavo Siqueira Secretário. [...]. Estiveram ontem a tarde em visita ao Palácio São Francisco, onde foram recebidos pelo interventor Brasil Pinheiro Machado, e altas autoridades. (GAZETA DO POVO, 30 mar. 1946, grifos nossos).

Na sequência, o Ministro da Educação, Ernesto de Souza Campos, visitou a Universidade do Paraná, onde foi recebido pelo corpo docente, alunos e autoridades. Na ocasião, discursou o professor Dr. João Ribeiro de Macedo Filho, “[...] saudando o ilustre visitante, em nome das Faculdades”, o qual declarou “[...] que os paranaenses depositavam toda sua esperança no culto e insigne titular da pasta da Educação e Saúde, no tocante ao maior anseio da classe universitária do Estado do Paraná, o qual consiste na recomposição da Universidade”. Conforme o jornal, “[...] expondo com o maior brilhantismo, o objeto das elevadas e justas aspirações do mundo universitário e da sociedade paranaense, o Dr. João Ribeiro de Macedo Filho exprimiu que o professor Souza Campos teria, com sua grande cultura, a sua última palavra sobre o momentoso assunto”. Em sua fala, o Ministro Souza Campos “[...] acolheu com real simpatia as palavras do doutor Macedo Filho, pondo em realce a necessidade de se criarem e organizarem várias universidades no Brasil salientando que muitos países, com população inferior a nossa, como Canadá, México e Argentina, possuem número muito maior de universidades”. Falou ainda o professor Pedro Calmon, segundo o jornal: “[...] grande autoridade no assunto e um dos maiores oradores do Brasil [...] com sua palavra brilhantíssima, [...] teceu verdadeiro hino às Universidades”. Ainda, segundo o texto, “[...] referindo-se ao movimento iniciado no Paraná, com objetivo de conseguir a restauração da nossa Universidade, o orador colocou em plano evidente o espírito universitário que perdura entre nossas Faculdades o que se poderia verificar através do conjunto de esforços [...] da identidade, dos pontos de vista e uma união que se manifesta”. O jornal *Diário da Tarde* comentou que:

Quando o Ministro Souza Campos, Ministro da Educação e Saúde, chegou, com sua comitiva no edifício da Universidade foi recebido por numerosos professores de todas as Faculdades, avultando numerosos estudantes e pessoas de relevo na sociedade curitibana. [...] **Tomaram assento na mesa, durante a solenidade, os senhores ministros Souza Campos, Interventor Brasil Pinheiro Machado, doutor Pedro Calmon [...] Victor do Amaral e doutor João Ribeiro de Macedo Filho Diretor da Faculdade de Direito do Paraná.** (DIÁRIO DA TARDE, 30 mar. 1946, grifos nossos).

O jornal *O Dia*, destacou, também, a visita do Ministro da Educação a Curitiba. (O DIA, 30 mar. 1946). Sobre a visita o jornal enfatizou que “[...] tendo prometido aos parlamentares que em nome do Interventor Federal do Estado, o convidaram no Rio [...] sua

Excia. cumpriu o prometido, sendo assim, o primeiro ministro do Governo constitucional brasileiro que visita o Paraná”. Esse mesmo periódico repercutiu a notícia da restauração em matéria de primeira página com o título *Restaurada a Universidade do Paraná: a solenidade de ontem*. (O DIA, 2 abr. 1946). Segundo esse periódico, teve uma significação histórica na vida paranaense, a grande assembleia geral, quando se concretizou um dos maiores ideais dos nossos conterrâneos de todo o Paraná, qual seja, a reconstituição da Universidade. O jornal descreveu que “[...] tomaram assento à mesa que presidiu a Assembleia os senhores professores Pedro Calmon, vice-reitor da Universidade do Brasil, Ernesto de Souza Campos, Ministro da Educação e Saúde e Dr. Brasil Pinheiro Machado [...] além de outras autoridades e docentes das faculdades da Universidade do Paraná”. O texto elogiou “[...] o ilustre professor Souza Campos, Ministro da Educação e Saúde e cuja administração se conseguiu restaurar a Universidade do Paraná, graças ao seu espírito de compreensivo patriotismo, usou da palavra, ao assumir a presidência da Assembléia”. Informou que depois de sua fala o Ministro “[...] empossou reitor e vice-reitor da Universidade. Conforme o jornal, “[...] a assistência recebeu com salva de palmas a notícia de que os doutores Victor do Amaral e João Macedo de Ribeiro Filho, haviam sido eleitos, respectivamente, reitor e vice-reitor da Universidade do Paraná”. O jornal comentou sobre a subvenção que seria feita pelo governo do Estado, apontando que “[...] esse gesto que vem perpetuar o nome do ilustre Interventor, entre os patrícios beneméritos da Universidade do Paraná foi recebido com gerais aclamações da assistência”. Para finalizar, foi comentado que o “[...] Dr. Victor do Amaral, eleito reitor da Universidade, proferiu formosa oração, fazendo ligeiro retrospecto das realizações na antiga Universidade e da elevada significação, para a vida cultural e social, da restauração do estabelecimento”. Falaram o professor Macedo Filho e os parlamentares que atuaram no processo de restauração.

A restauração da Universidade também foi destaque de primeira página no *Diário da Tarde*, com o título *A reascensão da Universidade do Paraná*. O tom discursivo é que foi “[...] impressionante, comovente, entusiástico, fora o ritmo todo da ímpar solenidade.” (DIARIO DA TARDE, 2 abr. 1946). O texto destacou que o professor “[...] Victor Ferreira do Amaral, [foi] elevado ao posto dignificante de Magnífico Reitor da Universidade do Paraná”. Na conclusão da matéria, destacou-se que:

Todas aquelas passagens protocolares da reestruturação desse templo augusto de ensino, foram para todos nós, de uma beleza edificante e os predicados que revestiram são de molde a convencer-nos, agora, mais do que nunca, da vitoriosa destinação desse padrão de orgulho cultural que alcandorou ao pórtico da sabedoria a terra dos pinheirais. (DIARIO DA TARDE, 2 abr. 1946).

A *Gazeta do Povo* enfatizou que foi restaurada a Universidade do Paraná. (GAZETA DO POVO, 2 abr. 1946). Segundo o periódico:

Teve uma significação histórica, na vida paranaense, a grande Assembleia Geral com que, em data de ontem, se concretizou um dos maiores ideais dos nossos conterrâneos, a reconstituição da nossa tradicional e valorosa Universidade. Depois de reuniões preliminares, em que as Faculdades, por suas respectivas congregações, manifestaram a sua decisão unânime de se congregarem, novamente, na Universidade do Paraná, teve lugar a tocante e significativa cerimônia de ontem, que foi a primeira Assembléia Geral do Conselho Universitário, que teve a expressão de uma declaração oficial de que os velhos sonhos dos paranaenses se tornaram realidade. (GAZETA DO POVO, 02 abr. 1946).

O desfecho da campanha de restauração na imprensa paranaense terminou destacando os signatários da luta pela restauração. A *Gazeta do Povo* elogiou o Interventor Brasil Pinheiro Machado e explicitou que:

O tradicional estabelecimento de ensino superior, criado pela iniciativa de Nilo Cairo e Victor do Amaral e outros paranaenses, dignos de nossa gratidão, desagregou-se depois de vários anos, por força de uma nova lei, deixando no passado, os traços luminosos das mais fecundas realizações. Embora desagregadas, autônomas, uma em relação às outras, as Faculdades prosseguiram sua vida escolar, debaixo do mesmo sentido de união, concórdia e colaboração recíproca, no sentido cultural. O espírito Universitário resistiu a antiga legislação e, mais que isso, resistiu a ação do tempo, que poderia distanciar as Faculdades, na possibilidade de uma egoísta divergência de propósitos. Muito ao contrário, quando se delinearam as medidas para a reconstituição da Universidade do Paraná, as Faculdades de Medicina, Direito, Engenharia e Filosofia, pela voz unânime de suas congregações, manifestaram a decidida intenção de se congregarem, reconquistando, para o patrimônio da nossa história e da nossa cultura, o estabelecimento máximo de ensino paranaense. (GAZETA DO POVO, 3 abr. 1946).

O jornal concluiu o texto retratando que, tanto no Paraná como em todo o Brasil, a reconstituição da Universidade encontrou o máximo apoio do Governo do Estado, cujo propósito se manifestou pela palavra autorizada do chefe do executivo paranaense. Em texto publicado, em 9 de março de 1946, o jornal enfatizou que “[...] a campanha desenvolvida para reconstituir a Universidade do Paraná encontrou, em suas várias fases, a mais estreita cooperação e o mais decidido entusiasmo do interventor Brasil Pinheiro Machado”. Na interpretação do jornal:

Nas reuniões que se realizaram com objetivo mencionado, bem como nos entendimentos havidos com as mais altas autoridades do país, em matéria de educação, o Interventor Brasil Pinheiro Machado contribui notavelmente para que chegasse a bom termo o propósito continuado pelo mundo universitário paranaense. Na grande assembléia geral, reunida para solenizar a restauração da Universidade do Paraná, o Interventor Brasil Pinheiro Machado teve posição de marcante relevo. **O povo paranaense que acompanhou a marcha da campanha, com viva ansiedade e carinho, sabia o nome de todas as pessoas que mais se haviam batido pelo êxito do movimento restaurador.** No conjunto desses nomes ilustres, figurava com realce o do Interventor Brasil Pinheiro Machado. (GAZETA DO POVO, 9 mar. 1946, grifos nossos).

O jornalista e professor da Universidade do Paraná, Raul Rodrigues Gomes, relativizou a euforia em relação à restauração. Conforme Gomes: “Quando há 25 anos, veio o decreto da oficialização da primeira Faculdade da tríade componente da Universidade do Paraná, o povo de Curitiba, comungando com os estudantes, desbordou para as ruas a manifestar sua alegria pelo então maior fato de nossa existência cultural.” (GAZETA DO POVO, 7 jun. 1946). Para Gomes, “[...] os tempos estão mudados”. Essa mudança é mostrada por Gomes no seguinte sentido: “[...] indício disso é a frieza com que Curitiba recebeu a sensacional notícia do reconhecimento da Universidade do Paraná, restaurado recentemente numa solenidade do máximo alcance para nossa cronologia e ora reconhecida oficialmente”. Na opinião de Raul Gomes:

Ao nosso parecer, o povo deveria ter saído as ruas, patentear seu contentamento, comemorando com ruidosas festas essa conquista que fará de nossa cidade um dos mais importantes centros universitários do país. Essa vitória não interessa apenas a parte culta de Curitiba. Ela apresenta aspectos espirituais, sociais, econômicos de evidente alcance. Afeta, portanto, toda a coletividade, pois a nossa Universidade atribuirá contingentes de estudantes de vários Estados. (GAZETA DO POVO, 7 jun. 1946).

Várias vozes apareceram na imprensa paranaense (Quadro 5), defendendo a restauração ou dando pareceres sobre ela.

Quadro 5 - Vozes da imprensa paranaense

Flávio Suplicy de Lacerda
Brasil Pinheiro Machado
Homero Braga
Aramis Athayde
Erasto Gaertner
Bento Munhoz da Rocha Neto
João Ribeiro de Macedo Filho
Dirceu Lacerda
Ernani Guarita Cartaxo
Rosy Pinheiro Lima
Ernesto de Souza Campos
Pedro Calmon
Victor Ferreira do Amaral

Fonte: O autor a partir dos discursos da Imprensa Paranaense.

Ao longo da campanha pela restauração, a posição editorial da *Gazeta do Povo* foi que este jornal “[...] tem sido o eco das opiniões, que o momentoso assunto vem despertando,

nos círculos interessados, entre professores e alunos, com reflexo em todas as camadas sociais, inclusive o próprio Governo.” (GAZETA DO POVO, 24 mar. 1946). A imprensa paranaense deu ampla cobertura ao momento que antecedeu à restauração da Universidade do Paraná, publicando em suas páginas as falas de professores, de políticos e de estudantes e fechando a concretização vitoriosa com grande destaque. Dentre as personalidades, os documentos oficiais da Universidade destacam os nomes de Victor Ferreira do Amaral, Brasil Pinheiro Machado, Algacyr Munhoz Maeder, Pedro Calmon e, sobretudo, João Ribeiro de Macedo Filho. Na campanha pela restauração, observa-se uma aproximação muito grande entre o campo político e o campo acadêmico, chegando, muitas vezes, a confundirem-se os dois espaços sociais, uma vez que professores da Universidade, ao mesmo tempo, ocupavam cargos políticos em nível Estadual e Federal. Brasil Pinheiro Machado (Interventor no momento da restauração), Erasto Gaertner e Bento Munhoz da Rocha (deputados), Flávio Suplicy de Lacerda e Homero de Barros (Secretários de Estado) são exemplos dessa situação. Esses políticos-docentes uniram-se aos demais professores para debater o assunto com autoridades nacionais, a exemplo dos Ministros Souza Campos, Clemente Mariani e do Presidente Dutra. Com a concretização da luta e a consequente restauração da Universidade, a imprensa paranaense detalhou e continuou distribuindo elogios aos signatários da campanha.

Desse modo, a partir dos discursos da imprensa paranaense, percebe-se a constituição do campo poder universitário: Victor Ferreira do Amaral, representação da tradição (fundador da Universidade), caracterizando uma semântica de continuidade; João Ribeiro de Macedo Filho, aquele que mais participou dessa campanha, atuando inclusive como articulador entre as Faculdades, foi um apaixonado racional pela questão universitária; além desses, o nome de Brasil Pinheiro Machado ficou evidenciado fortemente, em torno do qual se centralizou as ações políticas do processo de restauração. Quanto a Flávio Suplicy de Lacerda, ficou clara sua participação como autoridade que conhecia a causa universitária, e por mais que não tenha envolvimento direto na campanha, esteve entre as autoridades que participaram da solenidade de restauração. Foi em torno desses nomes que se constituiu o poder universitário no período pós-restauração. No próximo tópico, veremos as investiduras ao cargo de reitor e, sobretudo, as primeiras ações conjuntas da restaurada Universidade do Paraná.

3.2 “Universidade do Paraná restaurada”: três primeiros reitores

Restaurada a Universidade do Paraná, além de reuniões das Congregações das

Faculdades, a Universidade passou a contar com o Conselho Universitário e a Assembleia Universitária. O Conselho, por sua vez, passou a ser composto pelo Diretor e mais um membro de cada Faculdade, eleito para o Conselho. A partir da restauração, a Universidade passou a contar para relatório de suas ações, além das atas, com o Anuário da Universidade do Paraná. A ata de 18 de junho de 1947 registrou: “[foi] resolvido que o primeiro anuário da Universidade, relativo à fase pós-restauração, seja concedente ao ano de 1947, nele, porém historiando-se as ocorrências universitárias de maior interesse verificadas no ano de 1946.” (FE, ata 18 jun. 1947). Conforme anunciado, esse Anuário foi publicado em 1947 e repercutiu os antecedentes da restauração. Em texto escrito por Ernani Guarita Cartaxo (1947, p. 17), ele rememorou que como Universidade durou pouco tempo, sendo interrompida pela Lei Maximiliano de 1915. Segundo Cartaxo, essa lei estabeleceu dois condicionantes principais: a exigência de 100 mil habitantes para a implantação de uma Universidade e a existência de uma Universidade Modelo para equiparação. A inexistência dessas duas exigências teve como consequência “[...] o desmembramento da Universidade, a fim de permitir que as escolas, pleiteiem isoladamente o reconhecimento federal.” (CARTAXO, 1947, p. 17). Mesmo diante da divisão, Cartaxo avalia que o ideal de ver a Universidade restaurada nunca acabou. Segundo ele, das lutas contínuas, ficou demarcado o ano de 1922, quando o professor “[...] Macedo Filho, que se havia se revelado o mais apaixonado espírito universitário dentre os ilustres professores das várias Congregações, redigiu substancial memorial, que serviu de apoio à apresentação de um projeto visando a reunião das Faculdades em Universidade.” (CARTAXO, 1947, p. 23). Nesse relatório, Macedo Filho contou com o apoio político do professor Afonso Camargo, deputado federal, que, apesar de tudo, não seguiu adiante. A batalha iniciada em 1922 por João Ribeiro de Macedo e continuada por ele e outros professores em vários momentos ganhou força na década de 1940, no entanto, “[...] só em 1946, pela conjunção de vários fatos propícios, a ideia iria transformar-se em magnífica realidade.” (CARTAXO, 1947, p. 23). Conforme Cartaxo (1947, p. 23), nesse ano “[...] o Ministro da Educação, professor Ernesto de Souza Campos, instalara no país, o ciclo das Universidades, e os seus pendores pela difusão do ensino universitário despertaram de pronto a apreensão dos que anelavam pela restauração da Universidade do Paraná”.

Em discurso transcrito no mesmo Anuário da Universidade de 1947, o representante discente Gastão de Abreu Pires (1947, p. 69) refletiu sobre a restauração da Universidade afirmando que “[...] revive hoje o Paraná mais uma de suas páginas de Glória e de esplendor”. No seu entendimento, “[...] não poderia, pois, a classe universitária, permanecer indiferente ao justo e incontido júbilo da terra dos pinheirais.” (PIRES, 1947, p. 69). Para Gastão Pires,

apesar dos estudantes “[...] em uma grande parte serem filhos de outros estados, mas todos como bons brasileiros irmanados nas mesmas aspirações e lutas debaixo do manto protetor [...] querem traduzir o seu apreço e profunda gratidão a este Estado que tão bem os acolhe.” (PIRES, 1947, p. 69). Ditas essas palavras, ele exaltou “[...] a conjugação de todas as forças obreiras de nossa intelectualidade em um ideal comum, relegando para segundo plano os interesses individuais, os complexos recalcados e os partidarismos apaixonados.” (PIRES, 1947, p. 70). Na avaliação de Gastão Pires, foi dessa luta que resultou a restauração. Para ele, “[...] nesta nova fase, veremos surgir notáveis realizações, concretizadas em inaugurações de cursos científicos [...] em melhores possibilidades para o estudante pobre [e] aprimoramento profundo e edificante dos cursos universitários.” (PIRES, 1947, p. 70). Em seguida, Gastão Pires falou dos fatos que determinaram a restauração em 1946. Em seu entendimento, um “[...] sonho de muitos anos, vinha a restauração preocupando continuamente vários professores e intelectuais de nossa terra”. Ele rememorou que, em 1945, “[...] em uma tentativa de concretizar este sonho, foram redigidos os estatutos da Universidade, sendo então aprovados pelas Faculdades de Engenharia, Medicina e Direito”. Em sua avaliação, foi, entretanto, “[...] em março de 1946 que surgem clarões aurais de ampla perspectiva para o magno ideal”. Ele citou nomes de políticos, como o “[...] ilustre Senador professor Arthur Santos, [a quem coube] a possível obtenção de auxílio eficaz e quase decisivo, do empenho junto ao Ministro da Educação”. Além de Arthur Santos, ele lembrou nomes de Brasil Pinheiro Machado e João Ribeiro de Macedo Filho “[...] que já na elaboração dos Estatutos tivera atuação preponderante”. Para ele, “[...] o Dr. Macedo Filho, ex. Secretário da Fazenda, conhecedor, portanto dos recursos financeiros do Estado, no momento, foi de grande valia neste particular, fazendo ver ao Dr. Brasil uma possível fonte de uma compensadora subvenção”. Gastão Pires enfatizou a importância da atuação política:

Os deputados federais Drs. Erasto Gaertner, Bento Munhoz da Rocha Neto e Aramis Athayde, tinham conseguido uma visita ao Paraná, do professor Ernesto Souza Campos. [...] Imediatamente após a nova, os Drs. Macedo Filho e Ernani Guarita Cartaxo, procuram o Dr. Brasil, para que marcasse ele sob sua presidência uma reunião das comissões das Faculdades de Medicina, Engenharia, Direito e Filosofia, Ciências e Letras. Nesta reunião, o Dr. Brasil anunciou o propósito em contribuir com 5 milhões de cruzeiros para o fundo Universitário e com três milhões como subvenção anual. (PIRES, 1947, p. 71-73).

A partir de Ernani Cartaxo, é possível perceber essa relação estreita entre o campo acadêmico e o campo político. Segundo esse autor:

Simultaneamente, no Rio, os deputados federais Erasto Gaertner, Munhoz da Rocha Neto e Aramis Athayde, e, em Curitiba, o professor Pedro Calmon, vice-reitor da

Universidade do Brasil, muito ligado aos meios Universitários de Curitiba, o professor Macedo Filho, Diretor da Faculdade de Direito e outros professores dessa Faculdade, levantaram as primeiras démarches para concretização do alto objetivo. (CARTAXO, 1947, p. 24).

Essa investidura política/acadêmica, na avaliação de Cartaxo, resultou em “[...] três sucessos logo obtidos: a vinda do Senhor Ministro a Curitiba, o apoio pessoal e oficial do Senhor Interventor Federal, professor Brasil Pinheiro Machado, e a adesão das Faculdades interessadas.” (CARTAXO, 1947, p. 24). A partir dessa mobilização, após uma longa luta pelo retorno à condição de Universidade, a UP conseguiu reunificar as Faculdades “isoladas” no ano de 1946. A ata de 1 de abril desse ano relatou esse momento histórico:

Reunidos no edifício da Universidade do Paraná os diretores das Escolas Superiores e os delegados das respectivas Congregações, que são, pela Faculdade de Medicina do Paraná, professores Victor Ferreira do Amaral e Silva e Francisco de Paula Soares Neto, pela Faculdade de Direito do Paraná, professores João Ribeiro de Macedo Filho e Clotário de Macedo Portugal, pela Faculdade de Engenharia, professores Durval de Araújo Ribeiro e Arnaldo Izidoro Beckert e pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, professores Manoel de Lacerda Pinto⁵⁶ e José Loureiro de Assunção Fernandes resolveram e decidiram em primeiro lugar, conferir os ditos poderes, fazendo transcrever as atas das Congregações que os habilitam a deliberar pela restauração. (CU, ata 1 abr. 1946).⁵⁷

De modo geral, esses documentos relatam as principais personalidades que tomaram posição em relação à causa da restauração. A ata da sessão da Congregação da Faculdade de Medicina, realizada a 30 de março de 1946, informou que “[...] a referida sessão conduzida pelo Diretor da Faculdade, professor Victor Ferreira do Amaral, deliberou sobre a incorporação da Faculdade de Medicina à Universidade do Paraná”. Em primeiro lugar, a ata descreveu os nomes da composição da comissão de discussão sobre a Universidade: “Victor do Amaral, Joaquim de Matos Barreto, Alfredo de Assis Gonçalves, Francisco de Paula Soares Neto e Mário Braga de Abreu, encarregado de estudar o projeto dos Estatutos da Universidade do Paraná.” (CU, ata 30 mar. 1946). Feita a formação da comissão, o Diretor Victor Amaral pediu “[...] que a Congregação manifeste-se sobre a decisão se a Faculdade de Medicina deve ser incorporada à mesma Universidade”. Consta na ata que a Congregação se manifestou unanimemente a favor dessa decisão, aprovando-se inclusive o projeto de estatutos. A ata informa que “[...] o professor Francisco de Paula Soares Neto foi eleito representante da Faculdade de Medicina” para atuar no Conselho Universitário juntamente ao diretor Victor Ferreira do Amaral. Ainda ficou registrado na ata que os professores Nilton Carneiro, Mario de Abreu e Assis Gonçalves sugeriram uma moção de “[...] reconhecimento e

⁵⁶ Casado com Esther de Lacerda Pinto, irmã de Flávio Suplicy de Lacerda.

⁵⁷ Relembrando que CU se refere a atas do Conselho Universitário.

louvor” ao Ministro da Educação e Saúde, professor Ernesto de Souza Campos, ao Interventor do Estado, professor Brasil Pinheiro Machado, ao vice-reitor da Universidade do Brasil, professor Pedro Calmon, aos deputados e professores universitários, Erasto Gaertner, Aramis Athayde e Bento Munhoz da Rocha Neto “[...] pela atuação decidida e brilhante por eles desenvolvidas desse velho ideal paranaense que é a Universidade do Paraná”.

Na Faculdade de Direito, a sessão da Congregação foi realizada em 30 de março de 1946. Quem presidiu a reunião foi o diretor João Ribeiro de Macedo Filho. Macedo Filho esclareceu, inicialmente, que a reunião se destinava a dar conhecimento dos resultados das consultas havidas entre as comissões representativas das Faculdades interessadas na restauração e na criação da Universidade do Paraná. Ele ressaltou “[...] que as negociações preliminares haviam obtido o necessário êxito, conforme ainda se verificara na reunião das comissões representativas reunidas, pela manhã, neste mesmo local.” (CU, ata 30 mar. 1946). Macedo Filho comunicou que o estatuto pré-elaborado sofreu algumas emendas, devendo ocorrer uma revisão final. Além disso, rememorou a reunião realizada em 19 de março que estabeleceu os seguintes pontos: 1) autorizar a incorporação da Faculdade de Direito do Paraná à Universidade do Paraná; 2) constituir uma comissão composta pelos professores João Ribeiro de Macedo Filho, Ernani Guarita Cartaxo e José Maria Pinheiro Lima, com poderes para aprovar os estatutos, até sua redação final. Por fim, procedeu-se à eleição do delegado da Congregação junto ao Conselho Universitário, sendo escolhido o professor Clotário de Macedo Portugal.

A reunião da Faculdade de Engenharia foi presidida por Durval de Araújo Ribeiro. Entre os professores presentes, constavam Flávio Suplicy de Lacerda, Plínio Alves Monteiro Tourinho, Ildefonso Clemente Puppi (secretário). Inicialmente o presidente informou que “[...] a presente sessão tinha por objetivo a eleição de um delegado da Congregação, para juntamente com o diretor, integrarem o Conselho Universitário, previstos no projeto de Estatuto da Universidade do Paraná, em reorganização”. Conforme a ata, foi eleito para delegado, o professor Arnaldo Izidoro Beckert. O texto informou ainda:

Que na forma dos entendimentos realizados por esta Faculdade com as de Medicina, Direito e Filosofia, tendo sido deliberada a reorganização da Universidade do Paraná, será procedida hoje a primeira sessão do conselho Universitário, especialmente convocado para proceder a eleição do reitor e vice-reitor, na forma do mencionado estatuto. (CU, ata 30 mar. 1946).

O mesmo procedimento foi realizado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Conforme ata, a reunião dessa Faculdade aconteceu no dia 30 de março de 1946. Na ocasião, o Diretor Manoel de Lacerda Pinto informou ser o objetivo da reunião “[...] tratar-se da

incorporação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, à Universidade do Paraná”. A seguir fez um relatório resumido dos entendimentos que a comissão designada pela Congregação tivera com as demais comissões das Faculdades relacionados à restauração da Universidade. Lacerda Pinto destacou três pontos: a) se pela incorporação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras à Universidade; b) se aprova em linhas gerais os estatutos que já foram distribuídos aos senhores professores; c) qual o professor que a Faculdade elege, juntamente ao diretor, para fazer parte do Conselho Universitário. O presidente explicou “[...] que uma vez assentados esses três pontos, a ata da presente sessão será lavrada, aprovada e copiada, para servir de instrumento do mandato que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, delega aos seus dois representantes que integram o Conselho Universitário da Universidade do Paraná”. Todos os itens foram aprovados pela Congregação que escolheu o professor Loureiro Fernandes para representante da Faculdade.

Depois de lida as atas das reuniões das Congregações das respectivas Faculdades, “[...] resolveram e decidiram fazer pública a vontade, de cada um daqueles corpos congregados, e de todos reunidos, de restaurarem⁵⁸ e fundarem a Universidade do Paraná”. Após a exposição pública desse consenso no que se refere à restauração, o “[...] Ministro Ernesto de Souza Campos [foi convidado a] presidir a sessão inaugural do Conselho Universitário” o qual propôs para deliberação do Conselho a eleição “por escrutínio secreto e voto uninominal” a escolha dos nomes para reitor e vice-reitor. Na apuração do resultado, constatou-se a vitória de Victor Ferreira do Amaral e João Ribeiro de Macedo Filho, respectivamente. Consumado o resultado, o Ministro da Educação e Saúde

congratulou-se com o Conselho Universitário pela realização dessa seção inaugural e disse que, nos termos da convocação, passaria a dar posse aos recém-eleitos perante a grande Assembléia Universitária, assim a primeira a efetuar-se, consagrando a criação da Universidade do Paraná, que tinha o prazer de declarar instalada. (CU, ata 30 mar. 1946).

Em relação à restauração da Universidade, o Anuário de 1946 informou que “[...] o Ministro da Educação, Ernesto de Souza Campos, homologou a criação da Universidade em 01 de abril de 1946.” O mesmo relatório registrou que “[...] no dia 06 de junho de 1946 o Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, baixaria o decreto número 9.323 [aprovando a] equiparação da Universidade [e seus] respectivos estatutos.” (ANUÁRIO da Universidade,

⁵⁸ Faculdade de Direito, fundada em 19 de dezembro de 1912; Faculdade de Engenharia, fundada em 19 de dezembro de 1912; Faculdade de Medicina e escolas anexas de Farmácia e Odontologia, fundadas a 19 de dezembro de 1912; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, fundada a 16 de fevereiro de 1938. (ANUÁRIO da Universidade, 1947, p. 7).

1946). No que se refere à investidura ao cargo de reitor, o artigo 10 do Estatuto da Universidade regia que “[...] a reitoria, exercida por um reitor, abrange uma secretaria geral, com os necessários serviços de administração.” (ANUÁRIO da Universidade, 1947, p. 8). No que se refere ao cargo de reitor, o artigo 11º do respectivo estatuto assim definia: “[...] o reitor, órgão executivo supremo da Universidade, será eleito pelo Conselho Universitário, dentre os professores catedráticos, em exercício, satisfeito o requisito de ser brasileiro nato.” (ANUÁRIO da Universidade, 1947, p. 8). O artigo 12 assegurava que o mandato do reitor seria de 2 anos. Um aspecto importante em relação à nomeação do primeiro reitor consta no artigo 14 do referido Estatuto: “[...] o reitor e vice-reitor não podem ser escolhidos na mesma Faculdade, sendo vedada a reeleição e obrigatório o rodízio dessas funções, relativamente às Congregações de origem.” (ANUÁRIO da Universidade, 1947, p. 9). Somente no artigo 39, observa-se uma exceção em relação a eleição para reitor: “[...] em homenagem aos relevantes serviços prestados pelo atual reitor, a ele não se aplicará a restrição do artigo 11º.” (ANUÁRIO da Universidade, 1947, p. 13). Ou seja, ainda que fosse feita a votação, já havia um consenso entre os conselheiros da indicação de Victor do Amaral para reitor. Dois aspectos podem ser observados na formulação estatutária: 1) assegurado pelo estatuto a permanência do reitor Victor Ferreira do Amaral, ou seja, a ideia de continuidade; 2) a proibição da reeleição, o que vai se opor ao estatuto pós-federalização que garantiu a Flávio Suplicy consecutivas reeleições. Devido a esses aspectos Victor Amaral foi “aclamado” reitor da Universidade do Paraná.

Em torno da organização da Universidade, a ata de 10 de janeiro de 1947 registrou a eleição das comissões permanentes dos conselhos, sendo: a) Comissão de Ensino: Plínio Alves Monteiro Tourinho, Alfredo de Assis Gonçalves e João Ribeiro de Macedo Filho; b) Comissão de recursos: Conselheiro Clotário de Macedo Portugal, presidente, José Loureiro de Assunção Fernandes e Orlando de Oliveira Melo; c) Comissão de orçamentos e conta: Conselheiro Brasil Pinheiro Machado, presidente, Francisco de Paula Soares Neto e Osvaldo Becht. Consta ainda na ata que “[...] às comissões de orçamentos e contas, recém-constituídas, foi entregue a incumbência de organizar o orçamento geral da Universidade para o corrente ano de 1947, a fim de ser discutida e aprovada na próxima sessão do Conselho”.

Em seu discurso de posse, o professor Victor do Amaral (1947, p. 35) assim se manifestou: “[...] agradeço a minha eleição para reitor da Universidade restaurada, apesar de minha declaração prévia de não ser candidato”. Entretanto, em uma semântica de continuidade, ele reconheceu: “[...] como fui o único reitor da primitiva Universidade, reassumo hoje essa nobre investidura, não obstante a senectude que graças a Divina

Providência, vai me permitindo viver tantas etapas na vida”. Na sequência de sua fala, Victor do Amaral referenciou as autoridades presentes. Após essas referências, o Professor historiou os antecedentes da fundação da Universidade, afirmando que “[...] as três Faculdades prosseguiram com maior eficiência em suas elevadas funções, aguardando sempre a oportunidade de se reconstituírem na primitiva Universidade.” (AMARAL, 1947, p. 36). Por fim, agradeceu aos professores e aos deputados Erasto Gaertner, Aramis Athayde e Bento Munhoz da Rocha Neto, bem como ao professor e prefeito Algacyr Munhoz Maeder.

No discurso do professor Francisco de Paula Soares Neto (1947, p. 37), fica bem clara a intenção de homenagear “[...] não só os grandes fundadores dessa casa, especialmente a Victor do Amaral, o nosso Magnífico reitor, mas também aqueles que pelo inestimável auxílio com que agora contribuíram, foram elementos decisivos [...] para a reinstalação universitária.” Ele destacou o papel dos professores políticos (já citados anteriormente), particularmente a atuação de João Ribeiro de Macedo Filho, que no seu entendimento, homem de “[...] ação tenaz, permanente, entusiasta e eficiente, há quase trinta anos, dele faz com justiça, ao lado de Victor Ferreira do Amaral, um dos maiores pioneiros do ensino universitário em nosso Estado.” (SOARES NETO, 1947, p. 39). No entendimento de Paula Soares, “[...] a Universidade não é para nós, é para os nossos alunos. Ela se destina principalmente, a bem situar a posição moral do Paraná, na comunhão brasileira.” (SOARES NETO, 1947, p. 38). A reitoria administrada por Victor Ferreira (1946- 1948) foi composta pelos docentes presentes nos Quadros 6 e 7 que seguem.

Quadro 6 - Composição do Conselho da gestão de Victor Ferreira do Amaral ⁵⁹

Membros natos	
João Ribeiro de Macedo Filho	Vice-reitor da Universidade
Plínio Alves Monteiro Tourinho	Diretor da Faculdade de Engenharia
Alfredo de Assis Gonçalves	Diretor da Faculdade de Medicina
Brasil Pinheiro Machado	Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

Fonte: O autor com base no Anuário da Universidade (1946).

⁵⁹ Ainda compuseram o Conselho Universitário na gestão de Victor Ferreira do Amaral os professores Clotário de Macedo Portugal, falecido em 9 de fevereiro de 1947; Durval de Araújo Ribeiro, ex-diretor da Faculdade de Engenharia; Manoel Lacerda Pinto, ex-diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; e José Loureiro de Assunção Fernandes, que solicitou exoneração. (ANUÁRIO DA Universidade, 1947, p. 78).

Quadro 7 - Composição do Conselho da gestão de Victor Ferreira do Amaral

Membros Eleitos	
Enéas Marques dos Santos	Catedrático da Faculdade de Direito
Arnaldo Isidoro Beckert	Catedrático da Faculdade de Engenharia
Francisco de Paula Soares Neto	Catedrático da Faculdade de Medicina
Homero de Melo Braga	Catedrático da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
Professor Orlando de Oliveira Mello	Docente livre da Faculdade de medicina ⁶⁰ no Conselho Universitário

Fonte: O autor com base no Anuário da Universidade (1946).

O professor Victor Ferreira do Amaral foi o primeiro reitor da Universidade restaurada em um sentido simbólico de continuação a 1912. No relatório de sua gestão, apresentado à Assembleia Universitária de 19 de dezembro de 1947, ele agradeceu “[...] o apoio moral, que de todos os setores a Universidade vem merecendo.” (AMARAL, 1947, p. 6). Dada a restauração, o trabalho de Victor Ferreira do Amaral residiu, principalmente, na organização dos órgãos da Universidade, preocupando-se com a criação do Departamento cultural e Institutos Universitários. Aos acadêmicos, Victor do Amaral destacou em seu relatório a existência de vários Diretórios: “[...] em número de 4, os Diretórios e Centros acadêmicos existem há muitos anos e desempenham a contento suas elevadas funções.” (AMARAL, 1947, p. 131). São eles: Centro Acadêmico “Hugo Simas”, dos estudantes de Direito; Diretório Acadêmico de Engenharia, que congrega os alunos da Faculdade de Engenharia; Diretório Acadêmico “Nilo Cairo”, dos acadêmicos de Medicina, Odontologia e Farmácia e Centro Acadêmico de Filosofia, reunindo os alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Nas palavras de Victor do Amaral, “[...] estes diretórios e centros acadêmicos, que associam o corpo discente da Universidade do Paraná, tem se mostrado bastante ativos, quer pelas suas atividades culturais, como sociais e científicas.” Ele complementou que “[...] frequentemente são realizadas conferências, concertos, reuniões sociais e festas beneficentes, sob o patrocínio das Associações estudantis universitárias.” (AMARAL, 1947, p. 131). Entre as realizações dos estudantes, em 1947, Victor do Amaral destacou “[...] a fundação do restaurante Universitário, da casa de saúde do estudante, serviço de assistência jurídica, etc.” (AMARAL, 1947, p. 132).

No que se refere às homenagens pós-restauração, a ata do Conselho Universitário de

⁶⁰ Eram professores que faziam concurso especificamente para Docência Livre. Não encontramos em atas e estatutos, nem uma especificação no que se refere as exigências para concorrer a vaga. O Anuário de 1946 especifica que o professor Homero Batista de Barros concorreu nesse ano ao concurso para Docência Livre na Faculdade de Direito, sendo candidato único e buscando aprovação na disciplina “Direito Industrial e Legislação do Trabalho”.

28 de agosto de 1946 declarou voto de louvor ao Interventor Brasil Pinheiro Machado pelo repasse de três milhões, conforme firmado no ato da restauração. Na sessão de 4 de março de 1947, o professor João Ribeiro de Macedo declarou: “[...] ocupa-se da pessoa inconfundível do eminente professor Doutor Ernesto de Souza Campos, ex Ministro da Educação e Saúde, cuja atuação, em brilhante gestão ministerial, foi decidida e decisiva para a restauração da Universidade do Paraná”. Segundo Macedo Filho, “[...] o reconhecimento da Universidade para com tão insigne personalidade, aliás, uma das maiores autoridades brasileiras em assuntos de organização universitária e um dos maiores professores do ensino superior em nosso país” merece do Conselho a indicação do “título de doutor ‘Honóris causa’”. Depois da fala de Macedo Filho, vários professores manifestaram palavras elogiosas a Souza Campos, sendo aprovada por unanimidade a sugestão levantada e defendida por Macedo Filho. Relacionada às homenagens, o professor Plínio Tourinho destacou:

A participação resoluta e preciosa do professor doutor Brasil Pinheiro Machado, que tenho a satisfação de vê-lo presente, entre os membros do conselho, nos trabalhos preparatórios da restauração da Universidade, quando e como Interventor Federal nesse Estado, que garantiu a essa Instituição os auxílios materiais e assistência moral do Governo do Paraná, indispensáveis a restauração e a subsistência; os auxílios rapidamente se concretizaram com a lavratura da ata dos dois decretos, o que concede o auxílio de C\$ 5.000.000,00 para a constituição do fundo universitário, e o que concede à Universidade a subvenção anual de C\$ 3.000.000,00; assistência moral se fez sentir sempre incondicional, resoluta e sincera, representa, assim, a personalidade do Dr. Brasil Pinheiro Machado o bem feito para a excelência da nossa Universidade; não deparássemos o Dr. Brasil, nas elevadas funções de mentor supremo dos destinos do Estado do Paraná, a restauração da Universidade estaria ainda por se realizar. (CU, ata 28 ago. 1946).

Diante do exposto, propôs ao Conselho que fosse conferida a Brasil Pinheiro o título de “Benemérito da Universidade”. Na continuidade da ata, comentou-se que a proposta de Plínio Tourinho foi recebida pelo Conselho com grande simpatia e foi aprovada por unanimidade. O professor Brasil Pinheiro Machado, por sua vez, agradeceu a aprovação da proposta e as palavras elogiosas, afirmando de “[...] sincera modéstia desmerecer os próprios méritos potentes e insofismáveis”.

Terminada a reitoria de Victor Ferreira do Amaral, a sessão do Conselho de 25 de junho de 1948 teve como pauta principal a eleição dos nomes para reitor e vice-reitor a iniciar-se no dia 6 de julho do respectivo ano. Depois de expor as normas regimentais pertinentes à eleição, Victor Amaral suspendeu a sessão por cinco minutos. Depois desse tempo foram convidados os Conselheiros Homero Braga e Algacyr Maeder para procederem a contagem dos votos. Feita a contagem para reitor, observou-se que João Ribeiro de Macedo Filho obteve 8 votos; Durval de Araújo Ribeiro, 2 votos; e Brasil Pinheiro Machado, um voto.

Para vice-reitor, Plínio Tourinho recebeu 8 votos; Loureiro Fernandes, 2 votos; e Garcez do Nascimento, 1 voto. Declarado o resultado da eleição, manifestou-se Plínio Tourinho por motivação de foro íntimo declinar do cargo de vice-reitor. Em consequência da desistência de Tourinho, foi procedida nova eleição para a vice-reitoria. Na nova votação, Flávio Suplicy obteve 7 votos; Algacyr Munhoz Maeder, 3 votos; e Garcez do Nascimento, 1 voto. Em face dos resultados verificados e da renúncia entre eles verificada, declarou Victor Amaral estarem eleitos João Ribeiro para o cargo de reitor e Flávio Suplicy ao cargo de vice-reitor.

Ao verificar o quadro da votação, podemos observar um indelével desrespeito ao rodízio estabelecido entre as faculdades. Nessa ocasião, era para ser eleito ao cargo de reitor um docente da Faculdade de Direito, como foi. Entretanto, Durval de Araújo Ribeiro (Faculdade de Engenharia) e Brasil Pinheiro Machado (Faculdade de Filosofia) tiveram votos, o que em termos desrespeita o rodízio. Da mesma forma, na eleição para vice-reitor. Plínio Tourinho era representante da Faculdade de Engenharia, obedecendo aos critérios estabelecidos no estatuto, ou seja, rodízio. Por outro lado, o professor Loureiro Fernandes era representante da Faculdade de Filosofia. O fator surpreendente foi a indicação de Flávio Suplicy que, naquele momento, nem ao menos fazia parte do Conselho Universitário. Além de Plínio Tourinho, outro representante daquela Faculdade no Conselho era Arnaldo Isidoro Beckert, diretor da Faculdade de Engenharia por várias gestões. Na Faculdade de Engenharia, mesmo sob declinação de Plínio Tourinho, seu nome foi mantido como candidato a vice-reitor. Além disso, os dois professores que tiveram votos, Algacyr Munhoz Maeder e João Moreira Garcez, eram professores da mesma Faculdade que, além de representantes políticos, participaram ativamente das decisões da Faculdade de Engenharia. Dadas essas considerações, a hipótese que levantamos é que Tourinho transferiu seus votos a Flávio Suplicy. Diante do resultado, João Ribeiro de Macedo Filho pediu a palavra para agradecer sua eleição e externar as altas e decisivas intenções que o possuem de trabalhar pela grandeza crescente da Universidade do Paraná. Manifestou-se, a seguir, o Conselheiro Homero de Melo Braga sobre os relevantes serviços que, desde os primórdios de vida da Universidade, Victor Ferreira do Amaral havia prestando. Segundo Braga, “[...] a personalidade do professor Victor Ferreira é e deve ser objeto de gratidão, do respeito e do coração da nossa Universidade”. Braga propôs que fosse conferido a Ferreira, após o término de seu atual mandato, título honorífico especial. Essa proposta foi aprovada por unanimidade, sendo constituída uma comissão integrada pelos diretores das Faculdades para determinação do título. Na ata do Conselho Universitário de 2 de julho de 1948, a sessão foi presidida pelo vice-reitor, João Ribeiro de Macedo. Nessa reunião, foi aprovada “[...] por unanimidade a concessão do título

de “‘Grande benemérito da Universidade do Paraná’ a Victor Ferreira do Amaral, resolvendo-se ainda que esse título seja exclusiva e unanimemente conferido ao referido professor”. Na condição de vice-reitor, a ata de 7 de julho de 1948 registrou o nome de Flávio Suplicy como representante do Conselho Universitário. O Anuário da Universidade (1948, p. 7) registrou que em 6 de julho “[...] sob a presidência [...] de Victor Ferreira do Amaral e Silva e com a presença de altas autoridades, professores e alunos [...] foram empossados o reitor, o vice-reitor e os Conselheiros Universitários eleitos para o biênio 1948-1950.” (ANUÁRIO DA Universidade, 1948, p. 7).

Em seu discurso de posse, João Ribeiro de Macedo declarou-se “[...] emocionado ante a grandeza do espetáculo que representa esta solenidade.” (ANUÁRIO DA Universidade, 1948, p. 15). Ao mesmo tempo, demonstrou-se “acanhado e receoso, sentindo o peso da imensa responsabilidade que tomo sobre os ombros e o temor de não poder dar correspondência perfeita à confiança do Egrégio Conselho Universitário”. Ao mesmo tempo, Macedo Filho expressou característica de um sonho antigo: “[...] assumo este alto posto, transbordante de contentamento” confessando que “tenho nesse momento, realizado a maior aspiração de minha vida. Nunca o manifestei. Jamais o solicitei. Mas o amor que dedico a nossa Universidade, tornou esta como uma parte integrante de meu ser”. Conforme João Ribeiro de Macedo:

Almejava, assim dirigi-la, um dia e dar-lhe o que em mim estivesse, para elevá-la mais e mais no conceito público e fazê-la grande entre as maiores Universidades brasileiras. E é com essa intenção, que recebo desse glorioso varão, cuja vida é um símbolo de dedicação e de grandeza de alma pela nossa Instituição, o cargo que ele tanto dignificou, desde os albos da existência da Universidade, em 1912, em que foi elemento decisivo para a vitória alcançada, até agora, em que a restauração dessa mesma Universidade, sua filha dileta, ainda o encontrou, na sua risonha velhice, capaz de retomar-lhe a direção, o que fez por dois anos, que hoje findam, emprestando-lhe o seu prestígio, a sua experiência, o seu devotamento, a ponto de poder reorganizá-la com vigor e galhardia. (MACEDO FILHO, 1948, p. 15).

Logo após assumir o cargo de reitor, na ata de 30 de julho de 1948, João Ribeiro de Macedo comunicou que o objetivo principal da reunião seria relatar a viagem que fez a capital federal, acompanhado do secretário geral, Paula Soares. Conforme seu relato participou de reunião com o Ministro da Educação, juntamente ao Senador Arthur Santos. A finalidade de tal reunião foi tratar da federalização das Faculdades, especialmente as de Medicina e, particularmente, auxílio à cidade universitária a ser construída em Curitiba. Comunicou ao Conselho que o Ministro atendeu ao convite que lhe fez para visitar o Paraná. No que se refere à cidade universitária, o reitor explicou com maiores detalhes:

Agora o governo Federal voltou suas vistas para o ensino superior e considera necessário que as localizações universitárias se façam fora dos centros urbanos, onde os alunos possam encontrar ao par do conforto exigido, um clima de serenidade que lhes integre melhor nas pesadas responsabilidades de se preparem para o exercício de profissões liberais. (MACEDO FILHO, 1948, p. 13).

O reitor comunicou que relacionado à cidade universitária estava formada comissão de professores e alunos para construção em terreno doado pela prefeitura. Informou que essa comissão foi montada pelos professores José Maria Pinheiro Lima, Ildefonso Clemente Puppi, Samuel Chamecki, José Loureiro Fernandes e pelo acadêmico Francisco Cunha Pereira Filho, presidente do Diretório Central dos Estudantes. Na primeira viagem que fez à capital federal, João Ribeiro de Macedo recebeu o compromisso do Ministro da Educação em visitar Curitiba. Em sua visita à capital do Paraná, o professor Enéias Marques dos Santos discursou saudando o Ministro Clemente Mariani. (SANTOS, 1948, p. 21). Depois da saudação, Marques enfatizou que “[...] entre outras, duas iniciativas, trouxe a visita ilustre de Vossa Excia a nossa terra: o início das providências para a construção da cidade universitária e lançamento da pedra fundamental do Hospital de Clínicas.” (SANTOS, 1948, p. 21). No entendimento de Enéias Marques dos Santos, “[...] no afastamento do centro ruidoso da cidade [...] seguiremos os conselhos da experiência de outros povos que adotando as cidades universitárias, jamais voltaram aos ruidosos centros urbanos.” (SANTOS, 1948, p. 22). Quanto ao Hospital de Clínicas, “[...] virá abrir novas possibilidades, oriundas de modernos métodos e práticas, destinados a formação de futuros médicos, ao mesmo tempo em que terá agasalho, assistência e laboratório, destinados a exames de tratamento de enfermos.” (SANTOS, 1948, p. 22).

Em seu pronunciamento, o Ministro Clemente Mariani (1948, p. 26) afirmou que “[...] cabe-vos a honra de haverdes iniciados no Brasil o movimento universitário.” (SANTOS, 1948, p. 28). Segundo o Ministro:

Fizestes jus, pelo vosso esforço ao reconhecimento da nação e ele começa a traduzir-se em atos materiais, pelo auxílio concedido este ano para a construção do vosso hospital de clínicas e pelo substancial auxílio que, em absoluta paridade, com as outras grandes universidades, vos deverá ser concedida no próximo ano, para início da construção da vossa cidade universitária. (MARIANI, 1948, p. 29).

No relatório de gestão de João Ribeiro de Macedo (1948), constam as principais ações desenvolvidas em sua gestão:

- a Faculdade de Engenharia está prestes a concluir uma imponente construção, com a qual poderá atender a um número crescente, de alunos de todo país, que a procuram;
- A Faculdade de Medicina, mercê um contrato de cooperação de serviços com o poder estadual, terá em poucos anos o seu Hospital de Clínicas, construído em terreno de sua propriedade e para cuja construção o orçamento federal está consignando dotações regulares;

- A Faculdade de Direito, hoje grandemente procurada por centenas de estudantes, se prepara também para ampliar as já deficientes instalações;
- a Cidade Universitária “certamente que compreendemos não poder a sua construção emergir de momento para outro e até admitimos que, enfrentando esse problema, estamos fazendo obra de demorada e custosa realização”.
- Com o apoio do Governador investimentos em pesquisas em torno da qual “precisamos registrar que não entendemos a pesquisa limitada apenas a pequenas investigações de reduzido alcance científico”;
- Pensamos em realizar logo, curso de extensão universitária, em diversos pontos do Estado, com a colaboração de selecionada equipe de professores e educadores, julgando com isso concorrer com algo concreto para uma aproximação que dia por dia, se faz mais necessária e urgente, em bem do futuro paranaense.
- Mas o fato é que constatamos, como um dos elementos que mais poderemos ostentar com orgulho, o alto nível a que já chegou em nossa Universidade a cooperação interestudantil. As suas associações de classe suportam cotejo com as mais adiantadas do país. A casa do Estudante, o restaurante universitário, as instalações dos centros acadêmicos, tem despertado o entusiasmo em todos que nos visitam. (Agradeceu ao Governador Moyses Lupion e sua esposa a cooperação em benefício da classe estudantil). (MACEDO FILHO, 1948, p. 56-59).

Além da luta empenhada pela expansão da Universidade, uma das características da administração de João Ribeiro de Macedo foi uma boa relação com os estudantes, aos modos já percebidos na fala de Victor do Amaral. No Anuário da Universidade, em texto escrito por Jucundino da Silva Furtado (1948, p. 87), intitulado *Vida social universitária*, ele destacou o papel das associações, dentre as quais a organização estudantil. Segundo Furtado (1948, p. 87), “[...] a organização e perfeito funcionamento de nossos diretórios e Centros Acadêmicos, bem como as funções que vem desempenhando em benefício da coletividade, tem merecido os mais ardentes elogios por parte de grandes vultos da educação do Brasil e de outros países”. Jucundino Furtado (1948, p. 87) enfatizou que “[...] após o reconhecimento dos estudantes dos Diretórios e Centros Acadêmicos, órgão oficiais do corpo representativo discente, e sob os auspícios da reitoria da Universidade, foi fundado em 1948 o Diretório universitário dos estudantes”. Segundo Jucundino (1948, p. 88), “[...] esta nova entidade estudantil [...] está destinada a coordenar e centralizar a vida social dos corpos discentes da Universidade do Paraná”.

Depois da posse como vice-reitor da Universidade, Flávio Suplicy não havia comparecido nas reuniões do Conselho Universitário. Na ata de 3 de março de 1949, ele apareceu presidindo a reunião. Novamente na ata de 30 de maio de 1949, a sessão foi presidida por ele. No andamento da reunião o vice-reitor informou que a ausência do reitor se deveu ao fato de ele ter ido à capital federal tratar de diversos assuntos referentes à Universidade. Em reunião de 31 de julho de 1949, o reitor João Ribeiro de Macedo explicou que os motivos da reunião visavam dar conhecimento ao Conselho sobre a sua ida à capital federal. Na reunião do dia 9 de agosto de 1949, Flávio Suplicy apareceu como reitor.

Inicialmente lamentou o falecimento de João Ribeiro de Macedo. Para Flávio Suplicy, uma “[...] imensa perda que atinge o Ensino Superior do nosso Estado” e deu “conhecimento as homenagens que lhe prestou a Universidade no dia de seu falecimento”. Em consequência do falecimento, o Conselheiro Enéas Marques propôs:

Que no 30º dia do passamento do ilustre extinto, a Universidade dedique uma série de homenagens, entre as quais, uma missa solene, na Catedral metropolitana, inauguração de seu retrato no salão nobre da Universidade, uma sessão solene in memória dando-lhe mais de que o sentido uma homenagem fúnebre, o sentido de uma afirmação e de um compromisso que acompanha, até agora, o professor Macedo Filho, de que o seu esforço pela Universidade não serão esquecidos e que prosseguirão na jornada sem desfalecimento. Foi aprovada por unanimidade a proposta do Conselheiro Enéas Marques. (CU, ata 9 ago. 1949).

A fase inicial do pós-restauração (1946 a 1948) da Universidade do Paraná contou com três reitores. A primeira fase foi caracterizada pela administração de Victor Ferreira do Amaral. Em sua curta administração de 2 anos, não houve conquistas significativas para a Universidade do Paraná. O que apuramos nessa primeira gestão foi constantes homenagens do Conselho Universitário a políticos e professores que participaram do processo de restauração e iniciativas em torno da organização da Universidade.

Na segunda fase, gestão de João Ribeiro de Macedo, as homenagens continuaram, em um gesto simbólico de aproximação do campo acadêmico/político. Entretanto, o que se observa na gestão de Macedo foi uma guinada no que se refere à busca intensa de expansão infraestrutural e financeira da Universidade. Entre seus projetos, estava a construção da Cidade Universitária, Hospital de Clínicas (cujas pedras fundamentais foram lançadas), reformas do prédio central, a ideia da construção do Centro Politécnico, bem como cursos de extensão no interior do Estado do Paraná. João Ribeiro de Macedo, no entanto, devido a sua morte, não pode dar continuidade aos seus projetos.

Flávio Suplicy, na condição de vice-reitor, manteve as mesmas características que na Congregação da Faculdade de Engenharia. Continuou participando pouco das reuniões do Conselho, estando na posse e nas demais citadas em passagens anteriores. Entretanto, sua ascensão à reitoria modificou por completo esse “desapego” às questões específicas da Universidade. Como reitor, podemos afirmar que Flávio Suplicy, em um primeiro momento, assumiu por inteiro as investidas de João Ribeiro de Macedo, assumindo os projetos da ideia da Cidade Universitária, Hospital de Clínicas, Centro Politécnico, expansão da Universidade no interior do Paraná, e, sobretudo, a campanha de federalização da Universidade, estudada no tópico seguinte.

3.3 Reitor Flávio Suplicy de Lacerda: campanhas pela federalização da Universidade e sua legitimação no campo no poder

Em consequência do falecimento de João Ribeiro de Macedo, Flávio Suplicy assumiu a gestão da Universidade do Paraná. Naquele momento, o campo político refletia-se de forma significativa no campo acadêmico. Por isso, sua chegada ao campo do poder universitário deve ser compreendida muito mais de sua relação com o campo político. Para esse entendimento, é preciso que façamos uma breve reflexão. Em 1930, quando ingressou no campo acadêmico, filiou-se ao Círculo de Estudos Bandeirantes. Esse Círculo reuniu um grupo de intelectuais que, em 1938, fundou a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade do Paraná. Da Faculdade de Engenharia, como observamos, Flávio Suplicy angariou boas relações com Plínio Tourinho, além de participar de um grupo influenciado por Moreira Garcez e Arthur Franco. Da Faculdade de Filosofia, entre outros, Flávio Suplicy ganhou reconhecimento de Brasil Pinheiro Machado, filiado ao PSD, mesmo partido dele e que tinha uma boa relação com Manoel Ribas, afilhado político de Vargas. Do mesmo modo, Moysés Lupion, Governador do Paraná e o Presidente Eurico Gaspar Dutra eram filiados ao PSD. Portanto, o entendimento dessa configuração política, atrelada a Flávio Suplicy, permite compreender os passos iniciais de sua investida no campo de poder universitário e, sobretudo, o apoio na campanha federalização.

O processo de federalização, como será observado a seguir, garantiu a Flávio Suplicy reconhecimento no campo acadêmico, possibilitando-lhe um domínio no campo do poder acadêmico sem precedentes. Na ata do Conselho Universitário de 9 de setembro de 1949, segunda reunião depois de efetivado como reitor, foi presidida pelo Conselheiro Plínio Tourinho (Diretor da Faculdade de Engenharia). Dessa reunião foi retirada a proposta de conferências a serem realizadas por docentes da Universidade em várias cidades paranaenses, entre as quais, Londrina e Ponta Grossa⁶¹. A ausência de Suplicy na reunião de 9 de setembro foi justificada na sessão de 26 do mesmo mês, quando relatou sobre a viagem que realizou à capital federal em companhia do Secretário Geral, Paulo Soares, reivindicando orçamentos para a Universidade. Como essa primeira gestão de Flávio Suplicy foi complementação da gestão de Macedo Filho, os membros do Conselho Universitário continuaram os mesmos, conforme o Quadro 8 que segue.

⁶¹ Essa proposta já fazia parte do plano de ação de Macedo Filho.

Quadro 8 - Composição do Conselho da gestão continuada⁶² de Suplicy de Lacerda

Membros Natos	
Enéas Marques dos Santos	Faculdade de Direito
Plínio Alves Monteiro Tourinho	Faculdade de Engenharia
Eurípedes Garcez do Nascimento	Faculdade de Medicina
José Loureiro Fernandes	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
Francisco Cunha Pereira Filho	Representante estudantil

Fonte: O autor com base no Anuário da Universidade (1946).

Quadro 9 - Composição do Conselho da gestão continuada de Suplicy de Lacerda

Membros Eleitos	
José Maria Pereira Lima	Faculdade de Direito
Hypérides Zanello	Faculdade de Engenharia
José Pereira de Macedo	Faculdade de Medicina
Homero Batista de Barros	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
Dirceu Pacheco de Lacerda	Representante dos docentes livres

Fonte: O autor com base no Anuário da Universidade (1946).

Passada a fase continuidade da gestão de Macedo Filho, a Sessão do Conselho de 30 de junho de 1950 registrou eleições ao cargo de reitor e vice-reitor para o biênio de 1950 a 1952. Nessas alturas, a Universidade estava em plena campanha para a federalização, oficializada em 19 de 1950. Portanto, seguia entre os docentes da Universidade do Paraná o acordo firmado entre as faculdades, no período da restauração (1946), ou seja, a necessidade de se estabelecer um rodízio entre as faculdades, por ordem, a saber, a de Medicina, Direito, Engenharia e Filosofia, Ciências e Letras. Feita a votação, o resultado da eleição foi a seguinte: Flávio Suplicy com oito votos. Do total de dez votantes, apenas dois não votaram nele, sendo os votos contrários não registrados em ata. Para vice-reitor, Homero de Barros foi eleito com sete votos. Como o estatuto da Universidade continuava o mesmo do período pós-restauração, era legítimo manter o rodízio entre as Faculdades. Olhando por esse ângulo na eleição de Flávio Suplicy, prevaleceu esse acordo, uma vez que era vice-reitor na gestão anterior e docente da Faculdade de Engenharia. Já quanto à vice-reitoria, prevaleceu o rodízio, descaracterizando apenas no que se refere à hierarquia administrativa. Nesse momento, era Diretor da Faculdade de Filosofia, Loureiro Fernandes e não Homero de Barros. O vice-reitor, Homero de Barros, ponderou ao Conselho que o vice-reitor decorre do critério que vem sendo

⁶² Conforme o artigo 13 do Estatuto da Universidade restaurada (1946), “A reitoria será exercida, nas faltas e impedimentos do reitor, pelo vice-reitor, eleito na forma do artigo 11º e por igual período.” (ANUÁRIO DA Universidade, 1947).

seguido. Desse modo, o atual diretor da Faculdade de Filosofia, Loureiro Fernandes, seria o vice-reitor. Diante do levantamento dessa questão, Loureiro Fernandes pediu que Homero aceitasse o cargo ao qual foi eleito, com apoio geral do Conselho. Assim sendo, manteve-se a indicação, com Homero de Barros assumindo a vice-reitoria. Em consequência de sua eleição à reitoria, Flávio Suplicy agradeceu ao voto de confiança do Conselho “[...] que vem lhe dando apoio e orientação universitária.” (CU, ata 30 jun. 1950). A formação dos Conselheiros dessa gestão de Suplicy foi o mesmo da gestão continuada de Macedo Filho, conforme o Quadro 8 e 9 anterior, mantendo-se, portanto, o mesmo grupo no poder.

A guinada de Flávio Suplicy à reitoria o levou a conquistar uma posição no campo do poder universitário. Suplicy de Lacerda, ao longo de sua trajetória e pelo que foi estudado até aqui, conquistou e ampliou um significativo capital cultural no campo da engenharia, tendo reconhecimento no campo científico, com a publicação de seu livro *Graphostatica e resistência dos materiais*. Certamente, o trânsito pelos vários campos (engenharia, político, acadêmico), garantiram-lhe certo capital econômico. Entretanto, o fator mais decisivo foi seu capital social conquistado, cujas investidas de David Carneiro, Plínio Tourinho e Brasil Pinheiro Machado abriram-lhe as portas da notoriedade e do reconhecimento. Depois de investido no poder universitário, Flávio Suplicy usou de estratégias para se manter no campo do poder. Pelos estudos de Bourdieu, os agentes ou grupos de agentes usam estratégias de conservação, exclusão e mesmo de subversão. Utilizamos nessa análise o conceito de estratégia esboçado pelo sociólogo francês na obra *Coisas Ditas* (2004), onde fica clara a relação entre esse conceito e os conceitos de campo e *habitus*. Ou seja, pode ser compreendida como uma série de ações ou práticas que um determinado agente ou grupo de agentes desenvolve em um determinado campo, como se fosse um jogo, para a obtenção de tudo o que for possível para manter domínio no campo. De acordo com o sociólogo, as estratégias são estabelecidas a partir de ações que visam a conquista de determinada finalidade. Nesse sentido, um dos aspectos significativos do início da gestão de Flávio Suplicy foi o destaque dado à Campanha pela federalização da Universidade. No relatório geral, cuja apresentação foi feita na sessão solene da Assembleia Universitária de 19 de dezembro de 1949, o reitor Suplicy lembrou:

Os que restauraram a Universidade, naquela emocionante mobilização que em 1946 reuniu novamente as Faculdades dispersas, traçaram de início para este estabelecimento uns objetivos fundamentais: fazer da Universidade um centro de cristalização de uma consciência paranaense. (LACERDA, 1949, p. 19).

Flávio Suplicy ressaltou que, entre os objetivos dos restauradores, estava “[...] criar

uma cúpula de unidade de espírito e de pensamento ligado [à]queles que, pelas Faculdades Congregadas, fossem preparados para as funções liberais.” (LACERDA, 1949, p 82). Entretanto, no entendimento dele, “[...] três anos já se passaram do início desta caminhada e grandes e proveitosos frutos já estamos colhendo.” (LACERDA, 1949, p 82). Na avaliação do reitor, “[...] a Universidade restaurada se firmou na coletividade paranaense”. Segundo ele, “[...] já daqui partiram as primeiras bandeiras que foram ao interior tomar contato com as populações, estudar-lhes os problemas, viabilizar as soluções.” (LACERDA, 1949, p 82). Nesses primeiros anos, “[...] conferências inúmeras de difusão cultural foram realizadas, atraindo para o nosso meio a atenção de homem de ciência que pouco nos conheciam. Cursos de especialização foram efetivados [...]” (LACERDA, 1949, p 82). No entanto, “[...] sentimos estar a nossa Universidade chegando ao término da capacidade limite do que pode realizar uma iniciativa particular.” (LACERDA, 1949, p 82). Visualizando os recursos federais “[...] conclama, então, toda a gente do Paraná para cerrar fileiras com sua Universidade na campanha da Federalização que será encetada pela reitoria e por todos os demais órgãos integrantes da instituição”.

A campanha pela federalização, lançada por Flávio Suplicy, recebeu na imprensa paranaense o discurso de “um momentoso assunto” e explicita a relação entre o campo acadêmico e o campo político. A repercussão dessa campanha pode ser percebida em matéria que circulou no dia 30 de dezembro na *Gazeta do Povo*:

[...] está já no conhecimento público o conteúdo da concisa e, não obstante, vibrante conclamação do Magnífico Reitor da Universidade do Paraná, o distinto professor Flávio Lacerda a professores, universitários, ex-alunos, entidades culturais e ao povo para se unirem àquela grande instituição para o esforço comum de conseguir a reparação de grave injustiça contra nós, ao excluí-la o Congresso dos benefícios da federalização. (GAZETA DO POVO, 30 dez. 1949).

Para o jornal, o anúncio da federalização das Universidades com a “inclusão de todas as escolas do país” no projeto de federalização “[...] posta a margem apenas a Universidade do Paraná [...] chocou vivamente a consciência universitária de nossa terra.” (GAZETA DO POVO, 30 dez. 1949). A consequência dessa exclusão “[...] provocou imediata, enérgica, embora serena reação tão oportuna, tão bela, tão eficientemente manifestada por sua Magnificência, o Sr. Reitor, num dos momentos mais solenes e empolgantes da vida daquele esplêndido Instituto de ensino superior.” (GAZETA DO POVO, 30 dez. 1949). No entendimento do periódico, a manifestação de Suplicy de Lacerda “[...] atingiu todos os lares da nossa terra, dando o tremendo entrosamento de nossa sociedade com o mundo estudantil. Assim, desde o Governador do Estado, incluindo as classes culturais até o mais simples

homem da rua.” (GAZETA DO POVO, 30 dez. 1949). Neste sentido, enfatizando que a *Gazeta do Povo* sempre esteve ao lado dos nossos universitários dispôs a página do jornal “[...] aos nossos universitários para por ela veicularem seus anseios, reivindicações e realizações” (GAZETA DO POVO, 30 dez. 1949), inserido o campo da imprensa como articuladora entre os campos acadêmicos e políticos, na batalha pela federalização da universidade, assim como já visto na campanha pela restauração.

Essa posição articuladora pode ser observada na posição do jornal *Diário da Tarde*. Em matéria intitulada *Uma campanha necessária e oportuna* o periódico referenciou que o reitor da Universidade “[...] em plena e empolgante assembleia universitária, comemorativa de nossa emancipação política, lançou uma causa simpática e emocionante: a da Federalização da nossa gloriosa Universidade.” (DIÁRIO DA TARDE, 28 dez. 1949). Segundo o jornal:

Irrompeu esse movimento, justamente numa hora solidíssima, com uma urgente conclamação de nosso povo para a campanha energética em prol desse instituto, honra e orgulho de nossa terra? Porque por iniciativa do Governo Federal foi votado um projeto federalizando as Universidades e Escolas superiores do Brasil, excetuando a do Paraná. Por mais incrível que possa aparecer cruel de madrastra, ela aconteceu. [...] trata-se de uma sagrada e de sumo interesse do Paraná para toda a coletividade da terra dos pinheirais. Por isso, de esperar que a proclamação do Magnífico Reitor espalhe por todo o Paraná e instigue nossa gente a agir em defesa da nossa Universidade padrão de orgulho de nossa terra e que não deve ficar à margem das suas coirmãs do Brasil. (DIÁRIO DA TARDE, 28 dez. 1949).

Em matéria intitulada *Campanha da federalização da Universidade* (GAZETA DO POVO, 27 dez. 1949), assinada pelo jornalista paranaense e professor da Faculdade de Direito, Raul Rodrigues Gomes, criticou-se “[...] a exclusão de nossa Universidade do projeto de federalização de todas as instituições de ensino superior do Brasil”. Segundo ele, “[...] estendeu-se essa medida de Estados poderosos como os de São Paulo, Minas, Rio Grande, Pernambuco e Bahia, e as modestas unidades com as do Amazonas, Piauí, Goiás, Ceara, Alagoas sob o pretexto da uniformização de suas diretrizes”. Conclui enfatizando:

A vibrante, entusiástica e vigorosa convocação do Magnífico Reitor deve ter ecoado, seguramente repercutiu no cérebro e no coração de todos os Paranaenses de modo que comece e se desenvolva até a vitória total e absoluta essa grande e gloriosa campanha pela nossa Universidade – momento cristizador da nossa energia e da nossa devoção ao ideal, a cultura e ao progresso de nossa pátria. (GAZETA DO POVO, 27 dez. 1949).

Na edição de 6 de janeiro de 1950, a *Gazeta do Povo* informou a existência de *Um inquérito sobre a federalização da universidade*, lançado por Raul Gomes acerca da oportunidade, viabilidade e indisponibilidade da federalização da Universidade do Paraná. Em

doze edições, a *Gazeta do Povo* iniciou e encerrou o inquérito sobre a federalização da UP. A primeira publicação da diligência ocorreu no dia 15 de janeiro, encerrando-se no dia 14 de fevereiro com a edição da posição do reitor Suplicy. Em geral, Raul Gomes organizou as publicações dos inqueridos mediadas pela síntese da própria posição da *Gazeta do Povo*⁶³.

A organização de um inquérito mostrou-se uma prática presente na imprensa brasileira. No campo educacional, é bastante conhecido o inquérito sobre a instrução pública de São Paulo, realizado em 1926 por Fernando de Azevedo, a pedido do jornal *O Estado de São Paulo*. No Paraná, a imprensa deu continuamente espaço aos debates educacionais, destacando-se a ação de Raul Gomes, particularmente no momento de lançamento do Manifesto da Escola Nova, quando ele intermediou a publicação do referido manifesto educacional no jornal *Diário da Tarde*. Raul Gomes⁶⁴ representou entre os paranaenses um dos principais expoentes da imprensa, além de exercer a função de professor no ensino secundário e, a partir de 1946, no curso de Direito da Universidade do Paraná. Em 1950, Raul Gomes que há tempo gozava de muito prestígio entre os integrantes da imprensa, dos círculos culturais e dos grupos políticos, coordenou, na *Gazeta do Povo*, um inquérito (Quadro 10) sobre a federalização da UP. Sem dúvida alguma, essa ação representou uma intervenção de grande envergadura na trajetória desse jornalista, mas também na história daquele periódico que passou a apresentar-se como principal protagonista do movimento paranista⁶⁵ no âmbito da opinião pública.

Quadro 10 - Disposição do inquérito

UM INQUÉRITO sobre a federalização da universidade. <i>Gazeta do Povo</i> , 6 jan. 1950.
A FEDERALIZAÇÃO da Universidade: um inquérito entre os diretores, professores e alunos. <i>Gazeta do Povo</i> , 15 jan. 1950.
JUSTIÇA AO NOSSO prenome universitário: vozes eminentes. <i>Gazeta do Povo</i> , 18 jan. 1950.
A UNIVERSIDADE e sua federalização: mais duas proeminentes figuras respondem a nossa enquête: Coronel Plínio Tourinho e professor Oswaldo Pilotto. <i>Gazeta do Povo</i> , 19 jan. 1950.
IMPRESSIONANTE MANIFESTAÇÃO de unanimidade: opiniões valiosas sobre a federalização da Universidade do Paraná. <i>Gazeta do Povo</i> , 20 jan. 1950.
A FEDERALIZAÇÃO, um imperativo do momento. Fala do professor Laertes Munhoz e do Dr. Francisco Vilanueva. <i>Gazeta do Povo</i> , 22 jan. 1950.
A VEZ DA MOCIDADE Universitária. Em torno da federalização da Universidade falam os representantes

⁶³ Em cada inquérito apresentado, a *Gazeta do Povo* fazia breve introdução do entrevistado. As apresentações não eram assinadas. Entretanto, pelas características da escrita, particularmente o conhecimento relacionado aos entrevistados, bem como a própria concordância verbal indicam que elas foram feitas por Raul Gomes.

⁶⁴ “A trajetória de Raul Gomes foi marcada pela inserção em vários campos, como no magistério, mas particularmente no campo do jornalismo, donde estabeleceu interlocução com instituições culturais e intelectuais da área educacional paranaense e brasileira.” (SOUZA; CAMPOS, 2013, p. 136). Mais informações a respeito de Raul Gomes consultar Souza e Campos (2013), Osinski (2011; 2013), Osinski e Brandalise (2013).

⁶⁵ “O paranismo, que no início do século movimenta o meio intelectual, cultural e artístico, intimida-se com o projeto de nacionalização da ‘Revolução de 30’. Posteriormente, em face da onda de redemocratização do país em 1945, o paranismo renasce, desta vez especialmente pela intelectualidade que via no paranismo o alcance histórico da tradição regional”. (CORDOVA, 2013, p. 192, grifo do autor).

Continuação

da UPE e do Diretório Nilo Cairo e Acadêmico Alcides Munhoz Neto. <i>Gazeta do Povo</i> , 26 jan. 1950.
A PALAVRA DE EMINENTE mestre: fala sobre a campanha de federalização o professor Algacyr. <i>Gazeta do Povo</i> , 1 fev. 1950.
O GRANDE ANSEIO DO PARANÁ – fala a <i>Gazeta do Povo</i> sobre a federalização Universidade, o industrial Ivo Leal. <i>Gazeta do Povo</i> , 9 fev. 1950.
VITÓRIA ESPLÊNDIDA e honrosa do Paraná: acolhida pelo presidente da República o pleito de federalização. <i>Gazeta do Povo</i> , 10 fev. 1950.
O PARANÁ E A FEDERALIZAÇÃO – sobre a grande causa de nossa cultura, fala o Sr. Epaminondas Santos, presidente da Associação comercial do Paraná. <i>Gazeta do Povo</i> , 12 fev. 1950
O GRANDE APELO DA UNIVERSIDADE do Paraná: fala Flávio Suplicy de Lacerda. <i>Gazeta do Povo</i> , 14 fev. 1950.

Fonte: O autor a partir da *Gazeta do Povo*.

A respeito do inquérito, a *Gazeta do Povo* anunciou que Raul Gomes dirigiu um questionário aos professores, aos discentes e aos representantes de instituições culturais, pedindo seu pronunciamento sobre o processo de federalização. Nessas interrogações, “[...] o nosso colaborador solicitou urgência, sintetização e franqueza de opinião. Já recebeu muitas e valiosas respostas.” (GAZETA DO POVO, 6 jan. 1950). Por fim, pediu “[...] que os a quem endereçou o questionário o respondam com a máxima urgência. Sua publicação será logo feita pela nossa imprensa.” (GAZETA DO POVO, 6 jan. 1950). No lançamento desse inquérito, não foi reproduzido o questionário enviado por Raul Gomes. Entretanto, a julgar especificamente pelo parecer do professor Manuel de Oliveira Franco Sobrinho, publicado na edição de 18 de janeiro de 1950, no qual o inquerido reproduziu as seguintes perguntas: “1) Como recebeu a notícia de que todas as Universidades do Brasil e suas escolas superiores foram federalizadas exceto a nossa? Que acha da campanha pela federalização? Que deve fazer para que esse plano seja realizado?” (GAZETA DO POVO, 18 jan. 1950). No Quadro 11 a seguir, listamos os signatários que foram ouvidos pelo periódico paranaense:

Quadro 11 - Lista dos diligentes (na ordem de publicação)

NOME	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO
Eurípides M. Garcez	Faculdade de Medicina	Diretor e Professor
Francisco de Paula Soares	Faculdade de Medicina	Professor
Milton Macedo Munhoz	Faculdade de Medicina	Professor
Manoel Vieira B. de Alencar	Faculdade de Direito	Professor
Homero de Barros	Faculdade de Direito e Faculdade de Filosofia	Professor
Manoel O. F. Sobrinho	Faculdade de Direito	Professor
Plínio Tourinho	Faculdade de Engenharia	Diretor e Professor
Oswaldo Pilotto	Faculdade de Filosofia	Professor
José Cavallin	Faculdade de Engenharia	Professor
Napoleão Lyrio Teixeira	Faculdade de Direito	Professor
Ernani Guarita Cartaxo	Faculdade de Direito	Professor
Enéas Marques dos Santos	Faculdade de Direito	Professor
Laertes de M. Munhoz	Faculdade de Direito	Professor
Francisco Vilanueva	Faculdade de Filosofia	Professor

Continuação

José Bitencourt de Paula	Faculdade de Filosofia	Professor
Oscar Martins Gomes	Faculdade de Direito	Professor
Lincoln da Cunha Pereira	União Paranaense dos Estudantes	Presidente
Jahir de Paula Ribeiro	Diretório Acadêmico Nilo Cairo (Medicina)	Presidente
Alcides Munhoz Netto	Acadêmico	Acadêmico
Ivo Leão	Indústria	Empresário
Algacyr M. Maeder	Faculdade de Engenharia	Professor
Epaminondas Santos	Associação Comercial do Paraná	Presidente
Flávio S. de Lacerda	Universidade do Paraná	Reitor

Fonte: O autor a partir da *Gazeta do Povo*.

Em tese, a diligência foi endereçada a todos os integrantes do corpo docente, aos representantes do grupo discente e às mais variadas instituições do Paraná, por meio de correspondência. Não há indicação de que existiu uma seleção de docentes. A julgar pelo relatório do Anuário da UP de 1949, havia quase uma centena de docentes catedráticos, além de aproximadamente quarenta professores livres e três dezenas de contratados. Entretanto, foram publicados inquéritos de apenas dezessete docentes, além da posição do reitor. Essa comparação entre o número de docentes e a quantidade de inquéritos dos professores demonstra uma adesão aquém das expectativas de Raul Gomes, pois ele publicou que seria divulgado um amplo inquérito promovido entre diretores das faculdades, professores e estudantes. Assim, esses dados ajudam a desconstruir o efeito de sentido majestoso atribuído ao inquérito, pois, do ponto de vista quantitativo, houve uma pequena adesão. Por outro lado, do ponto de vista qualitativo, é possível depreender muitos elementos das publicações desses dezessete docentes. Além do corpo docente, outras cinco diligências foram publicizadas, sendo três de discentes e os demais de representantes do grupo empresarial e comerciante, conforme podemos observar no Quadro 11.

A diligência, empreendida por Raul Gomes, tinha a pretensão de apurar o pensamento de representantes do mundo acadêmico (docentes e discentes) e do meio social (empresários e políticos). Essa apuração partiu de uma provocação indagativa das razões da exclusão da UP do projeto que previa a federalização de inúmeras instituições de ensino superior brasileiras, pretendia insuflar o próprio sentimento paranista, na tentativa de fazer erguerem-se as forças em defesa do Paraná. Em seguida, provocava o inquirido a refletir e ao mesmo tempo a se posicionar com relação ao movimento lançado por Flávio Suplicy. Por fim, buscava nos diligentes propostas para acelerar o processo de federalização da UP.

Com essa finalidade, Raul Gomes, em texto publicado no jornal *Gazeta do Povo*, chamou atenção do movimento estudantil em relação à campanha pela federalização. Conforme Gomes, “[...] quando falamos do espantoso e obstinado cometimento da criação,

formação, desenvolvimento e sustentação, de nossa Universidade, logo evocamos a legião imperterrita de seus bravos e abnegados professores.” (GAZETA DO POVO, 7 jan. 1950). Ao falar dos professores, acabamos quase sempre nos esquecendo dos alunos. No entendimento de Gomes “[...] foram [eles] os que, depois dos fundadores, acreditaram na possibilidade da vitória da Universidade [...] – com financiamentos – que proporcionaram [sua] subsistência [...].” (GAZETA DO POVO, 7 jan. 1950). Na avaliação de Raul Gomes, foi por isso que o reitor Flávio Suplicy a eles se dirigiu levando em consideração que “[...] numa campanha desta envergadura, sua cooperação é indispensável”. Além disso, considera que com a federalização haverá a eliminação ou diminuição das parcelas de mensalidade de 70% a 80% o que possibilitaria as pessoas pobres estudar. Nesse aspecto, explicita o caráter social do Ensino Superior: “Há, portanto, no esforço de quantos se lhe devotem um evidente sentido social que faz da federalização um alto e nobre objetivo.” (GAZETA DO POVO, 7 jan. 1950). Raul Gomes interpretou a federalização da Universidade focando no sentido social que ela representaria, ou seja, que os pobres tenham possibilidade de estudar. A divulgação do inquérito começou na edição de 15 de janeiro de 1950, em matéria intitulada *A federalização da Universidade: um inquérito entre os diretores, professores e alunos*, na qual avalizava:

[a] GAZETA DO POVO começa hoje a divulgar o resultado de vasto inquérito entre diretores, professores e alunos dos diferentes cursos da Universidade do Paraná sobre a palpitante questão de sua imediata federalização e cuja campanha foi vibrantemente lançada pelo Magnífico Reitor, Dr. Flávio Suplicy de Lacerda na belíssima solenidade denominada Assembleia Universitária efetuada a 19 de dezembro de 1949. (GAZETA DO POVO, 15 jan. 1950).

O primeiro a responder o inquérito foi Eurípides Moreira Garcez. A organização da exposição seguia uma forma recorrente, pois antes de tudo fazia-se uso do elogio ao inquirido, conforme pode ser observado ao retratar Moreira Garcez: “Diretor da Faculdade de Medicina é a personificação da austeridade, do bom senso, do equilíbrio e um dos grandes catedráticos da Universidade.” Após a manifestação de louvor ao personagem, o referido periódico publicou as observações do docente a respeito do inquérito:

Em atenção a enquete que vem realizando, com grande patriotismo e imbuído do mais sadio paranismo, que sempre lhe tem orientado em suas campanhas, passo a responder as questões formuladas: 1) – Parece que mais vale silenciar. Acredito, entretanto, que o fato decorre, possivelmente, de vários fatores relacionados com a política educacional, estabelecida pelo Ministério da Educação. 2) Fui dos primeiros a aderir com todo entusiasmo ao apelo do Magnífico Reitor para a campanha da federalização da Universidade. Assim procedi porque estou convencido que a nossa Universidade atingiu o seu máximo desenvolvimento com a iniciativa particular, e que agora para cumprir plenamente a sua finalidade necessita do apoio mais decidido dos poderes públicos. 3) Encaminhar os nossos esforços ao lado dos representantes paranaenses no Senado e na Câmara; obter apoio do Governo do Estado, dos estudantes e de todos aqueles que se interessam pelo problema

educacional paranaense.⁶⁶ (GAZETA DO POVO, 15 jan. 1950).

Na mesma edição, ganhou destaque a posição do Professor Francisco de Paula Soares, imediatamente descrito como “[...] um dos elementos de maior prestígio, consideração e cultura da Universidade. Político, ex-deputado, é uma figura de atitudes, assinaladas, aliás, por um idealismo profundo que o faz muitas vezes andar de costas para posições.” (GAZETA DO POVO, 15 jan. 1950). Em seguida, foi publicado o pronunciamento do referido docente que na primeira parte trata de especificar as vantagens:

Estou integralmente solidário com a campanha que o nosso Magnífico Reitor iniciou, conclamando o Paraná para a federalização de sua Universidade. Não só a federalização, é agora um problema de hierarquia para o Ensino Superior do Paraná, como dela advirá inúmeras vantagens que já tem sido abundantemente expostas entre as quais, o abaixamento das taxas escolares, a melhor remuneração do corpo docente, a formação de amplos quadros de auxiliares de ensino e de um funcionalismo especializado [...]. (GAZETA DO POVO, 15 jan. 1950).

Na segunda parte, Paula Soares descreve seus argumentos em contraposição aos que se opuseram ao processo de federalização:

Proponho-me agora a examinar as objeções que se faz à federalização. **A principal delas é que a federalização trará a burocratização das nossas Faculdades e o cerceamento da autonomia da Universidade e de suas Faculdades.** Não é verdade. Na federalização da Universidade será ressalvada a sua autonomia administrativa, econômica e didática, como assim obteve a Universidade mineira. Presentemente as Universidades equiparadas podem ter tido menos autonomia, porquanto estão sujeitas ao controle de uma comissão de fiscalização que dispõe de poderes extraordinários. Exceção da nomeação do Reitor que passa a ser de confiança do Presidente da República, escolhido dentre os constantes de uma lista tríplice de professores catedráticos, eleitos pelo Conselho Universitário, a administração de uma Universidade Federal é muito mais livre do que a de uma equiparada. Mesmo nas verbas? Até mesmo nas verbas, porquanto as dotações federais para as universidades oficiais são distribuídas globalmente, nos títulos amplos de pessoal, material e diversas despesas, sendo regida com inteira liberdade de ação. Hoje em dia a padronização federal é perfeita. Só não administra bem e com facilidade as repartições da União quem não sabe ou que não quer. Tudo no devido tempo e rigorosamente previsto, as suplementações de verbas, se fazem com grande facilidade. Nenhuma desvantagem, ao contrário, só há vantagens materiais e morais. (GAZETA DO POVO, 15 jan. 1950, grifo nosso).

No mesmo número, apareceu a posição de Milton Munhoz, descrito que ele “[...] não representa apenas uma das mais notáveis personalidades do nosso mundo universitário. Ele constitui verdadeira e legítima reserva cultural, técnica e moral que sempre o Paraná teve e pode contar.” (GAZETA DO POVO, 15 jan. 1950). Em seguida foi reproduzida a escrita de Munhoz:

⁶⁶ A maioria dos entrevistados responde seguindo a ordem do questionário que foi citada acima. Entretanto, eventualmente, uns e outros respondem em texto corrido.

1) Constitui, sem dúvida, grande injustiça a Universidade do Paraná a sua exclusão dos benefícios que incontestavelmente lhe traria a condição de estabelecimento diretamente mantido pela União. 2) Nascida da iniciativa particular e por ela mantida com sacrifícios inauditos, a Universidade, para bem poder desempenhar a sua missão, necessita de meios mais amplos do que dispõe. Já não lhe bastam os recursos ordinários das taxas escolares e nem os eventuais auxílios recebidos dos poderes públicos. Não se pode mais compreender que uma instituição da qualidade da nossa Universidade e tão cheia de serviços inestimáveis a nação, tenha ainda constantemente de humilhar-se perante o Governo, mendigando de seus mesquinhos favores e miseráveis cruzeiros, uns e outros destinados tão somente ao aprimoramento da cultura e da educação científica da mocidade brasileira. Isso não é justo e nem tem mais sentido nos dias que correm. A Universidade é uma verdadeira afirmação de fé e trabalho pelo progresso do Brasil, e adotando-a como estabelecimento Federal de Ensino o Governo resgataria uma grande dívida e corrigiria uma das muitas injustiças sofridas pelos meios intelectuais e culturais do Paraná. 3) Para se conseguir que essa ideia se transforme em realidade mister se faz uma ação conjunta do Governo do Estado, dos nossos representantes no Senado e na Câmara Federal, da Reitoria da Universidade das Faculdades que a compõem, de seus professores e alunos, da imprensa paranaense. Só assim, irmanados em torno de uma mesma justa causa, poderemos lutar e vencer. (GAZETA DO POVO, 15 jan. 1950).

As três posições citadas, quase integralmente, são oriundas da Faculdade de Medicina e foram escritas por três personagens que detinham muito prestígio no meio acadêmico daquele momento. O primeiro, naquele período, era o diretor da Faculdade, Paula Soares, desde a restauração, despontava como uma das lideranças que lutaram pela aglutinação das faculdades paranaenses. E Milton Munhoz, reconhecido pelo seu envolvimento na criação da Revista Médica do Paraná. Essas observações indicam o prestígio da Faculdade de Medicina no contexto acadêmico paranaense, razão pela qual entendemos essa hierarquia na publicação do referido inquérito. A exposição do inquérito seguiu a ordem hierárquica estabelecida entre as instituições, tal como já se definia pela sequência de ocupação da reitoria, iniciando pela Medicina, seguida de Direito, Engenharia e Filosofia.

No artigo a *Justiça ao nosso prenome universitário: vozes eminentes* (GAZETA DO POVO, 18 jan. 1950), o jornal reproduziu novas respostas sobre o inquérito lançado por Raul Gomes. Entre as respostas, o texto trouxe a do professor Vieira Alencar, apresentando-o como “[...] figura venerada é um dos maiores professores de Direito Civil do Paraná e do Brasil”. Em sua resposta, Vieira Alencar iniciou protestando contra “[...] a notícia de que todas as Universidades do Brasil, exceto a nossa, foram ou estão sendo federalizadas”. Para o professor esse descaso com o Paraná trata-se de “injustiça [...] uma lamentável inadvertência dos poderes públicos que, sem duvida nenhuma, há de ser reparada”. Entretanto, em seu entendimento, a concretização desse objetivo só será alcançada se “[...] organizar uma ação conjunta dos poderes públicos do Estado, de seu governador, que, aliás, já tem demonstrado por atos e palavras o seu empenho como cooperar para o engrandecimento da Universidade

[...]”. Ao fazer essa referência, Vieira Alencar rememora a campanha pela restauração que foi coordenada por “[...] um dos seus beneméritos antecessores, Dr. Brasil Pinheiro Machado [...]” e, portanto, em sua avaliação, repetindo-se essa “[...] ação conjunta, esta que não deve faltar o decidido apoio da representação federal paranaense, do magnífico Reitor [...]” e particularmente “[...] a essa prestigiosa campanha não deverá faltar o apoio e o prestígio da imprensa daqui e do Rio de Janeiro, do corpo docente e discente da Universidade e de todos quantos amam o Paraná e o Brasil.”

Na mesma edição, foi publicada a posição de Homero de Barros, catedrático da Faculdade de Filosofia e livre docente na Faculdade de Direito. Em certo sentido, há uma quebra da hierarquia da ordem das faculdades, assim como uma relativização do argumento de que os católicos não se engajaram no processo de federalização, pois Homero de Barros fazia parte do Círculo de Estudos Bandeirantes, muito embora naquele momento não compusesse o quadro diretivo da Faculdade de Filosofia. É interessante notar que Homero de Barros foi apresentado como docente das duas Faculdades: “ex-diretor do ensino, catedrático da Faculdade de Filosofia, livre docente da Faculdade de Direito do Paraná, lente por concurso do Colégio Estadual do Paraná, é indiscutivelmente individualidade eminente de nosso mundo cultural.” (GAZETA DO POVO, 18 jan. 1950). As primeiras observações da exposição de Homero de Barros indicam que sua posição se expressa de um lugar específico do campo de poder da UP: “[...] prezado colega: em resposta a sua carta de 31 de dezembro último, relativamente à federalização da Universidade do Paraná, posso dizer-lhe que como membro do Conselho Universitário, estou decididamente empenhado na campanha pro-federalização.” (GAZETA DO POVO, 18 jan. 1950). Segundo Barros, “[...] os motivos que recomendam são evidentes e incontestáveis, de modo que se trata apenas de reconhecer um direito correspondente a uma situação de fato que já conquistamos”. Conclui sua resposta destacando a ação de Raul Gomes ao felicitá-lo “[...] pelo empenho em que está dedicando a tão justa causa, que mais interessa a cultura nacional que ao Paraná exclusivamente.” (GAZETA DO POVO, 18 jan. 1950).

Nessa mesma edição, foi publicado o parecer do professor Manuel de Oliveira Franco Sobrinho, também da Faculdade de Direito, cuja adjetivação inicial destacou que “[...] conquistou a sua cátedra numa idade em que muitos jovens ainda brincam de jogos de infância é hoje um dos grandes nomes do nosso ensino universitário. Além disso, é doublé de escritor, muito citado na sua matéria de especialidade que é Direito Administrativo”. A resposta do professor Manuel de Oliveira Franco foi a seguinte, destacando-se que, no seu parecer, apareceram as perguntas formuladas pelo inquérito:

Como recebeu a notícia de que todas as Universidades do Brasil e suas escolas superiores foram federalizadas exceto a nossa? Mal – muito mal. O esquecimento do Paraná constitui uma afronta aos nossos foros de cultura, e a nossa juventude acadêmica. Os Institutos universitários paranaenses, no seio do ensino superior nacional, constituem-se o que há de melhor e do que há de mais UNIVERSITÁRIO. [...] Que acha da campanha pela federalização? Indispensável. O Paraná, hoje em dia, todos o sabem, está na vanguarda do progresso nacional. A União possui para com ele, as suas obrigações. Deve a União confessar que possui, para com o nosso grande Estado, inúmeras obrigações de natureza moral, financeira e política. Uma dessas obrigações fundamentais é a federalização da Universidade do Paraná. Que deve fazer para que esse plano seja realizado? Unir a todos os paranaenses bem intencionados, sem cor política ou partidária, em torno de uma ampla campanha de reivindicações. Convidar o Senhor Ministro da Educação, a voltar ao Paraná, visitando Curitiba e as instalações universitárias. Forçar, por todos os meios, com o apoio do Senhor governador e da representação paranaense, a que se reconheçam os direitos do nosso povo [...]. (GAZETA DO POVO, 18 jan. 1950).

Além da publicação dos textos dos docentes inqueridos, o jornal repercutiu na coluna Vida Universitária, a matéria *Cruzadas de altivez cultural do Paraná* (GAZETA DO POVO, 18 jan. 1950), ao reiterar que “[...] há um interesse por parte do corpo docente e discente da Universidade do Paraná pela sua federalização”. Intercalou com a posição docente, a descrição das ações dos estudantes paranaenses.

O Diretório Acadêmico “Nilo Cairo”, o Centro Acadêmico “Hugo Simas”, o Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná e o Centro Acadêmico de Filosofia, Ciências e Letras, através de suas diretorias, passaram telegramas ao Presidente da República, ao Ministério de Educação e à bancada paranaense na Câmara Federal, evidenciando o alto interesse que possuem pela concretização dessa aspiração que é, já, de todos os paranaenses, a federalização da nossa Universidade. (GAZETA DO POVO, 18 jan. 1950).

Ademais, destacou as ações do grupo diretivo da UP junto ao governo federal:

[...] as Congregações da Universidade estão estudando, detidamente, o assunto, sendo que uma delas já aprovou a federalização. Provavelmente, no dia 25, o Magnífico Reitor, professor Flávio Suplicy de Lacerda; o professor [Francisco de] Paula Soares, Secretário da Universidade e os diretores das Faculdades irão, ao Rio de Janeiro, além de, em contato com o chefe da Nação, com o Ministro da Educação e com nossos deputados federais tratar desse importante assunto. (GAZETA DO POVO, 18 jan. 1950).

É possível depreender que a edição de 18 de janeiro apresentou uma articulação entre as posições favoráveis oriundas dos docentes das Faculdades de Medicina e de Direito e agremiações estudantis com o lançamento do movimento pela federalização feito pelo reitor ainda no ano de 1949. Essa assertiva ganha sentido em razão de que em matéria intitulada *É a hora da federalização do Ensino Superior do Paraná: “seria uma verdadeira injustiça, em desconhecimento completo da situação do ensino que os líderes federais nos deixassem esquecidos, fechando os olhos ao que é a Universidade do Paraná, preterindo-a na hierarquia dos estabelecimentos de cultura superior”*, a Gazeta do Povo reproduziu o

discurso de Flávio Suplicy de Lacerda, pronunciado na Assembleia Universitária de 19 de dezembro de 1949, cujos excertos citamos no início deste tópico.

Na edição seguinte, o jornal sistematizou uma síntese do movimento de federalização:

Uma cidade como Curitiba, capital de um Estado em franco desenvolvimento, advindos pelas próprias circunstâncias, a uma condição que o torna apenas iniciado na conquista de suas grandes possibilidades – e, ainda mais, centro universitário dos mais notáveis, em todo o Brasil (não fosse ele, com justiça, a cidade Universitária), transforma-se, vezes por outras, em palco de movimentos de invulgar projeção cultural e social, capazes de transcender os limites e exorbitar as medidas de acontecimentos regionais, para merecer a atenção de todo o país. [...] A Universidade do Paraná, fruto do trabalho e do valor dos filhos dessa terra, obra magnífica em que ainda poreja o suor de seus construtores heróicos, monumento vivo e atuante, na realidade cultural e educacional paranaense – **a nossa Universidade quer ser federalizada**. Quer gozar e fazer com que seus corpos docentes e discentes gozem as vantagens de tal medida, atualmente adotada com suas diversas congêneres brasileiras. Federalização! Medida que se impõe, pelo gesto forte e decidido da mocidade estudiosa do Paraná, consciência de seus direitos e da sua obrigação de defender, com os seus, os interesses dos estudantes o que o substituirão, nos bancos gloriosos de nossa Escola Superior. Federalização! Vitória que será alcançada, por aqueles que lideram os movimentos do espírito no Paraná e, como tal, não ficam alheios à mais justa campanha de nossos dias! (GAZETA DO POVO, 19 jan. 1950, grifos nossos).

As exposições anteriores explicitam o que chamamos processo de afirmação da federalização, isto é, constituem a base do que o jornal classificou de uma cruzada coletiva que atingiu todos os indivíduos do Paraná. Entretanto, na mesma edição de 19 de janeiro, foi publicada a posição de Plínio Tourinho. Antes, porém, do parecer desse professor, o jornal destacou que “[...] a campanha da federalização, orientada em mão de mestre pela personalidade brilhante de S. Magnificência o Senhor Reitor Flávio Lacerda, se desdobra numa cadência firme para sua objetivação.” (GAZETA DO POVO, 19 jan. 1950). Plínio Tourinho⁶⁷ beirava os 70 anos quando emitiu seu parecer. Ele fazia parte do grupo dos primeiros docentes da UP, isto é, da geração de 1910 e tinha grande prestígio na Faculdade de Engenharia e, naquele momento, respondia pela direção da referida instituição. Ele foi assim descrito pela *Gazeta do Povo*:

O Paraná inteiro admira e respeita a figura imaculada do Coronel Plínio Tourinho. Pode passar pela vida com sua incorruptibilidade, porém, sem aquela agressividade de Robespierre. Seu senso de humanidade, quer dizer de compreensividade, fazem dele uma criatura quase de exceção. Diretor da Faculdade de Engenharia, é um ídolo da mocidade. Sua palavra se reveste de grande importância, tanto mais que examina a federalização sob vários de seus aspectos. **Aceita-a, mais faz ponderações e advertências**. (GAZETA DO POVO, 19 jan. 1950, grifos nossos).

⁶⁷ Plínio Tourinho nasceu em 8 de fevereiro de 1882 e faleceu em 29 de agosto de 1950.

De imediato, Plínio Tourinho afirmou que “[...] em princípio, nunca tive simpatia pela federalização do Ensino Superior, convencido de que as iniciativas e organizações particulares, quando bem amparadas pelo Poder Público e honestamente administrada, são menos onerosas e muito mais produtivas que as instituições oficiais.” (GAZETA DO POVO, 19 jan. 1950). No entanto, asseverou que “[...] independente desse meu modo de pensar é, entretanto de estranhar a exclusão da nossa Universidade do plano de federalização do ensino superior de muitas escolas e, por mais que medite semelhante propósito não encontra fundamento ou qualquer justificativa razoável.” (GAZETA DO POVO, 19 jan. 1950). Além do mais, Plínio Tourinho destacou que “[...] todas as escolas do Norte do país passaram para o regime federal, acarretando esse ato público, um dispêndio avaliado em mais de cinquenta milhões de cruzeiros, enquanto que a subvenção federal de nossas escolas foi apenas acrescida de quinhentos mil cruzeiros.” (GAZETA DO POVO, 19 jan. 1950). Na sequência, ele apresentou as limitações financeiras existentes nas próprias instituições já federalizadas, ao observar que “[...] o assunto é bastante complexo e tanto mais quando é certo que algumas escolas federais não estão contentes com essa situação, pela falta absoluta de autonomia financeira.” (GAZETA DO POVO, 19 jan. 1950). Ele avançou em sua argumentação aos caracterizar que “[...] até o presente a federalização de escolas superiores tem consistido em melhorar os vencimentos dos professores, o que é muito justo, pela proeminente função que exercem no envolver das coletividades, mas o ensino em si, continua a ser deficiente pela falta de recursos indispensáveis ao aparelhamento.” (GAZETA DO POVO, 19 jan. 1950). Essa situação incerta descrita por ele serviu de argumento para sustentar que “[...] entre a passagem integral para o Governo Federal e um aumento da subvenção capaz de melhorar as condições de nosso ensino, **pronuncio-me a favor da segunda proposição, na convicção de que se com sacrifício fizemos tanto, com um pouco mais de auxílio Federal, o progresso de nossas instituições não teria limites.**” (GAZETA DO POVO, 19 jan. 1950, grifos nossos). Por fim, Plínio Tourinho incluiu em suas ponderações os problemas concernentes à própria organização burocrática de instituições do Estado, ao perscrutar que “[...] os estabelecimentos federalizados sofrem as influências da política; transformam-se em viveiros de funcionários. As iniciativas da administração esbarram com as normas da burocracia pública que entravam o desenvolvimento das mais justas reivindicações. Ele reiterou que “[...] se fosse possível obtermos um auxílio Federal capaz de melhorar as nossas condições atuais, sem prejuízo da autonomia financeira que tem sido o fator primordial do progresso do Ensino Superior do PARANÁ, resolveríamos com vantagem o problema que tanto nos preocupa.” (GAZETA DO POVO, 19 jan. 1950). Contudo, Plínio Tourinho avaliou que “[...] sendo pensamento do

Governo o centralizar todos os grandes empreendimentos, amarrando-os à burocracia administrativa que tanto prejudica o desenvolver do país, **outro recurso não há, senão o de aceitar a federalização.**” (GAZETA DO POVO, 19 jan. 1950, grifos nossos).

A posição de Plínio Tourinho deteve-se em demonstrar argumentos contrários ao processo de federalização. Não há nenhum aspecto favorável à federalização na sua publicação. Não obstante, reconheceu que aquele processo estava consumado, pois havia entre os integrantes do mundo acadêmico um ambiente muito favorável. Plínio Tourinho, já na década de 1910, quando a Lei Maximiliano impediu aos grupos particulares de criarem universidades no Brasil, manifestou-se em defesa da liberdade de ensino e contrário à centralização da educação superior no poder do Estado:

[...] em matéria de ensino superior, depois de atingirmos ao mais alto grau de desenvolvimento com a Lei Rivadavia, volvemos ao passado, para de novo ficar esse ensino acorrentado ao entro de uma comissão de eruditos, que de muito longe, neste país tão grande, pretende com critério estapafúrdio, impor a sua soberana vontade, menoscabando do saber alheio. Derrocada a Lei Rivadavia (...), nem por isso senhores, invadiu o desânimo, e a descrença, as portas do nosso tabernáculo, onde unidos, prosseguimos a prestar culto à ciência e a dignificar o magistério, esperando que um dia se nos faça justiça, porque assim é preciso. (REVISTA ACADEMICA, 1919, p. 14).

No projeto de Humboldt, de 1810, para a Universidade alemã, percebemos a preocupação com essa questão. Conforme Maria de Fátima de Paula (2002), ele assume uma posição ambígua. Segundo a autora, “[...] primeiro afirma que a intervenção do Estado é sempre prejudicial” (PAULA, 2002, p. 29) e “[...] que sem ele as coisas funcionariam infinitamente melhor.” (PAULA, 2002, p. 29). Ao mesmo tempo defende que a nomeação de professores deve ser feita pelo Estado e a atuação dos docentes fiscalizada por ele. A mesma autora, referenciando Karl Jaspers, argumenta sobre uma permanente tensão entre Estado e Universidade. Ou seja, ela afirma que, para aquele autor, a universidade, por mais que governe a si mesma, está submetida a “vontade e proteção do Estado.” (PAULA, 2002, p. 29). Os pensadores alemães reivindicam a pesquisa na Universidade e integração entre pesquisa, ensino e formação como sendo fundamental para a universidade. Conforme Paula (PAULA, 2002, p. 30), “[...] o modelo alemão, para que a universidade desempenhe plenamente o seu papel, ela deve ser autônoma, embora sua existência dependa economicamente do Estado”. A posição de Plínio Tourinho apresenta similaridade, uma vez que defende a administração da iniciativa privada com o apoio das esferas públicas.

As publicações posteriores constituíam a estratégia de contestação às advertências feitas por Tourinho e reafirmação da tese da estatização da UP. Assim, na própria edição de 19 de janeiro, a *Gazeta do Povo* publicou o parecer de Oswaldo Pilotto dizendo que “[...]”

faltou o interesse nosso em favor da federalização. Não há culpados, entretanto. Devemos exigir, agora, o esforço e a compreensão de todos para a solução honrosa de nosso problema.” (GAZETA DO POVO, 19 jan. 1950). Além disso, professou que “[...] quem estiver contra o ideal da federalização só pode tomar esta atitude renegando para plano secundário a evolução da nossa vida cultural para considerar mais forte o interesse pessoal e particular em manifesta estreiteza de espírito. A ninguém cabe se por à margem dessa campanha.” (GAZETA DO POVO, 19 jan. 1950).

Na edição de 20 de janeiro de 1950, a *Gazeta do Povo* enfatizou que “[...] se sente feliz e orgulhosa por estar se tornando o veículo de vasta campanha em que conhecidíssimas personalidades de nosso mundo científico e cultural vem impondo impressionantes manifestações [...] nessa empreitada pelo trunfo total da Universidade do Paraná”. Dito isso, o jornal trouxe a fala do professor José Cavalim dizendo “[...] que ingressou na Faculdade de Engenharia pela larga porta de um brilhantismo concurso”. Cavalim iniciou sua resposta ao parecer afirmando que “[...] honra-me o prezado amigo com o apreço que dá ao meu parecer sobre o momentoso caso da federalização de nossa Universidade”. Sua resposta iniciou com a mesma argumentação de Gomes sobre o esquecimento da Universidade do Paraná da lista a serem federalizadas: “[...] os professores da Universidade do Paraná [...] recebemos com grande surpresa a notícia de que todas as Universidades do Brasil e escolas superiores foram federalizadas, exceto a nossa [...]”. Cavalim lamentou esse esquecimento, uma vez que a Universidade “[...] conta, atualmente, com irrisória subvenção para sua manutenção [e] enormes dificuldades para cumprir suas elevadas finalidades”. Ele elogiou a “[...] dedicação, o desprendimento e a abnegação dos professores de nossa Universidade, que sempre souberam elevá-la e engrandecê-la [...]” e apoia a campanha de Raul Gomes “[...] em prol da federalização da Universidade do Paraná desde que se possa consegui-la com as mesmas vantagens que goza a Universidade do Brasil.” (GAZETA DO POVO, 20 jan. 1950).

A segunda resposta apresentada nessa edição foi a do professor Napoleão Teixeira, apresentado como “[...] catedrático de Direito e colaborador constante aqui e fora nos nossos maiores jornais”. O professor Napoleão Teixeira elogiou a “[...] feliz ideia de auscultar opiniões ilustres, a respeito ao tema”. Em sua resposta, pronunciou-se dizendo que “[...] recebi, com a maior decepção, a notícia em apreço [...] com a justificada revolta de todo bom paranista que luta por melhor padrão de nosso ensino e, por consequência [de um] Paraná maior. Com essa avaliação, Teixeira ressaltou que “[...] colaborarei mesmo, de maneira ativa [...] nessa campanha em prol da federalização de nossa Universidade”. Além de oferecer sua colaboração, ele conclamou o “[...] esforço coordenado, e continuado, das energias vivas do

Paraná!”. Dizendo isso, Teixeira lembrou “[...] os nomes ilustres de Suplicy de Lacerda, Enéas Marques, Plínio Tourinho, Paula Soares Neto, Laertes Munhoz, Guarita Cartaxo, Milton Carneiro, Pereira de Macedo [...]” e, particularmente, destacou os docentes políticos “[...] Aramis de Athayde, Arthur Santos, Bento Munhoz, Fernando Flores... – e todos os que, com brilho vem sabendo prestigiar, nos parlamentos, o bom nome do Estado do Paraná!” (GAZETA DO POVO, 20 jan. 1950).

As respostas diretas e imediatas à posição de Plínio Tourinho foram escritas por Guarita Cartaxo e Enéas Marques⁶⁸. No artigo *A federalização, um imperativo do momento. Novas e valiosas opiniões sobre o movimento que vem empolgando os nossos meios culturais*, o jornal informou que “[...] vem monopolizando não só a atenção dos nossos meios universitários, mas a de todo o povo paranaense a campanha em prol da federalização da Universidade do Paraná.” (GAZETA DO POVO, 22 jan. 1950). Ressaltando “[...] sua tradição de estar sempre ao lado dos grandes movimentos encetados pelo nosso povo, tem ouvido as expressivas figuras de nossos meios culturais, sobre esta magnífica campanha”. No entendimento de Guarita Cartaxo:

Já se ofereceu oportunidade de na congregação da Faculdade de Direito dar meu voto pela federalização da Universidade. Fi-lo com a consciência de contribuir para a vitória de uma grande causa, pois, criado um inexplicável regime de exceção e exclusão de nosso glorioso conjunto de institutos de ensino superior, corrigi-lo é um ato de equidade. E esperamos todos nós que isso se dará tanto que nossas forças culturais, políticas e sociais se mobilizam no sentido dessa conquista. (GAZETA DO POVO, 22 jan. 1950).

Quanto a Enéas Marques, este se pronunciou dizendo:

Desde que li no ‘Diário de São Paulo’ a notícia da iniciativa da união no sentido de federalizar todas as escolas e universidades do Brasil com exclusão da nossa, não tive mais sossego de espírito. E quando S. Magnificência lançou sua proclamação já me encontrou disposto à batalha pela oficialização do nosso grande instituto, pois aquela iniquidade deve ser reparada. (GAZETA DO POVO, 22 jan. 1950).

Como se trata de inquérito público, feito pela imprensa paranaense, percebe-se nas narrativas de Guarita Cartaxo e Enéas Marques certa discordância em relação à opinião de Plínio Tourinho que defendia a subvenção pública, mas com administração de particulares. A esse respeito, Guarita Cartaxo disse que “[...] a medida em apreço apresenta vários aspectos examinado em seu inquérito, alguns deles revestindo-se de feição sentimental, pois seus opinantes pensam que seria interessante mantermos a nossa situação de sociedade civil”. Em seu entendimento, “[...] infelizmente a realidade nos faz refletir sobre as dificuldades que essa situação cria, pois as necessidades aumentam de ano para ano dado o imperativo da expansão

⁶⁸ Enéas Marques era professor da Faculdade de Direito desde a fundação da UP (1912).

universitária”. Enéas Marques opinou no sentido de que “[...] dadas as condições precárias de nossa cultura política em geral, essa situação acarretaria males e inconveniências muito maiores que a simples federalização”. Esses males, no entendimento de Marques, advinham “das incertezas da consecução de auxílios” ficando seguro apenas no “[...] que se refere [à] renda e [à] contribuição dos alunos”.

Na edição de 24 de janeiro, a *Gazeta do Povo* promoveu outro capítulo de reação ao posicionamento de Plínio Tourinho, ao dizer que “[...] a campanha da federalização da nossa Universidade ganha, cada vez mais, vulto maior, principalmente, pela simples razão de ser uma causa do Paraná.” (GAZETA DO POVO, 24 jan. 1950). Multiplicaram-se adjetivações a Flávio Suplicy:

O Magnífico Reitor da Universidade, professor Flávio Suplicy de Lacerda, é o homem que está movimentando a consciência paranaense, no sentido de empolgar a todos pela causa da federalização da nossa maior casa de ensino superior. As individualidades de maior prestígio têm se pronunciado a respeito, e todas elas olham o problema por um só prisma, tendo uma única solução. (GAZETA DO POVO, 24 jan. 1950).

As publicações do inquérito seguiram em defesa da federalização. No texto *Federalização: vitória da cultura paranaense. Movimenta-se a consciência coletiva do Paraná para a obtenção dos seus máximos objetivos*, o jornal trouxe a resposta de Laertes Munhoz, destacando-o “[...] como um dos maiores oradores do Brasil” sendo “[...] professor de uma cadeira importantíssima da Faculdade de Direito, pelo Concurso”. O Parecer do professor sobre a temática da federalização foi: “Sob qualquer lado que se encare o assunto da federalização, se conclui que essa medida é uma necessidade decorrente das condições culturais e econômicas de nosso meio”. Em sua avaliação, “[...] seria possível argumentar sustentando a ideia de quem trouxe a Universidade até aqui, deve e pode mantê-la doravante”. Criticando Plínio Tourinho adverte que “[...] quem assim fala, se esquece [...] o extraordinário desenvolvimento de seus Institutos, as exigências cada vez mais pesadas de um ensino que precisa manter alto padrão de eficiência [...] obrigaria a gastar muito, suas fontes de receita não se alargam no ritmo das despesas”. Laertes Munhoz associou a argumentação de Plínio Tourinho a um saudosismo e, em seguida, qualificou esse tipo de comportamento a quem não acompanhava o movimento histórico: “[...] quem assim fala, se esquece de que o extraordinário desenvolvimento de seus Institutos, as exigências cada vez mais pesadas de um ensino que precisa manter alto padrão de eficiência.” (GAZETA DO POVO, 24 jan. 1950). Interpretou, portanto, a posição de Tourinho como ilusória ao acreditar ainda na possibilidade de administração da Universidade ser feita unicamente pela iniciativa particular e esboça em sua argumentação ideias avançadas relacionadas à reforma do Ensino Superior que só serão

defendidas com mais profundidade na fase pré-reforma de 1968.

[...] a Universidade tem de muito longo introduzir o regime [...] de tempo Integral [...] ampliar e aprimorar seus laboratórios [...] construir e alargar suas áreas úteis [...] trazer professores de fora para aperfeiçoamento de seus cursos [...] incrementar os cursos de extensão cultural [...] reconstituição de suas bibliotecas, a imprescindibilidade das pesquisas [...]. Ora, tudo isso só é executado com muito dinheiro. E onde ir buscá-lo? Pedinchando anualmente aumento de subvenções cuja obtenção implica numa terrível guerra de nervos, pois nunca se sabe se no-las dão, quanto nos dão, nem quando o dão! [...] Essa a verdade diante da qual a nossa sentimentalidade deve se encolher, introspectivar-se para conceder lugar a ação. Pergunta-me aí, se a federalização resolve essas complicações. A minha resposta só poder ser afirmativa. Pois assumida por ela a responsabilidade efetiva e diretiva do grosso das despesas com pessoal e material permanente [...] as demais contribuições do Estado, do Município e de particulares podem ser aplicadas em complementação das instalações das entidades componentes da Universidade. A sorte está lançada. E foi pela palavra trepidante e enérgica de sua magnificência o Senhor Reitor. Ele soube não só nos tocar a sensibilidade, como pode gozar e executar um plano de bases objetivas que não fracassará. Estamos em plena batalha e cada um de nós não deve ensarilhar armas antes da nossa Universidade procederem de todos os estados de nossa grande pátria. (GAZETA DO POVO, 24 jan. 1950).

Ainda nessa edição, o jornal *Gazeta do Povo* destacou a opinião de Francisco Vilanueva a quem define como “[...] uma personalidade eminente do Paraná, mestre brilhante, de mentalidade arejada [...] viu e vê todos os problemas do alto”. Vilanueva iniciou sua exposição dizendo que “[...] recebi sua carta em que pede a minha opinião” e logo de início apontando que a exceção da Universidade do Paraná da lista a serem federalizadas não se justifica. Segundo ele, “[...] sendo o nosso Instituto de criação puramente particular, sem nunca ter usufruído vantagens, nem auxílios oficiais [...] já é reconhecida no Brasil inteiro [...]”. Sobre a campanha comentou que ainda “[...] em vida do Magnífico Reitor João Ribeiro de Macedo Filho, amigo íntimo e aparentado, falei-lhe sobre a federalização da Universidade. Ele tinha a mesma ideia, mas ponderou que o momento não era precisamente oportuno”. Entretanto, “[...] agora [...] que o ilustre Magnífico Reitor está vivamente empenhado nesse desideratum que, aliás, é [...] o de todos os intelectuais paranaenses, penso que devemos cercá-lo de maior prestígio e auxiliá-lo de toda a forma que nos seja possível”. Em suas palavras, Vilanueva chamou os elementos culturais do nosso Estado a amparem-no nessa campanha da federalização dirigindo memoriais ao Ministério, ao Presidente da República e aos nossos representantes no legislativo federal. (GAZETA DO POVO, 24 jan. 1950).

A edição de 25 de janeiro enfatizou preliminarmente que “[...] em traço impressionante deste nosso empolgante inquérito feito para o bem supremo dessa gloriosa Universidade reside na unanimidade das manifestações em torno da indispensabilidade da federalização”. Segundo o jornal:

O mais notável se encontra na circunstância relevante de em mais de um caso – e podemos invocar a personalidade admirável desse autêntico varão plutarqueano, o Coronel Plínio tourinho como exemplo – a opinião, diremos, mesmo o sentimento individual, portanto o coração foram socoados para a preponderância do interesse superior da coletividade universitária. Prevaleceu a coletividade sobre a individualidade, pôs-se o Paraná acima do paranaense, o ‘scholar’ acima do professor. (GAZETA DO POVO, 25 jan. 1950).

A seguir publicou a opinião do Presidente da Academia Paranaense de Letras, Oscar Martins Gomes, professor Catedrático da Faculdade de Direito. Gomes referenciou inicialmente o “prezado amigo e colega” afirmando estar “[...] respondendo aos itens de sua oportuna enquête”. Inicialmente, ele lamentou “[...] a não inclusão da Universidade do Paraná, no rol das Universidades e Escolas superiores federalizadas mediante lei recente” e que “[...] a campanha de federalização promovida agora pelo magnífico Reitor da Universidade do Paraná é merecedora dos maiores encômios e deve receber a colaboração de quantos estejam em condições de poder ajudar a realização do objetivo visado”. Gomes entende que, para conseguir tal objetivo, “[...] devemos constituir os representantes paranaenses na Câmara e no Senado, os principais advogados da grande causa [...] convidar uma comissão de parlamentares [...] representantes do Ministério da Educação para virem a Curitiba inteirar-se da notável obra empreendida pelo povo do Paraná.” (GAZETA DO POVO, 25 jan. 1950).

Nessa mesma edição, a *Gazeta* reproduziu a resposta de Bittencourt de Paula, referenciado como “[...] sócio de outros Engenheiros que lançaram espetacularmente o regime dos condomínios em Curitiba. A cidade está cheia. E os maiores e os mais belos foram projetados por eles”. Informou que professor catedrático da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras iniciou suas respostas dizendo “‘ilustrado amigo’ [...] Quando tive conhecimento da mensagem dirigida ao congresso pelo Executivo [...] com a exclusão da nossa, não pude compreender quais seriam os motivos determinantes de tão estranha omissão”. Para ele, “[...] falta de oportunos empenhos junto [à] administração federal [e que] a Universidade do Paraná necessita tanto quanto as suas congêneres do apoio oficial, para poder oferecer aos estudantes ensino melhor aparelhado, com menores encargos de taxas de frequência”. Apesar de considerar que os esforços do corpo docente e direção da Universidade, durante longos anos, têm podido manter um alto padrão de ensino assevera que “[...] uma rápida visita as escolas norte-americanas capacita o observador menos avisado de quanto carecemos em matéria de laboratórios, museus, bibliotecas, hospitais e estabelecimentos industriais sob mandato, para tornar a aprendizagem menos teórica, mais individual e próximo das realidades profissionais”. Ele acredita que isso só poderá ser possível com o apoio oficial o que implica “[...] prosseguir

na vigorosa campanha já iniciada, visando a prevenção da injustiça de que estamos ameaçados, com a inexplicável discriminação estabelecida no projeto de lei em curso no Congresso.” (GAZETA DO POVO, 25 jan. 1950).

O parecer do último docente aconteceu em 10 de fevereiro com as observações de Algacyr Munhoz Maeder. Ele acrescentou que “[...] não se criou entre nós a mentalidade reinante nos grandes centros universitários, onde os homens de dinheiro têm como dever precípua contribuir para sua manutenção e aparelhamento. Assim, só o poderio do Estado é que será capaz de suprir em nosso meio essa acentuada deficiência.” (GAZETA DO POVO, 10 fev. 1950). Por outro lado, em tom conciliatório, ele ressaltou que: “Sem dúvida, dispomos do que é mais essencial numa Universidade – o elemento humano.” (GAZETA DO POVO, 10 fev. 1950). Contudo, em seguida, advertiu que esse elemento humano “[...] por si só não basta. Nos tempos que correm, quando as pesquisas técnicas atingem tão grande desenvolvimento, são lhes completamente indispensável entre outros, o adequado aparelhamento dos laboratórios, a ampliação de museus, bibliotecas e hospitais.” (GAZETA DO POVO, 10 fev. 1950). Por fim, arrematou ao dizer que “[...] só uma entidade poderosa, qual seja o Estado, para quem todos os tropeços são facilmente levados de vencida, é que disporá de necessária força capaz de enfrentar essas etapas complementares, que no caso seriam alcançadas pela federalização.” (GAZETA DO POVO, 10 fev. 1950).

Em matéria que circulou em 26 de janeiro de 1950, o jornal *Gazeta do Povo* trouxe a opinião dos estudantes. Conforme o periódico, “[...] vamos agora dar a palavra a mocidade universitária do Paraná. É ela que vai desfilar nestas colunas, exprimindo seu parecer sobre o grande e grave problema da federalização do nosso supremo instituto de ensino.” (GAZETA DO POVO, 26 jan. 1950). Destacando que “[...] hoje a mocidade é pragmática, é ativa e decisiva” tendo “[...] suas organizações estudantis, aí estão como modelo de ordem, eficiência, utilidade universitária e social [...] escutando-a, portanto nesse inquérito que tamanho interesse vem despertando, não trazemos de seu resultado palavra fútil”. Inicialmente, apresentou o parecer do Presidente da U.P.E, Lincoln da Cunha Pereira, que iniciou dizendo: “[...] prezado mestre e amigo’ Chocou-nos [...] a notícia da iniciativa ministerial, propondo a federalização das diversas escolas superiores do país, com a exclusão apenas da Universidade do Paraná”. Segundo Pereira, “[...] em todas as camadas sociais e em particular nos meios estudantis e culturais causou a mais clamorosa injustiça à nossa Universidade [...] flagrante injustiça ainda, para com a nossa Capital, que pela sua intensa vida cultural e estudantil constitui hoje um dos mais significativos exemplos de cidade universitária”. Ele se reportou às “[...] vibrantes palavras proferidas pelo ilustre professor

Flávio Suplicy de Lacerda, por ocasião da Assembleia Universitária de 19 de dezembro último, aclamando todos a reparação daquela grave injustiça” e que “[...] teve a mais ampla e simpática repercussão, encontrando no seio da classe universitária o mais entusiástico e decidido apoio [...]”. Em seu entendimento, “[...] a união de todos os estudantes, professores, entidades culturais e do povo, unidos todos em torno da justa e benemérita campanha [...] influiremos na decisão governamental [...].” (GAZETA DO POVO, 26 jan. 1950).

Outro parecer apresentado nessa edição foi a do Presidente do Diretório Acadêmico Nilo Cairo, acadêmico Jahir de Paula Ribeiro que disse inicialmente: “Prezado Patrício: temos em mãos vossa preciosa e oportuna carta de 31 do mês passado, que diz da enquete referente [a] federalização de nossa Universidade”. Ribeiro comentou que recebeu com muito constrangimento o esquecimento da Universidade da lista de federalização e “[...] devemos tomar inúmeras medidas”. Em sua opinião, “[...] todo paranaense deve declarar-se solidário a essa brilhante e palpitante campanha [particularmente] os acadêmicos de medicina, Farmácia e Odontologia, mais uma vez juntos aos poderes competentes.” (GAZETA DO POVO, 26 jan. 1950). Na sequência, foi publicada a opinião do acadêmico Alcides Munhoz Netto para quem “[...] oportuna e altruística é a iniciativa do Magnífico Reitor, pois a federalização se faz necessária para a elevação do nível da Universidade do Paraná” e, portanto os estudantes devem “[...] apoiar todas as campanhas que surgirem, e concorrer para que nossa representação federal apresente projetos neste sentido.” (GAZETA DO POVO, 26 jan. 1950).

Além de professores e estudantes, o inquérito foi respondido por outras personalidades paranaenses. Na edição de 9 de fevereiro de 1950, foi informado que “[...] abrimos hoje esta segunda fase de nossa enquete para o depoimento de Ivo Leão, o grande capitão da indústria de nossa terra”. Ivo Leão iniciou sua resposta dizendo: “[...] somente agora recebi a sua apreciada carta [...] que respondo”:

1) A campanha do Magnífico Reitor Dr. Flávio Lacerda para a federalização da Universidade do Paraná, julgamos uma das mais elevadas do Estado, para conseguir justo prêmio do esforço despendido pelos fundadores e atuais mestres desse nosso renomado núcleo de ensino superior. A essa Universidade deve hoje nossa capital cognominação de cidade universitária. 2) Concordamos com a orientação da ida da embaixada ao Rio Pleitear juntos aos poderes competentes a concretização dessa justa aspiração, que deve merecer apoio de nossas classes sociais, econômicas e culturais, bem como de nosso esclarecido Governo, que como sabemos está empenhado na vitória desse desideratum. (GAZETA DO POVO, 09 fev. 1950).

O jornal *Gazeta* trouxe também para falar “[...] sobre a grande causa de nossa cultura [o] presidente da Associação comercial do Paraná.” (GAZETA DO POVO, 12 fev. 1950). Epaminondas Santos disse que a federalização “[...] é uma velha aspiração de nosso povo

[...]”. Em seu entendimento “[...] surgindo do idealismo de uma plêiade de moços, a princípio como uma utopia, a Universidade do Paraná, se impôs nos círculos intelectuais e profissionais do país”. Na condição de Presidente da Associação Comercial do Paraná, Santos enfatiza que a criação da universidade foi fruto de iniciativa privada. Com isso, ele defende o quanto essa iniciativa pode fazer para a sociedade. Apesar dessa defesa, assim como a de Plínio Tourinho, Santos afirma “[...] agora que a nossa Universidade está consolidada, nada mais justo que, em benefício de nossa mocidade, e mesmo da coletividade, a União Federal a apoie, mantendo com os vastos recursos que dispõe o aparelhamento técnico de que necessita”. Ele opina que o apoio do governo federal possa “[...] proporcionar melhores meios e condições para o corpo docente desempenhar suas nobres e elevadas funções”. E, por isso, “[...] devemos lançar mão de todos os recursos morais e materiais de nosso Estado para conseguir essa grande e velha aspiração daqueles que veneram o nosso grande templo de saber.” (GAZETA DO POVO, 12 fev. 1950).

A campanha pela federalização da Universidade foi além do inquérito da *Gazeta do Povo*. A imprensa paranaense de modo geral destacou amplamente essa temática. Conforme a *Gazeta do Povo*, “[...] processa-se, em todo o Paraná, um dos movimentos mais esplendidos e empolgantes, qual seja a federalização da nossa Universidade.” (GAZETA DO POVO, 7 fev. 1950). O texto reproduziu que “[...] a iniciativa, que está centralizando as atenções das camadas culturais de nossa terra, foi o fruto da evolução natural por que passou a nossa maior casa de ensino.” (GAZETA DO POVO, 7 fev. 1950). Para o jornal, “[...] com larga repercussão, o movimento, gradativamente, foi tomando maior vulto e, em nossos dias, atinge uma fase culminante.” (GAZETA DO POVO, 7 fev. 1950). Com relação a Moyses Lupion, este enfatizou que “[...] o Governador [...], que sempre evidenciou [...] respeito à nossa cultura [...] irá chefiar a delegação formada pelo magnífico Reitor [...] que irá ao Rio de Janeiro, entregar um memorial ao Presidente da República, solicitando a federalização”. Conforme o periódico, na capital Federal “[...] o Governador Lupion vai advogar uma causa do Paraná e que fará com que nos situemos, mais ainda, em lugar de preeminência no cenário do país, como um Estado que preza que tudo faz pela cultura de seus filhos.” (GAZETA DO POVO, 7 fev. 1950).

O Jornal *O Dia* informou que já se encontra no Rio de Janeiro a comitiva formada pelo Governador e professores da Universidade do Paraná (O DIA, 9 fev. 1950). Segundo esse periódico, na capital do Brasil “[...] o Sr. Moyses Lupion [recebeu] a visita da delegação dos professores paranaenses chefiadas pelo professor Flávio Suplicy de Lacerda [...] em embaixada liderada pelo próprio Governador daquele Estado, tratar da Federalização da

Universidade do Paraná. (GAZETA DO POVO, 7 fev. 1950). Pelo discurso desse jornal, governador e professores estiveram em conversa com o Ministro da Educação Clemente Mariani. Nessa conversa “[...] foi tratado da federalização da Universidade do Paraná”. O Ministro disse “[...] já estar a par das justas reivindicações do Paraná, adiantando ainda que daria seu parecer favorável ao memorial entregue ao Sr. Presidente Eurico Gaspar Dutra.” (GAZETA DO POVO, 7 fev. 1950). O jornal anunciou que “[...] amanhã, acompanhado da delegação paranaense, deputados e senadores da bancada do Paraná, o Senhor Moysés Lupion seguirá a Petrópolis a fim de tratar com o Presidente da República da Federalização da Universidade do Paraná.” (GAZETA DO POVO, 7 fev. 1950).

A respeito desse assunto, a *Gazeta* deu a seguinte informação: “*Momento culminante da federalização: hoje às 15 horas o presidente da República dará solução definitiva.*” (GAZETA DO POVO, 9 fev. 1950). Conforme o jornal, esse “[...] assunto que vem empolgando nossa terra é, sem dúvida, esse que diz respeito a uma das nossas mais justas reivindicações a da federalização da Universidade do Paraná”. Dada a importância dessa campanha e apelação feita pelo reitor Flávio Suplicy, o jornal considerou que os reflexos dessa campanha “[...] se estendem por todo o Paraná, e seus reflexos ultrapassam nossas fronteiras, para alcançar a mais simpática repercussão em todo o Brasil”. A dimensão nacional é destacada pelo jornal ao noticiar que “[...] a federalização venceu nossas fronteiras, estamos na etapa final dessa jornada gloriosa para nossa terra e nossa gente.”. O jornal reforçou que o Governador Lupion acompanhado dos deputados Lauro Lopes, Gomy Junior, Arthur Santos⁶⁹, Brasil Pinheiro Machado e Aramis Athayde, bem como o Dr. Pedro Calmon, recebidos às 14 h 00 min, em audiência especial pelo Ministro Clemente Mariani, advogariam a causa junto ao Presidente Dutra.

A acolhida da comitiva paranaense pelo Presidente Dutra foi coberta pela *Gazeta* na edição de 10 de fevereiro de 1950. O jornal *O Dia*, a exemplo da *Gazeta*, deu cobertura às ações desenvolvidas pela comitiva paranaense da Universidade relacionada à federalização, destacando o almoço oferecido pelo Governador Moysés Lupion à embaixada paranaense articulada em torno da federalização. Conforme o periódico, falou o deputado Laertes Munhoz, líder da U.D.N. na Assembleia Legislativa daquele Estado, que entre outras coisas declarou: “O Governador Moyses Lupion rasgou o tabu da timidez paranaense”. De acordo com o deputado, “[...] entrou para a Universidade como um dos seus grandes beneméritos” e

⁶⁹ Professor de Economia Política da Universidade do Paraná; em 1947 foi eleito para o Senado Federal na coligação UDN-PSB-PTB-PRP. Este mandato encerrou-se em 1951 e tão logo saiu do Senado, ocupou uma cadeira na Câmara, como deputado federal, pois ganhou uma vaga nas eleições de 1951 e ocupou o cargo de 1951 a 1955.

“pondo de lado todas as dissensões pessoais e políticas abriu os braços para recolher os filhos do Paraná, para acalentar a efetivação de um sonho de todos os paranaenses.” (O DIA, 10 fev. 1950). Na mesma edição, esse jornal noticiou que autoridades paranaenses foram “[...] apanhados no Ministério da Educação, quando a delegação paranaense era recebida pelo Ministro Clemente Mariani”. Em relação a esse encontro, o jornal fez essa descrição:

Vê-se o Governador Lupion ladeado pelo titular daquela pasta, pelo professor Pedro Calmon, Reitor da Universidade do Brasil, Senador Arthur Santos, deputados federais Lauro Lopes, Brasil Pinheiro Machado e Gomy Junior; Deputado Estadual Laertes Munhoz, Cel. Francisco de Paulo Soares, secretário da Universidade do Paraná; professor Eurípides Garcez do Nascimento, diretor da Faculdade de Medicina; professor Ernani Cartaxo, secretário da Faculdade de Direito; professor Loureiro Fernandes, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; professor Homero Batista de Barros. (O DIA, 10 fev. 1950).

Em resposta à aclamação da comitiva paranaense, o jornal *O Dia* divulgou em primeira página: *Mensagem ao Congresso*. (O DIA, 10 fev. 1950). Pelo discurso do jornal, “[...] o Presidente Dutra declarou estar entusiasmado com o que verificou no Paraná há dois anos e disse que remeteria a mensagem ao Congresso Nacional solicitando efetivação dessa justa aspiração do povo paranaense”. O jornal concluiu dizendo que “[...] o Presidente deixou o Ministro da Educação Clemente Mariani encarregado de preparar a mensagem a ser remetida ao Congresso”. A *federalização da Universidade* foi o enfoque final dessa edição. Conforme o jornal: “[...] mal surgida [...] a alvorada redentora da federalização da Universidade [...] as forças, outrora dispersas, do espírito pujante de nossa gente desapareceram, dando lugar a um conjunto de esforços, calcados na mais funda capacidade de fé [...]” (O DIA, 10 fev. 1950). No entendimento do jornal, foi uma campanha em que “[...] por força dos fatos, como condutores de nossa vida, quer político-administrativa, quer cultural ou econômica – todos responderam, à uma só voz, ao apelo que o Paraná lhes fez, em benefício do seu futuro e em honra de seu passado.” (O DIA, 10 fev. 1950). Encerrou-se dizendo que “[...] a marcha da federalização [...] passou a ser a marcha de todos, de todos nós dignos que nos devemos mostrar de esperança em nós depositada por nossa terra, nessa batalha pela conquista de mais uma de suas grandes reivindicações”. Na edição de 11 de fevereiro, *O Dia* transcreveu o telegrama do Governador Moyses Lupion:

Como paranaense que procura ressaltar cada vez mais a sua terra para melhor servir ao Brasil, tenho a satisfação de comunicar ao meu caro companheiro que o Senhor Presidente da República, ratificando o que me havia prometido na primeira entrevista particular, na audiência especial de hoje, no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, perante a Comissão Universitária que apresentou oficialmente o memorial, homologou a Federalização da Universidade do Paraná, tendo autorizado o seu Ministro da Educação e Saúde a elaborar a mensagem e o anteprojeto de lei

para atender, ainda neste ano, essa justa aspiração dos paranaenses. Tudo por uma Paraná maior. Moyses Lupion, Governador. (O DIA, 11 fev. 1950).

O jornal *Gazeta do Povo* deu o seguinte destaque em torno da federalização: *Vitória esplêndida e honrosa do Paraná: acolhida pelo presidente da República o pleito de federalização*. (GAZETA DO POVO, 10 fev. 1950). Conforme esse periódico, a comitiva formada por autoridades paranaenses foi recebida pelo Presidente Dutra. Na ocasião, “[...] o Dr. Flávio Suplicy de Lacerda, apresentando e justificando o memorial com o pedido de federalização de nossa Universidade.” (GAZETA DO POVO, 10 fev. 1950). Em resposta à solicitação de Suplicy: “S. Excia., o Presidente Eurico Gaspar Dutra, [...] disse que remeteria uma mensagem ao Congresso Nacional, solicitando efetivação dessa justa aspiração dos paranaenses”. O mesmo periódico paranaense repercutiu a ação integrada do grupo da UP e de representantes políticos paranaenses junto ao governo federal que se consubstanciou no encaminhamento de anteprojeto de federalização da Universidade. A repercussão dessa notícia soou como vitória da própria campanha. Pelo discurso do jornal:

O Paraná recebeu com a sensação eufórica de uma grande vitória a auspiciosa notícia de a nossa fulgurante embaixada, - a embaixada do próprio Paraná, - chefiada pelo Governador Moyses Lupion e integrada por equipes de docentes, - estes dos mais categorizados e de discentes, feitas essa de presidentes de todas as entidades estudantis, todas da Universidade, ter obtido promessa formal do Presidente Dutra e do Ministro Mariani, titular da Educação da próxima remessa ao Congresso de um anteprojeto de federalização. [...] Lá perante as altas autoridades da República, não apareceu apenas o chefe do Executivo, ou o chefe de um partido, porém se deparou o Paraná coeso, uno, maciço, através dos representantes faz suas mais poderosas correntes políticas e dum escol do mais alto magistério da terra dos pinheirais liderado pela personalidade irradiante de S. magnificência, o Dr. Flávio Lacerda, Reitor da Universidade do Paraná. [...]. Deixemos dissídios e competições pelos domínios de intramuros. Lá fora, toda vez que a circunstância o exigirem apareçamos como um bloco indestrutível. **Aliás, esse foi o elevado pensamento que nos levou ao empreendimento e realização dessa enquête cujo influxo sobre o triunfo nesta etapa foi decisiva, procurando precisamente provar através da palavra de personalidades destacadas a unidade de opinião em torno de um problema posto no cartaz em termos de um problema do Paraná e até do Brasil.** E essa a razão porque trouxemos o pronunciamento de mestres, alunos, líderes industriais. (GAZETA DO POVO, 12 fev. 1950, grifo nosso).

Na edição de 14 de fevereiro, a *Gazeta do Povo* decretou entre a opinião pública paranaense o tom de vitória sobre a campanha de federalização, explicitando que o “[...] objetivo da grande campanha que empolga o espírito de nossa gente, já se mostra como conquista feita [...]”. Depositou-se essa vitória à viagem à capital da República “[...] da delegação que representou junto aos mais altos Poderes da União, a mais alta reivindicação em que se empenha nosso Estado, nos dias que correm.” (GAZETA DO POVO, 14 fev. 1950). Na continuidade, o jornal procurou ouvir representantes da comitiva que esteve na Capital Federal, empenhada à grande causa. Iniciou-se entrevistando o reitor da Universidade

Flávio Suplicy, o qual afirmou que “[...] relativamente ao retumbante sucesso da nossa viagem ao Rio nada mais de adiantar porque os jornais paranaenses publicaram tudo que a reitoria da Universidade pede a todos os paranaenses, nesta grande e extraordinária campanha em que o Paraná se uniu numa só vontade.” (GAZETA DO POVO, 14 fev. 1950). O professor Eurípedes Garcez do Nascimento, Diretor da Faculdade de Medicina, foi o segundo entrevistado que se pronunciou dizendo que “[...] há vários aspectos dignos de notas, com respeito a delegação paranaense, junto a Presidência da República e ao Ministro da Educação.” (GAZETA DO POVO, 14 fev. 1950). Para Garcez, “[...] o Governador Lupion com sua inteligência e prestígio constituiu-se o que pode chamar-se alma de tudo.” (GAZETA DO POVO, 14 fev. 1950). Ele destacou o papel dos políticos paranaenses e concluiu dizendo que foi “[...] uma grande jornada, e mais uma oportunidade para os homens do Paraná se unirem, à volta de um ideal coletivo.” (GAZETA DO POVO, 14 fev. 1950). Outro entrevistado foi Loureiro Fernandes, professor da Faculdade de Filosofia. Ele declarou “[...] que o objetivo da campanha federalizadora foi amplamente conseguido.” (GAZETA DO POVO, 14 fev. 1950). Essa conquista no entendimento de Fernandes deveu-se a maneira inteligente como o Magnífico reitor conduziu a questão. Para ele, a iniciativa do reitor “[...] lançada na Assembleia Universitária de 19 de dezembro último, apelando ao Governador e ao povo paranaense para juntos unirem seus esforços, foi o segredo do êxito alcançado.” (GAZETA DO POVO, 14 fev. 1950). Ainda, para Fernandes, o Governo e o povo do Paraná atenderam ao apelo feito por Suplicy.

Percebemos que, na transcrição do inquérito sobre a federalização, o jornal *Gazeta do Povo* procurou fazer com que as posições dos inqueridos estabelecessem um efeito de sentido homogêneo, pois asseverou que “[...] os depoimentos que hoje começamos a publicar trazem a marca comovedora da unanimidade de opinião sobre aquela apaixonante causa por cuja integral vitória todos os paranaenses devem lutar devotadamente.” (GAZETA DO POVO, 15 jan. 1950). Essa causa pode ser observada no que se refere à introdução das respostas, cuja maioria dos inqueridos reportava-se a exceção feita à Universidade do Paraná, na lista de federalização, posição esta adotada por Raul Gomes em texto introdutório do inquérito. De modo geral, os conteúdos dos pareceres são favoráveis ao processo de federalização, estabelecendo-se um pequeno sentido de confronto em relação à posição de Plínio Tourinho e, no final, a do Presidente da Associação Comercial do Paraná que apoiavam a causa por força das circunstâncias, mesmo acreditando no potencial da iniciativa privada para gestar o ensino superior paranaense. Nesses termos, é possível perceber a existência de duas fases do inquérito, isto é, a primeira seria aquela que contemplou a comunidade

acadêmica e a segunda a que compreendeu a opinião de representantes da indústria e do comércio. Essa divisão segue uma distribuição por edições, pois entre 15 de janeiro e 9 de fevereiro de 1950, apenas docentes e discentes tinham publicados. Nas edições do dia 9 e 10 de fevereiro, foram publicados os pareceres dos dois representantes externos ao mundo acadêmico. Não obstante, em nossa análise, é possível identificar três momentos do processo do inquérito: 1) afirmação da federalização, cuja publicação estaria contemplada nas edições de 15 a 19 de janeiro. 2) ponderação ou advertência à federalização, representado pela posição de Plínio Tourinho e publicado em 19 de janeiro. 3) reafirmação e confrontação a ponderação, ganhando repercussão nas edições de 19 de janeiro a 14 de fevereiro. Por outro lado, ao mesmo tempo que o inquérito era reproduzido no jornal *Gazeta do Povo*, a imprensa paranaense, de modo geral, repercutiu a comitiva integrando o campo acadêmico e político do Estado do Paraná liderada por Flávio Suplicy e Moyses Lupion, respectivamente.

Na matéria *Mais um capítulo sobre a federalização da Universidade*, estampada em primeira página do *Diário da Tarde* (DIARIO DA TARDE, 11 mar. 1950), o periódico criticava que “[...] os jornais governistas até hoje comemoram o sucesso da caravana que o Sr. Moyses Lupion levou ao Rio de Janeiro para tratar do assunto da federalização da nossa Universidade.” (DIARIO DA TARDE, 11 mar. 1950). Segundo esse jornal, é “[...] muito justo [...] destacar o empenho dos ilustres paranaenses que em conjunto com o Governador foram [à] capital da República pleitear um direito que é nosso, de se ver federalizada a Universidade do Paraná.” (DIARIO DA TARDE, 11 mar. 1950). Entretanto, lamentou-se “[...] esquecer a atuação do Senador Arthur Santos. Sem dúvida, eminente Senador paranaense que aderiu em silêncio, não proclamando aos quatro ventos os esforços que despendeu em favor da nossa Universidade”. O mesmo periódico, em matéria reproduzida em 20 de março, anunciou que foi *Apresentada a emenda pela Federalização da Universidade do Paraná*. (DIARIO DA TARDE, 20 mar. 1950). Essa emenda, conforme *Diário da Tarde*, foi apresentada pelo Senador Arthur Santos que enviou o telegrama seguinte ao referido jornal: “Roberto Barrozo – *Diário da Tarde* – comunico prezado amigo que acabo de apresentar no Senado emenda federalizando a Universidade do Paraná de acordo com a mensagem presidencial. Congratulações. Abraços – Arthur Santos” (DIARIO DA TARDE, 20 mar. 1950).

A imprensa paranaense atendeu ao apelo pela federalização da Universidade do Paraná, lançando por Flávio Suplicy em forma de campanha e, além de informar, trouxe para debate professores, alunos e políticos. Essa luta conjunta em torno da temática consubstanciou a vitória conquistada em torno da federalização e divulgada de forma conclusiva pela

imprensa paranaense. Entretanto, no calor da empolgação, redirecionamentos políticos são percebidos em nível federal e cujos debates tomam a atenção da imprensa paranaense que passa a enfatizar os rumos da política nacional e da própria Universidade. Término do mandato do presidente da República. (GAZETA DO POVO, 15 fev. 1950). Prorrogação do mandato do Presidente Dutra. (GAZETA DO POVO, 2 mar. 1950). Posse do novo Ministro da Educação. O Sr. Eduardo Rios Filho. (GAZETA DO POVO, 4 jul. 1950). Eleita a nova reitoria da Universidade. (GAZETA DO POVO, 6 jul. 1950). Desse modo, o tema da federalização passa a ser debatido pela imprensa com menos intensidade.

Algum tempo depois, o *Diário da Tarde* destacou a *Brilhante vitória do Senador Arthur Santos*. (DIARIO DA TARDE, 9 jun. 1950). No texto, o jornal enfatizou que o Governo Federal mandou mensagem à Câmara Federal, instituindo o Sistema Federal de Ensino Superior. Constou-se ainda na notícia que “[...] essa mensagem no Senado recebeu sessenta e cinco emendas, tornando-se por isso impossível a sua aprovação”. A aprovação só aconteceu devido ao “[...] ilustre Senador Paranaense, Arthur Santos, que havia apresentado também uma emenda, no sentido de incluir a Universidade do Paraná, tomou a si o patriótico encargo de refundir tudo num substitutivo”, e “[...] relatado na Comissão de Justiça, recebeu, não só aprovação unânime, como entusiásticos aplausos de todo o Senado da República.” O jornal finalizou afirmando que “[...] a notícia repercutiu, no Paraná, com a mais justa intensidade, principalmente na nossa Universidade”.

Essa notícia repercutiu também na *Gazeta* ao destacar que “[...] é certa a aprovação da redação final do projeto de federalização da Universidade do Paraná.” (GAZETA DO POVO, 22 ago. 1950). Segundo o periódico, “[...] os trabalhos nesse sentido já foram ultimados e espera-se para semana em curso, a aprovação tão ansiosamente aguardada pelos integrantes de um dos maiores núcleos universitários do Brasil, a Cidade de Curitiba, onde está localizada a tradicional Universidade do Paraná”. A votação do referido projeto, entretanto, foi anunciada em matéria que circulou na *Gazeta* na edição de 22 de novembro de 1950. De acordo com o jornal, “[...] na Câmara dos Deputados, foi votado o projeto de lei que federaliza a nossa Universidade.” (GAZETA DO POVO, 22 ago. 1950). Em um longo texto, o jornal, além de relembrar a ação dos fundadores da Universidade do Paraná, destacou a luta do reitor Flávio Suplicy:

[...] os meios paranaenses foram movimentados por uma campanha, nascida do entusiasmo paranista e construtivo de eminentes personalidades dentre as quais cumpre ressaltar a figura marcante do professor Flávio Suplicy de Lacerda, seu Magnífico Reitor dirigida no sentido de que se conseguisse a federalização de nossa Universidade. Esse movimento enxergado por todos como cruzada redentora de

nossa vida cultural e reivindicadora de um direito que não poderia ser negado, encontrou profunda repercussão, em todos os setores da sociedade paranaense. O Poder Público representado pela ação dinâmica e bem orientada do eminente Governador Moyses Lupion aliou-se a iniciativa de nossas entidades culturais em favor do reconhecimento de nossa Universidade como estabelecimento Federal de Ensino Superior. A reivindicação do Paraná recebida com grande simpatia pelas mais altas autoridades federais à frente das quais se destaca o ilustre Eurico Gaspar Dutra transformou-se em projeto de lei, correndo os tramites legais. Ontem finalmente debatido no plenário da Câmara baixa de nosso Parlamento foi aprovado o referido projeto, restando apenas ser aposta a sanção presidencial. (GAZETA DO POVO, 22 nov. 1950).

Nessa mesma edição a *Gazeta* informou que a votação foi encaminhada pelo deputado Brasil Pinheiro Machado, “[...] um dos parlamentares de nossa bancada que mais se dedicaram em favor da federalização e quando Interventor Federal no Paraná já demonstrou o carinho que lhe mereciam os problemas de nosso Ensino Superior.” (GAZETA DO POVO, 22 nov. 1950). O jornal concluiu dizendo que “[...] estamos, pois de parabéns, o Governo, o povo, o magistério, a classe universitária, o Paraná, por mais essa vitória conseguida por nós em favor da preservação e ampliação de nosso acervo de cultura [...]” (GAZETA DO POVO, 22 nov. 1950).

A aprovação do projeto de federalização foi destacada também pelo jornal *O Dia*. (O DIA, 22 nov. 1950). Esse mesmo periódico divulgou, em primeira mão, que “[...] em data de ontem, o Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, sancionou a lei que institui no país o Sistema Federal de Ensino Superior, pela qual são federalizados todos os órgãos integrantes da Universidade do Paraná.” (O DIA, 6 dez. 1950). Esse periódico enfatizou que “[...] essa grande vitória alcançada pelo nosso povo muito deve ao atual governo que deu o mais decidido apoio a tão importante causa [...]” Rememorou-se que “[...] há precisamente um ano atrás, teve início num movimento que nossos parlamentares, universitários e professores da Universidade do Paraná manifestaram o maior interesse pela consecução dessa medida” que, com apoio decisivo do Governo do Estado, deram ao “[...] Paraná com o empolgante êxito alcançado, depois de uma campanha que de todos recebeu incondicional cooperação.” (O DIA, 6 dez. 1950).

Em nota *Federalização*, a *Gazeta do Povo* também informou que “[...] foi sancionada pelo ilustre consolidador da democracia brasileira, Presidente Eurico Gaspar Dutra, a lei, que federalizou a Universidade do Paraná.” (GAZETA DO POVO, 7 dez. 1950). O jornal informou que “[...] a cerimônia oficial da federalização será realizada no dia 19 de dezembro de 1950, uma data simbólica, que além de rememorar a data da fundação da Universidade, é um marco da campanha pro-federalização.” Na opinião da *Gazeta do Povo*:

Entregue ao Governo Federal, a Universidade do Paraná, teremos, necessariamente, os elementos essenciais a realização de uma educação completa, aliás, nem sempre possível sem a federalização, pelo fato de, por vezes, serem deficientes as doações a algumas de nossas Faculdades. [...] Imprescindível se torne lembrar, nesta hora de festas para a mocidade estudiosa, que um homem pôs se a frente desse movimento, não com intuito de receber a glória de trabalhador, mas porqueurgia o seu nome aparecer ligado ao movimento. De fato, Moyses Lupion conduziu o movimento reivindicador para o final auspicioso, não por outros motivos, senão aqueles de trabalhar pela educação, incentivar a cultura, que tem sido mercê de seu esforço, o traço todo de sua benéfica administração. A federalização encontrou em Moyses Lupion, em nossos catedráticos, nos legisladores, na classe acadêmica e no povo, os elementos que possibilitaram a sanção do projeto de lei que a regulou, assinada pelo general Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República do Brasil, para a felicidade da elite pensante paranaense. (GAZETA DO POVO, 7 dez. 1950).

A imprensa paranaense fechou essa campanha repercutindo a assembleia de federalização. *O Estado e a Universidade parecem viver as mesmas pulsações de vida.* (GAZETA DO POVO, 21 dez. 1950). Nessa edição, uma grande imagem⁷⁰ na capa destacou a festa de comemoração do aniversário de emancipação do Estado do Paraná, com ênfase à federalização da Universidade. Ao mesmo tempo, reproduziu o discurso do Governador, o mesmo que foi transcrito no jornal *O Dia*:

Hoje, não se vive no Paraná em qualquer lugar, qualquer momento, longe da influência e dos benefícios de nossa Universidade. As casas onde estão os nossos lares foram projetadas e construídas pelos vossos alunos, as nossas ruas, as nossas cidades e os nossos caminhos foram planejados por eles, a sorte de nossos direitos entregamo-los às mãos dos que saíram de vossos bancos, e a nossa saúde e educação de nossos filhos, e o jornalismo e a vida política, a vida diária, enfim, estão frequentados por eles, estão presentes com a presença da inteligência disciplinada, em toda nossa vida coletiva. (O DIA, 21 dez. 1950).

Em matéria que circulou na edição de 21 de dezembro, a *Gazeta do Povo* enfatizou o dia do Paraná e, particularmente, a sessão solene da Assembleia da Universidade do Paraná, cujo objetivo foi a comemoração do 38º aniversário da instituição de ensino: “[...] teve, este ano, um brilho novo pela importância de que se revestiu.” (GAZETA DO POVO, 21 dez. 1950). Segundo o jornal, “[...] além de assinalar a passagem do 38º aniversário de fundação de nosso Instituto de ensino superior, a magna Assembleia festejou a federalização da Universidade do Paraná e homenageou três de seus grandes benfeitores: Moyses Lupion, professor Clemente Mariani e Dr. Brasil Pinheiro Machado”. Sobre Moyses Lupion, o discurso do jornal enfatizou que “[...] durante toda a sua gestão, à frente do Executivo Estadual, prestigiou, amparou e beneficiou nossa Universidade de maneira ainda inédita, na História administrativa do Paraná”. Em relação a Clemente Mariani, o jornal referenciou que, “[...] quando na pasta da Educação e Saúde, do Governo da República, foi o advogado, junto

⁷⁰ Imagem no Anexo B na página 303.

ao General Eurico Gaspar Dutra, dos interesses paranaenses, em prol da federalização da Universidade do Paraná”. Quanto a Brasil Pinheiro Machado, o jornal destacou que foi “[...] o deputado Federal, quando Interventor Federal no Estado, tornou-se merecedor das homenagens que lhe foram prestadas, por haver possibilitado a reestruturação de nossas escolas superiores, dentro do primeiro sistema de Universidade”. O jornal informou que a sessão solene foi presidida pelo reitor Flávio Suplicy. O professor Ernani Guarita Cartaxo “[...] analisou a importância e justiça do ato que federalizou a Universidade do Paraná, bem como ressaltou os relevantes serviços prestados, pelos eminentes homenageados, ao ensino superior do Paraná”. O Governador Moyses Lupion, “[...] interpretando seu agradecimento, pela honra da homenagem recebida e focalizando a influência civilizadora e impulsionadora do progresso, exercida pela Universidade, na vida coletiva do Paraná.” Clemente Mariani “[...] pôs em destaque as legitimidade das tradições Universitárias paranaenses e o direito inegável que tinha nossa Universidade de receber os benefícios de sua federalização”. A *Gazeta do Povo* encerrou a campanha pela federalização com discurso de Flávio Suplicy, na Assembleia formal de federalização:

Durante a sessão da Assembleia Universitária realizada em 19 de dezembro do ano passado, conclamávamos a gente do Paraná a cerrar fileiras com a sua Universidade para a batalha da federalização que iríamos travar. Convocamos, então, para ela, os melhores esforços do Governo Estadual, das nossas associações científicas e culturais, da certeza de que de pronto estariam ao nosso lado. E acrescentávamos: “e oxalá a próxima Assembléia Universitária possamos comemorar a efetivação de tão justo anseio, em benefício do Ensino Superior do Brasil, e hoje aqui estamos, senhores professores, após um longo e espinhoso ano de trabalhos intensos pela vitória da nossa causa, para comemorar, festiva e solenemente, a lei que federaliza a Universidade do Paraná, promulgada em oito deste mês. **A campanha iniciada no dia do Paraná foi a de maior vulto já verificada no Estado, e nela se empenharam, em poucos dias, todos os órgãos da opinião pública, as associações, as bancadas legislativas, os professores, o povo, o Governo, numa estupenda unanimidade de pensamento e de ação, provando que a Universidade, havia de fato, chegado com excelsas glórias ao final de sua primeira fase, que constitui a mais vigorosa afirmação da iniciativa particular do Brasil e que podia reclamar dos poderes públicos federais o direito, que tínhamos e indiscutível, de continuarmos o caminho traçado do nosso devotamento ao Ensino Superior no Brasil.** Não fomos bater a porta do Governo Federal como pedintes, em como pretendentes a uma carga a mais nos orçamentos da União. Fomos, num estilo novo de discutir problemas nacionais, expor a nossa real situação, levando, como credenciais 38 anos de devotamento, de sacrifícios, como um lastro ponderável de tradições de cultura, e com um brilhante patrimônio moral, intelectual e material, que nós fizemos sem o auxílio de ninguém, e foi isso que o Governo Federal compreendeu, de imediato, estando na Presidência da República o General Eurico Gaspar Dutra, hoje membro dessa Assembléia, o Ministro da Educação e insigne professor Clemente Mariani, que deixou marcada naquela pasta o sinal profundo da sua cultura e dos seu patriotismo e que hoje **inscreve, com o Governador Moyses Lupion, que presidiu a comissão paranaense pela Federalização, entre os beneméritos da Universidade do Paraná, ao lado do professor Brasil Pinheiro Machado, que foi o mais forte estilo da reestruturação.** (GAZETA DO POVO, 22 dez. 1950, grifo nosso).

Nas páginas da imprensa paranaense, é possível perceber o efeito de sentido produzido a respeito do processo de federalização da Universidade do Paraná. Podemos afirmar que os jornais do Estado atenderam ao apelo lançado por Flávio Suplicy e encaminharam uma campanha em torno da temática, trazendo para a cena professores, políticos do Paraná e outros personagens. Na *Gazeta do Povo*, essa cobertura ganhou espaço com a publicação do lançamento da federalização no final de dezembro de 1949, assim como com a organização do Inquérito entre janeiro e fevereiro de 1950 e a repercussão da efetivação da estatização da UP em dezembro do mesmo ano. De modo geral, a imprensa do Estado do Paraná não demonstrou oposição aos representantes políticos e docentes da UP. Pelo contrário, promoveu discursos elogiosos, enaltecendo as trajetórias de políticos como Brasil Pinheiro Machado, Moysés Lupion, Flávio Suplicy e o próprio Presidente Eurico Gaspar Dutra. Além disso, estabeleceu uma linha interpretativa favorável à federalização, criando um sentido de homogeneidade entre a comunidade acadêmica. Não obstante, é preciso relativizar essa homogeneidade, uma vez que Plínio Tourinho e o presidente da Associação, ainda que partidários do consenso, não eram totalmente favoráveis à federalização. É relevante, sobretudo, destacar o não posicionamento público de Victor do Amaral, considerado um dos principais expoentes da criação e manutenção da UP, embora ele tenha se feito presente à sessão solene que oficializou a federalização. Sem dúvida que a federalização tem relação orgânica com a ação da comunidade acadêmica e do grupo político, pois pactuamos com a hipótese de Gramsci (2006, p. 53) de que “[...] não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual”. Aqui reside o elemento central que inscreve esta tese no campo da História Intelectual, cuja preocupação consiste em reconstituir as estratégias do grupo envolvido com a federalização da UP, bem como problematizar o lugar desses indivíduos na conjuntura da década de 1940, articulada à atuação de intelectuais em diferentes momentos, particularmente no período de fundação (1912), restauração (1946) e federalização (1950). Esse aspecto constitutivo, atrelada ao campo universitário, possibilita visualizar vários atores lutando pela mesma causa.

A imprensa paranaense cobriu a campanha pela federalização da Universidade desde o início até o final. Estabeleceu uma relação entre quatro esferas sociais: professores, estudantes, jornalistas e políticos do Paraná. Nessa relação, percebe-se uma fronteira viva entre o campo político, campo acadêmico e o campo da imprensa. A função do campo da imprensa deu-se no sentido de articular e ao mesmo tempo unificar a luta em torno da federalização. Desse modo, uma campanha lançada pelo reitor Flávio Suplicy ganhou a opinião pública nos jornais, especialmente na *Gazeta do Povo*, ao lançar um inquérito sobre a

federalização. Dessa campanha, evidencia-se significativa notoriedade e reconhecimento a Flávio Suplicy que extrapolou o ambiente universitário e refletiu no campo acadêmico em uma significativa dominação no campo do poder. No entendimento de Bourdieu (2011a, p. 51), “[...] dar ao indivíduo ou a um grupo o nome que ele dá (O Imperador, a nobreza), é *reconhecê-lo*, aceitá-lo como dominante, admitir seu ponto de vista, aceitar em tomar dele o ponto de vista de perfeita coincidência que ele toma sobre si mesmo”. Por outro lado, “[...] também dar outro nome, o nome que lhe dão os outros e principalmente seus inimigos e que ele recusa como insulto, calúnia, difamação (O Usurpador).” (BOURDIEU, 2011a, p. 51). Nessas condições, para Bourdieu, o nome tem força no sentido de valor, visibilidade, poder. Esse poder de reconhecimento pode ser positivo (um reitor empreendedor) ou negativo (autoritário, inconsequente, manipulador). Aos olhos do Conselho e da imprensa paranaense, parece que “reitor” no melhor sentido do termo foi o que prevaleceu.

Flávio Suplicy saiu da Faculdade de Engenharia, e, posteriormente (1938), em paralelo à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, para o campo político do Paraná. Dessas duas Faculdades advém o seu mais significativo capital social: Plínio Tourinho da Faculdade de Engenharia e Brasil Pinheiro Machado, da última Faculdade. A partir desses dois, mesmo sem representar um capital simbólico significativo em termos universitários, a transição do cargo de vice-reitor ao de reitor lhe garantiu um considerável capital simbólico, ou seja, “[...] crédito (no sentido ao mesmo tempo, de crença e de confiança concedida antecipadamente) posto à disposição de um agente pela adesão de outros agentes, que lhe reconhecem essa ou aquela propriedade valorizante.” (BONNEWITZ, 2003, p. 103). E essa investitura de Flávio Suplicy no campo do poder acadêmico possibilitou a ele “[...] ser reconhecido pelos outros, de adquirir importância, visibilidade.” (BONNEWITZ, 2003, p. 103). Segundo Patrice Bonnewitz (2003), “[...] essa visibilidade social repousa sobre o nome de família [...], sobre a nacionalidade, a profissão, a religião [...] filiações que fornecem rótulos, etiquetas para os indivíduos.” (BONNEWITZ, 2003, p. 103). Mais do que isso, “[...] existir socialmente é, essencialmente, ser percebido, isto é, fazer com que sejam reconhecidas tão positivamente quanto possível as suas propriedades distintivas.” (BONNEWITZ, 2003, p. 103). Para o autor, “[...] se, num campo dado, um agente conseguir dar a outros a representação convincente do capital que afirma possuir, poderá chegar a tirar proveitos reais de propriedades imaginárias.” (BONNEWITZ, 2003, p. 103). Essa ação “[...] supõe que os agentes dominantes devam construir uma reputação, isto é, acumular capital simbólico, fazendo com que se creia em seus méritos.” (BONNEWITZ, 2003, p. 103). Desse modo:

Eles constroem o seu carisma, que só existe a medida que os dominados, confirmam propriedades específicas e valorizadas ao dominante; o poder carismático, conferido a indivíduos supostamente dotados de qualidades especiais que lhe assegurem uma irradiação social excepcional, está baseado numa delegação de poder dos dominados em benefício do dominante, que só faz exercer sobre aqueles o poder que eles próprios depositaram em suas mãos. É isso que explica o fato de que inúmeros indivíduos, dotados inicialmente de talentos comuns, mais bem servidos pelas circunstâncias e eventualmente por eficientes e zelosos auxiliares (dos quais a mídia representa hoje a forma mais eficaz) tenham conseguido chegar, num terreno ou outro, a posições de poder sem nenhuma relação com as suas competências efetivas. (BONNEWITZ, 2003, p. 104).

Olhando para essa definição de Bonnewitz, Flávio Suplicy conquistou prestígio imensurável em muitos aspectos, tornou-se carismático entre o corpo docente da Universidade e autoridades políticas do Paraná, o que lhe possibilitou ocupar a reitoria da Universidade por gestões sucessivas. Esse aspecto resulta ainda nas configurações esboçadas na obra *Homo Academicus* (BOURDIEU, 2011a). Como evidenciamos, na introdução desse capítulo, na referida obra, Bourdieu analisa o que ele chama de conflitos entre as Faculdades. Na realidade, podemos dizer um conflito simbólico, mas que, em termos práticos, mapeia ou permite visualizar o papel de cada Faculdade e suas relações de poder no campo acadêmico por uma ordem hierárquica, assim constituída na Universidade do Paraná: Medicina, Direito, Engenharia e Filosofia. Nessa relação hierárquica, Bourdieu considera, acima de tudo, a distribuição de capitais: capital econômico, cultural, científico, intelectual, político e social, que determina, entre outros aspectos, a relação entre Faculdades dominantes e Faculdades dominadas. Essa distinção (dominante e dominado), na avaliação do autor, pode ser definida pelas Faculdades cientificamente dominantes, mas socialmente dominadas e por aquelas cientificamente dominadas, mas social e politicamente dominantes. Nessas condições, Flávio Suplicy possuía capital cultural herdado e acumulado, um incipiente capital político, mas, sobretudo, um considerável capital social, que lhe deram condições de acumular, no interior do campo universitário, funções de poder na esfera do poder político/acadêmico que lhe deram reconhecimento e permitiram dominar esse campo por sucessivas administrações. Foi o que percebemos na campanha pela federalização. Flávio Suplicy unindo-se a políticos, jornalistas e docentes da Universidade em torno da causa da federalização. Essas estratégias em torno do objetivo a serem alcançados garantiram a ele prestígio e reconhecimento que consubstanciam em domínio no campo do poder universitário, aspecto que será estudado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

REITOR FLÁVIO SUPLYCY DE LACERDA: DOMÍNIO NO CAMPO ACADÊMICO E A MODERNIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO PARANÁ

‘Uma caminhada, por maior que seja, é iniciada com um simples passo’ e percebi que ‘todas as coisas difíceis tem a sua origem naquilo que é fácil’. Olhei, então, o passado e a tradição da nossa Universidade e compreendi que ‘jamais haveriam as grandes coisas se não as pequenas.’ (LACERDA, 1971, p. 29- 30).

Observamos no terceiro capítulo as relações sociais e políticas que definiram a constituição do poder na Universidade do Paraná. Dessa análise tiramos conclusões generalizadas, definindo como lógica a indicação de Victor Ferreira do Amaral e João Ribeiro de Macedo Filho para reitor, entre 1946 e 1949, dada a singularidade da trajetória dessas personalidades que participaram ativamente da sua fundação e tiveram atuação incontestada na luta pela restauração. E quanto a Flávio Suplicy? Ainda que tivesse uma posição sólida na Faculdade de Engenharia do Paraná, tivesse se destacado como engenheiro de vários empreendimentos e participação no campo político paranaense, não havia tido ainda notoriedade significativa no campo acadêmico e, até mesmo, político do Estado do Paraná. Contudo, o fato é que com a morte do reitor João Ribeiro de Macedo, em pleno mandato (4 de agosto de 1949), Flávio Suplicy assumiu a direção da Universidade do Paraná, dando continuidade à gestão do reitor falecido, sendo depois eleito reitor, de forma contínua e por vários anos.

Conforme Bourdieu (2011a, p. 119), “[...] uma vez realizada a acumulação inicial, não resta mais nada senão gerir racionalmente as aquisições”. No entendimento desse autor, o capital universitário toma tempo e manifesta aos agentes em uma carreira escalonada, indo da função de docente às posições de poder hierarquizados. A ocupação de posição no espaço universitário envolve ainda “[...] tomadas de posição ‘políticas’.” (BOURDIEU, 2011a, p. 167). Essas argumentações, defendidas por Bourdieu na obra *Homo Academicus*, resultam da própria ideia defendida pelo autor na referida obra. Ou seja, existe uma complexidade envolvida no estudo do campo acadêmico. Essa complexidade perpassa pela posição do campo ou de uma disciplina particular em relação ao campo do poder, levando em consideração suas hierarquias e posições dos agentes no interior do campo. Foi essa relação que observamos nos antecedentes da restauração até a composição do campo do poder na Universidade: Medicina, Direito, Engenharia e Filosofia. Essa relação hierárquica entre as disciplinas configurou uma relação de nomes ou agentes: Victor do Amaral, João Ribeiro de

Macedo, Flávio Suplicy. Dentre esses nomes, Homero de Barros, Brasil Pinheiro Machado, Alceu Ribeiro de Macedo e José Nicolau dos Santos ocuparam as funções de vice-reitor. Na relação de vice-reitor, com exceção de Alceu Ribeiro de Macedo (Faculdade de Economia), os outros representariam a distribuição hierárquica inicial (Medicina, Direito, Engenharia e Filosofia). Representaria, em outros termos, o rodízio entre os agentes dominantes no campo do poder. O fato é que esse rodízio praticamente não aconteceu, ainda mais ao colocarmos Flávio Suplicy como agente ocupante da função de docente nas Faculdades de Engenharia e de Filosofia. Dessa relação, a maioria dos agentes envolvidos no campo do poder era componente da mesma Faculdade, e o outro docente citado (Alceu Ribeiro de Macedo) fazia parte do mesmo grupo dominante (Filho de João Ribeiro de Macedo), o que explica em parte o domínio de Flávio Suplicy no campo do poder universitário. Com base nesses aspectos, neste capítulo, estudamos o domínio de Flávio Suplicy na administração da Universidade do Paraná, destacando a atuação dele no Ministério da Educação, as discussões em torno da modernidade do ensino e, particularmente, os discursos educativos.

4.1 Gestões sucessivas de Flávio Suplicy: “ratificação da aprovação do egrégio Conselho Universitário da sua atividade à frente da administração Universitária”

A campanha pela federalização da Universidade do Paraná significou para Flávio Suplicy uma notoriedade pública e reconhecimento e respeito por parte dos docentes da Universidade. Os passos iniciais, depois da conquista da federalização, deram-se no sentido de organização dos estatutos da referida Universidade. Na Sessão do Conselho de 6 de outubro de 1951, Flávio Suplicy informou “[...] haver sido remetido ao Palácio do Catete, em fins de setembro, o projeto dos nossos Estatutos da Universidade, para receber aprovação e assinatura presidencial”. Na reunião do Conselho de 2 de maio de 1952, o reitor comunicou “[...] haver o Senhor Presidente da República, pelo decreto 30.738 de 07 de abril de 1952, aprovado o Estatuto da Universidade do Paraná, que passou a vigorar na data de sua publicação no Diário Oficial, isto é, 12 de abril de 1952”.

De acordo com o novo estatuto, a Universidade passava a ter como órgão de sua administração a Assembleia Universitária, o Conselho Universitário e a reitoria. No que se refere ao cargo de reitor, “[...] o artigo 16, item 1, especifica que compete ao Conselho Universitário organizar, por votação uninominal, lista tríplice de professores catedráticos efetivos, em exercício, para nomeação de reitor pelo Presidente da República e, desta arte,

solicitar que o Conselho organize essa lista.” (CU, ata 7 abr. 1952). O mandato do reitor passava, a partir do novo estatuto, a ser três anos. Já a administração das Escolas e das Faculdades “[...] serão exercidas pela Congregação, Conselho Técnico Administrativo e Diretoria.” (CU, ata 7 abr. 1952). Pela nova ordem estatutária, tanto o reitor quanto os professores das Faculdades passaram a ser nomeados pelo Presidente da República.

Em face do novo estatuto, nessa mesma reunião, de 2 de maio de 1952, Flávio Suplicy anunciou eleição para reitor. Conforme artigo 18 do novo estatuto, o reitor seria nomeado pelo presidente da República dentre os nomes indicados, em lista tríplice de professores catedráticos efetivos pelo Conselho Universitário na forma prescrita no capítulo anterior⁷¹. Pelo artigo 19, o reitor seria nomeado pelo prazo de três anos e poderia figurar na lista destinada à escolha de seu sucessor uma só vez. Nesses termos, seguindo o novo estatuto, foi feito o primeiro escrutínio que se revelou estar eleito para figurar no primeiro nome da lista, com onze votos, Flávio Suplicy. A apuração do segundo escrutínio teve como resultado Oscar Martins Gomes, catedrático da Faculdade de Direito, com cinco votos; Milton de Macedo Munhoz, com três votos; José Pereira de Macedo, Eurípedes Garcez do Nascimento e Arnaldo Isidoro Beckert, todos com um voto cada. No terceiro escrutínio da apuração de votos, resultou a seguinte votação: José Pereira de Macedo, catedrático da Faculdade de Medicina, com seis votos; Milton Munhoz, dois votos; Joaquim de Matos Barreto, Eurípedes Garcez do Nascimento e Manoel Lacerda Pinto, todos com um voto cada. Mediante o resultado, Flávio Suplicy agradeceu “[...] a sua eleição por unanimidade de votos, **fato que se constitui numa ratificação da aprovação do egrégio Conselho Universitário da sua atividade à frente da administração Universitária**”⁷². Ele enfatizou que “[...] em caso de ser seu nome escolhido pelo Presidente da República, [...] empreenderá o máximo de seus esforços, com a necessária e valiosa cooperação do Conselho, que nunca lhe faltou, para o progresso crescente da Universidade do Paraná.” (CU, ata 2 mai. 1952).

Essa reeleição consistiu no segundo mandato de Flávio Suplicy. Nessa nova gestão, na qualidade de reitor eleito, percebemos algumas alterações em relação à composição do Conselho Universitário. Em um primeiro momento, Plínio Tourinho, em virtude de seu falecimento foi substituído por Algacyr Maeder que passou a ser o Diretor da Faculdade de

⁷¹ Conforme letra f do parágrafo 2º do artigo 14 do referido capítulo, o Conselho deve “[...] organizar, por votação uninominal, lista tríplice de professores catedráticos efetivos, em exercício, para a nomeação do reitor pelo Presidente da República”. Ainda no parágrafo 2º (letras D e E) do capítulo dois, coloca-se que os diretores dos institutos técnicos científicos e representantes dos estudantes juntos ao conselho só participarão de assuntos do interesse do órgão ou classe que representam. Entre outros pontos, conta que o reitor escolhido não poderá acumular atividades de classes e nem outras funções administrativas, sendo liberado de outras atribuições.

⁷² Grifos nossos.

Engenharia. Outro aspecto importante foi o retorno de Brasil Pinheiro Machado como membro eleito do Conselho; ele, aliás, que já havia sido conselheiro na Universidade restaurada, quando Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no pós 1946. Outras mudanças se referem à substituição de Diretores das respectivas Faculdades, bem como da inserção de outras Faculdades na Universidade recém federalizada, a exemplo da de Química e Ciências Econômicas. O Quadro 12 a seguir mostra a relação de professores que compuseram as funções administrativas nessa nova gestão de Suplicy.

Quadro 12 - Composição do Conselho na segunda gestão de Suplicy de Lacerda

Membros Natos	
Enéas Marques dos Santos ⁷³ Ernani Guarita Cartaxo	Professores da Faculdade de Direito
Algacyr Munhoz Maeder Alceu Trevisani Beltrão	Faculdade de Engenharia
Eurípedes Garcez do Nascimento	Faculdade de Medicina
Homero Batista de Barros	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
Ulysses de Campos	Faculdade de Ciências Econômicas
Nilton Emílio Bühner	Escola de Química

Fonte: O autor com base no Anuário da Universidade (1952).

Quadro 13 - Composição do Conselho na segunda gestão de Suplicy de Lacerda

Membros Eleitos	
Laertes Munhoz	Faculdade de Direito
Samuel Chamecki Arnaldo Isidoro Beckert	Faculdade de Engenharia
Otávio da Silveira	Faculdade de Medicina
Manoel Lacerda Pinto Brasil Pinheiro Machado	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
Alceu Ribeiro de Macedo	Professor de Ciências Econômicas
Reinaldo Spitzner	Escola de Química
Emilio Leão de Mattos Sounis Altevir Bassetti	Representantes dos Docentes Livres

Fonte: O autor com base no Anuário da Universidade (1952).

O retorno de Brasil Pinheiro Machado ao Conselho confere-lhe sua inserção no campo do poder Universitário. Ainda na Sessão de 2 de maio de 1952, foi procedida a eleição para vice-reitor, sendo escolhido Brasil Pinheiro Machado, catedrático da Faculdade de Filosofia, com oito votos. Brasil Pinheiro Machado foi empossado por Flávio Suplicy, quando afirmou:

O Conselho se congratula com o ilustre professor e intelectual, pois haverá continuidade na administração universitária, uma vez que substituirá ao cargo o professor Homero de Barros, que emprestou a Universidade sua valiosa colaboração,

⁷³ Os dois nomes por Faculdade são devido a substituições durante a gestão.

ressaltando a confecção do anteprojeto do Estatuto da Universidade, que serviu de base ao aprovado pelo Senhor Presidente da República e que hoje serve de padrão as demais. (CU, ata 08 nov. 1952).

Importante observar que a escolha do cargo de vice-reitor permaneceu com a Faculdade de Filosofia. Brasil Pinheiro Machado, em torno do qual Flávio Suplicy adquiriu considerável capital social, configurou-se, como veremos, vice-reitor por várias vezes das gestões de Suplicy. Dada sua despedida da vice-reitoria, o Conselheiro Homero de Barros agradeceu as referências que lhe foram feitas e congratulou Brasil Pinheiro Machado, caracterizando-o como “[...] catedrático dos mais destacados da Congregação da Faculdade de Filosofia, Benemérito da Universidade, com vida pública em grande evidência, sendo honrosa para a Universidade a sua colaboração.” (CU, ata 8 nov. 1952). Por sua vez, “[...] o Conselheiro Brasil Pinheiro Machado agradeceu às manifestações do Conselho e aos votos que recebeu para sua eleição”, declarando que “[...] o cargo é facilmente exercível pela orientação segura do reitor e atuação do vice anterior.” (CU, ata 8 nov. 1952).

Conforme o artigo 19 do novo estatuto, o reitor poderia figurar na lista destinada à escolha de seu sucessor uma só vez. Uma nova eleição para reitor foi anunciada na reunião de 2 de abril de 1955. De acordo com Flávio Suplicy, no Estatuto e como foi procedido anteriormente, seriam realizados três escrutínios. Levando em consideração que o novo estatuto passou a valer depois de 1952, e que a partir de então, seria a sua segunda gestão, legitimou-se sua indicação para reitor. Assim sendo, com a presença de quatorze conselheiros foi realizada a eleição. Recolhidos os votos e procedida a contagem, verificou-se que Flávio Suplicy recebeu quatorze votos, figurando em primeiro lugar na lista. Antes de ser precedido o segundo escrutínio:

O Senhor Presidente, Magnífico Reitor Flávio Suplicy de Lacerda, agradeceu aos senhores Conselheiros a sua escolha por unanimidade de votos, o que interpreta como uma aprovação da sua gestão como reitor, declarando, se escolhido para novo período, continuará a prestar serviços à Universidade, contando com a colaboração do Conselho Universitário. (CU, ata 2 abr. 1955).

Essa votação demonstra o domínio político de Flávio Suplicy, que, na eleição anterior, já havia conquistado os onze votos possíveis. Passando-se ao segundo escrutínio, Waldemiro Teixeira de Freitas obteve nove votos, Maria Falce de Macedo, oito votos, figurando respectivamente o segundo e o terceiro lugar na lista tríplex. Na Sessão do Conselho Universitário de 25 de abril de 1955, “[...] o Conselheiro Arnaldo Beckert solicitou a consignação em ata de um voto de regozijo pela aprovação, pelo Senhor Presidente da República, do nome do professor Flávio Suplicy para o cargo de reitor, tendo o senhor Presidente agradecido a manifestação”. Importante notar que o rodízio do Conselho foi

pequeno em relação a gestão anterior. No Quadro 14 que segue, observamos os novos nomes, com substituição de Brasil Pinheiro Machado por José Nicolau dos Santos⁷⁴.

Quadro 14 - Novos nomes no Conselho Universitário – membros natos

Membros Natos	
Ernani Guarita Cartaxo	Faculdade de Direito
Alceu Trevisani Beltrão	Faculdade de Engenharia

Fonte: O autor com base no Anuário da Universidade (1955).

Quadro 15 - Novos nomes no Conselho Universitário – membros eleitos

Membros Eleitos	
Arnaldo Isidoro Beckert	Faculdade de Engenharia
Antenor Pamphilo dos Santos	Faculdade de Medicina
Brasil Pinheiro Machado José Nicolau dos Santos	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
Altivir Bassetti Giocondo Villanova	Representantes dos Docentes Livres

Fonte: O autor com base no Anuário da Universidade (1955).

Como a eleição para a escolha do vice-reitor aconteceu antes da nova composição do Conselho, Brasil Pinheiro Machado aparece novamente como vice. Esse fato pode ser observado na eleição realizada em 7 de maio de 1955, na qual Brasil Pinheiro Machado recebeu onze votos e Alceu Trevisan Beltrão, um voto. Com esse resultado, Flávio Suplicy “[...] proclamou eleito o professor catedrático Brasil Pinheiro Machado, congratulando-se pela sua reeleição para o cargo de vice-reitor da Universidade e comunicando que a sua posse deverá se verificar na primeira sessão do Conselho Universitário, o dia treze do mês corrente”. Não obstante, a posse foi realizada na reunião de 26 de maio de 1955, quando Flávio Suplicy “[...] manifestando a satisfação da reitoria e o Conselho Universitário em poder continuar com sua eficiente colaboração” deu posse a Brasil Pinheiro Machado. A eleição antecipada para vice-reitor trata-se de uma estratégia de Flávio Suplicy, uma vez que o nome de Brasil Pinheiro Machado, como observamos no quadro anterior, foi substituído por José Nicolau.

Passados três anos da gestão de Flávio Suplicy à frente da Instituição, a sessão do Conselho Universitário de 19 de abril de 1958 teve como pauta a organização da lista tríplice para nomeação do reitor para o triênio 1958-1961. Conforme o artigo 19 do novo estatuto, o reitor poderia figurar na lista destinada à escolha de seu sucessor uma só vez. Essa eleição já representaria a terceira de Flávio Suplicy, depois da mudança estatutária. De acordo com

⁷⁴ No Quadro 14, inserimos apenas os nomes que foram substituídos nas respectivas Faculdades.

Flávio Suplicy, no Estatuto e como foi procedido anteriormente, seriam realizados três escrutínios. Procedida a primeira votação secreta para a escolha do nome a figurar em primeiro lugar na lista, verificou-se para esse escrutínio: Flávio Suplicy, quinze votos; e Brasil Pinheiro Machado, um voto. Em face desse resultado, foi indicado para figurar em primeiro lugar na lista Flávio Suplicy. No segundo escrutínio, constou Osvaldo Pereira de Macedo com doze votos; Ildefonso Marques, três votos e um voto em branco. O terceiro processo de escolha decretou Rui Noronha de Miranda com nove votos; Miguel José Isaacson, quatro votos; Eurípedes Garcez do Nascimento, dois votos e um voto em branco. Aclamado esses resultados, Flávio Suplicy agradeceu aos Conselheiros a sua indicação, em primeiro lugar na lista, declarando que “[...] na hipótese de ser nomeado, continuará sua obra administrativa com a estreita colaboração do Conselho Universitário”.

Flávio Suplicy observou o teor do estatuto relativo à realização de três escrutínios, mas desconsiderou ou passou em branco no que diz respeito a sua recondução. Em relação a esse aspecto, não encontramos nenhum documento que menciona alteração estatutária. Durante as várias gestões de Flávio Suplicy, a universidade foi regida por vários estatutos. Na primeira gestão (1949), ainda prevalecia o estatuto do período da restauração, que garantia rodízio, mas impedia a reeleição, sendo cada mandato de dois anos. Em 1952, após a federalização, foi aprovado um novo estatuto. Por esse estatuto, ficou determinada uma lista tríplice, o mandato passou a ser de três anos e poderia ser reconduzido ao cargo uma única vez. Em 1962, com o advento da lei nº 4.024 de 1961, Diretrizes e Bases da Educação Nacional, veio provocar alterações no estatuto da Universidade. Apesar disso, não foi alterado os aspectos das eleições. A outra modificação viria a ser debatida a partir de 1968 quando foram aprovadas as bases da estrutura da Universidade e, em 2 de outubro daquele ano, o Conselho Universitário aprovou o novo estatuto, adaptando a legislação da reforma e estabelecendo a nova estrutura universitária. Esse estatuto aumentou para quatro anos o mandato de reitor e a lista para a escolha passou a ser de seis votações. Olhando para a especificidade do estatuto de 1952 e observando o retorno de Flávio Suplicy como Conselheiro em 1966 (será visto nas páginas seguintes) podemos afirmar que não existia na Universidade nenhuma regulamentação que permitisse a Flávio Suplicy acumular tantos mandatos administrativos. Nossa hipótese é, como o Conselho Universitário aprovou seu retorno como conselheiro depois da saída do Ministério da Educação, de forma antirregimental, garantiu da mesma forma suas gestões continuadas sem observância em nenhuma regulamentação.

O Quadro 16 e 17 a seguir mostra os novos nomes da gestão Suplicy. Importante

observar que José Nicolau dos Santos permanece como membro eleito da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Brasil Pinheiro Machado foi nomeado Diretor do Instituto de Pesquisas, passando a fazer parte como membro nato do Conselho. Outro aspecto a ser observado refere-se ao desmembramento das Faculdades de Odontologia e Farmácia da Faculdade de Medicina, aparecendo os Diretores das respectivas Faculdades como Conselheiros.

Quadro 16 - Relação geral dos Conselheiros da terceira gestão de Flávio Suplicy

Membros Natos	
Arnaldo Isidoro Beckert	Escola de Engenharia
Antenor Pamphilo dos Santos	Faculdade de Medicina
Ulysses de Campos	Professor de Ciências Econômicas
Homero de Barros	Faculdade de Filosofia
Nilton Emílio Bühner	Escola de Química
Julio Estrella Moreira André Kloss Neto Levi de Brito Buquera	Faculdade de Odontologia
Carlos Stellfeld	Faculdade de Farmácia
Brasil Pinheiro Machado	Diretor do Instituto de Pesquisas
Altivir Bassetti Giocondo Villanova	Representantes dos Docentes Livres

Fonte: O autor com base no Anuário da Universidade (1958).

Quadro 17 - Relação geral dos Conselheiros da terceira gestão de Flávio Suplicy

Membros Eleitos	
Pedro Viriato Parigot Alceu Trevisani Beltrão	Faculdade de Engenharia
João Ernani Bettega Milton de Macedo Munhoz	Faculdade de Medicina
José Nicolau dos Santos	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
João Alves Tizzo Ernesto Sigel Filho	Faculdade de Odontologia
Giocondo Villanova Artigas Rubens Requião	Representantes dos Docentes Livres

Fonte: O autor com base no Anuário da Universidade (1958).

Observando o Quadro 16 e 17 e a composição de novos nomes em relação à gestão anterior, percebe-se certa polêmica. A eleição para escolha de vice-reitor foi proposta por Flávio Suplicy na reunião do Conselho 25 de abril de 1958. Em torno da vice-reitoria, o Conselheiro Alceu Macedo levantou uma questão de ordem, no sentido de que “[...] face ao dispositivo do Estatuto da Universidade, a eleição somente deve ser realizada no dia 13 de maio, quando termina o mandato dos atuais Conselheiros eleitos do Conselho”. Submetida tal questão de ordem ao Conselho, deliberou-se “[...] contra o voto do reitor, que a eleição do vice-reitor, se fará depois de renovado o Conselho”. Em face desse resultado, Flávio Suplicy

fez declaração de voto para justificar a sua manifestação contrária, uma vez que tal decisão “[...] eliminaria a possibilidade do atual vice-reitor, que é também membro do Conselho Universitário, ser reeleito, o que não é justo pelos grandes serviços que tem prestado a Universidade”. Essa mesma estratégia já havia sido utilizada na gestão anterior, em que Brasil Pinheiro Machado, depois de eleito vice-reitor, deixou de ser representante da Faculdade de Filosofia junto ao Conselho Universitário. Mesmo assim, Flávio Suplicy não desistiu da ideia. Em consequência da decisão do Conselho, a escolha do vice-reitor deu-se na reunião realizada em 23 de maio de 1958. Na referida sessão, primeiramente o reitor comunicou que “[...] novos representantes das Congregações das Escolas [participam] no Conselho Universitário”. Nesse sentido, “[...] não sendo eleito representante das Escolas, automaticamente, não faria parte do Conselho Universitário”. Por isso o reitor usou-se de estratégias a favor de Brasil Pinheiro Machado:

Ainda com relação a constituição do Conselho Universitário para o novo triênio, o Magnífico reitor, se refere ao artigo 10, letra d do Estatuto Universitário, que prevê como Conselheiro um representante dos institutos técnico-científicos não complementares, propondo que o Conselho aprove e autorize a transformação, do atual Instituto de Pesquisa da Faculdade de Filosofia em Instituto de Pesquisas da Universidade do Paraná, instituto técnico não complementar ao qual deverão ser filiados os centros de estudos e pesquisas e Escolas. Submetida a proposta a discussão, foi aprovada por unanimidade de votos, ficando a atual direção do Instituto de Pesquisa da Faculdade de Filosofia na direção do novo Instituto e encarregada de submeter ao Conselho Universitário, o projeto de seu novo regulamento. O atual Diretor, professor Brasil Pinheiro Machado, passará a integrar o Conselho Universitário como representante do novo Instituto, na forma do artigo 10, letra D, do Estatuto da Universidade. (CU, ata 23 mai. 1958).

Entendemos, a partir dessa citação, o aparecimento no Quadro 16 do nome de Brasil Pinheiro Machado como membro nato do Conselho. Naquele momento os representantes da Faculdade de Filosofia eram Homero de Barros (Diretor) e José Nicolau dos Santos (membro eleito). Apesar da estratégia do reitor, verificada a presença de quinze votantes, chegou-se ao seguinte resultado para vice: Alceu Ribeiro de Macedo, treze votos; Homero Batista de Barros e Antenor Pamphilo dos Santos, um voto cada. Mediante o resultado, “[...] o reitor congratulou-se com o novo eleito pela escolha de um ilustre descendente do saudoso reitor Macedo Filho”. Observa-se que o mesmo Alceu Macedo foi quem levantou o questionamento relacionado à necessidade de mudar a data de eleição para vice-reitoria. Depois ele agradeceu e solicitou “[...] a consignação em ata de um voto de congratulamento e agradecimento ao vice-reitor Brasil Pinheiro Machado e ao Conselheiro João Ernani Bettega, cujos mandatos estavam inspirando”. Em termos administrativos, foi a primeira derrota sofrida por Flávio Suplicy, desde que assumiu a reitoria em 1949. Mesmo usando de estratégias administrativas

não conseguiu fazer com que o Conselho desse continuidade ao mandato de Brasil Pinheiro Machado na condição de vice-reitor⁷⁵. Desse resultado, retiramos duas análises. A primeira vem da eleição para reitor, em que, no escrutínio secreto, Brasil Pinheiro Machado recebeu um voto na primeira lista e, nas demais, sempre teve um voto em branco. A hipótese que levantamos é que o voto recebido por Brasil Pinheiro foi dado por ele mesmo e nas demais indicações o voto em branco em cada escrutínio também foi feito por ele próprio. Flávio Suplicy não foi quem votou em solidariedade ao “amigo”. O mais provável é que, com ambições políticas e com notoriedade mesmo no espaço fora da Universidade, Brasil Pinheiro tivesse pretensão de ser reitor. Dessa forma, nossa hipótese foi que Brasil Pinheiro fez voto de protesto. Valéria Floriano Machado (2009), ao estudar as configurações intelectuais na Faculdade de Filosofia na década de 1950, sinaliza a polarização entre dois grupos. Um deles, articulado por Homero de Barros, Diretor da Faculdade e outro, liderado por Wilson Martins, cujas investidas intelectuais se defrontavam contra Homero de Barros. Os conflitos iniciados a partir do recurso impetrado por Bruno Enei (1955), contestando a sua não aprovação em concurso público, ganhou dimensão nas páginas da revista *Anhembi*, em que Homero de Barros foi acusado de intolerante ao retirar livros considerados subversivos da Biblioteca da Faculdade de Filosofia. Essa polarização demarcou o ambiente universitário como um todo, inclusive chamando o reitor Flávio Suplicy para manifestação pública. Conforme a autora:

A Faculdade de Filosofia, então recém incorporada à Universidade, era inexpressiva no contexto nacional. Alguns de seus professores, tais como Wilson Martins, Temístocles Linhares, Brasil Pinheiro Machado e Loureiro Fernandes, ainda que não constituíssem uma geração, compartilhavam a experiência geracional na configuração de um campo intelectual que estava definindo as regras da institucionalização de todo processo educativo. Estes atores se diferenciavam pela sua inserção no mercado editorial nacional e também no que se refere às redes de relações, fosse por intermédio da sua participação no campo político ou como consequência de suas trajetórias. (MACHADO, 2009, p. 177).

De forma resumida, Valéria Floriano Machado considera que o embate entre a *Anhembi* e Homero de Barros, iniciado 1955 (com o caso Bruno Ennei) e encerrado no ano de 1960, ocasionou contendas e polêmicas, no qual diferentes atores utilizaram as revistas *Vozes* e *Anhembi* para divulgar ideias, concepções políticas e religiosas e, ainda, promover debates em torno da educação. Desses dois grupos, Valéria Floriano relata uma entrevista concedida por Wilson Martins à Revista *O Cruzeiro*, em 1959, em que ele afirmou:

O Professor Homero de Barros agiu como um fanático, obcecado, não contando em seu grupo a apoiá-lo senão os que têm medo de vingança. Para seu exemplo posso citar que contra as atitudes do tiranete de aldeia (como chamou um jornal do Rio)

⁷⁵ A votação era por escrutínio, ou seja, não havia um candidato, mas sim nomes indicados por votação.

estão vários católicos e mesmo padres, como é o caso do religioso Jesus Moure e de professores católicos como Lacerda Pinto, Liguaru Espírito Santo, Bento Munhoz da Rocha (ex-governador do Estado), Brasil Pinheiro Machado e Loureiro Fernandes, além de escritores, deputados e intelectuais com livros publicados. [...]. Seu mandato terminou e até agora ele não entregou o cargo a seu substituto legal. Por este fato, o professor mais antigo do Conselho Técnico-Administrativo recebeu uma representação contra Homero de Barros, alegando que todos os atos praticados por ele desde dezesseis de fevereiro são nulos. (MACHADO, 2009, p. 183).

Essa configuração na Faculdade de Filosofia envolvendo particularmente três professores (Brasil Pinheiro, Homero de Barros e Lacerda Pinto) pode ter mexido no campo do poder universitário, uma vez que Flávio Suplicy demonstra claramente apoio a Homero de Barros. Nesses termos, justifica-se a nossa hipótese da possível pretensão de Brasil Pinheiro Machado chegar à reitoria. A outra análise consiste na observação estatutária. Flávio Suplicy observou o estatuto no que diz respeito à criação do Instituto de Pesquisa e respectiva participação de seu diretor no Conselho Universitário. Não obstante, o mesmo estatuto proibia que o atual reitor fosse eleito.

O ano de 1961 marcou o término de mais um mandato de Flávio Suplicy. Na sessão do Conselho de 5 de abril de 1961, constou a organização da lista tríplice para nomeação do reitor para o triênio 1961/1964. Verificada a presença de vinte conselheiros votantes, teve-se o seguinte resultado: Flávio Suplicy, com dezoito votos; Pedro Viriato Parigot de Souza, um voto e um voto em branco. Em face disso, Flávio Suplicy foi indicado para figurar em primeiro lugar da lista. Em seguida, teve a segunda votação, verificando-se para esse escrutínio o seguinte resultado: José Bittencourt de Paula, onze votos; José Loureiro Fernandes, quatro votos; Otávio Pereira dos Anjos, dois votos; Francisco Bassetti Junior, um voto; Pedro Viriato Parigot de Souza, um voto, em branco, um voto. Na terceira votação, Ildefonso Marques obteve onze votos; Ulysses Marques de Faria, três votos; Brasil Pinheiro Machado, um voto; Otávio Pereira dos Anjos, um voto; Francisco Bassetti Junior, um voto; Alceu Ribeiro de Macedo, um voto; Oscar Martins Gomes, um voto e um voto em branco. Diante da votação, o reitor Flávio Suplicy:

Declarou que o resultado ele recebia como um prêmio da sua vida universitária e uma conquista da sua vida pública, porque, sendo a manifestação do que há de mais representativo da inteligência universitária, representava, antes de mais nada, a aprovação honrosa da ação que vem desenvolvendo, como reitor. (CU, ata 5 abr. 1961).

Na Sessão de 24 de maio de 1961, consta uma portaria do reitor renovando a designação de Brasil Pinheiro Machado como diretor do Conselho de Pesquisa da Universidade do Paraná. Ao mesmo tempo foi procedida a eleição para vice-reitor. Verificada a presença de dezesseis votantes, teve início a eleição com o seguinte resultado: José Nicolau

dos Santos, onze votos; Alceu Ribeiro de Macedo, cinco votos. O reitor Flávio Suplicy “[...] agradeceu, na oportunidade, os relevantes serviços prestados à Universidade por Alceu Ribeiro de Macedo, durante o seu mandato de vice-reitor, o qual soube mais uma vez honrar o bom nome de uma das famílias mais ilustres do Paraná, cujos vínculos com a Universidade constituem uma das mais valiosas tradições”. O Quadro 18 e 19 a seguir mostra os nomes de Brasil Pinheiro Machado como membro nato do Conselho, ainda representando o Instituto de Pesquisas, Homero de Barros como representante nato (Diretor da Faculdade de Filosofia) e José Nicolau dos Santos, membro eleito da Faculdade de Filosofia.

Quadro 18 - Composição do Conselho Universitário em 1961

Membros Natos	
Ernani Guarita Cartaxo	Faculdade de Direito
Arnaldo Isidoro Beckert	Escola de Engenharia
Antenor Pamphilo dos Santos	Faculdade de Medicina
Homero Batista de Barros	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
Ulysses de Campos	Ciências Econômicas
Nilton Emílio Bühner	Escola de Química
Levi de Brito Buquera	Faculdade de Odontologia
Carlos Stellfeld	Faculdade de Farmácia
Brasil Pinheiro Machado	Diretor do Instituto de Pesquisas
Lycio Grein de Castro Vellozo	Escola de Agronomia e Veterinária
João Atila Rocha	Diretor Geral do Hospital de Clínicas

Fonte: O autor com base no Anuário da Universidade (1961).

Quadro 19 - Composição do Conselho Universitário em 1961

Membros Eleitos	
Laertes de Macedo Munhoz	Faculdade de Direito
Alceu Trevisani Beltrão Pedro Viriato Parigot	Faculdade de Engenharia
Milton de Macedo Munhoz	Faculdade de Medicina
José Nicolau dos Santos	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
Alceu Ribeiro de Macedo	Faculdade de Ciências Econômicas
Reinaldo Spitzner	Escola de Química
João Alves Tizzot	Faculdade de Odontologia
Ernesto Sigel Filho	Faculdade de Farmácia
Milton Giovannoni	Escola de Agronomia e veterinária
Rubens Requião	Representantes dos Docentes Livres

Fonte: O autor com base no Anuário da Universidade (1961).

Mesmo sem muita notoriedade em relação a aspectos importantes da Universidade, como, por exemplo, restauração e federalização, José Nicolau dos Santos foi eleito vice-reitor. Dados esses aspectos, é possível atrelar a eleição de José Nicolau aos conflitos vivenciados na Faculdade de Filosofia. Os docentes, hipoteticamente ligados ao conflito entre Wilson Martins (Brasil Pinheiro, Lacerda Pinto e Loureiro Fernandes) e Homero de Barros foram

“isolados” para que as proporções das polêmicas não se ampliassem no campo universitário. Desse modo, podemos entender, por um lado, a chegada de José Nicolau dos Santos à vice-reitoria; por outro, essa análise torna-se frágil, uma vez que Flávio Suplicy renovou a coordenação do Instituto de Pesquisa em favor de Brasil Pinheiro Machado. De qualquer modo, a assunção de José Nicolau ao campo do poder universitário representou possibilidades de assumir a direção máxima da Universidade Federal do Paraná. Na Sessão do Conselho Universitário, realizada em 28 de abril de 1964, Flávio Suplicy não apareceu⁷⁶ mais como reitor da Universidade. Assumiu em seu lugar o vice-reitor, José Nicolau dos Santos. Ainda nessa reunião, com a presença de 23 Conselheiros, foi realizada eleição para reitor. Feita a votação, verificou-se o seguinte resultado: José Nicolau dos Santos, doze votos; Brasil Pinheiro Machado, onze votos. Em face desse resultado, foi indicado para figurar em primeiro lugar na lista tríplice José Nicolau dos Santos, catedrático da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Para segundo lugar da lista tríplice, a votação ficou a seguinte: Laertes de Macedo Munhoz, doze votos; Brasil Pinheiro Machado, onze votos. Na terceira votação, João Alves Tizotti obteve onze votos; Brasil Pinheiro Machado, seis votos; Altino Portugal Soares Pereira, cinco votos; e João Atila Rocha, um voto. O reitor José Nicolau dos Santos “[...] agradeceu a indicação de seu nome para encabeçar a lista tríplice a ser submetida a elevada consideração do Senhor Presidente da República”. O Conselheiro Laertes Munhoz após agradecer sua eleição:

Requeru, homenagem ao Conselheiro Flávio Suplicy de Lacerda, ex-reitor, atualmente exercendo o alto posto de Ministro de Educação e Cultura, que da ata constasse ser sua Excelência o candidato de honra do Conselho Universitário, sem solução de continuidade para o cargo de Magnífico Reitor. (CU, ata 28 abr. 1964).

O Conselheiro Ulysses de Campos, também congratulando-se com o resultado da eleição, requereu lançar “[...] em ata um voto de louvor ao Conselheiro Flávio Lacerda, atual Ministro da Educação e Cultura, pelo zelo e eficiência sempre demonstrados no exercício daquele cargo por vários anos, e a gratidão da Universidade pelos inestimáveis serviços a ela prestados por sua excelência.” (CU, ata 28 abr. 1964). O Conselheiro Ildefonso Marques que secundou a palavra dos oradores precedentes, “[...] regozijou-se com a constituição da lista tríplice e requereu que a proposição do Conselheiro Ulysses de Campos uma vez aprovada, fosse transmitida ao Senhor Ministro Professor Flávio Suplicy de Lacerda”. Sendo

⁷⁶ No dia 31 de março de 1964 o povo e as forças armadas declaram-se em estado de revolução contra a subversão, à indisciplina, à desordem e à corrupção, então vigentes. Na cúpula desse movimento de redenção, o Magnífico Reitor da Universidade do Paraná se afirmou como líder nacional. [...]. A partir de então, na qualidade de vice-reitor, assumiu a direção da UP o professor José Nicolau dos Santos. (ANUÁRIO da Universidade, 1964, p. 11).

pertencentes a mesma Faculdade, José Nicolau dos Santos, Homero de Barros e Brasil Pinheiro Machado, é possível dizer que a guinada de José Nicolau, tanto a vice-reitor e particularmente a reitor, deu-se de forma improvável. Ainda que fizesse parte do Círculo de Estudos Bandeirantes, Homero de Barros vinha participando ativamente como liderança acadêmica (Diretor da Faculdade); e Brasil Pinheiro Machado, particularmente após a restauração, processo no qual ocupava a função de Interventor do Estado, havia alcançado significativa notoriedade política e acadêmica. Por outro lado, é compreensível sua eleição para reitor, uma vez que o novo estatuto da universidade restaurada não faz nenhuma restrição a isso. Quanto a não eleição de Brasil Pinheiro Machado, eterno vice-reitor, a hipótese que levantamos é que havia certa resistência em relação a sua elevação ao cargo. No que se refere a essa consideração, podem ser levantados dois aspectos: dá para perceber-se nos documentos as pretensões de Brasil Pinheiro em relação à ocupação do cargo de reitor. O que não aparece nos documentos, mas que pode ser pensado é que alguém não queria sua indicação. Esse alguém poderia ser Flávio Suplicy, que, ao mesmo tempo, de forma contraditória, estabelecia estratégias defendendo sua continuidade a vice-reitor. Ainda mais quando levamos em consideração que, pelos tons das homenagens declaradas pelo Conselho Universitário, Flávio Suplicy saiu com um capital político significativo, o que em termos práticos lhe daria possibilidade de eleger um substituto. O Quadro 20 e 21 a seguir mostra os nomes dos Conselheiros da gestão de José Nicolau, apontando vários nomes novos e que Brasil Pinheiro Machado, Homero de Barros e Alceu Ribeiro de Macedo permanecem no Conselho.

Quadro 20 - Conselheiros da gestão do Reitor José Nicolau dos Santos

Membros natos	
Laertes de Macedo Munhoz	Faculdade de Direito
Ildefonso Marques	Faculdade de Medicina
Ralph Jorge Leitner	Escola de Química
Anchises Marques de Farias	Faculdade de Farmácia
Homero Batista de Barros	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
Ulysses de Campos	Faculdade de Ciências Econômicas
Levy de Brito Buquera	Faculdade de Odontologia
Ernesto Sigel Filho	Faculdade de Odontologia
Lycio Grein de Castro Vellozo	Escola de Agronomia e Veterinária
Pedro Viariato Parigot de Souza	Faculdade de Engenharia
João Ernani Bettiga	Faculdade de Medicina
Alceu Ribeiro de Macedo	Faculdade de Ciências Econômicas
João Alves Tizzot	Faculdade de Odontologia
Brasil Pinheiro Machado	Instituto de Pesquisas
João Atila Rocha	Diretor Geral do Hospital de Clínicas

Fonte: O autor com base no Anuário da Universidade (1964).

Quadro 21 - Conselheiros da gestão do Reitor José Nicolau dos Santos

Membros Eleitos	
Pedro Viriato Parigot de Souza	Escola de Engenharia
João Ernani Bettega	Faculdade de Medicina
Francisco José Gomes Ribeiro	Faculdade de Filosofia
Alceu Ribeiro de Macedo	Faculdade de Economia
Oswaldo Ceccon	Escola de Química
João Alves Tizzot	Faculdade de Odontologia
Mauro Pereira de Almeida	Faculdade de Farmácia
Milton Giovannoni	Escola de Agronomia e Veterinária
Lauro Esmanhoto	Docente Livre
Fortunato Rigotti Alice	Docente Livre

Fonte: O autor com base no Anuário da Universidade (1964).

Como percebemos, mesmo fora do campo acadêmico e impossibilitado de ser eleito, Flávio Suplicy foi homenageado por vários Conselheiros durante o pleito, o que indica seu reconhecimento e prestígio na universidade. Permaneceu no cargo de Ministro até 1966. Sua saída do Ministério da Educação representou seu retorno à Universidade Federal do Paraná. Apesar do prestígio com que permaneceu junto ao Conselho, sua volta causou certa polêmica. Essa polêmica deu-se porque ele não dispunha, naquele momento, de nenhum dispositivo legal que regulamentasse seu retorno como Conselheiro. Ou seja, não era Diretor, nem Conselheiro eleito da Faculdade de Engenharia ou Filosofia. Mesmo assim, está registrado na ata de 28 de fevereiro de 1967 que o Conselheiro Ralfh Leitner, representante da Faculdade de Engenharia, solicitou a convocação de Flávio Suplicy para participar da reunião do Conselho. Em resposta à interpelação, José Nicolau informou que, no seu entendimento e com base no artigo 11 do Estatuto da Universidade, não poderia convocar o referido professor. Por sua vez, Ralfh Leitner disse que, em face da resposta do reitor, ele deixaria seu protesto e o da Escola de Engenharia pela atitude tomada pela reitoria. Outros professores usaram da palavra para opinar sobre a questão. Laertes Munhoz propôs que o protesto de Ralfh Leitner fosse considerado como um recurso dirigido ao Conselho. Brasil Pinheiro Machado apresentou também proposta, no sentido de que o Conselho, interpretando os dispositivos do artigo 11 do Estatuto da Universidade, convocasse Flávio Suplicy para participar do Conselho Universitário. Encerrada a discussão, o reitor José Nicolau pôs em votação a proposta de Laertes Munhoz, a qual foi aprovada pela maioria dos votos, com o seguinte resultado: quinze votos a favor e oito contra, tendo os Conselheiros Alceu Macedo, Ulysses de Campos feito a seguinte declaração de voto: “[...] voto contra a proposição por não haver ato contra o qual se possa recorrer e porque o professor Leitner ao apresentar um protesto não pretendeu interpor recurso, mesmo porque seria parte ilegítima para tal”. Solicitou a palavra Laertes Munhoz e

propôs que fosse inaugurado o retrato do terceiro reitor da Universidade Federal do Paraná, o professor Flávio Suplicy. Resolveu o Conselho, aprovar por maioria de votos, tendo o Conselheiro Ulysses de Campos votado contra.

Essa polêmica em torno da volta de Flávio Suplicy ao Conselho durou várias sessões. Na dia 20 de maio de 1966 constou a leitura do parecer número 247/66, do Conselho Federal de Educação, sobre consulta do professor Flávio Suplicy em relação a sua situação. Em decorrência disso, o reitor José Nicolau pediu que o parecer fosse juntado ao recurso (processo nº 48.436) e encaminhado ao exame da Comissão de Legislação e Recursos. O Conselheiro Alceu Ribeiro requereu sessão especial para discutir o assunto. Na reunião de 25 de maio, José Nicolau deu a palavra ao Conselheiro Alceu Ribeiro de Macedo da Comissão de Legislação e Recurso, o qual passou a relatar o processo nº 48.436 que tratava da não convocação de Flávio Suplicy para participar do Conselho Universitário. O referido Conselheiro fez a leitura do documento inicial, expondo que a comissão indicada pelo Conselho opinou favoravelmente ao retorno de Flávio Suplicy, votando Alceu Ribeiro de Macedo e Brasil Pinheiro Machado a favor e o Conselheiro Homero Batista de Barros contra. O voto contrário de Homero de Barros foi justificado com o ele dizendo que havia pedido a juntada ao recurso da carta de Flávio Suplicy, na qual aquele professor renunciava a tomar parte no Conselho. O Conselheiro Ralph Jorge Leitner disse estar de acordo com o parecer da Comissão de Legislação e Recursos. O Conselheiro Lauro Smaniotho também afirmou que, em nome dos docentes livres, manifestava-se sobre a exigência de se legalizar o Conselho, e sinalizou a dar razão à intervenção do Conselho Federal de Educação. O Conselheiro Juarez Estevam de Tavares afirmou que sabia da responsabilidade do ato e que os estudantes tinham uma consciência muito alta do que poderia representar tal ato, e fazia-o em nome de 6.000 estudantes. Disse ainda que as exposições e o parecer da Comissão de Legislação e Recurso convenceram-no de que Flávio Suplicy tinha direito de pertencer ao Conselho. O reitor José Nicolau submeteu ao Conselho a preliminar sobre o objeto de recurso, citando a declaração de Flávio Suplicy: “[...] não sendo meu propósito e muito menos meu desejo de voltar a tomar parte nos trabalhos do Conselho Universitário”. O Conselheiro Francisco José Gomes Ribeiro solicitou que seu voto constasse da ata e que fosse levado ao conhecimento do ex-ministro, pois ele mesmo o obrigava a assim votar, muito embora prestasse naquela oportunidade as maiores homenagens e a sua admiração pelo ex-ministro. Nessa discussão, vários componentes do Conselho pronunciaram-se a favor ou contra o retorno de Flávio Suplicy. Diante dos avanços das discussões, o Conselheiro Juarez Estevam Tavares pediu vista do processo, ficando suspensa a votação. Até esse momento, os Conselheiros Ildefonso Marques,

Laertes de Macedo Munhoz, Homero Batista de Barros, Francisco José Gomes Ribeiro, Olavo Romanus, Osvaldo Leccon e Milton Giovannani, tinham votado contra o retorno de Suplicy e, favoravelmente, votaram os conselheiros Ralph Jorge Leitner e Lycio Grein de Castro Vellozo.

A continuidade do relatório aconteceu no dia 26 de maio de 1966 quando teria prosseguimento a votação do recurso que tratava o processo nº 48.436. O Conselheiro Alceu Ribeiro de Macedo pediu que o processo voltasse à Comissão de Recursos e Legislação, e que fosse juntada a ele a resposta do reitor à carta do ex-ministro, Flávio Suplicy, a fim de permitir nova manifestação dos dois membros da comissão. Depois da fala de Alceu Macedo, a Sessão foi novamente interrompida. O retorno das deliberações deu-se na reunião de 10 de junho do mesmo ano. Nessa reunião, observa-se uma ordem de consenso levantada pelo Conselheiro Ernesto Sigel Filho defendendo o retorno de Suplicy ao Conselho:

Propôs que o Conselho, dentro do espírito pacificador já manifestado pelos Conselheiros Pedro Viriato Parigot de Souza e Francisco José Gomes Ribeiro, deixando de lado qualquer ressentimento ou mágoa pessoal, deixando de lado a juridicidade da questão, sem propriamente entrar no mérito do assunto e na interpretação do artigo 11, 21 ou qualquer outro artigo do Estatuto da Universidade, e ainda dentro do espírito do parecer do colendo Conselho Federal de Educação, convoque o professor Flávio Suplicy de Lacerda, que durante 15 (quinze) anos, presidiu este Conselho, prestando grandes e inestimáveis serviços à Universidade. (CU, ata 10 jun. 1966).

Diante da proposição, o reitor José Nicolau disse que cabia ao Conselho se manifestar e deliberar. O Conselheiro Ralph Jorge Leitner que, no dia 28 de fevereiro, havia apresentado o processo que originou o recurso, disse que, em nome da Congregação da Escola de Engenharia, retiraria o protesto. Da mesma forma, o Conselheiro Alceu Ribeiro de Macedo disse que, na qualidade de relator do processo e autor do parecer nele emitido, tinha que se manifestar, e o fazia propondo o arquivamento do processo. O Conselheiro Ulysses de Campos manifestou-se também de acordo e felicitou o reitor pela atitude tomada no transcorrer das manifestações feitas pelos Conselheiros. A seguir, José Nicolau afirmou que “[...] os debates não devem superar o reconhecimento de méritos, e que cumpriria com satisfação, a decisão do Conselho”. Após essa fala, o reitor anunciou que o Conselho aprovava, por unanimidade, a convocação de Flávio Suplicy para fazer parte do Conselho Universitário. Foram várias reuniões, estendendo-se de fevereiro a junho de 1966, as quais polarizaram posições contrárias e favoráveis ao retorno de Flávio Suplicy ao Conselho, sem condições legais naquele momento. No final, observa-se um consenso, oriundo de um forte trabalho de bastidor e da força moral e política de Flávio Suplicy no espaço acadêmico da Universidade do Paraná. No entanto, a justificativa pública para tal decisão foi associada aos

méritos e ao reconhecimento que os conselheiros viam no ex-reitor e ex-Ministro da Educação.

O retorno de Flávio Suplicy como Conselheiro está registrado na ata da Sessão de 29 de junho de 1966. Ao abrir a sessão, José Nicolau disse que tinha uma comunicação especial a fazer: a reunião contava com a presença de Flávio Suplicy de Lacerda, reitor Honorário, como membro do Conselho. Prosseguindo, disse que a atuação da reitoria tem sido difícil, mas com o espírito de compreensão demonstrado, esperava que fossem as dificuldades encerradas. Manifestou ainda a satisfação de “[...] contar no Conselho com o eminente mestre e reitor honorário, que honrou com sua sabedoria os constantes debates, orientando e aconselhando”. A seguir, fez uso da palavra o Conselheiro Flávio Suplicy, referindo-se ao trecho da ata anterior em que se decidiu sua volta ao Conselho e agradeceu a todos os que manifestaram pela sua volta. Além disso, continuou dizendo:

Que havia atendido a convocação para prestar sua colaboração, justamente em que a Universidade decide a se desarmar e na hora em que é pedida a colaboração de todos, visando a acabar com as crises, pois que todos têm compromisso com os homens que criaram essa Universidade, que é de fazê-la sempre maior e respeitada. Conclui que ali estava para cumprir dever superior, para uma obra nacional, para obra do Brasil. (CU, ata 29 jun. 1966).

A impressão que dá por essa fala é que Flávio Suplicy atendeu a um chamado do Conselho e, por isso, retornou. Olhando para o desenrolar da questão, observamos quatro pontos: primeiro, o Conselheiro Ralfh Leitner, em nome da Faculdade de Engenharia, exigiu o retorno de Flávio Suplicy como Conselheiro; em segundo, o próprio Flávio Suplicy havia pedido parecer do Conselho Federal de Educação sobre seu retorno como Conselheiro, obtendo o parecer favorável desse Conselho; por mais que tenha tido votos contrários ao retorno, dadas as formas antirregimentais, no final, prevaleceu o prestígio e reconhecimento de Flávio Suplicy, dado o consenso por unanimidade em favor de seu retorno; prestígio ratificado na própria posição do reitor José Nicolau ao reconhecê-lo como reitor honorário.

Mesmo dada a polêmica do seu retorno ao Conselho em 1966, o ex-reitor da Universidade ainda continuaria com um prestígio muito grande na Universidade Federal do Paraná. Prestígio esse que vinha acumulando ao longo dos anos. Na Sessão de 5 de fevereiro 1952, o Conselheiro Milton Munhoz “[...] solicitou a aprovação de um voto de aplausos e louvor à reitoria, pela colaboração que vem emprestando às realizações culturais e científicas em nossa capital, e, em especial, por haver subvencionado radiognóstico de crânio”. Na reunião do Conselho de 11 de fevereiro de 1955, o Conselheiro Nilton Bühner propôs que fosse cumprido um “[...] ato de louvor ao Magnífico Reitor Flávio Lacerda pelo êxito

alcançado com a inauguração das novas obras do edifício central da Universidade e com a visita do Senhor Ministro da Educação, sendo aprovadas as proposições por todos os conselheiros presentes”. O reitor, “[...] agradecendo declara que o voto proposto deve atingir a todos os membros do Conselho Universitário e que, em verdade, deve uma congratulação geral da Universidade do Paraná por mais esse triunfo”. Na Sessão do Conselho de 1 de abril de 1960, o Conselheiro Laertes Munhoz consignou que se conste em ata um voto de louvor ao Magnífico reitor Flávio Suplicy “[...] pela construção e inauguração do Hospital de Clínicas, fausto da sua eficiente gestão na reitoria”. Na Reunião de 10 de agosto de 1962, “[...] o Conselheiro Homero de Barros solicitou a palavra para propor voto de aplauso e louvor pela atitude desassombrada assumida pelo reitor, que, graças a sua bravura e ardor na liderança de movimento de âmbito nacional assegurou a manutenção do regime de autonomia indispensável à sobrevivência das Universidades brasileiras”. Associando-se à manifestação do Conselheiro Homero de Barros usaram da palavra a seguir todos os conselheiros presentes, para darem o seu apoio irrestrito à atuação notável desenvolvida pelo reitor na defesa dos elevados interesses da Universidade. Em reposta, o reitor agradeceu “[...] muito sensibilizado a prova de confiança que acabava de receber e acrescentou que aquilo que o reitor tem feito não tem sido mais nada do que exprimir o pensamento do Conselho Universitário e que outra coisa não fez senão impelido e comandado pelo pensamento que domina a Universidade do Paraná, firme na defesa intransigente de sua autonomia”. Na Sessão do Conselho Universitário realizada em 28 de abril de 1964, o Conselheiro Ulysses de Campos requereu lançar “[...] em ata um voto de louvor ao Conselheiro Flávio Lacerda, atual Ministro da Educação e Cultura, pelo zelo e eficiência sempre demonstrados no exercício daquele cargo [reitor] por vários anos, e a gratidão da Universidade pelos inestimáveis serviços a ela prestados por sua excelência”. O Conselheiro Ildefonso Marques, que secundou a palavra dos oradores precedentes, “[...] regozijou-se com a constituição da lista tríplice e requereu que a proposição do Conselheiro Ulysses de Campos uma vez aprovada, fosse transmitida ao Senhor Ministro Professor Flávio Suplicy de Lacerda”. Na ata da Sessão do Conselho Universitário, realizada em 17 de fevereiro de 1965, está registrado um voto de louvor em favor do restabelecimento do Ministro da Educação. Na ata da Sessão do Conselho de 25 de março de 1971, “[...] o Conselheiro José Nicolau dos Santos pediu que se consignasse em ata um voto de grande louvor ao Magnífico reitor, em reconhecimento à sua administração, pelo grande sacrifício empregado num cumprimento de sua missão”. Flávio Suplicy agradeceu declarando que “[...] continuaria como Conselheiro, a defender os interesses da Universidade. Reitor agregado continuaria sempre a defender a Universidade”.

O que observamos na polêmica em torno do retorno de Suplicy ao Conselho foi uma pequena polarização entre os contrários e favoráveis, resolvidos a partir de um consenso. Não obstante, as passagens anteriores indicam o prestígio de Suplicy até o final de seu ciclo administrativo em 1971. Esse prestígio pode ser observado na Sessão do Conselho de 28 de abril de 1967, quando foi realizada eleição para triênio 1967-1970. Com a presença de 26 Conselheiros, feita a primeira votação secreta para a escolha do nome a figurar em primeiro lugar na lista tríplice, verificou-se o seguinte resultado: Flávio Suplicy de Lacerda, dezesseis votos; Laertes de Macedo Munhoz, oito votos; Temístocles Linhares, dois votos. A segunda votação ficou assim: Ulysses de Campos, treze votos; Ernani Simas Alves, onze votos; Temístocles Linhares, dois votos. Na terceira votação, Ernani Bettega, quatorze votos; Olavo Romanos, dez votos; Temístocles Linhares, dois votos. Em relação ao resultado:

O Conselheiro Flávio Suplicy de Lacerda que, emocionado, agradeceu a manifestação do Conselho, que o indicou para encabeçar a lista tríplice. Durante a sua oração, frisou que, se nomeado, fará uma administração de congraçamento e desarmamento de espírito, para o bem da Universidade que está acima de todos nós. (CU, ata 28 abr. 1967).

Apesar de comprovado seu prestígio na instituição, essa nova eleição marca certa divisão entre os Conselheiros. Pode-se analisar essa divisão em alguns termos: aumentou o número de Conselheiros⁷⁷; prováveis desgastes de Flávio Suplicy, advindo do campo político e sua atuação como Ministro da Educação, dado os protestos no meio estudantil; ascensão de outros pretendentes ao cargo de reitor da UFPR; mesmo havendo consenso em seu retorno ao Conselho, aqueles conselheiros que durante o processo se posicionaram contrariamente, podem ter votado contra; um bom exemplo refere-se a Ulysses de Campos que teve treze votos, na segunda votação. No entanto, de qualquer forma, continuou sendo o homem forte da Universidade Federal do Paraná. Essa eleição marcou o final da gestão de José Nicolau e o início da última gestão de Flávio Suplicy. Com relação ao primeiro, em discurso proferido na Sessão do Conselho de 31 de maio de 1967, agradeceu a Laertes de Macedo Munhoz que transmitiu o cargo a Flávio Suplicy. (SANTOS, 1967, p. 26). Nas palavras de José Nicolau:

Agradeço ao vice-reitor em exercício, professor Laertes de Macedo Munhoz, a incumbência e a oportunidade que me oferece de falar nesta solenidade em que sua

⁷⁷ Flávio Suplicy de Lacerda, José Nicolau dos Santos, Ildefonso Marques, Ralph Jorge Leitner, Anchises, Marques de Faria, Homero Batista de Barros, Ulisses de Campos, Olavo Romanus, Dirceu Correia, Armando Oscar Cavanha, Ernesto Sigel Filho, Astolpho Macedo de Souza Filho, Brasil Pinheiro Machado, Ernani Simas Alves, Heinz Rücker, Ary Florêncio Guimarães, Algacyr Munhoz Maeder, João Ernani Bettega, José Bittencourt de Paula, Alceu Ribeiro de Macedo, Oswaldo Ceccon, João Alves Tizzot, Mucio Caron, Mauro Pereira de Almeida, Sebastião Vicente de Castro, Milton Giovannoni, Lauro Esmanhoto, Fortunato Rigoti, Alcides Munhoz, Carlos Marés Filho, Jurandir Garçoni, Antônio Carlos Nunes, Berto Luiz Curvo (ANUÁRIO da Universidade, 1967, p. 9-10).

Excelência transmite as funções de Reitor ao Excelentíssimo Senhor professor Flávio Suplicy de Lacerda, Magnífico Reitor desta Universidade Federal do Paraná, já empossado, a 29 do corrente mês, perante sua Excelência o Senhor Ministro da Educação e Cultura na Guanabara. (SANTOS, 1967, p. 26).

Por fim, ele agradeceu a colaboração que teve durante sua gestão por parte do Conselho, autoridades, professores e alunos, desejando “[...] a Vossa Magnificência, Reitor Flávio Suplicy de Lacerda, que retorna a essa direção com sua imensa experiência administrativa, formulamos, mestres e estudantes, a mais eficiente, proveitosa e tranquila gestão.” (SANTOS, 1967, p. 27). Quanto ao reitor anterior, Flávio Suplicy, assim, expressou-se:

À Vossa Excelência, professor José Nicolau dos Santos, a quem dei posse quando Ministro mas a quem não passei a reitoria porque fui acordado, de madrugada, para voar à Brasília a fim de dar o Paraná ao Brasil, um Ministro que tivesse tradições de luta contra os vendilhões das nossas liberdades, à Vossa Excelência, reservei a manifestação final. (LACERDA, 1967, p. 28).

No entendimento de Suplicy, “[...] teve o reitor que me substituiu tarefa difícil, quase superior as forças de um administrador e conselheiro, a de manter em ordem a vida de uma grande Universidade, sem muitos recursos, que não podiam ser dados, porque a revolução encontrou o tesouro saqueado e os ladrões foragidos”. Mesmo diante dessa condição, “[...] vossa Excelência fez considerável economia e até mesmo resistiu excessos de verbas.” (LACERDA, 1967, p. 30). Diante das dificuldades, dizia estar consciente que “[...] não há propriamente disponibilidade financeira porque todo o montante de fundos do ano de 1967 está comprometido com programas especiais já definidos.” (LACERDA, 1967, p. 30). Mesmo assim, ele assume a nova gestão, esperando “[...] contar com apoio dos professores, dos estudantes e dos auxiliares, dos mais modestos aos mais categorizados, para que possa dar cumprimento integral a alta e honrosa missão que me foi confiada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.” (LACERDA, 1967, p. 30). Na Sessão do Conselho de 14 de junho de 1967, foi procedida eleição do vice-reitor para o período de 1967 a 1970. Contabilizado a presença de 26 votantes, foi verificado o seguinte resultado: Brasil Pinheiro Machado, vinte e dois votos; Alceu Ribeiro de Macedo, um voto; em branco, três votos. O reitor Flávio Suplicy proclamou eleito Brasil Pinheiro Machado e congratulou-se com sua eleição, afirmando “[...] que, com a larga soma de serviços prestados à Universidade e à grande experiência, a vice-reitoria, em suas mãos seria de grande proveito para a Universidade”.

Desse modo, Flávio Suplicy firma-se como reitor de várias sucessões na UFPR e Brasil Pinheiro Machado como vice-reitor de três gestões. Como demonstrado até aqui, desde

o início de sua gestão, ele enfrentou uma única contestação no Conselho, referente à eleição para vice-reitor e à polêmica em torno de seu retorno à reitoria, portanto mínima diante de uma gestão já completada quinze anos. As contestações mais significativas aconteceram no meio estudantil, que veremos adiante. De modo geral, Flávio Suplicy teve boa aceitação por parte dos conselheiros. Em relatório geral, apresentado na Assembleia de 19 de dezembro de 1956, ele enfatizou a ação colaborativa dos diretores dos vários institutos e Conselheiros Universitários, “[...] que continuaram estruturando, com a reitoria, um só pensamento e um único sentido de ação, unidade sem a qual seria muito difícil o funcionamento eficiente da Universidade, como se vem verificando e como se vem provando, com simplicidade e clareza, em cada reunião geral do corpo docente.” (LACERDA, 1956, p. 35). Por exemplo, na solução da greve estudantil de 1956, ressaltou que:

No decorrer deste ano, principalmente, em que a vida universitária foi lamentavelmente perturbada por graves manifestações estudantis, que ocasionaram desequilíbrio da ordem e da disciplina, não fosse a perfeita concordância de vistas e de propósitos, com que se nortearam os órgãos dirigentes das Faculdades, Escolas e da Universidade, não poderíamos estar aqui neste momento, Reitor, Diretores e Conselheiros, sem culpas e arrependimentos que haveriam de comprometer as nossas tradições, a nos submetermos a vossas críticas, com a mesma confiança com que temos solicitado sempre o vosso julgamento. (LACERDA, 1956, p. 35).

No início da década de 1970, chega ao fim uma administração que durou vinte anos. Na Sessão do Conselho de 6 de abril de 1971, o reitor Flávio Suplicy comunicou ao Conselho que pretendia convocar reunião extraordinária, no dia 15 de abril, para eleição a reitor na forma do novo Estatuto. Na reunião do Conselho de 15 de abril daquele ano, esclareceu-se sobre a finalidade da reunião:

A eleição por votação secreta, e escrutínio consecutivo das listas de seis nomes, dos quais serão escolhidos, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Reitor e vice-reitor da Universidade para o quadriênio 1971 a 1975, em conformidade com a legislação em vigor e o Estatuto da Universidade. (CU, ata 15 abr. 1971).

Observa-se que a gestão foi alterada para quatro anos e a lista a ser apresentada ao Presidente da República que era tríplice passou a ser sêxtupla. Foram seis escrutínios para compor a lista sêxtupla, constituída na seguinte ordem: Astolfo Macedo de Souza Filho, Alceu Ribeiro de Macedo, Orlando de Oliveira Mello, Marcos Augusto Evetti, Oswaldo Ceccon e Sebastião Vicente de Castro. A repercussão das eleições para reitor voltou à tona na reunião do Conselho de 27 de abril de 1971. Nessa reunião, Flávio Suplicy informou que o objetivo central seria dar conhecimento ao Conselho de fatos ocorridos após a reunião do dia 15 de abril, contestando a validade das eleições. Essa ata informa que a ação foi impetrada por um grupo de professores, sem relatar o conteúdo da impetração. A ata de 27 de maio informa

que o Mandado de Segurança foi imposto pelo professor Luiz Carlos Tourinho contra o ato do Conselho Universitário que elegeu lista sêxtuplas de reitor e vice-reitor. Em razão desse mandado, Flávio Suplicy expressou um veemente protesto contra o que estava acontecendo na Universidade, taxando de “[...] intervenção todo esse dissentimento e tumultuação, nunca havidas, como declarou, provocada por professores da própria Universidade”. A reunião de 27 de maio de 1971, ainda trataria desse assunto. Como não se chegou a um consenso em torno da questão, Flávio Suplicy convocou “[...] na forma estatutária, o Conselheiro Algacyr Munhoz Maeder, para assumir a reitoria, dia 31 de maio, em virtude dos termos dos mandatos do reitor e vice-reitor, a 30 de maio”.

Na Sessão do Conselho de 11 de junho de 1971, Flávio Suplicy não apareceu mais como reitor. Entretanto, estava relacionado entre os Conselheiros da Universidade. Na ata do Conselho realizada em 15 de julho de 1971, foi apresentado parecer sobre a lista sêxtupla, parecer do Juiz Federal do Ministério de Educação e Cultura, que marcou audiência para o dia 21 de julho (o parecer foi lido e discutido, sem, porém, ser registrado em ata). Assim sendo, em torno da polêmica, assumiu a reitoria Algacyr Munhoz Maeder, também docente da Faculdade de Engenharia e membro inicial do Conselho deste a primeira gestão de Suplicy, portanto signatário do mesmo grupo. Conforme Cecília Maria Westphalen (1987 p. 15),

[...] conluído o seu mandato e a lista sêxtupla que deveria indicar o seu sucessor estando sob-judice, Flávio Suplicy de Lacerda foi substituído pelo decano do Conselho Universitário Algacyr Munhoz Maeder (31/04/1971 a 22/04/1973), a quem coube dar os primeiros passos da reforma universitária.

Conforme essa autora, foi na administração de Maeder que “[...] foram criados e instalados os cursos de Mestrado em História, Geodésica e Engenharia Florestal” (WESTPHALEN, 1987 p. 15). Algacyr Munhoz Maeder aposentou-se em 1973, ficando em seu lugar o vice-reitor Eduardo Correia Lima. Um novo reitor, indicado pelo Conselho (lista sêxtupla), assumiria em outubro desse mesmo ano, sendo Theodócio Jorge Atherino.

Apesar de poucas contestações em relação a sua gestão, o que não aconteceu em outros momentos, antes de assumir o Ministério da Educação, Flávio Suplicy findou seu ciclo administrativo com capital político que lhe garantiriam continuar como reitor. Certamente a sua não candidatura se explica, por um lado, pelas reformulações que estavam acontecendo no ensino superior e, por outro, Flávio Suplicy iria completar 70 anos, o que provavelmente o levou a pensar em aposentadoria. Do mesmo modo, apresentava, desde a época do Ministério da Educação, problemas de saúde⁷⁸. Em relação ao novo reitor, Flávio Suplicy destacou:

⁷⁸ Conforme Lacerda Neto (1988, p. 105), “[...] recolheu-se então a vida privada, padecendo nos lustros finais de

Falharia comigo e com os meus amigos, se não dissesse que devo a cooperação efetiva deste a quem, agora neste instante, passo o bastão de administrador da Universidade, professor Algacyr Munhoz Maeder, de cujas colaborações basta uma só para destacar tudo quanto já fez a nossa Universidade: a adoção, quando Prefeito Municipal, do terreno onde foi edificado o Centro Politécnico. Falharia se não afirmasse que isso tudo foi realizado graças a efetiva participação dos Senhores diretores das onze Faculdades, dos Senhores Membros do Conselho Universitário, dos Senhores professores e alunos dessa casa de saber. Dela me afasto, mas não me despeço. Continuarei como Reitor agregado. (LACERDA, 1971, p. 29-30).

Ele terminou sua fala dizendo: “[...] recebemos a nossa Universidade com a tradição da mais antiga do Brasil. Entregamo-la com roupagens das mais novas e modernas sem haver maculado a sua história”. Na mesma direção, Bento Munhoz da Rocha Neto, por ocasião da transmissão do cargo do reitor Flávio Suplicy, disse que não se tratava de uma despedida, mas “uma expressão de reconhecimento.” (ROCHA NETO, 1971, p. 34). Além disso, imagina “[...] o estado de espírito de Flávio Suplicy de Lacerda nesta homenagem da Universidade, depois de uma existência no exercício de sua reitoria, só interrompida pelo tempo em que foi Ministro da Educação, quando, de algum modo, com a visão global dos problemas nacionais, continuou Reitor.” (ROCHA NETO, 1971, p. 34). No entendimento de Bento Munhoz da Rocha Neto:

Flávio Lacerda adquiriu, aqui, a categoria e a estatura dos fundadores cuja missão ninguém apaga, cujo ideal e previsão, o tempo só faz crescer. Os fundadores são beneméritos porque deram de si, acreditaram e venceram as resistências iniciais. O Começo é difícil e decisivo. (ROCHA NETO, 1971, p. 34).

Flávio Suplicy, um vice-reitor improvável na gestão de João Ribeiro de Macedo Filho, ganhou notoriedade, sobretudo, na campanha pela federalização da Universidade. Essa campanha, coberta pela imprensa paranaense, estabeleceu uma relação estreita entre o campo acadêmico e o campo político. Com isso, Flávio Suplicy ganhou notoriedade e reconhecimento que ultrapassaram os muros da Universidade Federal do Paraná. Fora da Universidade, esse reconhecimento lhe garantiu a indicação para o Ministério da Educação e Cultura no governo militar. Mesmo no Ministério da Educação, Flávio Suplicy continuou tendo influência na reitoria.

No próximo tópico, analisamos a sua atuação no Ministério da Educação e o considerável capital social junto ao Conselho Universitário que lhe garantiram não só o seu retorno como Conselheiro, mas, particularmente, seu retorno à reitoria da Universidade do Paraná por mais quatro anos.

sua existência os efeitos da moléstia insidiosa causada por coágulo que originário de embola pulmonar sofrida quando Ministro, em março de 1965 (em 1967 sofre acepcemia com parada cardíaca) alojou-se no cérebro, tolhendo a capacidade de produção útil de quem até o momento permanentemente ativo e fecundo. Cercado pelas atenções da família e pelos cuidados sempre solícitos da esposa [...]”.

4.2 Um Reitor Ministro: “hoje terminaria o meu mandato. Aqui estou para ouvir do Conselho e desta Assembleia de amigos, que continuo Reitor”

No ano de 1964, Flávio Suplicy deixou a reitoria da Universidade Federal do Paraná para assumir o Ministério da Educação do Governo militar. Na ocasião, ele ocupou a vaga deixada por Gama e Silva, reitor da USP. Conforme Maria de Fatima de Paula (2002, p. 57), “[...] as ligações do então reitor da USP – professor Gama e Silva, em 1963 com o governo militar eram estreitas.” Quanto a Flávio Suplicy, Lacerda Neto (1988, p. 95) informa:

[...] o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco [convidou] o sociólogo Gylberto Freire [para] pasta da educação. (Porque recusasse, lembrou o deputado Paulo Sarasate, da bancada udenista do Ceará o nome do reitor da federal do Paraná que em 1962 impressionara favoravelmente o General Ernesto Geisel) então comandante da 5ª Região Militar, sediada em Curitiba. Castello Branco indagou ao Governador do Paraná Ney Braga, se corroboraria o nome, ao que este aquiesceu, definindo-se assim o novo titular.

Quanto à configuração militar na capital paranaense, na fase pré-golpe, José Carlos Dutra (2004, p. 195) informa que “em Curitiba encontrava-se a sede do Comando da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria” cujos “[...] militares [...] encontravam-se divididos, particularmente a oficialidade.” (DUTRA, 2004, p. 196). De um lado, estavam aqueles que pregavam a posse de Jango e a devolução dos poderes presidenciais suprimidos pelo parlamentarismo e, de outro, aqueles que não enxergavam com bons olhos o desenrolar dos acontecimentos. Dessas duas posições, o autor nota uma “[...] agitação política que terminou contaminando a caserna, além de produzir graves problemas de indisciplina.” (DUTRA, 2004, p. 196). Em consequência dessa agitação, o General Ernesto Geisel, à época Comandante interino da 5ª RM/DI, de maneira enérgica e contrariando seu superior hierárquico, comunicou-lhe que estava em condições de manter a ordem no Paraná e em Santa Catarina. Como as contradições tornaram-se visíveis, Geisel foi exonerado do cargo, sendo deslocado para o Rio de Janeiro. No lugar de Geisel foi nomeado o General Silvino Castor da Nóbrega, “[...] que, se não pregava abertamente, de maneira velada defendia as posições do Presidente da República.” (DUTRA, 2004, p. 197). Na época, o Paraná era governado por Ney Braga, de origem militar (Coronel), eleito pelo Partido Democrata-Cristão (PDC) que demonstrava uma atitude bastante contraditória. Para manter governabilidade, ele entregou alguns postos da administração estadual a políticos de tendências esquerdistas. A cúpula militar, sediada no estado, acreditava que, no momento apropriado, o governador saberia como agir, no sentido de neutralizar esses políticos. Todavia, à medida que passava o tempo, a indefinição de Ney Braga começou a causar preocupações, só amenizada quando ele foi “[...] à televisão e fez um

pronunciamento contra o que chamava de “baderna.” (DUTRA, 2004, p. 197). Depois do pronunciamento, ninguém mais teve dúvidas, do lado em que estava o Governador do Estado, procurando, na noite do dia 30 de março, “[...] reservadamente, o Comandante da 5ª RM/DI, após retornar de Belo Horizonte, onde se avistara com o Governador mineiro Magalhães Pinto” e “[...] manifestou integral simpatia pelo movimento que se desencadearia em Minas Gerais.” (DUTRA, 2004, p. 197). O 31 de março, no Paraná, transcorreu em meio a informações desencontradas e boatos de toda ordem. As primeiras notícias que chegaram ao Estado davam conta de uma rebelião das tropas federais aquarteladas em Minas Gerais, a serviço de um golpe liderado por Carlos Lacerda e Adhemar de Barros. Tal notícia não teve uma boa acolhida pela oficialidade paranaense, uma vez que esses políticos não eram bem vistos pelos militares. O Governador Ney Braga era do PDC e contrário politicamente à situação nacional, mas havia em seu governo alguns esquerdistas – os “Ney-boys” – entre eles o vice-governador Afonso Camargo Neto, Presidente regional do PDC. Com a posse do Marechal Castello Branco na Presidência da República, o Paraná fortaleceu-se politicamente, uma vez que “[...] o Governador Ney Braga era muito amigo do Presidente e o Estado ganhou o Ministério da Educação e vários cargos nos 1º e 2º escalões da administração federal.” (DUTRA, 2004, p. 206).

Ao analisar a nomeação de Flávio Suplicy ao Ministério da Educação, Elio Gaspari (2002, p. 225) o caracteriza como “[...] o mais catastrófico dos ministros da Educação na história da pedagogia nacional”. No entendimento deste autor, “[...] fora até início de 1964 um modesto reitor da Universidade Federal do Paraná.” (GASPARI, 2002, p. 225). Sua indicação ao Ministério da Educação e Cultura, na avaliação de Gaspari (2002, p. 226), foi efetivada pelo “[...] general Ernesto Geisel, que o conhecera anos antes, quando servia em Curitiba”. O autor informa que Suplicy “[...] chamava de ‘escorpiões’ e ‘agitadores’ os estudantes que faziam passeatas contra o governo.” (GASPARI, 2002, p. 225, grifos do autor). Na avaliação de Gaspari (2002, p. 226), “[...] um estudante poderia ser um sincero anticomunista, poderia ainda discordar da orientação que professores esquerdistas imprimiam aos currículos e até apoiar as linhas mestras da política do governo, mas dificilmente seria um quadro sincero de um regime que se associava a intolerância”. Conforme Dalladone e Baranow (2007, p. 42), “[...] desde a fundação [...] a universidade adotou muito de perto o regime da Escola Militar, inspirado por Nilo Cairo, Daltro Filho e Plínio Tourinho, brilhantes oficiais do Exército”. E mesmo Flávio Suplicy, que foi estudante do Colégio Militar em Barbacena, não seguindo carreira militar, conforme ele mesmo afirmou, devido a problemas que teve com colegas.

Na avaliação, Codato e Oliveira (2004, p. 300), além da proximidade de Flávio Suplicy com os militares, a esposa dele, Dalila de Castro Lacerda, foi “[...] uma das fundadoras da União Cívica Feminina do Paraná e uma das organizadoras da marcha em Curitiba”. Segundo os autores, a marcha na capital paranaense foi extensão da ocorrida nacional, quando, em resposta “[...] a um comício a favor das ‘Reformas de Base’ diante da Central do Brasil no dia 13 de março de 1964 reuniu uma multidão de cerca de 200 mil pessoas; em 19 de março 500 mil desfilaram da Praça da República à Praça da Sé em São Paulo na ‘Marcha da Família com Deus pela Liberdade’.” (CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 272-273, grifos dos autores). Para os autores, “[...] a manifestação terminou com uma missa ‘pela salvação da democracia’. Durante o trajeto foi distribuído o Manifesto ao povo do Brasil, convocando a população a reagir contra Goulart.” (CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 273, grifos dos autores). No entendimento dos autores, as Marchas da Família foram organizadas “[...] por setores católicos da classe média urbana e impulsionados por políticos conservadores que condenavam genericamente a política ‘populista’ [...] e o ‘comunismo’ (seja seu caráter ‘materialista e ateu’, seja o risco que o ‘totalitarismo’ poderia representar à propriedade privada e à democracia).” (CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 273, grifos dos autores). No embate contra essas ideologias, a União Cívica Feminina Paranaense - UCF (fundada em outubro de 1963) tinha como objetivo realizar obras assistencialistas e debater assuntos cívicos e religiosos. Suas principais incentivadoras foram Dalila de Castro Lacerda e Rosy Pinheiro Lima, e a grande maioria de suas associadas eram oriundas das camadas médias tradicionais. Na avaliação dos autores:

O caso de Curitiba chama a atenção do observador por vários aspectos. A começar pelo nome: em vez do pomposo título sob o qual os conservadores desfilaram em São Paulo — “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” —, o evento foi, no Paraná, rebatizado para “Marcha a favor do Ensino Livre”. A encampação das escolas particulares e a adoção do “Livro Único” foram os assuntos principais dos oposicionistas. [...] A questão do “Livro Único”, elaborado pelo MEC, era mais complexa. Ora os conservadores reprovavam o fornecimento pelo Estado de livros didáticos para todas as escolas [acusando] essa operação (talvez por isso mesmo) de mera propaganda ideológica do governo de Jango. [...] escrito pelo historiador Nelson Werneck Sodré possivelmente a partir de seus cursos no Instituto Superior de Estudos Brasileiros e recontava o processo de organização da sociedade brasileira contrariando os principais mitos da História tradicional. Além disso, consta que a brochura fazia apologia do programa das “Reformas de Base.” (CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 286, grifos dos autores).

Segundo os autores, a orientação sobre a negação dos livros vinha de Alceu Amoroso Lima para o qual “[...] o decreto assinado pelo presidente João Goulart, autorizando o Ministério da Educação a editar livros escolares, é perigoso de ser aplicado, porque a

comissão encarregada de editá-los deverá preparar os textos de acordo com a posição ideológica dominante no Governo [...]” (CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 287). Essa defesa implicava, do ponto de vista dos conservadores-liberais, em defender o mercado de livros didáticos e a monopolização de ideias. Para os autores, a ação política da UCF desdobrou-se simultaneamente em muitas frentes mobilizando o debate político: “[...] visitaram a Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal e excursionaram para outros municípios a fim de apoiar outras Marchas da Família;” (CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 289). Os encontros giravam basicamente em torno do livro oficial da disciplina de História com pequenos protestos locais antes da Marcha (como o ato de repúdio a uma conferência do professor Darcy Ribeiro, reitor da Universidade de Brasília, na Universidade Federal do Paraná) (CODATO; OLIVEIRA, 2004). Além disso, buscaram apoio do Governador Ney Braga que, no momento não havia tomado uma posição, manifestando-se posteriormente, quando aderiu ao movimento contra Jango. De modo geral, “[...] a União Cívica Feminina mostrou-se extremamente organizada e atuante na crise de 1964. Manteve, para além de sua mobilização nos círculos católicos de classe média, contatos com parlamentares ligados à conspiração.” (CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 290). Dadas essas considerações, é possível perceber o quadro político/social ao qual Flávio Suplicy estava atrelado no período pré-golpe.

Em relação à nomeação dele ao Ministério da Educação, o reitor José Nicolau dos Santos, em Assembleia realizada no dia 19 de dezembro de 1964, relatou o seguinte:

No dia 31 de março de 1964 o povo e as forças armadas declaram-se em estado de revolução contra a subversão, à indisciplina, à desordem e à corrupção, então vigentes. Na cúpula desse movimento de redenção, o Magnífico Reitor da Universidade do Paraná se afirmou como líder nacional e foi convocado para assumir a direção do Ministério da Educação e Cultura, integrando-se assim, no novo estágio do processo histórico brasileiro, que reconduziu o país à ordem e ao progresso econômico, político e social. A partir de então, na qualidade de vice-reitor, assumiu a direção da UP o professor José Nicolau dos Santos. (SANTOS, 1964, p. 11).

Prevaleceu nesse relatório o discurso da subversão, cujo papel do Exército Brasileiro seria o de estabelecer a ordem nacional. No Ministério, Flávio Suplicy exerceria “liderança nacional”. Nesse sentido, a indicação dele ao Ministério foi para manter a ordem e a indisciplina provocada pelo comunismo. Conforme Carlos Fico (2004, p. 34), trata-se de um discurso que pode ser chamado de “utopia autoritária”, ou seja, “[...] a crença que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso (comunismo, ‘subversão’, ‘corrupção’) tendo em vista a inserção do Brasil no campo da ‘democracia ocidental e cristã’.” (FICO, 2004, p. 34, grifos do autor). Na avaliação de Fico, essa crença empolga de maneira diferente diversos grupos de militares, porque, para ele, “[...] os militares (e os civis) diretamente envolvidos em

tortura foram poucos.” (FICO, 2004, p. 34). No entanto, Fico considera que

[...] só o estudo conjunto dos pilares básicos da repressão (espionagem, polícia política, censura da imprensa, censura de diversões públicas, propaganda política e julgamento sumário de supostos corruptos) permite compreender que, a partir de 1964, gestou-se um projeto repressivo global, fundamentado na perspectiva da utopia autoritária, segundo a qual seria possível eliminar o comunismo, a “subversão”, a corrupção, etc. que impediriam a caminhada do Brasil rumo ao seu destino de país do futuro.” (FICO, 2004, p. 36, grifos do autor).

Na realidade, trata-se de um conjunto de medidas e pressuposições de segurança nacional e tendo como referência o tamanho do país, tinha como principal recomendação “o combate interno do comunismo.” (FICO, 2004, p. 38).

Mesmo no Ministério da Educação, Flávio Suplicy continuou com muita influência sobre o Conselho da Universidade Federal do Paraná. Esse aspecto se explica, em parte, considerando que a gestão universitária coordenada por José Nicolau foi continuada pelo mesmo grupo. Essa assertiva pode ser observada no discurso pronunciado pelo Ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy, por ocasião da Assembleia Universitária de 23 de maio de 1964. Nessa Assembleia, foi-lhe conferido o título de “Magnífico Reitor Honorário em considerações aos relevantes serviços prestados à Universidade do Paraná.” (ANUÁRIO da Universidade do Paraná, 1964, p. 17). Depois das considerações iniciais Flávio Suplicy lembrou:

Hoje terminaria o meu mandato de Reitor da Universidade do Paraná. Aqui estou para ouvir do Conselho e desta Assembléia de amigos, que continuo Reitor e então quero dizer a todos que me agrada mais ser Reitor, do que Ministro, porque de tal forma me vinculei a esta Universidade, aqui tanto desenganos, tantos sofrimentos e tantas alegrias experimentei, durante quase quinze anos, que eu, entrando para a reitoria um moço e saindo daqui um sexagenário, sem férias e nem descanso algum, acabei sendo da Universidade, para viver sempre a sua vida, servindo-a como a minha. Para mim nada tem sentido, nem o Ministério que ocupo, sem a Universidade, pois se para o Conselho da República fui elevado, quem me elevou foi o Conselho desta Universidade, que me orientou, aconselhou-me, e agora, como se tudo isso não bastasse, ainda me dá o título que eu queria, título de defensor perpétuo, que eu desejava sem poder definir bem porque, mas que não me seria necessário para estar a cada instante e em qualquer circunstancia, a serviço da instituição que eu sinto ser condição da minha vida. (LACERDA, 1964, p. 18, grifos nossos).

Observamos três características essenciais por parte do Conselho Universitário depois da ida de Flávio Suplicy ao Ministério da Educação: um tom de reverência ao professor Ministro; combate à subversão, ainda que seja à estudantil; e exaltação ao regime militar, a partir de uma proximidade com o Governo Militar. Ao mesmo tempo, Flávio Suplicy retribuiu seu prestígio junto à reitoria e ao Conselho da Universidade, dizendo que quem o elevou ao Ministério foi o próprio Conselho. O tom de reverência ao Ministro reitor

pode ser percebido também no discurso de José Nicolau, proferido na Assembleia Universitária de 19 de dezembro de 1964. Nesse discurso, ao tratar da ausência de Flávio Suplicy, ele enfatizou que “[...] durante mais de uma década, esta é a primeira vez, que o não temos presente a tão ilustre conclave, falando pessoalmente aos mestres eméritos, que aqui se reuniram.” (SANTOS, 1964, p. 37). Continuou:

Desejo, pois afirmar, com ênfase inusitada, que sua magnificência somente deixaria, hoje, de comparecer a esta festividade estatutária e histórica, 51º aniversário de fundação de nossa Universidade, por dever imperativo, direi melhor, por vocação constante e irresistível àquela antiga diretriz que nos foi traçada, há cinquenta e um anos vividos, pelos venerados pais e arquitetos deste grande templo de saber e de trabalho: ‘Scientia et Labor’. Neste momento exato, neste minuto preciso que soa, encontra-se o Reitor da Universidade do Paraná labutando, junto às mais altas autoridades administrativas do país, no sentido de solver problemas urgentes, de ordem financeira, que exigem a sua atuação direta, imediata e eficaz. (SANTOS, 1964, p. 38).

José Nicolau não se referia a Flávio Suplicy como Ministro da Educação, mas como o “[...] reitor da Universidade do Paraná labutando, junto às mais altas autoridades”. Uma fala que sinaliza, aliás, a influência do “Ministro reitor” na Universidade. Na sequência disse:

Devemos, portanto, creditar, sua Magnificência, mais este mérito, com os aplausos, louvores e gratidões que jamais lhe negamos, pela inteligência e operosidade ímpar, pela vigília e atenção permanente dos interesses didáticos, científicos e administrativos, que incidem, sobre todos os setores, do complexo organismo universitário em que vivemos. (SANTOS, 1964, p. 38).

Se “espiritualmente” Flávio Suplicy continuava presente no Conselho, o apoio ao regime militar por parte dos Conselheiros, também fica claro. Na reunião do Conselho Universitário de 31 de julho de 1964, o reitor José Nicolau propôs a concessão do título de Doutor *Honoris Causa* ao Presidente da República Marechal Humberto Castello Branco. Posta em votação, a proposta do reitor foi aprovada por unanimidade de votos, resolvendo o Conselho ainda que o Ministro da Educação, Flávio Suplicy, fosse o portador da mensagem ao Presidente da República. Conforme Rodrigo Motta (2014a, p. 8), “[...] os grupos que deram sustentação ao golpe de 1964 compunham uma frente heterogênea, representando tanto diferenças sociais quanto ideológicas”. Dessa forma, “[...] liberais, conservadores, reacionários, nacionalistas autoritários e até alguns reformistas moderados receberam com alívio o golpe.” (MOTTA, 2014a, p. 8). Existia, conforme Motta, um consenso disseminado em relação ao mau governo de Goulart e os perigos que suas alianças representavam. Para ele, “[...] a política universitária que foi se desenhando ao longo do tempo, resultou de choques entre grupos e opiniões divergentes, da pressão do movimento estudantil e, paradoxalmente, da apropriação de ideias gestadas no pré-1964.” (MOTTA, 2014a, p. 8).

A complacência com o regime militar pode ser, ainda, observada na entrega do título de Doutor *Honoris Causa* ao Presidente da República Marechal Castello Branco. Em seu discurso, José Nicolau enfatizou ser uma “[...] data de imenso jubilo para o Paraná, noite de gala excepcional, conceder-nos a honra de presidir a nossa magna Assembleia.” (SANTOS, 1964, p. 19). Ele rememorou ao Presidente a história da Universidade, falando das lutas, dificuldades e dos sucessos, que não seriam possíveis sem o apoio de homens e políticos paranaenses. Entre esses homens, ele destacou o Ministro da Educação e o Presidente da República. Em relação ao primeiro, declarou que “[...] nos dias atuais para a sorte da democracia brasileira, em aula magna proferida na Universidade do Ceará, no início de 1963, [...] sua Excelência o Ministro da Educação e Cultura, professor Flávio Suplicy, falou com clareza e clarividência.” (SANTOS, 1964, p. 21). José Nicolau reproduziu parte da fala de Suplicy:

Nós, homens do mundo cristão temos uma culpa a resgatar... O Comunismo em especial, e o totalitarismo em geral... é a tirania exercida por uma superburocracia, que explora e deprime a massa, em nome da própria massa... A escola então como elemento dinâmico, não pode permanecer indiferente, paralisada pela pressão de um mormaço ameaçador, que por toda a parte se manifesta e que todos sentimos... Temos presenciado perplexos, movimentos sociais estudantis, que são agitações de massa, capazes de destruir a própria Universidade. (SANTOS, 1964, p. 22).

No entendimento de José Nicolau, esse resgate já foi feito. Nessa parte, ele evidenciou o Presidente: “[...] o bravo Exército Brasileiro, a que Vossa Excelência pertence, Senhor Presidente da República – todas as heroicas *[sic]* forças armadas, que Vossa Excelência comanda, como chefe supremo, resgataram a culpabilidade dos maus brasileiros.” (SANTOS, 1964, p. 22). No entendimento do reitor, “[...] as Universidades brasileiras sabem o que devem à gloriosa revolução democrática de que Vossa Excelência foi artífice máximo.” (SANTOS, 1964, p. 22). Ele continuou afirmando que “[...] de seu benemérito Governo, o magistério universitário recebeu, de volta a autoridade perdida, o direito de pensar e construir a ciência do futuro.” (SANTOS, 1964, p. 22).

Por ocasião da entrega ao Presidente da República do título de Doutor *Honoris Causa*, Manoel de Oliveira Franco falou em nome do Conselho Universitário. Em seu discurso, o citado docente enfatizou ao Presidente da República que “[...] o título que Vossa Excelência hoje recebe [...] não é somente de homenagem ao homem cuja missão não encontra limitações de horizonte político. Nossa confiança sincera no futuro do Brasil é a mesma confiança sincera da mocidade que estuda.” (SOBRINHO, 1964, p. 24). Em seu entendimento, o problema do Brasil não é só político, mas econômico e cultural. Manoel de Oliveira Franco Sobrinho concluiu dizendo que lá estava reunido o Conselho da Universidade

“[...] para dizer a Vossa Excelência que o Brasil precisa continuar com apreço, amor e dignidade a sua caminhada histórica.” (SOBRINHO, 1964, p. 26).

Em seu pronunciamento, o Presidente Castello Branco agradeceu as distinções que lhe foram feitas, afirmando que, nas visitas feitas aos estados brasileiros, ele não descuidou de visitar as instituições de Ensino Superior. Quanto à Universidade do Paraná, ele disse: “[...] apesar de ser a mais antiga entre as jovens brasileiras, tem sabido viver plenamente não só o seu papel histórico, mas a missão presente que cabe a Universidade.” (CASTELLO BRANCO, 1964, p. 27). Para ele, “[...] a universidade não pode estar separada do povo para realizar a sua missão” (CASTELLO BRANCO, 1964, p. 28). Sendo “[...] por natureza e definição, o Candinho democrático de uma seleção cultural, técnica e científica que nenhum país dispensará”, entende que, “[...] nessa obra da Universidade hão de se empenhar juntos mestres e alunos”. Diante do tom de reverência ao Ministro da Educação e homenagens ao Governo militar, o reitor José Nicolau declarou sua posição no que se refere à tomada do poder pelos militares:

O ano de 1964 incide, nos anais dessa casa, com uma sequência de fatos que merecem registro preliminar: apenas iniciando o ano letivo, a 1º de março, não findaria esse mesmo mês, sem profunda alteração na ordem político-constitucional do país. A revolução vitoriosa de 31 de março restaurou, rápida e definitivamente, as diretrizes democráticas brasileiras, que vinham sendo desvirtuadas, por ideologias estranhas e incompatíveis com os sentimentos da alma brasileira, profundamente cristã. A revolução, reorganizando os quadros administrativos do Brasil, formando um governo de alta responsabilidade intelectual e moral, levou a sua Excelência, o Senhor Presidente da República, Marechal Castello Branco, a confiar a pasta da educação, ao Reitor Magnífico desta velha Universidade, o Senhor professor Flávio Suplicy de Lacerda. Assumindo os encargos de Ministro de Estado, sua Excelência, Reitor Honorário desta casa, com longa experiência administrativa e didática que tanto o credenciaram perante a nova ordem política, a curto prazo, conseguiu dar a vida universitária brasileira, a orientação sadia, inteligente e tranquila que hoje podemos usufruir. (SANTOS, 1964, p. 45-46).

Recorrentemente em sua fala, José Nicolau relaciona o regime militar à democracia e dicotomiza a ideologia comunista como incompatível com um país de alma cristã. Esse discurso de José Nicolau dicotomiza a relação do novo contra o velho, do tradicionalismo x renovação, preconizado por Marta Carvalho em o Molde Nacional. Essa mesma autora exemplifica, citando o discurso da ABE, os conflitos em torno dessa questão: “Essas lutas complicaram-se sem dúvida tornando-se mais ásperas e acesas, no seu desenvolvimento com o conflito de ideologias, de esquerda e de direita, comunistas e fascistas, que fundaram na Europa, sobre o regime de um partido e em nome de um ideal de classe, raça ou de nação, e que então repercutiu no Brasil mais ou menos violentamente, pela organização de partidos extremistas.” (CARVALHO, 1998, p. 20-21).

Na avaliação de Andrea Beatriz Giménez (1999, p. 4), o anticomunismo encontrou-se presente em grande parte do século XX, principalmente após a Revolução Russa de outubro de 1917. Segundo a autora, no Brasil “[...] a possível ameaça a Deus, [à] família, [à] Pátria, [à] liberdade e [à] propriedade despertou manifestações anticomunistas em diversos momentos do século XX.” (GIMÉNEZ, 1999, p. 4). No entendimento dela, o “[...] ano de 1919 foi um dos anos de maior número de greves, principalmente em São Paulo, com um misto de orientações anarquistas e socialistas.” (GIMÉNEZ, 1999, p. 4). Oficialmente, somente em 1922, formou-se um Partido Comunista Brasileiro que “[...] possuía bases teóricas mais homogêneas, provindas dos estatutos do Partido Comunista de Moscou, e passou a aglutinar outros núcleos marxistas do país numa única direção nacional.” (GIMÉNEZ, 1999, p. 7). Para ela, as notícias vindas das repercussões e reflexos da Revolução Russa, aliadas ao avanço das agitações e reivindicações de trabalhadores em várias cidades brasileiras, foram causas de preocupações e colaboraram para que o temor das elites crescesse. A partir disso, Giménez referencia o peso das tendências espiritualizantes influenciadas por Jackson de Figueiredo, fundador do movimento católico Centro D. Vital e um dos formuladores das bases do pensamento autoritário brasileiro. Suas influências aparecem desde o Integralismo até o Integrisimo, ou Catolicismo Integral dos anos 1960. Entre suas características encontravam-se repúdio ao liberalismo e ao socialismo, idolatria pela autoridade, elitismo, ódio moralista ao corpo, ascetismo heroico fascista e a defesa do corporativismo. Partindo de tais influências, os intelectuais liberais ou conservadores das décadas de 1920 e 1930, em meio as suas propostas idealistas para a organização do país, repudiavam o marxismo e negavam a teoria da luta de classe. As correntes de pensamento de ordem liberal ou conservadora, com discurso autoritário, passaram a crescer a partir do final da década de 1920.

A partir de 1934, a trajetória do Partido Comunista Brasileiro passou a confundir-se, em grande parte, com a de Luís Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança. De tenente na década de 1920, Prestes foi influenciado pelo marxismo e aceito, no início da década de 1930, pelo Partido Comunista, tornando-se um de seus principais líderes durante mais de meio século. Representando a possibilidade de transformação da República, Prestes liderou a chamada Intentona Comunista em 1935. Assim, o discurso oposicionista de Prestes, aliado ao mito do herói libertador, construído durante os anos da Coluna, e a heterogeneidade dos participantes na Intentona Comunista, colaboraram para o crescimento do receio ao comunismo. O Governo Vargas usou-se de grande força repressiva contra a Intentona que se configurou como um pretexto para a instalação da Lei de Segurança Nacional, alicerçada no

discurso anticomunista e desencadeou um arsenal repressivo. Tendo no Comunismo a encarnação do mal - o inimigo -, Getúlio Vargas conseguiu mobilizar em torno de suas propostas autoritárias de reformulação da sociedade, de forma coesa, os diferentes setores e instituições da sociedade. A repressão que se iniciou no país durante o Estado Novo (1937-45) encaminhou-se dentro da retórica do medo: violências, perseguições, torturas, prisões, etc. Entre 1945 e 1947, ocorreu uma trégua no anticomunismo. No entanto, pouco tempo após a derrubada do Estado Novo, o governo Dutra reinstalou a Lei de Segurança Nacional, voltando a intervir nos sindicatos e tornando o PCB ilegal uma vez mais. O Partido Comunista Brasileiro e seus integrantes continuaram realizando suas atividades na clandestinidade, principalmente junto à classe operária.

A grande imprensa, durante o período pós-guerra e a década de 1950, abordou o comunismo em suas pautas; no entanto, sua referência voltava-se para a Europa, a URSS e para a China continental. No âmbito local, com o Partido Comunista Brasileiro cassado em 1948, os jornais veiculavam pequenas notas sobre ocorrências envolvendo comunistas. A partir das décadas de 1950 e 1960, o imaginário anticomunista foi fortalecido, retornando o comunismo a ser representado, em vários jornais, como um perigo para a sociedade brasileira. Tal fortalecimento vinha em decorrência tanto das notícias e do clima da Guerra Fria polarizada entre os Estados Unidos e a Rússia. A cosmovisão positivista e autoritária entre os militares e o engajamento contrário ao que o comunismo para eles representava - atraso, desordem, caos, anarquia - aliados ao espírito desenvolvimentista que envolvia o país a partir da década de 1950, colaboraram para a gestação da concepção da modernização autoritária. Esta foi gestada em meio a um imaginário modernizante, ligado a uma cosmovisão conservadora e colocada em prática, principalmente, a partir da Ditadura Militar de 1964. Dessa maneira, tanto o apelo religioso quanto a propaganda anticomunista realizada por parte da imprensa colocaram-se impactantes para o engrossamento das fileiras de oposição ao governo, em especial a classe média e setores das Forças Armadas. Os boatos sobre “infiltrações comunistas” no governo brasileiro perseguiram Jânio Quadros com sua Política Externa Independente e com João Goulart tais boatos radicalizaram-se, tendo sido seu governo acompanhado por infinitas manifestações e representações anticomunistas até acontecer o golpe militar de 1964.

Conforme Caio Navarro de Toledo (2004, p. 13), no Governo João Goulart (1961-1964), “[...] um novo contexto social emergiu no país”. Destacou-se, nesse Governo, “[...] uma intensa crise econômico-financeira; constantes crises político-institucionais; crise do sistema partidário; ampla mobilização política das classes populares, paralelamente a uma

organização e ofensiva política dos setores militares e empresariais (a partir de meados de 1963, as classes médias também entram em cena); ampliação do movimento sindical operário e dos trabalhadores do campo e um inédito acirramento da luta ideológica de classes.” (TOLEDO, 2004, p. 13). Para o autor, prevaleceu entre os liberais e os conservadores um consenso negativo em relação ao Governo Goulart, caracterizado, além da crise, por subversão e um avanço em direção a políticas comunistas. Por outro lado, o autor afirma que entre os setores de esquerda ocorreu uma traição a uma orientação social democrata. Desse modo, ele tenta argumentar ao longo do texto que o movimento de 1964 representou um golpe contra as reformas sociais; por um lado, advindo do projeto de Goulart e, por outro, um golpe contra a incipiente política democrática burguesa nascida em 1945.

No que se refere ao discurso antissubversivo, Luís Antônio Cunha (1988, p. 106-107) traz duas observações interessantes. O primeiro apresenta a fala do deputado integralista Abel Rafael que tinha dois filhos na Universidade de Brasília. Na sua interpretação, o ensino ministrado nessa Universidade vinha sendo orientado pelo marxismo, ministrado por professores jovens, que dialogavam com experiência soviética. Em sua opinião, sendo homem de igreja, rebelava-se com essa iniciativa. Em sua fala, chegou inclusive a acusar o reitor, na época Darcy Ribeiro, de não estar acompanhando as aulas dadas na universidade. Em resposta, Ribeiro disse que o mal seria se eles fossem chamados à Universidade para serem tratados a um processo de proselitismo, para serem doutrinados em tal ou qual ideologia. Na opinião de Ribeiro, o processo de formação não seria possível sem agitar ideias, sem colocar em contraparte, uma face a outra, todas as ideologias, indispensável para preparar a juventude. O contraponto dessas posições esboça de forma clara, não só o conservadorismo agudo dos professores da Universidade do Paraná, bem como o propósito de silenciar o público discente com uma formação do regime e para o regime.

Na avaliação de Cecília Maria Westphalen (1987, p. 112), “[...] a Universidade do Paraná acompanhava a grave crise que se preparava no país e que conduziria à Revolução de 1964”. Em seu entendimento, “[...] já, em 1962, o Reitor Flávio Suplicy de Lacerda alertava para os prenúncios da liberdade no país.” (WESTPHALEN, 1987, p. 112). A pretensão era uma “Universidade aberta [...] amadurecida e democrática” e levando em consideração a aflição e medo do povo brasileiro em relação ao drama nacional ante as “ideologias capazes de forçar uma disciplina rumo ‘ao estado unitário e a universidade unitária [...] cuja opinião pública é orientada pelos totalitaristas disciplinados em legião de desagregação democrática’.” (WESTPHALEN, 1987, p. 112). Flávio Suplicy, conforme citação de Westphalen, “[...] pregava a vigilância da Universidade, sobretudo constatando que, no Brasil,

os esquerdistas tinham trânsito livre, para ideais e ações, e que a agitação marxista invadira a sociedade nacional.” (WESTPHALEN, 1987, p. 112). Portanto, “[...] era preciso preservar a autonomia ampla e irrestrita da Universidade ‘sem a qual deixará de existir o pensamento livre da nação’.” (WESTPHALEN, 1987, p. 112). Dessa forma, na avaliação de Westphalen, Flávio Suplicy estaria na “[...] vanguarda dos homens da Universidade no revolucionarismo brasileiro contemporâneo” juntamente a Plínio Tourinho, Brasil Pinheiro Machado e Bento Munhoz da Rocha Neto.

Westphalen coloca Tourinho e Brasil Machado no mesmo bloco de Flávio Suplicy, além de defender que ele (Suplicy) foi o homem da Universidade que tomou frente ao movimento “revolucionário”. Em seu discurso de posse no Ministério da Educação, Flávio Suplicy falou “[...] dos perigos porque passaram as universidades brasileiras.” (LACERDA, 1964)⁷⁹. Para ele, os perigos ainda continuavam, e os comunistas tinham consciência de que sua revolução se faria pela “[...] massificação do estudante e a omissão do professor, um desleixo e um crime.” (LACERDA, 1964). Em sua avaliação, “[...] para perturbar o entendimento dos desavisados providenciaram campanha insidiosa em torno de uma reforma universitária que arregimentou estudantes, alimentados pela generosidade própria dos moços e teóricos pedantes.” (LACERDA, 1964). No entendimento de Suplicy, a formação da juventude dá-se pelas colunas dos jornais e tribunas, sendo, portanto, “[...] conhecimento universitário estrangeiro, por eles mal digeridos.” (LACERDA, 1964). Nesse sentido, ele criticou as diretrizes do ensino universitário, afirmando não saber “[...] como reformar o que ainda não se formou” e que em vista disso “[...] é preciso, e muito urgente, para se dar ao Brasil um destino superior, que se forme a universidade brasileira.” (LACERDA, 1964). Nesse momento, ele chamou a atenção para a missão do Governo militar em torno da questão universitária: “[...] partiu este Governo revolucionário da República para formar a Universidade, cuidando do elemento humano, disciplinando-o, porque não havia vida universitária sem condição de propósitos sadios.” (LACERDA, 1964). Em relação aos órgãos estudantis, ele comentou que “[...] o homem é aluno e professor, juntos e não separados, unidos e não desentendidos em lutas falsas de classes inexistentes.” (LACERDA, 1964). Com essa fala, Flávio Suplicy informou que já se iniciava uma ação de regulamentação dos órgãos de representação estudantil, já encaminhada ao Congresso. Essa normatização, conforme anunciou Suplicy, “[...] visa dar estrutura e garantir dignidade permanente à vida do estudante como tal” porque para ele “[...] a revolução comunista só poderá partir da Universidade

⁷⁹ Sem números de página.

inorgânica.” (LACERDA, 1964). Apesar de questionar como reformar o que ainda não formou, Flávio Suplicy enfatizou que “[...] a reforma legal, revolucionária já foi feita. Está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação que dá ao estudante o direito de ser ouvido, que determina que estudantes estudem e mestres ensinem congregados em departamentos de estudos e pesquisas.” (LACERDA, 1964). Ele complementou dizendo que, para isso, a lei já garantia ampla autonomia para as universidades.

Nesse discurso, Flávio Suplicy demonstra-se um tanto quanto contraditório. Em primeiro lugar ele questionou como reformar o que ainda não se formou. No fim de sua fala, ele se voltou para o caráter da lei, afirmando que existiam normatizações que regulamentavam o lugar dos professores e dos alunos. Pode ser que Flávio Suplicy estivesse dicotomizando a questão lei (teoria) e prática. Ou seja, existia uma lei que não funcionava, mas que precisa ser respeitada. Sanfelice (2008) tem semelhante interpretação: “[...] contudo, o ministro não desejava reformar a Universidade porque, segundo ele, a universidade ainda não estava formada. Falar em reforma era praticar uma perturbação semântica, tão de gosto de uso dos comunistas.” (SANFELICE, 2008, p. 362). Segundo o mesmo autor, o discurso de Flávio Suplicy assumia o posicionamento de regime que viria para salvar a nação dos perigos do comunismo, dos movimentos de esquerda. Assim, “[...] a revolução de 64 se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz não o interesse e a vontade de um grupo, mais o interesse e a vontade da nação.” (SANFELICE, 2008, p. 358). Para o autor, a justificava do movimento de 1964, sobretudo contidos no AI 5, diz que “[...] era preciso ‘tomar as urgentes medidas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do Governo, como nas suas dependências administrativas.’” (SANFELICE, 2008, p. 359). Prevalece, em termos discursivos, um ideal antiliberal. Conforme Maria de Fátima de Paula (2002, p. 33), havia, por parte de Flávio Suplicy, uma preocupação com os perigos da massificação. Em seu discurso prevalece uma concepção aristocrática de universidade, onde se deveria limitar o engajamento político/doutrinário, respaldando o projeto formativo da juventude na ocupação de funções de liderança na sociedade. Trata-se, portanto, de um discurso preocupado em combater a pluralidade ideológica. Esse ideal ‘aristocrático de universidade’, conforme Paula, já estava presente nos idealizadores de fundação da Universidade de São Paulo em 1934. Segundo a autora, “[...] nos discursos dos fundadores havia uma concepção aristocrática de universidade, destinada a formação geral de um reduzido número de jovens seletos, preparados para ocuparem funções.” (PAULA, 2002, p. 33). A diferença evidenciada na USP é que sua vocação liberal estava preocupada com a defesa da liberdade de pensamento, o que possibilitou o surgimento de uma geração crítica,

muito longe do ideal defendido por Flávio Suplicy.

Flávia de Angelis Santana (2007, p. 43) aponta que “[...] logo nas primeiras horas depois do golpe, ficou também evidente como seria a relação entre o novo Governo e o movimento estudantil”. Citando o *Jornal do Brasil*, a autora informa que “[...] no dia 1º de abril de 1964, o golpe militar mostrou, instantaneamente a sua indisponibilidade com os estudantes”. Em consequência dessa indisponibilidade, “[...] a UNE foi invadida, saqueada e queimada num paroxismo de ódio que escapa ao terreno puramente político para cair na esfera psiquiátrica.” (SANTANA, 2007, p. 43). Segundo Flávia Santana, “[...] no primeiro ano do mandato de Castello Branco, circulavam pelo país notícias que informavam sobre o envio de uma mensagem do Ministro da Educação, Suplicy de Lacerda, ao Congresso, sugerindo a extinção da UNE.” (SANTANA, 2007, p. 62). No Ministério da Educação, Flávio Suplicy teve preocupação em implementar sua posição de combate a subversividade impondo regras que afastasse os estudantes dos perigos trazidos pelo comunismo.

Luís Antônio Cunha (1988, p. 25, grifo do autor) vai na mesma direção. Conforme esse autor, no dia 31 de março de 1964, “[...] a sede da UNE no Rio de Janeiro foi incendiada e, em São Paulo, os estudantes da Universidade Mackenzie, com armas de fogo, caçavam os ‘comunistas’ nas faculdades vizinhas”. No entendimento de Cunha, “[...] vítimas preferidas e indefesas dos novos ocupantes do poder, professores e administradores universitários pagaram com a perda de seus cargos a acusação de serem ‘comunistas’ ou simplesmente suspeitos de adotarem ‘ideias exóticas ou alienígenas’.” (CUNHA, 1988, p. 39-40, grifos do autor). Ainda, conforme esse autor, “[...] tão logo o novo governo se instalou, o Ministro da Educação Suplicy de Lacerda baixou portaria, a de 20/4/1964, determinando que os reitores das universidades e os diretores das faculdades devessem instaurar inquéritos para dar cumprimento ao *Ato Institucional* (que veio a ter nº 1). (CUNHA, 1988, p. 52, grifo do autor)). Na USP, o reitor Antônio Gama e Silva “[...] nomeou uma comissão secreta de investigação que denunciou os ‘subversivos’ das várias faculdades e institutos, com super-representação da faculdade de medicina, base do ex-reitor” (CUNHA, 1988, p. 53, grifo do autor) com a finalidade de “[...] afastar e punir portadores de ideias consideradas marxistas ou subversivas.” (CUNHA, 1988, p. 53). Nesse clima de subversividade, professores, a exemplo de Isaias Raw e Florestan Fernandes, foram presos. Somente “[...] o clamor de intelectuais brasileiros e estrangeiros contra as prisões arbitrárias levou à sua libertação.” (CUNHA, 1988, p. 54).

Conforme Rodrigo Motta (2014a, p. 51), assim que assumiu o Ministério da Educação, Flávio Suplicy baixou a portaria 259. Essa portaria, na avaliação do autor, não

continha um caráter impositivo uma vez que aparecem palavras suaves como “sugerir” e “agradecer”. Entretanto, Motta (2014a, p. 51) considera que “[...] no contexto da época, seria arriscado não aceitar a sugestão do ministro, de instaurar inquéritos”. O decreto, apresentado por Suplicy de Lacerda, teve o seguinte teor:

No firme propósito de prestar relevante serviço à causa nacional e à salvaguarda do regime, tenho a honra de sugerir a Vossa Magnificência as seguintes medidas: a) instauração de inquéritos administrativos que se façam necessários para imediata apuração de responsabilidades; b) severa vigilância sobre quaisquer atividades que possam comprometer a causa da paz social e reintegração da ordem jurídica, democrática. Muito agradeceria que os inquéritos, com parecer conclusivo, me sejam remetidos no prazo de trinta dias. (MOTTA, 2014a, p. 51).

O decreto assinado por Flávio Suplicy concluiu: “[...] de modo significativo, a iniciativa do MEC precedeu a tentativa do governo de organizar melhor o expurgo, com a criação da CGI.” (MOTTA, 2014a, p. 52). No que se refere às “orientações” de Flávio Suplicy, a ata de 28 de abril de 1964, presidida pelo reitor José Nicolau dos Santos, foi lida a portaria nº 3047, de 24 de abril de 1964, que resolve:

a) suspender provisoriamente, a partir de hoje, o reconhecimento do Diretório Central dos Estudantes; b) declarar nula a eleição procedida a 20 de março do corrente ano para escolha do representante de alunos e respectivo suplente, junto ao Conselho Universitário; c) designar comissão para apresentar ao Conselho Universitário, anteprojeto de normas relativas ao procedimento eleitoral de todos os diretórios, Centros acadêmicos e demais representantes estudantis, prefixando também a natureza de suas atividades sociais; d) solicitar, ainda da comissão o estudo do novo destino que terá o edifício do Palácio dos estudantes, ainda não inaugurado. Posta em votação a discussão, o Conselheiro Alceu Macedo disse que no seu entender, a portaria estava em acordo com o parecer, tendo em seguida diversos conselheiros manifestados seu ponto de vista. Submetida a votação resolveu o Conselho aprovar o parecer da Comissão de Legislação e recursos do Conselho Universitário e a portaria nº 3047, com exclusão do item (a) que foi suprimido, com o voto contrário do professor Ildefonso Marques que manifestou sua inteira aprovação do texto completo da portaria. (CU, ata 28 abr. 1964).

Antes de assumir o Ministério da Educação, Flávio Suplicy teve envolvimento com algumas situações relacionadas aos estudantes. Antes mesmo de assumir a reitoria, a ata da Faculdade de 14 de março de 1946 relatou a expulsão de aluno, motivada por denúncia feita pela banca examinadora da Cadeira de Pontes, então presidida por Flávio Suplicy. Ele não compareceu à reunião, mesmo assim a Congregação, após ter discutido, dispensou a abertura de inquérito “[...] por tratar-se de fato consumado sob forma pública e notória, onde, em explosões de baixo calão, furiosas palavras agressivas foram dirigidas ao professor Flávio Suplicy de Lacerda.” (FE, ata 14 mar. 1946). Com a justificativa de que “ferindo uma personalidade e atentando a dignidade da banca examinadora” e “a forma pública porque se verificou a ofensa, em plena sessão de exame oral e o elevado conceito moral da banca

examinadora e probidade da banca examinadora”, resolveu o Conselho dispensar a audiência de testemunhos aplicando ao aluno culpado a pena de exclusão da Faculdade.

No ano de 1950, quando já estava à frente da reitoria, ele enfrentou uma manifestação estudantil vinda da Faculdade de Engenharia. O episódio foi registrado em ata da Congregação de 8 de maio de 1950, onde se reporta ao jornal estudantil “A Tocha” que repercutiu a greve dos estudantes de Engenharia. Na ata de 22 de agosto de 1950, observa-se a posição da Congregação de Engenharia em relação a esse episódio. Conforme consta, as manifestações resultaram da ação de um pequeno grupo subversivo, ligados à ideologia marxista e infiltrados no Diretório Acadêmico. Convocados a se retratarem perante a Faculdade, em relação às acusações proferidas ao Conselho Técnico Administrativo, houve resistência por parte dos alunos até que suas reclamações fossem atendidas. A questão da “subversividade” estudantil como observamos em passagens anteriores foi uma bandeira de combate da administração Suplicy, enquanto Ministro. No que se refere à greve, ela prosseguiu por quatro meses, quando os estudantes decidiram por cessar o clima de tensão. No jornal *Gazeta do Povo* é possível perceber alguns dos motivos que levaram à deflagração do movimento:

- 1) Proibição taxativa a consulta aos compêndios, quer sejam teóricos, formulários, apostilas ou apontamentos;
- 2) Carteiras cativas e fichas de controle, o que levaria a discriminação dos alunos por frequências as aulas, o que o próprio regimento da escola proíbe, uma vez que a frequência é facultativa. Apesar de não ter sido matéria votada, se encontra em via de execução;
- 3) A mais franca e deselegante dessa consideração ao representante do corpo discente, junto ao C.T.A., depois de aceita sua presença, atendendo solicitação dirigida ao Centro Acadêmico;
- 4) Acréscimo da taxa escolar com alegação dúbias de “aulas práticas.” (GAZETA DO POVO, 6 maio 1950).

O mesmo periódico ouviu o estudante e presidente do Diretório Acadêmico de Engenharia Ary Ferreira:

Origens da greve: “teve início a greve dos estudantes de engenharia do Paraná, no dia 5, depois de uma das mais notáveis assembléias de nosso diretório – começou as 8 e terminou as 17:00 horas – e como consequências das reivindicações do Conselho Técnico Administrativo da Escola de Engenharia”. Quais são essas reivindicações? São aquelas que estão incluídas na nota oficial enviadas a todos os diretórios do Brasil, bem prejudicial aos interesses dos alunos, desta maneira não teriam tempo de se dedicar ao estudo da parte teórica das várias cadeiras do ano que cursa; 1) dar cumprimento ao regimento interno no que diz respeito às cadeiras optativas; 2) Revogar a deliberação referente a não consulta de livros teóricos ou práticos nas provas mensais e parciais, desde que isso vem contra os próprios princípios de nossa futura carreira; [...] 4) não concordar com a realização das provas à noite com a deficiente iluminação atual; entre outros. (GAZETA DO POVO, 6 mai.1950).

Além dessa contestação, teve outra greve estudantil no ano 1956. Esse acontecimento

foi registrado na ata do Conselho de 30 de abril daquele ano. Conforme consta, alguns estudantes da Escola de Medicina, tendo como justificava a existência de vagas a alunos habilitados e não classificados no concurso de habilitação para o curso de Medicina, entraram em greve geral. Em relação ao episódio, o documento informa que os estudantes foram reclamar às autoridades. Motivada pelas reclamações, a reitoria recebeu telegrama de alguma dessas autoridades, inclusive do Ministério da Educação para que a Universidade tivesse simpatia para com os excedentes⁸⁰. Visando resolver a situação, a reitoria entrou em contato com o Conselho Técnico Administrativo da Faculdade que negou matricular o excedente. Com a posição negativa do referido Conselho, Flávio Suplicy foi à capital federal conversar com o Presidente Juscelino Kubitschek. O presidente da República, por sua vez, veio ao Estado do Paraná, onde teve audiência com o governador Bento Munhoz da Rocha e da qual o reitor da Universidade foi convidado a participar. O Presidente da República disse:

Reitor – eu bem sei até onde vai minha autoridade. Não pretendo intervir nas Universidades e nem o farei. O Governo gasta atualmente com as Universidades 5 bilhões de cruzeiros e não acho justo limitação de matrículas, justamente quando existem alunos com a vontade de estudar e necessidade de médicos. Quero fazer apelo no sentido de ser atendida a pretensão dos excedentes de medicina. (CU, ata 30 abr. 1956).

O reitor Flávio Suplicy disse que “[...] foi surpreendido ante um apelo para uma prestação que já poderia estar resolvida com a criação de turmas suplementares na Faculdade de Medicina e não desta maneira”. Em seu entendimento, “[...] todos sabem que há dificuldades de orçamento, vencimentos atrasados e a situação da Universidade é difícil”. Por outro lado, “[...] era o Supremo Magistrado da Nação que fazia o apelo e estava distinguindo a Universidade com a sua visita e achou então que procedia com os mais mezinhos ofícios da educação, dizendo: o apelo de Vossa Excelência é uma ordem”. Para Suplicy, “[...] muitos podem julgar que em face das circunstâncias fosse fácil recusar o apelo do Senhor presidente”. Contudo, não pode criticar aqueles que estavam contrários e simplesmente achou que não poderia negar. No dia seguinte a essa conversa, o reitor se dirigiu ao Diretor da Faculdade de Medicina, Eurípedes Garcez do Nascimento, dizendo que sabia até onde iria a sua autoridade, mas solicitou ao diretor que abrisse matrícula ao excedente de vagas. O Diretor da Faculdade (Eurípedes Garcez do Nascimento) atendeu prontamente o apelo do reitor, entretanto, por fins burocráticos, levou o pedido ao presidente do Conselho Técnico

⁸⁰ Para quase todos os cursos havia a sempre pendente questão dos excedentes. A metodologia adotada nos vestibulares dava direito a matrícula para aqueles que obtivessem notas acima de cinco. Entretanto, é importante observar que já a partir de 1951, uma lei aprovada pelo Congresso nacional autorizava as instituições particulares a matriculem os alunos aprovados nas escolas oficiais. (CUNHA, 1988, p. 88).

Administrativo que renunciou ao cargo, não aceitando tal imposição. No dia seguinte, o reitor Flávio Suplicy foi procurado pelo presidente do Diretório Acadêmico:

Para dizer ao Magnífico reitor que as duas turmas de estudantes de medicina que o procuraram na véspera não representam aquele diretório. Nessa ocasião precisou o Magnífico Reitor, por duas vezes usar certa aspereza na voz contra os estudantes, por sentir-se ofendido na sua dignidade e para que sua autoridade continuasse respeitada. Disse então que não tratava com os mesmos, e que a Reitoria de acordo com o Estatuto da Universidade do Paraná, tratava com o Diretório Central dos Estudantes. (CU, ata 30 abr. 1956).

Desse modo, lamentou o reitor que “[...] nessa noite resolveram os estudantes, em Assembléia decretar greve geral não como protesto à matrícula dos excedentes, mas em solidariedade aos membros demissionários do Conselho Técnico Administrativo.” (CU, ata 30 abr. 1956). Conforme o reitor, em matéria repercutida no jornal⁸¹, os membros do Conselho Técnico declararam que “[...] não se responsabilizariam por atos do reitor, que deve obediência unicamente ao Presidente da República.” (CU, ata 30 abr. 1956). Por isso convocou o Conselho para dar explicações sobre o ocorrido. Todos os Conselheiros discorreram sobre o assunto. O professor Arnaldo Beckert “[...] acha que a Universidade está a quase ponto de calamidade pública e que o reitor poderia convocar a reunião como fez.” (CU, ata 30 abr. 1956). O professor Ulysses de Campos “[...] ratifica o ato do Magnífico com a matrícula dos excedentes”. De modo geral, os Conselheiros manifestaram-se em solidariedade ao reitor, defendendo que ele cumpriu ordem vinda do Presidente da República. Já o representante dos estudantes junto ao Conselho, o acadêmico Jacinto Simões, “[...] vê-se obrigado a não ratificar o ato do Magnífico por ser o desejo dos estudantes que representa.” (CU, ata 30 abr. 1956). Por fim, “[...] o Senhor Presidente põe a votar a proposição do conselheiro Alceu Macedo ratificando todos os atos tomados pelo Magnífico, sendo aprovada com o voto contrário do representante dos estudantes.” (CU, ata 30 abr. 1956). Ou seja, acabou prevalecendo a matrícula dos excedentes de alunos no curso de medicina. A dimensão do mal-estar provocado pelo pedido de renúncia do presidente do Conselho Técnico não está registrado em ata. Entretanto, é possível compreender que todos os Conselheiros, sem extensão, incluindo a do Diretor da Faculdade de Medicina, ratificaram a posição tomada pelo reitor. Essa assertiva pode ser confirmada na reunião do Conselho de 30 de maio de 1956, quando Flávio Suplicy informou ao Conselho haver sido encerrado, sem incidentes, o movimento grevista dos estudantes da Faculdade de Medicina, tendo agradecido naquela ocasião, a colaboração do Conselho. O Conselheiro Homero de Barros “[...] congratulou-se

⁸¹ Não cita qual jornal.

com o reitor pelo término desse movimento, realçando a ação firme do reitor na preservação da dignidade universitária.” (CU, ata 30 mai. 1956).

Flávia de Angelis Santana (2007, p. 63) aponta que “[...] a partir das intenções do Ministro da Educação, as entidades estudantis começaram a organizar o ME [movimento estudantil]”. As tentativas da rearticulação aconteceram no mês de junho de 1964 e, de certa forma, foram impulsionadas pela atitude do Ministro Flávio Suplicy de Lacerda que “[...] sugeriu aos reitores a suspensão temporária das eleições acadêmicas e solicitando que esses aguardassem a promulgação da lei que regulamentaria as entidades estudantis.” (SANTANA, 2007, p. 62). Flávio Suplicy usava do discurso anticomunista, reforçando, em torno dessa questão, que o dever do regime seria manter a ordem e combater a subversão. Se na Universidade do Paraná o foco anticomunista foi inicialmente voltado sobre a atuação do movimento estudantil, a Universidade de Brasília sofreu uma repressão aterradora. Conforme Cunha (1988, p. 40, grifo do autor), “[...] já em 1963, mal iniciados os cursos da jovem universidade, levantaram-se protestos contra o ‘caráter marxista’”. Entretanto, foi após o golpe que “[...] o campus da Universidade de Brasília foi tomado como se fosse um reduto armado de tropas inimigas.” (CUNHA, 1988, p. 40). Nessa Universidade, a invasão das tropas militares resultou na interdição de departamentos, bem como de livros considerados subversivos. O reitor da UnB, Anísio Teixeira e seu vice, Almir de Castro, foram destituídos de seus cargos. Foi colocado em seu lugar, Zeferino Vaz, professor da Universidade de São Paulo e nomeado pelo Ministro da Educação Gama e Silva, com a ratificação do Presidente da República. Além desses professores, uma lista de professores que deveriam ser presos, dentre os quais Oscar Niemeyer. Muitos estudantes também, sobretudo aqueles diretamente envolvidos com diretórios acadêmicos, foram detidos, humilhados e muitos presos. Interessante notar que Anísio Teixeira, na época, era membro do Conselho Federal de Educação. O novo Ministro da Educação, Flávio Suplicy, convocou o respectivo Conselho para legitimar a intervenção do Ministro anterior e efetivar o reitor interino, Zeferino Vaz⁸². O respectivo Conselho, por sua vez, “[...] nem diretamente, nem indiretamente envolve qualquer juízo desabonador em relação ao reitor Anísio Teixeira.” (CUNHA, 1988, p. 41). Apesar da demissão consumada de Anísio e sua diretoria, Luís Antônio Cunha opina que essa decisão do CFE, “[...] deve ter irritado profundamente o temperamental e autoritário Suplicy de

⁸² Zeferino Vaz ficou pouco tempo na reitoria. O também professor da USP, Laertes Ramos de Carvalho, assumiu a reitoria. Os atos repressivos impostos por esse reitor tiveram como consequência o pedido de demissão de 213 docentes da UnB. (CUNHA, 1988). Era a saída da quase totalidade do corpo docente: apenas 15 professores permaneceram em seus cargos, embora outros viessem a ser posteriormente contratados. (CUNHA, 1988).

Lacerda.” (CUNHA, 1988, p. 43). Na continuidade de sua administração, o reitor Zeferino Vaz demitiu vários professores, reformulando o quadro de docentes da UnB. Nessa reformulação foi comum a contratação de vários professores norte-americanos ou europeus, que traziam experiências novas para o ensino superior brasileiro. Além do reitor da UnB, reitores das universidades federais de Pernambuco, de Goiás e Universidade do Rio de Janeiro foram expurgados.

Na Universidade Federal do Paraná os professores foram constantemente vigiados. Na sessão de 4 de agosto de 1964, foi comunicado o afastamento do professor da Faculdade de Direito, José Vieira Rodrigues Neto, para tratamento de saúde ou até restabelecimento de seus direitos políticos. O referido docente foi um, entre os professores da Universidade, impedidos de lecionar, pelo Regime militar. Em prosseguimento a esse assunto, a ata do Conselho Universitário de 6 de outubro do mesmo ano relatou que, no processo 26.920, o professor José Rodrigues Vieira Neto solicitou contagem de tempo de serviço para efeitos de aposentadoria e disponibilidade. Ainda relatou que “[...] o Conselho, por unanimidade de votos de acordo com o parecer do Conselheiro relator [resolveu] contar o tempo de 521 dias de serviços públicos prestados ao Estado do Paraná, como promotor público da comarca de São José dos Pinhais”. Na realidade, foi uma aposentadoria compulsória, constante já no Diário oficial da União de 13 de junho de 1964. Conforme depoimento de Egas Dirceu de Aragão:

Eu nunca tive problema com os meus alunos esquerdistas das outras faculdades, nem com os professores esquerdistas; pelo contrário sempre me dei não só muito bem com eles, como os defendi em alguns momentos com certa veemência, até. Um deles, eu me lembro, era o professor José Rodrigues Vieira Neto, catedrático de Direito Civil, um comunista conhecido aqui, filho de um fundador da Universidade, que foi o professor Ulisses Vieira. E um dia, no gabinete do reitor, que naquele tempo tinha as portas abertas – pois quem quisesse falar com o reitor entrava e ia diretamente ao gabinete, salvo se ele estive ocupado -, eu estava conversando com o reitor e lá no gabinete o Bento Munhoz da Rocha Neto e o Alcidez Munhoz Neto, e o reitor⁸³ disse que ia abrir um processo contra Vieira Neto porque, como os militares queriam prendê-lo, ele estava foragido em algum lugar. Ele queria então abrir um processo por abandono de cargo. (BARANOW; DELLEDONE, 2007, p. 119-120).

Ainda seriam aposentados compulsoriamente Amilcar Gigante e Reginis Prochmann.⁸⁴ No entendimento de Andrea Zaparte (2011, p. 57), “[...] muitos estudantes e professores universitários foram perseguidos, presos e torturados pelo seu posicionamento

⁸³ Naquele momento o reitor era José Nicolau dos Santos.

⁸⁴ Outras informações relacionadas a aposentadorias compulsórias ou cassação de professores na Universidade Federal do Paraná podem ser vistas no site: <http://www.apufpr.org.br/files/personalizado/1005.pdf>.

político e ideológico contrários à ditadura”. No que se refere à regulamentação estudantil, o Conselho da Universidade Federal do Paraná, na sessão de 31 de julho de 1964, informou que foi encaminhado um projeto do poder executivo, de autoria do Ministro da Educação, Flávio Suplicy, propondo a extinção da União Nacional dos Estudantes. Posto o referido projeto para apreciação do Conselho, foi aprovado por unanimidade de seus membros inteira solidariedade ao Ministro da Educação. Foi aprovado, ainda, expedição de telegrama, não só ao Ministro, mas a toda a bancada paranaense na Câmara Federal, solicitando a aprovação da mensagem presidencial. Esse ato solidário do Conselho ao projeto do Ministro da Educação não é estranho, uma vez que o controle estudantil já passou a acontecer na Universidade Federal bem antes da aprovação da Lei Suplicy. Do mesmo modo que na Universidade Federal do Paraná, a lei Suplicy recebeu apoio do Fórum Universitário, composto por dirigentes das instituições de Ensino Superior. Esse apoio foi manifestado a partir de moção pública:

O Fórum Universitário, com a participação dos diretores de todas as faculdades isoladas brasileiras, oficiais e particulares, tomando conhecimento do anteprojeto governamental de lei sobre representações estudantis, decide manifestar e tornar público que o citado projeto merece os seus aplausos porque: restaura a dignidade perdida pelos órgãos de representação estudantil; instaura a prática de vida democrática nas entidades estudantis, com a obrigatoriedade do voto; cria condições para que o estudante, integrado na comunidade universitária, participe da elaboração do pensamento político da Nação [...]. (CUNHA, 1988, p. 59).

A lei Suplicy foi sancionada pelo Governo Federal em 9 de novembro de 1964⁸⁵ e

⁸⁵ Entre seus principais pontos constam: Art. 1º. Os órgãos de representação dos estudantes de ensino superior, que se regerão por esta Lei, têm por finalidade: a) defender os interesses dos estudantes; b) promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discente, docente e administrativo dos estabelecimentos de ensino superior; c) preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar; d) organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico, e desportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária; [...]; g) lutar pelo aprimoramento das instituições democráticas. Art. 2º. São órgãos de representação dos estudantes de ensino superior: a) o Diretório Acadêmico (D.A.), em cada estabelecimento de ensino superior; b) o Diretório Central de Estudantes (D.C.E.), em cada Universidade; c) o Diretório Estadual de Estudantes (D.E.E.), em cada capital de Estado, Território ou Distrito Federal, onde houver mais de um estabelecimento de ensino superior; d) o Diretório Nacional de Estudantes (D.N.E.), com sede na Capital Federal. [...] § 2º. A representação estudantil junto ao Conselho Universitário, Congregação ou Conselho - Departamental poderá fazer-se acompanhar de um aluno, sempre que se tratar de assunto do interesse de um determinado curso ou seção. [...] Art. 5º. O Diretório Acadêmico será constituído por estudantes de ensino superior, eleitos pelo respectivo corpo discente. § 1º. Considerar-se-ão eleitos os estudantes que obtiverem o maior número de votos. § 2º. A eleição do Diretório Acadêmico será feita pela votação dos estudantes regularmente matriculados. § 3º. O exercício do voto é obrigatório. Ficará privado de prestar exame parcial ou final, imediatamente subsequente à eleição, o aluno que não comprovar haver votado no referido pleito, salvo por motivo de doença ou de força maior, devidamente comprovado. [...] Art. 6º. A eleição do Diretório Acadêmico será regulada em seu regimento, atendidas as seguintes normas: a) registro prévio de candidatos ou chapas, sendo elegível apenas o estudante regularmente matriculado, não repetente, ou dependente, nem em regime parcelado; b) realizado dentro do recinto da Faculdade, em um só dia, durante a totalidade do horário de atividades escolares; [...] Art. 14. É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares. Art. 15 A fiscalização do cumprimento desta Lei caberá à

dispôs sobre os órgãos de representação dos estudantes. Conforme Alexandre Tavares do Nascimento Lira (2009, p. 2, grifo do autor):

A Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, colocou as entidades estudantis, como União Nacional dos Estudantes (UNE), na ilegalidade e instituiu como forma legal o funcionamento do Diretório Acadêmico (DA), restrito a cada curso, e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), no âmbito da universidade, procurando eliminar a representação estudantil em nível nacional na sociedade, bem como qualquer tentativa de ação política independente por parte dos estudantes. A escola foi silenciada pelo medo e pela insegurança. As decisões passaram a ser tomadas exclusivamente pelos órgãos executivos, federais e estaduais, ampliando-se o papel das Secretarias de Educação e a criação das Divisões Regionais de Ensino, que eram dotadas de “funções técnicas” com o objetivo de implantar as decisões contando com o mínimo de resistência.

Na avaliação de Lira, a intenção foi silenciar o ambiente universitário, mantendo entidades estudantis controladas pela burocracia universitária. De modo geral, a Lei Suplicy tinha como finalidade “defender” os interesses dos estudantes e a obrigatoriedade de votar para os órgãos de representação estudantil. É nesse sentido que a referida lei se autoproclamava na luta pelo aprimoramento das instituições democráticas. A fala do americano Lincoln Gordon, proferida em 25 de abril de 1965, expressa muitíssimo bem o caráter da lei Suplicy:

É preciso que os jovens abandonem o jogo político e que os administradores se reforcem por promover uma campanha neste sentido. Em sua luta, os comunistas frequentemente argumentam que aos universitários cabe a maior participação na vida política nacional. No entanto, na própria Rússia isto não é a prática comum. Naquele país os estudantes têm horário regidos de aula a ponto de não terem tempo sequer para pensarem em política. (CUNHA, 2007, p. 230).

Para José Eduardo León Szwako (2005, p. 41), “[...] dentre os diversos dispositivos governamentais que, entre 1964 e 68, propunham regras relativas à reformulação do ensino superior brasileiro, selecionamos apenas um convênio”. O convênio que o autor se refere trata-se do acordo MEC/USAID com uma “[...] concepção de educação implicada na

congregação ou ao Conselho Departamental na forma de regimento de cada Faculdade ou Escola, quanto ao Diretório Acadêmico; ao Conselho Universitário, quanto ao Diretório Central de Estudantes, e ao Conselho Federal de Educação, quanto ao Diretório Estadual de Estudantes e ao Diretório Nacional de Estudantes. Parágrafo único. O Conselho de Educação poderá delegar poderes de fiscalização aos Conselhos Universitários. [...] Art. 17. O Diretor de Faculdade ou Escola e o Reitor de Universidade incorrerão em falta grave se por atos, omissão ou tolerância, permitirem ou favorecerem o não cumprimento desta Lei. Parágrafo único. As Congregações e aos Conselhos Universitários caberá a apuração da responsabilidade, nos termos deste artigo, dos autos que forem levados a seu conhecimento. [...] Art. 19. As Universidades e os estabelecimentos de ensino superior adaptarão seus estatutos aos termos da presente Lei, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias. Art. 20. Os atuais órgãos de representação estudantil deverão proceder à reforma de seus regimentos, adaptando-os à presente Lei e os submetendo às autoridades previstas no art. 15, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias. [...] Art. 22. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o Decreto-Lei nº 4.105, de 11 de fevereiro de 1942, e as demais disposições em contrário. Brasília, 9 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República (Humberto Castello Branco, Flávio Suplicy de Lacerda).

ideologia do Estado autoritário [...].” (SZWAKO, 2005, p. 41). Firmado em 23 de junho de 1965, com o MEC, representado pelo Ministro Flávio Suplicy de Lacerda, o acordo “[...] teve como finalidade o lançamento de bases sólidas para uma rápida expansão e uma fundamental melhoria do atual sistema do ensino [superior] brasileiro.” (SZWAKO, 2005, p. 41). Segundo o autor, o “[...] documento cita como meta, no período de cinco anos, a ‘ampliação e reestruturação do sistema nacional de ensino superior’, possibilitada por meio da ‘criação de um quadro de técnicos em planejamento educacional’.” (SZWAKO, 2005, p. 41). Para que os resultados fossem alcançados,

[...] uma equipe mista, composta de cinco membros de cada país, atuaria no sentido de executar o acordo, investigando tanto em nível estrutural as deficiências do sistema de ensino, quanto em nível operacional, interferindo na elaboração de currículos e até a organização funcional-administrativa das universidades”. (SZWAKO, 2005, p. 41).

Este acordo teve sua continuidade assegurada por outro convênio, no ano de 1967, e foi alvo de severas críticas por parte da comunidade universitária brasileira. Citando Fávero, o autor diz que “[...] a maioria delas se referiam à declaração de incompetência por parte do Brasil em aceitar tal situação, assim como ao atestado de ‘dependência cultural’.” (SZWAKO, 2005, p. 42, grifo do autor). O que se observa, de forma implícita, nessa série de acordos, é uma concepção de educação produzida no contexto de interdependência, seja ela econômica ou cultural. Devido à ampla mobilização estudantil e aos intensos embates ocorridos tanto dentro como fora da Universidade, a reforma de 1968 buscou soluções para a crise que se instaurara no campo universitário.

Lucia Rangel Azevedo (2010, p. 15, grifo da autora) destaca que “[...] nos discursos feitos pelo Presidente da República e pelo Ministro da Educação podia-se perceber que a grande preocupação do governo estava no risco de uma ‘revolução comunista’ no país, a qual, segundo eles, estaria sendo gestada nas universidades”. Segundo a autora, na visão do Ministro da Educação, “[...] os movimentos estudantis, dentro desta ótica, estariam impregnados pela ideologia comunista dos professores e, portanto, deveriam ser eliminados.” (AZEVEDO, 2010, p. 15). Essa eliminação foi pensada em termos de lei, pois “[...] em 09 de novembro de 1964, o governo conseguiu aprovar no Congresso Nacional a Lei nº4.464, conhecida como ‘Lei Suplicy de Lacerda’.” (AZEVEDO, 2010, p. 15). No entendimento de Azevedo, “o ano de 1964 entrou para a História como um período de grande repressão contra o movimento estudantil, o que gerou enorme resistência por parte dos alunos.” (AZEVEDO, 2010, p. 16).

A manifestação do apoio ao Governo Militar, em torno das pessoas do Presidente e

do Ministro da Educação, foi sentida na Universidade Federal do Paraná com uma vigilância constante em relação às ações dos professores e dos alunos. Em consequência dessa vigilância permanente, a reunião do Conselho de 17 de setembro de 1964 registrou que estudantes tiveram seus nomes envolvidos em atividades subversivas e que, destes, alguns foram atingidos pela própria lei de segurança. Esses alunos, conforme consta em ata de 6 de outubro de 1964, foram submetidos a inquérito Policial Militar e punidos pela aprovação do Conselho por suspensões políticas e acadêmicas.

Amilton Costa (2008, p. 8), ao tratar das manifestações estudantis na Universidade, destacou “[...] que esse movimento estudantil, em desenvolvimento na Universidade do Paraná, pós-64 não era totalmente uniforme”. Segundo o autor, “[...] eles protestavam intensivamente contra a lei Suplicy, solicitavam o cancelamento dos acordos MEC-USAID [...] exigiam o fim das cobranças de anuidades.” (COSTA, 2008, p. 8). Entretanto, à medida que os estudantes procuravam mobilizar-se, forças repressivas entravam em ação para impedir qualquer forma de organização. Essa repressão pode ser percebida na Sessão do Conselho de 6 de outubro de 1964, onde prosseguindo a questão dos estudantes relatada anteriormente, o reitor José Nicolau apresentou o relatório originário do Inquérito Policial Militar que tratou de atividades subversivas no meio estudantil e informou o suposto envolvimento de 22 estudantes pertencentes à Universidade do Paraná e solicitou a manifestação dos Conselheiros. O Conselho decidiu que daria validade ao inquérito já estabelecido, decidindo pela punição da seguinte relação de alunos:

1) Na forma da Línea d, parágrafo 1º do artigo 89 do Estatuto da Universidade - Afastamento temporário durante três anos, de Luiz Felipe de Souza Ribeiro e Romão Silva, da Faculdade de Direito, Amazonas Brasil, Orlando Cabral de Olanda e Roberto Mikio Ogata, da Escola de Engenharia e João Cesar Nicolucci da Faculdade de Filosofia. 2) Na forma da alínea c, parágrafo primeiro do estatuto da Universidade – suspensão por 30 dias de Otto Luiz Sponhartz, Luiz Carlos Meimert, Osvaldo Evangelista de Macedo e Roberto Requião de Melo e Silva da Faculdade de Direito, Eli Vilela Magalhães e Silvano Poll Moreira de Castilho da Escola de engenharia, Aloísio Carapito Raposo da Faculdade de Ciências Econômicas, Hans Herinch Japp, Hedy Almeida e Hugo Luciano Waschek, da Faculdade de Medicina. 3) na forma da alínea c, parágrafo 1º do artigo 89 da Universidade do Paraná, suspensão por quinze dias de Aldo Silva e Paulo Ricardo dos Santos da Faculdade de Direito, José Pedro Rocha Neto, da Escola de Engenharia, Helvecio Chaves Rocha, Paulo Eduardo de Abreu Machado e Ronaldo Osti Pereira, da Faculdade de Medicina. (CU, ata 6 out. 1964).

O tempo de afastamento dos respectivos alunos seguiu critérios estabelecidos pelo próprio Conselho, conforme o grau de subversividade verificada. A Sessão do Conselho de 27 de novembro de 1964 mencionou os órgãos de representação estudantil, apenas no sentido de consultar o Ministério da Educação sobre os procedimentos que deveriam ser tomados em

relação a situações adversas da normalidade. Entretanto, na ata da Sessão do Conselho realizada em 30 de novembro de 1964, foi discutido pelo Conselho o processo que regulamentava a representação estudantil nos órgãos da Universidade. Na ordem do dia, apresentou-se disposição sobre a aplicação da lei 4.464 de 9 de novembro de 1964. Depois de discutida as diversas disposições da lei, suas relações e implicações com o Estatuto da Universidade, resolveu o Conselho Universitário deliberar as seguintes proposições:

- 1) Fica autorizada a realização das eleições dos Diretórios estudantis, suspensa por decisão do Conselho Universitário até 15/12/1964, observando o disposto no artigo 5º e 6º da lei 4.464, de 09/11/1964;
- 2) as diretorias eleitas dos diversos diretórios estudantis deverão apresentar os seus regimentos adaptados a nova lei, até dia 10 de janeiro de 1965, para apreciação pelas referidas Faculdades e Escolas;
- 3) Estabelecer o reconhecimento do Diretório Central dos Estudantes (DCE) devendo a sua representação no Conselho Universitário ser escolhida oportunamente nos termos da lei 4.464 e adaptado ao seu estatuto até 10 de janeiro de 1965;
- 4) Nas Faculdades e Escolas, cujos membros de Diretórios não foram reconhecidos, compete ao referido diretor a convocação e realização da eleição estudantil. (CU, ata 30 nov. 1964).

Nessa mesma ata consta o comunicado da Faculdade de Direito, dizendo ter afastado os alunos punidos por indisciplina (conforme punição citada anteriormente). Em ata da Sessão do Conselho Universitário de 14 de dezembro de 1964, relata-se a solicitação do presidente do Diretório Acadêmico de autorização e constituição de uma diretoria provisória, indicada pelos próprios membros do Diretório, para gerir os destinos do Diretório Central dos Estudantes (DCE) até que fossem realizadas as eleições diretas, na forma da Lei 4.464, de 9 de novembro de 1964. Sobre os atos subversivos na Universidade, em ata da Sessão do Conselho Universitário de 12 de abril de 1965, o reitor José Nicolau recomendou ao Conselho ficar atento, pois “[...] mandara instaurar inquérito na Faculdade de Direito para apurar denúncias feitas pelo quartel general da 5ª Região, sobre atividades subversivas”. Nas palavras do reitor, “[...] os senhores diretores das Faculdades e Escolas exerçam vigilância para evitar a desordem e a subversão”. No que se refere ao movimento estudantil, na ata do Conselho de 28 de abril de 1965, o reitor informou que o Conselho deveria examinar imediatamente a situação legal dos diretórios acadêmicos cujo prazo de adaptação à Lei 4.644 expiraria no dia 30 de abril e convocou nova reunião do Conselho para o dia 3 de maio. Na reunião de 3 de maio de 1965, foi discutida a adaptação dos Diretórios Acadêmicos à nova lei. Nessa reunião, foi informado “[...] que o objetivo principal da mesma ficava prejudicado, uma vez que, por ato presidencial, foi prorrogada a adaptação dos órgãos estudantis à lei que dispõe sobre a representação estudantil”. Diante dessa notícia, “[...] o Conselho Universitário, resolveu, por unanimidade de votos, examinando a situação dos diretórios acadêmicos que se

adaptaram a lei, considerar que os mesmos gozam de plenos direitos”.

Apesar dessa declaração do Conselho, encontramos registrado na ata de 6 de agosto de 1965 que o Ministério da Educação enviou telegrama sobre a vinda de delegação do Ministério com o intuito de fiscalizar o funcionamento do Diretório Estadual dos Estudantes. Sem maiores detalhes, a ata do Conselho de 18 de agosto de 1965 registrou que havia sido eleito presidente do Diretório Central dos Estudantes o acadêmico de Medicina Neilon Rolin, escolhido na forma da Lei, no pleito realizado em 16 de agosto corrente, tendo dado posse como Conselheiro. O reitor saudou o novo Conselheiro e ao mesmo tempo relatou problemas com o diretório de Engenharia.

Após a aprovação da Lei Suplicy, o governo militar emitiu decreto que estendia um prazo para adaptação dos regimentos estudantis, bem como as datas para realização de eleição. Segundo Cunha (1988, p. 61), esse decreto determinava que “[...] no dia 16 de agosto de 1965, deveria haver (como houve) eleições para a constituição das diretorias dos Das e a 30 de agosto, para os DEEs”. Ainda, nesse decreto, ficou estabelecido que as Universidades que não observassem tais normas teriam seus diretores destituídos. Na avaliação do mesmo autor, o XXVII Congresso Nacional da UNE foi realizado em São Paulo “[...] onde esvaziaram as comissões que discutiam as teses apresentadas e concentraram os debates em torno da lei Suplicy que restringia as atividades dos diretórios acadêmicos.” (CUNHA, 1988, p. 30). Entre as questões debatidas frente às imposições da Lei Suplicy, ficou decidido “[...] o boicote às eleições que deveriam ocorrer, no dia 16 de agosto de 1965.” (CUNHA, 1988, p. 31). Os estudantes esperavam que o não comparecimento implicasse em anulação do pleito. Pelo visto essa deliberação não foi seguida na Universidade Federal do Paraná.

Na avaliação de Jordana de Souza Santos (2009), mesmo na clandestinidade, no decorrer dos anos de 1960, a UNE realizou diversos congressos. Na pauta de discussões:

A principal luta estudantil neste período foi a Reforma Universitária e o fim dos Acordos MEC-USAID e da Lei nº 4464 (Lei Suplicy de Lacerda) que colocavam fim à autonomia universitária com o propósito de transformar a universidade em meras fundações particulares, além de extinguir os Diretórios Centrais de Estudantes (DCE) e a própria UNE, substituindo-os pelo Diretório Nacional de Estudantes (DNE). (SANTOS, 2009, p. 104).

No entendimento da autora, os reflexos da Lei Suplicy e da repressão como um todo fizeram com que o movimento estudantil intensificasse sua luta contra o Ministro da Educação e, sobretudo, “[...] em 1966, ano em que foi decretado pela UNE em 22 de setembro o Dia Nacional de Luta contra a Ditadura.” (SANTOS, 2009, p. 105). Para Antônio Maria Freitas Brito (2008, p. 123): “A Lei Suplicy Lacerda despertou reações contrárias no meio

estudantil contribuindo, paradoxalmente, para a rearticulação do ME em oposição ao Governo”. Segundo o autor, as primeiras críticas à medida partiram de entidades que “[...] haviam escapado ao fechamento e à repressão porque haviam se colocado, tacitamente, a favor da intervenção militar. Trata-se [...] das UEEs de Pernambuco, Minas Gerais e Paraná [...] e da União Metropolitana dos Estudantes (UME) do Rio de Janeiro.” (BRITO, 2008, p. 123). Brito (BRITO, 2008, p. 124) destaca que entre as manifestações, “[...] em Salvador, sintonizados com a reorganização da UNE, os presidentes de diretórios acadêmicos decidiram que a UEB – fechada há pouco mais de um ano – deve ser reestruturada para voltar a servir à população estudantil baiana como órgão máximo da classe estudantil”. A finalidade dessa rearticulação seria “[...] lutar contra a Lei Suplicy e as eleições obrigatórias, marcadas para o dia 16/08/1965.” (BRITO, 2008, p. 124).

José Vieira da Cruz (2011) afirma que os alunos reagiram à imposição da Lei Suplicy de forma diferenciada em várias regiões do Brasil. Para ele, “[...] o movimento estudantil naquele Estado [Rio Grande do Norte] adere à lei Suplicy, reprova as tendências ‘subversivas da UNE’.” (CRUZ, 2011, p. 981, grifo do autor). Essa aprovação da Lei Suplicy, em desfavor da UNE, conforme aponta Vieira, é feita pela União dos Estudantes Estaduais (UEE) daquele Estado. A UEE, além de se readequar a nova lei, apoiou a concessão do título de doutor honoris causa concedido ao Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, em 30 de junho de 1966. Porém, esse apoio inicial, foi se desfazendo nos anos de 1967 a 1969, quando os movimentos estudantis passaram a lutar “[...] em defesa da democracia, da liberdade e dos direitos à educação.” (CRUZ, 2011, p. 981). Esse autor mostra as reações do movimento estudantil na Bahia, Pernambuco e Sergipe. Na relação comparativa entre esses Estados, José Vieira Cruz concluiu apontando diferentes reações, impactos e resistências assumidas ou não por estudantes nesses Estados.

Flávio Suplicy permaneceu como Ministro da Educação e Cultura até o dia 10 de janeiro de 1966. Nesse ano, ele apresentou pedido de exoneração, alegando desgaste físico e psicológico “[...] com o pesado encargo assumido.” (LACERDA NETO, 1988, p. 95-100). Transmitiu seu cargo a Pedro Aleixo. Conforme Lacerda Neto (1988, p. 99), Flávio Suplicy de Lacerda resumiu as suas ações no Ministério da Educação, cujos principais pontos, além do grave problema educacional causado pela juventude comunista que ameaçava o país, segundo ele, seriam:

- as diretorias do ministério não eram operantes, mais esquerdistas, próximo do modelo russo ou cubano;
- nas universidades, focos ativos do esquerdismo vinham de mais longe [sendo] que em Curitiba os universitários baixaram as diretrizes de uma reforma universitária; muitos assessores ministeriais não passavam de agitadores de rua;

- o Ministério gastava, criminosamente, as verbas dos fundos destinados aos ensinos primários, médio e superior, no preparo da revolução comunista, principalmente por intermédio da UNE;
- professores, em todo o Brasil, e de todos os graus, andavam em conluio com os estudantes;
- alfabetização rápida, quase milagrosa, foi elemento julgado apropriado para penetração entre agricultores, que seriam induzidos [...] inclusive pela União Nacional dos Estudantes;
- a Revolução encontrou o Ministério da Educação e cultura na mais completa anarquia administrativa;
- a primeira providência tomada [...] foi apresentar ao presidente da República um minucioso relatório, com a situação de calamidade em que o se encontrava o Ministério;
- [para resolver a situação] colocamos homens capazes em todas as diretorias e departamentos, criar um sadio espírito de equipe e dar a tais auxiliares a mais completa autonomia. (LACERDA NETO, 1988, p. 99-100).

Nessa fala, o foco principal foi o perigo do comunismo, articulado no meio estudantil e a interferência de professores. Criticava inclusive a metodologia de Paulo Freire, que foi exilado do país, como “quase milagrosa” e que procurava arregimentar agricultores para a ideologia comunista. Desse entendimento, conforme Suplicy, surgiram as medidas diretivas para normatização da educação e das relações desenvolvidas no meio educacional:

- a) Foi estabelecida a legislação especial para disciplinar a vida estudantil, colocando-se o estudante na sua verdadeira posição e dando a eles garantias e regalias que antes não tinham;
- b) Garantiu-se a representação legítima de estudantes em órgãos estudantis;
- c) Criou-se o salário educação, de modo a ampliar-se a obrigação dos empregadores e atingindo a todas as empresas, com garantias reais de distribuição de meios;
- d) Estabeleceram-se convênios com USAID;
- e) Incrementando-se rapidamente o ensino industrial;
- f) O ensino secundário deu início a uma nova e importante fase, com orientação modernizada, e com verbas que não estava mais acostumado, restituindo à diretoria a dignidade que havia perdido;
- g) O ensino superior passou a amparar, a incentivar as universidades, pela sua ação direta através da CAPES, criando-se ambiente novo, de colaboração efetiva de respeito. (LACERDA NETO, 1988, p. 99-100).

Flávio Suplicy concluiu seu relatório afirmando: “[...] como consequência imediata de todas estas medidas aqui alinhadas, foi possível, entre outras coisas, estabelecer-se a lei que institui a reforma universitária.” (LACERDA NETO, 1988, p. 99). Em seu entendimento, “[...] sem ação revolucionária que se desenvolveu no Ministério da Educação nos dois primeiros anos de governo revolucionário, teria sido impossível reformular a vida universitária, que coube ao atual Ministro realizar.” (LACERDA NETO, 1988, p. 99). Em sua conformidade: “[...] deixei o Ministério em ordem, num ambiente admirável, de dedicação de estudos [...] em período difícil, de incompreensão e de paixões desenfreadas.” (LACERDA NETO, 1988, p. 99). No entendimento de Bento Munhoz da Rocha, ao expressar considerações sobre o Ministro Flávio Suplicy:

Coube-lhe na reconstrução iniciada no movimento de 64, o setor mais difícil, pois foi justamente no edifício universitário que o solapamento doutrinário da filosofia marxista, em várias de suas versões, mais profundamente penetrou. Aceitemos que foi duro; mas duro, de uma dureza e perseverança de donos da verdade e de surpreendente coragem de afirmações dogmáticas, eram aqueles que minavam as estruturas do ensino superior, como condição indispensável para a revolução em moldes estranhos aos nossos estilos de vida. Flávio Suplicy armou no edifício universitário, fortes contraventamentos que permite resistir à fúria das tempestades. Não se atemorizou com cara feia. Não pediu licença a ninguém para exprimir e defender as suas ideias. Não integrou o grupo imenso, neutro e incolor dos bons moços descaracterizados. (ROCHA NETO, 1971, p. 35-36).

No entendimento de Motta (2014a, p. 63-64), “[...] incapaz de impedir a influência dos grupos radicais nos meios estudantis universitários, tão pouco de fazer vingar as lideranças ‘democráticas’ o regime militar encontrou no problema estudantil um dos principais desafios a política universitária”. (MOTTA, 2014a, p. 62, grifo do autor). Em sua avaliação, um dos motivos do fracasso foi que “[...] as forças de repressão eram obcecadas com a ideia de que os professores faziam a cabeça dos alunos levando-os a atitudes radicais e rebeldes”. Usando fontes da época, Motta diz que a esquerdização da juventude era independente da posição dos professores e, muitas vezes, eram eles que influenciavam os docentes. Por outro lado, Motta fala que as debilidades estavam na cúpula do MEC: “[...] depois do golpe mostraram pouca habilidade e competência para gerir área tão problemática.” (MOTTA, 2014a, p. 73). Para ele, “[...] dos gestores educacionais esperava-se simplesmente a realização de mudanças profundas nas universidades, em contexto de tensões e conflitos graves, opondo estudantes radicalizados a militares.” (MOTTA, 2014a, p. 73). Por isso, Motta critica o Ministro da Educação dos dois primeiros governos militar, afirmando inclusive que:

O primeiro titular efetivo do cargo (desconsiderando as duas semanas de Gama e Silva como ministro, em abril de 1964), Flávio Suplicy de Lacerda, conseguiu se tornar consenso negativo, atraindo críticas dos estudantes, da imprensa e até de americanos, aliados de primeira hora do governo Castelo Branco. Suplicy mostrou-se muito empenhado na repressão, mas aí sua ‘obra’ foi precária, pois o projeto de criar entidades estudantis mais dóceis, ou ‘democráticas’, no jargão do governo (o DNE e os DEEs), naufragou completamente. Seu estilo rústico chocou os diplomatas americanos que apoiavam a tentativa do governo de criar líderes estudantis democráticos, a ponto de financiar jovens nos Estados Unidos com este fim. A maneira como Suplicy lidava com os líderes estudantis parecia inadequada para alguém em cargo de responsabilidade. Por exemplo, em reunião pública com estudantes fiéis ao novo regime, em novembro de 1965, ele o teria estimulado a invadir a sede da União Estadual dos Estudantes (UEE) e centros acadêmicos controlados pela esquerda. Segundo o comentário de um diplomata, a credibilidade de Suplicy atingira nível tão baixo que nem causava mais estranheza tamanha manifestação de inabilidade. Como poderia um homem de governo, irresponsável pelo cumprimento das leis estimular os jovens a fazer ‘justiça com as próprias mãos’, perguntou-se o diplomata? (MOTTA, 2014a, p. 74).

Poucas semanas depois desse comentário, Suplicy saiu do cargo, substituído por

Pedro Aleixo. O novo Ministro era líder experimentado da União Democrática Nacional (UDN) e havia se filiado a recém-criada Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Pedro Aleixo ficou seis meses no cargo, uma vez que foi candidato a vice de Costa e Silva. Foi substituído por Raimundo Muniz de Aragão, que já vinha ocupando funções no Ministério. No governo seguinte, Costa e Silva escolheu o gaúcho Tarso Dutra que permaneceu até o fim desse Governo. Quando da nomeação de Pedro Aleixo no Ministério da Educação, o Presidente Castello Branco disse:

Tenho a honra de dar posse a Vossa Excelência no cargo de Ministro da Educação e Cultura [...] para o provimento de tão alto posto do Governo federal, vago com a exoneração, a pedido, do eminente professor Flávio Suplicy de Lacerda. Sou adepto da doutrina de não fazer nomeações sem recompensa a serviços, nem para atender predominantemente a conveniências políticas. Vossa Excelência substitui o Ministro Flávio Suplicy de Lacerda, que é uma personalidade inteiriça de patriota e de homem de ideias e de ação. Deixa ele no Ministério a marca de realizações, de firmeza e resistência à desordem e de coerência em todas as suas atitudes. Cultura e objetividade são os traços desse homem público, aquém o Brasil deve relevante serviço sem o qual a Revolução conta um dos mais fiéis servidores. (CASTELLO BRANCO, 1966, p. 307-308).⁸⁶

Conforme Motta (2014a, p. 62), “[...] ‘a normalização’ pretendida pelo governo passou pela tentativa de enquadrar os estudantes em novo formato legal”. A intenção era preservar “[...] as entidades associativas e vedando-lhes qualquer caráter conservador”. A preservação das entidades, na avaliação de Motta, por si só representou uma contradição, uma vez que representaria uma ingenuidade não acreditar que eles poderiam construir mobilização. Na interpretação de Motta, a tentativa do governo de viabilizar os DNEs nesses moldes acabou em um fracasso e, por meio da lei de 1967, a extinguiu mantendo apenas diretórios centrais de estudantes e os diretórios acadêmicos como entidades reconhecidas legalmente.

Essa fala do presidente Castello Branco, somada à análise de Motta e às falas do próprio Flávio Suplicy - “período difícil” – indicam que ele foi derrotado pela intolerância e ação no sentido de proibir por todos os meios qualquer forma de manifestação estudantil. Sua atuação obcecada ao combate da subversidade no campo acadêmico, sobretudo no meio estudantil, garantiram-lhe uma “invisibilidade” em torno do poder do governo central, uma vez que não foi convidado para postular altos cargos no Governo Federal. Mesmo assim, o retorno dele do Ministério da Educação foi caracterizado, em primeiro lugar, pela volta ao Conselho da Universidade. Essa posição lhe garantiu, em segundo lugar, o retorno para uma nova gestão como reitor. A sua presença no Conselho e no novo mandato de reitor demonstra que sua vigilância ao combate da subversão na universidade continuou firme. A ata de 25 de

⁸⁶ Acessado em 22 out. 2015: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/castello-branco/discursos-1/1966/50.pdf>

outubro de 1966 registrou que o conselheiro Flávio Suplicy levou ao conhecimento do Conselho notícias relacionadas à propaganda para eleição do DCE, pelas quais soube

[...] que elementos estranhos estavam procurando interferir no desenvolvimento da propaganda eleitoral, orientados por funcionários do departamento de Educação e Cultura da Reitoria, em frontal desacordo com o espírito da lei 4.064, que prevê plena liberdade ao estudante para decidir sua representação. (CU, ata 25 out. 1966).

Conforme Suplicy de Lacerda, “[...] não trazia nenhuma acusação, mas tão somente notícias, e muito a contragosto [...]”. Para ele, “[...] tais acusações não cabiam à Universidade, porém era conveniente que se apurassem os fatos, para ficar bem claro que o Conselho e a reitoria não estavam assessorando essas atividades.” (CU, ata 25 out. 1966). Em resposta, o reitor José Nicolau disse “[...] que a reitoria jamais interveio, nem poderia intervir, na política estudantil, acrescentando, entretanto, que ao departamento de Educação e Cultura cabe como sempre coube, a gestão de assunto estudantil, porém agindo sempre com imparcialidade.” (CU, ata 25 out. 1966). No ano de 1967, Flávio Suplicy retornou à reitoria da Universidade Federal do Paraná. Em seu discurso de posse, na sessão do Conselho de 31 de maio de 1967, ele destacou seu apoio explícito aos militares ocupantes do poder executivo brasileiro:

A mesma colaboração terão de nós as Forças Armadas, que aqui se há de ensinar e exigir que sejam respeitadas e administradas pela função que mais nobre não poderá ser, de garantidores da integridade e da honra nacional. Necessário é que os mestres ensinem aos moços que ter medo das forças armadas não é apenas atitude de respeito mas ofensa inadmissível. (LACERDA, 1967, p. 28-29).

Ele continuou seu discurso enfatizando que “[...] aos que têm a função superior de guardar, dia e noite, à custa de sacrifícios, sem descanso nem para as suas famílias, sem pousada certa, a honra de um povo, a estes se prestará respeito, que eleva e faz justiça, e não medo que ofende e que deprime os que os alimentam.” (LACERDA, 1967, p. 29). No entendimento de Flávio Suplicy, “[...] uma Universidade somente desempenhará a sua função quando formar indivíduos habilitados ao exercício profissional, mas com as mesmas virtudes dos cidadãos que são soldados, pois então todos os cidadãos serão iguais e patrioticamente responsáveis”. Segundo ele, “[...] esta é a função superior da Revolução brasileira, que manteremos, nas nossas Universidades, até que a nossa democracia seja uma realidade superior e indestrutível, sentida e intensamente vivida.” (LACERDA, 1967, p. 29).

As apologias ao regime militar podem ser percebidas no discurso de Flávio Suplicy, no auditório da reitoria, por ocasião das comemorações do dia do soldado.

Ao receber de Vossa Excelência, Senhor General Bandeira Brasil, a incumbência de proferir a oração de encerramento das comemorações do dia do soldado, senti os motivos do honroso convite, ao Reitor de uma Universidade, e, para justificá-lo e

chegar a uma conclusão, e, ao final, tudo entendermos, peço para mim benevolência e permissão para iniciar com reminiscências que nos conduzam a atualidade, e outro dia não seria mais apropriado do que este, em que paira sobre nós uma realidade como se fosse uma benção perene, sobre a pátria brasileira, o espírito, o exemplo eternamente do condestável do Império, do soldado integral, do patriota exemplo, o Duque de Caxias. (LACERDA, 1967, p. 31).

Flávio Suplicy fez, na sequência, um retrospecto do patriotismo brasileiro, enfatizando Olavo Bilac, e, sobretudo, o serviço militar obrigatório. (LACERDA, 1967). No seu entendimento, “[...] sabíamos tudo de Rui, do Barão, de Patrocínio e de José Bonifácio.” (LACERDA, 1967, p. 33). A partir deles “[...] era patriotismo. Não era nacionalismo que é ideia muito estreita quando cada cidadão é um patriota.” (LACERDA, 1967, p. 33). Conforme Suplicy, “[...] o nacionalismo se inventou para substituir o patriotismo, quando quem é patriota, já é, necessariamente, nacionalista.” (LACERDA, 1967, p. 33). Ele falou que “[...] já em 1919, uma cruzada diabólica, de guerra ao imperialismo, ao colonialismo, com a finalidade de nos atrelar ao carroção do comunismo, àquela época internacional.” (LACERDA, 1967, p. 33). Suplicy enfatizou os perigos relacionados ao comunismo. Exemplificou rememorando:

Ao dia 09 de outubro de 1915, quando se inflamavam os moços da Escola de Direito. Depois da primeira Guerra Mundial constatou-se um fato novo, já o dissemos que os comunistas usaram para nos destruir, e que insistimos em ignorar, como se fossemos herdeiros da burrice universal. Há uma realidade que é presente, que há de ser estudada e principalmente compreendida, a realidade social que distingue o mundo moderno, que nos fará submergir se dela quisermos nos afastar, sob orientação de um obscurantismo absurdo. Este fato é o advento das massas ao pleno poderio social. Esta é a grande realidade que a Universidade não poderá ignorar principalmente a Universidade brasileira, que há de ser a orientadora de uma transformação social certa, irresistível por ser justa, mais que precisa de ordenações para não se precipitar no vácuo de ignorância e da demagogia. (LACERDA, 1967, p. 34).

Para Flávio Suplicy, “[...] o predomínio das massas não nasceu no fim da guerra, quando apenas se acentuou”. Em seu entendimento, “[...] o povo vive e move-se para vida própria, a massa é de si inerte e não pode mover-se senão por um agente estranho”. Segundo ele, “[...] a massa [...] espera uma influência externa, é um brinquedo fácil nas mãos de quem quer que jogue com os institutos ou impressões, pronta a seguir, vez por vez, hoje esta, amanhã aquela bandeira - os comunistas sabem disso, nós não.” (LACERDA, 1967, p. 34-35). Por isso, ele classificou a massa como “[...] a mais perigosa inimiga da liberdade e da democracia, é incompatível com o conceito superior de nação e de soberania nacional [...] a inimiga da paz, contrárias às] altas concepções e preocupações artísticas e ao conceito de Universidade.” (LACERDA, 1967, p. 35). Esse perigo, segundo Flávio Suplicy, advém da importação desmoralizadora ou “[...] o mal de alimentarem a mais cruel traição”. Dizendo

isso, ele critica o “[...] ingênuo coração [da mocidade] protestando contra o imperialismo, o colonialismo, contra todos os ismos ditados pelos comunistas, da China, de Cuba, de Moscou, filia-se as entidades subversivas internacionais.” (LACERDA, 1967, p. 35). Suplicy concluiu sua fala apontando que “[...] os estudantes adquiriram uma consciência de classe e pensam que são classe [...] qualquer líder estudantil dá ordens e todos obedecem [...] Aqui é que existe e se esconde o grande [...] perigo. Uma elite transformada em pesada massa, e quem sabe bem disso e explora é o comunismo internacional!” (LACERDA, 1967, p. 35).

Em Sessão do Conselho de 14 de março de 1968, Flávio Suplicy comunicou que o Conselho tomasse conhecimento que o DCE distribuía, em colaboração da UPE e de Diretórios Acadêmicos, publicação mimeografada. Na referida publicação, faziam-se comentários sobre a questão da gratuidade do ensino e incitava os estudantes a não pagarem a anuidade escolar. O reitor explicou que o DCE, tendo representação no Conselho Universitário, não poderia ir contra uma decisão do Conselho, muito menos aliar-se com a UPE, entidade ilegal. O Conselheiro Jurandir Garçoni, Presidente do DCE, procurando esclarecer, disse “[...] que pessoalmente não podia ir contra uma decisão que era da maioria dos representantes do diretório, e ainda, que achava natural os estudantes fazerem suas críticas abertamente, pois que são ainda descomprometidos com a sociedade”.

Na Sessão do Conselho Universitário de 20 de maio de 1968, o reitor Flavio Suplicy fez oralmente relatório sobre os distúrbios estudantis:

Desejo fazer ao Conselho relatório dos acontecimentos ultimamente verificados, para que o Conselho tenha pleno Conhecimento de tudo, e desejo relatar simplesmente fatos. Chegando aqui, de viagem ao Rio, no sábado⁸⁷, me entendi com o professor Leitner, que me participou ter pedido policiamento no centro politécnico, para impedir distúrbios, em vista de ter conhecimento de que estudantes iriam impedir os exames vestibulares para curso noturnos. Às 8 ou 7 horas, começaram os exames. Houve, então, tudo o que os senhores já sabem – luta entre estudantes e policiais⁸⁸. Mas os exames, sob as garantias da polícia foram realizados. Infelizmente devemos lamentar uma vítima: seis soldados foram para o pronto socorro, um deles morreu quarta-feira [...]. (CU, ata 20 mai. 1968).

Flávio Suplicy continuou dizendo: “[...] as coisas chegaram neste pé quando o reitor, na segunda-feira⁸⁹, pediu as autoridades estaduais que dessem policiamento na reitoria, porque não era possível deixar a porta fechada, simplesmente e ir embora, em vista do que tinha acontecido no centro politécnico”. Diante da solicitação, aguardou a chegada do policiamento que não compareceu. Em consequência, “[...] fechei a reitoria às 18:30 horas e fui para casa”. Disse que depois disso:

⁸⁷ 11 de maio.

⁸⁸ 12 de maio.

⁸⁹ 13 de maio.

Às 5 horas da madrugada da terça-feira⁹⁰, recebi comunicação telefônica de que havia grande perigo de invasão na reitoria. Comuniquei novamente às autoridades responsáveis o fato, e pedi que mandassem força policial, mas esta não veio. Estou informando que o dispositivo policial estava pronto, mas recebeu ordem de não sair do quartel. Como consequência houve a tomada da reitoria, e as depredações. No dia seguinte pedi ao comando da região para verificar os danos. Quebraram cerca de 300 (trezentos telhas), arrancaram um busto do Reitor, que a Faculdade de Filosofia havia colocado, e pior, arrancaram a placa comemorativa do cinquentenário da Universidade, contendo a relação de todos os fundadores. Tomei, pois todas as providências, sabendo do que ia acontecer, pedi proteção. A proteção não foi dada. (CU, ata 20 mai. 1968).

Diante desse suposto descaso da polícia, Flávio Suplicy lamentou: “[...] hoje a polícia está aí – não pedi, porém”. Em seu entendimento, “[...] mesmo prevendo tal situação, tudo aconteceu, entretanto, sem interferência do reitor, mas fui responsabilizado por tudo”. Na avaliação de Flávio Suplicy, “[...] constatou-se também uma perfeita organização na operação da tomada do prédio da reitoria. Alguém guiou os estudantes. Houve técnica avançada, conforme constataram o SNI e a polícia Federal”. Em relação ao exposto do reitor, o vice-presidente do DCE, Raul Brasil, justificou as atitudes dos alunos: “[...] lutam por princípios e não contra alguém, e que o princípio defendido pelos estudantes é pela total gratuidade do ensino”. Continuou: “[...] os estudantes sempre quiseram dialogar, e foi justamente por sentirem impedidos de fazê-lo, e como represálias pelas violências recebidas, é que resolveram demonstrar pela ação, em ato público, o seu ponto de vista, de repúdio a certas medidas – os cursos pagos e as anuidades.” (CU, ata 20 mai. 1968). O Conselheiro Homero de Barros leu uma nota escrita em conjunto pelas diretorias das Faculdades com o seguinte conteúdo:

O Conselho Universitário em reunião de hoje, após ouvir circunstanciado relatório do Magnífico Reitor sobre os recentes acontecimentos que abalaram a vida universitária, resolveu: a) aprovar todas as medidas preventivas por ele adotadas e o seu comportamento que não foi o que tem sido propalado através de interpretações equívocas ditadas por emoções exaltadas; b) esclarecer que os investimentos de montantes dos fundos patrimoniais em obrigação reajustáveis do Tesouro Nacional, adquiridos diretamente e sem intermediários, no Banco do Brasil S.A., foram feitas com autorização do Conselho Universitário [...] e destinados a implantação física da Universidade [...] sem o qual seria impraticável a modernização do Ensino Superior do Paraná. (CU, ata 20 mai. 1968).

Diante do relatório produzido pelos diretores das Faculdades, houve pronunciamento dos Conselheiros. O Conselheiro Ulysses Campos

[...] declarou que se abstinha de votar, porque o primeiro item da proposta havia aspecto político e ele não entrava em questões políticas e o segundo item tratava de assunto sobre o qual já se manifestara contrariamente em outras ocasiões, porém acrescentou, a sua abstenção não devia ser considerada como recusa à solidariedade

⁹⁰ 14 de maio.

ao reitor. (CU, ata 20 mai. 1968).

O Conselheiro Alceu Ribeiro, por sua vez, protestou “[...] contra a reunião de Diretores, feita antes da reunião do Conselho” e seu voto foi contra a parte final do item b. O reitor Flávio Suplicy argumentou que a reunião anterior dos diretores foi para aconselhar-se. O Conselheiro José Nicolau declarou-se de pleno acordo, tendo ainda explicado que, em sua gestão, não fez aplicação em letras de tesouro porque o seu mandato estava para terminar, mas que via grande vantagem para a Universidade em tais aplicações. Entretanto, por motivos particulares, não assinaria. De modo geral, apesar de discordâncias, a proposição lida por Homero de Barros foi aprovada, com voto contrário do Conselheiro dos estudantes, Eloi Pieta, que declarou: “[...] atendendo-se a primeira parte da proposição, disse que devia-se ir as causas dos acontecimentos, e que não era possível concordar com todas as medidas adotadas e com o comportamento que geraram os acontecimentos”. Ou seja, a partir dos votos do Conselheiro Ulysses Campos, Alceu Ribeiro e José Nicolau, esboça-se uma pequena oposição aos atos do reitor. Quanto a Alceu Ribeiro e José Nicolau, participaram da gestão de Suplicy, sendo o primeiro como vice e o segundo de vice a sucessor. Ulysses de Campos poderia representar um novo partidário do poder acadêmico. Quanto ao busto quebrado pelos estudantes, o reitor se pronunciou: “[...] o busto do Reitor, e que foi selvagemmente arrancado, pela minha vontade não será repostos”. Na sequência, sob a relatoria de Brasil Pinheiro Machado, foi manifestada a seguinte proposição:

Fica revogada a resolução do Conselho Universitário, de 31 de outubro de 1967, que determinou a cobrança de anuidades [...]; ficam também revogadas, as decisões do Conselho Universitário que instituíram o pagamento obrigatório de anuidades para os cursos noturnos, em regime especial [...]. (CU, ata 20 mai. 1968).

O representante do DCE, Eloi Pieta, apresentou proposições que complementavam a apresentação de Brasil Pinheiro Machado. O Conselheiro Alcides Munhoz Neto, por sua vez, usou da palavra para pedir que o assunto fosse tratado em outra reunião do Conselho, quando estivessem presentes mais representantes discentes. Entretanto, colocada em votação, a proposta foi aprovada pela maioria dos Conselheiros. Dessa forma, a revogação da lei da cobrança de mensalidade representou, em termos, a vitória do movimento estudantil. Conforme Luís Antônio Cunha (1988, p. 96),

[...] a cobrança de anuidade constituía um ponto de tensão em quase todas as instituições de ensino superior. Onde o movimento estudantil era mais forte, a cobrança não se fazia, ou os valores eram apenas simbólicos; onde ele era fraco, os preços chegavam ao nível do mercado. A comissão especial foi chamada também para sugerir medidas para uniformizar os procedimentos de cobrança das instituições oficiais. O valor sugerido para as anuidades de todas as faculdades deveria situar-se

entre um terço do salário mínimo, a ser pago no ato da matrícula.

Para Maria de Fátima de Paula (2002, p. 131, grifo da autora), “[...] cabe ressaltar [...] que a lei 5.540 não possuiu um artigo sequer que diga respeito ao sistema de ‘financiamento de bolsas’, ou em outras palavras à questão de cobrança de anuidade nas universidades públicas”. Segundo a autora, “[...] é possível que tal omissão se devesse às resistências do movimento estudantil com relação a esse assunto e das camadas médias que tinham acesso às universidades públicas naquele momento”.

No texto *Contextos e traumas do maio de 1968 na UFPR*, Braga Portella, Christiane Szesz e Renato Leite (2012), utilizando-se de relatório da DOPS e da repercussão da imprensa paranaense (*Tribuna do Paraná, Estado do Paraná, Jornal de Curitiba, Diário Popular*) historiam a repercussão da ditadura na Universidade do Paraná. Segundo os autores, essa onda de protestos e agitações levou, em 13 de dezembro de 1968, a decretação pelo Presidente da República do AI-5. Além disso, os autores entendem que, na UFPR, o manifesto de maio de 1968 foi agravado pelo “[...] fato de o Reitor Flávio Suplicy de Lacerda ocupar o cargo de Ministro da Educação depois do golpe” (PORTELLA; SZESZ; LEITE, 2012, p. 105), em que, “[...] na função de Ministro, promulgou uma lei (número 4.464, de 9 de novembro de 1964) que punha as instituições estudantis na clandestinidade.” (PORTELLA; SZESZ; LEITE, 2012, p. 105). Em conformidade com os autores, resultante desse decreto, “[...] em maio de 1967, quando o Ministro Suplicy de Lacerda tentou voltar a reitoria, enfrentou resistência dos estudantes que ameaçaram com greve.” (PORTELLA; SZESZ; LEITE, 2012, p. 106). Além disso, “[...] em 30 de agosto de 1967 fizeram protestos contra a política universitária do governo Federal” (PORTELLA; SZESZ; LEITE, 2012, p. 106) e “[...] em 15 de dezembro realizaram a operação ‘panela vazia’ no intuito de fechar o restaurante universitário por tempo indeterminado.” (PORTELLA; SZESZ; LEITE, 2012, p. 106, grifo dos autores). No ano de 1968, as primeiras passeatas surgiram em protesto pela morte do estudante Edson Luís de Lima dos Santos, no Rio de Janeiro. Na avaliação dos autores, em reação a esse acontecimento, “[...] passeatas estudantis surgem nos dias 30 e 31 de março”, havendo, em 2 de abril, “[...] assembleia no restaurante do DCE, com 600 estudantes.” (PORTELLA; SZESZ; LEITE, 2012, p. 107). Esse protesto se estenderia, quando no dia 3 de abril, o estudante “Telmo [...] conclamou os manifestantes a seguirem até a reitoria da UFPR para derrubar o busto de Flávio Suplicy de Lacerda.” (PORTELLA; SZESZ; LEITE, 2012, p. 107). Os autores informam, ainda, que, no relatório da DOPS, consta que “[...] foi tentado um início de quebra-quebra com proclamações de ‘vamos quebrar a reitoria’ tendo um grupo se proposto a isso indo na direção [...] daquele edifício.” (PORTELLA; SZESZ; LEITE, 2012, p.

107). Em 9 de abril, a pedido do reitor, a PM invadiu o restaurante universitário, saindo após negociações, negando o reitor, na ocasião, repasse de verbas ao restaurante do DCE. Entretanto, as manifestações de maio de 1968 tiveram como consequência imediata a criação de um curso de engenharia pago. Segundo os autores, “[...] no dia 11 de maio, o Centro Politécnico foi ocupado pela polícia” (PORTELLA; SZESZ; LEITE, 2012, p. 108), acontecendo confronto entre policiais e estudantes no domingo. As manifestações prosseguiram e, no dia 14 de maio, “[...] dois jovens ficaram feridos na face pelos golpes de sabre dos policiais, e mais sete atingidos por cassetete e pisadas dos cavalos”. Nas assembleias de 13 de maio, com a participação de 6 mil estudantes, foi votada pela greve geral. Em sua defesa, o reitor da Universidade Flávio Suplicy afirmou que “[...] a cobrança é um preceito institucional. Impedir seu cumprimento é crime.” (PORTELLA; SZESZ; LEITE, 2012, p. 109). Apesar disso, em 14 de maio, os estudantes tomaram de surpresa os três prédios centrais da reitoria “[...] e isolaram todo o quarteirão.” (PORTELLA; SZESZ; LEITE, 2012, p. 110). A intenção deles era tomar “[...] a escola de Engenharia, no Centro Politécnico, onde se realizava o vestibular para o novo curso pago.” (PORTELLA; SZESZ; LEITE, 2012, p. 110). Conforme os autores, todos os funcionários e mesmo o reitor não compareceram a Universidade, e “[...] o busto do Magnífico Reitor Flávio Suplicy de Lacerda foi derrubado e seu nariz cerrado.” (PORTELLA; SZESZ; LEITE, 2012, p. 110).

No ano de 1968, a reitoria da USP também foi invadida. Conforme Maria de Fatima de Paula (2002, p. 191), “[...] no fim de maio de 1968, foi anunciada a vinda de Rudolph Atcon à USP para participar de uma das reuniões da Comissão de reestruturação”. Conforme essa autora, “[...] irritados com a demora em que os trabalhos vinham se desenrolando e desejando protestar contra as possíveis interferências do plano Atcon e dos acordos MEC/USAID, os estudantes invadem a reitoria.” (PAULA, 2002, p. 191). Mesmo no Estado do Paraná, conforme Silvia Calciolari (2004), em 1968 aconteceu a prisão de uma centena de universitários na chácara do Alemão, no bairro Boqueirão, em Curitiba que se reuniram para um minicongresso da UNE em 17 de dezembro de 1968 para avaliar a Lei Suplicy. Em sua avaliação, “[...] a idéia era organizar um encontro entre os militantes da política estudantil do país para discutir o acordo MEC/USAID, já que o Congresso de Ibiúna em São Paulo havia sido frustrado pela ação da polícia.” (CALCIOLARI, 2004, p. 125). Segundo a autora,

[...] um contingente de aproximadamente 400 homens das diversas polícias, munidos de forte armamento e em caminhões frigoríficos – que não foram descobertos pelos olheiros – prenderam 42 estudantes, sendo 37 homens e 5 moças. A prisão dos estudantes na chácara do Alemão se deu quatro dias após a decretação do AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, e que suspendeu toda a e qualquer garantia

individual e constitucional, dando sinais do que iria acontecer nos próximos anos. [...] Para os demais casos, os procedimentos para a prisão puderam ser sistematizados da seguinte forma: Pela hora em que os agentes efetuavam a captura ou seqüestro: Assim, um procedimento ‘normal’ era prender os ‘subversivos’ no trabalho, sempre durante o dia para que houvesse muitas testemunhas da ação repressiva. Já para os casos em que a prisão era sigilosa, valia efetuar a prisão à noite na casa do suspeito, aterrorizando familiares e vizinhos. (CALCIOLARI, 2004, p. 126, grifos do autor).

Após a invasão da reitoria, a ofensiva contra os estudantes permaneceu como pauta das reuniões do Conselho. Na ata da Sessão realizada em 17 de junho de 1968 foi discutida a eleição indireta para o DCE. Do mesmo modo, a ata da Sessão do Conselho Universitário realizada em 01 de agosto de 1968 tratou da eleição indireta para o DCE. A ata da Sessão do Conselho de 18 de setembro de 1968 revelou a fala do Conselheiro representante dos estudantes, Raul Brasil, que justificou a não apresentação do processo 79.916, que encaminhava projeto de resolução de eleição indireta do DCE. Segundo o representante:

Face ao clima de tensão e de agitação ultimamente verificado no meio estudantil, não foi possível encontrar solução para o problema de eleições indiretas, com as quais não concordaram os Diretórios consultados, e ainda considerando que o estatuto da Universidade não foi adaptado ao decreto nº 228, e que só o será depois da aprovação da Reforma Universitária. Propôs que se fizesse eleição direta, como no ano passado, e na forma do regimento do DCE e do regulamento vigente, fixando a data de 07 de novembro para a eleição. (CU, ata 18 set. 1968).

Durante a discussão da proposta, o Conselheiro Alceu Ribeiro de Macedo lembrou que, de acordo com a lei vigente, as eleições deveriam ser indiretas. Encerrada a discussão, resolveu o Conselho aprovar a realização de eleições direta em 7 de novembro, conforme a proposta do Conselheiro representante dos estudantes, e designar, por proposta do reitor, o Conselheiro Artolfho de Souza Filho para representante junto à Comissão Central apuradora das eleições. Na ata da Sessão do Conselho Universitário de 17 de dezembro de 1968, constam esclarecimentos do reitor sobre as eleições do DCE e a não convocação dos representantes eleitos:

Informou o Senhor Presidente que aquelas eleições foram diretas, em desacordo, portanto, com o dispositivo legal na época vigente – o artigo 7º do decreto nº 228, de 28 de fevereiro de 1967, e que a nova legislação, lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, modifica a forma de escolha da representação estudantil, ficando a sua interpretação a cargo do C.F.E (artigo 46). (CU, ata 17 dez. 1968).

Em face da dúvida sobre a validade do pleito realizado e as disposições da nova legislação, deixou-se de convocar os estudantes, ficando resolvido por unanimidade dos Conselheiros que seria levado ao Conselho Federal de Educação. Além de não reconhecer os representantes eleitos do DCE, a ata do Conselho de 26 de fevereiro de 1969 determinou a ocupação provisória de sua sede pelo Departamento de Educação e Cultura da reitoria. Essa

ocupação foi motivada pelo parecer do Conselho Federal de Educação que respondeu a consulta da Universidade, a respeito das eleições de 7 de novembro de 1968 para o DCE - processo 84.831. Na oportunidade, Flávio Suplicy leu as conclusões daquele parecer:

O método eleitoral adotado violou o dispositivo legal – decreto lei nº 228/1967. Compete ao Magnífico Reitor, neste caso, convocar novas eleições, conforme dispõe o artigo 16 do mesmo decreto. O decreto 228, apesar de ter revogado a lei 4.464, deixou expresso o dispositivo da eleição indireta para o DCE. Na oportunidade discutiu-se o assunto, tendo o Conselho resolvido, por unanimidade que: 1) fica nula a eleição para o DCE; 2) autorizar o Reitor a convocar novas eleições, a serem realizadas conforme o artigo 7º do decreto lei 228, e na forma de um regulamento a ser baixado por portaria do Reitor; 3) designar o Conselheiro Oswaldo Ceccon coordenador das eleições. (CU, ata 26 fev. 1969).

As consequências da decisão foram relatadas na ata da Sessão do Conselho de 18 de março de 1969. Na referida Sessão, o reitor Flávio Suplicy deu conhecimento ao Conselho, por meio de circunstanciada exposição de motivos, nas ocorrências ultimamente verificadas na sede do DCE e no restaurante explorado por aquele Diretório. Informou sobre as depredações, pichamento, roubos efetuados e materiais subversivos apreendidos naquela dependência, tendo dado conhecimento das providências tomadas pela reitoria, inclusive sobre as comunicações às autoridades policiais. Suplicy informou, ainda, que determinou a desocupação e o confisco dos bens do DCE e “[...] se [o DCE] continuar a existir deverá se situar em outro local pago pelo próprio DCE”. O decreto 228/1967, referenciado por Suplicy, trata-se do Decreto que revogou a Lei Suplicy, conhecido como Decreto Aragão. Promovido por Raymundo Moniz de Aragão, então Ministro da Educação, o Decreto extinguiu os DEEs e DNE, e os bens das entidades dissolvidas deveriam ser incorporados à Universidade. De forma geral, o decreto Aragão trouxe aumento das restrições e dos mecanismos de coação previstos pela Lei Suplicy.

Nesse clima de dissenso com o movimento estudantil e mesmo afastamento de professores, o reitor Flávio Suplicy recebeu o Presidente do Brasil para entrega do título de Doutor *Honoris Causa*. Em seu discurso, Flávio Suplicy ponderou inicialmente que “[...] a Universidade do Paraná não concede honrarias universitárias a todos os presidentes da República.” (LACERDA, 1969, p. 15). Concedeu,

Até agora, apenas para três, e para três presidentes militares, sendo definidos os títulos por essa ordem: 1) Ao Marechal Eurico Gaspar Dutra, porque no momento em que foram federalizadas 8 universidades brasileiras, a Universidade do Paraná foi deixada de lado e com a finalidade de corrigir essa injustiça uma caravana de professores da Universidade foram conversar com o Presidente “e ele, prontamente, mandou fazer mensagem ao Congresso, reparando a injustiça.”; 2) O Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, “que disciplinou e regulamentou a vida estudantil e iniciou a Reforma Universitária com o estatuto do Magistério”; 3) O terceiro, Marechal Arthur da Costa e Silva “e isto porque Vossa Excelência

implantou, em moldes excepcionalmente avançados, a reforma Universitária no Brasil, como base para o progresso do continente brasileiro.” (LACERDA, 1969, p. 15).

Em sua exposição, o Marechal Arthur da Costa e Silva agradeceu o título de “Doutor Honoris Causa” afirmando que “[...] tenho a honra dessa homenagem por insigne consagração dos esforços do meu governo.” (SILVA, 1969, p. 15). Na avaliação do Presidente, “[...] a educação é, por excelência, árvore de frutos retardios.” (SILVA, 1969, p. 15). Por isso, ele compreendia: “[...] a formação de grau universitário exige no mínimo 15 a 17 anos de estudos. Ela se inicia na escola primária e tem de atravessar o curso secundário antes de desabrochar na escola superior.” (SILVA, 1969, p. 17). Ele destacou a Universidade como uma transformadora social, afirmando: “[...] se todos os jovens estudantes do Brasil se houvessem detido e debruçado sobre a natureza especial da educação, teriam certamente surgido dificuldades menores e menos numerosas entre eles e o Governo.” (SILVA, 1969, p. 17). Com esse entendimento, ele destacou a ação do governo federal no sentido de acudir as “[...] universidades e escolas oficiais, subsidiando estabelecimentos particulares, oferecendo bolsas de estudo, de manutenção e alimentação a milhares de estudantes.” (SILVA, 1969, p. 18). Em contrapartida, chamou atenção da administração e professores da Universidade para a necessidade de articular a sua ação com os problemas do Estado, mediante estudos, pesquisas e análises. Em seu entendimento, a “[...] missão suprema dessa Universidade, [...] não é preparar profissionais, nem pesquisadores, nem cientistas, nem técnicos, mas concluir a formação de verdadeiros cidadãos.” (SILVA, 1969, p. 18).

Flávio Suplicy entrou no campo do poder universitário em 1949 e em sua administração articulou ações no campo acadêmico e político que tiveram como consequência a federalização da Universidade. A federalização conferiu-lhe grande prestígio e reconhecimento no interior do campo acadêmico paranaense, sendo conduzido a várias gestões, e as poucas contestações que teve foram pontuais e resolvidas por consenso. As articulações políticas em torno da federalização projetaram seu nome no campo político que consubstanciaram sua nomeação a Ministro da Educação e Cultura do Governo militar. Autor da Lei Suplicy, ele atuou em defesa dos interesses do regime militar, primeiro na condição de Ministro e depois como reitor da Universidade. A sua ofensiva contra o movimento estudantil dava-se no sentido de que os via influenciados pelas ideologias comunistas. Nesse sentido, era preciso criar normatizações a fim de preservar o país dessas ideologias vindas de fora e prejudiciais à liberdade e ao progresso do país. As ações na direção de combater o comunismo e subversão do movimento estudantil recebeu apoio do Conselho Universitário que lhe

concedeu homenagens e a autoridades do regime militar. Por outro lado, entre os estudantes, particularmente com a aprovação da lei 4.064 de 1964, Flávio Suplicy sofreu contestação no âmbito nacional e, na Universidade Federal do Paraná, teve seu busto quebrado. Um reitor, em princípio improvável, tornou-se homem forte da Universidade Federal, exercendo a reitoria por seis gestões, transformando-se em um dos principais responsáveis pela modernização infraestrutural da Universidade Federal do Paraná. Paradoxalmente, uma ação obcecada contra os atos subversivos fez com que seu nome não passasse a figurar nas altas posições do governo militar. Esse aspecto, por um lado, demonstra sua derrota frente ao movimento estudantil e, por outro lado, a permanência dele no campo do poder universitário revela que o Conselho da Universidade do Paraná adotou os mesmos princípios conservadores e autoritários de Flávio Suplicy.

4.3 Reitor Flávio Suplicy de Lacerda: discursos educativos e iniciativas em torno da modernização do ensino na Universidade do Paraná

Ao estudarmos até aqui a trajetória de Flávio Suplicy, destacamos sua contribuição para a história da educação, sobretudo para o ensino superior paranaense ao atuar nos projetos de federalização e expansão infra-estrutural da Universidade Federal do Paraná. A partir dessa análise, foi possível perceber sua atuação conservadora e atrelada ao campo político paranaense, o que explica, em parte, sua permanência na reitoria por 20 anos e o que conseguiu em termos materiais para a instituição. Isso já indicaria seu projeto para o ensino superior paranaense. Entretanto, faltaria pormenorizar sua perspectiva educativa: onde está a educação nos projetos de Suplicy? Seu projeto de Universidade, que universidade, para quem e por quais caminhos? Nesses termos, os discursos educativos dele devem ser refletidos a partir de seus lugares de formação. No ambiente familiar, teve um *habitus* relacionado aos valores católicos, influenciando, inclusive, nas primeiras iniciativas escolares. Depois passou por outros lugares de formação (Colégio Militar e Escola Politécnica) de onde herdou concepções positivistas e, particularmente, uma visão técnica própria do campo da engenharia. Mesmo nesse ambiente cultural múltiplo, o catolicismo teve uma importância fundamental no processo de formação dele, uma vez que, desde 1930, passou a participar dos debates promovidos pelo Círculo de Estudos Bandeirantes. A partir dessa iniciativa, além de criticar o positivismo, passou a expressar uma concepção educativa baseada nos princípios cristãos e alicerçada pelos debates em torno do ensino superior paranaense. Com isso, seu pensamento educativo passou a aproximar-se do pensamento católico, pois, ao defender uma

democracia integral de fundo cristão, ele defendeu a formação de uma sociedade afastada dos princípios soviéticos.

A aproximação com o pensamento católico pode ser resultante do próprio grupo ao qual estava inserido. No ano de 1943, o intelectual católico Alceu Amoroso Lima esteve na capital paranaense onde foi saudado por Brasil Pinheiro Machado. Em sua fala, ele destacou que as novas gerações devem ser educadas no sentido de que a pátria é uma extensão natural da família, e onde o homem é membro vivo de uma comunidade mais ampla que une todos entre si. Segundo Amoroso, “[...] para lá das nações, dos continentes, das raças e das civilizações, estamos ligados a uma solidariedade natural, figura terrena daquela solidariedade natural que nos faz todos filhos de um pai comum”. (ANUÁRIO da Faculdade, 1943, p. 49-50). Para Alceu Amoroso, a educação era responsável pelo debate e pelo esclarecimento dos conceitos de totalitarismo, liberdade e democracia e a união educação/ciência representava a possibilidade de entendimento das coisas. Flávio Suplicy, além do discurso de cunho católico, apropria-se, muitas vezes, do discurso ideológico do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e da Escola Superior de Guerra (ESG), ao atribuir conceitos como universais, nacionais e regionais. Em partes, a própria configuração política de Flávio Suplicy, atrelada ao PSD – no regime democrático – convertido em ARENA na ditadura militar, vai ao encontro do programa formativo da ESG.

Feitas essas considerações, a partir de algumas falas⁹¹ de Flávio Suplicy, vamos percebendo como se deu a sistematização de seu pensamento, atrelada em partes as suas origens familiares, como expressadas por ele próprio no discurso de 1969: “[...] um caboclinho da Lapa”. Em relação às influências diretas em sua formação, no mês de dezembro de 1928, no ato de diplomação em Engenharia Civil, na Escola Politécnica de São Paulo, consta que ele foi escolhido para fazer o discurso de sua turma. Na época, ele expôs a preocupação em atuar em “[...] uma linha reta e luminosa de caráter e probidade profissional, habilitando-nos dessa forma a entrarmos convictos do nosso dever no santuário comum a nossa Pátria.” (LACERDA NETO, 1988, p. 116). Conforme seus propósitos,

[...] é o começo da segunda fase [na qual] deveremos nos conduzir na luta, da orientação a seguir para o melhoramento espiritual contínuo, para o desenvolvimento intelectual do povo, enfim, para a felicidade geral dos homens, a obrigação que construímos perante a humanidade, pelo simples fato de termos nascido. (LACERDA NETO, 1988, p. 116).

⁹¹ Grande parte dos discursos e fragmentos analisados neste tópico encontram-se anexadas de forma integral na obra *O Magnífico Reitor* de Arthur Virmond de Lacerda Neto. Por isso, referenciamos com o nome do autor da referida obra.

Em sua fala, ele chamou a atenção: “[...] alcançar o fim a que nos destinamos, isto é, o espiritualismo completo, para a felicidade de todos, afastando-nos sempre do materialismo moral, ou canibalismo feroz, em virtude do qual as corporações sociais parecem mais um ajuntamento de feras do que um conagraçamento de homens.” (LACERDA NETO, 1988, p. 117). Para ele,

[...] os estudos que originaram a arte do engenheiro nada mais são do que simples início de marcha, tão somente nos habilitando a penetrar num pequeno grupo de indivíduos que naturalmente dirige massas, tão somente nos abrindo uma pequenina porta ao profundo ‘mar que rodeia o mundo dos fenômenos’, como diz Kant na sua Estética analítica. (LACERDA NETO, 1988, p. 117).

Segundo Suplicy de Lacerda,

[...] a cultura espiritual dos nossos antepassados [como diz Farias Brito] não é somente a base do edifício do pensamento, é também fato que resiste a toda a dúvida, verdade que desafia o capricho mais desordenado dos céticos, o espírito é o princípio dos princípios e a verdade das verdades, o fundamento de toda a realidade e a base de todo o conhecimento. (LACERDA NETO, 1988, p. 118).

Dizendo isso, ele questionou: como se explicar, pois o doloroso desinteresse que há por toda parte pelas ciências que mais de perto cuidam da nossa existência mais íntima? Como explicar a orientação moderna, febril, doentia, que nos distancia dos estudos complexos que aperfeiçoam a nossa alma e que melhoram a vida dos nossos semelhantes? Ao estabelecer uma relação entre o campo da engenharia e os postulados da filosofia, ele dialoga com Kant e com o filósofo brasileiro Raimundo de Farias de Brito, refletindo sobre o caráter metafísico e espiritual que o engenheiro deve adotar em suas ações, e criticando em muitos aspectos o que ele entende por liberalismo individualista. É nessa tensão relacionada entre o espiritual e técnico que vamos percebendo sua concepção de ensino superior.

Em discurso de 1949, ele enfatizou este sentido:

Durante os longos anos em que, no século 19, o liberalismo individualista atravessou os seus tempos de maior glória e de mais firmes convicções, a Universidade não reagiu, antes se amoldou, transformando-se em entidade estática, completamente enclausurada, destinada à formação de uma cultura. (LACERDA, 1949, p. 62).

Ao criticar a Universidade em um plano geral, Flávio Suplicy apontou que “[...] no Brasil, o regime universitário nem ao mesmo pode se formar, por essas épocas, porque, por virtude da influência francesa, [...] fomos levados, no nosso irresistível marginalismo”. O que ele criticou, na realidade, foi “[...] as preferências pelas escolas superiores isoladas, aqui estabelecidas com os mesmos sistemas e até com os mesmos nomes das escolas da França”. Além disso, “[...] motivada pelas teorias da cultura livre, sem conformismos, de caráter fundamentalmente individualista e liberal”. Foi esse liberalismo de cunho francês que em sua avaliação “[...] marcou uma parada de larga extensão na vida universitária, em alguns casos

determinou um retrocesso, comprometendo tradições”. Por isso criticou:

[...] a universidade liberal, ou ao liberalismo individualista conformada, só conhecia como ideal um universalismo cientificista e tecnicista, pleno de falsos desígnios, que se manifestou por isso mesmo, incapaz de tranquilizar o homem, antes o submeteu a este desespero em que ainda nos debatemos entre mitos e filosofias inoperantes, que caracterizam os últimos alentos de uma era morta. (LACERDA, 1949, p. 62).

Contraditoriamente, admitiu que foi dessa era morta que “[...] saiu por certo a estupenda ciência moderna, levando a limites tais que a inteligência humana não a pode mais abranger com os nossos métodos clássicos, não se pode e não sem desejar negar”. Entretanto, em seu entendimento “[...] nem isso bastou para que fossemos mais felizes, mas pelo contrário, apesar disso o homem se desumanizou, perdendo a própria essência da sua vida”. Para Flávio Suplicy, ao buscar o desenvolvimento da ciência a todo o custo “[...] a universidade [...] se desinteressou do homem, [porque suas] ideias eram apropriadas à uma estruturação que forçava a que se conhecesse um homem irreal, desconhecendo-se o homem integral, os seus costumes, as suas tendências, os seus sofrimentos”.

As críticas à concepção liberal-burguesa e a necessidade da concepção liberal moderna voltaram a ser tema de discurso proferido em 1951. Em sua fala, Flávio Suplicy explicitou que

[...] não existe Universidade, em realidade, na velha concepção liberal, mas somente um rótulo de certa pompa que encobre simples entidades expedidoras de diplomas, nas quais o professor tem a função de falar aos moços, três horas por semana, que coisas de ciências que estudou no livro. (LACERDA, 1951, p. 88).

Para ele, “[...] a Universidade real, é organismo vivo [...] que age no presente, mas se integra ao futuro da nação”. Nesse processo de integração, “[...] sente o povo com a mais clara inteligência, as suas necessidades, os seus sentimentos, as suas ideias, e que vive com ele e para o seu destino”. Na avaliação de Suplicy, exatamente “[...] por isso é que é um organismo de elite, porque tem a função de se empregar, lucidamente, da vivência do povo. Da organização da elite que ora só existe hoje como organização de elite”. Nesse tipo de organização, a Universidade “[...] prepara técnicos, mas antes de mais nada, estabelece maneira de viver”. Ao apontar essa concepção lamentou:

Nós ainda não somos assim. Não há no Brasil, ainda uma Universidade que se enquadre em tais princípios. Estamos todos, até agora, com a mentalidade da École Centrale, e precisamos de muito esforço e de muita decisão para arrancarmos de nossas fachadas o brilho enganoso de títulos que, por si, nada podem fazer a não ser nos enfatuar. (LACERDA, 1951, p. 88).

A transformação dessa realidade só seria possível se fosse processada uma ação de dentro para fora e deveria ter “[...] um sentido eminentemente social, que transcenda a vida

presente de cada um de nós ou o futuro específico de cada professor.” (LACERDA, 1951, p. 88). Reforçou a ideia de que “[...] não há, numa Universidade, nenhum sentido para o individual, mesmo que essa Universidade seja brasileira.” (LACERDA, 1951, p. 88). Para ele, a Universidade do Paraná, que instituiu o regime universitário no Brasil, deveria sacudir a poeira secular que se adensava no ensino superior brasileiro. Essa poeira secular referia-se ao ensino universitário iniciado pela “[...] corte de Lisboa [que] negou, em acordo lógico com o seus princípios, licença para se estabelecer uma Universidade na colônia do Brasil, quando já havia Universidades na América.” (LACERDA, 1951, p. 89). Comentou que, devido a isso, “[...] estamos com mais de dois séculos de retardamento, o que muito está influenciando na formação do nosso regime Universitário, sem o princípio basilar da tradição.” (LACERDA, 1951, p. 89). Concluiu sua fala dizendo que “[...] este é [o] marco de uma nova estrada definitiva, a do destino superior de um povo.” (LACERDA, 1951, p. 89).

O jornal *Diário da Tarde* o convidou para falar dos problemas de Governo. Em uma investida de 4 números nas páginas desse periódico, ele abordou questões diversas. Entre elas expôs sua opinião sobre *A Gloriosa Universidade do Paraná*. Iniciou sua abordagem contextualizando a história das universidades. Segundo Suplicy de Lacerda, “[...] na Europa [elas] foram fundadas pela igreja, com as prerrogativas do poder público que possuía ou pelo Governo, e em qualquer caso entregue a estes, pela impossibilidade de serem mantidos de outra forma.” (DIÁRIO DA TARDE, 3 abr. 1945). No entendimento dele, na América Latina, a situação foi a mesma da Europa, sendo fundadas pela iniciativa da igreja. Em oposição a essas duas situações Flávio Suplicy referenciou o problema nos Estados Unidos onde foi “[...] a iniciativa particular que desenvolveu o ensino superior”. A partir disso, argumentou que no Brasil “[...] a igreja poderia, assim como na América espanhola, ter fundado vários estabelecimentos”. Contudo, pelo contrário, aqui foi o Governo que teve a incumbência “[...] de criar e manter o ensino superior, e o criou mal, e o mantém humildemente”. Com essa exposição, ele destacou três formas de empreendimento de ensino superior: religioso, governamental e particular.

Ao comparar essas três formas de empreendimentos universitários, ele compreende que, no Brasil, “[...] há um único caso em que a fundação foi obra exclusiva da iniciativa particular, do sacrifício da meia dúzia de abnegados, e em que a manutenção é feita à custa das rendas próprias [...] do permanente sacrifício de centenas de dedicados cidadãos”. Esse exemplo dado por ele refere-se ao caso da Universidade do Paraná, “[...] motivo de mais justificado orgulho nosso, pela grandiosidade do empreendimento e pelos espantosos resultados até agora obtido” (DIÁRIO DA TARDE, 3 abr. 1945). Apesar dos elogios à

natureza do empreendimento, Flávio Suplicy entendia que, naquele momento, com os professores com vencimentos descontínuos, com alunos sobrecarregados de taxas, com instalações superlotadas e deficientemente aparelhadas, a iniciativa particular não podia continuar. Com isso, ao afirmar que a Universidade “[...] é um problema de Governo, amplo, profundo e o Governo que o resolva” ele defendia uma educação financiada pelo Estado. Nessa fala, por um lado, justifica a campanha em torno da federalização quando reitor da Universidade a partir de 1949 e, por outro, essa defesa dicotomiza a ação dele, sobretudo em sua passagem pelo MEC, onde articulou com os Estados Unidos – relação MEC USAID – um modelo de ensino superior respaldado pela iniciativa privada.

Conforme Nêvio de Campos (2008, p. 21), as “[...] faculdades e escolas que foram se constituindo ao longo do século XIX expressavam a origem do ensino superior no Brasil, o que caracterizava sua estreita relação com o projeto napoleônico, cuja finalidade principal era manter a estabilidade do Estado por meio de um ensino profissional”. Para Campos, “[...] os dirigentes políticos entendiam que os oficiais, médicos, bacharéis e engenheiros representavam condição fundamental para o processo de constituição e manutenção dos projetos da monarquia.” (CAMPOS, 2008, p. 22). A fundação de algumas escolas superiores no século XIX “[...] iniciados em 1808 com cursos e academias destinados a formar profissionais para o Estado, particularmente para o Exército e a Marinha.” (CAMPOS, 2008, p. 53). Como reportamos em páginas anteriores, Flávio Suplicy ingressou no Círculo de Estudos Bandeirantes em 1930; e em 1938, ajudou fundar a Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, assumindo uma disciplina. Conforme Nêvio de Campos (2008, p. 148), “[...] o grupo católico entendia que a Ciência estava a serviço do ser humano, isto é, o conhecimento científico devia ajudar o homem a viver melhor”. Citando Alceu Amoroso Lima, “[...] o século XIX estabeleceu o liberalismo, uma espécie de caricatura da liberdade.” (CAMPOS, 2008, p. 190).

Ao esboçar as críticas ao liberalismo, Flávio Suplicy aproxima-se dos discursos reformistas da educação a partir de 1960. Para Luís Antônio Cunha (1988, p. 12), “[...] vários autores têm tratado da reforma universitária de 1968 [...] destacando a burocracia universitária, os consultores norte americanos, os tecnocratas da ditadura”. Em suas pesquisas, o autor se surpreendeu em encontrar também Napoleão Bonaparte. Segundo ele, “[...] analisando a gênese da reforma universitária brasileira de 1968 como se desembaraçasse as linhas de um novelo, verifiquei que várias delas se cruzavam. Napoleão estava nesse nó.” (CUNHA, 1988, p. 13). Com base nas argumentações de Cunha, após a vitória contra os inimigos da revolução de 1789, Napoleão promoveu uma intensa reformulação do ensino

superior. Essa reformulação compreendeu, entre outras, a “[...] criação da escola politécnica, a faculdade de ciências e faculdade de letras; as escolas de medicina e de direito foram promovidas a faculdades.” (CUNHA, 1988, p. 13). Além disso, Cunha observa que “[...] essas, mais a de farmácia, foram articuladas a uma rígida regulamentação profissional.” (CUNHA, 1988, p. 13). Essas reformas eram justificadas pelo positivismo difuso na burguesia francesa, que defendia a fragmentação da universidade, como forma de resolver: “1) a demolição de um dos aparelhos de formação dos intelectuais da antiga classe dominante e a preparação dos novos intelectuais para a viabilização do bloco histórico em formação.” (CUNHA, 1988, p. 14). Ao mesmo tempo, Luís Antônio Cunha observa que, em Berlim, “[...] criou-se em 1810, uma nova universidade, com base em concepções filosóficas trazidas para um debate induzido pelo próprio Estado.” (CUNHA, 1988, p. 14). Nessa direção, filósofos idealistas, a exemplo de Hegel, Schelling, Fichte, Schleiermacher e Humboldt, produziram o que, no entendimento de Cunha, foi “[...] a mais densa reflexão sobre a instituição universitária, desde sua criação no século XIII até os dias de hoje.” (CUNHA, 1988, p. 14). Segundo o autor, “[...] dessas concepções brotava a universidade com bases liberais ou autoritárias.” (CUNHA, 1988, p. 14). Na avaliação de Cunha (1988, p. 15), “[...] após a vitória da Prússia sobre a França, em 1871, os padrões educacionais alemães passaram a ter alta cotação entre os intelectuais franceses”, estabelecendo influência inclusive a implantação da faculdade de filosofia, propulsora do saber livre e desinteressado das aplicações práticas. Segundo Cunha, o ensino superior brasileiro incorporou tanto os produtos da política educacional de Napoleão quanto as inovações alemãs. Em relação à França, Cunha argumenta que, apesar de os portugueses fugirem do bloqueio francês, em 1808, “[...] havia muito abria os braços para o pensamento educacional da burguesia francesa.” (CUNHA, 1988, p. 16). O Príncipe João, no Brasil, não criou universidades, mas sim faculdades isoladas, a exemplo da de Medicina no Rio de Janeiro e Bahia, mesmo ano da vinda, Engenharia na academia militar do Rio e a partir de 1827, os cursos jurídicos em Olinda e São Paulo. (CUNHA, 1988).

Dessas faculdades isoladas, Medicina, Engenharia e Direito, cujo caráter fragmentário vinha recebendo críticas desde o império, desenvolveram-se as primeiras universidades brasileiras. Em 1934, Fernando de Azevedo fundou a universidade de São Paulo, pautado pela “[...] integração da instituição universitária e pela ultrapassagem da estreiteza cultural resultante da especialização das faculdades na mera formação profissional.” (CUNHA, 1988, p. 17). Entretanto, para Cunha, foi só na década de 1960 “[...] que uma doutrina sistemática sobre a reforma universitária tomou forma no Brasil, respondendo a esses antigos anseios de superação do modelo napoleônico de ensino superior.” (CUNHA, 1988, p.

17). Para ele, “[...] essa doutrina teve suporte institucional no Conselho Federal de Educação e suporte político no regime autoritário resultante do golpe de Estado de 64.” (CUNHA, 1988, p. 17). A partir do golpe, ainda levou alguns anos para que a reforma universitária brasileira fosse expressa no Decreto 5.540 de 1968. Na avaliação de Cunha, “[...] o anteprojeto desta lei foi elaborado por um grupo de trabalho do qual fizeram parte membros do Conselho Federal de Educação e professores universitários, todos versados no idealismo alemão.” (CUNHA, 1988, p. 17). Luís Antônio Cunha destaca entre esses intelectuais “Newton Sucupira e Roque Maciel de Barros, que tinham nos filósofos da Universidade de Berlim farto material de ideias cuja fonte, todavia, permaneceu oculta.” (CUNHA, 1988, p. 17). Cunha destaca que a limitação da autonomia universitária pelo Estado e os princípios de organização da universidade, todos de Fichte, devem ter tido um papel central na formulação da doutrina da reforma universitária. Apesar disso, Cunha enfatiza:

Se a doutrina da reforma universitária de 1968 foi elaborada com base no idealismo alemão, o modelo organizacional proposto para o ensino superior brasileiro era norte americano, pelo menos na direção de certos aspectos desse modelo, devidamente selecionados pelos dirigentes do parelho educacional. (CUNHA, 1988, p. 18).

Para Luís Antônio Cunha, a modernização do ensino superior brasileiro baseado no modelo norte-americano já vinha ganhando espaço desde 1940. Ele cita a universidade de Brasília como modelo americano. Esse modelo que consistia “[...] na radical mudança de organização dos recursos materiais e humanos.” (CUNHA, 1988, p. 18). Dessas argumentações, o autor assevera que os conflitos políticos instituídos pelo golpe militar de 1964 “[...] consistiam na imposição de medidas restritivas [...] desde a demissão de reitores e diretores, e expulsão de professores e estudantes, até o impedimento legal de certas experiências de modernização, como a da Universidade de São Paulo.” (CUNHA, 1988, p. 19). De modo geral, a análise de Cunha implica em compreender que o processo de modernização da universidade brasileira foi iniciada muito antes do golpe de 1964, por intelectuais que foram vítimas e críticos do regime militar. Nessa relação, Cunha encontra “[...] a subordinação do ensino superior à empresa capitalista.” (CUNHA, 1988, p. 19). Dessa análise, Cunha questiona: “Será que os golpistas não tinham um projeto para a educação brasileira?” (CUNHA, 1988, p. 20). A sua resposta é que tinham e se não baixaram de imediato uma lei para institucionalizar o projeto é porque ele já se encontrava parcialmente implantando.

No discurso pronunciado por Flávio Suplicy, em 1962, por ocasião da passagem do 50º aniversário de fundação da Universidade do Paraná, inicialmente rememorou a criação da

Universidade em 1912, afirmando que as dimensões verdadeiras e as consequências daquela fundação não poderiam ser avaliadas naquele momento. No entanto, “[...] distanciados de meio século, [...] estamos tendo consciência nítida de que, naquela data, se inscreveu na história do Estado o mais relevante e mais significativo fato da nossa existência regional.” (LACERDA, 1962, p. 17). Segundo ele, “[...] a Universidade foi e é a mais legítima, e mais genuína instituição paranaense, erigida por nós e tirada do mais íntimo do que em nós existia e existe, de devotamento e entusiasmo pelo Brasil”. Entendia que “[...] a Universidade foi movimento de libertação regional e integração nacional.” (LACERDA, 1962, p. 18).

No Anuário da Universidade do Paraná de 1954, Flávio Suplicy enfatizou que:

No Brasil a Universidade há de se conformar com papel dramático, pois além de desempenhar a incumbência própria da organização universitária comum, deverá ela desempenhar um panorama social desconcertante, pela singularidade dos seus erros e perigos. (LACERDA, 1954, p. 29).

Nesse papel social “[...] não importará somente a pesquisa e a preparação técnica de profissionais liberais.” (LACERDA, 1954, p. 29). Muito além disso, ele admitiu que “[...] acima de outra preferência, há de se impor a prática e a doutrinação apaixonada de espírito público, de cuja riqueza não nos podemos orgulhar.” (LACERDA, 1954, p. 29). Essa prática e orientação parte do princípio que voltemos “[...] nosso pensamento para as realidades que nos são próprias, aliviando-nos da tradicional virtude de realizarmos o impossível que nos deslumbra, em vez do real que nos humilha em lugar de nos exaltar.” (LACERDA, 1954, p. 29). Para Flávio Suplicy, “[...] as Universidades brasileiras têm para elas o destino de desenvolver e manter uma obra de fé.” (LACERDA, 1954, p. 29). Explicou, porém, que esta obra de fé não deve ser confundida “[...] na crença ingênua de constantes milagres de salvação nacional, ou na suficiência pedante e sem conteúdo de uma elite política e intelectual, de tantos desacertos e fórmulas, acabou sendo decepcionante fracasso, no julgamento irrecorrível de um povo singularmente bom, premiado pela injustiça de seu desespero.” (LACERDA, 1954, p. 29-30).

No discurso intitulado *A Universidade Orgânica*, proferido em 15 de novembro de 1949, em Londrina, inicialmente ele criticou “[...] o ideal do liberalismo democrático.” (LACERDA, 1949, p. 62). Esse liberalismo democrático, conforme seu entendimento, era um projeto imposto por uma democracia liberal burguesa e consistia em “[...] uma forma de Governo [...] que não possuía realidade e se inspirava num homem inexistente, no homem-deus, no antropocentrismo que nega a natureza humana divinizando-a, e por isso falhou.” (LACERDA, 1949, p. 62). Com essa crítica ele chamou atenção para “[...] uma verdadeira

‘reorientação fundamental na concepção democrática da vida’, de tal forma que a democracia deixa de ser forma de Governo, para se estabelecer como condição essencial da vida humana.” (LACERDA, 1949, p. 62). O que seria então essa nova concepção democrática em sua avaliação? Para ele,

[...] a democracia passa a ser um verdadeiro e indispensável estilo de vida [...] substancialmente orgânica e integral, respeitando ‘realmente a dignidade humana, não um indivíduo abstrato, intemporal e inexistente, que ignora as condições históricas e as diversidades históricas, e que devora sem piedade a substância humana. (LACERDA, 1949, p. 62).

Flávio Suplicy chama essa reorientação de democracia moderna. Ao polarizar democracia liberal burguesa e o conceito de democracia moderna, ele afirma que existem diferenças fundamentais entre as concepções de ontem e de hoje que “[...] não podem deixar de influir marcadamente, e influem de maneira amplíssima em toda a estruturação social, em todas as entidades formadas para servirem de base e de guia ao progresso humano”. Dessa “nova” compreensão sobre a concepção liberal de democracia, Flávio Suplicy falou do papel da Universidade. Com essa fala, ele admitiu “[...] que, hoje, como ontem, não se pode pretender que o povo vá à Universidade, mas, como diz o prof. Pilades Dezeo, podemos desejar que a Universidade vá até o povo”. Nessa direção,

[...] a Universidade Moderna [...] como o verdadeiro e legítimo centro solar da democracia, apaga os limites estreitos da Universidade antiga e se apropria da cultura [...] para que a educação amplie os horizontes do povo, abra-lhes a possibilidade do prazer intelectual ou estético e se ponha a serviço da comunidade, para que a vida social em todos os seus aspectos, econômico, jurídico, político, religioso, científico, filosófico e artístico, responda aos interesses da cultura, que não pode conspirar contra o interesse social, ao contrário, deve fornecer a harmonia das suas diversas classes, diminuindo o desnível cultural, que é mais odioso que o exclusivamente econômico. (LACERDA, 1949, p. 62).

Na concepção imposta por Flávio Suplicy, a Universidade passa de organização universal a ser instituição nacional. Em sua avaliação, esse “[...] é o programa novo em que a nação se deve fundar, democraticamente, e é justamente para transfigurá-lo, impedindo que a nação se encontre a si mesma, em clima de dignidade, que doutrinas hediondas de escravização do homem, procuram corromper o organismo universitário, ministrando-lhe dissolução.” (LACERDA, 1949, p. 62-66). Para ele, a universidade orgânica seria “[...] síntese do universal, do nacional e do regional”. Com a formulação dessa concepção “nova” de Universidade, Flávio Suplicy compreende que

[...] a minha missão, neste momento em que a Universidade do Paraná inaugura uma nova fase da sua longa e proveitosa vida, estabelecendo contato direto com os vários centros de irradiação cultural do Estado, é simplesmente de explicar, de justificar, para que, da nossa compreensão comum, possa nascer uma obra permanente que

pertença integralmente a todos nós e que seja, por isso mesmo, de valor social e nacional. (LACERDA, 1949, p. 62).

Em seu entendimento, “[...] não pode a Universidade, entre nós, perder de vista o ponto que lhe é fundamental, e das nossas culturas regionais, num país onde há profundas diferenças de culturas e onde, o homem, mesmo o de elite desconhece o meio em que vive e até mesmo as suas próprias tradições”. Para Suplicy de Lacerda, “[...] ninguém pretende regionalismo de ciências positivas ou de simples pesquisa científica, pois tal coisa seria infantil”. O importante para ele seria perceber que há “[...] em cada região, diferenças culturais, no sentido sociológico, há música própria, costumes singulares, história, tradições, poesia, tendências, economia, arquitetura, etnologia, etc., [...]”. (LACERDA, 1949, p. 67). Desse modo, ele entendia que “[...] a Universidade [...] há de ser regional, e com esse regionalismo construtivo é que a cultura se universaliza e assim, somente assim, é que terá a nossa contribuição para a Paz pela Cultura, passando o Brasil da sua fase de colônia intelectual, para aquela em que deverá pensar e agir por si mesma”. Nesse sentido, a Universidade moderna, defendida por Suplicy, não se restringe mais a ficar dentro de seus muros. Ela serve como elo de integração (entre teoria e prática), ou seja, não somente para divulgar ensinamentos, mas, principalmente, para trocar ensinamentos. Nessa fala, Flávio Suplicy não nega a contribuição da ciência para o progresso do homem, no entanto, demonstra sua preocupação com os efeitos que ela poderia representar para o homem. Nesse sentido, ele defendia um outro modelo de universidade, cuja proximidade regional garantiria a agregação de diferentes culturas locais, não absorvendo por um todo o domínio dos modelos de ensino Universitário de outras nacionalidades no Brasil. Esse discurso vai ao encontro da crítica que ele faz ao modelo francês que dominou as escolas isoladas brasileiras e, ao mesmo tempo, o fechamento para doutrinas vindas de outros países. De modo geral, ele proclamava a concepção de democracia integral em contraposição à democracia individualista. Segundo Moraes:

O debate sobre o ensino universitário católico no Brasil contou com as reflexões elaborada por Alceu Amoroso Lima. Nesse sentido, os intelectuais católicos do Paraná expressavam as principais ideias daquele autor. Segundo Regis de Moraes, em 1931, Amoroso Lima já idealizava uma universidade orgânica, ou seja, que se faz orgânica, pela seiva que atravessa e a mantém viva, que é a espiritualidade. (MORAIS, 1995 *apud* CAMPOS, 2008, p. 120).

Esse discurso de Flávio Suplicy aproxima-se muito da posição de Liguaru Espírito Santo, para o qual, no entendimento de Nívio de Campos (2008, p. 213), “[...] a universidade deveria formar homens que soubessem associar teoria ou realidade, ou seja, conhecimento dos sistemas com a interpretação do meio social”. Conforme Campos (CAMPOS, 2008, p. 162),

“[...] os intelectuais católicos não podiam e não fizeram *tábula rasa* do conhecimento da ciência moderna”. Para eles, “[...] à ciência cabia pesquisar e trazer o progresso material à vida humana”. Por isso, “[...] o saber científico era fundamental, entretanto, ele não consistia em um fim em si mesmo, pois os fins eram os princípios universais estabelecidos pela metafísica católica.” (CAMPOS, 2008, p. 163). Assim, o debate entre ciência e cientismo que levava à formulação de dois conceitos: progresso e evolução. Destes, “[...] o primeiro consistia estritamente no progresso material; o último tratava de aspectos morais e materiais.” (CAMPOS, 2008, p. 163). Nesses termos, a crítica ao modelo napoleônico de universidade, como um modelo pernicioso. Citando Alain Touraine, Nívio de Campos interpreta que:

O Ocidente viveu e pensou a modernidade como uma revolução. A razão não reconhece nenhuma aquisição; ao contrário, ela faz *tábua rasa* das crenças e das formas de organização sociais e políticas que não se baseiam em uma demonstração de tipo científico. A modernidade como expressão de uma racionalidade pautada nas ciências modernas não foi o único projeto de modernização do mundo ocidental. O pensamento católico se colocava como portador de um projeto para a Europa, bem como para o Brasil. Não se tratava de um projeto de razão especulativa utilizada pelos escolásticos, mas da conjunção entre a razão e a experimentação. (CAMPOS, 2008, p. 166).

Em discurso proferido em 1938, na abertura do segundo Congresso de Engenharia e Legislação Ferroviária, Flávio Suplicy criticou “[...] as soluções esdrúxulas, que muitas vezes têm sido dadas aos nossos particulares problemas políticos e sociais, trazendo consigo a fragilidade visível das instituições”. Para ele, “[...] o divórcio entre Nação e o Estado” resultariam em “[...] uma revolução latente, resultado e não causa do desequilíbrio reinante, da confusão ideológica que nos tem surpreendido.” (LACERDA, 1938, p. 2). Com isso, ele criticou

[...] a origem da adoção do liberalismo revolucionário, com todos os seus princípios na sua pureza inicial, sem qualquer adaptação ao quadro particular da nossa vida. Também não se explica de outra forma a aparição, mesmo nos meios intelectuais, da corrente marxista que se espalhou até no ensino, por manifestações verdadeiramente grotescas por si mesmas, e por já estar a ideologia pura em franca decomposição nos meios europeus, donde foi extraída sem exame. (LACERDA, 1938, p. 2).

Por isso, em seu entendimento, “[...] sem a intervenção desse liberalismo revolucionário e das forças estranhas do comunismo [...] o conhecimento de nosso mais vasto problema, em torno de qual giram todos os outros, e cuja solução só é possível [...] pelo estabelecimento completo de nossa dinâmica social.” (LACERDA, 1938, p. 2). A partir disso, dialogou com alguns autores: Alberto Torres - no Brasil o grande problema é o da economia total de uma sociedade, cujas bases instáveis e desorganizadas, não oferecem segurança nem ao futuro, nem à vida de ninguém; Spengler - o equilíbrio das várias relações só pode ser condição intrínseca e elementar da vida de qualquer agrupamento social de formação

completa; Battai - é preciso que se unifique a sociedade dentro do Estado, moral, política e economicamente, convertendo a sociedade em Estado. (LACERDA, 1938, p. 2-3). A partir desses autores, ele questionou o papel do engenheiro na transformação não só da economia, mas dos aspectos sociais:

Quem mais habilitado que o engenheiro para harmonizar os elementos de ligação de toda a sorte, entre os elementos sociais, com o elemento propulsor vital da existência nacional, que é o problema econômico puro do Brasil? Citando Carlos Stevenson, nas modernas democracias, onde o trabalho é soberano, o engenheiro culmina. De modo geral disse que [...] esses problemas, devem-se desenvolver o de ordem puramente militar, o dos transportes rápidos de grandes massas, de material, de munições e de viveres. (LACERDA, 1938, p. 3- 6).

Nessa fala, ele relaciona a missão do engenheiro aos militares, no desenvolvimento de técnicas que permitam o melhoramento nos transportes. Mesmo assim, para ele, “[...] não bastará [...] a nossa técnica, ou a militar ou outra qualquer, por mais acurada que tenhamos, e nem pretendemos lutar só com essa arma, que temos outras.” (LACERDA, 1938, p. 6-7). Com isso ele faz uma reflexão sobre a necessidade de ampliar o conceito de técnica, não sendo simplesmente função do “[...] especialista, em que o sucesso se faz pelo sucesso, quando então o homem só analisa a vida por um critério quantitativo, critérios já esboçados desde Kant, com a sua ideia de reduzir a compreensão dos fenômenos a rigidez de fórmulas matemáticas.” (LACERDA, 1938, p. 7). Para ele,

[...] a técnica como fator de progresso, que é o seu conteúdo preciso, representa uma das mais altas criações do engenho humano e, na época atual, é processo inseparável de qualquer povo que quiser um destino digno, compreendendo a criação conjunta da nossa inteligência. Entretanto, é coisa indiscutida que não se alcança esse destino, mesmo com a posse completa de toda a técnica conhecida, sem a harmonia com as disciplinas superiores, diretoras e criadoras das forças espirituais que conduzem à civilização, elemento integrante e primordial do bem comum político. Decorre que o engenheiro, elemento social culminante, é obrigado a estudar toda a complexidade que envolve a vida contemporânea, compreendendo o sentido da revolução que nos envolve. [segundo ele] neste século de incredulidade, em que enfraquece não somente a antiga fé religiosa, mas também a fé humanista do século XIX, a única fé que o homem da civilização moderna conserva é a que envolve a técnica, sua potência e seu progresso infinito. [...] É deste exclusivismo e desta concepção errônea que devemos fugir, como técnicos esclarecidos, para nos colocarmos fora da civilização mecânica, mas integrando na civilização a técnica completa, com seus imensos prodígios, com os seus milagres de realização. (LACERDA, 1938, p. 7-9).

Na Conferência de Flávio Suplicy intitulada *Problemática da Universidade*⁹²,

⁹² Parte das discussões a seguir estão contempladas no texto Darcy Ribeiro, *Flávio Suplicy de Lacerda e os problemas do ensino superior no governo de João Goulart (1961-1964)*, de autoria de Leticia Mara de Meira e Edmar Almeida de Macedo. Disponível em: <http://www.academia.edu/12708971/Darcy_Ribeiro_Fl%C3%A1vio_Suplicy_de_Lacerda_e_os_problemas_do_ensino_superior_no_governo_de_Jo%C3%A3o_Goulart_1961-1964_>. Acesso em: 19 jan. 2016.

proferida no Ceará no ano de 1963, ele dividiu sua fala em dois problemas principais: a massificação e a infiltração do pensamento totalitário de orientação comunista. O foco da exposição está no contexto universitário, mas ele deixa claro que se trata de um “problema universal” que adjetiva como dramático. Em seu entendimento, a grande responsabilidade da Universidade era a formação do homem. Em Flávio Suplicy, a concepção de homem como “movimento do universo” vem de Max Scheler. Para ele, aquele autor contrapor-se-ia aos demais pensadores contemporâneos que faziam do homem uma “coisa” fixada em representações estreitas. Os demais autores seriam aqueles filósofos responsáveis pelo pensamento contemporâneo, a saber: Descartes, Kant, Hegel, Maquiavel, Comte, Nietzsche e Marx; apesar de “semeadores de verdades eternas e de perene beleza”, teriam produzido “delirantes consequências” e fixado efeitos como a “[...] subversão dos valores éticos e morais, e o desprestígio das questões do espírito e da intelectualidade.” (LACERDA, 1963, p. 12). Nessa perspectiva, o movimento estudantil universitário gerava preocupação a Suplicy, uma vez que, em seu entendimento, poderiam ser corrompidos pelas teorias estrangeiras. Por isso, ampliando o diálogo com Max Scheler, ele considera que:

Se nos fixarmos [...] nos movimentos das juventudes de todas as partes e nos novos costumes eróticos, no grande movimento da psicanálise e da moderna psicologia dos instintos, no furor mundial pela dança, nas novas doutrinas panvitalistas surgidas depois de Nietzsche e de Bergson, no crescente menosprezo pelos sábios, pelos artistas e pelo teatro, nos quase místicos tipos de heróis de nosso tempo, na febre pela força, pela beleza física e pela juventude, concluímos que todas essas coisas são sistemática rebelião de instintos. Dionísio parece subir ao poder por uns séculos. (LACERDA, 1963, p. 12).

A partir dessas considerações, Flávio Suplicy teme que o movimento estudantil pode ser capaz de destruir a própria Universidade. Para ele o estudante é o homem da massa da semindividualidade e é homem medíocre que Gasset diz “igual a todo mundo”, sem nenhuma qualidade excelente, que não se valoriza a si mesmo, idêntico aos demais, e que se encontra entre proletários como nas classes superiores da sociedade, como entre proletários se encontram homens de seleção, fundamentalmente diferentes das unidades de massa. Com isso ele vê a massa como perigosa, principal inimiga da democracia capaz de vulgarizar inclusive a ciência. Interpretando esse aspecto ele vai mais longe ao enfatizar que

[...] o advento das massas ao pleno poderio social [...] grande realidade que a Universidade não poderá ignorar, principalmente a Universidade brasileira, que há de ser a orientadora de uma formação social certa, irresistível por ser justa, mas que precisa de ordenações para não se precipitar no setor da ignorância e da demagogia. (LACERDA, 1963, p. 13).

Para Lacerda, os homens de elite eram, ao contrário da massa que dizia ser inimiga da paz, os postuladores das altas concepções convergentes ao conceito de Universidade. Mais que isso, para ele a Universidade havia construído a cúpula do pensamento brasileiro na década de 1950. Como catedrático, incluía-se, então, a esta “elite super-selecionada” ao afirmar:

Posta esta preliminar, que nos dá direito a certas imunidades e nos impõe parcelas de deveres, procuremos dar desde logo estrutura aos problemas e às sugestões que desejamos vos propor, orientando-nos sempre para uma finalidade que supere a vida comum ou vos pedindo, quando isto não conseguirmos, como homens de elite, daquela elite super-selecionada que jamais, na história, se tornou e está sendo tão necessária, que fique margem para meditação. (LACERDA, 1963, p. 6).

Por isso, em Flávio Suplicy, predomina um intelectual vigilante aos padrões morais do cristianismo, em que, em particular, comunismo e totalitarismo, em geral, deveriam ser repelidos como “importações desmoralizadas” ora presentes na realidade social brasileira. Entre outros fatores, o caráter vigilante da elite residia, sobretudo, na defesa da própria elite, em que Flávio Suplicy defendia o título de catedrático. Para ele, “[...] os professores universitários deviam ser como clérigos secularizados, representantes abnegados dos valores supremos, missionários da verdade e representantes da ciência para os quais a Universidade seria o ideal refúgio.” (LACERDA, 1963, p. 22). A Universidade, no entanto, não deveria ser universalizada e a expansão indiscriminada era criticada como sendo de utilização política, uma vez que em muitos lugares onde eram instaladas “[...] tudo recomendava que houvesse somente bom ensino primário.” (LACERDA, 1963, p. 22).

Em 1956, Flávio Suplicy expressou algumas considerações no que se refere ao ensino superior no Brasil afirmando que “[...] aqui, entre nós [...] existiu, o cietismo, sem existir a ciência.” (LACERDA, 1956, p. 40). Assim, ele entende que “[...] desse estado de orientação [...] ao se fundarem as nossas Universidades, fomos encontrados exercitando cursos inteiramente obsoletos, com alguns detalhes inúteis e alguns até prejudiciais à formação cultural da mocidade”. Com isso, ele mostrou sua preocupação com o prejuízo principal que “[...] é a formação espiritual, já inteiramente desprezada e incompreendida, girando o ensino num meio ainda inculto, em torno de distantes postulados do cientismo, em lugar de ser o homem o centro das preocupações didáticas.” (LACERDA, 1956, p. 40). Ele considerou que

[...] foram estabelecidas as nossas universidades oficiais que, como é de costume pensar-se, resolveriam todos os problemas do nosso atraso e das nossas penúrias, com o simples ato da instalação e com a instituição de princípios legais, mesmo sem termos tradições universitárias e sem possuírmos consciência universitária, pois tudo isso também nos viria de ponto em branco. (LACERDA, 1956, p. 40).

Para ele, “[...] as universidades brasileiras [...] passaram a pretender somente a instituição acabada da capacidade de pesquisa, e, preocupadas com a definição acadêmica.” (LACERDA, 1956, p. 41). Com isso, ele admitiu que as escolas superiores estão contagiadas da ausência de programas ou planos nacionais de desenvolvimento do ensino e de aparelhamento do que existe. Flávio Suplicy criticou que “[...] só aparece clara a consequência de se irem coletivizando os estabelecimentos com hóspedes certos do tesouro público, e a funesta conquista de um ensino vazio e de nível, em algumas Faculdades, tão baixo que bastaria esta constatação para que esses estabelecimentos fossem sumariamente fechados.” (LACERDA, 1956, p. 41). Ele continuou dizendo que “[...] fenômenos alertadores, capazes de incitarem medidas severas e urgentes, ainda são tomados como consequência natural de uma situação universal incompreendida por muitos dos que a discutem, e quando de fato, nada mais são do que manifestações patológicas perfeitamente curáveis.” (LACERDA, 1956, p. 41). Flávio Suplicy elencou, entre os fatores patológicos:

[...] primeiro, a burocratização do corpo docente, nas escolas e faculdades oficiais, com toda a formação de um cortejo de costumes condenáveis, incluindo-se o de deixar de lado, com excesso de carga, o espírito público, com a displicência de quem não percebe que não pode haver qualquer ensino eficiente sem esse espírito superior e diretor. Em segundo lugar, na fila dos males, que são muitos, se destaca a massificação dos meios estudantis, com sintomas de meridiana clareza e periculosidade, que nós, muito distantes de procurarmos curar, incentivamos e alimentamos com as mais surpreendentes medidas ou falta de medidas, na preocupação demagógica de agradar os moços, cada vez mais propagandistas da liberdade quanto mais dela se afastam. Não há sensibilidade para aprender essas coisas e para nos inflamarmos na ânsia de solução, como não existe sensibilidade para que afinemos a nossa Inteligência, o nosso pensamento crítico e construtivo em face de muitos problemas nacionais de indisfarçável gravidade, como esse, por exemplo, para só citar um, da extensão à lavoura da legislação, que não anima, e nem entusiasmo ninguém, como se fossemos imunes a males, ou como se nos cumprisse continuar apenas, a fornecer diplomas de profissionais liberais, como todos os erros da nossa herança sociológica. (LACERDA, 1956, p. 41-42).

Ele concluiu afirmando que “[...] não temos ainda o tal espírito universitário e não a tradição, senão daquilo que precisamos eliminar.” (LACERDA, 1956, p. 42). A solução do problema da universidade, no entendimento de Suplicy, se “[...] obtém com o hábito, com a decisão de nos familiarizarmos com problemas como este do ensino, da formação das elites, da garantia da liberdade, da finalidade do homem, por deliberação própria e experiência dos outros.” (LACERDA, 1956, p. 42). Ele propõe “[...] iniciar debates sobre todas as questões da Universidade brasileira, sobre assuntos de interesse nacional, que se relacionem com a vida em sociedade, com o homem, com a sua dignidade, que isso tudo também é, como as questões de ciência, de arte e de técnica, preocupação universitária.” (LACERDA, 1956, p. 42).

Para Nêvio de Campos (2008, p. 159), “[...] a FFCL foi pensada por essa

intelectualidade paranaense como principal mecanismo de sistematização dos diferentes saberes estabelecidos pelas áreas científicas”. Conforme Campos, “[...] para os católicos, somente a filosofia tomista poderia desenvolver tal atividade, pois a ciência moderna reduziu à natureza e a sociedade àquilo que se pode ser estudado empiricamente”. Segundo o autor, na compreensão do grupo católico fundador da Faculdade de Filosofia, “[...] há que distinguir Ciência e cientismo. A primeira aceita um finalismo ‘teleológico’, enquanto o segundo se põe contra a metafísica”. (CAMPOS, 2008, p. 159, grifo do autor). Ainda, conforme Campos, “[...] as origens desta posição antimetafísica remontam ao século XVIII quando, da oposição à organicidade do pensamento escolástico, saíram tanto filosofias materialistas como idealistas”. Estas deram prioridades às ciências naturais e matemáticas, relegando a metafísica a um segundo plano. Segundo Campos,

[...] a ciência moderna acreditava que o seu papel era cuidar do seu objeto de estudo, sem a preocupação de discutir questões filosóficas ou metafísicas. Essa compreensão científica era sintetizada no positivismo de Comte, ao afirmar que a ciência devia se preocupar com aquilo que estava na realidade empírica, com o que era verificável. O grupo católico não discordava desse papel atribuído à Ciência, mas questionavam a postura dos cientistas quando se propunham a fazer ciência e não ocupavam de discutir as questões filosóficas que estavam presentes nas suas metodologias científicas. (CAMPOS, 2008, p. 160).

Além disso, “[...] os pensadores modernos confundiam Ciência com cientismo.” (CAMPOS, 2008, p. 161). Para os católicos, “[...] o cientismo é a atitude que quer transformar a ciência em imperativo para a moral, sociedade, psicologia e pedagogia. A ciência não pode fornecer um ideal porque ela é um mero discurso explicativo dos fenômenos e não pode dar juízo de valor.” (CAMPOS, 2008, p. 161).

As transformações no campo do ensino superior paranaense estão relacionadas ao contexto educacional nacional. Conforme Maria de Lourdes Fávero (2000, p. 9), da colônia à república, “[...] houve grande resistência a ideia de criação de universidade no País”. Na avaliação da autora, o que houve foi a criação de faculdades isoladas, destacando, sobretudo, a criação dos cursos de medicina, direito e engenharia. Fávero aponta que passado o período imperial:

De 1889, até a Revolução de 1930, o ensino superior sofreu várias alterações em consequência da promulgação de diferentes dispositivos legais. Seu início coincide com a influência positivista na política educacional, marcada pela atuação de Benjamin Constant, em 1890-1891[...]. Tal orientação, em 1911, é ainda mais acentuada com a Reforma Rivadavia Corrêa, a qual institui também o ensino livre. Assim, embora o surgimento da universidade, apoiado em ato do Governo Federal, continuasse sendo postergado, o regime de “desoficialização” do ensino acabou por gerar condições para o surgimento de universidades, tendendo o movimento a deslocar-se momentaneamente da órbita do Governo central para a dos Estados. Nesse contexto, surge em 1909, a Universidade de Manaus, em 1911 é instituída a

de São Paulo e em 1912 do Paraná, como instituições livres. (Fávero, 2000, p. 24).

Essa concepção de Universidade livre durou bem pouco tempo e, em 1915, a Reforma Carlos Maximiliano estipulou normas para a implantação do ensino superior no Brasil. Essas normas, conforme Fávero, delinearam “[...] tentativas independentes e até mesmo contrárias a orientação do poder Central [...]” (FÁVERO, 2000, p. 28). Segundo ela, “[...] embora não bem sucedidas, devem ter provocado uma reação no sentido do Governo da União assumir, controlando a iniciativa de fundar universidade.” (FÁVERO, 2000, p. 28). Nesses termos, como universidades recém-criadas, a exemplo da Universidade do Paraná, lutavam para ser reconhecidas ou equiparadas com as demais faculdades. O governo criou, em 1920, a URJ (Universidade do Rio de Janeiro). A criação dessa universidade representou a crítica de Fernando de Azevedo que, em inquérito promovido em 1926, no jornal o Estado de São Paulo, foi enfático ao apontar a “[...] ausência de universidade ou a tremenda deficiência de altos estudos e de pesquisas.” (FÁVERO, 2000, p. 31). No que se refere à Universidade do Rio de Janeiro, Fernando Azevedo assevera que “[...] a verdade [...] é que sob essa denominação não se lançaram as bases de uma instituição orgânica e viva, de espírito universitário moderno.” (FÁVERO, 2000, p. 31). Para ele, a criação dessa universidade representou apenas “[...] justaposição, as escolas superiores profissionais já existentes”. Nesse mesmo inquérito, é importante destacar a fala do professor Artur Neiva para qual a universidade foi criada no papel: “A União, criou por decreto a Universidade do Rio de Janeiro, isto é, deu esse nome a uma lei apenas modificando o que já existia” (FÁVERO, 2000, p. 32). Confirmando essa posição, o primeiro reitor da Universidade do Rio de Janeiro, Benjamin Franklin Ramiz Galvão assinalou que “[...] construída pela agregação de três faculdades preexistentes, de Engenharia, de medicina e de Direito do Rio de Janeiro, nem ao menos tem elas a sua localização comum ou próxima, vivem apartados e alheios uns do outros.” (FÁVERO, 2000, p. 32). Na avaliação de Fávero, “[...] o início dos anos 30 é marcado por uma conscientização maior dos problemas educacionais.” (FÁVERO, 2000, p. 40). Em seu entendimento, no Governo Vargas, a ação do Ministro da Educação, Francisco Campos, explicita que a finalidade da universidade “[...] transcende o exclusivo propósito do ensino, envolvendo preocupações de pura ciência e cultura desinteressada.” (FÁVERO, 2000, p. 41). Com esses propósitos, em 1934, foi criada na Universidade do Rio de Janeiro, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras.

No Estado Novo, ainda em 1937, foi criada a Universidade do Brasil. Nas palavras do Ministro Gustavo Capanema, a criação dessa universidade “[...] terá a função de fixar o padrão do ensino superior em todo o país; [...] ser uma instituição de significação nacional, e

não local.” (FÁVERO, 2000, p. 54). Com a deposição de Vargas do Governo, o país entra na nova fase de sua história. Inicia-se um novo movimento para se repensar o que estava identificado com o regime autoritário então vigente. No entanto, foi somente a partir da década de 1950, com o desenvolvimento econômico no país, que as discussões relacionadas ao ensino superior, limitadas inicialmente ao meio universitário, deixaram de ser obra de intelectuais e estudantes para atingir a opinião pública e incorporar vozes em uma análise-crítica sistemática das universidades. Essa luta começou a tomar consciência e avolumou-se rapidamente em algumas instituições pela intensidade com que os debates se realizam. Na Universidade do Paraná, motivada por esse contexto, observamos três características principais: fundação da Faculdade de Filosofia; restauração e federalização. Flávio Suplicy atuou na Universidade, a partir da década de 1930 e, já na condição de reitor, a partir do ano de 1950, esboçou críticas ao modelo herdado do século XIX defendendo uma universidade que tenha o papel de integrar o homem a partir de suas culturas regionais e locais, não deixando, ao longo de suas falas, de defender um ensino voltado, sobretudo, para a elite.

Em discurso proferido em 1957, Suplicy referencia a construção do Centro Politécnico, “[...] destinado a abrigar todo o ensino técnico de Engenharia e mais o Instituto Nacional de Mecânica” (1957, p. 49), em que

[...] não somente serão formados Engenheiros mecânicos, como também será a sede de onde se dará amparo e orientação do desenvolvimento das pesquisas e das indústrias mecânicas, no Brasil, tudo segundo o plano da ‘Educação para o Desenvolvimento’, elaborado pelo Conselho de desenvolvimento da Presidência da República e adotado pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura.

Esse modelo de modernização autoritário, empreendido pelo Estado e para a elite, esteve presente desde a reestruturação da Universidade, a partir de 1946. As transformações desenvolvidas na Universidade do Paraná foram norteadas por discussões relativas ao ensino superior em aspecto nacional. Na Sessão de 5 de fevereiro de 1952, foi lido ofício do reitor da Universidade de São Paulo, convidando a Universidade do Paraná para reunião dos reitores das Universidades Brasileiras “[...] a realizar-se de 17 a 24 de abril com a finalidade de estudar e debater o projeto de Bases e Diretrizes da Educação Nacional” que se encontrava em estudos na Câmara dos Deputados. Posto o assunto em discussão e votação, o Conselho deliberou por unanimidade a necessidade de se fazer representar a Universidade do Paraná no Conclave. Em sessão do Conselho de 2 de maio do mesmo ano, o reitor comunicou aos Conselheiros ter participado “[...] da reunião dos reitores das Universidades Brasileiras, realizada em São Paulo, de 17 a 24 de abril passado, informando igualmente que as resoluções tomadas encontram-se de acordo com o ponto de vista do Conselho Universitário

da Universidade do Paraná”. Apesar de fazer essa referência, o documento consultado não aponta quais pontos. O tema voltou a ser discutido na Sessão do Conselho em 8 de março de 1960, quando, depois de apresentar o projeto aos Conselheiros, o reitor sugeriu apresentar propostas no sentido de que o Conselho Universitário fizesse “[...] um apelo ao Conselho Nacional, solicitando especial atenção dos congressistas e que sejam feitas alterações julgadas necessárias para o aperfeiçoamento do projeto, especialmente no que se refere ao Ensino Superior”. Submetida à discussão, a minuta do apelo referido, o Conselheiro Ulysses de Campos sugeriu algumas modificações, principalmente no sentido de serem eliminadas referências diretas aos senhores bispos brasileiros. Depois de haverem se manifestado outros Conselheiros, foi aprovado o projeto de apelo apresentado pela reitoria, com as modificações sugeridas pelo Conselheiro Ulysses de Campos e pelo Conselheiro Laertes Munhoz.

Na reunião de 26 de janeiro de 1962, houve um comunicado do reitor dizendo “[...] que o advento da Lei nº 4.024 de 1961, Diretrizes e Bases da Educação Nacional, veio provocar alterações no estatuto da Universidade”. Por essa razão, ele propôs que “[...] fosse constituída comissão especial para examinar o assunto, elaborar e submeter ao Conselho Universitário a reforma do Estatuto de acordo com o disposto no artigo 112 da lei de Diretrizes e bases”. Essa comissão foi constituída pelos professores Homero de Barros, Ulysses de Campos e Ildefonso Marques. A sessão do Conselho de 23 de maio de 1962 foi marcada pelas discussões em torno do novo Estatuto da Universidade. Na oportunidade, o reitor Flávio Suplicy “[...] fez distribuir aos senhores conselheiros cópias das alterações elaboradas pela comissão encarregada de rever o estatuto da Universidade do Paraná, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e propôs que o Conselho fixasse normas para apresentação de emendas ao projeto e estabelecesse prazo para a entrega das sugestões”.

Durante as décadas de 1940 e 1950, intensos debates relacionados à educação nacional consubstanciaram em projeto para a reforma da educação do país. A lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 1961, empreendeu treze anos de discussões. Conforme Dermeval Saviani (2008a, p. 11), “[...] embora estivesse sido encaminhada a câmara Federal em 29 de outubro de 1948, só a 9 de maio de 1957 é que se iniciou naquela casa do Congresso, a primeira discussão sobre o projeto das diretrizes e bases da Educação Nacional”. Sendo matéria de intenso debate, a lei só foi aprovada em 1961. Esse mesmo autor compreende que essa lei “[...] definiu apenas parâmetros educacionais vagos e inconsistentes, reunindo alguns clichês educativos que serviram de base para uma reformulação do sistema universitário.” (SAVIANI, 1987, p. 47). No entendimento de Saviani, o que se percebeu foi a

polarização entre os defensores da escola pública de qualidade e os defensores da escola privada. No que se refere às universidades, particularmente, acabou prevalecendo debates que colocaram em cena o movimento estudantil, e cujas repercussões fundamentais do ensino superior seriam efetivadas com a Lei 5.540/68, que trataria especificamente da reforma universitária.

Segundo Marta Carvalho (1998, p. 31), já em meados de 1920, a ABE chamava para si a responsabilidade de ter trazido para o Brasil instrumentos de difusão do pensamento pedagógico e norte-americano. Reivindicava para si a responsabilidade de ter promovido o debate em torno dessas pedagogias em suas conferências e na própria imprensa. O objetivo era estabelecer os passos para uma política nacional de educação no que se refere ao ensino básico. Quanto ao ensino superior, a modernização já vinha desde a década de 1940, sendo gestada no modelo norte-americano. Por influência desse país, ganhou força nas décadas de 1960 e 1970. Conforme Luís Antônio Cunha (2007, p. 167), “[...] a influência americana a princípio era espontânea, com diversos bolsistas retornados e com a assistência técnica da USAID. Após o golpe, as agências norte-americanas intensificaram seus programas e o Ministério da Educação passou a contratá-los para assistirem seus planejamentos no que se refere ao ensino superior”. Para Cunha, antes de 1963, a USAID já havia enviado uma equipe para estudar a realidade do ensino superior brasileiro. Os técnicos dessa agência fizeram o seguinte diagnóstico:

[...] o Brasil precisaria ter 540 mil estudantes universitários (e não os cem mil existentes) para alcançar os padrões da Argentina e do Uruguai. O efetivo do ensino superior brasileiro foi considerado irrisório, pois só na cidade de Nova York havia mais estudantes nesse grau de ensino do que em todo o Brasil. (CUNHA, 2007, p. 169).

Com o golpe de Estado, as visitas dos consultores foram interrompidas. Com o regime militar (1964), o objetivo era “[...] transformar as tradicionais instituições de ensino superior em instituições modernas.” (CUNHA, 2007, p. 70). Para esse autor, “[...] o programa de ação econômica do Governo – 1964/1966, sob a direção de Roberto Campos, consistiu no detalhamento do projeto que IPES havia elaborado [...] antes de 1964.” (CUNHA, 2007, p. 70). Ou seja, a educação passou a ser tratada como capital humano. Nesse sentido, mais do que atender à demanda social, os critérios de investimentos nas universidades seriam mobilizados pelas demandas de produção. Esse aspecto esbarrava ainda na adoção do ensino pago nas instituições oficiais, sobre a contribuição direta dos alunos ou por meio de financiamentos. Com essas metas e baseadas no relatório de 1963, o Ministro Flávio Suplicy firmou “[...] em junho de 1965 um convênio entre MEC (através da diretoria do ensino

superior) e USAID, visando a constituição de uma equipe de planejamento” (CUNHA, 2007, p. 175). Esse convênio, aliás, não foi facilmente aceito pelo CFE. No que se refere aos estudantes, estes “[...] denunciavam a participação norte americana no golpe de Estado e a subserviência do Governo brasileiro para com os Estados Unidos.” (CUNHA, 2007, p. 178).

No que se refere ao processo de modernização da Universidade, Motta (2014a, p. 66) questiona: “[...] modernizar, mas como?”. Desse questionamento, ele afirma que “[...] a estrutura dos cursos superiores no Brasil começou a ser montada no século XIX, mas o formato em vigor no início dos anos 60 vinha da reforma implantada em 1931 pelo ministro da Educação, Francisco Campos.” (MOTTA, 2014a, p. 66). Dessa reflexão, o autor informa que a formação de universidades de 1930 tinha como objetivo ampliar o ensino superior com reflexões e pesquisas que iam além da formação de bacharéis. No entanto, as faculdades de filosofia, criadas com esse propósito, lutavam com muita dificuldade. Nesses termos, Motta chega a afirmar que “[...] a denominação de ‘Universidade’ era imprópria, pois existia, na verdade, uma junção frágil de faculdades virtualmente autônomas.” (MOTTA, 2014a, p. 67, grifo do autor). Entre os fatores críticos, Motta reporta-se ao sistema de cátedra e particularmente à escassez para os jovens ingressarem na universidade. Essas características arcaicas do ensino superior brasileiro “[...] provocavam divergências entre as esquerdas e os liberais.” (MOTTA, 2014a, p. 67). Os de esquerda lutavam por uma universidade crítica e popular, com a participação dos estudantes. Entre os liberais “[...] o diagnóstico sobre o arcaísmo das universidades era semelhante, e havia alguns temas comuns, como a extinção de cátedras e o fomento a atividades de pesquisa.” (MOTTA, 2014a, p. 70). O principal fator de oposição entre os grupos de esquerda e de direita estava em que o último não aceitava que universidades fossem invadidas pelo pensamento socialista e revolucionário. Entre essas duas posições, a análise de Motta leva ao seguinte entendimento:

[...] no campo dos vitoriosos de 1964, não havia consenso quanto aos rumos da política universitária, apenas a certeza de que a área era estratégica. A ideia de reforma universitária, entendida como extinção das cátedras e enfraquecimento das faculdades tradicionais, encontrava resistências nos círculos do poder, pois muitos professores da área tradicionalista apoiaram o golpe. O próprio Ministro da Educação, Suplicy de Lacerda – catedrático da Faculdade de Engenharia da UFPR -, figurava entre os cétricos da ideia de reforma. Exatamente por isso, na sua gestão, que terminou em janeiro de 1966, pouco foi encaminhado na direção das reformas, sendo ele lembrado mais pelas ações repressivas. (MOTTA, 2014a, p. 70).

Essa afirmativa de Motta leva-nos a dois entendimentos. A reforma de 1968, bem com a de 1961, ganharam pouco espaço no Conselho Universitário; da mesma forma, na administração do Ministro Suplicy. No que se refere à Universidade, a Sessão do Conselho de

9 de agosto de 1967 teve como pauta o plano de Reforma da Universidade. Segundo Flávio Suplicy, “[...] o plano da reforma da universidade deverá ser entregue no Conselho Federal de Educação até o dia 28, sob pena de ser decretada intervenção na Universidade, de acordo com a Lei”. A seguir, passou a palavra a Brasil Pinheiro Machado, presidente da Comissão de reestruturação da Universidade que “[...] apresentou proposta no sentido de se manter a sessão em caráter permanente até o dia 19, a fim de permitir a apreciação, votação e aprovação do plano de reestruturação da Universidade”. O Conselheiro Ulysses de Campos “[...] manifestou-se contra a sessão permanente desde já, propondo à próxima terça-feira para início da nova sessão, para apreciação de emendas que forem apresentadas, quando então seriam marcadas as sessões que se fizessem necessárias”. No entanto, foi aprovada a proposta de Ildefonso Marques, no sentido de que o Conselho “[...] voltasse a se reunir no dia 15, 3ª feira, em caráter permanente, ficando o espaço de tempo reservado para o recebimento, pela comissão de reestruturação, de emendas, por escrito, ao referido plano”. Segundo o reitor:

Todos compreendiam as dificuldades de adaptação à nova estrutura, principalmente em face de uma tradição de 144 anos de Faculdades isoladas. Porém, continuou, haverá os períodos de adaptação, até se atingir a Universidade integrada de professores e alunos, estabelecendo então, entre eles, o tão procurado diálogo; e acima de tudo [...] está o interesse geral da Universidade. (CU, ata 9 ago. 1967).

As discussões relacionadas à reforma universitária voltaram a ser pauta na Sessão de 15 de agosto de 1967. Nessa ocasião, Flávio Suplicy disse “[...] que dentre as diversas emendas apresentadas, havia uma que encaminhava um novo plano, substitutivo ao plano da comissão, subscrita por 16 (dezesseis) Conselheiros”. Brasil Pinheiro Machado, “[...] pedindo ordem propõe que fosse feita leitura do plano substitutivo que foi aprovado pela maioria dos Conselheiros”. Sobre a proposta substitutiva da Universidade, em Sessão do Conselho Universitário de 21 de setembro de 1967, consta o telegrama de resposta do Ministro da Educação, comunicando a impossibilidade de se fazer emendas, mas que o caso da Universidade seria estudado com merecida atenção. Diante das dificuldades, foi levantada no Conselho a cobrança de anuidade dos estudantes. Segundo Suplicy de Lacerda, “[...] o ensino gratuito para todos, indistintamente, era uma injustiça social, contra a qual deviam protestar os próprios estudantes, e seguiu analisando a questão, inclusive sobre o ponto de vista dos orçamentos”. No entendimento de Lacerda, “[...] os orçamentos cada vez menos proporcionalmente, o que vem de reclamar uma situação urgente, a fim de não parar as condições de nossos cursos”. Ele esclareceu, ainda, que a medida proposta reverteria em benefício do estudante. A posição favorável à cobrança de anuidade, defendida por Flávio Suplicy, gerou, entre outras, o protesto estudantil de 1968, como observamos no item anterior.

O grupo de reformulação do Ensino Superior, entretanto, só seria formalizado em 2 de julho de 1968. Conforme Luís Antônio Cunha (2002), esse grupo foi composto da seguinte forma:

Tarso Dutra, deputado federal pelo Rio Grande do Sul e Ministro da Educação (presidente do GT); Antônio Moreira Couceiro, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e presidente do Conselho Nacional de Pesquisas; padre Fernando Bastos de D'Ávila, vice-reitor da PUC/Rio e Assessor da Associação dos dirigentes cristãos de Empresas; João Lyra Filho, reitor da Universidade do Estado da Guanabara; João Paulo dos Reis Velloso, representante do Ministro do Planejamento, mais tarde Ministro ele próprio; Fernando Ribeiro do Val, representante do Ministro da Fazenda; Roque Spencer Maciel de Barros, catedrático da Universidade de São Paulo, que havia apresentado seu *Memorial* na semana anterior; Newton Sucupira, ex-professor, ex-diretor de faculdade e ex-reitor da Universidade Federal de Pernambuco, membro do Conselho Federal de Educação... (CUNHA, 2002, p. 241).

Como observamos, não se nota a participação de nenhum representante do Paraná nas discussões. Conforme José Eduardo León Szwako (2005, p. 40, grifo do autor), “[...] é com o ‘Golpe de 64’ que o processo de reestruturação do sistema de ensino brasileiro, considerado em todos seus níveis, toma corpo em sua concepção, elaboração e execução”. No entendimento do autor, “[...] facilitada e justificada pelo processo de estagnação econômica, a ‘revolução’ de 64 liquidou a ‘democracia populista’, caracterizada por sua base ideológica nacional-desenvolvimentista, passando a implantar uma base de poder político repressor e reformista.” (SZWAKO, 2005, p. 40, grifos do autor). O autor comenta que, diante da crise financeira, pela qual o país atravessava, o regime militar estabeleceu uma doutrina de interdependência se manifestando “[...] em *slogans* como cooperação, racionalização, e importação de modelos” que “[...] encontrou graves resistências nos movimentos sociais de diversos setores da sociedade brasileira” (SZWAKO, 2005, p. 40). Citando Saviani, o autor observa que “[...] a Lei nº. 5.540/68, chamada ‘lei da reforma’, é reflexo do processo político, caracterizado pelo ‘autoritarismo desmobilizador’, baseado na manutenção da ordem social.” (SZWAKO, 2005, p. 41, grifos do autor). José Eduardo León Szwako destaca entre os diversos dispositivos governamentais que, entre 1964 e 1968, propunham regras relativas à reformulação do ensino superior brasileiro, o acordo MEC/USAID. Em seu entendimento, “[...] representado pelo Ministro Flávio Suplicy de Lacerda, e a USAID, representada por seu diretor Stuar Van Dyke, o acordo teve como finalidade o lançamento de bases sólidas para uma rápida expansão e uma fundamental melhoria do atual sistema do ensino [superior] brasileiro.” (SZWAKO, 2005, p. 41). Ainda, segundo o autor, “[...] este acordo, que teve sua continuidade assegurada por outro convênio no ano de 1967, foi alvo de severas críticas por parte da comunidade universitária brasileira.” (SZWAKO, 2005, p. 42). Tendo como finalidade

responder as pressões estudantis e seguindo critérios básicos de racionalização e não duplicação de recursos-humanos ou materiais, refletem o anseio de uma alteração profunda das estruturas acadêmico-administrativo até então vigentes. Entre as medidas que foram tomadas podem ser destacadas:

(1) a organização das universidades sob a forma de autarquia, fundação ou associação; (2) a unificação do concurso vestibular; (3) a estruturação de um ciclo geral na graduação; (4) a substituição do regime seriado pelo de matrícula por disciplina; (5) a implantação sistemática dos cursos de pós-graduação; (6) a expansão do ensino superior; (7) a instituição do sistema departamental e (8) a instalação dos colegiados e coordenações de curso. (SZWAKO, 2005, p. 43).

A consequência provocada pela Lei nº 5.540/68 foi que ela incorporou as tendências ideológicas do Estado autoritário, dando ênfase ao princípio da não duplicação de recursos, como fica evidente em medidas como a departamentalização, a matrícula por disciplinas, o sistema de créditos, etc., atreladas diretamente a uma visão técnica cujo fundamento era a otimização, a eficiência e a produtividade no processo pedagógico. Segundo José Eduardo León Szwako (2005, p. 45), o Estado brasileiro pôde, por meio da Reforma, manobrar a pressão nas vias de acesso ao ensino superior e controlar de forma mais ou menos eficaz a atuação estudantil. A Reforma Universitária de 1968, consumada pela sanção da Lei 5.540 em pleno regime militar, implicou em significativas reformulações para o ensino superior brasileiro. As modificações substanciais consagradas por essa reforma, conforme Szwako, exprime a departamentalização, matrícula por disciplina, curso básico e institucionalização da pós-graduação.

De modo geral, a reforma valorizou a pesquisa vinculada à institucionalização da pós-graduação. Conforme Marcia Dalledone Siqueira:

Considerava-se, assim, a implantação da pós-graduação como condição básica para transformar a universidade brasileira em centro criador de ciência, de cultura e de novas técnicas, contribuindo para alcançar os objetivos da reforma. Contudo, coube ao Conselho Federal de Educação estabelecer um sistema que mantivesse o padrão de qualidade através do processo de credenciamento. A política governamental de apoio à ciência e tecnologia entrou numa fase de amadurecimento. Criou-se o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, com a finalidade de apoiar programas prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico e o programa intensivo de pós-graduação nas áreas relacionadas ao desenvolvimento tecnológico do país. Reformulou-se a CAPES, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e se instituiu o Conselho Nacional de Pós-Graduação interligado ao MEC, com objetivos de elaborar o Plano Nacional de Pós-Graduação e propor medidas necessárias à execução e à atualização da Política Nacional de Pós-Graduação. (SIQUEIRA, 2012, p. 133).

Sobre a modernização autoritária, durante o regime militar, Rodrigo Patto Sá Motta (2014b, p. 21) parte do pressuposto que as “[...] instituições de ensino superior nos oferecem a

oportunidade de observar a atuação dos militares e seus aliados civis em área estratégica e de grande repercussão”. Conforme Motta, “[...] nas universidades, os paradoxos e as ambiguidades do regime militar se manifestaram plenamente, revelando a complexidade dessa experiência autoritária.” (MOTTA, 2014b, p. 21). Para ele, o regime de 64 foi “[...] simultaneamente, destrutivo e reformador, e, nunca é demais ressaltar, o seu impulso modernizador foi viabilizado por meios repressivos.” (MOTTA, 2014b, p. 21) Para esse autor, a princípio essa modernização foi insegura “[...] pois os vencedores não tinham rumos claros sobre o que fazer após a conquista do poder, salvo a necessidade de ‘limpar’ o país de inimigos reais e imaginários.” (MOTTA, 2014b, p. 21, grifo do autor). Por isso compreende que “[...] o golpe de 1964 não foi um movimento essencialmente antirreformista, mas, sobretudo, anticomunista. Tradição política enraizada no Brasil desde os anos 1930, quando foi construído o mito da Intentona Comunista.” (MOTTA, 2014b, p. 21). Em sua avaliação, “[...] o anticomunismo ocupou lugar central nos embates dos anos 1960, alimentado nesse contexto pela cultura da Guerra Fria e pela ascensão de movimentos sociais hegemonizados pela esquerda.” (MOTTA, 2014b, p. 21). Entretanto, o autor observa que, além do combate ao Comunismo, mesmo entre grupos da “[...] direita aceitava-se o argumento reformista de que as universidades precisavam de mudanças para superar certos arcaísmos”. Esse arcaísmo poderia ser entendido como:

[...] a unidade básica das faculdades eram os catedráticos, professores poderosos que, entre outros privilégios, tinham cargos vitalícios. Tal sistema era considerado responsável pela fraca produção de conhecimento e pela apatia dos professores situados nos níveis hierárquicos inferiores. (MOTTA, 2014b, p. 22).

Fora os fatores estruturais, Motta aponta a escassez de vagas para os jovens em condições de ingressar na universidade. Nesse quadro, o autor observa que era forte a sensação de que as universidades precisavam ser transformadas. Os debates relacionados à essa necessidade foram iniciados antes de 1964, por lideranças estudantis e pela União Nacional de Estudantes (UNE). Entretanto, para Motta, “[...] com a vitória da coalizão golpista e a derrota política das esquerdas, acabou por vencer uma vertente autoritária e liberal-conservadora do projeto modernizador que, paradoxalmente, se apropriou de ideias sugeridas por líderes derrotados em 1964.” (MOTTA, 2014b, p. 21). A política universitária implantada pela ditadura foi se desenhando ao longo do tempo, e suas linhas mestras só se definiram plenamente no início dos anos 1970. Por isso, no entendimento de Motta, “[...] o regime militar, em especial a tendência à conciliação e acomodação, estratégia utilizada para evitar conflitos agudos, e o personalismo, entendido como prática arraigada de privilegiar

laços e fidelidades pessoais em detrimento de normas universais.” (MOTTA, 2014b, p. 22).

Por isso o autor observa:

A influência de tais características da cultura política brasileira ajuda a explicar o caráter modernizador-autoritário do Estado durante o regime militar, inclusive em sua manifestação específica nas universidades. Observando o quadro geral, pode-se dizer que o propósito modernizador se concentrava na perspectiva econômica e administrativa, com vistas ao crescimento, à aceleração da industrialização e à melhoria da máquina estatal. [...] Já o projeto autoritário-conservador se pautava em manter os segmentos subalternos excluídos, especialmente como atores políticos, bem como em combater as ideias e os agentes da esquerda – por vezes, qualquer tipo de vanguarda – nos campos da política e da cultura, defendendo valores tradicionais como pátria, família e religião, incluindo a moral cristã. No que toca especificamente às universidades, a modernização conservadora implicou: racionalização de recursos, busca de eficiência, expansão de vagas, reforço da iniciativa privada, organização da carreira docente, criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras, fomento à pesquisa e à pós-graduação. Para viabilizar a desejada modernização, sobretudo durante o período inicial do regime militar (1964-68), enfatizou-se a adoção de modelos universitários vindos dos países desenvolvidos, em particular dos Estados Unidos. Os militares e seus aliados civis implantaram reformas de impacto duradouro no ensino superior que ainda dão forma ao nosso sistema universitário, embora mudanças visando à democratização tenham sido adotadas em anos recentes. [...]. Controlou e subjugou o movimento estudantil; criou as ASI (Assessorias de Segurança e Informação) para vigiar a comunidade universitária; censurou a pesquisa, assim como a publicação e circulação de livros; [...]. Em sua faceta destrutiva, o Estado autoritário prendeu, demitiu ou aposentou professores considerados ideologicamente suspeitos – em geral acusados de comunistas –, assim como afastou líderes docentes acusados de cumplicidade com a “subversão estudantil”. [...]. As universidades representam espaço privilegiado para observar os entrelaços das diferentes forças que moveram o experimento autoritário brasileiro. Elas eram importantes lócus de modernização do país, bem como campo de batalha entre os valores conservadores e os ideais de esquerda e de vanguarda; [...]. No entanto, a faceta modernizadora da ditadura possuía desequilíbrios agudos e deixou legado contraditório. No fim do ciclo militar, as universidades estavam em crise, às voltas com falta de recursos e salários corroídos pela inflação. O conhecimento produzido exercia limitado impacto sobre o sistema produtivo, e a instituição universitária era mais importante por seu papel na formação de técnicos, profissionais, burocratas e intelectuais ligados à academia. Os investimentos nas universidades favoreceram os grupos sociais e as regiões mais ricas do país, consolidando – e ampliando – as tradicionais desigualdades sociais e regionais. Em suma, o reconhecimento do caráter paradoxal do impacto da ditadura nas universidades é necessário do ponto de vista científico, e também importante desde uma ótica política, para compreensão adequada dos embates atuais e dos limites da nossa transição democrática, em que a chamada justiça de transição não alcançou realizar ações propriamente criminais. (MOTTA, 2014b, p. 22-25).

Observamos que, até o final da década de 1950, foram consideráveis os investimentos orçamentários, o que representou, na prática, um conjunto de inaugurações e incorporações. Nova era representaram naquele momento, palavras recorrentes no vocabulário de Flávio Suplicy. Entretanto, na avaliação do reitor, a expansão em infraestrutura não teria sentido sem o investimento em pessoal. No que se refere aos professores, ele comentou que “[...] quatro [...] foram aperfeiçoar os seus conhecimentos na Europa, e dois médicos estão nos Estados Unidos estudando organização hospitalar.” (LACERDA, 1954, p. 31). Nesses

termos, o reitor Flávio Suplicy chamou atenção para o aperfeiçoamento do corpo docente da Instituição em seu relatório de 1957:

Conta a Universidade, naturalmente, para que se leve de vencida um conjunto de medidas de tal amplitude, com a perfeita compreensão dos Senhores Professores e dos seus auxiliares de ensino, com a manifestação constante do espírito público que deve imperar no meio universitário e sem o que, é preciso insistir, não se terá ensino em todos os prédios que se constroem aqui, e por todo o Brasil, tanto o aparelhamento e os laboratórios, tudo será inútil. (LACERDA, 1957, p. 49).

Nesse mesmo relatório, entre outros pontos, ele destacou a instituição do regime de dedicação exclusiva (RDE). No que se refere ao RDE, tinha por finalidade incrementar a investigação científica e a formação de pesquisadores, mediante o estabelecimento de condições que favorecessem a moral e as atividades de pesquisa. (LACERDA, 1957, p. 128). Os investimentos em pessoal, somado à política de dedicação exclusiva, delinearam os investimentos em pesquisas. Conforme Flávio Suplicy:

A pesquisa adiantou-se em progresso que é um elogio para a Universidade, reservando-se somente para isso, a verba de sete milhões de nossas economias. Comenta que aumentou o número de professores com regime integral de dedicação exclusiva, com muitos professores buscando aperfeiçoamento no Brasil e no estrangeiro. Foi um ano universitário agitado, com cursos de extensão, conferências, espetáculos de arte, desenvolvimento do canto coral e da orquestra de concertos envolveu atividade cultural intensa durante os doze meses passados. (LACERDA, 1954, p. 57).

Outro destaque trata-se dos “[...] cursos de extensão e conferências” que houve mais de cem sessões realizadas. (LACERDA, 1954, p. 31). Em relação às extensões, no interior do Estado do Paraná, “[...] oito professores de medicina estabeleceram debates científicos entre os médicos do interior do Estado, indo a Universidade aos que não podem vir a ela.” (LACERDA, 1954, p. 31). Conclui seu relatório:

Eis o que fizemos, Senhor Presidente. Ainda há muito para se fazer, mas a Universidade não estaciona. [...]. Não temos modéstia, nem falsa, nem legítima. Isto não nos preocupa e nem os aplausos ou críticas transformarão o nosso ânimo, mas somente nos farão pensar para que ressalte erro ou acerto, em benefício de todos. O que exige atenção é que se compreenda, que estamos no começo de uma nova vida, em que a Universidade terá encargos muito pesados, que os nossos ombros hão de se achar leves, se o coração se animar com sentimentos de dever e de sacrifício, e a inteligência de se aclarar pelo conhecimento da ignorância e das consequências de costumes políticos primários, de imediatismo liquidante, para não falar na corrupção do pensamento e da ação. (LACERDA, 1954, p. 32).

A impressão que dá é que Flávio Suplicy critica alguém nessa passagem. Entretanto, essa afirmação se torna frágil uma vez que não encontramos nenhum desafeto dele. Ainda, no que se refere às atividades de 1969, ele destacou as atividades de extensão desenvolvidas na Universidade e a situação crítica da questão administrativa orçamentária, pois “[...]”

infelizmente a receita prevista não se concretizou.” (LACERDA, 1969, p. 32). Em relação à difusão cultural, ele informou que

[...] uma das primordiais finalidades da Universidade, cumpre citar o trabalho desenvolvido pelo departamento de Educação e cultura da reitoria, que neste ano fez realizar, além dos tradicionais cursos de extensão e das apresentações artístico-culturais, 32 cursos de verão, com cerca de 4.000 alunos matriculados. (LACERDA, 1968, p. 32).

Luiz Antônio Cunha observa a extensão universitária, ideia há muito proclamada de que a universidade deveria colocar seus recursos materiais, humanos e de pesquisa a serviço da comunidade (1988, p. 66). Conforme Bega e Bergonsi (2012, p. 158), “[...] o primeiro registro data de 1949, em livro ata, abertura assinado por Flávio Suplicy”. Conforme as autoras, o número de cursos crescia ano a ano, sendo nos três primeiros anos, crescimento significativo nas áreas de saúde e engenharia. Segundo elas, “[...] somando-se o número de participantes, de setembro de 1949 a dezembro de 1959, temos 8.825 participantes”. Bega e Bergonsi (2012, p. 159) informam que, nesse período, “[...] foram realizados 139 cursos de extensão, dos quais, 56 vinculados à formação de médicos e odontólogos”. Elas citam como negativa a falta de investimento nos cursos de Direito, Economia, Veterinária e Agronomia, observando que “[...] os cursos voltados à formação de professores, localizados na FFCL, crescem ao longo da segunda metade do período, somando 35 cursos.” (BEGA; BERGONSI, 2012, p. 159).

Dentro dos propósitos da Universidade Orgânica, sobretudo na quarta gestão de Flávio Suplicy, ele estabeleceu o projeto da universidade volante. O que consistia essa universidade? Segundo Lacerda Neto (1988, p. 91), a finalidade seria “[...] difundir conhecimento e a fomentar surto cultural e técnico, traduzia-se em cursos ministrados por lentes de Universidade em atendimento às necessidades locais das regiões beneficiadas e submetidas a prévia investigação das mesmas”. Segundo Lacerda Neto, em média 120 docentes foram mobilizados nesse programa, contando com apoio de laboratórios, material didático, transporte e alojamento. Com isso “[...] em oito anos foi o empreendimento articulado por sete vezes a cada ano por sucessão em Ponta Grossa, Londrina, Maringá, e Jacarezinho (no primeiro e segundo semestre de 1963 respectivamente), Paranaguá, Cascavel, Paranaíba e Campo Mourão, abrangendo a área geoeconômica circunvizinha da sede respectiva.” (LACERDA NETO, 1988, p. 91). No entendimento de Lacerda Neto (1988, p. 91), “[...] iniciativa pioneira no país, repercutiu largamente, contando com o prestigiamento do próprio Presidente da República, Jânio Quadros ante sua presença na inauguração da primeira, que inspiraria com as duas seguintes a criação das universidades correspondentes,

bem como o projeto Rondon [...]”.

Em relatório geral, apresentado à Assembleia de 19 de dezembro de 1958, Flávio Suplicy destacou que entre os fatores essenciais foi a criação no ano de 1958 do “Conselho de Pesquisa⁹³ da Universidade, com a finalidade de administrar os institutos de pesquisas, incumbindo-se, desde logo, da estruturação do instituto de Bioquímica, que funcionará no atual instituto de Biologia” (LACERDA, 1958, p. 49). Na Assembleia de 19 de dezembro de 1967, Flávio Suplicy informou que, nas pesquisas, as ações do seu órgão central – o Conselho de Pesquisa - “aumentaram os recursos desse órgão [...] através de dotações orçamentárias e de recursos provenientes de fundos universitários”.

Na reunião, realizada em 29 de maio de 1969, o reitor informou que, em sua última viagem ao Rio de Janeiro, para participar das reuniões do Conselho Federal de Educação, ele teve oportunidade de apreciar e analisar assuntos de interesse da Universidade, sobre os quais fez as seguintes observações:

[...] que a CAPES propôs auxílios às entidades educacionais, mediante convênios, para aquisição de livros, revistas técnicas e bolsas de estudo, bastando que os Senhores Diretores peçam e se habilitem, dentro do prazo e condições previstas nos programas da CAPES; na oportunidade fez apelo aos senhores diretores para que pleiteiem, junto a CAPES, a concessão de tais auxílios. [...] e que as unidades universitárias poderão pleitear os cursos de Pós-Graduação de que necessitem, para os graus de Mestrado e Doutorado, procedendo-se de acordo com as normas para o credenciamento, expedido pelo CFE, e que tais cursos de pós-graduação não devem ser confundidos com os ministrados nos centros regionais e Pós-Graduação. Pediu o Senhor Presidente para que os Senhores Diretores se interessem em conseguir autorização para o maior número de cursos de pós-graduação. (CU, ata 29 maio 1969).

Em Sessão do Conselho de 26 de junho de 1969, Flávio Suplicy reforçou o comunicado sobre a organização dos cursos de pós-graduação. O reitor reiterou o apelo “[...] para que os Senhores Diretores elaborassem projeto de tais cursos, a fim de serem levados ao Conselho Federal de Educação, para fins de aprovação”. A respeito do assunto manifestaram-se diversos Conselheiros. Brasil Pinheiro Machado deu explicação sobre o processo de financiamento desses cursos. Ao abordar o currículo mínimo para os cursos, Brasil Pinheiro referiu-se “[...] às dificuldades que o Governo vem encontrando para a formação do fundo destinado ao regime de tempo integral para professores”. Brasil Pinheiro informou que “[...] para a instrução dos pedidos de tempo integral, não basta os professores alegarem cargas horárias, etc., sendo necessário, além de programas específicos, um verdadeiro planejamento, sem o que o Ministério do planejamento não dá autorização”. No relatório feito por Flávio

⁹³ Vinculados a ele surgem o Instituto de Bioquímica (1959), Instituto de Matemática (1959), Instituto de Física (1959), Instituto de Mecânica (1960) e Instituto de Ciências Sociais e Direito Comparado (1961). (WESTTPHALEN, 1987, p. 13).

Suplicy, referente às atividades de 1969, ele afirmou que “[...] a redefinição da Universidade brasileira, mediante os textos legais – primeiro as leis da reestruturação, depois a legislação da reforma universitária, visa atingir altos objetivos.” (LACERDA, 1969, p. 27). Segundo Lacerda, esses objetivos seriam:

Tornar a educação superior mais flexível em seus métodos de ensino e pesquisa, dando maior rendimento aos investimentos em educação, permitindo maiores investimentos dos recursos humanos e materiais existentes na Universidade, com a aplicação do princípio fundamental da reforma – que é o de evitar a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes. (LACERDA, 1969, p. 27).

Conforme Suplicy, “[...] esta definição da nova universidade brasileira trouxe para nós, junto com o desafio para mudarmos a nossa estrutura, uma série de problemas difíceis, mas que já começamos a resolver.” (LACERDA, 1969, p. 27). Ele comentou que em “[...] 09 de maio pelo decreto nº 64.483 foram aprovadas as bases da estrutura da Universidade” e já em “[...] 02 de outubro o Conselho Universitário aprovou o novo estatuto, adaptado a legislação da reforma e estabelecendo a nova estrutura universitária.” (LACERDA, 1969, p. 27). Entretanto, ele defendeu que “[...] operar eficazmente – é preciso que se diga, torna-se necessário: primeiro que as Universidades sejam dotadas de recursos financeiros” e depois “que se desenvolva tanto nos professores quanto nos alunos, uma plena compreensão da vida universitária.” (LACERDA, 1969, p. 28). Com relação às transformações, Flávio Suplicy expôs que “[...] o ensino, meta prioritária, desenvolveu-se predominantemente no nível de graduação.” (LACERDA, 1969, p. 29). Acrescentou que, “[...] contudo, merece destaque o empenho que a Universidade vem procurando implantar, em maior número, os cursos de Pós-Graduação, como processo institucionalizado de formação docente.” (LACERDA, 1969, p. 29).

Na Assembleia Universitária de 19 de dezembro de 1960, o reitor Flávio Suplicy disse que “[...] com esta Assembleia Universitária, permitiu-nos dar mais uma demonstração bem positiva de que continuamos todos cumprindo, com a mais viva e clara consciência o nosso dever.” (LACERDA, 1960, p. 47). Segundo ele:

E esta opinião é robustecida pela de todos que nos tem visitado, que em nenhuma parte se está fazendo mais pelo ensino universitário brasileiro do que aqui no Paraná, como se não tivesse bastado a honra de havermos instalado, entre nós a própria Universidade, como produto de uma obra impessoal, realizada por um conjunto de idealistas. (LACERDA, 1960, p. 47).

No início da década de 1970, chega ao fim uma administração que durou vinte anos. Ao assumir o novo reitor, Algacyr Munhoz Maeder (1971, p. 32) enfatizou que “[...] a Universidade do Paraná muito deve a Flávio Suplicy de Lacerda, principalmente depois de

restaurada em 1946, quando comandou a campanha da federalização”. Ele concluiu seu discurso: “[...] depois da implantação física da Universidade, cabe ao seu sucessor a complementação da reforma universitária em andamento, por força de lei e das contingências atuais de mercado de trabalho nas zonas de sua influência.” (MAEDER, 1971, p. 33). Olhando por esse ângulo, o modelo empreendido por Flávio Suplicy e o seu *habitus* de formação foi impulsionado por ações conservadoras, posicionando-se em uma relação estreita entre campo acadêmico e campo político como um fator determinante para expansão da Universidade Federal do Paraná e domínio no campo do poder universitário. Em suma, Suplicy de Lacerda construiu seu discurso sob as insígnias do conservadorismo católico, bradando contra a mudança de comportamento, contra a perda de lugar de uma elite universitária que está posta em questão pela reforma da universidade, perpassado por um anticomunismo ilustrado, mas nem por isso menos visceral e primitivo. Segundo Norberto Bobbio (1997, p. 33), “[...] todo o pensamento político de Ortega y Gasset está fundamentado sobre a distinção entre elites intelectuais, as quais cabe a direção da sociedade, e massas, cujo destino é deixar-se conduzir por uma minoria de espíritos clarividentes”. Nessa concepção, os intelectuais “[...] seriam a parte viva, progressista e moderna da nação em contraposição as massas produzidas pela democracia doente do nosso tempo”. Ortega y Gasset trabalha com ideia de regeneração a partir da Europa tendo como pressuposto que “[...] o primeiro objetivo do intelectual é promover a organização de uma minoria encarregada da educação política das massas”. A ideia central dos autores “[...] é a de que existem, de um lado minorias intelectuais destinadas a elaborar a grande política da renovação, de outro, massas à espera de serem plasmadas por espíritos superiores.” (BOBBIO, 1997, p. 33).

Flávio Suplicy, catedrático da Universidade Federal do Paraná, muitas vezes se coloca com esse espírito superior, responsável por impedir que os jovens se filiem a ideologias subversivas e por isso a função da universidade na integração das culturas regionais. Conforme José Eduardo León Szwako (2005, p. 33-34),

[...] durante a década de 50 e 60, o embate significativo desenrolado na Faculdade de Filosofia está expresso numa oposição entre dois grupos político-ideológicos: os ‘católicos-clericais’, por um lado, que asseguravam o monopólio do magistério das cátedras, por meio de recursos como notório saber, contra os ‘liberais anticlericais’, de outro, que pleiteavam cientificamente os processos de seleção para as cátedras bem como para outros títulos da carreira docente. É possível localizar o ponto culminante desta oposição no incidente que envolve uma prova de docência livre, ocorrida no ano de 1953, na qual o professor Padre Luigi Castagnola foi aprovado, utilizando-se do recurso de notório saber. A utilização desse tipo de recurso foi alvo de duras críticas por parte da revista paulistana *Anhembi*, cuja coleção foi removida da Biblioteca da Faculdade de Filosofia. Cabe destacar que essa influência católica aparece como sinônimo de uma ideologia anticomunista,

difundida e difusa por praticamente todas as obras de celebração produzidas em torno da esfera universitária. Nesse sentido, destacam-se as figuras da elite política paranaense, Bento Munhoz da Rocha Neto, catedrático de Sociologia, e Flávio Suplicy de Lacerda, reitor da UFPR de 1949 a 1964 e de 1967 a 1971. Conforme Westphalen (1987, p.112), “[...] Flávio Suplicy pregava a vigilância da Universidade, sobretudo constatando que, no Brasil, os esquerdistas tinham trânsito livre, para ideias e ações, e que a agitação marxista invadira a sociedade nacional.

Os discursos educativos de Flávio Suplicy polarizaram essas questões: ao criticar as faculdades isoladas preconiza o debate em torno da restauração e federalização; criticava a sociedade liberal burguesa como uma forma de desvirtuamento dos padrões morais do cristianismo; ao mesmo tempo, defendia uma educação elitista e conservadora, na qual o papel dos intelectuais seria o de impor vigilância as ideologias externas com o objetivo de criar uma sociedade “limpa” de pensamentos subversivos. Ao atuar nessa direção, Flávio Suplicy configurou-se como uma grande personalidade da Universidade, deixando, acima de tudo, uma obra demarcada pela modernização autoritária, expressa no crescimento físico, na expansão dos serviços universitários e pelo forte controle ideológico e político sobre a comunidade acadêmica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornal *Gazeta do Povo*, na edição de 1 de abril de 2014, teve como título de matéria que “os estudantes repetem 68 e arrastam busto de ex-reitor pelas ruas de Curitiba”. A reportagem referiu-se ao episódio em que os estudantes da Universidade Federal do Paraná arrancaram a estátua de Flávio Suplicy. Esses episódios relacionados ao Ministro Flávio Suplicy, somado ao homem empreendedor que coordenou a federalização e a expansão da Universidade, apontam que sua memória permanece muito forte na Universidade, na qual atuou por 40 anos, exercendo a função de docente e, particularmente, de reitor por 20 anos.

Partindo desse pressuposto, ao longo desta pesquisa, defendemos que Flávio Suplicy se atrelou a grupos políticos, acadêmicos, círculos intelectuais e do campo da engenharia do Estado Paraná, dando a ele condições de assumir posições nas instâncias de poder, administração e, particularmente, direção. Assim, a investigação centralizou-se em torno da relação dessa personagem com as questões da Universidade do Paraná e a relação com políticos e docentes da referida universidade. Entre as temáticas destacadas apareceram a restauração, a federalização e o processo de expansão e modernização da Universidade. O desenvolvimento dessas temáticas esteve atrelado à configuração intelectual que permitiu mapear a relação de poder no campo acadêmico e político do Estado do Paraná. Com essa análise, procuramos descentralizar a discussão do objeto de estudo, na tentativa de compreender suas atuações no espaço social. Para cumprir com essa finalidade, utilizando-se de conceitos de Pierre Bourdieu e de um conjunto de informações fornecidas por fontes escritas (anúários, atas, biografias e imprensa), problematizamos os investimentos familiares no processo formativo dele, acrescidas das relações sociais e como elas foram determinantes nas sucessões de posições que ocupou ao longo de sua vida profissional e acadêmica.

Em relação aos investimentos familiares, nossa análise implicou, entre outros fatores, que, além de garantir a ele uma educação doméstica, baseada na tradição católica, foram responsáveis por escolher lugares de formação (Curitiba, Barbacena e São Paulo) e garantir seus estudos com investimentos econômicos, caracterizando a conversão de capital econômico em capital cultural. Além do capital cultural (investimento escolar), as relações sociais adquiridas por Flávio Suplicy foram construídas em um investimento que, inicialmente, veio da família. Quando retornou à capital do Paraná, como engenheiro, ele encontrou certas dificuldades para se colocar profissionalmente. Dessas dificuldades, que teve entre outras consequências a crise de 1929, prevaleceram os contatos sociais iniciais, sobretudo com David Carneiro, que já tinha certo trânsito nas esferas dos poderes econômicos

do Estado do Paraná. Somando-se a isso, Flávio Suplicy casou-se, em 1928, com Dalila de Castro, filha de Vicente de Castro, político paranaense que, em 1930, o aconselhou a lutar ao lado do movimento organizado por Getúlio Vargas. Nesse movimento, liderado por Plínio Tourinho, Flávio Suplicy ocupou o posto de Primeiro-Tenente que foi capitaneado pelo seu cunhado, David Carneiro. Este, em 1930, ainda o apresentou ao professor Afonso Augusto Teixeira de Freitas, Diretor da Faculdade de Engenharia, na qual ingressou, naquele ano, como professor colaborador, sendo efetivado em junho de 1933, por concurso público.

O ingresso de Flávio Suplicy ao quadro docente da Faculdade de Engenharia garantiu o reconhecimento de seu capital herdado, seja cultural e/ou social. Considerando a teoria bourdieusiana, é possível afirmar que ele converteu seus capitais em capital simbólico. Com o diploma de engenheiro, ele passou a gozar de prestígio junto à comunidade acadêmica da Universidade do Paraná e, sobretudo, junto à comunidade intelectual do campo político do Estado. Esse reconhecimento foi reforçado pelas relações sociais iniciais, ou seja, advindo dos laços de família. Nesse aspecto, a trajetória escolar de Flávio Suplicy evidencia a institucionalização de seu capital. O diploma em Engenharia foi um dos trunfos para ocupar espaços nos campos acadêmico e político.

Foi esse o sentido que buscamos ao reconstituir sua inserção a partir da Lapa, lugar que nasceu. Desse espaço geográfico, ele construiu um capital global que rompeu as próprias barreiras familiares. Ele construiu nova rede de relações ou estratégias que possibilitaram a ele a ocupação de novos espaços. A partir do campo acadêmico, relacionado ao campo da engenharia, manteve aproximação com políticos atrelados a um grupo político (PSD paranaense). Nesse sentido, foi estabelecendo fronteiras e confluências entre o campo acadêmico e o campo político. Fora isso, apesar de uma passagem “sem muita visibilidade” pela Faculdade de Engenharia, foi daquela instituição que Flávio Suplicy conquistou seu maior capital social: a influência de Plínio Tourinho. Correndo por fora da Faculdade, no interior do campo profissional da Engenharia, atrelou suas articulações em torno do PSD, fazendo parte do Conselho Consultivo do Governo de Manoel Ribas. Dessa articulação, ganhou reconhecimento de Brasil Pinheiro Machado, partidário da mesma legenda e colega do Círculo de Estudos Bandeirantes e da Faculdade de Filosofia, culminando na ocupação do cargo de Secretário de Obras Públicas do Paraná, em 1946.

Dotados de diferentes capitais, atuando do interior de um espaço (acadêmico) ou do espaço político propriamente, há uma interface entre as instituições governamentais e o pensamento intelectual. Na Universidade do Paraná, a fronteira entre esses dois campos, desde o início, foi bem estreita, com a prevalência em um primeiro momento do campo

político em relação ao campo acadêmico, relativizando-se posteriormente, sobretudo na década de 1940, quando grande parte dos políticos paranaenses eram professores da Universidade. Na campanha pela restauração, observa-se uma aproximação entre o campo político e o campo acadêmico, chegando, muitas vezes, a confundirem-se os dois espaços sociais. Essa relação pode ser observada na imprensa paranaense, onde os nomes de Brasil Pinheiro Machado (Interventor no momento da restauração), Erasto Gaertner e Bento Munhoz da Rocha (deputados), Flávio Suplicy de Lacerda e Homero de Barros (Secretários de Estado) são expressões dessa situação. Esses políticos-docentes uniram-se aos demais professores para debater o assunto com autoridades nacionais, a exemplo dos Ministros Souza Campos, Clemente Mariani e do Presidente Eurico Gaspar Dutra. Com a concretização da restauração da Universidade, em 1946, a imprensa paranaense destacou Brasil Pinheiro Machado, em torno do qual se centralizaram as ações políticas do processo de restauração. Quanto a Flávio Suplicy, ficou clara sua participação como autoridade que conhecia a causa universitária, e por mais que não tivesse envolvimento direto na campanha, esteve entre as autoridades que participaram da solenidade de restauração. Foi em torno desses nomes que se constituiu o poder universitário no período pós-restauração.

Nesses termos, dada a força da tradição e do prestígio junto as suas respectivas faculdades, os nomes de Victor Ferreira do Amaral (1946) e João Ribeiro de Macedo (1948) foram indicações prováveis ao cargo de reitor. Victor do Amaral, pelo reconhecimento como fundador e como primeiro reitor da Universidade, expressava mais do que isso, um tom simbólico de continuidade da Universidade; João Ribeiro de Macedo representava, em termos de unificação, uma luta política que consistia na articulação de forças intelectuais e políticas em torno da restauração.

Flávio Suplicy, na condição de reitor, assumiu por inteiro as investidas de João Ribeiro de Macedo. Atuou nos projetos da Cidade Universitária, Hospital de Clínicas, Centro Politécnico, complementação do prédio histórico da universidade, construção do prédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e do novo prédio da reitoria. Entretanto, foi, sobretudo, na campanha de federalização da Universidade que teve seu nome evidenciado. Essa campanha, coberta pela imprensa paranaense, estabeleceu uma relação estreita entre o campo acadêmico e o campo político. Articulado pelo campo da imprensa, os nomes de Flávio Suplicy e Moysés Lupion destacaram-se como coordenadores da campanha. Resultante dessa mobilização política/acadêmica, em 19 de dezembro de 1950, a universidade foi oficialmente federalizada. Com isso, Flávio Suplicy ganhou notoriedade e reconhecimento que ultrapassaram os muros da Universidade Federal do Paraná.

As articulações políticas em torno da federalização projetaram seu nome no campo político que consubstanciaram sua nomeação a Ministro da Educação e Cultura do Governo militar do Presidente Castello Branco. Flávio Suplicy, ao longo de sua gestão, demonstrou-se conservador, posicionando-se irrestritamente em apoio ao regime militar e à elite política do Paraná, particularmente Ney Braga. Desse apoio, vem o lado mais polêmico, o contínuo “combate” ao que classificava como subversões estudantis, especialmente contra o perigo do comunismo. Nessa questão, Flávio Suplicy não descuidou de estabelecer por meio da Lei Suplicy (4.464 de 1964), o combate às ideias estrangeiras (marxismo e comunismo), cujas influências maiores, segundo ele, seriam recebidas pela parte mais ingênua da sociedade, a saber, os estudantes e que, por isso, precisariam ser submetidos a ordem disciplinar. A aprovação dessa lei, pelo governo militar, teve implicações durante todo o período da ditadura, punindo professores, reitores e, sobretudo, alunos. Foi a partir dessa lei que Flávio Suplicy passou a ter repercussão nacional e mesmo no Paraná, onde seu busto foi arrancado em 1968. A sua inserção no alto escalão do campo do poder político, ou seja, como Ministro da Ditadura Civil Militar, refletiu-se, por sua vez, como uma derrota no campo do poder nacionalmente. Essa derrota deu-se, no sentido em que atuou, de forma ostensiva no combate à subversividade estudantil, cuja articulação do movimento levou a seu pedido para sair do Ministério. Fiel ao Regime Militar, mesmo nos momentos de crises mais agudas na Universidade, não esboçou sequer nenhuma crítica ao modelo econômico e político adotado pelos militares, uma vez que, em seu entendimento, foram iniciativas para combater as políticas esquerdistas que solapavam o país.

Um reitor, em princípio improvável, tornou-se homem forte da Universidade Federal, exercendo a reitoria por seis gestões, transformando-se em um dos principais responsáveis pela modernização da infraestrutura da Universidade Federal do Paraná. Nesses termos, sua atuação nos campos acadêmico e político deve ser refletida a partir de seus lugares de formação e discursos educativos. No ambiente familiar, teve um *habitus* relacionado aos valores católicos, influenciando inclusive nas primeiras iniciativas escolares. Depois passou por outros lugares de formação (Colégio Militar e Escola Politécnica) de onde herdou concepções positivistas e, particularmente, uma visão técnica própria do campo da engenharia. Mesmo nesse ambiente cultural múltiplo, o catolicismo teve uma importância fundamental no processo de formação dele, uma vez que, desde 1930, passou a participar dos debates promovidos pelo Círculo de Estudos Bandeirantes, órgão da intelectualidade católica do Paraná. A partir dessa iniciativa, além de criticar o positivismo, passou a expressar uma concepção educativa baseada nos princípios cristãos. Com isso, seu pensamento educativo

passou a se aproximar da extração do pensamento católico que se associou ao regime militar, pois, ao defender uma democracia integral de fundo cristão, ele defendeu a formação de uma sociedade afastada dos princípios soviéticos.

A partir do conceito de democracia integral de caráter cristão, ele criticou o liberalismo individualista. É nessa tensão relacionada entre o espiritual e o técnico (específico da formação de engenheiro) que percebemos sua concepção de ensino superior. Ao criticar as preferências pelas escolas superiores isoladas (modelo francês), ele criticou as teorias da cultura livre, sem conformismos, de caráter fundamentalmente individualista e liberal, que marcou uma larga extensão na vida universitária e determinou um retrocesso, comprometendo tradições. Por isso, no entendimento dele, ao buscar o desenvolvimento da ciência a todo o custo, a universidade se desinteressou do homem, desconhecendo-se o homem integral, os seus costumes, as suas tendências, os seus sofrimentos. Ao criticar a concepção liberal-burguesa, ele chamou atenção para a necessidade de uma nova concepção liberal moderna e democrática de Universidade que seria um estilo de vida orgânica e integral, onde os postulados da universidade teriam o dever de respeitar a dignidade humana, percorrendo a um espiritualismo completo.

Ao polarizar democracia liberal-burguesa e ao postular o conceito de nova democracia moderna, ele defendeu que a universidade interferisse na estruturação social, servindo de base para o progresso humano. Nessa concepção liberal moderna, o papel da universidade seria ampliar os horizontes do povo, despertando o prazer intelectual para que a vida social em todos os seus aspectos, econômico, jurídico, político, religioso, científico, filosófico e artístico respondesse aos interesses da cultura. Com isso, ele defendeu que as culturas regionais, em um país onde há profundas diferenças, no sentido sociológico - música própria, costumes singulares, história, tradições, poesia, tendências, economia, arquitetura, etnologia, etc. - não se restrinja mais a ficar dentro de seus muros. Ela serve como elo de integração (entre teoria e prática), ou seja, não somente para divulgar ensinamentos, mas, principalmente, para trocar ensinamentos.

Assim, no modelo de universidade que ele defendeu, deve-se demarcar uma agregação de diferentes culturas locais – proximidade regional - não absorvendo por um todo o domínio dos modelos de ensino Universitário de outras nacionalidades. Em Flávio Suplicy, explicita-se a concepção de homem como movimento do universo, concepção atribuída a Max Scheler. Desse autor, ele criticou os pensadores contemporâneos, a saber, Descartes, Kant, Hegel, Maquiavel, Comte, Nietzsche e Marx, influenciadores dos valores éticos e morais, e o desprestígio das questões do espírito e da intelectualidade. Nessa perspectiva, a juventude,

particularmente o movimento estudantil universitário, tornava-se uma preocupação muito grande a Suplicy de Lacerda, uma vez que poderia ser facilmente influenciada pelas teorias vindas de fora. A partir dessas avaliações, ele considerava o estudante como homem da massa, perigosa, principal inimiga da democracia, capaz de vulgarizar inclusive a ciência. É a partir dessa ideia que Flávio Suplicy depositou nos homens de elite os postuladores das ações universitárias, consistindo no intelectual vigilante aos padrões morais do cristianismo, onde em particular, comunismo e totalitarismo em geral, deveriam ser repelidos como importações que ameaçavam a realidade social brasileira. Entre outros fatores, o caráter vigilante da elite residia, sobretudo, na defesa da própria elite. Portanto, para ele, era este o sentido de manter “vigilância” e “controle” sobre as teorias vindas de fora que poderiam influenciar o comportamento da juventude.

De modo geral, as iniciativas da gestão Suplicy desenvolveram-se no sentido de reconhecer que só com recursos federais avultados poderiam ser construídos os edifícios necessários à sua expansão, poderiam ser adquiridos equipamentos adequados ao seu funcionamento em termos realistas e melhoradas as condições do elemento humano que nela deveria atuar em escala progressista. Observamos que, até o final da década de 1950 e início da de 1960, foram consideráveis os investimentos orçamentários, o que representou, na prática, um conjunto de inaugurações e incorporações. Ou seja, seu posicionamento em relação ao Ensino Superior estava pautado no financiamento pelo Estado. Nova era representava, naquele momento, palavras recorrentes no vocabulário de Flávio Suplicy. Por outro lado, esse posicionamento confronta-se com a postura adotada no relacionamento com os Estados Unidos – acordo MEC-USAID - onde se esboçavam discussões na direção do Ensino Superior pago. Diante da defesa do ensino público, e ou da educação paga na avaliação do reitor, a expansão em infraestrutura não teria sentido sem o investimento em pessoal. Com isso, vários docentes foram enviados para aperfeiçoar seus conhecimentos na Europa. Os investimentos em pessoal, somado à política de dedicação exclusiva, delinearam os investimentos em pesquisas. Outro destaque trata-se dos cursos de extensão, conferências e o projeto da universidade volante que consistia em difundir conhecimento e a fomentar surto cultural e técnico, em espaços fora da Universidade. Ou seja, o conceito de Universidade orgânica, traduzido em cursos ministrados por lentes de Universidade em atendimento às necessidades locais das regiões. Em termos gerais, Flávio Suplicy, como engenheiro, deixou seu legado da especialidade da engenharia, consubstanciando um modelo administrativo empreendedor e deixando para seu sucessor a tarefa de expandir as propostas educacionais preconizadas pela reforma de 1968.

O campo de atuação de Flávio Suplicy foi caracterizado pela relação hierárquica entre as três faculdades tradicionais (direito, medicina e engenharia) e as faculdades de humanidades, criadas na década de 1930. É nesse contexto de significativo prestígio dessas instituições tradicionais de ensino superior que ocorreu a formação acadêmica dele. A condição de portador de diplomas permitia aos intelectuais associarem-se às prerrogativas do Estado, ocupando funções de intervenção no mundo social. No Paraná, desde a década de 1910, com a criação da Universidade, um grupo de especialistas (médicos, engenheiros e bacharéis em direito) assumiu as funções acadêmicas e passou a requerer o direito de intervir nos espaços sociais. As faculdades tradicionais representavam a institucionalização de um grupo de especialistas que estavam associados diretamente ou indiretamente às camadas políticas paranaenses. A formação cultural de Flávio Suplicy, que culminou com a titulação de engenheiro pela Escola Politécnica de São Paulo, deve ser compreendida nesse movimento de autonomização do campo de produção cultural no Brasil e no Paraná, cuja presença dos especialistas no mundo da política ganhou dimensões mais marcantes a partir da década de 1930. Nesse aspecto, a trajetória escolar dele evidencia a conversão do capital cultural herdado em capital cultural adquirido (estado institucionalizado), pois o diploma em engenharia foi um dos trunfos para ocupar espaços no mundo acadêmico da Faculdade de Engenharia e da Universidade do Paraná, assim como em outros campos do mundo social, particularmente, no Ministério da Educação.

A mobilização dos conceitos de campo, trajetória e estratégia permitiram mostrar que Flávio Suplicy, ao estabelecer relação social, nos âmbitos dos campos acadêmico, político e profissional liberal, ampliou seus espaços de ação dentro desses campos. Desse modo, ao inserirmos Flávio Suplicy na relação entre grupos do Estado do Paraná, fizemos incursão na abordagem da História intelectual, com iniciativas mobilizadas em torno da história biográfica, ou mais especificamente, do conceito de trajetória de Pierre Bourdieu. Utilizando-se das indicações postuladas em *Ilusão biográfica* do sociólogo francês, procuramos problematizar as ações de Flávio Suplicy. Esse tipo de análise implicou em estudar a atuação dele no campo acadêmico, político, com recortes na expansão da infraestrutura, federalização da Universidade, modernização do ensino e, sobretudo, a atuação dele na Ditadura Civil Militar. Portanto, nesta tese, os conceitos de Bourdieu permitiram compreender os principais aspectos que possibilitaram a Flávio Suplicy ingressar nos espaços político/acadêmico do Estado do Paraná, assumindo a função de coordenação e liderança política na Universidade. Na análise da trajetória dessa personagem, buscamos compreender o social reconstruindo a estrutura da rede, na qual esse intelectual estava inscrito.

FONTES

Biblioteca Central da UFPR – obras, atas e recortes sobre a vida de Suplicy.

Biblioteca Pública do Paraná – anuário da universidade, recortes de jornais e obras.

Biblioteca da Presidência da República. Castello Branco. Novos Ministros⁹⁴.

Jornal *Gazeta do Povo* – 1946-1971 – (Biblioteca Pública do Paraná).

Jornal *O Dia* – 1946-1971 – (Biblioteca Pública do Paraná).

Jornal *Diário da Tarde* – 1946-1971 (Biblioteca Pública do Paraná).

LACERDA NETO, Arthur Virmond de. **O magnífico reitor** (biografia de Flávio Suplicy de Lacerda, ensaio de histórico da UFPR de 1949 a 1971). Curitiba, 1988.

UFPR, anuário da Universidade do Paraná, 1949 a 1971.

UFPR, Rumos da Pesquisa, 1998.

REVISTA Acadêmica, 1919.

Jornal Gazeta do Povo:

A NOSSA Universidade precisa ser amparada pelo Governo. *Gazeta do Povo*, 9 jan. de 1946.

QUEM É o futuro Ministro da Educação? *Gazeta do Povo*, 9 jan. de 1946.

O NOVO interventor no Paraná. *Gazeta do Povo*, 16 fev. de 1946.

NOMEADOS NOVOS auxiliares do Governo. *Gazeta do Povo*, 27 fev. de 1946.

NOVOS AUXILIARES de governo empossados: Flávio Suplicy de Lacerda. *Gazeta do Povo*, 28 fev. de 1946.

RESTAURAÇÃO da Universidade do Paraná. *Gazeta do Povo*, 12 mar. de 1946.

PRODUTIVAS atividades no setor de Obras Públicas. *Gazeta do Povo*, 12 mar. de 1946.

A RESTAURAÇÃO da Universidade. *Gazeta do Povo*, 13 mar. de 1946.

UM ASSUNTO de aspecto empolgante. (Sobre a federalização da UP). *Gazeta do Povo*, 15 mar. de 1946.

CHEGARÁ DIA 21, o Ministro da Educação. *Gazeta do Povo*, 16 mar. de 1946.

EMPOLGA o Paraná a restauração da Universidade. *Gazeta do Povo*, 17 mar. de 1946.

⁹⁴ Fonte: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/castello-branco/discursos-1/1966/50.pdf>>.

FEDERALIZAÇÃO e não reconstituição. *Gazeta do Povo*, 20 mar. de 1946.

A UNIVERSIDADE não subsistirá sem apoio dos estudantes. *Gazeta do Povo*, 21 mar. de 1946.

FEDERALIZAÇÃO a única solução. *Gazeta do Povo*, 23 mar. de 1946.

NOSSAS FACULDADES são espécies de escolas secundárias sublimadas. *Gazeta do Povo*, 24 mar. de 1946.

A VIAGEM do Ministro da Educação. *Gazeta do Povo*, 26 mar. de 1946.

A VISITA do titular da educação. *Gazeta do Povo*, 27 mar. de 1946.

A RESTAURAÇÃO da Universidade. *Gazeta do Povo*, 27 mar. de 1946.

CHEGA AMANHÃ o Ministro da Educação. *Gazeta do Povo*, 28 mar. de 1946.

SAUDAÇÃO A um eminente brasileiro. *Gazeta do Povo*, 29 mar. de 1946.

ESTÁ EM CURITIBA o Ministro da Educação. *Gazeta do Povo*, 30 mar. de 1946.

RESTAURADA A UNIVERSIDADE do Paraná. *Gazeta do Povo*, 2 abr. de 1946.

A PERMANÊNCIA do titular da pasta da Educação em Curitiba. *Gazeta do Povo*, 2 abr. de 1946.

O INTERVENTOR e a Universidade. *Gazeta do Povo*, 3 abr. de 1946.

ECOS DA restauração da Universidade do Paraná. *Gazeta do Povo*, 5 abr. de 1946.

AS TRADIÇÕES da nossa universidade. *Gazeta do Povo*, 10 abr. de 1946.

HOMENAGEM a dois ilustres secretários. *Gazeta do Povo*, 11 abr. de 1946.

ECOS DA VISITA do Ministro Souza Campos ao Paraná: o departamento estadual de informações fez projetar ontem, o filme documentário da ilustre excursão ministerial. *Gazeta do Povo*, 18 abr. de 1946.

HOMENAGEM a dois ilustres secretários. *Gazeta do Povo*, 23 abr. de 1946.

JUBILO LAPEANO pelo destaque de seus filhos: as homenagens que serão prestadas, no domingo próximo, na legendária, aos Drs. Flávio Suplicy de Lacerda e João Candido Ferreira Julho. *Gazeta do Povo*, 25 abr. de 1946.

A LAPA a filhos ilustres – transcorreu brilhantemente, a homenagem que a legendaria prestou aos Drs. João Candido Ferreira Filho e Flávio Lacerda. *Gazeta do Povo*, 30 abr. de 1946.

A UNIVERSIDADE e seu glorioso Reitor: fala a *Gazeta do Povo* o doutor Victor do Amaral. *Gazeta do Povo*, 30 abr. de 1946.

O INTERVENTOR e a Universidade: o brilho moral, intelectual e cívico da personalidade do Interventor Brasil Pinheiro Machado. *Gazeta do Povo*, 9 mai. de 1946.

HOMENAGEADO o Dr. Flávio Lacerda: Uma distinção partida dos engenheiros da Secretaria de viação e obras públicas. *Gazeta do Povo*, 16 mai. de 1946.

APOIO financeiro à Universidade. *Gazeta do Povo*, 6 ago. de 1946.

RENÚNCIA irrevogável do Interventor. *Gazeta do Povo*, 26 set. de 1946.

TENENTE Mário Gomes assume a interventoria do Paraná. *Gazeta do Povo*, 28 set. de 1946.

HOMENAGEADO o Dr. Brasil Pinheiro Machado. *Gazeta do Povo*, 5 out. de 1946.

HOMENAGEM da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná ao professor Brasil Pinheiro Machado. *Gazeta do Povo*, 17 out. de 1946.

POSSE DO NOVO Ministro da Educação – Clemente Mariani. *Gazeta do Povo*, 11 dez. 1946.

GRANDE AMIGO dos estudantes: Moyses Lupion acolhe em sua residência comissão de universitários. *Gazeta do Povo*, 7 jan. de 1947.

GOVERNADOR ELEITO do Paraná. *Gazeta do Povo*, 11 jan. de 1947.

RETORNA AO PARANÁ ao regime constitucional. *Gazeta do Povo*, 12 mar. de 1947.

LOCALIZAÇÃO da cidade universitária. *Gazeta do Povo*, 2 abr. de 1947.

UM GRANDE ALMOÇO de confraternização. *Gazeta do Povo*, 14 set. de 1946.

CONFRATERNIZAÇÃO entre estudantes e jornalistas. *Gazeta do Povo*, 16 set. de 1946.

O ANIVERSÁRIO da Faculdade de Filosofia. *Gazeta do Povo*, 1 jun. de 1948.

CORTADA A SUBVENÇÃO da Universidade. *Gazeta do Povo*, 27 fev. de 1948.

REITORIA DA UNIVERSIDADE do Paraná: escolhida ontem pelo Conselho Universitário para o exercício das destacadas funções João Ribeiro de Macedo Filho. *Gazeta do Povo*, 26 jun. de 1948.

ASSEMBLÉIA Universitária da Universidade do Paraná: posse do Reitor professor Dr. João Ribeiro de Macedo Filho. *Gazeta do Povo*, 4 jul. de 1948.

RENOME DA UNIVERSIDADE do Paraná: fala à “Gazeta do Povo”, após seu regresso da capital da República, seu Magnífico Reitor, professor Macedo Filho. *Gazeta do Povo*, 28 jul. de 1948.

ANUÁRIO DA Universidade do Paraná. *Gazeta do Povo*. 3 ago. de 1948.

VAIADO O REITOR da Universidade: a manifestação estende-se ao Conselho Universitário, sendo motivado pelo projeto nº 473. *Gazeta do Povo*, 28 ago. de 1948.

O MINISTRO da Educação no Paraná: chegará dia 1º de setembro o Sr. Clemente Mariani – elaborado o programa de visita ministerial. *Gazeta do Povo*, 28 ago. de 1948.

CONSTRUÇÃO DA CIDADE Universitária: comissão de professores e alunos para cuidar da grande empreitada. *Gazeta do Povo*, 28 ago. de 1948.

CHEGARÁ HOJE o Ministro da Educação: homenagens ao ilustre visitante – finalidade da sua vinda ao nosso Estado – o programa de festas em honra ao ilustre visitante – terreno para a casa do estudante. *Gazeta do Povo*, 1 set. de 1948.

O MINISTRO da Educação em Curitiba: a solenidade de lançamento da pedra fundamental da casa do estudante – visita ao Colégio Estadual e ao Hospital da Cruz Vermelha – jantar no restaurante universitário – recepção na Universidade do Paraná – o programa para hoje – os convênios que serão assinados. *Gazeta do Povo*, 2 set. de 1948.

DISCURSO do Ministro Clemente Mariani. *Gazeta do Povo*, 2 set. de 1948.

HOMENAGEM do Paraná ao ilustre hospede. *Gazeta do Povo*, 3 set. de 1948.

DISTINÇÕES DE que tem sido alvo, entre nós: o Ministro Clemente Mariani – inusitado desfile escolar. *Gazeta do Povo*, 3 set. de 1948.

VIDA UNIVERSITÁRIA: novos rumos na Universidade do Paraná – interessantes informações prestadas à reportagem de “vida universitária” pelo professor Paulo Soares. *Gazeta do Povo*, 1 dez. de 1948.

HONROSA distinção ao professor Souza Campos: “Doutor Honoris Causa” da Universidade do Paraná. *Gazeta do Povo*, 17 dez. de 1948.

“DOUTOR HONORIS Causa”: honrosa distinção ao professor Souza Campos – visita ao Governador do Estado. *Gazeta do Povo*, 19 dez. de 1948.

HONRAS EXPANSIVAS ao chefe da nação. *Gazeta do Povo*, 21 dez. de 1948.

VIDA CIENTÍFICA: Discurso do professor Flávio Suplicy de Lacerda. *Gazeta do Povo*, 7 jan. de 1949.

REUNIU-SE O CONSELHO Universitário: vários assuntos foram debatidos. *Gazeta do Povo*, 1 abr. de 1949.

MAIORES RECURSOS para a nossa Universidade – Homero de Barros. *Gazeta do Povo*, 22 abr. de 1949.

VALORES INTELECTUAIS do Paraná: Raul Rodrigues Gomes. *Gazeta do Povo*, 31 jul. de 1949.

FALECEU O DOUTOR João Ribeiro de Macedo Filho: Magnífico Reitor da Universidade do

Paraná. *Gazeta do Povo*, 4 ago. de 1949.

NOVO REITOR – Professor Flávio Suplicy de Lacerda, novo Reitor da Universidade do Paraná. *Gazeta do Povo*, 10 ago. de 1949.

O DESAPARECIMENTO do professor Macedo Filho: novas e significativas manifestações de pesar pela perda que sofreu a cultura do Paraná. *Gazeta do Povo*, 19 ago. de 1949.

SUBVENÇÃO A UNIVERSIDADE do Paraná. *Gazeta do Povo*, 6 set. de 1949.

APOSTOLADO UNIVERSITÁRIO do Paraná: expressiva homenagem a memória do Dr. João Ribeiro de Macedo Filho. *Gazeta do Povo*, 15 set. de 1949.

SEIS MILHÕES DE CRUZEIROS para a Universidade do Paraná. *Gazeta do Povo*, 28 set. de 1949.

A CONSTRUÇÃO DA CIDADE universitária. *Gazeta do Povo*, 8 out. de 1949.

EM LONDRINA, preclaros mestres da nossa Universidade. *Gazeta do Povo*, 1 nov. de 1949.

SUBVENÇÃO à universidade do Paraná: diversas dotações de auxílio no orçamento federal. *Gazeta do Povo*, 20 nov. de 1949.

REUNIU-SE O CONSELHO Universitário: será instituído um conselho de expansão cultural universitária. *Gazeta do Povo*, 1 dez. de 1949.

IMPONÊNCIA E GLÓRIA dos fastos culturais do Paraná: nossa universidade como marco esplêndido da ascendente civilização da nossa terra e do espírito construtivo da nossa gente. *Gazeta do Povo*, 18 dez. de 1949.

GLÓRIA DA CULTURA PARANAENSE: a Universidade do Paraná comemorou o seu 37º aniversário de fundação – rápido histórico da federalização. *Gazeta do Povo*, 21 dez. de 1949.

CAMPANHA DE FEDERALIZAÇÃO da Universidade. *Gazeta do Povo*, 27 dez. de 1949.

MOMENTO EMPOLGANTE da vida da Universidade do Paraná: a proclamação do Magnífico Reitor, professor Flávio Suplicy de Lacerda e sua ampla repercussão. *Gazeta do Povo*, 30 dez. de 1949.

UM INQUÉRITO sobre a federalização da universidade. *Gazeta do Povo*, 6 jan. de 1950.

O ESTUDANTE esse contribuinte miraculoso da Universidade. *Gazeta do Povo*, 7 jan. de 1950.

FEDERALIZAÇÃO conquista que se impões. *Gazeta do Povo*, 11 jan. de 1950.

A FEDERALIZAÇÃO da Universidade: um inquérito entre os diretores, professores e alunos. *Gazeta do Povo*, 15 jan. de 1950.

JUSTIÇA AO NOSSO prenome universitário: vozes eminentes. *Gazeta do Povo*, 18 jan. de 1950.

1950.

CRUZADAS DE ALTIVOS cultural do Paraná. *Gazeta do Povo*, 18 jan. de 1950.

FEDERALIZAÇÃO. *Gazeta do Povo*, 19 jan. de 1950.

A UNIVERSIDADE e sua federalização. *Gazeta do Povo*, 19 jan. de 1950.

IMPRESSIONANTE MANIFESTAÇÃO de unanimidade: opiniões valiosas sobre a federalização da Universidade do Paraná. *Gazeta do Povo*, 20 jan. de 1950.

A FEDERALIZAÇÃO, um imperativo do momento. *Gazeta do Povo*, 22 jan. de 1950.

FEDERALIZAÇÃO: vitória da cultura. *Gazeta do Povo*, 24 jan. de 1950.

INTERESSE SUPERIOR da coletividade universitária. *Gazeta do Povo*, 25 jan. de 1950.

UMA CAUSA DO PARANÁ. *Gazeta do Povo*, 25 jan. de 1950.

A VEZ DA MOCIDADE Universitária. *Gazeta do Povo*, 26 jan. de 1950.

FEDERALIZAÇÃO. *Gazeta do Povo*, 31 jan. de 1950.

CAMPANHA de federalização. *Gazeta do Povo*, 31 jan. de 1950.

FEDERALIZAÇÃO da Universidade do Paraná. *Gazeta do Povo*, 1 fev. de 1950.

A PALAVRA DE EMINENTE mestre: fala sobre a campanha de federalização o professor Algacyr. *Gazeta do Povo*, 1 fev. de 1950.

VIDA UNIVERSITÁRIA: federalização da Universidade do Paraná. *Gazeta do Povo*, 1 fev. de 1950.

A ASSEMBLÉIA e a federalização da Universidade. *Gazeta do Povo*, 3 fev. de 1950.

CONSEGUIREMOS a federalização. *Gazeta do Povo*, 3 fev. de 1950.

CONVITE AO GENERAL DUTRA – para receber o título *Honoris causa*. *Gazeta do Povo*, 5 fev. de 1950.

VIAJOU PARA O RIO de Janeiro o governador Lupion – objetivo da sua visita – federalização da Universidade. *Gazeta do Povo*, 7 fev. de 1950.

MOMENTO CULMINANTE da federalização: hoje às 15 horas o presidente da República dará solução definitiva. *Gazeta do Povo*, 9 fev. de 1950.

O GRANDE ANSEIO DO PARANÁ – fala a *Gazeta do Povo* sobre a federalização da Universidade, o industrial Ivo Leal. *Gazeta do Povo*, 9 fev. de 1950.

VITÓRIA ESPLÊNDIDA e honrosa do Paraná: acolhida pelo presidente da República o

pleito de federalização. *Gazeta do Povo*, 10 fev. de 1950.

LANCES DE UMA CAMPANHA magnífica do Paraná – vozes consciência universitária – apelo do Paraná ao presidente. *Gazeta do Povo*, 11 fev. de 1950.

MAIS PARANAENSE que o Governo: congratulação do chefe do executivo Estadual pela federalização da Universidade. *Gazeta do Povo*, 11 fev. de 1950.

O PARANÁ E A FEDERALIZAÇÃO – sobre a grande causa de nossa cultura, fala o Sr. Epaminondas Santos, presidente da Associação comercial do Paraná. *Gazeta do Povo*, 12 fev. de 1950.

O GRANDE APELO DA UNIVERSIDADE do Paraná: fala Flávio Suplicy de Lacerda. *Gazeta do Povo*, 14 fev. de 1950.

UMA BELA VITORIOSA campanha do Paraná. *Gazeta do Povo*, 15 fev. de 1950.

TERMINO DO MANDATO do Presidente da República. *Gazeta do Povo*, 15 fev. de 1950.

SESSÃO SOLENE NO INSTITUTO DE ENGENHARIA: Flávio Suplicy recebe prêmio. *Gazeta do Povo*, 15 fev. de 1950.

VIDA UNIVERSITÁRIA e a federalização. *Gazeta do Povo*, 15 fev. de 1950.

A UPE e a federalização da Universidade. *Gazeta do Povo*, 15 fev. de 1950.

AGUDA CRISE de nossa História política: impressões do deputado Raul Pilha. Vida Universitária. *Gazeta do Povo*, 16 fev. de 1950.

CONFUSOS RUMORES na política nacional. *Gazeta do Povo*, 16 fev. de 1950.

EM CURITIBA, o Presidente Dutra. *Gazeta do Povo*, 28 fev. de 1950.

PRORROGAÇÃO DO MANDATO do Presidente Dutra. *Gazeta do Povo*, 2 mar. de 1950.

UM APELO DA FACULDADE de Ciências Econômicas do Paraná ao Sr. Governador. *Gazeta do Povo*, 16 mar. de 1950.

A UNIVERSIDADE é o sal da terra. *Gazeta do Povo*, 05 abr. de 1950.

PEQUENAS NOTAS e a federalização. *Gazeta do Povo*, 05 abr. de 1950.

ECOS DA VISITA do Presidente ao Paraná. *Gazeta do Povo*, 06 abr. de 1950.

RELEVO E BENEVOLÊNCIA de instituição de ensino: o deputado Melo Braga fala a “*Gazeta do Povo*” sobre sua oportuna emenda, mandando integrar a Faculdade de Ciências econômicas do Paraná a Universidade. *Gazeta do Povo*, 7 abr. de 1950.

EM GREVE OS ESTUDANTES de engenharia: as razões determinantes dessa resolução – desconsiderações do conselho técnico. *Gazeta do Povo*, 6 mai. de 1950.

A GREVE DOS ESTUDANTES de Engenharia – a palavra do Estudante Ary Ferreira Dias Presidente do Diretório acadêmico de Engenharia do Paraná, com relação a esse movimento que prende a atenção da classe Universitária do Estado. *Gazeta do Povo*, 10 mai. de 1950.

AOS ALUNOS da Escola de Engenharia da Universidade do Paraná. *Gazeta do Povo*, 11 mai. de 1950.

DOS ESTUDANTES de engenharia ao povo de Curitiba. *Gazeta do Povo*, 12 mai. de 1950.

DIRETÓRIO ACADÊMICO da Faculdade de Ciências econômicas do Paraná - manifesto. *Gazeta do Povo*, 19 mai. de 1950.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO e a greve dos estudantes de Engenharia. *Gazeta do Povo*, 21 mai. de 1950.

A VITÓRIA DE CRISTIANO Machado no Paraná. *Gazeta do Povo*, 1 jul. de 1950.

POSSE DO NOVO MINISTRO da Educação. *Gazeta do Povo*, 4 jul. de 1950.

ELEITA A NOVA REITORIA da Universidade. *Gazeta do Povo*, 6 jul. de 1950.

O PROFESSOR FLÁVIO SUPLCY de Lacerda e a Universidade do Paraná. *Gazeta do Povo*, 9 jul. de 1950.

A CRISE DA VICE-PRESIDÊNCIA da República. *Gazeta do Povo*, 11 jul. de 1950.

VITÓRIA DE UM IDEAL – prestes a ser sancionado o projeto de federalização da Universidade do Paraná. *Gazeta do Povo*, 25 jul. de 1950.

GREVE NACIONAL de Advertência: em apoio à Escola de Engenharia do Paraná e de Química e a Escola de Ciências Médicas do Rio. *Gazeta do Povo*, 6 ago. de 1950.

TERMINADA A GREVE geral dos estudantes no Brasil. *Gazeta do Povo*, 20 ago. de 1950.

FEDERALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE do Paraná: aprovação da redação final do projeto que aprova. *Gazeta do Povo*, 22 ago. de 1950.

VISITA DO MINISTRO da Educação a Universidade do Paraná. *Gazeta do Povo*, 7 set. de 1950.

FEDERALIZAÇÃO. *Gazeta do Povo*, 7 dez. de 1950.

SOLEINIDADE COMEMORATIVA de magna efeméride – o programa de festa do dia do Paraná. *Gazeta do Povo*, 17 dez. de 1950.

O ESTADO E A UNIVERSIDADE parecem viver as mesmas pulsações de vida. *Gazeta do Povo*, 21 dez. de 1950.

A UNIVERSIDADE do Paraná e seus grandes benfeitores. *Gazeta do Povo*, 21 dez. de 1950.

A CAMPANHA PELA FEDERALIZAÇÃO da Universidade. *Gazeta do Povo*, 22 dez. de 1950.

VOTADO ONTEM, na câmara dos deputados, o projeto de lei, federalizando a Universidade do Paraná. *Gazeta do Povo*, 22 nov. de 1950.

FEDERALIZAÇÃO. *Gazeta do Povo*, 7 dez. de 1950.

O ESTADO E A SUA UNIVERSIDADE, parecem viver as mesmas pulsações de vida. *Gazeta do Povo*, 21 dez. de 1950.

O ESTADO E A SUA UNIVERSIDADE, parecem viver as mesmas pulsações de vida. *Gazeta do Povo*, 21 dez. de 1950.

SOLENIDADE COMEMORATIVA da magna efeméride o programa de festa do dia do Paraná. *Gazeta do Povo*, 17 dez. de 1950.

ASSEMBLÉIA Universitária. *Gazeta do Povo*, 17 dez. de 1950.

FESTA DO 97º ANIVERSÁRIO de emancipação do Estado do Paraná, e com destaque para federalização da Universidade Federal do Paraná. *Gazeta do Povo*, 21 dez. de 1950.

A UNIVERSIDADE do Paraná e seus grandes benfeitores. *Gazeta do Povo*, 21 dez. de 1950.

A CAMPANHA pela federalização da Universidade. *Gazeta do Povo*, 22 dez. de 1950.

LACERDA, Flávio Suplicy de Lacerda. Discurso do novo Secretário de Obras Públicas. *Gazeta do Povo*, 28 fev. de 1946.

Jornal Diário da Tarde:

O DR. BRASIL Pinheiro Machado o Interventor nomeado. *Diário da Tarde*, 16 fev. de 1946.

DR. BRASIL Pinheiro Machado assumirá, hoje, às 16:00 horas o Governo do Estado. – chegou ontem, via aérea, o novo Interventor – somente a tarde será reconhecido o secretariado. *Diário da Tarde*, 25 fev. de 1946.

PROBLEMA DA UNIVERSIDADE: manifesta sobre o momentoso assunto o Engenheiro professor Flávio Suplicy de Lacerda. *Diário da Tarde*, 19 mar. de 1946.

UNIVERSIDADE ou Faculdades federalizadas? *Diário da Tarde*, 20 mar. de 1946.

FALA-NOS, AINDA, SOBRE O MOMENTOSO ASSUNTO, o Secretário da viação e obras publicas Flávio Lacerda. *Diário da Tarde*, 21 mar. de 1946.

A INSTAURAÇÃO DOS CURSOS SUPERIORES do Paraná é o atestado que dia de ser secular da nossa participação no trabalho de elevar cada vez mais, a cultura brasileira. *Diário da Tarde*, 30 mar. de 1946.

CURITIBA HOSPEDA O MINISTRO da Educação. *Diário da Tarde*, 30 mar. de 1946.

A INSTAURAÇÃO DOS CURSOS SUPERIORES DO PARANÁ é o atestado que há de ser secular da nossa participação no trabalho de elevar cada vez mais a cultura brasileira – por isso esperamos ser correspondidos, a altura das lutas e sacrifícios dos primeiros tempos, com a reconstrução da Universidade. *Diário da Tarde*, 30 mar. de 1946.

CURITIBA HOSPEDA O MINISTRO da Educação: as homenagens prestadas ao eminente titular. *Diário da Tarde*, 30 mar. de 1946.

A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE traduz a confiança do Governo Federal na nossa capacidade, na nossa cultura e na nossa iniciativa. *Diário da Tarde*, 1 abr. de 1946.

O BRILHANTE BANQUETE oferecido pelo Governo do Estado ao Ministro Souza Campos, ontem, no Grande Hotel. *Diário da Tarde*, 30 mar. de 1946.

A PERMANÊNCIA, nesta capital do eminente Ministro Souza Campos – o titular da pasta visitou a serra e as cidades do litoral. *Diário da Tarde*, 1 abr. de 1946.

ENTREVISTA DOS ESTUDANTES com o Senhor Ministro da Educação. *Diário da Tarde*, 1 abr. de 1946.

VISITA DO DOUTOR SOUZA CAMPOS, Ministro da Educação, ao posto de ericultura e puericultura de Marretes. *Diário da Tarde*, 1 abr. de 1946.

O MINISTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, em companhia do Interventor Federal, diretor da R.U.P.S.C., visitou a Escola Profissional Ferroviária “Coronel Durval de Britto”. *Diário da Tarde*, 1 abr. de 1946.

VAI SER ERGUIDA EM CURITIBA UMA GRANDE CIDADE UNIVERSITÁRIA – numa área de 726,000 m², no seminário, serão levantados os edifícios das faculdades e hospitais especializados. *Diário da Tarde*, 2 abr. de 1946.

A REASCENÇÃO DA UNIVERSIDADE do Paraná. *Diário da Tarde*, 2 abr. de 1946.

FIXADO O MARCO UNIVERSITÁRIO DOS NOVOS CURSOS superiores – a empolgante reunião de ontem na Universidade do Paraná. *Diário da Tarde*, 2 abr. de 1946.

ASSEMBLEIA UNIVERSITÁRIA da Universidade do Paraná. *Diário da Tarde*, 6 jul. de 1948.

O DR. FLÁVIO SUPLCY DE LACERDA: O novo Reitor da Universidade do Paraná. *Diário da Tarde*, 1 ago. de 1949.

UMA CAMPANHA NECESSÁRIA e oportuna. *Diário da Tarde*, 28 dez. de 1949.

A FEDERALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE do Paraná. *Diário da Tarde*, 18 fev. de 1950.

MAIS UM CAPÍTULO SOBRE A FEDERALIZAÇÃO da Universidade. *Diário da Tarde*, 11 mar. de 1949.

APRESENTADA A EMENDA PELA FEDERALIZAÇÃO da Universidade do Paraná. *Diário da Tarde*, 20 mar. de 1950.

BRILHANTE VITÓRIA DO SENADOR ARTHUR SANTOS: a Comissão de Justiça do Senado aprovou, por unanimidade o substitutivo do parlamentar (SE) – grande repercussão da Universidade do Paraná, e em todas as universidades brasileiras. *Diário da Tarde*, 9 jun. de 1950.

ELEITA A NOVA REITORIA DA UNIVERSIDADE: dos membros eleitos do Conselho Universitário. *Diário da Tarde*, 5 jul. de 1950.

PARA GOVERNADOR BENTO MUNHOZ da Rocha – o futuro do Paraná. *Diário da Tarde*, 2 ago. de 1950.

O PARANÁ CONSCIENTE votará, em Roberto Barrozo. *Diário da Tarde*, 19 set. de 1950.

O futuro Governador agradece ao povo do “Paraná” a sua eleição. *Diário da Tarde*, 10 out. de 1950.

BENTO E BARROZO: os dois grandes da jornada de 03 de outubro de 1950. *Diário da Tarde*, 18 out. de 1950.

Jornal O Dia:

ELEVADA PARA CEM MIL CRUZEIROS A SUBVENÇÃO do Estado das Faculdades de Medicina, Direito e Engenharia. *O Dia*, 30 jan. de 1946.

INDICADO PARA A INTERVENTORIA DO ESTADO o Dr. Brasil Pinheiro Machado: a escolha causou geral contentamento – homenagem do PSD ao novo Interventor. *O Dia*, 16 fev. de 1946.

EMPOSSADO ONTEM O NOVO INTERVENTOR do Paraná. *O Dia*, 21 fev. de 1946.

O NOVO INTERVENTOR ASSUMIU o seu cargo. *O Dia*, 26 fev. de 1946.

NOMEADOS OS AUXILIARES do novo Governo: assumiu ontem o secretário do interior o Sr. Oscar Borges. *O Dia*, 27 fev. de 1946.

RESTAURAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ: No Ministério da Educação os deputados Aramis Atahyde, Erasmo Gaertner e Rocha Neto. *O Dia*, 12 mar. de 1946.

OBRAS PÚBLICAS. *O Dia*, 13 mar. de 1946.

O MINISTRO DA EDUCAÇÃO VIRÁ A CURITIBA: a restauração da Universidade. *O Dia*, 16 mar. de 1946.

LACERDA, Dirceu. Ideia de universidade de Rocha Pombo. *O Dia*, 17 mar. de 1946.

“CURITIBA REÚNE CONDIÇÕES para ser o maior centro Universitário do Brasil”: importante reunião de professores das quatro Faculdades – impressões de visitantes ilustres. *O Dia*, 24 mar. de 1946.

UNIVERSIDADE OU FEDERALIZAÇÃO!... (Milton E. Bührer). *O Dia*, 26 mar. de 1946.

“VISITANDO A UNIVERSIDADE do Paraná sinto-me orgulhoso de ser brasileiro”. *O Dia*, 26 mar. de 1946.

A UNIVERSIDADE do Paraná revela um grande esforço da iniciativa privada. *O Dia*, 28 mar. de 1946.

MACEDO, Pereira. Universidade. *O Dia*, 29 mar. de 1946.

EM CURITIBA O PROFESSOR Souza Campos – recepção – visita à Universidade – Hoje o Titular da pasta da Educação irá ao Litoral – passeata escolar amanhã sábado. *O Dia*, 30 mar. de 1946.

UNIVERSIDADE DO PARANÁ: a grande Assembleia Universitária de amanhã resolverá definitivamente o assunto. *O Dia*, 31 mar. de 1946.

RESTAURADA A UNIVERSIDADE do Paraná: a solenidade de ontem. *O Dia*, 2 abr. de 1946.

PROBLEMAS DE SAÚDE e educação do Paraná: focalizados, numa entrevista “O Dia”, pelo Ministro Souza Campos. *O Dia*, 3 abr. de 1946.

UNIVERSIDADE – (Na esplêndida solenidade em que se concretizou a restauração da Universidade do Paraná o professor Pedro Calmon disse o seguinte discurso:). *O Dia*, 3 abr. de 1946.

A COOPERAÇÃO DO INTERVENTOR Pinheiro Machado na restauração da Universidade... Homenagem que lhe prestou a Faculdade de Filosofia. *O Dia*, 4 abr. de 1946.

UNIVERSIDADE. *O Dia*, 5 abr. de 1946.

A RESTAURAÇÃO da universidade e o PSD. *O Dia*, 7 abr. de 1946.

Homenagem aos Senhores Flávio Lacerda e Ferreira Filho. *O Dia*, 11 abr. de 1946.

A UNIVERSIDADE E O ESTUDANTE POBRE: declarações do deputado Erasto Gaertner à imprensa do Rio. *O Dia*, 16 abr. de 1946.

O MAGISTÉRIO, SEUS PROBLEMAS e este governo de professores. *O Dia*, 4 mai. de 1946.

GOMES, Raul. A Universidade. *O Dia*, 7 jun. de 1946.

FALA AO “DIA” O PROF. J. R. DE MACEDO FILHO, vice-reitor da Universidade. *O Dia*, 14 jun. de 1946.

SOU UM HOMEM DE LUTA – e na situação em que encontro tenho que divergir do atual Interventor do Paraná: declaração de Raul Vaz ao “Diário Trabalhista do Rio, a propósito da situação política do Estado. *O Dia*, 6 jul. de 1946.

INSTALA-SE HOJE o Conselho Universitário. *O Dia*, 6 jul. de 1946.

A UNIVERSIDADE. *O Dia*, 9 jul. de 1946.

A UNIVERSIDADE. *O Dia*, 10 jul. de 1946.

MANIFESTAÇÃO DE APOIO ao Dr. Flávio Lacerda. *O Dia*, 16 jul. de 1946.

O DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE: vão ser-lhe incorporado as instituições culturais de Curitiba como primeiro passo para sua integração definitiva como membro daquele estabelecimento. Do repórter Nemo para o *Dia*. *O Dia*, 6 ago. de 1946.

PLANO GERAL DE OBRAS DO ESTADO: memorial do secretário de viação e Obras públicas ao Sr. Interventor Federal no Estado. *O Dia*, 11 ago. de 1946.

CONCEDIDA UMA SUBVENÇÃO de três milhões de cruzeiros à Universidade. *O Dia*, 22 ago. de 1946.

GOMES, Raul. Auxílio a universidade – um ato marcado com pedra branca. *O Dia*, 23 ago. de 1946.

SOLICITOU EXONERAÇÃO o interventor Pinheiro Machado. *O Dia*, 26 set. de 1946.

NOMEADO INTERVENTOR o Tenente Coronel Mário Gomes. *O Dia*, 28 set. de 1946.

GOMES, Raul. Uma grande iniciativa da Universidade. *O Dia*, 2 out. de 1946.

5 MILHÕES DE CRUZEIROS para a Universidade. *O Dia*, 26 out. de 1946.

CURITIBA – CIDADE UNIVERSITÁRIA – mais seiscentos estudantes iniciarão os seus cursos este ano – mas não têm onde morar... o restaurante e a casa do estudante, necessidades imperiosas que exigem solução imediata. *O Dia*, 1 mai. de 1947.

PERDE O PARANÁ UM DOS SEUS GRANDES vultos: o desaparecimento do Dr. João Ribeiro de Macedo Filho – dados biográficos do extinto. *O Dia*, 5 ago. de 1949.

REFORMA DO SISTEMA FEDERAL de Ensino Superior. *O Dia*, 1 dez. de 1949.

REFORMA DO SISTEMA FEDERAL de Ensino Superior. *O Dia*, 1 dez. de 1949.

37º ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE: solenidade comemorativa ao expressivo acontecimento. *O Dia*, 23 dez. de 1949.

PELA FEDERALIZAÇÃO da universidade do Paraná. *O Dia*, 19 jan. de 1950.

PELA FEDERALIZAÇÃO da universidade do Paraná. *O Dia*, 3 fev. de 1950.

APOIO À CAMPANHA pela federalização da Universidade do Paraná. *O Dia*, 3 fev. de 1950.

A ASSOCIAÇÃO MÉDICA do Paraná e a federalização da nossa Universidade. *O Dia*, 7 fev. de 1950.

FEDERALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE do Paraná – virtualmente resolvida a questão – atividades da embaixada paranaense, tendo a frente o governador Lupion – hoje, a entrevista com o Presidente Dutra. *O Dia*, 09 fev. de 1950.

PELA FEDERALIZAÇÃO da Universidade do Paraná. *O Dia*, 10 fev. de 1950.

O GOVERNADOR LUPION rasgou o tabu da timidez paranaense. *O Dia*, 10 fev. de 1950.

PALAVRAS DO DEPUTADO Laertes Munhoz, no almoço de Quitandinha – o Presidente Gaspar Dutra enviara mensagem ao Congresso. *O Dia*, 10 fev. de 1950.

AUTORIDADES PARANAENSES recebidas pelo Ministro da Educação. *O Dia*, 10 fev. de 1950.

O PRÓPRIO GOVERNADOR a frente do movimento de federalização. *O Dia*, 10 fev. de 1950.

MENSAGEM AO CONGRESSO. *O Dia*, 10 fev. de 1950.

A FEDERALIZAÇÃO da Universidade. *O Dia*, 10 fev. de 1950.

HOMOLOGADA VIRTUALMENTE, a federalização da Universidade – telegrama do Governador MOYSES Lupion ao presidente da Assembleia Legislativa e aos Secretários de Estado. *O Dia*, 11 fev. de 1950.

NO RIO DE JANEIRO LUTAM pela federalização. *O Dia*, 11 fev. de 1950.

FEDERALIZAÇÃO É O TEMA do momento. *O Dia*, 11 fev. de 1950.

NA ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado a campanha pela federalização da Universidade do Paraná – sobre casa do pequeno jornalista. *O Dia*, 15 fev. de 1950.

POSSE DA nova reitoria da Universidade. *O Dia*, 08 jul. de 1950.

VISITA DO MINISTRO da educação à Universidade do Paraná. *O Dia*, 7 set. de 1950.

A CÂMARA DOS DEPUTADOS aprovou hoje o projeto de federalização da Universidade do Paraná – Encaminhou a votação o deputado Brasil Pinheiro Machado. *O Dia*, 22 nov. de 1950.

SANCIONADA A LEI de federalização da Universidade. *O Dia*, 06 dez. de 1950.

GOVERNADOR LUPION, benemérito a Universidade do Paraná: a sessão solene da Assembleia Universitária, hoje à noite. *O Dia*, 19 dez. de 1950.

NINGUÉM VIVE NO PARANÁ sem respirar o ar de sua Universidade. Discurso do Governador Lupion na sessão solene da Assembleia Universitária. *O Dia*, 21 dez. de 1950.

HISTORICAMENTE A LUTA pela federalização da Universidade do Paraná: discurso proferido pelo professor Ernani Guarita Cartaxo. *O Dia*, 21 dez. de 1950.

DISCURSO DO MINISTRO Clemente Mariani. *O Dia*, 21 dez. de 1950.

38º ANIVERSÁRIO Universidade do Paraná. *O Dia*, 21 dez. de 1950.

Recortes de Jornais/Revistas:

PR DE LUTO: morre Suplicy de Lacerda. *Gazeta*, 2 set. de 1983.

ESTA É A UNIVERSIDADE do cidadão Reitor. *Diário Do Paraná*, 7 dez. de 1969.

FLÁVIO SUPLICY DE LACERDA, expoente da educação brasileira. *Indústria e Comércio*, 28 fev. de 2002.

FLÁVIO SUPLICY DE LACERDA na Academia Paranaense de Letras. *Diário do Paraná*, 1 out. de 1972.

A UNIVERSIDADE e o papel de Flávio Lacerda. *Gazeta do Povo*, 15 jul. de 1983.

HOMENAGEM A FLÁVIO Suplicy é apoiada. *Gazeta do Povo*, 15 jul. de 1983.

JUCUNDINO Ressalta a obra de Flávio Suplicy. *Gazeta do Povo*, 10 jul. de 1983.

CARNEIRO, David. Um Livro contra o Paraná. *Gazeta do Povo*, 24 jul. de 1985.

FLÁVIO LACERDA, Reitor Honorário da U. P. *Revista Panorama*, jun. de 1964.

FLÁVIO LACERDA e a autonomia universitária. *Gazeta do Povo*, 10 jul. de 1983.

FLÁVIO SUPLICY de Lacerda. (David Carneiro). *Gazeta do Povo*, 12 jul. de 1983.

FLÁVIO LACERDA e sua obra admirável. (David Carneiro). *Gazeta do Povo*, 14 jul. de 1983.

HOMENAGEM JUSTA. *Jornal de Curitiba*, 11 dez. de 1969.

UNIVERSIDADE DE TODOS. *Gazeta do Povo*, 14 dez. de 1969.

REITOR hoje é cidadão. *Gazeta do Povo*, 10 dez. de 1969.

SUPLICY ELEITO acadêmico. *Gazeta do Povo*, 1 out. de 1972.

PR DE LUTO: morre Suplicy de Lacerda. *Diário da Tarde*, 2 jul. de 1983.

MORREU FLÁVIO LACERDA. *Folha de Curitiba*, 2 jul. de 1983.

MORREU EX-MINISTRO Flávio de Lacerda. *Folha de Curitiba*, 2 jul. de 1983.

O RELATO DE NILO CAIRO. *O Estado do Paraná*, 18 dez. de 1974.

DESCERRADA A PLACA em honra a Flávio Suplicy. *Gazeta do Povo*, 5 out. de 1983.

RESTAURAÇÃO DA UNIVERSIDADE do Paraná. *Gazeta do Povo*, 10 jan. de 1984.

LACERDA, Flávio Suplicy de. A verdade sobre o caso do café. 1938.

Anuário da Universidade Federal do Paraná:

AMARAL, Victor Ferreira do. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1946, p. 35-36.

AMARAL, Victor Ferreira do. Relatório do Reitor. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1947, p. 105-112.

AMARAL, Victor Ferreira do. Relatório do Reitor. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1948, p. 49-56.

ARAGÃO, Raymundo de Castro Moniz de. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1965, p. 20-28.

BARROS, Homero Batista. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1949, p. 70-74.

BARROS, Homero Batista. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1955, p. 19-23.

BRAGA, Ney Amintas de Barros. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1962, p. 24-27.

BRANCO, Humberto de Alencar. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1964, p. 27-30.

BÜHRER, Nilton Emilio. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1953, p. 55-57.

BÜHRER, Nilton Emilio. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1957, p. 19-21.

CAFÉ FILHO, João. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1954, p. 15-17.

CAMPOS, Ernesto de Souza. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1948, p. 37-45.

CARNEIRO, David da Silva. Elementos para a História da Universidade do Paraná. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1951, p. 185-2002.

CARTAXO, Ernani Guarita. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1950, p. 31-42.

CARTAXO, Ernani Guarita. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1952, p. 21-26.

CARTAXO, Ernani Guarita. Duas datas históricas. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1947, p. 61-68.

CARTAXO, Ernani Guarita. Histórico da Universidade do Paraná e de sua restauração. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1947, p. 17-31.

CARVALHO, Ferdinando. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1967, p. 17-21.

CARVALHO, Antônio Balbino de. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1953, p. 45-53.

CASTTRO, Lycio Grei de. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1960, p. 32-43.

DUTRA, Tarso. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1960, p. 27-29.

FREITAS, Waldemiro Teixeira de. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1953, p. 59-63.

FURTADO, Jucundino da Silva. Vida Social Universitária. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1948, p. 87-108.

GAMA, Clóvis Salgado. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1958, p. 23-24.

GOMES, Dirceu Coutinho. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1949, p. 75-78.

Histórico das Faculdades da Universidade do Paraná. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1962, p. 95-129.

JUNIOR, Antônio Almeida. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1957, p. 25-33.

LACERDA, Flávio Suplicy. A Universidade Orgânica. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1949, p. 62-69.

LACERDA, Flávio Suplicy. DISCURSO pronunciado na sessão solene de abertura do 2º congresso de Engenharia e Legislação Ferroviária. Curitiba, 1938.

LACERDA, Flávio Suplicy. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1952, p. 15-19.

LACERDA, Flávio Suplicy. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1955, p. 25-26.

LACERDA, Flávio Suplicy. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1957, p. 23-24.

LACERDA, Flávio Suplicy. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1958a, p. 25-27.

LACERDA, Flávio Suplicy. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1958b, p. 28-29.

LACERDA, Flávio Suplicy. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1960, p. 30-31.

LACERDA, Flávio Suplicy. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1962, p. 17-23.

LACERDA, Flávio Suplicy. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1967, p. 28-30.

LACERDA, Flávio Suplicy. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1967, p. 31-36.

LACERDA, Flávio Suplicy. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1969, p. 15-16.

LACERDA, Flávio Suplicy. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1969, p. 19-23.

LACERDA, Flávio Suplicy. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1971, p. 29-31.

LACERDA, Flávio Suplicy. Discurso: Cidadão Honorário de Londrina. Innuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1962, p. 28-29.

LACERDA, Flávio Suplicy. Discurso: Honóris causas Raymundo de Castro Moniz de Aragão. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1965, p. 17-19.

LACERDA, Flávio Suplicy. Discurso: Ministro da Educação. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1964, p. 17-18.

LACERDA, Flávio Suplicy. Relatório do Reitor. In: Anuário da Universidade do Paraná.

Curitiba, 1949, p. 81-90.

LACERDA, Flávio Suplicy. Relatório do Reitor. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1950, p. 71-73.

LACERDA, Flávio Suplicy. Relatório do Reitor. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1951, p. 87-89.

LACERDA, Flávio Suplicy. Relatório do Reitor. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1952, p. 133-135.

LACERDA, Flávio Suplicy. Relatório do Reitor. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1953, p. 137-140.

LACERDA, Flávio Suplicy. Relatório do Reitor. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1954, p. 29-32.

LACERDA, Flávio Suplicy. Relatório do Reitor. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1955, p. 29-34.

LACERDA, Flávio Suplicy. Relatório do Reitor. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1956, p. 35-43.

LACERDA, Flávio Suplicy. Relatório do Reitor. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1957, p. 47-51.

LACERDA, Flávio Suplicy. Relatório do Reitor. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1958, p. 47-51.

LACERDA, Flávio Suplicy. Relatório do Reitor. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1959, p. 52-58.

LACERDA, Flávio Suplicy. Relatório do Reitor. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1960, p. 47-50.

LACERDA, Flávio Suplicy. Relatório do Reitor. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1967, p. 39-50.

LACERDA, Flávio Suplicy. Relatório do Reitor. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1968, p. 31-33.

LACERDA, Flávio Suplicy. Relatório do Reitor. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1969, p. 27-35.

LACERDA, Flávio Suplicy. Discurso proferido pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura, Professor Flávio Suplicy de Lacerda, na sessão de abertura do 5º Fórum dos reitores, realizado no Rio de Janeiro, a 09 de outubro de 1964. In: Novas Diretrizes do Ensino Universitário. Curitiba, 1964.

LODI, Jurandir. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1955, p. 15-18.

LOPES, Lauro. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1952, p. 09-13.

LUPION, Moysés. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1950, p. 46-50.

MACEDO, Alceu Ribeiro de Macedo. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1971, p. 56-59.

MACEDO FILHO, João Ribeiro de. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1948, p. 14-19.

MACEDO FILHO, João Ribeiro de. Relatório do Reitor. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1948, p. 56-60.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1951, p. 23-25.

MAEDER, Algacyr Munhoz. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1971, p. 32-33.

MAEDER, Algacyr Munhoz. Discurso: Inauguração do busto de João Ribeiro Macedo Filho. In: UNIVERSIDADE do Paraná. Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1971, p. 53-55.

MAEDER, Algacyr Munhoz. Relatório. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1971, p. 75-83.

MARIANI, Clemente. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1948, p. 26-30.

MARIANI, Clemente. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1950, p. 43-45.

MARTINS, Wilson. Aula inaugural. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1951, p. 68-84.

MELLO, José Munhoz de. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1954, p. 23-26.

MUNHOZ, Laertes de Macedo. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1949, p. 57-61.

MUNHOZ, Laertes de Macedo. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1967, p. 22-25.

MUNHOZ, Milton de Macedo. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1956, p. 17-24.

MUNHOZ, Milton de Macedo. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba,

1959, p. 39-43.

NETO, Bento Munhoz da Rocha. A Universidade e Flávio Lacerda. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1971, p. 34-36.

NETO, Bento Munhoz da Rocha. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1954, p. 19-22.

NETO, Paula Soares. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1946, p. 37-39.

PAGLIOLE, Elyseu. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1959, p. 30-38.

PEREIRA FILHO, Francisco Cunha. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1948, p. 35-36.

PIRES, Gastão de Abreu. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1947, p. 69-74.

SANTOS, Arthur Ferreira. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1951, p. 26-33.

SANTOS, Enéas Marques dos. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1948, p. 21-25.

SANTOS, José Nicolau dos. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1964, p. 19-23.

SANTOS, José Nicolau dos. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1967, p. 26-27.

SANTOS, José Nicolau dos. Relatório. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1963-1964, p. 37-57.

SANTOS, José Nicolau dos. Relatório. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1965, p. 31-44.

SANTOS, José Nicolau dos. Relatório. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1966, p. 45-60.

SANTOS, José Nicolau dos. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1960, p. 21-26.

SILVA, Arthur da Costa e. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1969, p. 17-18.

SOBRINHO, Manoel de Oliveira Franco. Discurso: Honoris Causas ao Presidente Humberto de Alencar Castello Branco. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1964, p. 24-26.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Lucia Rangel. **O papel da UNE no movimento estudantil na segunda metade do séc. XX**. ECCOM, v. 1, n. 2, p. 7-22, jul./dez., 2010.

BARANOW, Ulf Gregor; SIQUEIRA, Márcia Dalledone. (Orgs.). **Universidade Federal do Paraná: história e estórias - 1912 a 2007**. Curitiba: UFPR, 2007.

BEGA, Maria Tarcisa Silva; BERGONSI, Sandra Suely Soares. Extensão universitária: institucionalização tardia. In: LEITE, Renato Lopes; OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (OrgS.). **Reflexões UFPR 100 anos**. Curitiba: UFPR, 2012. p. 150-179.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: Unesp, 1997.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 203-231.

BOURDIEU, Pierre. "Fieldwork in Philosophy". _____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 15-48.

_____. **Sobre a televisão: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

_____. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira; CATANI, Afrânio Mendes. (Orgs.). **Escritos da educação**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 65-70.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva: 1999.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

_____. O Campo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan./jul. 2011b.

_____. **O Senso Prático**. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. Algumas propriedades dos campos. In: _____. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003. p. 119 – 126.

_____. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2011c.

_____. **Homo Acadêmicos.** Florianópolis: UFSC, 2011a.

_____; EAGLETON, Terry. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. In: ZITEK, Slavoj. (Org.). Tradução Vera Ribeiro. **Um mapa da ideologia.** Rio De Janeiro: Contraponto, 1996. p. 265-278.

BRASIL. Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Poder Legislativo, Brasília, DF, 27 dez. 1961, Seção 1. p. 11.429.

BRITO, Antônio Mauricio Freitas. **O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968).** 2008. 242 f. Tese. (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 2008.

BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. **Uma história social da mídia:** de Gutenberg à internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CALCIOLARI, Silvia. **Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978).** 2004. 210 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2004.

CAMPOS, Névio de. Flávio Suplicy De Lacerda: Genealogia de um integrante da elite Paranaense. **Revista de Sociologia e Política,** Curitiba, v. 21, n. 47, p. 113-132, set. 2013a.

_____. Victor do Amaral: da academia à ágora, da ágora ao Palácio da Luz. In: SUASNABAR, Cláudio; CAMPOS, Névio. **Educação no Brasil e na Argentina:** escritos de história intelectual. Ponta Grossa: UEPG, 2013b. p. 137-158.

_____. **Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892-1950).** Curitiba: UFPR, 2008.

_____. **Intelectuais e igreja católica no Paraná:** 1926-1938. Ponta Grossa: UEPG, 2010.

_____. Flávio Suplicy de Lacerda: cruzada pela federalização e expansão da Universidade do Paraná. In: LEITE, Renato Lopes; OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Org.). **Reflexões UFPR 100 anos.** Curitiba: UFPR, 2012. p. 71-101.

CARVALHO, Maria Marta Chagas de. O Novo, o velho, o perigoso: relendo a cultura brasileira. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, n. 71, p. 23-35, 1989.

_____. **Molde nacional e fôrma cívica (1924-1931).** Bragança Paulista: Edusf, 1998.

CODATO, Evandir. Personalismo político nos anos cinquenta. **Revista de História Regional,** Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 9-45, 2002.

CODATO, Evandir; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Tinguís, Pioneiros e Adventícios na mancha loira do sul do Brasil**: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense. 2009. 296 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2009.

COSTA, Amilton. **A repressão no Estado do Paraná durante o Regime Militar**: o movimento estudantil e a operação Marumbi. Maringá: Núcleo Regional de Educação, 2008.

CRUZ, José Vieira da. **A reação estudantil à Lei Suplicy no Nordeste do Brasil**: um estudo comparativo entre os estados da Bahia, de Sergipe, Pernambuco e do Rio Grande do Norte, 1964-1967. Florianópolis: UDESC; ANPUH, SC; PPGH, 2011. ISSN, 2237-4078.

CUNHA, Luiz Antônio da. **A universidade temporã**: da Colônia à Era de Vargas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

_____. **A universidade reformada**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. **A universidade crítica**: o ensino superior na república populista. São Paulo: Unesp, 2007.

DAGOSTIM, Maristela Wessler. **A república dos Conselhos**: um estudo sobre a transformação do perfil da elite política paranaense (1930-1947). 2011. 234 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2011.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: USP, 2009.

DUTRA, José Carlos. A revolução de 1964 e o movimento militar no Paraná: a visão da caserna. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 22, p. 195-208, jun. 2004.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade do Brasil**: das origens à construção. Rio de Janeiro: UFRJ/INEP, 2000. v. 1.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

GASPARI, Elio. **A ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIMÉNEZ, Andrea Beatriz Wozniak. 72 f. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 1999.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 2.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HEY, Ana Paula. Fronteira viva: o campo acadêmico e o campo político no Brasil. In: AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. (Org.). **Políticas públicas e educação**: debates contemporâneos. Maringá: EDUEM, 2008, v. 1. p. 217-230.

IEP. Instituto de Engenharia do Paraná. **Flávio Suplicy de Lacerda**. 2015. Disponível em:

<<http://iep.org.br/iep/index.php/mural-de-ex-presidentes/7-flavio-suplicy-de-lacerda/>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

KUNHAVALIK, José Pedro. Bento Munhoz da Rocha Neto: trajetória política e gestão no Governo do Paraná. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Org.). **A Construção do Paraná Moderno: Políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004a. p. 143-225.

_____. Ney Braga: Trajetória política e bases do poder. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (Org.). **A Construção do Paraná Moderno: Políticos e Política no Governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004b. p. 231-418.

LAHUERTA, Milton. O século XX brasileiro: autoritarismo, modernização e democracia. In: AGGIO, Alberto; LAHUERTA, Milton. (Orgs.). **Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina**. São Paulo: Unesp, 2003. p. 217-257.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1994.

LEAL, Fabiana Maria. **Por trás dos portões: a disciplina no Colégio Militar de Curitiba (1959-1964)**. 2009. Monografia. Curitiba, Tuiuti, 2009.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. Reflexões sobre a legislação de educação durante a ditadura militar (1964-1985). **Histórica**, São Paulo, n. 36, p. 1-10, jun. 2009.

MACHADO, Valeria Floriano. **“Diatribes viperinas e digressões quixotescas”**: debates intelectuais e projetos educacionais na década de 1950. 2009. 212 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2009.

MEIRA, Letícia Mara de; MACEDO, Edmar Almeida de. Darcy Ribeiro, Flávio Suplicy de Lacerda e os problemas do ensino superior no governo de João Goulart (1961-1964). In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Curitiba: 2014.

MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. **A teoria sociológica de Pierre Bourdieu na produção discente dos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil (1965-2004)**. 2007. 366 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2007.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001b.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto 2008. p. 23-43.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014a.

_____. A ditadura nas universidades: repressão, modernização e acomodação. **Cienc. Cult.** [online], v. 66, n. 4, p. 21-26, 2014b. ISSN 2317-6660.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 78, p.15-35, 2002.

OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores**. Genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

_____. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 9, p. 47-56, 1997.

PAULA, Maria de Fátima de. **A modernização da universidade e a transformação da intelligentzia universitária**. Florianópolis: Insular, 2002.

PIZANI, Maria Angélica. **O cuidar na atuação das irmãs de São José de Moutiers na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba (1896-1937)**. 2005. 226 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2005.

PORTELLA, José Roberto Braga; SZESZ, Christiane Marques; LEITE, Renato Lopes. Contextos e traumas do maio de 1968 na UFPR. In: LEITE, Renato Lopes; OLIVEIRA, Ricardo Costa. (Orgs.). **Reflexões UFPR 100 anos**. Curitiba: UFPR, 2012. p. 103-115.

PUPPI, Ildefonso Clemente. **Fatos e reminiscências da faculdade**: retrospecto da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: Fundação da Universidade Federal do Paraná, 1986.

REVEL, Jacques. **Historia e Historiografia**: exercícios críticos. Curitiba: UFPR, 2010.

SANFELICE, José Luís. O movimento civil-militar de 1964 e os intelectuais. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 357-378, set./dez. 2008.

SANTANA, Flávia de Angelis. **Atuação Política do Movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984**. 2007. 249 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2007.

SANTOS, Jordana de Souza. A Repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. **Aurora**, Marília, ano 3, n. 5, p. 101-108, dez. 2009. ISSN: 1982-8004.

_____. **A nova lei da educação (LDB)**: trajetória, limites e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 2008a.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008b.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Um novo capital cultural: pré-disposições e disposições à cultura informal nos segmentos com baixa escolaridade. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 90, p. 77-105, jan./abr. 2005.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas**. Campinas: Papirus, 2002.

_____. História Intelectual: horizontes teóricos. In: LOPES, M. A. (Org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15-24.

SIQUEIRA, Marcia Dalledone. **A Universidade Federal do Paraná: 100 anos**. Curitiba: UFPR, 2012.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-269.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

SZWAKO, José Eduardo León. **Da Faculdade à Academia: Mecanismos de reprodução e estruturação burocrática do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR (1974-1986)**. 2005. 151 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2005.

TOLEDO, Caio Navarro de. O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em história da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcus Taborba de. **Cinco estudos em história e historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007. v. 1. p. 11-40.

VIEIRA, Carlos Eduardo; MARACH, Caroline Baron. Escola de mestre único e escola serena: realidade e idealidade no pensamento de Erasmo Pilotto. In: VIEIRA, Carlos Eduardo. (Org.). **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964)**. Curitiba: UFPR, 2007. p. 269-291.

VIEIRA, Carlos Eduardo; CAMPOS, Nívio de. Intelectuais e processo de formação da Universidade Federal do Paraná. In: LEITE, Renato Lopes; OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Org.) **Reflexões UFPR 100 anos**. Curitiba: UFPR, 2012.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **A Universidade do Mate: História da UFPR**. Curitiba: APUFPR, 1985.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **Universidade Federal do Paraná: 75 anos**. Curitiba: SBPH-PR, 1987.

ZAPARTE, Andreia. **A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba – Paraná (1964-1969)**. 2011. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste, Marechal Cândido Rondon, 2011.

FONTES CONSULTADAS

BOURDIEU, Pierre. O Campo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan./jul. 2011.

_____. O capital social – notas provisórias. Tradução Magali de Castro. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes. (Orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 65-69.

_____. O Poder Simbólico. Tradução Fernando Tomaz. **A gênese dos conceitos de habitus e de campo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. Os três estados do capital cultural. Tradução Magali de Castro. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes. (Orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 71-79.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectivas, 2001.

CAMPOS, Nívio de. Intelectuais católicos e a educação no Paraná nas décadas de 1920 e 1930. In: VIEIRA, Carlos Eduardo. (Org.). **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964)**. Curitiba: UFPR, 2007. p. 175-190.

_____. Victor Ferreira do Amaral e Silva: do Oikos a Scholé (1862-1878). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 41, p. 72-87, mar. 2011.

CARVALHO, Maria Marta Chagas de. A Configuração da historiografia educacional brasileira. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contacto, 2003. p. 329-353.

_____. O Novo, o velho, o perigoso: relendo a cultura brasileira. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 71, p. 23-35, 1989.

CATANI, Afrânio Mendes. A Sociologia de Pierre Bourdieu (ou como um autor se torna indispensável ao nosso regime de leituras). **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 78, p. 57-75, abr. 2002.

CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias**: construções da realidade social. Bauru: EDUSC, 2001.

DANIEL, Leziany Silveira. **João Roberto Moreira (1912-1967)**: Itinerários para uma racionalidade ativa. 2009. 224 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2009.

FARACO, Carlos Alberto. Um breve histórico da Universidade Federal do Paraná. In: BURMESTER, Ana Maria. (Org.). **Universidade Federal do Paraná: 90 anos em construção**. Curitiba: UFPR, 2002.

FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). **O Brasil republicano**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). **O Brasil republicano: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 167-205.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Classe dominante e jogo político na Assembleia Legislativa Paranaense (1889-1930)**. 2008. 595 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2008.

_____. **O poder local e o coronelismo no Estado do Paraná 1880-1930**. 2004. 234 f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2004.

JÚNIOR, Aurélio Bona; VIEIRA, Carlos Eduardo. O discurso da modernidade nas conferências educacionais na década de 1920 no Paraná. In: VIEIRA, Carlos Eduardo. (Org.). **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964)**. Curitiba: UFPR, 2007. p. 13-40.

LE GOFF, Jacques. **São Francisco de Assis**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MACHADO, André Castelo Branco. **A Constituição do movimento estudantil na cidade de Curitiba nos anos de 1964 a 1968**. 2005. 70 f. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2005.

MACHADO, Daiane Vaz. **O Percurso Intelectual de uma Personalidade Curitibana: David Carneiro**. 2012. 167 f. Dissertação. (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2012.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. (Orgs.) **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto 2008.

MANSAN, Jaime Valim. A educação superior sob vigilância: o caso da DOPS/PR (1964-1988). **Revista HISTEDBR**, Campinas, v. 13, p. 14-26, 2013a.

_____. Coerção e controle: a educação superior no Brasil durante a ditadura civil-militar (1964-1988). **Clio**, Recife, v. 30, p. 1-17, 2013b.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel/Difusão Editorial S.A., 1979.

_____. A emoção raciocinada. In: BOURDIEU, Pierre. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 7-20.

MORAES, Esmael de. **Anos Rebeldes: estudantes vão arrastar busto de reitor que idealizou ensino pago na UFPR**. Disponível em: <<http://www.esmaelmoraes.com.br/wp->

content/uploads/2014/04/busto_suplicy_lacerda.jpg.jpg>. Acesso em: 28 jul. 2014.

MOLETTA, Ana Keli. **Intelectuais e Educação Infantil no Brasil (1994-1998)**. 2012. 208 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG, Ponta Grossa, 2012.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Incômoda memória: os arquivos das ASI universitárias. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 32-50, 2008.

_____. Modernizando a repressão: a Usaid e a polícia brasileira. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, p. 237-266, 2010.

_____. Os olhos do Regime Militar nos campi. As Assessorias de Segurança e Informações das Universidades. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 30-67, 2008.

_____. Repressão e resistência. **Diálogos**, Maringá, v. 15, p. 331-336, 2011.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. **Bourdieu & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PILOTTO, Valfrido. **Universidade Federal do Paraná: primórdios, modernização e vitórias**. Curitiba: IHGEP, Gráfica Vicentina, 1976.

SALLES, Jefferson de Oliveira. A relação entre o poder Estatal e as estratégias da formação de um grupo empresarial paranaense nas décadas de 1940-1950: o caso do grupo Lupion. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **A Construção do Paraná Moderno: Políticos e Política no Governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Política e Educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação de ensino**. São Paulo: Autores Associados, 1987.

SCHMITT, Silvana Lazzarotto. **Encontros e desencontros do movimento estudantil secundarista paranaense (1964 – 1985)**. Dissertação. Cascavel: Unioeste, 2011.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 60-70, mai./ago. 2002.

SILVA, Rossano. **A arte como princípio educativo: um estudo sobre o pensamento educacional de Erasmo Pilotto**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2009.

URLASS, Ana Paula. **A repercussão do pensamento político nacional no Paraná, entre os anos 1930-1945**. 2007. 42 f. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2007.

VICTOR, Nestor. **A terra do futuro**. TYP, Jornal do Comércio, 1913, p. 121-122.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina Ltda., 1977.

WACQUANT, Loïc. Esclarecer o habitus. **Educação e Linguagem**, São Bernardo do Campo, n. 1, v. 1, p. 63-71, 2007.

_____. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 19, p. 99-110, nov. 2002.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **Faculdade de Filosofia e Letras do Paraná – 50 anos**. Curitiba: SBPH-PR, 1988.

ANEXO A - Flávio Suplicy de Lacerda

Figura 1 - Flávio Suplicy de Lacerda



Fonte: IEP (2015).

Nasceu na Lapa em 4/10/1903 e faleceu em Curitiba em 1/07 de 1983.

**ANEXO B - Repercussão do aniversário do Paraná com ênfase a federalização da
Universidade do Paraná**

